

Luciano César Garcia Pinto

DO QUE SE CONFIA ÀS LETRAS:

A CIÊNCIA GRAMATICAL NAS

ETIMOLOGIAS DE ISIDORO DE SEVILHA

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Lingüística, na área de Letras Clássicas, sob orientação do Professor Dr. Marcos Aurelio Pereira.

Campinas

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

P658d	<p>Pinto, Luciano César Garcia. Do que se confia às letras : a ciência gramatical nas Etimologias de Isidoro de Sevilha / Luciano César Garcia Pinto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.</p> <p>Orientador : Marcos Aurelio Pereira. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Isidoro, de Sevilha, Santo, m.636. 2. Antigüidade tardia. 3. Discurso gramatical. 4. Etimologia - História. I. Pereira, Marcos Aurélio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">oe/iel</p>
-------	--

Título em inglês: On what we entrust letters: grammatical science in the Etymologies by Isidore of Seville.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Isidore of Seville; Late antiquity; Grammatical discourse; Etymology - History.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira (orientador), Profa. Dra. Elaine Cristine Sartorelli e Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues.

Data da defesa: 07/03/2008.

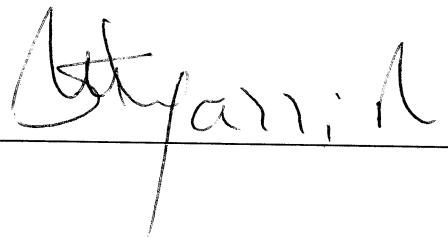
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

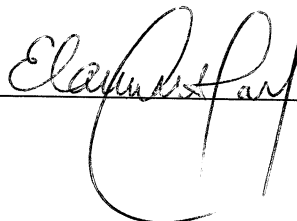
Marcos Aurélio Pereira



Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues



Elaine Cristine Sartorelli



Isabella Tardin Cardoso

Matheus Trevisam

ללבי.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, ao Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira pela orientação e a todos os membros da banca examinadora por todas as sugetões feitas em minha qualificação. Ademais, gostaria de agradecer a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram com algo ao longo de toda minha formação *lato sensu*.

“Macunaíma era desbocado duma vez. Falara uma bocagem muito porca, muito! A cunhatã não sabia que puíto era palavra-feia não e enquanto o herói voltava aluado com o caso pra pensão, ficou se rindo, achando graça na palavra. ‘Puíto ...’ que ela dizia. E repetia gozado: ‘Puíto ... Puíto’ ... Imaginou que era moda. Então se pôs falando pra toda a gente si queriam que ela botasse uma rosa no puíto deles. Uns quiseram outros não quiseram, as outras cunhatãs escutaram a palavra, a empregaram e ‘puíto’ pegou. Ninguém mais não falava em boutonnière por exemplo; só puíto, puíto se escutava. [...] Mas o caso é que ‘puíto’ já entrara pras revistas estudando com muita ciência os idiomas escrito e falado e já estava mais que assente que pelas leis de catalepse elipse síncope metonímia metafonia metátese próclise prótese aférese apócope haplogia etimologia popular, todas essas leis, a palavra ‘botoeira’ viera a dar em ‘puíto’, por meio duma palavra intermediária, a voz latina ‘rabanus’ (botoeira-rabanus-puíto), sendo que rabanus embora não encontrada nos documentos medievais, afirmaram os doutos que na certa existira e fora corrente no sermo vulgaris.”

Mário de Andrade, *Macunaíma*

Meliores esse grammaticos quam haereticos.

Isidoro de Sevilha, *Sententiae*

RESUMO

Sobre o discurso gramatical produzido na Antigüidade tardia nem sempre se encontram olhares cuidadosos. As *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, cuja circulação atravessou os séculos posteriores, têm sido um alvo predileto para considerações que vão desde o menosprezo “puro e simples” ao risível. No entanto, as reflexões languageiras desses séculos que “encerram” a Antigüidade têm sua razão de ser, uma vez que estabelecem relações outras com a língua e com a linguagem. Na tentativa de contar uma outra história sobre o discurso gramatical antigo e sobre uma de suas ferramentas interpretativas básicas, a etimologia, optou-se por narrar, em linhas gerais, o percurso das abordagens languageiras que partem de gregos e romanos e chegam ao trabalho de Isidoro de Sevilha, enfatizando as tensões entre as rupturas e as continuidades desses debates, percorrendo um período em que subjaz o acontecimento da emergência do discurso cristão. Para descrever e interpretar quais as regularidades desse discurso gramatical-etimológico-cristão isidoriano, julgou-se necessário traduzir o livro I das *Etimologias*, onde se encontram as definições-chave relativas à gramática e à etimologia.

Palavras-chave: Isidoro de Sevilha; discurso gramatical; etimologia - história; Antigüidade tardia.

ABSTRACT

It is not always usual to find careful approaches on the grammatical discourse produced in Late Antiquity. Isidore of Seville's *Etymologies* that have circulated through the later centuries have been a favorite target to some considerations from the "pure and simple" contempt to the laughable. However, the language reflections from those centuries – "ending Antiquity" – have their own reason of existence, as they establish different relations with language itself. In order to tell another story about the ancient grammatical discourse and one of its basic interpretative tools, the etymology, we chose to narrate, in general lines, the course of language approaches that has begun with the Greek and Roman until Isidore of Seville's work, emphasizing the tensions between breaks and continuities within those debates, covering a period in which we may witness the emergency of Christian discourse. In order to describe and interpret which are the regularities of that Isidorian's grammatical, etymological and Christian discourse, we found it necessary to translate the first book of the *Etymologies* where the key definitions relating to Grammar and Etymology are found.

Key-words: Isidore of Seville; grammatical discourse; etymology; Late Antiquity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BJ	<i>Bíblia de Jerusalém</i>
CARIS. <i>Ars gramm</i>	Carísio, <i>Ars grammatica</i>
<i>De Bapt. III</i>	Agostinho, <i>De baptismo</i>
<i>Diff.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Differentiae</i>
DIOM. <i>Ars gramm</i>	Diomedes, <i>Ars grammatica</i>
DON. <i>Ars gramm</i>	Donato, <i>Ars grammatica</i> = <i>Ars minor</i>
GG	<i>Grammatici Graeci</i>
GL	<i>Grammatici Latini</i>
ISID. <i>Chron</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Chronicon</i>
ISID. <i>De fide cath.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>De fide catholica</i>
ISID. <i>Liber num</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Liber de numerorum hebraicorum</i>
ISID. <i>Quaest. in Vetus Test.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Quaestiones in Vetus Testamentum</i>
ISID. <i>Sent.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Sententiae</i>
OLD	<i>Oxford Latin Dictionary</i>
ORIG. <i>Hex</i>	Orígenes, <i>Hexapla</i>
<i>Orig.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Origines sive Etymologiae</i>
ORIG. <i>Comm. in Ioann.</i>	Orígenes, <i>Commentarium in Ioannem</i>
PG	Patrologia Grega
PL	Patrologia Latina
PRISC. <i>Inst. gramm.</i>	Prisciano, <i>Institutiones grammaticae</i>
PRISC. <i>Partit.</i>	Prisciano, <i>Partitiones</i>

SUMÁRIO

Introdução	01
0.1 Como se vê a Etimologia de hoje	07
0.2 Como se vê a Etimologia de ontem	18
1. Alguns breves aspectos da reflexão linguageira na Antigüidade.	25
1.1 A faina com a palavra: Poética	26
1.2 Palavras ou materialidade sonante: Música, Métrica, Rítmica	28
1.3 Palavras para (co)mover: Retórica	30
1.4 Palavras para quê?: Filosofia (Dialética)	35
1.5 Amor pelas palavras: Filologia	40
1.6. Técnica das palavras: Gramática	43
2. Etimologia antiga: busca por sentidos.	51
2.1 A Etimologia nas diversas disciplinas	56
2.1.1 Prática <i>versus</i> teoria	56
2.1.2 Poética	57
2.1.3 Retórica	61
2.1.4 Filosofia	62
2.2. O sincrônico e o diacrônico: <i>etymologia ex origine</i> e <i>ex ratione/causa</i>	72
2.3 Etimologia como ferramenta hermenêutica: comentário e interpretação	76
3. O Cristianismo e questões de linguagem	89
3.1 Algumas visões linguageiras na concepção cristã: texto, alfabeto etc.	90

3.2 A <i>Bíblia</i> , as <i>linguae sacrae</i> e a Etimologia: unidade, inteligibilidade, tradução e comentário	99
4. Isidoro de Sevilha e sua “enciclopédia” etimológica	115
4.1 Circunstância política e saber	117
4.2 As <i>Etimologias</i> e a situação lingüística da Hispânia no século V d.C.	127
4.3 As disciplinas antigas nas <i>Etimologias</i>	140
4.4 As <i>Etimologias</i> e a Etimologia antiga: rupturas e continuidades.	145
4.5 <i>Etimologias</i> e <i>differentiae</i>	147
4.6 <i>Etimologias</i> e <i>Bíblia</i> : <i>ueritas hebraica</i> e linguagem coeva	157
4.7. Uma mística (científica) da linguagem: o(s) nome(s) e a(s) língua(s) de Deus .	168
4.8. O <i>De grammatica</i> e a <i>ars grammatica</i> e os fundamentos ocidentais da leitura .	172
4.8.1 A importância do texto nas <i>Etimologias</i>	174
4.8.2 Organização e método de apresentação do <i>Da Gramática</i>	177
Conclusão	217
<i>Etimologias: Livro I: Da gramática</i>	227
1. Da disciplina e da arte	227
2. Das sete artes liberais	231
3. Das letras comuns	234
4. Das letras latinas	246
5. Da gramática	258
6. Das partes do discurso	260
7. Do nome.	261
8. Do pronome	279

9. Do verbo	284
10. Do advérbio	290
11. Do particípio	291
12. Da conjunção.	292
13. Da preposição	295
14. Da interjeição	296
15. Das letras entre os gramáticos	296
16. Da sílaba	297
17. Dos pés.	298
18. Dos acentos	306
19. Dos formatos dos acentos.	309
20. Das pontuações	310
21. Dos sinais das sentenças	312
22. Dos sinais vulgares	318
23. Dos sinais jurídicos.	319
24. Dos sinais militares.	321
25. Dos sinais das cartas	322
26. Dos sinais feitos com os dedos	322
27. Da ortografia	323
28. Da analogia	330
29. Da etimologia	332
30. Das glosas.	334
31. Das diferenças	335

32. Do barbarismo	336
33. Dos solecismos	338
34. Dos vícios	340
35. Dos metaplasmos	345
36. Das figuras de construção	350
37. Dos tropos	359
38. Da prosa	381
39. Dos metros	382
40. Da fábula	390
41. Da história	393
42. Dos primeiros autores de histórias	394
43. Da utilidade da história	395
44. Dos gêneros da história	395
Referências	397

INTRODUÇÃO

Historiar sempre é um ofício que flerta com a lembrança, mas, sobretudo, com o esquecimento. Mais do que “resgatar”, “recuperar” ou “revalorizar”, os discursos historiográficos podem, com frequência, “apagar” e “recalcar” o indesejável ou o ininteligível do passado. Aliás, a própria construção de um passado se dá na sua relação com o presente. Assim afirma Michel de Certeau (2006, p. 15-16) ao falar sobre o procedimento fundamental da historiografia moderna ocidental:

Inicialmente a historiografia separa seu presente de um passado. Porém, repete sempre o gesto de dividir. Assim sendo, sua cronologia se compõe de “períodos” (por exemplo, Idade Média, História Moderna, História Contemporânea) entre os quais se indica sempre a decisão de ser *outro* ou de *não ser mais* o que havia sido até então (o Renascimento, a Revolução). Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é *voluntarista*. No passado, do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que pode ser “compreendido” e o que deve ser *esquecido* para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – desejo criado pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: “resistências”, “sobrevivências” ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um “progresso” ou de um sistema de interpretação. São lapsos na sintaxe construída pela lei de um lugar. Representam aí o retorno de um recalçado, quer dizer, daquilo que num momento dado se *tornou* impensável para que uma identidade nova se *tornasse* pensável¹.

Esse procedimento, segundo o próprio Certeau (*ibid.*, p. 16-17), muito longe de ser genérico, “é uma singularidade ocidental”. Após apresentar várias concepções de tempo diferentes, o autor aventura que:

É inútil multiplicar, fora de nossa historiografia, os exemplos que atestam uma outra relação com o tempo, ou, o que vem a ser o mesmo, uma outra relação com a morte. No ocidente, o grupo (ou indivíduo) se robustece com aquilo que exclui (é a criação de um lugar próprio) e encontra sua segurança na confissão que extrai de um dominado (assim se constitui o *saber* de/sobre o outro, ou ciência humana). É que ela sabe efêmera toda vitória sobre a morte; fatalmente a desgraçada retorna e ceifa. A morte assombra o Ocidente. Por este motivo o discurso das ciências humanas é patológico: discurso do *pathos* – infelicidade e

¹ A não ser que indiquemos o contrário, os relevos autonímicos das citações pertencem aos próprios textos. Ademais, as passagens citadas das obras em línguas estrangeiras, cuja tradução, em português, não está incluída na bibliografia, foram vertidas por nós.

ação apaixonada – numa confrontação com esta morte que a nossa sociedade deixa de poder pensar como um modo de participação na vida. Por sua conta a historiografia supõe que se tornou impossível acreditar nesta presença dos mortos que organizou (organiza) a experiência de civilizações inteiras e, portanto, que é impossível “remeter-se a ela”, aceitar a perda de uma solidariedade viva com os desaparecidos, ratificar um limite irredutível. O *perecível* é seu dado; o *progresso*, sua afirmação. Um é a experiência que o outro condena e combate. A historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado: estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte.

Trilhar uma senda dissonante dessa, criticada por Certeau, é intenção deste trabalho, ao tratar das *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.). Isso implica tomar algumas posições referentes à história. Primeiramente, por se tratar de um assunto, a etimologia, que, graças à semelhança do significante de “ontem” com o de “hoje”, poderia ser apreendido por uma “história da ciência” ou “das idéias”, faz-se necessário explicitar a relação aqui estabelecida com essas áreas e seus respectivos pressupostos. De partida, há o imperativo de negar, quando se fala de “história das idéias” ou “da ciência”, qualquer cisão entre as categorias de “autor” e de “obra”. Quanto a isso, ficamos, novamente, com Michel de Certeau (*ibid.*, p. 38-39):

[...] As *idéias* tornam-se uma mediação entre o Espírito (o *Geist*) e a realidade sócio-política. Supõe-se que constituam um nível onde se reencontrem o corpo da história e sua consciência, o *Zeitgeist*. Entretanto, a simplicidade do postulado se decompõe, diante da análise, em problemas complexos e aparentemente insolúveis. Por exemplo, qual é o *verdadeiro* Newton? De que tipo é a unidade que se postula, a de sua obra, e, portanto, a de um período? Que suporte fornece a tantas “idéias” diferentes a unidade emprestada às “idéias do tempo”, à “mentalidade” ou a uma “consciência coletiva” contemporânea? Esta unidade procurada, quer dizer, o objeto científico, se presta à discussão. Deseja-se ultrapassar a concepção individualista que recorta e reúne os escritos segundo sua “pertença” a um mesmo “autor”, que, então, fornece à biografia o poder de definir uma unidade ideológica, e supõe que a um homem corresponda um pensamento (como a arquitetura interpretativa que repete o mesmo singular nos três andares do plano clássico: o Homem, a obra, o pensamento). Tentaram-se identificar as totalidades mentais históricas: por exemplo, a *Weltanschauung* [*sic*] em Max Weber (concepção do universo ou visão do mundo), o *paradigma* científico em T. S. Kuhn, a *Unit Idea* em A. O. Lovejoy, etc. Essas unidades de medida se referem ao que Lévi-Strauss chamará de a sociedade *pensada* em oposição à sociedade *vivida*. Elas tendem a fazer ressaltar dos conjuntos “sancionados” por uma época, quer dizer das coerências recebidas, implicadas pelo “percebido” ou pelo “pensado” de um tempo, sistemas culturais suscetíveis de fundar uma periodização ou uma diferenciação dos tempos. Desta maneira se opera uma classificação do material na base dos inícios e fins ideológicos, ou daquilo que Bachelard chama de “rupturas epistemológicas”. As ambigüidades desses sistemas de interpretação foram vigorosamente criticadas, particularmente

por Michel Foucault. Elas se prendem, essencialmente, ao estatuto incerto, nem carne nem peixe, dessas “totalidades” que não são legíveis na superfície dos textos, mas no interior deles, realidades invisíveis que conduziriam os fenômenos. Em nome de quê supor e como determinar essas unidades a meio-caminho entre o consciente e o econômico? Elas ocupam o lugar de uma “alma coletiva” e permanecem como vestígio de um ontologismo. Logo serão substituídas por um “inconsciente coletivo”. Na impossibilidade de poder ser realmente controlável, esse sub-solo é extensível; pode se estender ou contrair à vontade; tem amplitude dos fenômenos a “compreender”. De fato, mais do que ser um instrumento de análise, representa a necessidade que tem dele o historiador; significa uma necessidade da operação científica, e não uma realidade apreensível em seu objeto.

Como Certeau afirma, um dos grandes críticos desse esquema tradicional da “história das idéias” é Michel Foucault (2005, p. 54), de quem reproduzimos algumas palavras:

[...] quatro [...] noções (significação, originalidade, unidade, criação) de modo geral dominaram a história tradicional das idéias onde, de comum acordo, se procurava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época ou de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas.

Segundo ele, foi com a leitura de outros historiadores da ciência e, em especial, com Canguilhem,

[...] a que devo o fato de ter compreendido que a história da ciência não se acha presa necessariamente à alternativa: crônica das descobertas ou descrições das idéias e opiniões que cercam a ciência do lado de sua gênese indecisa ou do lado de suas origens exteriores; mas que se podia, se devia fazer a história da ciência como de um conjunto ao mesmo tempo coerente e transformável de modelos teóricos e de instrumentos conceituais. (*ibid.*, p. 71-72)

Como contraponto à abordagem tradicional, Foucault propõe (*ibid.*, p. 59):

De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na história das idéias e que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*.

A constatação da *materialidade* das idéias e, concomitantemente, dos discursos, põe em xeque a dicotomia (para alguns, “falsa”; cf. LE GOFF, 2003, p. 95-96 *et passim*) entre *infra-estrutura*, ou seja, as condições econômicas, e a *superestrutura*, o campo das representações. Certeau (1975, p. 70-71), ao comentar a questão da emergência das

instituições científicas a partir do século XVII, trata da divisão infra-/superestrutura nos seguintes termos:

A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma “doutrina”. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. Não que uma seja a causa da outra. Não seria suficiente contentar-se com a inversão dos termos (a infra-estrutura tornando-se a “causa” das idéias), supondo entre elas o tipo de relação que estabeleceu o pensamento liberal quando encarregou as doutrinas de conduzirem a história pela mão. É, antes, necessário recusar o isolamento destes termos e, portanto, a possibilidade de transformar uma correlação numa relação de causa e efeito. É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as “idéias” que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que constituem, entre eles, funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar. Uma mudança social é, deste ponto de vista, comparável a uma modificação biológica do corpo humano: constitui, como ela, uma linguagem, mas adequada a outros tipos de linguagem (verbal, por exemplo). O isolamento “médico” do corpo resulta de um corte interpretativo que não dá conta das passagens da somatização à simbolização. Inversamente, um discurso ideológico se ajusta a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Que o discurso como tal, obedeça a regras próprias, isto não o impede de articular-se com aquilo que não diz – com o corpo, que fala à sua maneira. Em história, é abstrata toda “doutrina” que recalca sua relação com a sociedade. Ela nega aquilo em função de que se elabora. Sofre, então, os efeitos de distorção devidos à eliminação daquilo que a situa de fato, sem que ela o diga ou o saiba: o poder que tem sua lógica; o lugar que sustenta e “mantém” uma disciplina no seu desdobramento em obras sucessivas, etc. O discurso “científico” que *não fala* de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico.

Para o autor, o emprego da divisão entre as “idéias” e a “sociedade” deriva, ademais, de um apagamento, um *não-dito* do discurso “científico” que tenta colocar a si próprio para fora da história:

[...] é impossível eliminar do trabalho historiográfico as ideologias que nele habitam. Porém, dando-lhes o lugar de um objeto, isolando-as das estruturas sócio-econômicas, supondo, além disso, que as “idéias” funcionem da mesma maneira que essas estruturas, paralelamente e num outro nível, a “história das idéias” não pode encontrar a inconsistente realidade na qual sonha descobrir uma coerência *autônoma*, senão através da forma de um “inconsciente”. O que ela manifesta realmente, é o inconsciente dos historiadores, ou mais exatamente, do grupo ao qual pertencem. A vontade de definir *ideologicamente* a história é particularidade de uma elite social. Ela se fundamenta numa divisão entre as idéias e o trabalho. Costuma negligenciar igualmente a relação entre as ciências e suas técnicas, entre a ideologia dos historiadores e suas práticas, entre as idéias e sua localização ou as condições de sua produção nos conflitos sócio-econômicos de uma sociedade, etc. Nada espantoso, portanto, que esta divisão, ressurgência e reforço de um “elitismo” já bem definido em fins do século XVIII (Françóis

Furet, entre outros, acentuou-o freqüentemente), tenha como símbolo a justaposição entre uma “história das idéias” e uma “história econômica”. A procura de uma coerência própria a um nível *ideológico* remete, pois, ao lugar daqueles que a elaboram no século XX. Gramsci, sem dúvida, indica sua verdadeira proporção, quando, reexaminando a história das idéias, a substitui pela história dos “intelectuais orgânicos”, grupo particular, e do qual analisa a relação entre sua “posição” social e os discursos que eles produzem. (*ibid.*, p. 40).

A tentativa desta dissertação é de – ao comentar, acrescentar notas de rodapé e apresentar a tradução do livro I (*De grammatica*) dessa obra isidoriana – “mergulhá-la”, o máximo possível, no conjunto de discursos e práticas coevos a ela, procurando não cindir “autor” e “obra”, “idéias” e historicidade. Assim, este trabalho pretende ser uma introdução geral ao conceito de etimologia que habita nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha.

Concomitantemente, a recusa da dicotomia “idéias” e “sociedade” coaduna-se com outra, a de que haveria um “progresso” da ou na ciência, de modo que fosse possível, teleologicamente, avaliar o “passado”² como uma fase anterior e pior que a subsequente. Antes, sem entrarmos a fundo no problema das relações entre “passado” e “presente” (cf. LE GOFF, 2003, p. 23-29, 51, 207-234), preferimos não a “tranqüilidade” da linearidade evolutiva pacífica, mas a idéia de que não há “progresso”, porque não há continuidade, mas sim rupturas, mudanças na *ordem do discurso* e, logo, na vontade de saber. A mesma ruptura que, como disse Certeau, “mata” o anterior e instaura a “revolução”. As rupturas dão-se nos *jogos de verdade*:

No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida, rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, “no verdadeiro”. (FOUCAULT, 2005, p.33-4)

O filósofo francês dá como exemplo disso o não reconhecimento do trabalho do biólogo Mendel por seus pares coetâneos; graças, no entanto, a uma ruptura no discurso biológico, ele foi, posteriormente, “posto” na ciência:

² As aspas servem para questionar a existência “ontológica” do passado e, com isso, trazer à baila a noção do passado como uma “construção” (cf. LE GOFF, *op. cit.*, p. 25).

[...] Mendel dizia a verdade, mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse “no verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele [...]. (*ibid.*, p. 35).

E conclui:

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle, da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. (*ibid.*, p. 35-36).

Em se opondo à linearidade a ruptura descontínua, o contra-discurso que tencionamos apresentar, ao pretender falar de um “recalcado”, também não pressupõe um *continuum* desse último, como se ele estivesse escondido em algum lugar e, graças à análise, pudesse ser trazido de volta às luzes:

[...] o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (*ibid.*, p. 52-53).

Descontinuidade que fica bem clara nas já citadas palavras de Certeau, que diz: o *recalcado*, que se tornou *impensável* – graças à ruptura que instaurou um “passado” – pode *retornar* (e não ser *descoberto*) nas “franjas do discurso”, nos “lapsos da sintaxe”.

Por fim, embora não se trate de um trabalho de história nem de historiografia *stricto sensu*, explicitamos as duas últimas não-pretensões (muitas vezes, interligadas) – cuja recusa é um índice da atual ordem do discurso historiográfico – deste trabalho: o de não embarcar no historicismo de Ranke do *wie es eigentlich gewesen* (“como de fato aconteceu”) nem na ilusão de que fala Munslow (1997, p. 178 *apud* FUNARI, GARRAFFONI, 2007, p. 75-76):

O passado não é descoberto ou encontrado. É criado e representado pelo historiador como um texto que, por sua vez, é consumido pelo leitor. A História tradicional é dependente em seu poder de explicação como a estátua que preexiste

no mármore, ou o princípio do *trompe l'oeil*. Mas esta não é a única História que podemos ter. Ao explorarmos a maneira como representamos a relação entre nós e o passado, podemos ver-nos não como observadores distantes do passado mas, como Turner, participantes na sua criação. O passado é complicado e difícil o bastante sem a auto-ilusão que quanto mais nos engajamos com a evidência, mais perto estamos do passado. A idéia de descobrir a verdade na evidência é um conceito modernista do século XIX e não há mais lugar para ela na escrita contemporânea sobre o passado.

De volta a Isidoro, a escolha de traduzir o livro *De grammatica* deu-se pelo fato de acharmos de suma importância, na compreensão dos pressupostos e métodos da etimologia nas *Etimologias*, apresentar quais são os fundamentos relativos à língua ou linguagem de que parte Isidoro, pois, uma vez que, no interior das relações dos saberes antigos, a etimologia estava subjugada ao âmbito mais geral da *grammatica*, cremos ser indispensável traduzir o livro inicial que trata dessa disciplina, a fim de, juntamente com o estudo que acompanha a tradução, darmos uma “visão de conjunto” acerca do conceito isidoriano de etimologia.

Concomitantemente, não se pode fugir de questões relativas às visões modernas – geralmente, impregnadas por aquela noção triunfante de progresso – acerca da etimologia, tanto a de hoje como a de ontem, como fugir à historicidade das investigações de Isidoro na sua relação com a tradição anterior e com uma situação político-cultural particular da Hispânia na virada do século VI para o VII d.C.; ou seja, cabe perguntar de que lugar fala a obra do bispo de Sevilha. No entanto, vale ressaltar, aqui, que o tratamento a ser dado não pretende ser, de modo algum, exaustivo, pois que não se trata de um trabalho de historiografia, mas sim da apresentação aos leitores de língua portuguesa de parte traduzida das *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha.

0.1. COMO SE VÊ A ETIMOLOGIA DE HOJE

Antes de verificar as avaliações feitas sobre a etimologia hodierna por parte, por exemplo, da Lingüística moderna, cabe lembrar sua assiduidade como uma forma de labor com/sobre a língua, mesmo fora dos âmbitos eruditos/acadêmicos.

A glosa etimológica consta da lista que Authier-Revuz faz da chamada *modalização autonímica*, ou seja, “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14), como uma das formas de que os

enunciadores lançam mão, quando se percebe a presença de um sentido não-unívoco no enunciado, para fixar um sentido. Uma dessas glosas opera conforme um “conjunto de facetas do sentido onde se misturam, de uma maneira complexa, noções metalingüísticas e apreciações subjetivas (*figurado, etimológico, literal, estrito, forte, pleno, verdadeiro, bom...*) [...]” (*ibid.*, p. 39). Segundo a autora, essa *modalização autonímica* relaciona-se:

[...] com a metalinguagem natural, observável no discurso (*vs. lógica, externa*), [...] isto é, o ‘poder’ de reflexividade das línguas naturais [...]; com a metalingüística comum, ou epilingüística (*vs. científica*), que dá acesso às representações de sujeitos ao sujeito da linguagem (da língua, do sentido, da comunicação...); com o metaenunciativo, auto-representação do dizer se fazendo (*vs. discurso sobre a linguagem em geral, sobre um outro dizer...*) em que o discurso sobre a prática da linguagem, emergindo desta em pontos do dizer que requerem ‘mais dela’ do que um comentário, conjuga os dois planos da prática e da representação – como parte dessa prática (*ibid.*, p. 15).

Destarte, embora o objeto de que trataremos se encaixe em uma dessas oposições, a importância da proposta acima, para nós, está em mostrar que o fenômeno etimológico independe de qualquer tipo de formalização discursiva, uma vez que pode entrar em cena em qualquer ato enunciativo como uma dentre várias formas de tentar fixar um sentido “desejado”. Nesse ponto específico da enunciação, pouco importa saber se a glosa etimológica expressa é ou não “científica”:

A figura pela qual um enunciador desdobra reflexivamente o dizer de uma unidade, através de uma *explicitação univocizante* do sentido dessa unidade no seu dizer, constitui, em si, uma ruptura da evidência do UM das palavras e de seu sentido no dizer. Escolher em um ponto determinado da cadeia uma unidade X, em relação às outras unidades do paradigma examinável nesse ponto da cadeia, não é suficiente neste caso. É necessário, além disso, fixar o sentido que essa unidade recebe, em relação *aos outros* sentidos (polissemia) ou às outras palavras (homonímia, paronímia...) suscetíveis de entrar neste segmento X do dizer. Ao ‘assumir o esforço’ de especificar desta maneira o sentido de um elemento X, o enunciador dá testemunho da potencialidade de um sentido outro que ele ‘encontra’, não na ‘língua’, mas nas palavras aqui e agora, *em contexto*, e do qual deve *proteger* ativamente seu dizer. (*ibid.*, p. 31)

Assim, a etimologia, entendida como esse labor com/sobre a língua (o “esforço” de que fala Authier-Revuz), destinado a traçar diversas relações de parentesco semântico entre palavras ou expressões, é, sem dúvida, um patrimônio coletivo. Como a *modalização autonímica* concentra-se, sobretudo, no âmbito da *palavra*, oral ou escrita, pode-se dizer que, talvez, esse mesmo “esforço” não se dê, por exemplo, sobre a sintaxe ou

a morfologia de uma língua, com as quais aquele labor é tanto mais raro, uma vez que depende de certa formalização (um discurso técnico), quanto mais restrito, pois que é mais difícil tematizar “conscientemente” a ordem das palavras e/ou sua própria constituição interna.

É muito comum encontrar textos – em sentido lato (escrito ou falado) –, cuja introdução se destine, em algum momento, a comentar a “origem” da palavra-chave do tema a ser tratado. Ao comentar a busca pelas palavras, Authier-Revuz (*ibid.*, p. 88-9) afirma:

[...] há que se observar que a extrema freqüência dessas buscas de palavra na *escrita*, ou nos textos orais “preparados”, onde a representação da busca deriva de algo *deliberado* e não de uma restrição funcional. Em vez de reduzir essas formas ao status de “escória” do oral, de “barulho” da maquinaria da linguagem ao se produzir como tal – como diz Barthes –, pode-se notar que a *representação de um tempo* necessário para se encontrar uma determinada palavra é um dos meios de marcar a distância que separa o enunciador do simples gesto de dizer tal palavra [...].

E acrescenta, sobre possíveis efeitos retóricos produzidos nos textos:

[...] É evidente que o texto oral, em que não se pode suprimir as reformulações, deixa, mecanicamente, no fio do discurso, os *traços* do processo de produção. No entanto, há que se destacar a forte presença na escrita dessas formas, nas quais a ausência de restrições funcionais lhes confere o status de representação *deliberada* do encaminhamento, por etapas, da enunciação. A presença desses traços na escrita é relativa a uma retórica da *rasura mostrada*, cujo jogo enunciativo, à maneira do oral, não é negado. (*ibid.*, p. 97)

Deixados de lado os efeitos enunciativos e pensando sobre os “resultados” produzidos, esse labor comum com/sobre a língua é (re)nomeado no discurso da Lingüística moderna como *etimologia popular*, uma vez que, por se tratar de uma operação não formalizada, ou seja, que não segue *uma* determinada ordem discursiva, carece de “cientificidade”, não constituindo, pois, uma *metalinguagem*. Portanto, ainda hoje, dissecar o *valor de verdade* de um labor com/sobre a língua é fundamental na própria diferenciação de um saber dito *epilingüístico* (“popular”) e outro *metalingüístico* (“científico”). Embora haja posicionamentos muito matizados sobre a relação entre esses dois âmbitos, o *epilingüístico* e o *metalingüístico*³, o que se encontra com muita freqüência é a tentativa,

³ Assim como a definição cuidadosa de Aurox (1992b, p. 16, nota 4): “[...] Culioli utiliza o termo para designar o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem (‘a

pelo discurso “científico”, de querer acabar com o “popular” ou, no mínimo, desautorizar qualquer resultado por ele produzido. *Slogans* do tipo “ciência contra fantasia” ou “contra os abusos” etc. são muito comuns. Longe de querer propor uma posição definitiva sobre essa relação, este trabalho deseja entender esse labor com/sobre a língua como um fenômeno mais abrangente e generalizado, na medida em que, em linhas gerais, está presente em vários períodos diferentes de diversas culturas. Todavia, tem-se tentado, de alguma maneira, expurgá-lo, no Ocidente, como prática comum atestada, em textos, desde Platão. O tom empregado pelos defensores da etimologia científica lembra relatos de epidemiologistas contra avanços indesejáveis de perniciosos vírus e/ou de médicos opondo-se ao “obscurantismo” do curandeiro. Não é difícil encontrar termos como “perigo”, “armadilhas”, para os quais deve haver uma espécie de “polícia” a fim de que se “muna” os leitores desavisados contra os “falsificadores de origem das palavras”.⁴ Guiraud (1979, p. 15-16), lingüista especialista em Etimologia, não titubeia ao afirmar que: “Sem dúvida, os antigos – até o início do século XIX – não conceberam a idéia de “relação” senão nos termos vagos de uma analogia intuitiva, na ausência total de *critérios racionais e objetivos*

linguagem é uma atividade que supõe ela própria uma perpétua atividade epilingüística (definida como “atividade metalingüística não consciente”). Assumimos que *inconsciente* significa *não-representado*: em outras palavras, se esse saber é inconsciente como saber (não sabemos o que sabemos) é porque não dispomos de meio (metalinguagem ou sistema de notação) para falar da linguagem. Ainda que não-representado como tal, esse saber pode (e deve) *se manipular* sob forma de relações conscientes com seu objeto (no sentido da correção, jogos de linguagem etc.): esta manifestação é o que chamamos *consciência epilingüística* [...]. Ainda que a existência de elementos de representação metalingüística coloque um limite entre o epilingüístico e o metalingüístico, é evidente que é preciso antes considerar a relação entre os dois como um *continuum*: o primeiro não pára com o aparecimento do segundo; este último não traz automaticamente um conteúdo novo sem entrar no metalingüístico; enfim, podemos constatar a elaboração de procedimentos codificados (jogos de linguagem etc.) para manifestar a consciência epilingüística. Contrariamente ao saber das coisas naturais, o próprio do saber lingüístico é que é preciso aceitar que existe um certo sentido da palavra *saber* no qual é possível dizer que um locutor *sabe* o que é um nome, antes mesmo que existam palavras para dizê-lo e gramáticos [...]. Isto não implica [...] que o saber do gramático deva ser a representação desse saber inconsciente. Enfim, todo aparecimento de metalinguagem (existe emprego cotidiano dela) não desemboca necessariamente sobre o tipo de saber lingüístico que consideramos como um saber no sentido particular em que consideramos numa tradição gramatical. Poderíamos definir aproximadamente esse sentido pelos três critérios externos seguintes, sendo que o terceiro introduz, sem dúvida, uma restrição excessiva: 1. transmissão tradicional específica; 2. ligação com as artes da linguagem; 3. normas de adequação das asserções controladas pelas discussões, e mesmo protocolos explícitos (consistência lógica, exemplos canônicos, fatos).

⁴ Pode-se conferir tais brados numa revista não-acadêmica de divulgação que, graças ao sucesso de sua primeira tiragem, recebeu uma outra edição especial. Cf. ETIMOLOGIA (2006; 2007).

proprios a defini-la.”⁵ Para o autor (*ibid.*, p. 10), “a etimologia, que por muito tempo permaneceu uma arte, está *em vias de se tornar* uma ciência ou, ao menos, de tomar consciência de que ela dispõe, *enfim*, de meios que lhe permitiriam tornar-se uma ciência”⁶. O autor, ademais, lembra que, mesmo no discurso da lingüística, a etimologia ocupa um lugar duvidoso: “Alvo tradicional de sarcasmos da sátira, ela não é senão um conflito de hipóteses, de conjecturas, e, muito freqüentemente, de pessoas, [...] ainda hoje ela [a etimologia] permanece a parte mais subjetiva da lingüística [...]”⁷ (*ibid.*, p. 27). Com esse espírito, alerta para o fato de que a etimologia fantasiosa permanece subjacente em muitos procedimentos:

Os excessos da sátira não devem esconder de nós a generalidade dos procedimentos que, sob formas latentes e mais tímidas, continuam a florescer até nossos dias. A etimologia onomástica que, a partir de uma anedota quase sempre apócrifa, relaciona uma palavra a algum nome de lugar ou de pessoa permanece particularmente vivaz.⁸ (*ibid.*, p. 18)

Por fim, conclama seus pares a defender esse domínio da indesejada “invasão” de um exterior “fantástico” ou “não-científico”: “Uma das tarefas da etimologia moderna é exorcizar esses fantasmas lexicológicos, herança da tradição antiga e medieval”⁹ (*ibid.*, p. 19).

Assim, não é de se estranhar que se pudesse chegar ao ponto de, concretamente, excluir esse tipo de etimologia do mapa, como relata o historiador Hilário Franco Júnior no texto de apresentação à tradução brasileira da obra *Legenda áurea*, composta por um arcebispo de Gênova, Jacopo de Varazze (ca. 1229-1298). Ao comentar as etimologias do genovês, afirma:

⁵ *Sans doute les anciens – jusqu’au seuil du XIXe siècle – n’ont conçu l’idée de “relation” que dans les termes vagues d’une analogie intuitive, en l’absence de tous critères rationnels et objectifs propres à la définir.*

⁶ *L’étymologie, qui est longtemps restée un art, est en train de devenir une science; ou plutôt de prendre conscience qu’elle dispose enfin des moyens qui lui permettraient de devenir une science”.*

⁷ *Cible traditionnelle des sarcasmes de la satire, elle n’est pas qu’un conflit d’hypothèses, de conjectures, et bien souvent de personnes, [...] aujourd’hui encore elle [l’étymologie] reste la partie la plus subjective de la linguistique [...].*

⁸ *Les excès de la satire ne doivent pas nous cacher la généralité de procédés qui, sous des formes latentes et plus timides, continuent à fleurir jusqu’à nos jours. L’étymologie onomastique qui, à partir d’une anecdote presque toujours apocryphe, rattache un mot à quelque nom de lieu ou de personne reste particulièrement vivace*

⁹ *L’une des tâches de l’étymologie moderne est d’exorciser ces fantômes lexicologiques, héritage de la tradition antique et médiévale.*

eram, obviamente, produtos da época e portanto não podem ser julgadas segundo parâmetros modernos, como fez o editor do texto aqui traduzido, para quem se tratava de “malíssimas etimologias”, terreno no qual Jacopo “falhava muito” [...]. Muito menos devemos fazer como um tradutor, que excluiu aquelas etimologias alegando que elas “fariam rir, sem proveito para ninguém” [...]. (JACOPO DE VARAZZE, 2003, p. 17-18)

Parece que, assim como não se acredita mais na presença dos mortos (Certeau), não mais se concebe que as palavras possam ser relacionadas fora da concepção de radicais morfológicos e/ou leis fonéticas, como se o problema da relação semântica entre palavras estivesse “resolvido”.

Foi com o aporte das “gramáticas comparadas” do século XIX que a Etimologia foi alçada à categoria de ciência e tornada o carro-chefe do nascente domínio da Lingüística. Impressionados por proximidades entre línguas até então consideradas díspares como latim, sânscrito e alto-alemão, os primeiros comparatistas interessaram-se, sobretudo, por estabelecer graus de parentesco entre essas línguas e, se possível, sua história “desde as origens”. Porém, é possível que em função das demandas tradicionais da Etimologia desde Platão, a “parte” da língua que se tornou objeto principal dessas gramáticas tenha sido a morfologia e o léxico, em vez da sintaxe ou da semântica.¹⁰ Assim, a busca por regularidades que explicassem a existência de formas diferentes, porém, com origens provavelmente semelhantes, levou ao postulado das “leis fonéticas”, as quais tentavam dar conta das mudanças pelas quais o material fônico das palavras passava. Num primeiro momento, compararam-se palavras documentadas. No entanto, assim que se postulou que as mudanças eram “reguladas por leis”, viu-se aberta a possibilidade de se fazerem reconstruções que revelassem estágios anteriores ao das línguas historicamente documentadas. Disso nasce o Indo-Europeu, suposta língua da qual derivam uma gama grande de outras línguas originalmente espalhadas pelas terras euro-asiáticas. A fé na *etimologia comparada* foi tamanha que se chegou a vislumbrar a possibilidade de escrever

¹⁰ Nesse período, ainda não havia nem a área nem mesmo o termo *semântica*. Queremos dizer, portanto, que não se tematizaram as questões relativas às mudanças de sentido, problema que fundará, mais tarde, a Semântica, tal qual Bréal a definiu. Embora a etimologia dos comparatistas permitisse considerações a respeito do sentido original das palavras e, mesmo, a respeito de comparações entre os sentidos diferentes encontrados nas diversas línguas, não havia, como afirmamos, uma tentativa de explicar por que o sentido das palavras muda, objeto fundador de qualquer semântica.

contos em indo-europeu, assim que se havia construído já um certo arquivo lexical dessa suposta língua.

A validade desse modelo parecia inquestionável. No entanto, quando o comparativismo chegou à pesquisa das línguas românicas, viu-se que o modelo, embora muito produtivo, não poderia ser justificado em si mesmo. A decalagem percebida entre as formas historicamente documentadas do latim e os supostos desenvolvimentos fonéticos nas línguas românicas foi decisiva para que o modelo da *etimologia comparada* fosse posto em xeque. As invectivas contra a infalibilidade da *etimologia comparada* partiram de três posições nascentes nas pesquisas lingüísticas: i) a Dialetoлогия e a Geografia Lingüística; ii) o método “palavras e coisas” e a semântica; iii) o estruturalismo.

Tanto a Dialetoлогия quanto a Geografia Lingüística ajudaram a pôr no centro a questão do que é uma língua, graças ao apelo feito em nome do empirismo contra os modelos abstratos e quase mecânicos dos comparatistas. Atestando variedades complexas entre as “línguas nacionais” e os dialetos, esses estudos puderam postular, primeiro, que entre “língua nacional” e dialeto a diferença de nomenclatura não se explica a não ser por razões sócio-culturais e políticas; segundo, que, neste contexto, a Etimologia tornar-se-ia muito mais complexa, uma vez que deveria rastrear, por exemplo, as formas pelas quais as palavras vagam não só historicamente mas também espacialmente. Longe de recusar o método comparatista, a Dialetoлогия e a Geografia Lingüística o refinaram, ao mostrar que as mudanças não são uma explicação *per se*. Ademais, os estudos desse jaez trouxeram à discussão a participação do falante nas mudanças lingüísticas, aspecto negligenciado pelos comparatistas, uma vez que a língua fora concebida como um “organismo”. Segundo Bassetto (2005, p. 72):

Os estudos dos dados do Atlas, feitos por Guilliéron, seus discípulos e colegas, mostraram muitos problemas antes ignorados ou apenas mencionados pela escola neogramática, então dominante, com [*sic*] os da homonímia e da etimologia popular. Como exemplo de homonímia resultante da homofonia, Guilliéron encontrou na Gasconha a palavra *azã*, correspondente do fr. *faisan* (“faisão”) e *bigery*, fr. *vicaire* (“vigário”) como substitutos do que deveria ser a forma dialetal proveniente do lat. *gallum* (“galo”). No gascão, a geminada /ll/, em posição final por apócope, passa normalmente a /-t/, resultando a forma *gat*, homófona e homônima de *gat*, de *cattum* (“gato”). No ambiente de características rurais dos pequenos povoados, tal convergência de formas dos nomes dos animais domésticos e comuns deveria levar ao desaparecimento de uma delas. A criatividade popular elevou o galo a faisão, dada a relativa semelhança; por outra

via, o comparou metaforicamente a um padre vigário, que “deve zelar pelas mulheres piás e devotas do lugar”, infere Wartburg, acordando-as com seu canto para a missa diária.

Mutatis mutandis, são problemas semelhantes aos colocados pela Dialetoлогия e pela Geografia Lingüística que motivaram o grupo que ficou conhecido como *Wörter und Sachen* (“Palavras e Coisas”). Se as leis fonéticas não são infalíveis enquanto explicação de uma série de palavras como o mostravam suas variações dialetais e espaciais, poder-se-ia perguntar, então, quais pressupostos e motivações subjaziam a essas diferenças. Do ponto de vista dos pressupostos, a inquirição das *Palavras e Coisas* advogava pela independência dessas duas instâncias, a da realidade e a da língua, uma vez que a *coisa* preexistia à *palavra*. Por isso, nesse método, o estudo das relações culturais era fundamental, pois, se se considerasse, por exemplo, a história dos intercâmbios técnicos, seria possível investigar também como as suas denominações intercambiam-se. Disso, nasce o estudo dos empréstimos lingüísticos. Conforme Guiraud (1979, p. 62):

Do método da palavra e da coisa surge o estudo dos empréstimos. Nesse tipo de palavra [...] a palavra chega-nos, em geral, com a coisa. É necessário, então, refazer, de um lado, a história das coisas (técnicas, modas, instituições, etc.), de outro, a das relações políticas e culturais ao mesmo tempo que a das vias de passagem: feiras, mercados, peregrinações, rotas, etc.¹¹.

Citemos, à guisa de exemplo, um dos resultados mais clássicos da pesquisa *Palavras e Coisas*:

Sob esse prisma, foram estudados os termos românicos derivados do lat. *ficatum*: port. *figado*, cast. *hígado*, cat. *fedge*, prov. *fedge*, fr. ant. *firie*, fr. mod. *foie*, friul. *fiyat*, eng. *fio*, it. *fegato*, vejl. *fekuat*, rom. *ficat*, além de muitas variantes dialetais. Trata-se, portanto, de um termo panromânico. Entretanto, o termo latino correspondente é *iecur*; de início, não se sabia como havia surgido o vocábulo românico por não se conhecer a “coisa” designada por *ficatum*. A pesquisa mostrou que a “coisa” etimológica estava no costume dos gregos de engordar patos e porcos com figos; dessa prática resultava que o fígado desses animais se tornava maior e melhor para o consumo, sendo então denominado ἰήπαρ συκωτόν pelos gregos, isto é, “fígado engordado com figo” (gr. σῦκον, lat. *ficum*, port. *figo*). Os romanos importaram a mercadoria e o nome, traduzindo-o por *iecur ficatum*; por braquissmia, reduziu-se a expressão ao segundo elemento apenas. Assim, *ficatum* substituiu totalmente a denominação antiga *iecur* e tornou-se étimo dos termos românicos (BASSETO, *op. cit.*, p. 75).

¹¹ *De la méthode du mot et la chose ressortit l'étude des emprunts. Dans ce type de mot [...] le mot nous vient en général avec la chose. Il faut donc refaire, d'une part, l'histoire des choses (techniques, modes, institutions, etc.), d'autre part celle des relations politiques et culturelles en même temps que des voies de passage: foires, marchés, pèlerinages, alliances, etc.*

Estava aberto, portanto, o caminho para que se pudesse sair de considerações quase que estritamente morfológicas em direção aos problemas relacionados à significação das palavras. É nesse contexto que surge a ciência das significações, cujo nome Semântica foi empregado, pela primeira vez, por Michel Bréal num artigo de 1883 (cf. BRÉAL, 1992, p. 220). Ele defendia a Semântica como uma ciência histórica, porém, não necessariamente comparativa. Contrário aos “exageros” das leis fonéticas assim como o empréstimo vocabular às ciências naturais, Bréal interessa-se em recolocar a intervenção humana na mudança lingüística, deixando de conceber a língua como um autômato que se desenvolve *à l’aise*. Fenômenos como a homonímia, a sinonímia etc. e o caráter eminentemente polissêmico das línguas naturais questionavam certos desenvolvimentos desejáveis no interior de um quadro comparatista.

Finalmente, no *Curso de Lingüística Geral* de Saussure, a Etimologia, por ser quase que automaticamente associada aos trabalhos de uma Lingüística Histórica, foi posta em segundo plano como objeto da lingüística estruturalista, uma vez que se encontrava no âmbito da *diacronia*. Para o Saussure do *Curso*, aliás, a Gramática Comparada, apesar de seus méritos, não constituía uma ciência:

Tal escola [...], que teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Lingüística. Jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria. O primeiro erro, que contém em germe todos os outros, é que nas investigações, limitadas aliás às línguas indo-européias, a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que significavam as analogias que descobria. (SAUSSURE, 2006, p. 10)

Era a *sincronia*, baseada na idéia de que a língua se constitui por ser um sistema de signos, que ganhara maior atenção, uma vez que, como diz Saussure, na famosa metáfora do xadrez:

[...] nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. Não é menos verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e para resolvê-la, observar-se-á esta regra: é interno tudo quanto provoca mudança no sistema em qualquer grau. (*ibid.*, p. 32)

Em várias passagens do *Curso*, a Etimologia, então, nada mais serve senão como um saber acessório, como, às vezes, se concebe a Estatística. Para Benveniste, as insuficiências da Etimologia não se devem a ela própria, mas às dificuldades decorrentes de qualquer reconstrução que lide com a Semântica:

As noções semânticas apresentam-se ainda sob uma forma tão vaga que para tratar de um só de seus aspectos, seria necessário começar colocando um corpo de definições rigorosas. Mas essas definições demandariam, por sua vez, uma discussão que versasse sobre os princípios próprios da significação. É uma tarefa longa e árdua, da qual os trabalhos consagrados até aqui à semântica não dão, a não ser, uma idéia frágil [...]. Em geral, os critérios de uma reconstrução formal podem ser estritos, porque eles decorrem de regras precisas, das quais não se pode escapar a não ser que se acredite ser possível substituí-las por outras mais precisas. Todo o aparato da fonética e da morfologia intervêm para sustentar ou refutar essas tentativas. Mas, em matéria de sentido, não há outro guia que não uma certa verossimilhança, fundada sobre o “bom senso”, sobre a apreciação pessoal do lingüista, sobre paralelos que ele possa citar. O problema é sempre determinar se e como, em todos os níveis de análise, no interior de uma mesma língua ou em diferentes etapas de uma reconstrução comparativa, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis identificam-se pelos seus sentidos. [...] A etimologia poderia faltar-nos; mesmo dada, ela, sozinha, não seria suficiente para garantir a independência atual de dois morfemas, os quais poderiam, em virtude de sua identidade formal, ter se associado, de algum modo, pelo seu sentido e criar uma unidade semântica nova. (BENVENISTE, 1966, p. 289)¹²

Ainda hoje a Etimologia é vista de forma divergente no interior do discurso lingüístico. Em perspectivas sincrônicas, seu valor é considerado (quase) nulo. Porém, com a nova força que ganham os estudos diacrônicos, especialmente através da Lingüística Histórica, a discussão da Etimologia não pode ser deixada de lado. Desde Guilliéron, está enunciada a máxima da Etimologia hodierna: *fazer a história total de cada palavra*, como se tratasse de uma “lexibiografia”. O único matiz acrescentado a isso é: desde que seja de

¹² *Les notions sémantiques se présentent encore sous une forme si vague que pour en traiter un aspect, il faudrait commencer par poser un corps de définitions rigoureuses. Mais ces définitions demanderaient à leur tour une discussion portant sur les principes mêmes de la signification. C'est une tâche longue et ardue, dont les travaux consacrés jusqu'ici à la sémantique ne donnent qu'une faible idée. [...] En général, les critères d'une reconstruction formelle peuvent être stricts, parce qu'ils découlent de règles précises, dont on ne peut s'écarter que si l'on se croit en mesure d'y substituer des règles plus exactes. Tout l'appareil de la phonétique et de la morphologie intervient pour soutenir ou réfuter ces tentatives. Mais, en matière de sens, on n'a pour guide qu'une certaine vraisemblance, fondée sur le "bon sens", sur l'appréciation personnelle du linguiste, sur les parallèles qu'il peut citer. Le problème est toujours, à tous les niveaux de l'analyse, à l'intérieur d'une même langue ou aux différentes étapes d'une reconstruction comparative, de déterminer si e [sic] comment deux morphèmes formellement identiques ou comparables peuvent être identifiés par leur sens. [...] L'étymologie pourrait nous manquer; même donné, elle ne suffirait pas seule à garantir l'indépendance actuelle des deux morphèmes, qui auraient pu, en vertu de leur identité formelle, s'associer par leur sens en quelque manière et créer une unité sémantique nouvelle.*

acordo com o “sistema” da língua. Ou seja, cada palavra traça seu caminho, mas todas dentro de certos limites, que são os da língua.

Quanto à etimologia popular, não é curioso notar que ela, apesar de ser vista como um dos princípios explicativos de algumas mudanças lexicais, é tratada de forma menoscabante no *Curso*; a comparação que é atribuída a Saussure entre a analogia e a etimologia popular é bastante sintomática:

Acontece-nos por vezes estropiar palavras cuja forma e cujo sentido nos são pouco familiares, e às vezes o uso consagra tais deformações. [...] Essas inovações, por extravagantes que sejam, não se fazem completamente ao acaso; são tentativas de explicar aproximadamente uma palavra embaraçante relacionando-a com algo conhecido. Deu-se a esse fenômeno o nome de etimologia popular. À primeira vista, ela não se distingue da analogia. [...] a única diferença seria então que as construções da analogia são racionais, ao passo que a etimologia popular procede um pouco ao acaso e não leva senão a despropósitos. (SAUSSURE, 2006, p. 202)

Por quê, não se sabe e nem é dito por Saussure. O problema aqui com a etimologia popular parece não ser de ordem estritamente lingüística como se poderia imaginar. Parece estar implícito nas palavras de Saussure certo “pavor” pela assistemática. Assim, o problema da etimologia popular não é que, como a analogia, é um princípio motivador de mudanças lexicais, mas sim que esse princípio soa ao lingüista suíço como indomável, imprevisível, logo, irracional e fora da sistematicidade desejada. Talvez seja por isso que, ao contrário da Etimologia metalingüística, a epilingüística careça tanto de cientificidade como tal e não possa mesmo ser objeto de estudo, uma vez que lhe “escapa” uma ordem. É assim que ela pode ser deixada de lado:

A etimologia popular não age, pois, senão em condições particulares, e não atinge mais que palavras raras, técnicas ou estrangeiras, que as pessoas assimilam imperfeitamente. A analogia, ao contrário, é um fato absolutamente geral, que pertence ao funcionamento *normal* da língua. Esses dois fenômenos, tão semelhantes por certos lados, se opõem na sua essência; devem ser cuidadosamente distinguidos. (*ibid.*, p. 204, grifo nosso)

Embora haja fendas importantes, é possível ver continuidades entre a *etimologia popular* de hoje e as relações semânticas propostas no diálogo *Crátilo*, de Platão. Porém – e isso não é banal –, grande diferença há, pois lá (como em muitos outros momentos da história ocidental), não se tratava de “popular” (no sentido de não “representado” ou não “esclarecido”), mas sim de uma verdadeira *tékhne* (τέχνη), i.e., um

saber. Curiosamente, o sinal era invertido: essa *tékhnē* era justamente concebida como destinada a poucos, ou seja, aos poucos que fossem sábios. Outra diferença importante diz respeito à concepção de tempo, como expresso nas palavras de Certeau, uma vez que ela pode determinar, em certa medida, a entrada ou não da *diacronia* no labor com/sobre a língua. Tanto isso é verdade que o próprio conceito de *etimologia popular* embute a noção de *diacronia*, fato não necessariamente contemplado pela Etimologia antiga.

0.2. COMO SE VÊ A ETIMOLOGIA DE ONTEM

Se, como dito, a Etimologia antiga compartilha *prima facie* algumas características com o conceito de *etimologia popular*, sua apreciação, por parte de autores modernos, torna-se ainda mais difícil, uma vez que ela fez parte de uma investigação considerada séria, cujas discussões sobre seus valores em nada eram diferentes, quanto à intensidade, de qualquer debate atual correlato:

A etimologia, uma vez considerada a quintessência do conhecimento humano acerca da língua, tem sido sistematicamente excluída da maioria dos discursos contemporâneos da ciência da linguagem. No interior do programa gerativista relativo à teoria e à pesquisa lingüísticas, não há lugar para especulações etimológicas. Fora da gramática gerativa, a análise etimológica contemporânea é promovida como “científica” e “mais verdadeira” que tentativas anteriores de dar conta das origens das palavras e da língua. As práticas e as pressuposições da gramática e da etimologia da Antigüidade clássica e dos albores da Idade Média põe-nos em contato com um problema interpretativo na historiografia da lingüística.¹³ (AMSLER, 1989, p. 8)

Se se imputa, sem mora, o epíteto de “erro” para esse tipo de investigação, não é difícil enunciar que:

[...] Com efeito, foi a partir do momento em que se estabeleceu, com um mínimo de objetividade e de exatidão, a história e o desenvolvimento das diferentes línguas que se pôde reconhecer a origem das palavras e sua filiação. *Um milhão de anedotas e de fábulas* separam as especulações de Platão dos trabalhos de Grimm e de Diez. Os princípios, no entanto, de nosso estudo foram postos pelos primeiros gramáticos gregos em termos que não se alteraram e que permanecem válidos; são os métodos que os antigos não conceberam nem os critérios sem os quais a etimologia permanece uma obra de *pura imaginação*. Mas esses

¹³ *Etymology, once considered the quintessence of human knowledge about language, has been systematically excluded from most contemporary discourses of language science. Within the generative program for linguistic theory and research, etymological speculations do not have a place. Outside generative grammar, contemporary etymological analysis is promoted as “scientific” and “truer” than earlier attempts to account for the origins of words and language. The practices and presuppositions of classical and early medieval grammar and etymology present us with an interpretative problem in the historiography of linguistics.*

balbucios e errâncias de nossos predecessores conservam todo o seu valor instrutivo. *Os erros, progressivamente eliminados*, as armadilhas, uma a uma transpostas, e essa longa rota, lentamente desbravada e assinalada, mostra-nos o caminho – uma via aberta a duras penas – que nos resta percorrer; porque é por demais evidente que os mitos lexicais denunciados no primeiro capítulo ainda entopem os mais recentes de nossos dicionários.¹⁴ (GUIRAUD, 1979, p. 11; grifos nossos)

Ir além desse “erro” foi fundamental para os primeiros lingüistas do século XIX (“século da ciência”) para construção de um acontecimento: a constituição da Lingüística como uma *ciência*. Segundo Ducrot (2001, p. 20):

[...] como a crença na conservação da matéria faz passar da Alquimia à Química, o princípio da regularidade da modificação lingüística assinala o nascimento da Lingüística a partir daquilo que se chamava então ETIMOLOGIA. Esta, mesmo quando se apresentava como *histórica* (o que nem sempre era o caso), e quando explicava uma palavra ao encontrar, num estado *anterior*, a palavra de onde ela provém, estudava cada palavra separadamente, convertendo-a em problema isolado. Este procedimento tornava extremamente difícil a obtenção de critérios, pois com frequência diferentes etimologias parecem possíveis para um mesmo termo. E, assim sendo, como escolher? A Lingüística Histórica, em contrapartida, explica uma palavra *b* por uma palavra *a* precedente somente se a passagem de *a* para *b* for o caso particular de uma regra geral que seja válida para muitas outras palavras, e leva a compreender também que *a'* se haja tornado *b'*, *a''* tornado *b''*, etc.

A partir desse momento, toda abordagem que não seguia essa ordem discursiva ganhou a alcunha de *fantástica*¹⁵, obra de pura imaginação (como se a imaginação fosse

¹⁴ [...] *C'est en effet à partir du moment où on a établi avec un minimum d'objectivité et de certitude l'histoire et le développement des différentes langues qu'on a pu reconnaître l'origine des mots et leur filiation. Un millénaire d'anecdotes et de fables sépare les spéculations de Platon des travaux de Grimm et de Diez. Les principes, pourtant, de notre étude sont posés par les premiers grammairiens grecs dans des termes qui n'ont pas changé et qui restent toujours valables; ce sont les méthodes, que les anciens n'ont pas conçues, ni les critères fautes desquels l'étymologie reste un œuvre de pure imagination. Mais ces balbutiements et errements de nos prédécesseurs gardent toute leur valeur enseignante. Les erreurs, progressivement éliminées, les pièges, un à un érudés, et cette longue route, lentement défrichée et jalonnée, nous montrent le chemin qu'il nous reste à parcourir sur une voie à peine ouverte; car il est trop évident que les mythes lexicaux dénoncés dans ce premier chapitre encomrent encore nos dictionnaires les plus récents.*

¹⁵ Cf. o comentário crítico de Auroux *et al.* (1985, p. 13-14): “[...] Se se toma ‘fantástico’ em seu sentido banal de produto da imaginação (processo pelo qual uma consciência em situação no mundo coloca aquilo que ela visa como irreal, segundo a análise de Sartre, aqui suficiente), é claro que o teórico ‘fantástico’ não coloca sua teoria como uma visada do irreal. À primeira vista, o fantástico daquilo que é assinalado como tal não é um produto de si mesmo, como o imaginário o é da consciência imaginante. [...] O assinalamento de fantástico depende de uma situação de enunciação. É o discurso científico que produz o fantástico. Nenhum discurso de visada cognitiva é em si previamente fantástico, mesmo se se reconhecem nele objetos, como formas de construções, particulares: foi necessário, em primeiro lugar, que esses objetos e formas fossem particularizadas. Se é a ciência que assinala o fantástico como tal, é que o fantástico foi concebido como não-científico e falso. Mais nem tudo que é falso é não-científico: faz parte da prática científica colocar hipóteses dentre as quais algumas se concebem como falsas, sem que, por essa razão, sejam consideradas como não-

“pura”, sem referência ao mundo circundante e como se ela não tivesse limites históricos, culturais e lingüísticos). Portanto, ao se escrever uma História da Lingüística, é comum procurar nas obras do “passado” aquilo que pode ter algo que ver com o que se produz hodiernamente, de modo a construir uma idéia de que, apesar dos percalços, das “alquimias da vida”, há um progresso da ciência, triunfante, cujo cume, curiosamente, é o estado atual das pesquisas. Assim, muitas das seleções feitas para um trabalho de Historiografia Lingüística podem ser motivadas por “simpatias” àqueles antigos que, num determinado ponto, teriam sua obra assemelhada às demandas de hoje, tornando essa historiografia uma mera busca pelos predecessores de um saber atual, a fim de, dessa maneira, advogar pela antigüidade de certas áreas atuais de investigação.

Mas o recalcado da história insiste em (re)aparecer, não como dejetos deixados na lata do lixo da História (da ciência), mas sim como saber vivo, *scientia*, porque se relaciona com *scire*, além de poder estar em jogo também um deleite, *sapor* (cf. O’HARA, 1996, p. 3). É essa “alquimia”, essa “fantasia”, “mística” da linguagem que, secundariamente à tradução *per se*, é objeto deste trabalho. Ou melhor, é justamente a articulação de aspectos considerados místicos com a constituição de uma *tékhnē* que chama atenção para um outro mundo, no qual a mística é uma *scientia* e a ciência explica (em parte) e reforça o *mysticus*. Uma vontade de transcender o óbvio, vezo de toda etimologia criativa:

[...] Segundo Malkiel: “... a etimologia criativa pressupõe, da parte de seu praticante, um desejo de transcender o domínio do óbvio e do muito provável e de operar no arriscado reino de conjecturas crescentes...”. Mais do que marcar a dicotomia ciência/não-ciência, Malkiel substitui-a por um continuum de probabilidades que partem do “óbvio” ao “conjectural”, as quais dependem, em parte, de se ter maiores ou menores somas de evidência. Malkiel não corrobora a

científicas – e ‘fantásticas’. Nem tudo que é não-científico é fantástico e não tem sido sempre assim” ([...] *Si l’on prend ‘fantastique’ en son sens banal de produit de l’imagination (processus par lequel une conscience en situation dans le monde pose ce qu’elle vise comme irréel, selon l’analyse de Sartre, ici suffisante), il est clair que le théoricien ‘fantastique’ ne pose pas sa théorie comme une visée de l’irréel. A première vue, le fantastique de ce qui est assigné comme tel n’est pas un produit de lui-même, comme l’imaginaire l’est de la conscience imageante. [...] L’assignation du fantastique dépend d’une situation d’énonciation. C’est le discours scientifique qui produit le fantastique. Aucun discours à visée cognitive n’est d’abord en soi du fantastique, même si l’on peut lui reconnaître des objets, comme des formes de constructions, particuliers: il a d’abord fallu que ces objets et ces formes fussent particularisés. Si c’est la science qui assigne le fantastique comme tel, c’est que le fantastique est compris comme du non-scientifique, et du faux. Mais tout le faux n’est pas du non-scientifique: il entre dans la pratique normale de la science de poser des hypothèses dont certaines sont reconnues fausses, sans pour cela être considérées comme non scientifiques – et ‘fantastique’. Tout le non-scientifique n’est pas du fantastique et n’a pas toujours été comme tel).*

posição de que toda hipótese é boa, mas reconhece que os reais desafios etimológicos são os mesmos perseguidos na etimologia criativa.¹⁶ (AMSLER, 1989, p. 9).

Portanto, recorrendo à obra de Isidoro assim como a textos correlatos da Antiguidade e da Idade Média, argumentar-se-á que a visão “moderna” não só se equivoca ao cobrar “modernidade” da Etimologia, mas também não entende seus sentidos variantes, em que se engendra um complexo de reflexões relativas à linguagem que apelam ora ao sincrônico, ora ao diacrônico, ora ao uso, ao metafísico e ao místico:

[...] A etimologia tem figurado numa série de explicações diferentes da ciência lingüística e em vários tipos de estudo da língua: a famosa seção etimológica no *Crátilo* de Platão, a enciclopédia etimológica do conhecimento de Isidoro de Sevilha, a procura de Leibniz em direção ao caráter universal da linguagem, e a lingüística histórica assim como a reconstrução das raízes indo-européias do século XIX. O desenvolvimento da lingüística ocidental pode ser mapeado com grandes detalhes como uma série de repostas à questão de se a língua tem ou não história. Mas como parte da produção social do conhecimento, as primeiras práticas lingüísticas, tais como a etimologia clássica e a de Isidoro, constituem uma formação discursiva, cujas pressuposições, asserções e critérios são discerníveis, mas diferentes das de Curtius ou Jerspersen. Atualmente, muitos desses critérios e asserções estão fora do domínio do que muitos lingüistas aceitam como ciência legitimada e têm sido remodeladas como linguagem figurativa, folclore, discurso delirante, jogo de palavras. Esse deslizamento de um discurso previamente científico, que parte de uma ciência positiva para um jogo figurativo, é a motivação para um contra-discurso: a historiografia da lingüística como reconstrução de um domínio cujo momento de cristalização como ciência é passado, mas cuja discursividade e textualidade permanecem. A tarefa da historiografia é contar uma outra história a respeito dessas letras mortas, é produzir “o passado”, trazer à vida a rede social dentro da qual esses textos foram concebidos. Tal projeto, inevitavelmente, perturba as margens e fronteiras da ciência na medida em que põe em questão o privilégio absoluto do saber contemporâneo.¹⁷ (*ibid.*, p. 9-10).

¹⁶ [...] According to Malkiel: “... creative etymology presupposes, on the part of its practitioner, a desire to transcend the domain of the obvious and highly probable and to operate in the hazardous realm of the increasingly conjectural ...”. Rather than marking the science/nonscience dichotomy, Malkiel substitutes a continuum of probabilities from the “obvious” to the “conjectural,” depending in part on whether one has greater or lesser amounts of evidence. Malkiel does not subscribe to the position that one hypothesis is as good as another, but he acknowledges that the real etymological challenges are those pursued in creative etymology.

¹⁷ [...] Etymology has figured in many different accounts of linguistic science and in various kinds of language study: the famous etymological section in Plato’s *Cratylus*, Isidore of Seville’s etymological encyclopedia of knowledge, Leibniz’s research into the universal character of language, and nineteenth-century historical linguistics and the reconstruction of Indo-European roots. The development of Western linguistics can be mapped in great detail as a series of responses to the question of whether or not language has a history. But as part of the social production of knowledge, earlier linguistic practices, such as classical and Isidorian etymology, constitute a discursive formation whose presuppositions, statements, and criteria are discernible but different from Curtius’ or Jerspersen’s. Currently, many of these criteria and statements

Nesta introdução, tentamos mostrar quais os conceitos hodiernos vindos da História e da Lingüística que julgamos serem os mais operacionais para tratar da etimologia como um objeto específico, especialmente, da que se encontra nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. Pretendeu-se afirmar a idéia de que a etimologia é necessariamente contraditória, uma vez que se trata de um labor em que seus sujeitos tencionam estabelecer caminhos para os sentidos pela língua e com a língua. No entanto, a prática etimológica hodierna, ao menos a que se encontra no discurso lingüístico, parece tentar “apagar” a sua relação contraditória com o diacrônico e o sincrônico, aventando ser possível apenas acompanhar a história das palavras sem que essa narrativa tenha conseqüências, ao mesmo tempo, na busca por “fixar” um sentido atual. É partindo do pressuposto de que a contradição é constitutiva da etimologia, porque nela se entrecruzam, necessariamente, a história e a língua – ou seja, relacionam-se passado e presente, produzindo lugares em que o equívoco é inevitável – que analisaremos as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. O que se busca demonstrar é que, ao contrário do discurso etimológico “científico” atual, a etimologia na Antigüidade e no início da Idade Média não excluía o sincrônico de sua reflexão. O discurso etimológico latino não se preocupava só com a *origo* (“origem”), mas também com a *causa* (“causa”), a *ratio* (“lógica”) e o *usus* (“uso”) das palavras. Ademais, há outros matizes de emprego do discurso etimológico que passam, necessariamente, pela apreciação de um certo conceito de língua, de sentido e de história. Não é à toa que daremos ênfase à emergência do discurso cristão e à nova relação que esse estabeleceu com o saber etimológico e gramatical produzido em ambiente greco-romano. Dentro dessa perspectiva, vimos como fundamental trazer à reflexão certas noções de história presentes nos debates atuais, tanto para melhor dar conta do objeto etimologia como fenômeno inscrito na contradição da história, própria da relação passado/presente, quanto para poder falar sobre um discurso etimológico de outra época sem o colocar num debate que não era o

are outside the domain of what many linguists accept as legitimate science and have been reframed as figurative language, folklore, dream discourse, or language play. This slippage of a previous scientific discourse from positive science to figurative play is the motivation for a counter discourse – the historiography of linguistics as the reconstruction of a domain whose moment of crystallization as a science has past but whose discursivity and textuality remain. The historiographic task is to tell another story about these dead letters, to produce ‘the past,’ to bring to life the social network within which these texts are motivated. Such a project inevitably unsettles the margins and boundaries of science in as much as it calls into question the absolute privilege of contemporary knowledge.

seu próprio. Não temos, por fim, intenção de confrontar os conceitos modernos historiográficos e lingüísticos com aquilo que, nas *Etimologias*, está dito a respeito da história e da língua. A conceituação moderna marca a posição teórica de que partimos para, justamente, melhor apreender, descrever e analisar como, nas *Etimologias*, se relacionam os problemas relativos à língua, à história, à construção dos sentidos etc.

Esta dissertação divide-se, basicamente, em duas partes: um estudo introdutório, de caráter geral, ao problema da *grammatica* e da etimologia nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha; e a tradução do livro I daquela mesma obra, intitulado *Da gramática*, cujo lugar é central em nosso interesse de entender as relações que se estabelecem entre o problema da linguagem, da *grammatica* e da etimologia e as questões teológicas e eclesiais próprias ao discurso cristão. Com essa divisão, entendeu-se que questões de âmbito mais geral que problematizam as relações saber-poder ou língua e sociedade deveriam aparecer no estudo introdutório, enquanto os temas mais propriamente “técnicos” concernentes ao discurso gramatical antigo e similar fossem apresentados, na segunda parte, juntamente com as notas à tradução. Portanto, nos capítulos deste estudo que se seguem, abordaremos, de forma abrangente, em primeiro lugar, as correntes analíticas de fenômenos relativos à linguagem que julgamos ser os mais caros às discussões ulteriores; assim, trataremos do problema da linguagem para a retórica, para a filosofia, etc., bem como o percurso próprio da disciplina que emergiu defendendo que seu objeto é a língua, a saber: a *grammatica*. Em seguida, passaremos ao domínio da etimologia em suas discussões primevas e descreveremos a fortuna desse labor com a língua nas diversas disciplinas do saber antigo, além de tentar traçar as linhas gerais dessa inquirição em ambiente greco-latino. No terceiro capítulo, abriremos espaço para a emergência do cristianismo como “semântica de mundo” e para as relações de força que estabeleceu com o saber secular greco-romano, donde cunhou um lugar particular nos debates acerca da linguagem. Por fim, aportamos na Hispânia de meados dos séculos VI e VI, onde encontramos a figura do polímata Isidoro de Sevilha, cuja “obra” *Etimologias* constitui o objeto central desta dissertação em nossa busca por apreciar qual a particularidade desse discurso e o que há nele de regular. Longe de querer dar uma resposta definitiva, esperamos, no entanto, ter contribuído para enunciá-las de forma mais matizada.

1.

ALGUNS BREVES ASPECTOS DA REFLEXÃO LINGUAGEIRA NA ANTIGÜIDADE

Mister difícil o de traçar, mesmo que seja *grosso modo*, os percursos das problemáticas relativas à linguagem no universo da tradição greco-romana. A tentativa aqui engendrada propõe-se matizar melhor esse percurso, de modo a fazer perceber que os problemas languageiros não eram próprios a um só saber nem abordados sob um mesmo ponto de vista. O mais importante para o fito deste trabalho é demonstrar quão presente esteve a questão dos nomes – a qual, embora ainda inominada como tal, pode ser vista como etimológica – desde os mais priscos registros gregos, de quem partiremos, uma vez que nosso interesse situa-se nas relações estabelecidas com os escritores de língua latina. Dessarte, ao avaliar essa questão, tencionamos evidenciar tanto a presença histórica da Etimologia quanto as suas relações com fenômenos hodiernos de criatividade lingüística.

Esses fenômenos não pressupõem, por exemplo, a existência de escrita. Poemas como os atribuídos a Homero e a Hesíodo foram possivelmente compostos em períodos anteriores à constituição do alfabeto grego a partir do sistema fenício de escrita. Por outro lado, isso não leva a dizer que a existência ou não de escrita é um dado acessório. Evidentemente, existem certas direções que só se atingem tendo por base a escrita. Mas não é sem demora que o papel da escrita tornar-se-á predominante no pensamento greco-romano sobre a linguagem a ponto de usurpar o oral. A própria história de como se adaptou um sistema de escrita consonantal às exigências de se anotar segmentos menores que a sílaba, isto é, passar da escrita fenícia ao alfabeto grego, é *per se* um acontecimento de grande interesse. Porém, como lamentam vários autores (cf. AUROUX, 1992b, p. 22-3; DESBORDES, 1995, p. 9-10), inexistem registros desse processo que tenham sobrevivido até nossos dias.

Já em Homero, considerado o primeiro monumento supérstite da tradição posteriormente chamada de greco-romana, pululam diversos destaques à língua, seja como uma matéria-prima da poesia por meio de sua composição de sons significantes, seja como justamente o instrumento capaz de nomear os seres. Ulteriormente, é sobre muitos dos

destaques homéricos que, a princípio, desenvolver-se-ão as nascituras disciplinas do mundo antigo: música, métrica, poética, retórica, filosofia. Em linhas bem gerais, pode-se dizer que, num primeiro momento, é sobretudo o interesse pelo fônico que chama atenção; em seguida, preocupa-se mais com o caráter de comover e, logo, de convencer, da língua; por último, atentar-se-á para a questão da língua como “veículo do pensamento”, ou seja, chegar-se-á ao problema da língua e da realidade. É disso que trataremos em seguida.

1.1. A FAINA COM PALAVRAS: POÉTICA

Por uma série de vicissitudes de ordem históricas restam-nos como registros mais antigos da tradição grega os textos de Homero. Por isso, somos levados a afirmar que, possivelmente, tenha sido o labor poético que, na Grécia, funda o trabalho com a língua e que, ulteriormente, sobre ele muitas das disciplinas vindouras colocaram seus alicerces. Desse labor poético e sua relação com a linguagem, dois aspectos abordaremos aqui: sua metalinguagem não-técnica ou epilinguagem e a referência à prática do poeta.

À epilinguagem homérica, por exemplo, subjazem alguns destaques importantes relativos ao estatuto da linguagem. Nela, vários são os termos empregados para se referir à unidade lingüística da *palavra*:

O grego dispõe originalmente de uma pluralidade de termos para falar da palavra. Entre os primeiros autores, encontramos principalmente *phōnē*, que é “voz”, fenômeno acústico, sem consideração do sentido; *épos* e *mûthos*, distintos por uma nuance, ponto sempre nítido, do tipo que *épos* seria a palavra na condição de “coisas ditas” e *mûthos* a palavra enquanto expressão de uma opinião, de um pensamento. Mas aquilo que os primeiros autores dizem, sobretudo, da palavra é que ela é um meio de agir sobre o mundo e sobre os seres, o que confirma a atestação, na época arcaica, de todo um conjunto de práticas religiosas, mágicas, até mesmo, “medicinais”¹⁸. (DESBORDES, 1989, p. 153-4).

Ademais, segundo Neves (2005, p. 20), nos poemas homéricos já existe certa cisão entre o falar e o agir, a qual será fundamental na constituição de outras disciplinas

¹⁸ *Le grec dispose originellement d'une pluralité de termes pour parler de la parole. Chez les premiers auteurs, on trouve principalement phōnē, qui est la “voix”, phénomène acoustique, sans considération du sens; et épos et mûthos, que distingue une nuance, point toujours nette, telle que épos serait la parole en tant que “choses dites” et mûthos la parole en tant qu'expression d'un avis, d'une pensée. Mais ce que les premiers auteurs disent surtout de la parole, c'est qu'elle est un moyen d'agir sur le monde et les êtres, ce que confirme l'attestation à l'époque archaïque de tout un ensemble de pratiques religieuses, magiques, voire “médicales”.*

como a retórica e a filosofia, por exemplo. Com efeito, inerente à idéia de que palavra e ação se associam está a de que pode haver uma decalagem entre esses dois planos. Daí deriva o problema do engano, entendido como a falta de excelência na relação entre o agir e o falar:

O engano aparece como um dos elementos essenciais da atividade da palavra, não, porém, explicitamente, o que já representaria uma separação de planos, o do engano e do verdadeiro, e isso não é feito. O ponto de referência é apenas o da eficácia. O ideal humano é a excelência no fazer e no dizer, mas o que ocorre é que essa excelência é repartida: há exemplos no falar – como Ulisses – e os excelentes no agir – como Ájax e Diomedes. [...] Assim, no poder de Zeus, pai dos deuses e dos homens, manifesta-se a complementaridade da ação e da palavra; representando o ideal humano, Zeus fala forte e age eficientemente. Sua palavra é ação. Os homens o ouvem, e nenhum deus tem a veleidade de enfrentá-lo. (*ibid.*, p. 21; cf. também DESBORDES, *op. cit.*, p. 154)

Em Hesíodo, o engano já é sugerido como um plano possível; porém é em Píndaro que sua autonomia começa a constituir-se:

Píndaro, poeta lírico, elabora o elogio dos homens que vencem. Ele é, pois, um poeta que relaciona o dizer e o agir bem; não há simplesmente associação – como havia em Homero – entre o dizer e o fazer, mas, existindo um sentido desse dizer em relação ao fazer, dir-se-ia que começa uma dissociação, que encaminha para a autonomia do dizer. O *logos* é o que é dito dos heróis; é, portanto, o sentido deles. A excelência sem o *logos* nada é. [...] Os dispensadores da vida eterna são os poetas, pois, sem a palavra, a ação desaparece no esquecimento. A justa medida do dizer do poeta, porém, é dispensada pela divindade. Em Píndaro, portanto, já não se mantém aquela associação entre a bela palavra e a façanha excelente, que existia em Homero. Estabelece-se um desajuste entre a palavra e a ação; aquela pode dizer mais que esta. Assim, além de praticar belas ações, os mortais têm de encontrar o poeta que lhes perpetue a glória. [...] As façanhas nada são se o canto não as conserva; a palavra completa a obra. (NEVES, *op. cit.*, p. 22-23)

Avaliar a importância atribuída ao fazer poético e ao poeta é um exercício revelador das percepções gregas acerca da linguagem. Da idéia de aedo à de poeta, uma notável inflexão surge: enquanto a produção do primeiro primária pela inspiração, o segundo laboraria sobre a língua. Assim, se a palavra do aedo é mais ou menos entendida como um vaticínio, o enunciado do poeta é entendido como fruto de um labor, de modo que se torna passível de análise:

As premissas de uma análise da palavra tomada em seu todo aparecem no quadro da reflexão sobre a prática poética, com a idéia de que essa palavra é uma *construção*. Essa idéia encontra-se, às vezes, em Homero através das metáforas da construção e da tecelagem; ela não concerne à palavra inspirada (particularmente a do aedo), que se supõe ter uma espécie de existência

instantânea, mas aparece a propósito de estratégias e “invenções”, precisamente quando, não dizendo a verdade, deve-se, sem pressa, fabricar outra coisa. Essa idéia de construção, ainda pouco atestada em Homero, toma uma dimensão considerável a partir do século VI. Um fator determinante é a mudança de *status* social do poeta, que não é mais o aedo homérico de uma corte, mas, propriamente, o *poiētēs* (de *poieîn*, “fazer”), um produtor artesanal que trabalha por demanda mediante retribuição. A partir da matéria-prima que é o “assunto”, o poeta põe em ação sua habilidade, seu mister, para produzir um canto, comparável a outros objetos artesanais. [...] A forma rítmica e a música permitem memorizar e repetir a poesia, a qual pode existir indefinidamente, ao passo que as ações dos homens em si são efêmeras. Estabelece-se, assim, uma distância entre a palavra e aquilo de que ela fala, e, portanto, uma idéia de representação [...].¹⁹ (DESBORDES, *op. cit.*, p. 155-6).

1.2. PALAVRAS OU MATERIALIDADE SONANTE: MÚSICA, MÉTRICA, RÍTMICA

Segundo Desbordes (*op. cit.*, p. 156), todas as ciências da linguagem são, de algum modo, tributárias da música. No mundo grego, sua importância foi tamanha que *mousiké* (μουσική) chegou a fazer referência ao processo de aprendizado como um todo, ou seja, aos moldes do que se poderia dizer uma pedagogia. Interessada no material fônico dos poemas, uma vez que esses eram composições orais em sua origem, é a *música* que, em primeiro lugar, dedicou-se por estudar sua composição, sua materialidade etc. Portanto, nesse sentido deve-se entender a assunção de Desbordes, uma vez que é no interior da inquirição musical que se começou a classificar a qualidade dos sons e a traçar as suas divisões; essas incursões não poderiam se dar de outro modo que não pela via da percepção acústica. Desse modo, é lícito dizer que os conceitos modernos de *sílaba*, *acento* e *quejandos* são bastante tributários dessas primeiras distinções feitas pela *música*.

¹⁹ *Les prémisses d'une analyse de la parole globale apparaissent dans le cadre de la réflexion sur la pratique poétique, avec l'idée que cette parole est une construction. Cette idée se rencontre quelquefois chez Homère, à travers les métaphores du bâtiment et du tissage; elle ne concerne pas la parole inspirée (particulièrement celle de l'aède) qui est censée avoir une sorte d'existence instantanée, mais elle apparaît à propos de ruses et d'“invention” quand, précisément, ne disant pas la vérité, on doit prendre le temps de fabriquer autre chose. Cette idée de construction, encore peu attestée chez Homère, prend une extension considérable à partir du VI^e s. Un facteur déterminant est le changement de statut social du poète, qui n'est plus l'aède homérique à une cour, mais, proprement, le poiētēs (de poieîn, “faire”), un producteur artisanal qui travaille à la commande moyennant rétribution. A partir de la matière première qu'est le “sujet”, le poète met en œuvre son habileté, son métier, pour produire un chant, comparable à d'autres objets artisanaux. [...] La poésie, que la forme rythmique et la musique permettent de mémoriser et de répéter, peut exister indéfiniment, alors que les actions des hommes eux-mêmes sont éphémères. Il s'établit ainsi une distance entre la parole et ce dont elle parle, et, partant, une idée de représentation [...].*

É no quadro da *mousiké* que se começa a classificar os sons elementares em vogais, semivogais e mudas, em termos de articulação e de acústica; determinam-se as famílias de sons de articulação próxima (labiais, dentais, ...); estuda-se as propriedades da sílaba (duração, acento ...). Logo em seguida, é nesse quadro que se organizam os conhecimentos que, para nós, é o recorte da fonética. [...] O ponto importante é que essas pesquisas fonéticas estão subordinadas a uma visão de conjunto a respeito da palavra poética, que as justifica e as orienta. A *mousiké* inaugura, com efeito, um tipo de análise que se pode dizer “longitudinal” e que consiste em evidenciar a coexistência de vários fenômenos sobre toda a extensão de uma mesma seqüência fônica.²⁰ (*ibid.*, p. 157).

Numa tradução do texto grego de Lasos de Hermione para o latim feita por Marciano Capela (séc. V d.C.), contempla-se uma divisão da seqüência fônica que Desbordes (*op. cit.*, p. 155) chamou de “tríade musical”: a melodia, o ritmo e o “falado”. Sobre as bases dessa divisão erguem-se outros dois ramos de pesquisa, a saber: a rítmica e a métrica.

[...] a *rítmica* é, em primeiro lugar, um estudo do som da voz, *phoné*, um fenômeno que parte somente das qualidades físicas de duração, de articulação e de combinação. É uma análise do ritmo que leva ao interesse acerca dos sons elementares e à decomposição e à recomposição da voz em unidades de tamanhos diferentes, os quais se encaixam uns nos outros: som elementar, sílaba, seqüência de sílaba. Por volta da época de Platão, reconhece-se que se pode abstrair o ritmo da voz e que ele é a forma comum à melodia e à fala – assim como aos movimentos da dança. A rítmica torna-se uma ciência das combinações das durações; mais um novo ramo da música ganha forma, a *métrica*, que aplica os dados da rítmica à matéria particular da fala e que herda noções de fonética da antiga rítmica²¹. (*ibid.*, p. 158).

É contribuição da *música*, ademais, a concepção de que as vogais, semivogais e mudas (consoantes) são unidades mínimas, elementares, de que certos encontros produzem

²⁰ *C'est dans le cadre de la mousiké qu'on commence à classer les sons élémentaires en voyelles, semi-voies et muettes, en terme d'articulation et d'acoustique; on détermine les familles de sons d'articulation proche (labiales, dentales, ...); on étudie les propriétés de la syllabe (longueur, accent ...). Bref, c'est dans ce cadre que s'organisent les connaissances qui relèvent pour nous de la phonétique. [...] Le point important est que ces recherches phonétiques sont subordonnées à une vue d'ensemble de la parole poétique, qui les justifie et les oriente. La mousiké inaugure en effet un type d'analyse qu'on peut dire “longitudinale” et qui consiste à mettre en évidence la coexistence de plusieurs phénomènes sur toute l'étendue d'une même séquence phonique.*

²¹ *[...] la rythmique est d'abord une étude du son de la voix, phoné, un phénomène dont comptent seulement les qualités physiques de durée, d'articulation et de combinaison. C'est une analyse du rythme qui amène à s'intéresser aux sons élémentaires et à décomposer et recomposer la voix en unités de tailles différentes qui s'emboîtent les unes et les autres, son élémentaire, syllabe, suites de syllabes. Vers le temps de Platon, on reconnaît que le rythme peut être abstrait de la voix, qu'il est la forme commune à la mélodie et au parlé – ainsi qu'aux mouvements de la danse. La rythmique devient une science des combinaisons de durées; mais une nouvelle branche de la musique prend forme, la métrique, qui applique les données de la rythmique à la matière particulière du parlé et qui hérite des notions de phonétique d l'ancienne rythmique.*

unidades maiores, as sílabas, as quais, por sua vez, em conjunto, dão forma ao ritmo. No entanto, o estudo da materialidade fônica, a *phoné*.

[...], não como portadora de um sentido, mas na condição de matéria de uma forma poética, permanece autônoma a despeito de diversos empréstimos que lhe farão outras disciplinas (retórica, gramática), mas ela foi marginalizada: a fonética pura deixa assaz rápido de interessar aos Antigos.²² (*ibid.*, p. 158)

O pêndulo começa a inclinar-se ao estudo da língua como produtora de sentido.

Desse ponto em diante, então, passa-se a analisar as potencialidades desse labor, dando emergência, primeiro, à retórica e, em seguida, à dialética.

1.3. PALAVRAS PARA (CO)MOVER: RETÓRICA

Se na poética o agir e o falar constituíam, juntos, o ideal humano, na retórica, após a separação desses dois âmbitos, é o falar que se eleva ao primeiro plano e torna-se o motor do agir. Não é o falar um reflexo do agir e, por assim dizer, da realidade, mas o contrário, é o dizer que leva ao agir e que, portanto, institui a realidade. Traçaremos, ainda, muito *grosso modo*, os principais problemas de linguagem vinculados pela retórica.

As motivações para a emergência da retórica no mundo grego ligam-se ao estabelecimento da democracia, tal qual era entendida no período. Portanto, o *rhētōr* tinha, *a priori*, um papel eminentemente político, uma vez que era ele o responsável por tomar a palavra em público. No entanto, a anedota que narra a emergência da retórica se passa na Sicília e apresenta-a num caso especial, ou seja, o do tribunal.

Estabelecido, então, como um tomador da palavra pública, havia três tipos de *rhētōr*:

[...] Num primeiro grau, nós encontramos os logógrafos, que redigem os discursos pronunciados por outros [...]. Num segundo grau, tem-se os retores *stricto sensu*, que redigem *tekhnai rhētorikai* (“técnicas da palavra”) e ensinam receitas, úteis, sobretudo, para os processos. Num terceiro grau, enfim, os sofistas jactam-se de formar homens que se destacarão sobre os concidadãos, uma elite

²² [...], non comme porteuse d'un sens, mais en tant que matière d'une forme poétique, reste autonome en dépit des divers emprunts que lui feront d'autres disciplines (rhétorique, grammaire), mais elle est marginalisée: la phonétique pure cesse assez vite d'intéresser les Anciens.

cuja excelência reconhecer-se-á porque ela terá a mestria sobre os outros pela palavra, em todas as circunstâncias.²³ (*ibid.*, p. 163)

Certamente, é com os sofistas que a retórica começa a ganhar traços de uma *polimatia* (cf. NEVES, 2005, p. 36), a qual não poderia deixar de tematizar, de algum modo, a questão da língua. A excelência nessa última importa em si mesma, não como objeto de estudo teórico, mas como excelência prática sobretudo, embora um pressupusesse o outro e vice-versa. Para tanto, a sofística opera, em primeiro lugar, uma cisão radical entre a língua e aquilo a que ela poderia se referir; assim, cinde-se o “real” da língua:

Os sofistas são, geralmente, professores itinerantes, que vão de cidade em cidade ensinar a “excelência” (*areté*) àqueles que quisessem e pudessem pagá-los. É a própria idéia de que se possa ensinar a excelência a qualquer um, ao invés de ser um dom inato, que choca mais vivamente os contemporâneos; mas uma outra causa de escândalo é a identificação dessa excelência a uma arte da linguagem persuasiva. Entre os sofistas, com efeito, aprende-se, sobretudo, a falar eficazmente sobre qualquer assunto que seja. [...] em virtude do princípio de Parmênides, segundo o qual o Não-Ser não pode ser pensado nem expresso, tudo o que é dito corresponde a algo que é, e, portanto, não é possível dizer nem de contradizer o falso; se uma palavra é a emanação e a garantia de existência de uma coisa, a definição, composta de várias palavras, não conseguiria corresponder a essa coisa única; de resto, somente a tautologia é possível, excluindo-se toda outra forma de predicação: não se pode dizer “o homem é branco”, mas somente “o homem é homem” ou “o branco é branco” etc.²⁴ (DESBORDES, *op. cit.*, p. 164-6)

Nesse sentido, portanto, a língua não é vista como referencial, mas sim como uma tautologia:

[...] Há uma base comum sobre a qual as diferentes teorias sofísticas repousam: o valor do discurso é absoluto, a “verdade” é o que ele diz e, portanto, é relativa.

²³ [...] *A un premier degré, on trouve les logographes, qui rédigent les discours que d'autres prononceront [...]. A un deuxième degré, on a les rhéteurs stricto sensu, qui rédigent des tekhnai rhētorikai (“techniques de la parole”) et enseignent des recettes, utiles surtout pour les procès. A un troisième degré, enfin, les Sophistes se targuent de former des hommes qui trancheront sur les concitoyens, une élite dont l'excellence sera reconnue parce qu'elle aura la maîtrise d'autrui par la parole, en toutes circonstances.*

²⁴ *Les Sophistes sont généralement des professeurs itinérants, qui vont de ville en ville enseigner l'“excellence” (areté) à qui veut et peut les payer. C'est l'idée même que l'excellence puisse s'enseigner à n'importe qui, au lieu d'être un don inné, qui choque le plus vivement les contemporains; mais une autre cause de scandale est l'indentification de cette excellence à un art du langage persuasif. Chez les Sophistes, en effet, on apprend surtout à parler efficacement sur quelque sujet que ce soit. [...] en vertu du principe de Parménide, selon lequel le Non-Etre ne peut être ni pensé ni exprimé, tout ce qui est dit correspond à quelque chose qui est, et il n'est donc pas possible de dire le faux ni de contredire; si un mot est l'émanation et la garantie d'existence d'une chose, la définition, composée de plusieurs mots, ne saurait correspondre à cette chose unique; du reste, seule la tautologie est possible, à l'exclusion de toute autre prédication: on ne peut pas dire “l'homme est blanc” mais seulement “l'homme est homme” ou “le blanc est blanc”, etc.*

Discurso e verdade se identificam, subordinando-se esta àquele, e, desse modo, está garantida a verdade de tudo o que é dito. A linguagem é o nível único, e o pensamento se reduz a ela. Portanto, o discurso sofisticado não é um discurso do ser, não é um discurso filosófico. Somente persuade, pois, não significa algo externo a si, apenas manifesta o que ele próprio é. Assim, embora tenham dado, por sua própria atividade, um valor extraordinário à palavra, os sofistas não lhe deram o valor de signo, não vendo na linguagem sua função de representação. (NEVES, *op. cit.*, p. 39)

A sofisticada, ao “abandonar” o problema da realidade – concomitantemente da *verdade* – na língua, releva outro aspecto fundamental:

[...] ela [linguagem] serve para persuadir os outros, carrega e transforma as opiniões, influi sobre os comportamentos e pode modificar essa realidade que ela, talvez, não represente bem, ela tem tanto poder quanto a força bruta mas distingue-se desta, no entanto, pelo consentimento que lhe dão aqueles aos quais ela se reporta. Os sofistas, então, direcionam sua atenção e a de seus alunos para as engrenagens da persuasão: a sofisticada vislumbra a linguagem em seus usos reais, parte de uma crença de que não há discurso que não se reporte a alguém, e ensina que é necessário falar em função dos outros, sobre os quais se quer agir e não em função das coisas que haveria para se representar.²⁵ (DESBORDES, *op. cit.*, p. 167-8)

Apesar de tudo que se disse acima, não é supérfluo lembrar que o conhecimento acerca dos sofistas dá-se somente através do simulacro deles feito pelos escritos de outras escolas, mormente a platônica e a aristotélica. Todavia, se para o filósofo socrático a retórica era vista com maus olhos, para o peripatético, depurada dos sofismas, a retórica era uma importante *tékhnē*, cujo tratamento, inclusive, requeriou uma “obra”. Para Aristóteles, havia muita proximidade entre a retórica e a dialética, uma vez que as duas são práticas (e também reflexões sobre essas práticas) que derivam de técnicas argumentativas tecidas com o mesmo pano, o da língua. Segundo Desbordes (*op. cit.*, p. 177-8), é a duras penas que o Estagirita concebe um espaço próprio à retórica que não o de uma “parte da dialética”. Isso se dá quando Aristóteles vislumbra que “o persuasivo da retórica é

²⁵ [...] il sert à persuader autrui, il porte et transforme les opinions, il influe sur les comportements et peut modifier cette réalité qu'il ne représente peut-être pas bien, il a autant de pouvoir que la force brute et s'en distingue pourtant par le consentement que lui donnent ceux auxquels il s'adresse. Les Sophistes font donc porter leur attention et celle de leurs élèves sur les rouages de la persuasion: la sophistique envisage le langage dans ses utilisations réelles, prend acte du fait qu'il n'y a pas de discours qui ne soit adressé à quelqu'un, et enseigne qu'il faut parler en fonction d'autrui, sur qui on veut agir, et non en fonction des choses qu'on aurait à représenter.

persuasivo para qualquer um (pithanón tini)”²⁶. De um modo geral, a análise da retórica por Aristóteles pode ser assim resumida:

Duma parte, a retórica não é senão uma faculdade de fornecer meios de persuasão sobre qualquer assunto que se quiser; mas, doutra, a situação de contradição e de julgamento em que ela se produz implica um certo tipo de domínio próprio. Por consequência, a retórica comporta o estudo e a aplicação de um pequeno número de “lugares comuns”, esquemas abstratos (como o mais e o menos) aplicáveis a todos os domínios; e de um grande número de “lugares específicos” que lhe são próprios (axiomas sobre o justo e o injusto, por exemplo) [...].²⁷ (*ibid.*, p. 178)

Conforme Desbordes (*loc. cit.*), Aristóteles divide os “lugares específicos” em três grandes classes que correspondem a três tipos de auditórios: se a *dêixis temporal* do enunciado é o presente, então, o auditório é de espectadores que estão na qualidade de espectadores, assim, o gênero discursivo requerido é o *epidíctico*, próprio ao elogio ou à detração, e os lugares são o do belo e o do não-belo. Por outro lado, se a *dêixis temporal* liga-se ao passado, o auditório forma-se por juízes do passado, ou seja, como os são os juízes nos tribunais; neste caso, o tipo de discurso empregado é o judiciário, característico da acusação e da defesa, cujos lugares específicos são o justo e o injusto. Por fim, se se trata de uma *dêixis temporal* apontando para o futuro, pode-se dizer que o auditório é formado por juízes do futuro, o que é próprio das assembleias; com efeito, o discurso empregado será o deliberativo, isto é, o da exortação e da dissuasão, fincado sobre os lugares do útil e do inútil.

Ademais, prossegue Desbordes (*op. cit.*, p. 178-9):

[...] os meios de persuasão (*písteis*) organizam-se em três classes correspondentes aos três elementos de toda situação discursiva: locutor/discurso/auditório. A idéia [...] de Aristóteles é de que deve haver, *no* discurso, além da demonstração, o que torna o locutor crível e o que leva o auditório a acreditar nele. Ao locutor corresponde aquilo que Aristóteles chama o *éthos*, o “caráter”, que não é a reputação anterior que se possa ter, nem o fato de fazer auto-elogio, mas o fato de emitir palavras características de um homem sincero e honesto. Ao auditório corresponde o *páthos*, a “paixão”, que não é o apelo direto à piedade, à cólera, etc., mas o fato de produzir palavras que colocarão o auditório numa ou noutra disposição. Quanto ao discurso, ele deve demonstrar, portanto, usar seja a

²⁶ le persuasif de la rhétorique est *persuasif pour quelqu'un (pithanón tini)*

²⁷ *D'une part, la rhétorique n'est qu'une faculté de fournir des moyens de persuasion sur tout sujet qu'on voudra; mais d'autre part, la situation de contradiction et de jugement où elle se produit implique un certain type de domaine propre. Par suite, la rhétorique comporte l'étude et l'application d'un petit nombre de "lieux communs", schémas abstraits (comme le plus et le moins) applicables à tous les domaines; et d'un grand nombre de "lieux spécifiques" qui lui sont propres (axiomes sur le juste et l'injuste, par exemple) [...].*

dedução, seja a indução (“que são as duas únicas maneiras de demonstrar”), mas na situação própria à retórica, onde é necessário estar atento ao auditório, usar-se-á variantes apropriadas que são o exemplo e o entimema, concebido como uma dedução cujas etapas em seu todo não se pode (e mesmo não se deve) impor ao auditório, se se quer ter certeza da colaboração e da cumplicidade intelectual dele.²⁸

Dadas essas condições, restava pensar o que é próprio do discurso independentemente de seu gênero, ou seja, faltava trabalhar sobre a forma do discurso, sobre seu material lingüístico. Encontrar a forma mais adequada do discurso segundo as exigências da situação, eis a última tarefa de Aristóteles na sua *Retórica*. Daí deriva pensar sobre a *léxis*, a realização, ou expressão, do discurso. Nesse ponto, o Estagirita desenvolve pontos interessantes, os quais tanto serviram de *Leitmotiv* à disciplina gramatical (lembremo-nos da distinção das partes do discurso) quanto cunharam a distinção “clássica” – ausente, de certa maneira entre os sofistas – entre a forma do discurso retórico em oposição a outros como, por exemplo, o poético:

[...] Contra Górgias, que fazia da poesia simplesmente um discurso curvado à métrica e que enfeitava sua prosa com ornamentos emprestados à poesia (as “figuras gorgiânicas”), Aristóteles mantém a diferença radical entre a poesia, que visa a deleitar, e o discurso, que visa a obter uma sanção nos fatos. Ele retorna a isso em cada ocasião e é por isso que, entre outras coisas, ele dá um novo tratamento à metáfora, sublinhando as precauções e as limitações de seu emprego no contexto retórico. A idéia de uma conveniência, caso a caso, começa a se destacar: o orador tem certamente à sua disposição o vasto arsenal de metáforas, comparações, perífrases, amplificações, períodos, antíteses etc., mas ele deve fazer uma escolha judiciosa desse, sem que se exclua o risco de tornar seu discurso ineficaz. Enfim, o ápice da arte que a expressão retórica pode atingir, é a de parecer espontânea [...]. Linguagem espontânea, pois os auditórios acreditam, sobretudo, naquele que fala sem reflexão, que não teve tempo de inventar nada; linguagem que, de fato, é ponderadamente refletida para criar os acentos próprios

²⁸ [...] *les moyens de persuasion (pisteis) se rangent en trois classes correspondant aux trois éléments de toute situation de discours, locuteur/discours/auditeur. L'idée [...] d'Aristote est qu'il doit y avoir dans le discours, outre la démonstration, de quoi rendre le locuteur crédible et de quoi disposer l'auditeur à le croire. Au locuteur correspond ce qu'Aristote appelle l'éthos, le “caractère”, qui n'est pas la réputation antérieure qu'on peut avoir, ni le fait de faire son propre éloge, mais le fait d'émettre des paroles caractéristique d'un homme sincère et honnête. A l'auditeur correspond le pátos, la “passion”, qui n'est pas l'appel direct à la pitié, à la colère, etc., mais le fait de produire des paroles qui mettront l'auditeur dans telle ou telle disposition. Quant au discours, il doit démontrer, donc user soit de la déduction, soit de l'induction (“qui sont les deux seules façons de démontrer”), mais dans la situation propre à la rhétorique, où il faut tenir compte de l'auditeur, on usera des variantes appropriées que sont l'exemple et l'enthymème, conçu comme une déduction dont on peut (et même on doit) ne pas assener toutes les étapes a l'auditeur, si l'on veut s'assurer sa collaboration et sa complicité intellectuelle.*

ao *êthos* e ao *páthos*, os quais a espontaneidade não traria, talvez, em si mesma.²⁹
(*ibid.*, p. 179)

Independentemente das visões construídas sobre a Retórica na posteridade, ela é certamente uma das bases de várias análises posteriores que se debruçam sobre as “qualidades” do discurso. O problema das partes do discurso, assim como da “correção” (*hellenismos*, *latinitas* etc.), será, por exemplo, caríssimo à técnica gramatical. Sem nos esquecermos da fortuna “prática” da retórica, pela qual muitos oradores se tornaram célebres (caso de Demóstenes no mundo grego e Cícero no latino). Pode-se dizer, portanto, que, ao lado da filosofia – a qual introduzirá a pesquisa “lógica” sobre a linguagem –, as visões ocidentais sobre a linguagem são, em grande medida, tributárias da retórica.

1.4. PALAVRAS PARA QUÊ?: FILOSOFIA (DIALÉTICA)

A dialética, assim como a retórica e a poética, emerge, primeiro, como uma prática, à qual, posteriormente, se associa um domínio de estudos destinado a entender e a formalizar seus usos. A princípio, as fronteiras entre a dialética e a retórica confundem-se, ao passo que o papel da primeira na filosofia é bem definido, pelo menos no quadro apresentado por Aristóteles. Segundo Baratin (1989, p. 186), o objeto dos *Tópicos* é:

[...] fixar um método que permita tomar parte de uma discussão sobre qualquer assunto, sem se contradizer e conduzindo o interlocutor a sustentar o contrário de sua afirmação inicial. O conteúdo da discussão é, em princípio, indefinido. Na perspectiva de Aristóteles, uma questão não é, por si só, de tipo dialético: ela se torna assim, se é tratada pelos métodos próprios à dialética. A dialética aristotélica consiste, portanto, em elaborar argumentos a partir de qualquer premissa. É uma *prática* considerada por Aristóteles como não-científica, posto que as premissas sobre as quais ela opera não são proposições de caráter científico, mas uma opinião qualquer comumente aceita. Para esse motivo, a

²⁹ [...] *Contre Gorgias qui faisait simplement de la poésie un discours plié à la métrique, et qui parait sa prose d'ornements empruntés à la poésie (les "figures gorgianiques"), Aristote maintient la différence radicale de la poésie qui vise à plaire, et du discours qui vise à obtenir une sanction dans les faits. Il y revient à chaque occasion, et c'est entre autres pourquoi il donne un nouveau traitement à la métaphore en soulignant les précautions et limitations d'emploi dans le contexte rhétorique. L'idée d'une convenance, au cas par cas, commence à se dégager: l'orateur a bien à sa disposition le vaste arsenal des métaphores, comparaisons, périphrases, amplifications, périodes, antithèses, etc., mais il doit y faire un choix judicieux, sauf à rendre son discours inefficace. Enfin, le sommet de l'art auquel peut atteindre l'expression rhétorique, c'est de paraître spontanée [...]. Langage spontanée, car les auditeurs croient plutôt celui qui parle sans réflexion, sans avoir eu le temps d'inventer quelque chose; langage qui est en fait mûrement réfléchi pour créer les accents propres à l'êthos et au páthos que la spontanéité n'aurait peut-être pas d'elle-même.*

dialética é mantida longe da filosofia, a não ser a título de ginástica intelectual, ou para incitar à reflexão filosófica a partir de noções comuns.³⁰

Se, portanto, num primeiro momento a prática dialética não é vista como ancilar da filosofia, é com o seu refinamento teórico que se dá o encontro entre as duas. A especificidade da dialética – em oposição ao da retórica e da poética, cujos escopos, sobretudo, eram, respectivamente, a persuasão e a criação – era trabalhar o contraditório de duas proposições, depurando asserções, de modo a estipular qual delas venceu por não ser contraditória. Ou seja, conforme o termo indica (CHANTRAINNE, 1968, p. 625), *dialektiké* (διαλεκτική), que é a forma feminina do adjetivo *dialektikós* (διαλεκτικός, “apto à discussão”), cujo antecedente é o substantivo *diálektos* (διάλεκτος, “conversação, língua, discussão”), relacionado, no fim das contas, ao verbo *dialégomai* (διαλέγομαι, “conversar, dialogar, praticar a dialética”), é uma prática eminentemente dialógica, pondo em choque, no mínimo, duas proposições. A análise dessas proposições entre termos do que é verdadeiro e falso caracteriza, pelo menos em Aristóteles, o que é próprio da dialética. Nas palavras de Baratin (*op. cit.*, p. 191-2):

A dialética não é o único domínio envolvido: a língua é igualmente analisada na *Poética* e na *Retórica*. Onde se situa a fronteira entre a dialética e esses outros domínios? A dialética tem como objeto específico os enunciados verdadeiros e falsos. A retórica e a poética encarregam-se dos outros enunciados, isto é, os enunciados não-assertivos. Existe uma outra linha divisória. Ela se destaca da descrição apresentada no capítulo 20 da *Poética*. Nesse capítulo, Aristóteles desenvolve uma descrição lingüística que parte dos elementos (os sons elementares) e eleva-se até ao degrau mais complexo da combinação de elementos, quer dizer, o enunciado. Tal como Aristóteles a apresenta, é uma descrição da *léxis*, isto é, da língua vislumbrada sob seu aspecto material. O ponto de vista inicial desse recorte é o do significante (e não, como na dialética, o do significado). Oito categorias são destacadas e organizadas por ordem crescente: segundo seu caráter elementar ou complexo do ponto de vista do significante, segundo também o fato de ela conter ou não um significado, por fim, segundo a

³⁰ [...] fixer une méthode qui permette de prendre part à une discussion sur n'importe quel sujet, sans se contredire soi-même et en amenant l'interlocuteur à soutenir le contraire de son affirmation initiale. Le contenu de la discussion est en principe quelconque. Dans la perspective d'Aristote, une question n'est pas par elle-même de type dialectique: elle le devient si elle est traitée par les méthodes propres à la dialectique. La dialectique aristotélicienne consiste ainsi à élaborer des arguments à partir de n'importe quelle prémisse. C'est une pratique considérée par Aristote comme non-scientifique étant donné que les prémisses sur lesquelles elle opère ne sont pas des propositions à caractère scientifique mais n'importe quelle opinion communément admise. Pour ce motif, la dialectique est tenue à l'écart de la philosophie, sinon à titre de gymnastique intellectuelle, ou pour inciter à la réflexion philosophique à partir de notions communes.

complexidade desse significado. Assim, após uma classificação dos *sons elementares*, de tipo articulatória (vogais/constritivas/oclusivas), e uma apresentação da *silaba*, combinação de sons não significante, Aristóteles cita a *conjunção* e a *articulação*, que asseguram a unidade material do enunciado por sua função coesiva (as conjunções) ou por sua função discriminante (as articulações) – mas nem as conjunções nem as articulações são consideradas portadoras de qualquer significação. Entre os elementos determinados em função do significado de que são portadores, o *nome* e o *verbo* diferenciam-se pelo fato de que o verbo contém, em relação ao nome, a significação suplementar de tempo, e a *forma flexionada* do nome ou do verbo resulta de uma transformação que permite a cada um deles significar diversas relações suplementares. O enunciado, enfim, caracteriza-se pelo fato de que é portador de um significado particular, completamente resultante da combinação de vários elementos que são, por si só, portadores de um significado.³¹

No entanto, a dialética, esse método de *dialogar*, entre os estóicos ganha tamanha importância que, doravante, se confunde praticamente com a filosofia:

Essa dialética se abre sobre a relação cognitiva entre o homem e os acontecimentos, isto é, sobre as *representações* pelas quais o homem conhece os acontecimentos. O corpo da teoria dialética apóia-se sobre a natureza e a forma dessas representações. Na medida em que elas ganham corpo sob a forma de enunciados, o estudo dessas representações identifica-se com o dos enunciados.³² (*ibid.*, p. 193)

³¹ *La dialectique n'est pas le seul domaine concerné: la langue est également analysée dans la Poétique et la Rhétorique. Où se situe la frontière entre la dialectique et ces autres domaines? La dialectique a pour objet spécifique les énoncés vrais ou faux. La rhétorique et la poétique ont en charge les autres énoncés, c'est-à-dire les énoncés non assertifs. Il existe une autre ligne de partage. Elle se dégage de la description présentée au chapitre 20 de la Poétique. Dans ce chapitre, Aristote développe une description linguistique qui part des éléments (les sons élémentaires) et s'élève jusqu'au degré le plus complexe de la combinaison des éléments, c'est-à-dire l'énoncé. Telle que la présente Aristote, c'est une description de la léxis, c'est-à-dire de la langue envisagée sous son aspect matériel. Le point de vue initial de ce découpage est ainsi celui du signifiant (et non, comme dans la dialectique, celui du signifié). Huit catégories sont dégagées, et rangées par ordre croissant selon leur caractère élémentaire ou complexe du point de vue du signifiant, selon aussi qu'elles ne comportent pas ou qu'elles comportent un signifié, enfin selon la complexité de ce signifié. Ainsi, après une classification des sons élémentaires, de type articulatoire (voyelles/constrictives/occlusives), et une présentation de la syllabe, combinaison de sons non signifiante, Aristote cite la conjonction et l'articulation, qui assurent l'unité matérielle de l'énoncé par leur fonction cohésive (pour les conjonctions) ou par leur fonction discriminante (pour les articulations) – mais ni les conjonctions ni les articulations ne sont considérées comme porteuses d'une signification quelconque. Parmi les éléments déterminés en fonction du signifié dont ils sont porteurs, le nom et le verbe sont différenciés par le fait que le verbe comporte par rapport au nom la signification supplémentaire du temps, et la forme fléchie du nom ou du verbe résulte d'une transformation qui leur permet à chacun de signifier diverses relations supplémentaires. L'énoncé enfin se caractérise par le fait qu'il est porteur d'un signifié unique tout en résultant de la combinaison de plusieurs éléments qui sont eux-mêmes porteurs d'un signifié.*

³² *Cette dialectique s'ouvre sur le rapport cognitif entre l'homme et les événements, c'est-à-dire sur les représentations par lesquelles l'homme connaît les événements. Le corps de la théorie dialectique porte sur la nature et la forme de ces représentations. Dans la mesure où elles s'incorporent sous la forme d'énoncés, l'étude de ces représentations s'identifie à une étude des énoncés.*

Como é possível avaliar se uma asserção é verdadeira ou falsa sem se partir da apreciação das próprias possibilidades de a língua o fazer?

[...] sob o nome de dialética, os Estóicos entendem descrever o conjunto dos instrumentos e dos mecanismos que organizam a linguagem e que regem suas relações com o mundo que ela descreve, ou seja, o conjunto dos instrumentos e das regras que permitem falar com exatidão da realidade.³³ (*ibid.*, p. 193)

Daí se desenvolvem duas perguntas essenciais que põem a dialética definitivamente no âmbito da filosofia, uma vez que, de algum modo, direciona-se à investigação do ente (*tò ón*, τὸ ὄν): qual é o alcance referencial da língua e, isso dado, em que parte da língua se encontra o cerne da proposição, ou seja, quais são as categorias mínimas da língua produtoras das proposições; no fundo, essas questões nada mais são senão outra versão para: o que é a língua?

O debate antigo relativo a essa pergunta oscilava entre três teses, as quais Baratin (*op. cit.*, p. 189-90) assim resume:

[...] A tese naturalista partia de uma concepção de mundo que excluía completamente o arbitrário. Os Epicureus são os mais rigorosos de seus representantes, na perspectiva de um materialismo integral: as palavras são “naturais” porque não podem ser senão o resultado de mecanismos naturais de ordem física, e a denominação de uma coisa resulta da combinação da natureza específica dos indivíduos, dos lugares e das circunstâncias nas quais se encontram. Os convencionalistas, por outro lado, limitavam-se, *a priori*, à consideração da língua em si e dos mecanismos que se pode observar nela. Assim Demócrito, completamente materialista assim como serão os Epicureus depois dele, havia sublinhado que existe homônimos e polinômios, que as coisas podem mudar de nome e que algumas não têm nenhum: as palavras não podem, portanto, resultar senão de uma convenção humana, frágil e imperfeita. É nessa mesma perspectiva convencionalista que Aristóteles se inscreve, uma vez que define a palavra como uma sistema simbólico. Existia uma tese “do meio”, bem representada, que consistia em supor que um legislador mítico tinha criado os nomes. Isso deixava livre o campo a todos os tipos de esquemas: o legislador podia ter se enganado na ocasião e não ter dado nomes verdadeiramente correspondentes às coisas, e, em seguida, com o tempo, esses nomes podiam ter se alterado e se modificado, perdendo a relação com a coisa denominada, por aí, sua evidência primeira.³⁴

³³ [...] sous le nom de dialectique les Stoïciens entendent décrire l'ensemble des instruments et des mécanismes qui organisent le langage et qui régissent ses rapports au monde qu'il décrit, c'est-à-dire l'ensemble des instruments et des règles qui permettent de parler avec exactitude de la réalité.

³⁴ [...] La thèse naturaliste procédait d'une conception du monde excluant tout arbitraire. Les Epicuriens en sont les représentants les plus rigoureux, dans la perspective d'un matérialisme intégral: les mots sont “naturels” parce qu'ils ne peuvent être que le résultat de mécanismes naturels d'ordre physique, et la dénomination d'une chose résulte de la combinaison de la nature spécifique des individus, des lieux et des

Nesse debate se opunham, portanto, as posições relativas à linguagem, as quais, em grego, atendiam pelos nomes de *nómōi/théseis* (νόμοι/θέσει, “por convenção”) e *phýseis* (φύσει, “por natureza”). Correlatamente a essas perguntas, juntou-se outra sobre a regularidade da língua. De um lado, estavam aqueles que a concebiam como um todo regular, marcado por *analogias*; outro grupo via a língua, se não como um todo irregular, ao menos como um todo em que a regularidade não é absoluta, mas sim atravessado pelas *anomalias*. Tratava-se, portanto, do debate entre os analogistas e os anomalistas:

[...] Tratava-se de um problema de descrição: saber se as transformações de que as palavras são o objetivo, por derivação ou flexão, seguem um número limitado de leis definíveis e permitem, por esse meio, uma classificação sistemática das palavras; ou se, ao contrário, essas transformações efetuam-se de maneira desordenada, o que excluiria toda possibilidade de classificar as palavras. [...] De fato, os argumentos de uns e de outros não situavam sobre o mesmo plano teórico. Os anomalistas, representados aqui pelo estóico Crates de Malos, adotam um ponto de vista geral: se a analogia era um princípio organizador da formação das palavras, ela funcionaria regularmente, e seria perceptível na perspectiva global dos conjuntos das palavras. Ora, não é esse o caso, a não ser que se transforme de cabeça para baixo o uso lingüístico em nome de uma organização artificialmente construída. Para os analogistas, representados por Aristarco e pela Escola gramatical de Alexandria, essa bonita inquietação não impede em nada que exista analogias de formação, cuja constatação empírica é bem evidente e que representam um princípio organizador que seja suficiente para descrever a transformação das palavras na relação entre elas.³⁵ (*ibid.*, p. 229)

circonstances où ils se trouvent. Les conventionnalistes se limitaient en revanche, a priori, à la considération de la langue elle-même et des mécanismes qu'on peut y observer. Ainsi Démocrite, tout aussi matérialiste que les Epicuriens le seront après lui, avait souligné qu'il existe des homonymes et des polyonymes, que les choses peuvent changer de nom et que certaines n'en ont pas: les mots ne peuvent donc résulter que d'une convention humaine, fragile et imparfaite. C'est dans cette même perspective conventionnaliste qu'Aristote s'inscrit lorsqu'il définit la parole comme un système symbolique. Une thèse "moyenne" existait, très représentée, consistant à supposer qu'un législateur mythique avait créé les noms. Cela laissait le champ libre à tous les arrangements: le législateur avait pu à l'occasion se tromper et ne pas donner des noms correspondant véritablement aux choses, et puis avec le temps ces noms avaient pu s'altérer et se modifier, le rapport avec la chose dénommée perdant par là son évidence première.

³⁵ [...] Il s'agissait d'un problème de description: savoir si les transformations dont les mots sont l'objet, par dérivation ou par flexion, suivent un nombre limité de lois définissables et permettent par là un classement systématique des mots, ou si au contraire ces transformations s'effectuent de façon désordonnée, ce qui excluait toute possibilité de classer les mots. [...] En fait, les arguments des uns et des autres ne se situaient pas sur le même plan théorique. Les anomalistes, représentés ici par le stoïcien Cratès de Mallos, adoptent un point de vue général: si l'analogie était un principe organisateur de la formation des mots, elle fonctionnerait de façon régulière, et serait perceptible dans la perspective globale de l'ensemble des mots. Or ce n'est pas le cas, sauf à transformer de fond en comble l'usage linguistique au nom d'une organisation artificiellement construite. Pour les analogistes, représentés par Aristarque et l'École grammaticale d'Alexandrie, ce beau souci n'empêche nullement qu'il existe des analogies de formation dont la constatation

Assim são descritas e hierarquizadas as várias dimensões da língua, desde suas unidades mínimas à construção do sentido:

O *significante* é recortado segundo três realizações possíveis: a *phônè*, a *lèxis*, o *lógos*. A *phônè*, ou “voz”, não é, *a priori*, nem articulada nem portadora de significação, e compreende, então, tanto a voz animal quanto a voz humana: é simplesmente o *som vocal*. A *lèxis* caracteriza-se pelo fato de que é articulada, e, portanto, suscetível de ser apresentada sob forma escrita, mas ela não é, *a priori*, portadora de significação: é o *som vocal articulado*. Finalmente, o *lógos* é duplamente caracterizado pelo fato de que é articulado e portador de significação: é o *significante* na condição de *enunciado*. [...] A *phônè* não possui em si subcategorias, na medida em que não é suscetível de recortes. Por outro lado, a *lèxis* decompõe-se em elementos, os sons elementares que são articulados numa língua: sua classificação, rapidamente evocada, vai desde aqueles “que são a voz inteira” (as vogais) até aqueles “que não contém nada de voz” (as oclusivas). Quanto ao *lógos*, ele se decompõe em constituintes, os constituintes do enunciado (“partes do discurso”), o nome comum, o nome próprio, o verbo, a conjunção, o artigo, e, em outras classificações estoícas, o advérbio.³⁶ (*ibid.*, p. 193-4)

A despeito de uma série de discussões detalhadas e específicas entre os vários domínios em que algum aspecto da linguagem era tematizado, um interesse mais ou menos vago e não “profissional” por ela se mantinha.

1.5. AMOR PELAS PALAVRAS: FILOLOGIA

Paralelamente a esses movimentos grosso modo de “especialização”, que caminhavam em direção à constituição de verdadeiras “profissões”, havia ainda certos “amadores” dedicados ao estudo da palavra que resistiam ou escapavam a esse movimento, a saber: os filólogos (cf. DESBORDES, 1995, p. 15-16). O termo, na Antigüidade,

empirique est très évidente et qui représentent un principe organisateur suffisant pour décrire la transformation des mots les uns par rapport aux autres.

³⁶ *Le signifiant est découpé selon trois réalisations possibles: la phônè, la lèxis, le lógos. La phônè, ou “voix”, n’est a priori ni articulée ni porteuse de signification, et comprend donc aussi bien la voix animale que la voix humaine: c’est simplement le son vocal. La lèxis est caractérisée par le fait qu’elle est articulée, et donc susceptible d’être présentée sous forme écrite, mais elle n’est pas a priori porteuse de signification: c’est du son vocal articulé. Enfin, le lógos est doublement caractérisé par le fait qu’il est articulé et porteur de signification: c’est le signifiant en tant qu’énoncé. [...] La phônè n’a pas elle-même de sous-catégories dans la mesure où elle n’est pas susceptible de découpages. En revanche, la lèxis se décompose en éléments, les sons élémentaires qu’on articule dans une langue: leur classement, évoqué rapidement, va depuis ceux “qui sont entièrement de la voix” (les voyelles) jusqu’à ceux “qui ne comportent pas de voix de tout” (les occlusives). Quant au lógos, il se décompose en constituants, les constituants de l’énoncé (“parties du discours”), le nom commun, le nom propre, le verbe, la conjonction, l’article, et, dans d’autres classifications stoïciennes, l’adverbe.*

apresenta vários graus de polissemia, indo desde o valor etimológico de “amigo da palavra” até o ponto de ser confundido com o de filósofo. Conforme Basseto (2005, p. 17):

Significando etimologicamente “amigo da palavra”, [filólogo] encaixa-se na filosofia dos estóicos. Assim, *ὁ λόγος*, a palavra, é a expressão, a exteriorização do *νοῦς*, a inteligência; por isso, o filólogo é aquele que apreende a palavra, a expressão da inteligência, do pensamento alheio e com isso adquire conhecimentos, cultura e aprimoramento intelectual.

Inicialmente, porém, essa palavra, da qual o filólogo era o “amigo”, era, pelo menos até o século V, falada. Desse modo, o filólogo produzia seu conhecimento do falar e do ouvir mutuamente. No entanto:

[...] Em seguida, por ser a palavra escrita bem mais acessível por seu caráter permanente, ainda que restrita a um grupo mais reduzido, o termo “filólogo” passou a designar, em especial, os que liam e escreviam. Com isso, modificou-se, em parte, o significado inicial do termo, para “aquele que gosta de falar ou de aprender, ouvindo.” (*ibid.*, p. 18)

Nos textos platônicos, a semântica do termo parece ainda não fechada, não especializada:

[...] “filólogo” não parece ter significado específico ou técnico; acontece o mesmo com termos afins, como *πολύλογος* e *βραχύλογος*, respectivamente, “que fala muito” ou “loquaz” e “de fala curta” ou “conciso”, sem ampliação semântica. (*ibid.*, p. 18-9)

No entanto, como o próprio Basseto (*op. cit.*, p.19) aponta, em outras obras, Platão tende a aproximar o mister do filósofo com o do filólogo, feitas certas ressalvas, “considerando ambos como especialistas suficientemente abalizados para opinar sobre o que é ou não verdadeiro; para isso é necessário ter conhecimentos e discernimento e não apenas ser bom falante”. Uma das razões para essa aproximação deve-se ao caráter polimático do ofício filológico:

Eratóstenes (275-194 a.C), de quem fala Suetônio [*De Gram. et Rhet.* 5-10], [...] é considerado o sábio mais versátil de seu tempo. Os especialistas alexandrinos contemporâneo chamavam-no *βῆτα*, isto é, muito próximo do máximo, e também o denominavam *πένταθλος*, isto é, aquele que se distingue em todos os gêneros ao mesmo tempo. Esse expoente da humanidade considerava que “filólogo” era o adjetivo que melhor o caracterizava, no que foi seguido por Ateius Praetextatus. Considerando-se que, a julgar pelos poucos fragmentos de que dispomos, o melhor da obra de Eratóstenes versa sobre Geografia, não é correto restringir o campo do filólogo romano ou grego à literatura ou às artes. Eratóstenes e Ateius são sábios, que dispunham de amplos conhecimentos sobre “todos os gêneros”,

isto é, todos os ramos da Ciência, obviamente incluindo gramática e problemas de linguagem. (*ibid.*, p. 21)

Todavia, a pluralidade semântica matinha-se a ponto de Sêneca, já no primeiro século da era cristã, dedicar um longo trecho de sua carta 55 à discriminação dos termos:

Quando pega o livro de Cícero *De Republica* um certo filólogo aqui, um tal gramático ali, acolá alguém dado à Filosofia, cada um revela ao outro sua preocupação. O filósofo se admira de que se tivesse podido afirmar tantas coisas contra a justiça. Quando o filólogo chega a esse mesmo ponto observa o seguinte: há dois reis romanos, um dos quais não tem pai e outro não tem mãe. Pois pairavam dúvidas sobre a mãe de Servus; não se conhece o pai de Ancius, sendo apenas considerado neto de Numa. Nota ainda que aquele a quem chamamos o ditador e lemos assim era denominado nas histórias, entre os antigos era designado por mestre do povo. Ainda hoje consta nos livros de augúrios e há prova de que, quem era designado por aquela expressão, de fato era o mestre da cavalaria. Observa ainda que Rômulo morreu durante um eclipse do sol; que houve provocação contra o povo da parte também dos reis: assim está nos (livros) pontificais e há alguns peritos que pensam assim, como Fenestella. Quando o gramático abre os mesmos livros, primeiramente comenta que as palavras *expse-reapse* foram ditas por Cícero, isto é, “pela própria coisa”, ainda mais *sepse*, isto é, “ele mesmo”. Passa depois para aquilo que o uso secular mudou, como diz Cícero: “Pois fomos chamados de volta do fim da carreira por seu grito”. Aquilo que agora, no circo, chamamos *cretam* (“cal”, “giz”) os antigos diziam *calcem*. Em seguida, reúne versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles referentes ao Africano. [...] Afirma que Ênio tirou isso de Homero e Virgílio, de Ênio. (*Cartas*, LV, 18, 30ss, trad. Basseto, *op. cit.*, p. 21-2)

Não obstante a polissemia do termo relativa ao que era o objeto de inquirição do filólogo, uma outra característica de “amigo da palavra” não se escamoteava: ao filólogo sempre se imputava a alcunha de “refinado”, uma vez que era visto como aquele que falava utilizando-se de um discurso num registro *soutenu*. Segundo Basseto (*op. cit.*, p. 23), ao comentar uma passagem de Sexto Empírico:

[ele] distingue com clareza aquilo que na terminologia da lingüística moderna se chama “norma” ou “nível” lingüístico; segundo ele, é preciso adequar a linguagem à platéia: para os mais cultos, expressões mais refinadas e “filológicas” e para os mais simples, expressões comuns, a fim de se evitar o ridículo. O conteúdo semântico de “filólogo” aponta claramente para algo refinado, culto e estilizado no campo da linguagem, como em Cícero. [...] Desses textos pode-se concluir que o termo “filólogo” denota, quase sempre, uma idéia de refinamento intelectual, de amplos conhecimentos gerais ou específicos, de cultura em geral e de domínio da linguagem em particular.

Por uma série de razões de complexa explicação, o termo começa a cair em desuso nos albos da Idade Média:

Quando o cristianismo se impõe, começa a rarear a ocorrência do termo. Não é encontrado em Santo Agostinho (354 a 430), ou em Anicius Manlius Severinus Boethius (480-583), nem em Izidoro [*sic*] de Sevilha (602-634 [*sic*]), cujas *Etymologiae*, quase enciclopédicas, não fazem qualquer menção a filólogo ou à filologia. Desse período, destaca-se apenas Martianus Capella com *De Nuptiis Mercurii et Philologiae*, da primeira metade do século V: a Filologia, cercada ancilarmente pelas sete artes, sobe ao céu para se casar com Mercurio, o deus da eloquência. Capella é apenas um compilador; na segunda parte, trata superficialmente das sete artes. Filologia em Capella deve ser entendida no sentido grego, de conhecimentos vastos e múltiplos, com inclusão das artes em geral e da literatura em particular. (*ibid.*, p. 28)

Para nós, não se trata de um movimento ligado, necessariamente, à emergência do Cristianismo. As inflexões e mudanças pelas quais passou a gramática desde o período alexandrino explicam-no melhor, uma vez que ela pouco a pouco foi alargando seus interesses a ponto de “surripiar” abordagens anteriormente ligadas a outras disciplinas. Desse modo, é sobretudo a gramática que suprime a filologia, tomando-lhe a cadeira. Não é mais o filólogo que é visto como o sábio por excelência, mas o *grammaticus*.

1.6. TÉCNICA DAS PALAVRAS: GRAMÁTICA

Das disciplinas do saber antigo é a gramatical que interessa mais diretamente a este trabalho, visto que é o tema do livro *De grammatica* das *Etymologiae* que será aqui traduzido. Ademais, junto com etimologia, talvez, gramática seja um dos termos mais incompreendidos, hoje, quando se refere às reflexões sobre a linguagem na Antigüidade. Sem dúvidas, o termo “gramática” é dos mais empregados atualmente, tanto podendo fazer referência a certas áreas da pesquisa acadêmica em Lingüística, quanto a uma parte da formação escolar formal, na qual se “ensina” uma determinada variante de língua dita culta, ou mesmo (em consonância com isso) remeter a um tipo de compêndio no qual se “registra” essa variante culta. No entanto, do mesmo modo que à palavra *gramática* se pode associar uma série de sentidos próprios, dados, às vezes, por adjetivos tais como *tradicional, gerativa, normativa, funcional* etc. – sentidos esses que podem ser totalmente opostos entre si –, não há por que supor que, na Antigüidade greco-romana, o mesmo não acontecesse. Na historiografia das reflexões sobre linguagem, aponta-se tradicionalmente o aparecimento da gramática como o momento no qual a língua(gem) ganhou autonomia como objeto de conhecimento em si. No entanto, deve ficar claro que, mesmo nesse caso, o fim último desse saber não era a língua em si, não obstante a existência de abordagens

muito próximas a isso. Sendo, pois, num primeiro momento, uma *tékhnē*, ela era uma “especialização”, uma introdução a assuntos/problemas “maiores”. Esse conhecimento *técnico* permitia ter maior “bagagem” ao se entrar em outros âmbitos como o da *poética*, da *retórica* ou da *dialética*. Porém, já entre os antigos, muito se criticou, até pelo menos os *modistae* medievais, aqueles que encerravam na gramática as possibilidades de conhecimento³⁷. Essa análise esteve, com freqüência, ligada à linguagem tal como essa era

³⁷ Cf. Kaster (1980, p. 220-1): “As metáforas do *custos Latini sermonis* e do *custos historiae* são dignas de nota por quatro razões relacionadas entre si. Os dois aspectos de *custodia* correspondem, antes de tudo, às duas metades da tarefa do gramático, *recte loquendi scientia* e *poetarum enarratio*, termos usados por Quintiliano e encontrados, com pequenas variações, nos compêndios dos próprios gramáticos até o fim da Antigüidade. Como apontava Quintiliano, ambas as metades tinham de ser compreendidas como cobrindo uma área maior do que parece à primeira vista, especialmente a segunda, a qual exige que o gramático ‘resolva as questões que lhe são colocadas, explique matérias envolvendo o conhecimento do passado (*historias*), e interprete os poemas’ (*Inst. or.* 1, 2, 14). Por outro lado, estava implícito, no conjunto das funções do gramático e nas abrangentes expectativas às quais estava sujeito, um segundo ponto relacionada à sua *custodia*: o gramático, atuando no papel de um *custos* em outro sentido, ocupava uma posição cardinal na vida social e intelectual do Império, visto que comandava a passagem crítica de um conhecimento básico das letras, adquirido no *ludus litterarius*, à iniciação na cultura e na respectiva promessa de *status* e de recompensas. Esse segundo ponto conduz naturalmente a um terceiro: a função do gramático era muito importante para ser legada apenas a ele. Encontra-se geralmente na literatura, como em Sêneca e Agostinho, a tendência a tornar o gramático – nas tentativas de outros em definir qual era o papel dele –, um zero à esquerda. Não faltam esboços distintos que sugerem o que o gramático deveria ou não fazer: embora freqüentemente menosprezados nas histórias da educação antiga em favor de uma ênfase em métodos, e nunca tratados precisamente em termos históricos, a variedade de opiniões acerca desse tópico é, por si só, uma rica área de investigação. Mas, enquanto a natureza e a importância da tarefa do gramático estão expressas pelos outros numa variedade de maneiras, o seu próprio ponto de vista, sua própria definição de seu *status* e função, permanecem, curiosamente, submersos. Esse é o quarto ponto: se o gramático é tratado como um zero por outros escritores, isso é, em parte, culpa dele mesmo; pois entre os participantes de importância na cultura literária, o gramático é o mais reticente quando acontece de zelar pela própria posição” (*The metaphors of the custos Latini sermonis and the custos historiae are noteworthy for four interrelated reasons. The two aspects of the custodia correspond, first of all, to the two halves of the grammarian's task, recte loquendi scientia and poetarum enarratio, the terms used by Quintilian and found with slight variation in the grammarians' own handbooks down to the end of antiquity. As Quintilian pointed out, both halves must be understood to cover more ground than appears at a glance, especially the second, which demands that the grammarian 'straighten out standing questions, explain matters involving knowledge of the past (historias), and interpret the poems' (Inst. 1.2, 14). In turn, there was implied in the grammarian's combined functions, and the wide-ranging expectations to which he was subject, a second point concerning his custodia: the grammarian performed as a custos in another sense, occupying a cardinal position in the social and intellectual life of the empire, as he presided over the critical passage from bare literacy, gained in the ludus litterarius, to initiation in the literary culture and the promise of its status and perquisites. This second point passes naturally to a third: the grammarian's function was too important to be left to the grammarian. One finds in the literature generally, as in Seneca and Augustine, that the grammarian tends to become a mere cipher in the attempts of others to define his role for him. There is no lack of distinct sketches which suggest what the grammarian should and should not do: although often slighted in histories of ancient education in favor of an emphasis on methods, and never treated in precise, historical terms, the variety of opinion on this heading is itself a rich area for investigation. But while the nature and significance of the grammarian's task are expressed by others in a variety of ways, the grammarian's own point of view, his own definition of his*

representada na escrita. O próprio engendramento do termo no ambiente helenofônico pressupõe, em grande medida, essa referência textual. Segundo Chantraine (1968, p. 235-236), gramática deriva da palavra grega *grámma* (γράμμα), um substantivo verbal – cujos significados “iniciais” seriam “desenho, letra, escrita, carta endereçada a alguém, documento escrito, obra, lei escrita” – derivado do verbo *gráphein* (γράφειν, “riscar”, “traçar”, “desenhar”, “escrever”, “registrar uma queixa”). Daquele substantivo verbal, derivaram-se dois adjetivos substantivados importantes: *ho grammatíkos* (ὁ γραμματικός, “mestre-escola”, “gramático”, “crítico”, “sábio”, “aquele que se ocupa de textos”) e *hē grammatikḗ* (ἡ γραμματικῆ, “arte dos textos”, “cultura”). É, ademais, uma mudança no estatuto do texto que torna necessário esse novo campo, já que, na virada do século V, na Grécia, o texto “deixa de ser um simples suporte mnemônico do oral para se tornar o objeto de uma verdadeira leitura: vai ser preciso, a partir de então, decifrar textos desconhecidos (antes se conhecia de cor os textos que se liam)” (AUROUX, 1992b, p. 23). Porém, como indício, já no período helenístico, de que a gramática encerra em si todos os conhecimentos, é a palavra que indica o ofício inicial do “gramático”: *hē grammatistikḗ* (ἡ γραμματιστικῆ), “ensinamento elementar”.

Esses sentidos derivados de *grámma* indicam a divisão na qual esse nascituro campo se organizava: havia, num primeiro momento, somente uma *grammatikḗ*, um ofício com textos, que requeria muita erudição e, por isso, o *grammatíkos* (antes apenas sinônimo de “letrado”, “conhecedor das letras”) é um sábio aos moldes dos *philólogoi* (φιλόλογοι); depois, esse *grammatíkos* tornou-se o responsável pela *grammatistikḗ*, assim sendo o mestre-escola. A gramática antiga, nesse momento, apresentava dois níveis, um mais elementar e pedagógico, destinado a algo como “letramento” e a uma apresentação dos aspectos fundamentais da língua (escrita), e outro como uma crítica textual dedicada à

status and function, remains curiously submerged. This is the fourth point: if the grammarian is used as a cipher by other writers, it is in part the grammarian's own fault; for among the significant participants in the literary culture, the grammarian is the most reticent when it comes to staking out his own position.)

sistematização da leitura, atendo-se desde questões ligadas ao “conteúdo” como à “forma” dos textos. Além desses dois níveis, a gramática constituía-se em três “subpartes”, as quais, ao comentar a divisão apresentada por Asclepiades de Mirléia (início do século I a.C.), Desbordes (1995, p. 42) resume assim:

[...] o *historikon*, a parte “histórica” (ou documentária), investiga caso por caso os detalhes dos textos; a *technikon*, a parte “sistemática”, enuncia regras gerais da língua, independentemente das ocorrências nos textos; o *grammatikon*, enfim, a parte propriamente “gramatical”, consiste em utilizar os elementos das duas outras partes na explicação dos textos, que permanece a finalidade da gramática e a atividade principal do *grammatikos*.

Apesar dum anseio exagerado, de parte da autora, por encontrar traços de uma forte “cientificidade” (ou duma reflexão “pura”) nos textos antigos, essa divisão entre preocupação com a língua (possivelmente nunca independente dos textos) e com a crítica textual, parecer ser, de fato, um traço fundamental da Gramática antiga. Eles estão contemplados, por exemplo, na apresentação da *grammatiké* feita pela obra intitulada *Tékhnē grammatiké* (τέχνη γραμματική), atribuída, com ressalvas, a Dionísio da Trácia.

A gramática é a empiria do que é dito no mais das vezes conforme os poetas e prosadores. Seis são suas partes: primeiro, leitura exercitada segundo a prosódia; segundo, a exegese das figuras poéticas encontradas; terceiro, a atualização espontânea das palavras e das histórias; quarto, busca pelas etimologias; quinto, consideração das analogias; sexto, avaliação dos poemas, que é o que tem de mais belo nesta técnica.³⁸ (Dion. Thr. *Ars gramm.* I, 1)

Nessa definição introdutória à obra, a *técnica gramatical* é apresentada como um conhecimento que advém da *empeiria* (ἐμπειρία, “experiência”), uma vez que essa técnica deve permitir o acesso a um registro de língua (escrita grega) socialmente mais prestigiado, ou seja, a dos poetas e prosadores. O aparecimento dessa preocupação com a “conservação” de um determinado registro de língua é apontado como sendo o resultado de mudanças mais amplas no mundo helenofônico. Trata-se do período helenístico, quando os gregos (e suas línguas) espalham-se em grande número pelas regiões do Oriente graças às

³⁸ γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ· πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβῆς κατὰ προσωιδίαν, δεῦτερον ἐξήγησις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικoὺς τρόπους, τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις, τέταρτον ἐτυμολογίας εὐρεσις, πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς, ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὲ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

conquistas alexandrinas. Nesse contexto, configurou-se uma nova variação de grego, uma espécie de língua franca nomeada *koiné* (κοινή, “comum”). Em muitos aspectos, portanto, essa variedade diferia da que, por seu enorme prestígio cultural, era considerada a língua grega *par excellence*, a saber: aquela encontrada nos textos escritos entre os séculos VI-IV a.C., além dos grandes poetas de séculos anteriores como Homero e Hesíodo. A esse ideal lingüístico, e também cultural *lato sensu*, dá-se o nome de *hellēnismós* (ἑλληνισμός, “helenismo”). Ao mesmo tempo em que essa construção cultural, derivada provavelmente de um contato mais profundo e sistemático com outros povos, ajudou a delimitar traços do que era ser grego, ela também foi determinante na visão idealizada do que tinha sido a língua grega. Não é à toa que, então, a *técnica gramatical* terá de ser um conhecimento “empírico” a partir dos poetas e prosadores, uma vez que tal variante idealizada do grego só se encontraria neles. Ademais, a finalidade primeira da *técnica gramatical* é pedagógica, tendo três de suas seis partes, segundo o trecho acima, dedicadas a questões de leitura. Nesses três primeiros pontos já se encerram os dois pólos da *técnica gramatical*, o técnico propriamente dito (*tekhnikón*, τεχνικόν) e o exegético (*historikón*, ἱστορικόν). Com efeito, a leitura de que se trata deve ser feita em voz alta e tem de ser *entribés* (ἐντριβής, “exercitada”), isto é, trata-se de uma leitura não “natural” ou não coetânea, mas que tenta “reconstruir” a prosódia do texto em questão. Esse ramo – como é possível ver na seqüência da *Tékhne grammatiké* de Dionísio – é aquele que se dedica a pensar questões mais relacionadas à língua em si, discutindo os valores das letras, as divisões entre vogais e consoantes, as sílabas e as chamadas *merídes lógou* (μερίδες λόγου, “partes do discurso”), percorrendo o trajeto, portanto, desde os primórdios de um “pós-letramento” e chegando à discussão de “categorias gramaticais”. O segundo ponto diz respeito, portanto, à exegese: como ler os *trópoi* (τρόποι, “figuras”) encontrados nos textos, cujo entendimento não depende só do conhecimento dos valores das letras, da reconstituição da prosódia e das partes do discurso. Aqui, o *grammatikós* tenta romper com a possível opacidade do texto com o qual se está lidando. O terceiro ponto ao qual o texto se refere diz respeito à *apódose facilitada* das palavras e das histórias. Nesse caso, provavelmente, trabalha-se com os

“arcaísmos” e com as referências históricas entendidas como menções a lugares e personagens de qualquer espécie cujo conhecimento prévio inexistia. A apódose, ou seja, a *reconstrução* dessas palavras arcaicas e dessas histórias a partir de uma opacidade deve ser feita de modo que se facilite o entendimento do texto. Assim, tanto as palavras quanto as histórias devem ser “atualizadas”, vertidas numa linguagem mais acessível. Não é gratuito, portanto, o fato de se seguir, como quarta parte da *técnica gramatical*, a *busca pelas etimologias*. Provavelmente, longe de ser uma busca por étimos, tal qual se entende hoje, as etimologias estariam destinadas a justamente “recompôr” a suposta transparência do texto, fornecendo sinônimos e ajudando em sua interpretação (esse aspecto, que relaciona exegese (e apódose) e etimologia, será abordado mais adiante). Por fim, a *técnica gramatical* contempla as considerações acerca das analogias, princípio que, como foi visto, dá uma forma ao estabelecimento das etimologias, e promove a *krisis poiēmátōn* (κρίσις ποιημάτων, “julgamento crítico dos poemas”). É interessante notar o deslocamento entre a exegese dos *poetas* e a crítica dos *poemas*. Parece haver, de certo modo, uma divisão clara entre uma dimensão textual, material e outra, incorpórea. A exegese dos *poetas* diz respeito às *figuras de pensamento* empregadas pelo poeta, algo que, a despeito da materialidade do texto, está para além dele, visto que está no âmbito do pensamento. Já a crítica dos *poemas* lida com as questões de veracidade dos manuscritos, ou seja, um trabalho que se chamaria hoje de filológico. É esse último estágio do trabalho do gramático – o *grammatikón* (γραμματικόν), propriamente dito – que, segundo a *Tékhne grammatiké* de Dionísio da Trácia, é o mais “belo”.

Ulteriormente, a *grammatiké* penderá mais para um aspecto ou para outro. Até, pelo menos, os *modistae* medievais do Ocidente latino, a maior parte dos trabalhos gramaticais enfocarão as questões que dizem respeito aos rudimentos necessários para ler os textos e/ou permitir uma boa *performance* numa determinada variação de língua, aquela dos “grandes autores”. Sendo a leitura, na Antiguidade, basicamente um exercício oral, ou seja, uma leitura em voz alta, pode-se dizer que essa *performance* não se restringia somente ao domínio da escrita, mas também da fala. No mundo latinofônico, apesar de ser utilizado, às vezes, o decalque *litteratura* para a palavra grega *grammatiké*, os termos *ars grammatica*

e *grammaticus* (para o ofício) consagraram-se e deram a essas palavras colorações muito próximas das suas origens gregas. A princípio, tentou-se, em Roma, manter a mesma distinção grega entre *grammatistiké* e *grammatiké*, cunhando *litteratio* e *litteratura*, porém, (*ars*) *grammatica* generalizou-se. Quando, todavia, havia necessidade de marcar uma diferença de nível de aprofundamento, usavam-se – como o fez Donato no século IV – adjetivos como (*ars*) *minor* e *maior*, ou optava-se por outros termos que indicavam certo distanciamento, pelo menos, nos títulos consagrados às obras, como são os casos de Varrão de Reate (*De lingua Latina*) e Prisciano de Cesaréia (*Institutiones grammaticae*), em latim, ou de Apolônio Díscolo (*Peri syntáxeōs*, Περὶ συντάξεως), em grego. O trabalho desses autores marca a coexistência ao longo dos séculos das duas abordagens gramaticais. No entanto, a “supervalorização” que eles dão à parte *propriamente técnica* da tradição gramatical, deve-se, sobretudo, à influência da *dialética* (estóica) na condição de pesquisa semântica da linguagem. Seu caráter *sui generis* está, então, justamente na reelaboração da parte *técnica* da tradicional *ars grammatica* – tanto é verdade que nenhum deles se auto-proclama *grammatikós/grammaticus* –, todavia, essa pesquisa semântica continua tendo como ponto o entendimento dos textos.

A despeito dessas exceções, a *ars grammatica* mais “gramatical” foi considerada por muitos autores latinos como uma *scientia*³⁹ fundamental na formação educacional.⁴⁰ Ressoando a definição da *Tékhne grammatiké* alexandrina, Quintiliano diz:

Pois esse mister, embora se divida, muito sucintamente, em duas partes – a *arte de falar corretamente e a explicação dos poetas* –, encerra mais em si do que deixa transparecer. Com efeito, tanto as regras da escrita se combinam com as do

³⁹ Desbordes (1995, p. 11-12) comenta um aspecto interessante da passagem das idéias gregas por Roma: “[...] a área latina deu-lhes uma nova dimensão: os latinos validaram os raciocínios gregos mostrando que eles eram aplicáveis a sua própria situação. No que se refere ao detalhe dos fatos, sua referência constante à situação e às doutrinas gregas arrastou-os às vezes, e até com bastante frequência, a pistas falsas, mas em relação às idéias gerais, a utilização de uma espécie de método contrastivo na comparação das duas situações permitiu-lhes deduzir alguns universais. Notável progresso, que deu a seus textos uma ressonância ausente dos textos gregos”.

⁴⁰ Cf. a importância que, por exemplo, dão-lhe, mesmo com matizes diferentes, Quintiliano (*Inst. Or.* I.4.1-6) e Agostinho (*Conf.* I.13.20).

falar, como uma leitura correta precede a explicação, e um juízo crítico permeia a ambas.⁴¹ (*Inst. or.* I, 4,2-3; trad. Pereira, 2000, p. 87-8)

A *ars grammatica* incitaria, portanto, a formação de um juízo crítico dos textos a partir dos fundamentos da língua bem falada e de uma leitura bem feita. Porém, não foram poucos os que, discordando da ampliação das discussões dos gramáticos, a criticaram, pois que estariam extrapolando seus próprios limites. Advogava-se, ora em nome da retórica, ora em nome da filosofia. Muitas foram, portanto, as disputas envolvendo os valores da gramática e as funções do gramático diante das outras disciplinas antigas, em particular, e diante da educação antiga, em geral.

⁴¹ *Haec igitur professio, cum breuissime in duas partis diuidatur, recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem, plus habet in recessu quam fronte promittit. Nam et scribendi ratio coniuncta cum loquendo est et enarrationem praecedit emendata lectio et mixtum his omnibus iudicium est [...].*

2.

ETIMOLOGIA ANTIGA: BUSCA POR SENTIDOS

O campo de investigação próprio à Etimologia antiga, mesmo quando o termo não existia, já estava dado e concernia, sobretudo, à questão dos nomes, em especial, os nomes próprios⁴². Assim, em termos modernos, é lícito dizer que a Etimologia emergiu restringindo-se à onomástica (“pesquisa dos nomes próprios”), particularmente à antroponímia (“pesquisa dos nomes próprios de pessoas”). Como os nomes surgiram, surgem e continuarão a surgir? Eles trazem algo de essencial do nomeado ou derivam de pura convenção e arbitrariedade humana? Essas perguntas “assombravam” os autores antigos. Em praticamente todo texto que trabalha ou explora a língua o problema da nomeação e da sua “eficácia” está presente. Essa problemática está colocada, no mundo grego, desde Homero e sua assiduidade atravessa os séculos. É do problema dos nomes pessoais que se chegará aos nomes em geral para, depois, a língua e linguagem nas mais abstratas conjecturas. Discutindo esse problema, por exemplo, emergem as teses do naturalismo e do convencionalismo, enunciadas no *Crátilo* de Platão. Considera-se que esse texto é o primeiro a tratar sistematicamente do assunto (PERAKI-KYRIAKIDOU, 2002, p. 478). Lá, está definido o intento da Etimologia *avant la lettre*: a *orthótēs tōn onomátōn* (ὀρθότης τῶν ὀνομάτων, “justeza dos nomes”, cf. *Crat.* 422d, 428e; cf. também *Euthyd.* 277e). Será esse o domínio da Etimologia antiga, não obstante os métodos e os matizes do que seja essa “justeza”. Sabe-se, no entanto, que essa justeza diz respeito a uma *dýnamis* (δύναμις, “força”), algo do nome que hipnotiza e deixa atônito. Para os antigos, a justeza e a força – talvez ambos, *hē tēs dynámēos tou onómatos orthótēs* (ἡ τῆς δυνάμεως τοῦ ὀνόματος ὀρθότης, “justeza da força dos nomes”; cf. PERAKI-KYRIAKIDOU, *loc. cit.*) – diziam algo de “verdadeiro” do nome, ou seja, seu *étymon* (ἔτυμον). Cunha-se, então, no

⁴² “[...] A primeira questão que os gregos se colocam (e eles a põem, porque já têm uma resposta) é a da origem dos nomes (donde vem esse nome aqui), e ela absorve completamente toda a questão da validade dos nomes (tratam-se de nomes próprios!)” ([...] *La première question que les Grecs se posent (et ils la posent, parce qu'ils ont déjà une réponse), est celle de l'origine des noms (d'où vient ce nom-ci), et elle absorbe complètement toute question de validité des noms (ils s'agit de noms propres!)*; GAMBARARA, 1989, p. 79).

período helenístico, um termo novo, o qual representa um novo quinhão de investigação, uma nova *logía*, a *etymología* (ἐτυμολογία). Ora, todavia, no grego antigo, no qual os autores helenísticos provavelmente inspiraram-se, havia mais de um significante com o significado de ‘verdade’. Segundo Chantraine (1968, p. 381), desde Homero se encontra, ao lado de *étymon*, *alétheia* (ἀλήθεια). Ambas as palavras estão semanticamente relacionadas a “verdadeiro, verdade”, porém, em termos gerais, enquanto que para *étymon* é atribuído um valor de “autenticidade”, na medida em que essa “verdade” faz parte da “coisa”, integra sua essência, a *alétheia* se caracteriza por conservar algo de sua raiz, cujo valor era o de “ocultamento”; seu *alfa* privativo, então, lhe daria o sentido primeiro de “verdade” como “desvelamento”. Portanto, apesar de se tratar de tema extremamente complexo, cuja abordagem não pretendemos pormenorizar aqui, pode-se conjecturar mais um matiz de “verdade” como “manifestação”, uma “realidade clarividente” no tocante a *alétheia*, ou seja, associada à visão e, portanto, do âmbito da aparência, do fenômeno; ao passo que *étymon* expressa mais uma “verdade” como uma “autenticidade”, adequada à “essência” das coisas, isto é, associado à compreensão, do âmbito da “essência”. Encerra-se, pois, na dicotomia clássica da filosofia dita da “identidade”: distinção entre essência e aparência. *Étymon* parece ter caído em desuso, sendo definitivamente substituído, desde o período helenístico, por *alétheia*. Para corroborar essa assunção, basta conferir a ausência do termo *étymon* e qualquer derivado, por exemplo, na *Septuaginta* (doravante *LXX*) e no *Novo Testamento* (doravante *NT*).

Nesse universo em que o nome pessoal é atributo etiológico, fenômenos variados existem que relacionam os nomes entre si ou com outros atributos. Assim, é tarefa árdua distinguir entre o que se poderia chamar “etimologia” e outros fenômenos paronomásticos. Em geral (cf. GAMBARARA, 1989; O’HARA, 1996), admite-se que a etimologia, ao contrário da “simples” paronomásia, é acompanhada de uma glosa, a qual pode ou não estar junto de algum verbo *appellandi*. Ademais, sobre essa glosa paira um sentido etiológico, enquanto que na paronomásia um *lato sensu*, o material fônico possa prevalecer sobre qualquer conjectura de sentido. Para Gambarara (*op. cit.*, p. 81), há uma

idéia indo-européia de nomeação que, aliada a características da visão grega de família e sociedade, irão moldar a *démarche* etimológica grega:

É uma característica grega (de tradição, talvez, indo-européia) de somente os seres animados (homens, deuses antropomórficos, potências divinas) terem um ‘nome (próprio)’, e é uma diferença considerável com o Oriente Médio antigo (Egito, Anatólia, Semitas), onde objetos inanimados podem também ter um. Os homens têm um nome porque um outro homem lho deu, decidindo, por alguma razão, como nomeá-los. Tem-se, nessa situação, uma terminologia elementar: *ónoma* “nome (pessoal)”, *títhēmi* “(im)pôr, estabelecer, fazer existir”, e um esquema casual (pronto para se inverter num outro, explicativo): um Sujeito escolhe e (im)põe um nome significativo a alguém. Para a reflexão lingüística “*pré-científica*” na Grécia, essa prática constitui um ponto de partida livre de invasões e de resíduos. Compreende-se, também ao mesmo tempo, porque não há, na Grécia, um mito sobre a origem da linguagem: não há nenhum sobre a origem do mundo, e não se fala também de um deus que “criou” ou “separou” o céu e a terra. A ‘modelização sócio-mórfica’ familiar é tão forte que mesmo o Céu e a Terra têm pais, nascem e têm filhos: há procriação, mas não criação. Ora, se tudo que existe vem de um nascimento, todos os nomes vieram de um batismo. Não é acerca da linguagem que, em primeiro lugar, os gregos colocam questões: naquilo que diz respeito ao que se tornará o domínio da gramática, a explicação dos nomes (a etimologia) constitui, até aproximadamente 450 a.C., tudo o que o historiador pode encontrar.⁴³ (*ibid.*, p. 81)

O quadro assim exposto, entende-se a existência daquilo que Baratin (1989, p. 190) chamou de “tese do meio”, ao referir-se à idéia de um impositor mítico de nomes. As figuras colocadas no papel de “grande batizador” alternam-se ao longo da Antigüidade: Orfeu, Pitágoras, Hermes e, até, na visão “conciliadora” de Filo de Alexandria (20 a.C.-50 d.C.), Moisés. O próprio vocabulário do debate antigo entre naturalistas e convencionalistas é fortemente tributário do problema antroponímico:

⁴³ *C’est une caractéristique grecque (de tradition, peut-être, indoeuropéenne) que seuls les êtres animés (hommes, dieux anthropomorphiques, puissances divinisées) aient un ‘nom (propre)’, et c’est une différence considérable avec le Moyen-Orient ancien (Egypte, Anatolie, Sémites) où des objets inanimés peuvent aussi en avoir un. Les hommes ont un nom parce que un [sic] autre homme le leur a donné, en décidant pour quelque raison comment les nommer. On a dans cette situation une terminologie élémentaire: ónoma “nom (personnel)”, títhēmi “(im)poser, établir, faire exister”, et un schéma causal (prêt à se renverser dans un autre, explicatif): un Sujet choisit et (im)pose un nom significatif à quelqu’un. Pour la réflexion linguistique “préscientifique” en Grèce, cette pratique constitue un point de départ libre d’empiètements et de résidus. On comprend aussi du même coup pourquoi il n’y a pas, en Grèce, de mythe sur l’origine du langage: il n’y a pas sur l’origine du monde, et on ne parle non plus d’un dieu qui “créa” ou “sépara” le ciel et la terre. La ‘modélisation sociomorphique’ familiale est si forte que même le Ciel et Terre ont des parents, naissent et ont des enfants: il y a procréation, mais pas création. Or, si tout ce qui existe vient d’une naissance, tous les noms viendront d’un baptême [sic]. Ce n’est pas sur le langage que les Grecs se posent d’abord des questions: en ce qui concerne ce qui va devenir le domaine de la grammaire, l’explication de noms (l’étymologie) constitue jusque vers 450 av. J.C., tout ce que l’historien peut retrouver.*

Phýsis mudou de significação: é com os pitagóricos que de “nascimento” (ainda órfico) o termo passa à “natureza (ordenada)”; por esse mesmo movimento, a questão da origem das palavras pessoais torna-se a do funcionamento de todas as palavras: elas são “justas” (*orthos*, termo da geometria) porque são “segundo a natureza das coisas” (*katà tēn phýsin tōn ónton*). Os nomes são, portanto, “segundo a natureza” (*phýsis*), como funcionamento, mas são também “por (im)posição” (*thesis*), como origem: se as coisas têm um nome, elas devem tê-los recebido de alguém. Não se trata de um qualquer, mas de um ou vários seres sobre-humanos não identificados (*daímones*, demônios intermediários entre deus e os homens, como Pitágoras apresentava a si próprio), que deram (*títhēmi*) os nomes às coisas; sendo muito sábio, ele lhes deu de acordo com a ordem natural expressa pelos nomes.⁴⁴ (GAMBARARA, *op. cit.*, p. 84)

Como dito acima, esse problema era onipresente, transcorrendo os vários domínios do trabalho intelectual grego. Assim, na obra de Ésquilo:

[...] Um onomaturgo sábio e divino (deus ou demônio) aparece nos *Agamemnon* (de 458), a propósito da etimologia de Helena (quem causa “a destruição dos navios” – *helé-naus* e dos guerreiros gregos em Tróia): “Quem, então, a chamou assim (*tís onomazen*), com esse nome tão verdadeiro (*etétymos*), senão alguém de tipo invisível, que com suas previsões do destino (*pro-noíaisi tou peproménou*), conduz a língua a seu alvo?”. Ésquilo refere-se a um dador de nomes, e interroga-se sobre a maneira correta de chamar um deus, sobre qual é o nome justo entre todos os que lhe são dados. Seu léxico meta-onomástico é rico e significativo: um nome é “bem calculado”, “bem aplicado”, “verdadeiro ou falso”, enfim, verdadeiramente “correto” (*orthós*) [...] É igualmente a Ésquilo que devemos o único antecedente do termo platônico “onomaturgo.”⁴⁵ (*ibid.*, p. 84-5)

Para os sofistas, sendo a língua convencional e não-referencial, resta-lhes perguntar sobre as conseqüências da nomeação (humana) às coisas, sem referirem-se à

⁴⁴ *Phýsis a changé de signification: c'est avec les Pythagoriciens que de "naissance" (encore orphique) le terme passe à "nature (ordonnée)"; par là-même la question de l'origine des mots personnels devient celle du fonctionnement de tous les mots: ils sont "droits" (orthos, terme de géométrie) parce qu'ils sont "selon la nature des choses" (katà tēn phýsin tōn ónton). Les noms sont ainsi "selon la nature" (phýsis), comme fonctionnement, mais ils sont aussi "par (im)position" (thesis), comme origine: si les choses ont un nom, elles doivent l'avoir reçu de quelqu'un. Il ne s'agit pas de n'importe qui, mais d'un ou plusieurs êtres surhumains non identifiés (daímones, démons intermédiaires entre dieux et hommes, comme Pythagore se présentait lui-même), qui ont donné (títhēmi) les noms aux choses; étant très sage, ils les ont donnés en accord avec l'ordre naturel exprimé par les nombres.*

⁴⁵ [...] *Un onomaturge sage et divin (dieu ou démon) apparaît dans l'Agamemnon (de 458), à propos de l'étymologie d'Hélène (qui a causé "la destruction des navires" – helé-naus et des guerriers grecs à Troie): "Qui donc l'appela ainsi (tís onomazen), de ce nom si véritable (etétymos), sinon quelqu'un d'invisible, qui avec ses prévisions de la destinée (pro-noíaisi tou peproménou), conduit la langue à sa cible?". Eschyle fait référence à un donneur de noms, et il s'interroge sur la façon correcte d'appeler un dieu, sur quel est le nom juste parmi tous les noms qu'on lui donne. Son lexique méta-onomastique est riche et significatif: un nom est "bien calculé", "bien appliqué", "vrai" ou "faux", enfin vraiment "correct" (orthós) [...]. C'est également à Eschyle que l'on doit le seul antécédent du terme platonicien "onomaturge".*

etiologia (cf. GAMBARARA, *op. cit.*, p. 85). Platão escapa à dicotomia natureza/convenção:

[...] ao declarar que não são os nomes (isto é, as palavras) que são verdadeiros ou falsos, mas as frases, compostas de nomes-sujeitos e verbos-predicados, [ele] tinha, no mesmo gesto, descartado o onomatúrgo, e aberto a via para a teoria das partes do discurso, portanto, para a gramática ocidental. Sobre essa via, caminham decididamente Aristóteles e os estóicos (Zenão, Cleante, Crisipo). Para o primeiro, a linguagem é absolutamente convencional, enquanto que para os estóicos é possível encontrar, com a etimologia (termo que parece remontar a Crisipo), uma significatividade “natural” das palavras, a partir do caráter mimético dos “sons primeiros.”⁴⁶ (*ibid.*, p. 88)

Uma última inflexão importante nos valores de *phýsis* e *thésis* terá lugar nas reflexões epicuréias da linguagem. Segundo Gambarara (*op. cit.*, p. 88-9), para Epicuro:

[...] À diferença de Aristóteles e dos estóicos, a articulação da frase em palavras não o interessa. A origem da linguagem, por outro lado, interessa-o deveras, porque entra no tema da origem da civilização, cuja despreocupação da parte dos deuses ele deseja demonstrar. Dessa vez, é o valor de *phýsis* que se desloca: ao mudar de campo (do funcionamento segundo a natureza à origem natural), o termo muda de significação: a linguagem é *phýsis* não (mais) como correspondência sincrônica palavras-coisas, mas como espontaneidade diacrônica; quanto à *thésis*, desvencilhada do valor de “imposição”, esse termo – doravante correlativo – toma decididamente o valor de “(estabelecimento) convencional, convenção”, mesmo na sua forma mais simples (o dativo *thésis*).⁴⁷

Disso resulta que, ao contrário do que se poderia pensar, longe de ser um jargão consensual atribuído a duas posições diferentes, os termos deslocam-se e intercambiam-se por vezes:

⁴⁶ [...] en déclarant que ce ne sont pas les noms (c'est-à-dire les mots) qui sont vrais ou faux, mais les phrases, composées de noms-sujets et verbe-prédicats, [il] avait du même geste écarté l'onomatourge et ouvert la voie à la théorie des parties du discours, donc à la grammaire occidentale. Sur cette voie se mettent décidément Aristote et les Stoïciens (Zénon, Cléanthe, Chrysippe). Pour le premier le langage est tout à fait conventionnel, tandis que pour les Stoïciens on peut retrouver, avec l'étymologie (terme que paraît remonter à Chrysippe), une significativité 'naturelle' des mots, à partir du caractère mimétique des “sons premiers”.

⁴⁷ [...] A la différence d'Aristote et des Stoïciens, l'articulation de la phrase en mots ne l'intéresse pas. L'origine du langage, en revanche, l'intéresse beaucoup, parce qu'elle rentre dans le thème de l'origine de la civilisation, dont il veut montrer que les dieux ne se soucient pas. Cette fois, c'est la valeur de *phýsis* qui se disloque: en changeant de champ (du fonctionnement selon la nature à l'origine naturelle), le terme change de signification: le langage est *phýsis* non pas (non plus) comme correspondance synchronique mots-choses, mais comme spontanéité [sic] diachronique; quant à *thésis*, débarrassé de la valeur d'“imposition”, ce terme – désormais corrélatif – prend décidément la valeur de “(établissement) conventionnel, convention”, même dans sa forme la plus simple (le datif *thésis*).

Natureza ou convenção? A solução tão nítida e detalhada dos epicureus conduz, paradoxalmente, a uma confusão considerável no ecletismo helenístico e romano. A questão filosófica de saber se a língua é *physei* ou *thesei* é colocada nas relações estoicismo-epicurismo (as duas escolas que dão significações diferentes a esses termos), e é retomada no meio neopitagórico a partir, pelo menos, do século I a.C. [...].⁴⁸ (*ibid.*, p. 89)

O fito deste trabalho, no entanto, é apontar que toda essa discussão, além de suas demandas filosóficas, envolveu a reflexão antiga sobre a linguagem num cenário em que a presença da etimologia é inconteste. Assim, quer se trate de etiologia, quer se trate de “morfologia” – talvez duas searas inseparáveis no pensamento antigo –, o pensamento etimológico guia as discussões:

[...] Em primeiro lugar, a etimologia é concebida como parte constitutiva da gramática antiga a partir dos estóicos ou da enumeração programática das partes do discurso feita por Dionísio da Trácia [...]. Mas, sobretudo, a etimologia, mesmo quando não está no seu lugar, determina a forma e a substância da teoria da formação das palavras, em particular, da morfologia derivacional, como podemos ver em Dionísio e em Varrão [...].⁴⁹ (*ibid.*, p. 91-2; cf. também DESBORDES, 1989, p. 158-9.)

2.1. A ETIMOLOGIA NAS DIVERSAS DISCIPLINAS

2.1.1. PRÁTICA *VERSUS* TEORIA

Foram apresentadas até aqui as diversas disciplinas antigas que, de alguma maneira, tematizavam a linguagem. Pode-se fazer geralmente uma distinção mais entre os discursos “teóricos” (ou “metalingüísticos”, de “profissionais”) e os “não-teóricos” (“epilingüísticos”). Assim, haveria uma área chamada *poética*, cujos tratados são sobre a *prática* poética e seus fundamentos e outra coisa seria essa *prática* em si, materializada em *poemas*, orais ou escritos. Portanto, uma coisa seria a *poética* de Aristóteles e outra os *poemas* de Homero. Essas distinções eram reconhecidas como tais pelos próprios antigos. Portanto, havia textos que falavam *sobre* a língua *através* da língua e outros que *praticaram*

⁴⁸ *Nature ou convention? La solution si nette et tranchée des Epicuriens conduit paradoxalement à une confusion considérable dans l'éclectisme hellénistique et romain. La question philosophique de savoir si le langage est physei ou thesei est posée dans les rapports stoïcisme-épicurisme (les deux écoles donnant des significations différentes à ces termes), et reprise dans le milieu néopythagoricien à partir au moins du I^{er} siècle av. J.-C. [...].*

⁴⁹ *[...] En premier lieu, l'étymologie est conçue comme partie constitutive de la grammaire ancienne, à partir des Stoïciens, ou de l'énumération programmatique des parties de la grammaire par Denys le Thrace [...]. Mais surtout, l'étymologie, même quand elle n'en prend pas la place, détermine forme et substance de la théorie de la formation des mots, en particulier de la morphologique dérivationnelle, comme on peut le voir chez Denys et chez Varron [...].*

o labor sobre/com a língua sem que houvesse uma clara intenção de cindir o teórico do prático. Porém, como se pretende trabalhar aqui com uma noção mais abrangente de labor com/sobre a linguagem, essa distinção, para o entendimento dos valores, dos resultados e das vinculações da Etimologia antiga, não parece ser suficiente. Com efeito, como se disse, muitas etimologias enunciadas em *poemas* (portanto, num texto “não-teórico”) circulavam como possibilidades razoáveis de asserções mesmo entre textos *teóricos*⁵⁰. Não obstante os movimentos, entre esses gêneros, de rejeição ou adaptação mútuas de certos postulados – por exemplo, a desconfiança socrática em relação a certas ilações da poética e da retórica –, esse labor *per se* com a linguagem tinha seu prestígio e, muitas vezes, era um ponto importante de autoridade. Esse labor é um dos aspectos do que se chamará aqui *etimologia*, área de saber fluida e fértil em debates sobre a língua(gem), tanto na Antigüidade como na Idade Média.

2.1.2. POÉTICA

Esse modo de tematizar as palavras, estabelecer certas relações entre elas e conjecturar as conseqüências (físicas ou metafísicas) de seus usos são aspectos que já aparecem na *Iliada*:

[...] Sim, um juramento magno: / os Aqueus de saudade hão de clamar: Aquiles! / Aquiles, Dor-do-Povo! E tu não poderás, / ainda que dorido [...] (I, vv. 239-241; trad. Campos, 2003, p. 45)⁵¹

Não é tarefa fácil, conforme já se disse anteriormente, distinguir (se possível fazê-lo) uma relação entre palavras enunciada no poema que passe necessariamente por uma aproximação no lugar de outras possibilidades de afinidade fônica. Conforme O’Hara (1996, p. 7-8):

Homero e Hesíodo oferecem muitos exemplos de vários tipos de jogos de palavras nem sempre facilmente distinguíveis entre si, abrangendo desde

⁵⁰ Ao comentar relações etimológicas intertextuais entre Ovídio e Virgílio, afirma O’Hara (1996, p. 97): “[...] um problema com Ovídio é que, quando faz um jogo de palavras também encontrado em Virgílio, ele pode estar emprestando não de Virgílio, mas do *De lingua latina* ou de outra obra de Varrão, ou do *De significatu uerborum* de Vétrio Flaco, [...]”. ([...] *One problem with Ovid is that when he makes wordplay found also in Vergil, he may be borrowing not from Vergil but from the de Lingua Latina or other work of Varro, or from the de Significatu Verborum of Verrrius Flaccus [...]*).

⁵¹ [...] ὁ δὲ τοὶ μέγας ἔσσειται ὄρκος · / ἢ ποτ’ Ἀχιλλῆος ποθὴ ἴξεται υἱὰς Ἀχαιῶν / σύμπαντας · τότε δ’ οὐ τι δυνήσεται ἀχνυμένους περ [...].

assonâncias ou simples disposições de sons similares a paronomásias ou jogos de palavras baseados em sons similares, a glosas ou explanações do que pudesse ser palavras mais antigas ou simplesmente mais difíceis, às glosas relativas a nomes próprios, quer implícita ou explícita, e, finalmente, a jogos de palavras etimológicos mais desenvolvidos, que podem incluir ênfase no nome e no tamanho que parece representar a essência de uma coisa ou personagem. Assonâncias, aliterações ou outras considerações eufônicas produzem várias disposições que podem sugerir conexões etimológicas, e, às vezes, palavras originalmente conectadas somente por eufonia, eventualmente, são tidas como etimologicamente relacionadas.⁵²

No entanto, como o próprio autor sugere, há uma fórmula etimológica bastante freqüente, a qual consta de uma glosa com um verbo *appelandi* (“X, o que eles chamam Y; X, conhecido como Y etc.):

Ereutalião à frente, quase um deus, nos ombros / a armadura de Areíto, *chamado* por todos / *Porta-Clava*, pois não usava arco e lança / para romper falanges, mas clava de ferro; /⁵³ (*Il. VII. 137-140*; trad. Campos, *op. cit.*, p. 273)

Quando se trata de textos do gênero poético como esse, é comum nomear esse labor com a língua de um *jogo (etimológico) de palavras*. Porém, tal termo é infeliz, uma vez que ele mascara a importância que a esse “jogo” se dava na Antigüidade como investigação válida no estabelecimento de vínculos semânticos, a despeito de eventualmente tencionarem produzir efeitos (poéticos, nesse caso) de sentidos. Mesmo que certo deleite constituísse um dos aspectos desse “jogo”, tal labor não implicava descompromisso com certa verossimilhança, ou melhor, com o razoável. Como argumenta O’HARA (*op. cit.*, p. 3), é preciso ir contra “[...] a noção de que o jogo de palavras etimológico é meramente um jogo, pois, embora tal jogo de palavras, de fato, tenha aspectos lúdicos e possa, às vezes, servir principalmente para aumentar o prazer do leitor,

⁵² *Homer and Hesiod offer many examples of wordplay of several kinds not always easily distinguished, ranging from assonance or the simple collocation of similar sounds, to paronomasia or wordplay based on similar sounds, to glosses or explanations of what may be older or simply more difficult words, to glosses on proper names, either implicit or explicit, and finally to more developed etymological wordplay, which may include stress on the name and the extent to which it seems to represent the essence of a thing or character. Assonance, alliteration, or other considerations of euphony produce many collocations that might suggest etymological connections, and at times words originally connected only for euphony eventually are thought to be related etymologically.*

⁵³ τοῖσι δ’ Ἐρευθαλίων πρόμος ἴστατο, ἰσόθεος φῶς, / τεύχε’ ἔχων ὤμοισιν Ἀρηϊθόοιο ἄνακτος, / δίου Ἀρηϊθόου, τὸν ἐπὶ κλησὶν κορυνήτην / ἄνδρες κίκλησκον καλλίσωνοί τε γυναῖκες, / οὔνεκ’ ἄρ’ οὐ τόξοισι μαχέσκετο δουρὶ τε μακρῷ, ἀλλὰ σιδηρεῖη κορύνῃ ῥήγνυσκε φάλαγγας.

ele é também usado para transmitir os mais sérios temas do poeta”⁵⁴. Por isso, não é incomum, como foi dito, ver esses vínculos semânticos circularem pelos vários gêneros discursivos.

Às vezes, segundo O’Hara (*op. cit.*, p. 8-9), o poema homérico parece usar da etimologia para glosar um termo raro, mormente *hapax legomena*, como, por exemplo, quando Tersistes é descrito pelo termo *ametroepés* (ἀμετροεπής), de única abonação em grego:

[...] Só Tersistes crocita, corvo *boquirroto*, / a cabeça atulhada de frases sem ordem, / sem tino, desatinos, farpas contra os reis, / tudo para atizar o riso dos Aqueus.⁵⁵ (*Il.* II.212-3; trad. Campos, 2003, p. 79)

Mais comum, no entanto, era a etimologia aparecer nos poemas para marcar uma assunção acerca de alguma divindade ou figura importante da mitologia. Nesse domínio, encontram-se conflitadas posições diversas sobre a essência de um deus, ou seja, o sentido que se dá àquele deus na história. Citando uma passagem do *Prometeu de Ésquilo*, O’Hara (*op. cit.*, p.14) demonstra que as associações etimológicas estavam longe de passar por passivas, unívocas⁵⁶.

Ulteriormente, essas associações que, em Homero e Hesíodo, poderiam explicitar relações semânticas “populares”, ou seja, imagens difundidas culturalmente acerca do que eram algumas figuras importantes da mitologia grega, passam a ser “buscadas” metodicamente, marcando um estilo *recherché* de poesia, na qual várias camadas semânticas são tecidas, porém suas relações são deixadas em aberto. Pode-se dizer, portanto, que, a partir do período helenístico especialmente, a poesia, outrora mais “popular” e acessível, começa a tornar-se uma prática que pressupõe certo hermetismo,

⁵⁴ [...] the notion that etymological wordplay is merely a game, for although such wordplay does have ludic aspects and may sometimes serve mainly to increase the reader’s pleasure, it is also used to forward the poet’s most serious themes.

⁵⁵ Em grego, a relação parafrástica está mais explícita que na tradução de Haroldo de Campos, graças à presença do pronome relativo: [...] Θερσίτης δ’ ἔτι μῦνος ἀμετροεπῆς ἐκολῶα, / ὅς ἔπεα φρεσὶ ἦσιν ἄκοσμά τε πολλά τε ἦδη, / μάψ, ἀτὰρ οὐ κατὰ κόσμον, ἐριζέμεναι βασιλεῦσιν, / ἀλλ’ ὅ τι οἱ εἴσαιτο γελοῖον Ἀργείοισιν / ἐμμεναι’ [...]. O’Hara fala de outros exemplos similares em *Od.* 5.67; *Il.* 1.238-9; *Il.* 5.63; *Il.* 5.403; *Il.* 10.293 = *Od.* 3.383.

⁵⁶ Cf., em grego, *PV* 85-87: ψευδωνύμως σε δαίμονες **Προμηθεά** / καλοῦσιν’ αὐτὸν γάρ σε δεῖ **προμηθέως**, / ὄτω τρόπῳ τῆσδ’ ἐκκυλισθήσῃ τέχνης.

cujas “chaves” explicativas estão em posse, necessariamente, de alguns eruditos versados na arte etimológica. Ao comentar os poetas alexandrinos, O’Hara (*op. cit.*, p. 23) afirma:

Escrevendo numa época que estudava e começava a escrever comentários acerca dos poetas anteriores, esses poetas produziram obras para serem lidas e estudadas bem como ouvidas; essa poesia autoconsciente também fez alguns comentários explícitos e muitos implícitos a respeito de seu próprio lugar na tradição literária grega que remonta a Homero. Essa era uma poesia de sagacidade, fazendo apelos à inteligência e à erudição do leitor em matérias mitológicas, etiológicas e etimológicas, e uma poesia de ironia, na qual uma superfície simples, por vezes, pueril, pode cobrir subtextos complexos e eruditos. A poesia caracteriza-se pela atenção à geografia, à etnografia, à linguagem, à etiologia, que inclui a origem de costumes, mitos, e, mais importante para nossos interesses, palavras e nomes.⁵⁷

É esse tipo de poesia que pressuporá a função do intérprete. Sem ele, “o” sentido dos subtextos não vem à tona. Nesse caso, cria-se um ciclo em que o poeta é o intérprete de si mesmo e vice-versa:

No geral, os jogos de palavras etimológicos dos poetas alexandrinos ou helenísticos não era uma ruptura tão radical em relação aos da poesia grega clássica, na medida em que eram uma intensificação e uma mudança de ênfase. Seus jogos de palavras eram mais freqüentes, mais eruditos ou, amiúde, até obscuros, e intimamente ligados à apropriação da poesia etiológica tanto do passado literário (a obra de poetas mais antigos como Homero) quanto do mitológico (o tema heróico-mitológico da poesia mais antiga). Era mais competitiva, visto que os poetas apresentavam etimologias rivais não para satisfazer meramente seus próprios anseios, mas para animar inclusive a competição. E era, acima de tudo, mais exigente em relação ao leitor, o qual apreciaria e aproveitaria melhor a poesia na medida em que estivesse familiarizado com a extensa pesquisa e a erudição subjacentes a ela.⁵⁸ (*ibid.*, p. 41)

⁵⁷ *Writing in an age that studied and began to write commentaries on earlier poets, these poets produced works to be read and studied as well as heard; this self-conscious poetry also made some explicit and many implicit comments about its own place in the Greek literary tradition stretching back to Homer. This was poetry of wit, making demands upon the intelligence and learning of the reader in matters mythological, aetiological, and etymological, and poetry of irony, in which a simple, at times almost childlike, surface can overlay complex and learned subtexts. The poetry is characterized by attention to geography, ethnography, language, and aetiology, which includes the origins of customs, myths, and, most central to our concerns, words and names.*

⁵⁸ *In sum, the etymological wordplay of the Alexandrian or Hellenistic poets was not so much a radical departure from that of classical Greek poetry as it was an intensification and change of emphasis. Their wordplay was more frequent, more learned or often even obscure, and more closely tied to the aetiological poetry’s appropriation of both the literary past (the work of earlier poets like Homer) and the mythological past (the heroic mythological subject matter of earlier poetry). It was more competitive, in that poets offered rival etymologies not merely to meet their own needs but even to revel in the competition. And it was above all more demanding on readers, who will appreciate and enjoy the poetry more to the extent that they are familiar with extensive research and scholarship that underlines it.*

O caminho estava dado para que a etimologia fosse encarada como uma forma de mística da linguagem, um domínio dedicado a encontrar o *verdadeiro sentido* escondido nalguma instância superior:

[...] Varrão distingue quatro níveis do etimologizar: primeiro, acessível à pessoa comum; segundo, ao gramático; terceiro, ao filósofo e, o quarto, onde o texto está corrompido e a idéia quase mística, aquele do *adytum et initia ... regis*, o qual ele espera alcançar.⁵⁹ (*ibid.*, p. 49)

Assim, por conceberem que há um sentido, único, atemporal, fora do mundo, deixam de vislumbrar que sua concretude se atualiza (realiza) em cada comunidade semântica circunscrita, produzindo assim efeitos de sentido, conforme os imperativos de cada “leitura”. Desse modo, os poetas alexandrinos desautorizavam as interpretações da poesia que estivessem fora desse ciclo erudito dos próprios poetas, defendendo não a autoridade de suas interpretações diante das demais, mas sim argumentando ser a deles a única maneira de “ler” os poemas. Esse sentido, único, estaria reservado a um grupo de iniciados, os únicos capazes de “desnodar” os tecidos da poesia e atingi-lo na sua pureza.

2.1.3. RETÓRICA

Assim como se dá na Poética, a etimologia aparece aqui em duas facetas, uma prática e outra teórica. Isto é, ela está presente tanto nas obras dos oradores antigos às quais temos acesso hoje, ao mesmo tempo em que aparece nas obras sobre a arte retórica como uma forma de construir argumentos (Cf. AMSLER, 1989, p. 16). Um exemplo clássico é o de Cícero na sua invectiva contra Verres (*In Verrem*, “Contra Verres”), uma vez que o orador, nas ocasiões em que emprega o verbo *ēuerrī* (“varrer, devastar”) e seus derivados, tenciona, por um lado, acusar o réu de “devastação”, por outro, criar um vínculo entre o próprio verbo *ēuerrī* e o nome do acusado⁶⁰. Embora fosse mais comum tematizar nomes próprios, eventualmente poder-se-ia etimologizar nomes comuns⁶¹.

⁵⁹ [...] Varro distinguishes four levels of etymologizing: one accessible to the ordinary person, one to the grammarian, one to the philosopher, and the fourth, where the text is corrupt and the thought almost mystical, that of the *adytum et initia ... regis*, which he hoped to reach.

⁶⁰ Esse efeito não escapa, por exemplo, a Isidoro, que o comenta em *Orig.* II, 30, 5.

⁶¹ Cf. Arist. *Top.* 112a 32-38.

Nas obras de arte oratória, a recomendação a respeito do uso possível de etimologias com nomes próprios como uma das formas de construir argumentos aparece em três teóricos famosos da Antigüidade: Aristóteles, Cícero e Quintiliano⁶².

No entanto, o emprego da etimologia, não obstante algumas vantagens controláveis, era visto com ressalvas pelos oradores de jaez catoniano, de cuja máxima *uir bonus peritus dicendi* (“um homem bom, perito no dizer”) eram adeptos. O uso “abusivo” das *figurae etymologicae* poderia romper com o princípio da *perspicuitas* (“clareza”), apregoado por esse tipo de retórica. Após fazer severas críticas – às quais voltaremos com mais cuidado – a determinados desenvolvimentos da etimologia coetânea, Quintiliano delimita seu valor para o orador:

Ela possui [...] um emprego necessário toda vez que uma coisa, acerca da qual se indaga, carece de interpretação [...] (I.6.29). Algumas vezes, ela serve também a distinguir termos estrangeiros dos corrigidos [...] bem como quais formas estão de acordo com o uso (I.6.30). As palavras buscada à antigüidade não apenas possuem grandes defensores, como também conferem ao discurso uma certa majestade, não desprovida de encanto. Com efeito, possuem tanto a autoridade do que é antigo quanto obtêm, por serem desusadas, uma graça semelhante à do que é novo (I.6.39). Mas é preciso moderação, a fim de não se tornarem freqüentes nem darem muito na vista, pois nada é mais detestável que a afetação (I.6.40). [...] o discurso, cuja maior virtude é a clareza, quão vicioso não será se carecer de intérprete! Portanto, do mesmo modo que as melhores palavras novas serão principalmente as antigas, as melhores das antigas serão as novas (I.6.41). (Trad. Pereira, 2000, p. 152-9)

Essa linha de retórica advogará por um conceito de *consuetudo* (“uso”) como o sendeiro mestre do discurso oratório. Assim, a etimologia entraria como uma área ancilar, de modo a corroborar ou a melhor prover o *uso*, definido como o “consenso dos instruídos”⁶³.

2.1.4. FILOSOFIA

Por fim, na filosofia, a valorização da etimologia é ditada pela posição à qual se aderiria no interior do debate entre convencionalistas e naturalistas. Se se optasse pela

⁶² Cf. Arist. *Rhet.* 1400 b 17-25; Cic. *Top.* VIII, 35; Quint. *Inst. Or.* V, 10, 30-31.

⁶³ Critério encontrado alhures. Cf., por exemplo, Baratin (1989, p. 213), ao falar de Sexto Empírico: “[...] Ele considera, com efeito, que o único critério pertinente é o uso corrente: sejam quais forem as analogias das quais uma forma pode tirar proveito, e seja qual for a justificativa que possa ela encontrar na etimologia, o essencial é saber se ela remonta ou não ao uso corrente” ([...] *Il considère en effet que le seul critère pertinent est l’usage courant: quelles que soient les analogies dont une forme peut se prévaloir, et quelque justification qu’elle puisse trouver dans son étymologie, l’essentiel est de savoir si elle relève ou non l’usage courant.*)

primeira, a Etimologia não seria vista como um saber capaz de dizer muita coisa sobre a essência última dos entes, uma vez que a própria linguagem humana não pode fazê-lo. Se, por outro lado, se optasse pela segunda, como era o caso dos estóicos, a Etimologia era encarada, ao contrário, como aquele saber capaz de desvelar o real por trás da língua, o qual, embora possa estar desvirtualizado na língua cotidiana, está em consonância com a linguagem. Portanto, com um devido trabalho de escrutínio, pode-se resgatar a relação primeira entre um nome e seu nomeado, ultrapassando assim a “corrupção” pela qual as línguas passam. De mesmo modo, também no caso do debate entre anomalistas e analogistas, a posição tomada determina em grande medida a relação com a Etimologia. Para um analogista, a Etimologia era justamente aquele saber que revelaria a ordem na linguagem, revelando que o não regular é apenas aparente, pois que, na essência, a linguagem é absolutamente regular como o cosmos/*lógos*. Por outro lado, para um anomalista, a Etimologia justamente ajuda a ver a não-regularidade imanente da linguagem, como se cada palavra fizesse parte de um complexo à parte, sendo a linguagem, então, um conjunto de particularidades sem, necessariamente, um vínculo regular por trás de si.

Todavia, para além do valor que a Etimologia tinha conforme a posição nesses debates, ela, com frequência, prestou-se à definição de conceitos, à construção de paráfrases que delimitam um sentido desejado. Esse emprego não era apenas particularidade antiga, embora se possa vislumbrar sua emergência nesse período. Ao contrário, não obstante as inflexões dos valores da Etimologia através dos séculos, em filósofos contemporâneos como Nietzsche e Heidegger, ela tem valor heurístico (cf. CAMPBELL, 2003). Na Antigüidade greco-romana pululam exemplos como esses⁶⁴. Desses seus albores e mesmo antes de haver o termo *filosofia*, registros há dessa prática de etimologia etiológica. Como vimos, ela era compartilhada pela poesia, em moldes que é difícil distinguir do feito pela filosofia. Heráclito (ca. 535–475 a.C.) é um dos mais

⁶⁴ “[...] As numerosas, mas desventuradas, derivações nas obras filosóficas provavelmente se adéquam a uma prática romana, até certo ponto, padrão, de citar etimologias enquanto se explicam conceitos.” ([...] *The numerous but unadventurous derivations in the philosophical works probably conform to a fairly standard Roman practice of citing etymologies while explaining concepts*. O’HARA, 1996, p. 47). Entre as passagens de Cícero que O’Hara cita estão: *Amic.* 26; *Fin.* 2,78; *Tusc.* 2,43; *Diu.* 1,1,1; 1,49,111; *Leg.* 1,19; 2,11; *Rep.* 6,1; *Hort.* fr. 5,33.

primeiros registros desse tipo de associação semântica etiológica. No fragmento 48 de sua obra, está dito: “Para arco, o nome é *biós*, embora produza morte”⁶⁵.

Refletindo sobre a homonímia entre *biós* (βίος, “arco”) e *bíos* (βίος, “vida”), Heráclito desenvolve uma das funções primordiais da etimologia, entendida como *orthótēs tōn onomátōn*, a saber: a *interpretação*. Nesse enunciado, cujas vicissitudes históricas dão-lhe um ar quase misterioso e esfíngico, a etimologia coaduna-se com o cerne do pensamento heraclítico, ou seja, a idéia de que o cosmos organiza-se por meio de contradições. É esse um dos usos mais comuns que o pensamento filosófico faz da etimologia; uma ferramenta auxiliar da *hermenêutica*. Essa “tradição” está fortemente presente também em Platão, especialmente no *Crátilo*. A lista de nomes contém desde os divinos – preocupação também forte na discussão dos poetas – até (talvez esteja aqui a grande diferença) termos considerados chave para considerações filosóficas sobre o mundo e os costumes: *theós* (θεός, “deus”), *daímōn* (δαίμων, “demônio”), *hērōs* (ἥρωας, “semideus”), *ánthrōpos* (ἄνθρωπος, “ser humano”), *psykhé* (ψυχή, “alma”), *sōma* (σῶμα, “corpo”), *oínos* (οἶνος, “vinho”), *hélios* (ἥλιος, “sol”), *selénē* (σελήνη, “lua”), *méis* (μέις, “mês”), *ástra* (ἄστρα, “estrelas”), *aér* (ἀήρ, “ar”), *aithér* (αἰθήρ, “éter”), *gē* (γῆ, “terra”), *hōrai* (ῥαί, “período de tempo”). Os filósofos estóicos darão grande ênfase a esse método de pesquisa filosófica, a ponto de desenvolver numa forma mais ou menos precisa como definir as mudanças na palavra, “preservado” num tratado (*De dialectica*) atribuído a Agostinho de Hipona (354-430 d.C.)⁶⁶:

a) *katà mímēsin* (κατὰ μίμησιν), definida como *similitudo, res cum sono uerbi aliqua similitudine concinat* (“semelhança, a coisa concordaria com o som da palavra por meio de alguma similitude”): tratar-se-ia das onomatopéias, cuja relação entre *res* (“coisa”) e *uerbum* (“palavra”) seria “evidente”, e da *similitudo tactus* (“semelhança de aspecto”), de

⁶⁵ τῶι οὖν τόξωι ὄνομα βίος, ἔργον δε θάνατος. A numeração é aquela definida pela edição de Diels-Kranz (1956).

⁶⁶ A tentativa de restituir os termos gregos deve-se a O’Hara (1996, p. 20).

modo que *mel* (“mel”), seria uma palavra suave para referir-se a algo suave; por outro lado, *uepres* (‘espinheiro’), palavra áspera para designar algo áspero;

b) *kath’ homoiótēta* (καθ’ ὁμοιότητα), ou seja, *ipsarum inter se rerum similitudo* (“semelhança das próprias coisas entre si”): estaríamos no âmbito da semelhança entre as próprias coisas, sem consideração do som. Assim, *crura* (‘pernas’) < *crux*, seu tamanho e aspereza assemelham-se à madeira da cruz;

c) *kat’ analogían* (κατ’ ἀναλογία), isto é, *per uicinitatem* (“pela proximidade”) ou *nomen non rei similis sed quasi uicinae* (“nome não semelhante à coisa mas como se derivasse da proximidade”): diz respeito às várias maneiras de se associar as palavras, dentre as quais, destacam-se:

- *per efficientiam* (“por produzir um efeito”): *foedus* (‘pacto’) < *foeditas porci* (‘imundice de porco’);

- *per effecta* (“pelo resultado dum efeito”): *puteus* (‘poço’) < *potatio* (‘ação de beber’);

- *per id quo continetur* (“pelo fato de ser contido”): *urbs* (‘cidade’) < *orbis* (‘mundo’);

- *per id quod continet* (“por conter”): *horreum* (‘celeiro’) < *hordeum* (‘cevada’);

- *per abusionem* (“por catacrese”): *horreum* (‘celeiro’), *ubi triticum conditur* (‘onde se guarda o trigo’); podendo ser também: *a parte totum* (“o todo pela parte”): *mucro* (‘ponta de espada’) no lugar de *gladius* (‘gládio, espada’); *a toto pars* (“a parte pelo todo”): *capillus* (‘cabelo’) < *capitis pilus* (‘pêlo da cabeça’);

d) *kat’ antíphrasin* (κατ’ ἀντίφρασιν), quer dizer, *per contrarium* (“pelo contrário”): forma-se pela relação contraditória com a coisa, assim: *bellum* (‘guerra’) < *bellus, a, um*, porque a guerra não é bela.

O último desses critérios merece especial comentário, uma vez que ele é seguramente o princípio mais criticado e rechaçado pela modernidade. Apesar da fórmula apresentada acima – *bellum quod res bella non sit* –, a derivação *per contrarium* é mais conhecida pelo enunciado: *lucus eo dictus putatur quod minime luceat* (“acredita-se que

“bosque” assim se chama porque luze pouco”)⁶⁷. O rechaço a esse tipo de etimologia é tamanho que, em alguns dicionários de língua inglesa, a expressão *lucus a non lucendo* virou sinônimo de argumentação ou raciocínio absurdo: “*lucus a non lucendo* [...] é frequentemente citado como uma ilustração de etimologia absurda [...]”⁶⁸ (SHIPLEY, 2001, p. 222); “*lucus a non lucendo*. Alusão aos métodos dos etimólogos de outrora, os quais, às vezes, derivavam palavras a partir dos opostos delas [...]”⁶⁹ (WEEKLEY, 1967, p. 867); “*lucus a non lucendo* [...] é citado quando uma derivação ridícula é dada para uma palavra” (GUINAGH, 1965, p. 148)⁷⁰. Curiosa é a argumentação presente num estudo acerca de Isidoro no qual se lê uma tentativa de “salvar” o Hispalense do ridículo:

Isidoro tem sido muito ridicularizado pela tolice de muitas das suas etimologias, o que é extremamente injusto, pois ele tomou todas ou quase todas de gramáticos anteriores, dentre os quais estavam os mais estimados eruditos do mundo romano. A etimologia antiga, embora não sem um sistema, baseava-se em proximidades superficiais entre palavras mais que num entendimento de suas relações históricas, e os etimólogos [...] consideravam a posse de uma sílaba ou mesmo de uma letra em comum por duas palavras como algo importante [...]. Quintiliano [...] dá exemplos de [...] um tipo de etimologia popular na Antigüidade, a chamada derivação *kat' antiphrasin* (κατ' ἀντίφρασις) ou *ex contrariis*. O princípio em si de que o sentido de uma palavra pode caminhar para seu oposto semântico é sensato suficiente quando aplicado a eufemismos; Isidoro, seguindo Sérvio, corretamente observa que as Manes foram assim chamadas, porque eram *terribiles et inmanes* (*Orig.* VIII, 11, 100). Mas aplicado a termos não-

⁶⁷ O'Hara (1996, p. 43), ao falar da etimologia em Roma, aventa sobre o possível inventor da fórmula *lucus a non lucendo*: “[...] L. Élio Estilo, que viveu, talvez, a partir dos anos 150 até entrar nos 80, e a quem era chamado pelo seu pupilo Varrão de o homem mais erudito de sua época, teve interesses abrangentes em etimologia, e suas derivações são mencionadas por Varrão e por outros com uma freqüência suficiente, a ponto de sabermos que ele seguiu a visão estoica de que a etimologia poderia explicar as relações naturais entre as palavras e as coisas às quais elas se detinham. Ele derivava *caelum*, seja de *caelatum*, seja, κατ' ἀντίφρασις, de *celatum* (*quod apertum est*); *latro* de *latere*, *lepos* de *levipes*, porque proveniente da rapidez do coelho, e *miles*, κατ' ἀντίφρασις, de *mollitia*. Parece que Estilo tinha predileção (alguns diriam, fraqueza) por etimologias κατ' ἀντίφρασις, e talvez seja a fonte da mui conhecida glosa *lucus quia ... parum luceat*.” ([...] *L. Aelius Stilo, who lived perhaps from 150 into the eighties and was called by his pupil Varro the most learned man of his age, had extensive interest in etymologies, and his derivations are mentioned often enough by Varro and the others for us to know that he followed the Stoic view that etymology could explain natural relationships between words and the things for which they stood. He derived caelum either from caelatum, or κατ' ἀντίφρασις from celatum (quod apertum est); latro from latere, lepos from levipes because of the rabbit's swiftness, and miles κατ' ἀντίφρασις from mollitia. Stilo seems to have had a predilection (some might say weakness) for etymologies κατ' ἀντίφρασις, and may be the source of the well-known gloss lucus quia ... parum luceat.*)

⁶⁸ *lucus a non lucendo* [...] is often cited as an illustration of absurd etymology [...]

⁶⁹ *lucus a non lucendo*. Allusion to methods of early etymologists, who sometimes derived words from their opposites. [...]

⁷⁰ *lucus a non lucendo* [...] is quoted when a ridiculous derivation is given for a word.

eufemísticos, a derivação *kat' antíphrasin* conduz a absurdos tais como o frequentemente citado *lucus a non lucendo* e ao exemplo oferecido por Quintiliano, *ludus, quia sit longissime a lusu*. Não obstante o senso-comum ocasionalmente tenha conduzido os etimólogos da Antiguidade a uma derivação correta (Varrão, por exemplo, observa que *agrarius* deriva de *ager*), os princípios que eles seguem eram tais que acertavam muito mais de forma acidental que deliberada e erravam muito mais que acertavam. A impressão de que Isidoro é mais incompetente que seus predecessores deve-se ao fato de que compilou uma vasta coleção dessas *errata* sortidas, a qual dificilmente ele próprio estava em condições de corrigir⁷¹ (MACFARLANE, 1980, p. 5)

Imaginamos ser preciso apenas atentar para um aspecto das etimologias *por antífrase* que geralmente escapa às visões modernas: ela reflete, sobretudo, uma teoria do conhecimento e não “apenas” um problema de língua/linguagem⁷². Assim, imaginar que

⁷¹ *Isidore has been much ridiculed for the silliness of many of his etymologies, quite unfairly, for he took all or almost of them from earlier grammarians; among them the most esteemed scholars of the Roman world. Ancient etymology, though not without system, was based upon the superficial resemblances between words rather than an understanding of their historical relationships, and the etymologists [...] regarded the possession by two words of a common syllable, or even a common letter, as significant [...]. Quintilian [...] gives examples of [...] sort of etymology popular in antiquity, the so-called derivation κατ' ἀντιφράσειν or ex contrariis. The principle itself, that the meaning of a word can be traced to its semantic opposite, is sound enough as long as it is applied to euphemisms; Isidore, following Servius, correctly observes that the Manes were so-called because they were terribiles et inmanes (Origines viii.11.100). But applied to noneuphemistic terms, derivation κατ' ἀντιφράσειν leads to such absurdities as the often cited lucus a non lucendo and the example offered by Quintilian, “ludus” quia sit longissime a lusu. Although common sense did occasionally lead the etymologists of antiquity to a correct derivation (Varro, for example, notes that agrarius is derived from ager), the principles which they followed were such that they were right by accident far more than by design and wrong more often than right. The impression that Isidore is more incompetent than his predecessors is due to the fact that he compiled a vast collection of their assorted errata, which he himself was scarcely in a position to correct.*

⁷² Guiraud (1979, p. 16-17) também condena esse método: “A retórica concebe bem um embrião de racionalização que não deixa de ter analogia com os critérios da semântica moderna, mas que é, como estes, vago e inadequado. Assim, ela já distingue a derivação por similaridade, por contraste, por vizinhança: *crura*, ‘as pernas’, são semelhantes à madeira da cruz (*ligno crucis similiora*); *bellum*, ‘a guerra’, é uma coisa ‘que não é bela’ (*quod res bella non sit*); *foedus*, ‘a aliança’, é nomeada conforme o odor repugnante do porco (*a foeditate porci*) [...]. O método, onde tudo é possível, é dedicado aos piores excessos; até a metade do século XVII, ligar-se-á *parlement* [‘parlamento’] a *‘parle et ment’* [‘fala e mente’], *chemise* [‘camisa’] a *‘chair mise’* [‘carne vestida’], *chapeau* [‘chapéu’] a *‘échappe eau’* [‘escapa água’], etc., sendo que nunca é fácil determinar em que medida o autor diverte-se ou não.” (*La rhétorique conçoit bien un embryon de rationalisation qui n’est pas sans analogie avec les critères de la sémantique moderne, mais qui est, comme ces derniers, vague et inadéquat. Ainsi elle distingue déjà la dérivation par similarité, par contraste, par voisinage: crura, “les jambes”, sont semblables au bois de la croix (ligno crucis similiora); bellum, “la guerre”, est une chose “qui n’est pas belle” (quod res bella non sit); foedus, “l’alliance”, est nommée d’après l’odeur repoussante du porc (a foeditate porci) [...]. La méthode, où tout est possible, est ainsi vouée aux pires excès; jusqu’au milieu du XVIIe siècle on rattachera parlement à “parle et ment”, chemise à sur “chair mise”, chapeau à “échappe eau”, etc., sans qu’il soit toujours facile de déterminer dans quelle mesure l’auteur s’amuse ou non.) Antes de simplesmente “descartar” essas etimologias como “inválidas”, seja qual forem os critérios usados para isso, talvez fosse interessante perceber que há limites que as orientam para além de fenômenos que se considerem essencialmente “lingüísticos”. Dizer, por exemplo, que *parlamento**

quadros contraditórios produzem algo novo é um dos problemas centrais da dialética, entendida como o saber dos contrários. Desse modo, se os princípios dialéticos da *tese*, *antítese* e *síntese* poder-se-iam aplicar às coisas, por que seria absurdo imaginá-los operar também na formação das palavras? Sobre isso, talvez caiba uma passagem de Deleuze (2006, p. 8-10) a respeito da relação do estoicismo com os paradoxos:

“[...] em Platão, um obscuro debate se processava na profundidade das coisas, na profundidade da terra, entre o que se submetia à ação da Idéia e o que se subtraía a esta ação (as cópias e os simulacros). Um eco deste debate ressoa quando Sócrates pergunta: haverá Idéia de tudo, mesmo do pêlo, da imundície e da lama - ou então haverá alguma coisa que, sempre e obstinadamente, esquiva-se à Idéia? Só que em Platão esta ‘alguma coisa’ não se achava nunca suficientemente escondida, recalçada, repelida na profundidade dos corpos, mergulhada no oceano. *Eis que agora tudo sobe à superfície*. É o resultado da operação estóica: o ilimitado torna a subir. O devir-louco, o devir-ilimitado não é mais um fundo que murmura, mas sobe à superfície das coisas e se torna impassível. Não se trata mais de simulacros que escapam do fundo e se insinuem por toda parte, mas de efeitos que se manifestam e desempenham seu papel. Efeitos no sentido causal, mas também ‘efeitos’ sonoros, ópticos ou de linguagem – e menos ainda, ou muito mais, uma vez que eles não têm mais nada de corporal e são agora toda a idéia... O que se furtava à Idéia subiu à superfície, limite incorpóreo, e representa agora toda a *idealidade* possível, destituída esta de sua eficácia causal e espiritual. Os Estóicos descobriram os efeitos de superfície. Os simulacros deixam de ser estes rebeldes subterrâneos, fazem valer seus efeitos (o que poderíamos chamar de “fantasmas”, independentemente da terminologia estóica). O mais encoberto tornou-se o mais manifesto, todos os velhos paradoxos do devir reaparecerão numa nova juventude – transmutação. O devir-ilimitado torna-se o próprio acontecimento, ideal, incorpóreo, com todas as reviravoltas que lhe são próprias, do futuro e do passado, do ativo e do passivo, da causa e do efeito. O futuro e o passado, o mais e o menos, o muito e o pouco, o demasiado e o insuficiente *ainda*, o já e o *não*: pois o acontecimento, infinitamente divisível, é sempre *os dois ao mesmo tempo*, eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar, mas nunca o que se passa (cortar demasiado profundo mas não o bastante). O ativo e o passivo: pois o acontecimento, sendo impassível, troca-os tanto melhor quanto não é *nem um nem outro*, mas seu resultado comum (cortar-ser cortado). A causa e o efeito: pois os acontecimentos, *não sendo nunca nada mais do que efeitos*, podem tanto melhor uns com os outros entrar em funções de quase-causas ou de relações de quase-causalidade sempre reversíveis (a ferida e a cicatriz). Os Estóicos são amantes de paradoxos e inventores. É preciso ler o

deriva de “fala” e “mente”, além de exprimir, sim, um sentido em relação à formação das palavras, no caso da composição, relacionam-se aspectos dessa mesma formação com outros relacionados à cultura em que as palavras se inscrevem e de que escrevem. É evidente que dizer que o parlamento vem de “falar” e “mentir” diz respeito a uma visão particular que há numa sociedade dada a respeito dessa mesma instituição dada. Mas, concomitantemente a isso, há, ademais, um “limite” que respeita a ordem da língua e a aceitabilidade dessa relação, uma vez que não se disse que *parlamento* provém de “gritar” e “sonhar”. Ou seja, há sensação de que o parlamento é um lugar de falácia e para que disso se cunhe uma relação com o próprio significante que corresponde a esse significado, é necessário que hajam outros que produzam uma relação convincente e razoável. Pois, para que a relação se estabeleça, para que se diga *com as mesmas palavras* que o parlamento é o lugar da falácia, não faz *sentido* dizer que o parlamento deriva de “nascer” e “desgutar”.

admirável retrato de Crisipo, em algumas páginas, por Diógenes Laércio. Talvez os Estóicos se sirvam do paradoxo de um modo completamente novo: ao mesmo tempo como instrumento de análise para a linguagem e como meio de síntese para os acontecimentos. A *dialética* é precisamente esta ciência dos acontecimentos incorporais tais como são expressos nas proposições e dos laços de acontecimentos tais como são expressos nas relações entre proposições. A dialética é realmente a arte da *conjugação* (cf. as *confatalia*, ou séries de acontecimentos que dependem uns dos outros). Mas é próprio da linguagem, simultaneamente, estabelecer limites e ultrapassar os limites estabelecidos: por isso compreende termos que não param de deslocar sua extensão e de tornar possível uma reversão da ligação em uma série considerada (assim, demasiado e insuficiente, muito e pouco). O acontecimento é coextensivo ao devir e o devir, por sua vez, é coextensivo à linguagem; o paradoxo é, pois, essencialmente ‘sorite’ [*sic*] isto é, série de proposições interrogativas procedendo segundo o devir por adições e subtrações sucessivas. Tudo se passa na fronteira entre as coisas e as proposições. Crisipo ensina: ‘se dizes alguma coisa esta coisa passa pela boca; ora, tu dizes *uma carroça*, logo uma carroça passa por tua boca’. Há aí um uso do paradoxo que só tem equivalente no budismo Zen de um lado, e do outro no *non-sense* inglês ou norte-americano. Por um lado o mais profundo é o imediato; por outro, o imediato está na linguagem. O paradoxo aparece como destituição da profundidade, exibição dos acontecimentos na superfície, desdobramento da linguagem ao longo deste limite. O humor é esta arte da superfície, contra a velha ironia, arte das profundidades ou das alturas. Os Sofistas e os Cínicos já tinham feito do humor uma arma filosófica contra a ironia socrática, mas com os Estóicos o humor encontra sua dialética, seu princípio dialético e seu lugar natural, seu puro conceito filosófico.

Como demonstrado, a etimologia por antífrase já aparece em Heráclito, e se alguns de seus resultados foram questionados, como se pode ler em Quintiliano (cf. *Inst. Or.* I, 6, 32-38), não o foi seu princípio. O que parece relevar das críticas antigas à etimologia é a tentativa de conter os abusos e não os usos. Desse modo, não nos é certo que toda forma de etimologia por antífrase seja rejeitada, uma vez que não há razões categóricas para dizer que as mutações semânticas de um termo possam levar a resultados bastante díspares⁷³. Um bom exemplo disso é Prisciano, autor de uma monumental obra a respeito da língua latina, visto por muitos estudiosos modernos como o verdadeiro “pai da sintaxe” e como um dos maiores e quase solitário escritor latino “formalista”. Em trecho das *Partitiones*, comentário gramatical a passagens de Virgílio, a respeito do seguinte verso *ut belli signum laurenti turnus ab arce*, lê-se:

⁷³ “Esse último princípio pode ser visto a partir diferentes perspectivas, como extremamente útil ou, apresentando-o, talvez, de modo um pouco grosseiro, como uma trapaça, mas ele se desenvolve naturalmente a partir do reconhecimento do eufemismo no nomear grego, como em Eumênides, ‘gentis’, nome para as Fúrias.” (*The last principle may be viewed from different perspectives as either extremely useful, or, to put it perhaps a little harshly, as cheating, but it develops naturally from the recognition of euphemism in Greek naming, as in the name Eumenides, “kindly ones”, for the Furies*; O’HARA, 1996, p. 20).

Que parte da oração é *belli* (gen. de *bellum*, ‘guerra’)? Nome. Qual? Apelativo. De qual tipo? Derivativo. Donde deriva? Do fato de que *bellum* é diminutivo de *bonum* (‘bom’). Portanto, por antífrase, ou seja, por contradição, diz-se *bellum* no lugar de *malum* (‘mau, maldade’), isto é, porque foi inventada pela maldade dos homens. A partir de *bonum*, logo, o masculino é *bonus*, *bellus*; o feminino *bona*, *bella*, o neutro, que é *bonum*, faz *bellum*. Com efeito, todas as desinências masculinas em *us* geminam o *l* no diminutivo, como *geminus* (‘gêmeo, semelhante, parecido’), *gemellus*; (‘gêmeozinho’) *gemina*, *gemella*; e *geminum*, *gemellum*. [...] De *bellum*, que significa *bonum*, dizem-se *bellaria* (‘guloseimas’) para *tà tragémata* (τὰ τραγήματα, ‘guloseimas’). Diz, por isso, que de *bellum*, que significa *pugna* (‘luta, pugna’), há outro derivativo: *bellicus* (‘bélico’), *bellica*, *bellicum* e, deste, também *bellicosus* (‘belicoso’), *bellicosa*, *bellicosum*. O nome próprio *Bellienus* (‘Belieno’) também é derivado de *bellum*. O verbo é *bello*, *bellas* (‘guerreio, guerreias’), do qual *bellax* (‘belaz’), que é comum de três. *Bellator* (‘guerreiro’), com efeito, faz *bellatrix* (‘guerreira’). A partir desse também é *Bellona* (‘Belona’), deusa das guerras. No lugar de *bellum*, os antigos diziam *duellum*, donde *perduellium* (‘combate renhido’). De *bellum*, o composto *bellipotens* (‘belipotente’), *belliger* (‘belígero’), *imbellis* (‘impróprio à guerra, covarde’), *rebellis* (‘rebelde’), o verbo *rebello* (‘rebelo-me’). Também o verbo composto *debello* (‘debelar’); daí também *debellatum est* (‘foi vencido’). Com efeito, de *bellum*, as *portae* (‘portas’), embora duas sejam as partes, todavia no lugar de um só nome próprio são compreendidas, o qual significa as portas do templo de Juno.⁷⁴ (PRISC. *Partit.* VIII *apud GL*, v. 3, p. 497)

Muito longe de se lamentar um suposto “erro” de Prisciano ou de tentar escusá-lo do desleixo, deve-se compreender que a etimologia *por antífrase* pertencia ao patrimônio da argumentação relativa às mudanças da língua⁷⁵.

⁷⁴ *Belli quae pars orationis est? Nomen. Quale? Appellativum. Cuius speciei? Derivativae. Vnde derivatur? Ab eo quod est bonum bellum diminutivum est. per antiphrasin igitur, hoc est per contradictionem, pro malo bellum dicitur, id est quod malo inventum est hominum. a bono ergo masculinum bonus bellus, femininum bona bella, neutrum quod est bonum bellum facit. omnia enim in us desinentia masculina geminant l in diminutivis, ut geminus gemellus et gemina gemella et geminum gemellum. [...] ex bello, quod bonum significat, bellaria dicuntur τὰ τραγήματα. Dic ab eo quod est bellum, quod pugnam significat, derivativum aliud. Bellicus bellica bellicum et ex hoc bellicosus bellicosa bellicosum. Bellienus quoque proprium a bello est derivatum: bello bellas verbum, ex quo bellax, quod est trium generum commune. bellator enim bellatrix facit. ab eo est etiam Bellona, dea bellorum. duellum antiqui dicebant pro bellum, ex quo perduellio. a bello compositum bellipotens et belliger et imbellis et rebellis et rebello verbum: debello quoque compositum verbum; inde etiam ‘debellatum est’. Belli enim portae, quamvis duae sint partes, pro uno tamen nomine proprio accipiuntur, quod significat fores templi Iani.*

⁷⁵ “A *derivatio* e a *compositio* são os procedimentos analíticos através dos quais o gramático compreende a pluralidade da significação gramatical e distingue entre formas próprias e impróprias. Determinando tanto as formas quanto as relações gramaticais, os procedimentos e a metalinguagem de Prisciano examinam o conceito de referência extensional ou referência uma coisa/um nome. Ele observa, por exemplo, que alguns verbos, quando compostos, mudam sua modalidade; *sperno/spernere* é ativo, enquanto *aspernor/aspernari* é depoente. Ademais, a classificação e o sentido de uma palavra dependem ao mesmo tempo da realidade a que faz referência e de sua origem verbal. Tradicionalmente, *bellum* (‘guerra’) é derivado por antífrase da forma adjetiva *bellus* (‘bom’). Prisciano adapta essa derivação, em suas *Partitiones*, quando explica que, enquanto *bellum* pode-se relacionar a *bonulus* (‘bonzinho’), também pode derivar de *bellus*, em analogia com *consul a consulendo*. A autoridade do gramático depende, paradoxalmente, da determinação da origem de uma palavra, mesmo que ele explique que mais de uma origem é possível.” (*Derivatio and compositio are the analytical*)

Rechaçando qualquer asserção de que as palavras tenham *um* sentido único, independentemente do ponto de vista de que se trate, ou seja, recusando a idéia de que haja *um* sentido etimológico, *um* sentido primeiro, ou afirmações semelhantes, mas sim, concordando com a concepção de (efeitos) de sentido, os quais são dados pelos discursos, graças a relações parafrásticas e pelo *interdiscurso*, convidamos, no entanto, a consultar, à guisa de exemplo de uma espécie de antífrase hodierna, as acepções elencadas pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* para a palavra “cínico”, das quais destacamos duas: “que ou aquele que afronta ostensivamente as convenções e conveniências morais e sociais” e “que denota cinismo, desfaçatez, fingimento”. Outro exemplo desse tipo encontra-se na exposição que Bréal (1992, p. 105-106) faz acerca do fenômeno da *polissemia*:

Há uma polissemia indireta ou de segundo grau, que é bom não confundir com a outra, embora normalmente elas se misturem. Um ou dois exemplos farão compreender em que elas diferem. Em latim, *truncus* designa um tronco de árvore; quer dizer também ‘mutilado, incompleto’. Mas não se pode passar de um sentido a outro: há um intermediário que não se deve omitir. *Truncus*, ‘tronco de árvore’, deu *truncare*, ‘cortar, podar uma árvore’. É este *truncare* que produziu o adjetivo *truncus*, o qual não tem com o precedente senão um parentesco mais distante. Um outro exemplo é o latim *examen*, que significa ao mesmo tempo ‘enxame’ e ‘exame’. Para saber a razão dessa polissemia, é preciso dirigir-se ao verbo *exigere*, que significa tanto ‘conduzir para fora’ como ‘pesar’. Suetônio relata que César tinha o gosto das pérolas e gostava de as pesar em sua mão: *sua manu exigere pondus*. É então somente pelos verbos dos quais derivam que os dois sentidos se juntam. Um vocábulo pode ser assim conduzido, por uma série mais ou menos longa de intermediários, a significar quase o contrário do que significava antes. *Maturus* queria dizer ‘matinal’: *lux matura* era a luz da alvorada. *Aetas [sic] matura* era a adolescência. *Faba matura*, a fava precoce, por oposição à *faba serotina*. Um inverno precoce, *matura hiems*. Daí veio o verbo *maturare*, ‘adiantar’, que Virgílio emprega em alguma parte com *fugam*. Aplicado aos produtos da natureza, *maturare* tomou o sentido de amadurecer, e como só se amadurece com o tempo, o adjetivo *maturus*, influenciado pelo verbo,

procedures by which the grammarian comprehends the plurality of grammatical signification and distinguishes between proper and improper forms. Determining both grammatical forms and grammatical relations, Priscian's procedures and metalanguage question the concept of extensional or one word-one thing reference. He notes, for example, that some verbs when compounded change their modality; sperno/spernere is active, while aspernor/aspernari is deponent. Furthermore, a word's grammatical classification and meaning depend at once on the reality it refers to and its verbal origin. Traditionally, bellum ('war') is derived by antiphrasis from the adjectival form bellus ('good'). Priscian adapts this derivation in his Partitiones when he explains that while bellum can be related to bonulus ('little good'), it can also be derived from bellus on the analogy with consul a consulendo. The grammarian's authority depends paradoxically on determining a word's origin even as he explains that more than one origin is possible) (AMSLER, 1989, p. 77).

terminou por se tornar um epíteto significando ‘sábio, refletido’. *Maturum consilium*, ‘um projeto sabiamente preparado’. *Centuriorum maturi*, ‘os mais antigos entre os centuriões’ (Suetônio). Esta acepção é, então, quase o oposto daquela de que *maturus* originara. O dicionário que recolhe os dois sentidos poderia acreditar na opinião sustentada, há alguns anos, por um erudito, de que a linguagem começou pela identidade dos contrários.

A esse respeito no tocante à Antigüidade, preferimos a posição de O’Hara (1996, p. 58-9), quando trata da relevância do conceito moderno de etimologia para o estudo do fenômeno em Virgílio:

Deve-se enfatizar que, ao julgar a evidência antiga, a questão de se uma etimologia é ou não verdadeira, segundo a lingüística moderna, é completamente irrelevante. Por vezes, saber se a derivação é mesmo literalmente verdadeira conforme aquilo que os antigos sabiam, será também irrelevante. Amiúde, Virgílio, ou um poeta similar, irá, de fato, sugerir que uma palavra é derivada de uma outra, mas seus objetivos não são os do estudioso da língua. Uma etimologia é uma história, a história da origem e do desenvolvimento de uma palavra, e os poetas jogam com os detalhes dessa história de uma maneira que se pode comparar com aquela que jogam com os mitos. Aquilo que os estudiosos têm aprendido a respeito da distinção entre as atitudes antigas e modernas relativas à história, à historiografia e ao mito, deve ficar na cabeça do estudante do etimologizar poético. A falha em apreciar essa distinção prejudica muitos estudos, desde o século passado e a partir do começo deste, e continua acontecendo, até hoje, como um tipo de erro instintivo. Em Virgílio, vejo a predisposição para usar qualquer etimologia que se encaixa em seus propósitos; a questão de se a palavra *cura* é “realmente” derivada de *cor urit* é apenas importante como a questão de se foi Dido ou Ana quem Enéas “realmente” amou.⁷⁶

2.2. O SINCRÔNICO E O DIACRÔNICO: *ETYMOLOGIA EX ORIGINE* E *EX RATIONE/CAUSA*

Tudo aquilo que foi dito sobre a *etimologia dita popular* pela Lingüística, cabe, em grande medida, à Etimologia antiga, feita a ressalva de que, ao contrário de hoje, ela

⁷⁶ *It must be stressed that in judging the ancient evidence, the question of whether or not an etymology is true according to modern linguistics is completely irrelevant. At times whether the derivation is even literally true according to what the ancients knew will also be irrelevant. Often Virgil or a similar poet will indeed be suggesting that a word is derived from another, but their goals are not those of the scholar of language. An etymology is a story, the story of the origin and development of a word, and poets play with details of the story in a way that may be compared with the way they play with myths. What scholars have learned about distinction between ancient and modern attitudes towards history, historiography, and myth must be kept in mind by the student of poetic etymologizing. Failure to appreciate this distinction mars many studies from the last century or from the early part of this century and still occurs as a kind of instinctive error even today. In Vergil, I see willingness to use any etymology that suits his purposes; the question of whether the word *cura* is “really” derived from *cor urit* is only as important as the question of whether it was Dido or Anna that Aeneas “really” loved. Para uma lista das possíveis etimologias por antífrase em Virgílio, cf. O’Hara (*op. cit.*, p. 66).*

integrava-se a uma *tékhnē*. Outra ressalva importante sobre as diferenças entre a *etimologia popular* da Lingüística e a Etimologia antiga demanda uma distinção mais precisa entre elas, a saber: a Etimologia antiga (e, em grande medida, medieval) não era, necessariamente, “diacrônica”, ou seja, não se direcionava num tempo concebido cronologicamente. Assim, feitas certas restrições, esposa-se aqui a distinção estabelecida por Bronkhorst (2001, p. 147-148):

Deve-se distinguir uma etimologia semântica de uma histórica. Uma etimologia histórica apresenta a origem ou a história progressiva de uma palavra; isso nos conta, por exemplo, que uma palavra numa língua moderna deriva-se de uma outra palavra pertencente a uma língua precedente, ou a um estágio anterior dessa mesma língua. A palavra inglesa *militant*, por exemplo, deriva do latim *militans*, através da intermediação do francês *militant*. [...] Etimologias semânticas operam de maneira diferente. Elas conectam uma palavra a uma outra ou mais palavras, que se julga elucidar o sentido daquela. O deus Rudra, por exemplo, tem esse nome, de acordo com o texto védico chamado *Śatapatha Brāhmaṇa* (6.1.3.10), porque ele chorou (*rud-*) em uma história que se conta a respeito dele. Etimologias semânticas não nos contam nada relativo a história de uma palavra, mas algo sobre seu sentido.⁷⁷

Mutatis mutandis, essa mesma distinção era clara para os antigos, tanto no universo helenofônico como latinofônico, aqui simplificada nas seguintes fórmulas: etimologia *apò tou* (ἀπὸ τοῦ)/*ex origine* (ou seja, “histórica”) e etimologia *parà tó* (παρὰ τὸ)/*e causa* (isto é, “semântica”).

Antes de tudo, a Etimologia era uma *busca*. Uma busca por relações semânticas entre palavras sem que, necessariamente, tivesse por pano de fundo a *diacronia*. Nem sempre essa *busca* esteve sobre o nome de *etymología* (ἐτυμολογία)/*etymologia*:

Mesmo em sua nomenclatura, não havia um consenso. No Crátilo, por exemplo, a palavra ἐτυμολογία/ικός nem aparece. Seu objeto é a ὀρθότης τῶν ὀνομάτων (“a justeza dos nomes”) e sua δύναμις (“força”). Essas frases continuariam a estar relacionadas à etimologia por um longo tempo como, por exemplo, os escritos de Atanásio mostram ao mencionar: ἡ τῆς δυνάμεως τοῦ

⁷⁷ *A semantic etymology is to be distinguished from a historical etymology. A historical etymology presents the origin or early history of a word; it tells us, for example, that a word in a modern language is derived from another word belonging to an earlier language, or to an earlier stage of the same language. The English word militant, for example, is derived from Latin militans through the intermediary of French militant. [...] Semantic etymologies do something different. They connect one word with one or more others which are believed to elucidate its meaning. The god Rudra, for example, has that name according to the Vedic text called Śatapatha Brāhmaṇa (6.1.3.10), because he cried (rud-) in one story that is told about him. Semantic etymologies tell us nothing about the history of a word, but something about its meaning.*

ὀνόματος ὀρθότης (“a justeza da força dos nomes”).⁷⁸ (PERAKI-KYRIAKIDOU, 2002, p. 478)

Busca pela *orthótēs tōn onomátōn* (ὀρθότης τῶν ὀνομάτων, “justeza dos nomes”), busca por sua *dýnamis* (δύναμις, “força” ou “valor”) ou pela “justeza da força dos nomes”. Busca, enfim – e mais comumente – pelo *étymon* (ἔτυμον)/*etymon* (“verdadeiro”), o verdadeiro valor (“força”) adequado da palavra, sua “essência”, atemporal. Para essa busca ou para a negação dela é que se destinou grande empenho na Antigüidade e Idade Média ocidentais. Vale lembrar que a etimologia antiga pesquisava, *lato sensu*, os *ónomata* (ὀνοματα)/*nomina*, incluindo-se aí os de pessoas (a onomástica). Essa busca tinha por fim o refinamento da interpretação.

O contato dos autores de língua latina com tais reflexões e suas respectivas tentativas de traduzir e/ou decalcar o termo revela como o ele era, de fato, percebido de forma polissêmica. A despeito da manutenção da sentença *uis nominis* (“força/valor dos nomes”), os escritos latinos produziram uma gama de termos: (*ad*)*notatio*, *causa*, *ratio*, dentre outros, e o curioso decalque de Cícero *ueriloquium* (cf. *Top.* 35). Assim resume Peraki-Kyriakidou (*op. cit.*, p. 480-481) os valores da etimologia antiga:

Os termos δύναμις ou sua expressão equivalente em latim *uis uerbi*, ao lado do termo aristotélico σύμβολον ou o latim *notatio* ou *ratio*, e mesmo o termo *etymologia*/ἔτυμολογία em si, não trazem, em si e por si mesmos, uma busca obrigatória pela *origo*, *stricto sensu*, das palavras. O que elas, de fato, significam é a dinâmica duma palavra num campo de sentido(s) e sua relação com outro(s) campo(s) de sentido, como acontece, por exemplo, com a palavra *ratio*. Em termos práticos, uma etimologia não necessariamente se interessa por forma ou sentido prévios duma palavra, mas está sobretudo relacionada ao σύγχρονον. A busca pela origem duma palavra, por um lado, e a descoberta de sua relação com outras áreas de sentido, por outro, podem ser duas investigações relacionadas, mas não necessariamente idênticas. Isso se torna evidente, por exemplo, a partir de dois signos etimológicos que freqüentemente aparecem nos textos gregos: refiro-me aos preposicionais ἀπὸ τοῦ e παρὰ τό. Esse último signo etimológico direciona-se, principalmente, para a relação da palavra etimologizada com uma outra ou com um grupo de outras palavras e sentidos. Ele aponta para a forma e o

⁷⁸ *Even in its nomenclature there was no common consent. In the Cratylus, for instance, the word ἔτυμολογία/ικός does not appear. Its subject is the ὀρθότης τῶν ὀνομάτων ('the correctness of the names') and their δύναμις ('force'). These phrases would continue to be related to etymology for a long time as, for instance, [Athanasius'] writings show when he mentions: ἡ τῆς δυνάμεως τοῦ ὀνόματος ὀρθότης ('the correctness of the force of the name').*

sentido ‘paralelos’ e ‘parecidos’, mas não, necessariamente, para os ‘precedentes’. Além do mais, *parecência* e *similitudo* eram categorias distintas do etimologizar mesmo em nível teórico. Deve-se enfatizar aqui, no entanto, que, muito embora teoricamente haja dois modos básicos de investigação, um concentrado na precedência e outro no sincronismo e na *parecência*, eles continuam a co-existir em muitas ocasiões. Isso, afinal, revela que a distinção entre esses dois níveis não era de grande importância para os antigos; era, sobretudo, para a designação dos sentidos das palavras que eles miravam. [...] Em outras palavras, orientava-se para a ἐρμενεία, a *interpretatio*.⁷⁹

Portanto, a etimologia, mesmo nos discursos teóricos, era uma busca que poderia ser atemporal. Porém, a associação à diacronia – que, conseqüentemente, se relaciona com as próprias concepções de *tempo* e de *história* – é um processo que se dá numa longa duração, cujo início se dá já entre os antigos. Aos poucos é que se vislumbra a completa associação entre ambas as idéias, ou seja, a de que a ‘verdade’ está nas origens, *in origine ueritas*. Embora fosse de muita valia, no tocante ao apelo a origens por parte do discurso etimológico, uma comparação dos universos de língua grega e latina, somente este último será objeto de análise aqui, uma vez que temos em vista analisar a obra de Isidoro de Sevilha, autor de língua latina da passagem do século VI ao VII d.C. No interior desse universo, portanto, pelo menos, desde Quintiliano, *origo* já parafraseia *etymologia*:

A etimologia, que *investiga a origem* das palavras, foi por Cícero chamada *notatio* [‘definição’], pois seu nome, tal como encontrado em Aristóteles, é *σύμβολον*, que equivale a *nota*. Com efeito, o próprio Cícero, que criou o termo

⁷⁹ The terms δύμανις or its phrasal equivalent in Latin *uis uerbi* along with the Aristotelian term σύμβολον (‘symbol’) or the Latin *notatio* or *ratio*, and even the term *etymologia*/ ἐτυμολογία itself, do not necessarily entail in and by themselves an obligatory search for the *origo*, strictu sensu, of the words. What they, in fact, signify is the dynamics of a word in meaning(s) and its relation with other cluster(s) of meaning, as happens, for instance with the word *ratio*. In practical terms, an etymology does not necessarily interest itself with a previous form or meaning of a word but quite often is concerned with the σύγχρονον. The search for the origin of a word, on the one hand, and the disclosure of its relation to other areas of meaning, on the other, may be two connected but not necessarily identical approaches. This become evident, for instance, from the two different etymological signs that appear repeatedly in the Greek texts: I mean the prepositional ἀπὸ τοῦ and παρὰ τό. The latter etymological sign points mainly to the relation of the etymologized word with another or with a group of other words and meanings. It points to the ‘parallel’ and the ‘like’ and not necessarily to the ‘preceding’ form and meaning. After all, likeness and *similitudo* were a distinct category of etimologizing even on the theoretical level. It has to be emphasized here, however, that even though theoretically there are two basic ways of approach, one that concentrates on precedence and the other on synchronism and likeness, they continue to co-exist on a number of occasions. This, in turn, reveals that the distinction was not of great concern for the ancients; it was rather the designation of the words’ meanings they were aiming at. [...]in other words it is orientated towards the ἐρμενεία, the *interpretatio*.

a partir de outro, evita-o. *Há quem*, tendo examinado seu sentido, a chame *originatio*.⁸⁰ (*Inst. Or.* I,6,28; trad. Pereira, 2000, p. 152; grifos nossos)

Além de vincular explicitamente *etymologia* e *origo*, Quintiliano nos fornece um dado importante sobre o emprego do termo à sua época: "*há quem a chame originatio*"; ou seja, era esse um dos aspectos desse domínio, segundo *alguns*. Mais adiante na mesma *Institutio oratoria*, o autor apresenta as perguntas fundamentais postas pela inquirição etimológica, cuja distinção é categórica no que diz respeito aos valores plurais da etimologia:

A disciplina encerra em si, porém, muita erudição, quer consideremos termos de origem grega, que são muitos, principalmente eólicos, sendo nossa língua muito semelhante àquele dialeto, quer indaguemos, a partir dos antigos historiadores, acerca dos nomes de homens, lugares, povos e cidades: *qual a origem de Brutus, Publicola, Pythicus? Por que Latium, Italia, Beneuentum? Qual a razão de dizer Capitolium, colis Quirinalis e Argiletum?*⁸¹ (*Inst. Or.* I.6.31; trad. Pereira, *op. cit.*, p. 154; grifos nossos)

Neste excerto, encontra-se, de maneira muito sintética, aquilo que argumenta Peraki-Kyriakidou em seu artigo: tendo *origo* no horizonte, a pergunta etimológica *par excellence* é *unde* (“donde”); tendo, por outro lado, *ratio* (ou correlatos), o problema é *cur/quae ratio* (“por quê?”, “por qual motivo”). Há, pois, uma dimensão tanto diacrônica como sincrônica na definição antiga, que não são dicotômicas, mas complementares. O que parece ressaltar da concepção antiga e/ou medieval de etimologia é a idéia de que os tempos são múltiplos e de que numa palavra pode muito bem conviver o presente com o passado, a diacronia e a sincronia, os sentidos de ontem e os de hoje. Essa é apenas uma das razões que se deve ter em conta diante de múltiplas etimologias, visto que elas não esposam, necessariamente, “falhas” explicativas, mas sim a noção de que o sentido é algo que se move furtivamente, a despeito do “controle” de seu glosador.

2.3. ETIMOLOGIA COMO FERRAMENTA HERMENÊUTICA: COMENTÁRIO E INTERPRETAÇÃO

⁸⁰ *Etymologia, quae uerborum originem inquirat, a Cicerone dicta est notatio, quia nomen eius apud Aristotelen inuenitur σύμβολον, quod est 'nota'. Nam uerbum ex uerbo ductum, id est ueriloquium, ipse Cicero, qui finxit, reformidat. Sunt qui, uim potius intuiti, originationem uocent.*

⁸¹ *Continet autem in se multam eruditionem, siue ex Graecis orta tractemus, quae sunt plurima, praecipueque Aeolica ratione, cui est sermo noster simillimus, declinata, siue ex historiarum ueterum notitia nomina hominum, locorum, gentium, urbium requiramus: unde Bruti, Publicolae, Pythici? cur Latium, Italia, Beneuentum? quae Capitolium et collem Quirinalem et Argiletum appellandi ratio? (grifos nossos)*

A relação que se poderia estabelecer com a etimologia e os usos que dela se poderia fazer diziam respeito não só ao problema da língua, mas também e, diretamente, ao da interpretação; pois, visto que a etimologia trazia à baila tanto a dimensão histórica quanto sincrônica dos sentidos de uma palavra, a escolha por um campo específico de sentido determinava necessariamente um tipo específico de interpretação. Daí que a etimologia foi especialmente usada no interior de um gênero discursivo em particular, o do comentário.

É possível dizer que, na Antigüidade, o comentário constitui-se como um tipo particular de gênero discursivo⁸². Grande parte do empenho intelectual dos antigos destinava-se à interpretação dos textos de *auctores*, fazendo desse gênero um saber sobre os textos. Já entre os gregos do período pós-clássico e helenístico, surgem comentários sobre obras de Platão por parte de Escolas que advogam a procedência desse autor. Entre os romanos não será diferente, seja para comentar autores do âmbito grego, seja para depois fazê-lo sobre os próprios autores de língua latina. Mas é, sem dúvida, no meio cristão que o comentário vira uma espécie de “obsessão”; disso, falaremos mais adiante. Seguindo Maingueneau (1996, p. 69-70), pode-se colocar o comentário *lato sensu* sob a rubrica da *reformulação*:

Num sentido bastante amplo, entende-se por *reformulação* a transformação de uma unidade discursiva de tamanho variado (da palavra ao texto) numa outra que se considera ser semanticamente “equivalente” de uma maneira ou de outra. Essa

⁸² Cf. Maingueneau (*op. cit.*, p. 44-45): “[...] tende-se a empregar *gênero do discurso* para dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos: o *fait divers*, o editorial, a receita médica, o interrogatório policial, os classificados, a conferência universitária, o relatório de estágio etc. [...] Pode-se procurar escrutinar as regras de um *gênero* (por exemplo, o sermão) independentemente das formações discursivas; pode-se também considerar de que maneira uma tal formação discursiva emprega um gênero (o gênero do sermão não é empregado da mesma maneira por um padre integrista e por um padre progressista). Com efeito, cada formação discursiva caracteriza-se pelo emprego de certos gêneros no lugar de outros [...]. O *gênero do discurso* tem uma incidência decisiva sobre a interpretação dos enunciados. Não se pode interpretar um enunciado se não se sabe a qual *gênero* ele corresponde [...]” ([...] *on tend plutôt à employer genre de discours pour des dispositifs de communication socio-historiquement définis: le fait divers, l’éditorial, la consultation médicale, l’interrogatoire policier, les petites annonces, la conférence universitaire, le rapport de stage, etc. [...] On peut chercher à dégager les règles d’un genre (par exemple le sermon) indépendamment des formations discursives ; on peut aussi considérer de quelle manière telle ou telle formation discursive investit un genre (le genre du sermon n’est pas investi de la même manière par un prêtre intégriste et par un prêtre progressiste). En effet, chaque formation discursive se caractérise par l’investissement de certains genres aux dépens d’autres [...]. Le genre de discours a une incidence décisive sur l’interprétation des énoncés. On ne peut pas interpréter un énoncé si l’on ne sait pas à quel genre le rapporter [...].)*

operação toma caminhos muito variados segundo o nível no qual ela intervém, o tipo de discurso de que ela trata e a natureza dessa transformação.⁸³

Após falar da *reformulação intradiscursiva*⁸⁴, o autor apresenta a *reformulação interdiscursiva*:

A *reformulação interdiscursiva* implica a transformação dum texto noutro. Ela pode ser igualmente uma *auto-reformulação* ou uma *hetero-reformulação*, conforme seja o autor do discurso-fonte aquele que a produziu (caso de um autor que faz um resumo de seu próprio artigo) ou um outro enunciador (caso de um jornalista que vulgariza trabalhos científicos ou de um crítico que resume um romance). Com essa *reformulação interdiscursiva*, reuni-se a problemática da hipertextualidade (paródia...) mas também a vulgarização, na qual um texto transforma-se num texto “equivalente” destinado a um público menos especializado; o resumo, no qual é proposto um equivalente condensado do texto; a tradução de uma língua ou de um registro de língua noutro...⁸⁵ (*ibid.*, p. 70).

Nesse sentido, portanto, todo texto produzido no interior de determinada *formação discursiva*, qualquer que seja seu matiz, é um comentário *lato sensu* dos escritos considerados chaves pela respectiva *formação discursiva*. No entanto, pode-se dizer que havia, na Antigüidade greco-romana, um gênero discursivo específico, considerado parte de uma *scientia*, destinado a “resolver” dificuldades de um texto, a “traduzi-lo”, de modo a torná-lo, ao mesmo tempo, “inteligível” e “atualizado”, conforme, evidentemente, os imperativos da respectiva semântica global do autor do texto resultante; são eles os *comentários*⁸⁶. No âmbito da *grammatica*, esse gênero nada mais era senão a “aplicação” dos pressupostos da *enarratio*. Todavia, embora vistos como um *locus scientiae*, os

⁸³ *En un sens très large on entend par reformulation la transformation d'une unité discursive de taille variable (du mot au texte) en une autre qui est censée être sémantiquement “équivalente” d'une manière ou d'une autre. Cette opération prend des tours très variés selon le niveau auquel elle intervient, le type de discours sur lequel elle porte et la nature de cette transformation.*

⁸⁴ Em resumo: “Na *reformulação intradiscursiva*, o enunciador relaciona duas unidades sucessivas de seu discurso, as quais ele coloca como equivalentes. A *reformulação* oscila, então, entre a simples substituição e a paráfrase explicativa.” (*Dans la reformulation intradiscursive l'énonciateur met en relation deux unités successives de son discours qu'il pose comme équivalentes. La reformulation oscille alors entre la simple substitution et la paraphrase explicative*; MAINGUENEAU, *op. cit.*, p. 69)

⁸⁵ *La reformulation interdiscursive implique la transformation d'un texte en un autre. Elle peut également être une autoreformulation ou une hétéroreformulation, selon que c'est l'auteur du discours source qui la produit (cas d'un auteur qui fait un résumé de son propre article) ou un autre énonciateur (cas d'un journaliste qui vulgarise des travaux scientifiques ou du critique qui résume un roman). Avec cette reformulation interdiscursive on rejoint la problématique de l'hipertextualité (parodie...) mais aussi la vulgarisation où l'on transforme un texte en un texte “équivalent” destiné à un public moins spécialisé; le résumé, où l'on en propose un équivalent condensé; la traduction d'une langue ou d'un registre de langue à un autre...*

⁸⁶ Por toda a Antigüidade produziram-se obras desse cunho, embora, nem sempre baseadas na disciplina gramatical. Basta conferir os vários comentários filosóficos às obras de Platão, por exemplo.

comentários eram um gênero fecundo à polêmica, onde o controle sobre a interpretação operava mais claramente, pois o “atualizar” e/ou “tornar inteligível” nada mais são senão submeter o texto-objeto às fronteiras de uma dada *formaçãõ discursiva*. Foram, sobretudo, os *grammatici* alexandrinos e seus “discípulos” latinógrafos que marcaram os vínculos entre a disciplina gramatical e sua aplicação em textos considerados canônicos, produzindo, com isso, outros textos sobre textos. Era comum (se não necessário), pois, um *grammaticus* produzir uma *ars* – na qual expunha os pressupostos básicos da disciplina sobre a língua – e, em seguida, “aplicá-la” em textos canônicos, a fim de reiterar, de uma só vez, tanto a validade da (sua) interpretação gramatical, quanto à “excelência” do texto-objeto. Entre os *grammatici* latinógrafos, Donato (séc. IV d.C.) e Sérvio (séc. V d.C.) são os que têm as obras mais exemplares desse *modus operandi*. Nos seus comentários a Virgílio⁸⁷, Donato e Sérvio, apresentam, respectivamente, o plano da *enarratio* da seguinte maneira (Cf. Irvine, 1994, p. 122): i) antes da obra: título, motivo, intenção; na obra em si: número de livros, ordem dos livros, explicação; ii) vida do poeta, título da obra, qualidade do poema, intenção do escritor, número de livros, ordem dos livros, explicação. Desse modo, a *enarratio* dos *grammatici* não só se apresentava como uma “interpretação” do texto, mas também como um “plano de leitura” completo, passando, como, em Donato, do *antes da obra* até a *explicação do texto*. Assim, é lícito pensar, seguindo Irvine (1994, p. 1-2), que

Como fundamento de uma série de disciplinas, a *grammatica* instituiu um modelo de ensino, interpretação e conhecimento que definiu várias comunidades textuais locais e forneceu as competências discursivas e textuais que eram precondições para a participação na cultura letrada ao longo de toda Europa medieval. O discurso gramatical constituiu um campo especial de conhecimento – um cânon tradicional de textos, tanto cristão como clássico (os *auctores*), e um latim escrito ou textual (*latinitas*), cuja estrutura e estilo foram reduzidos para um ensino e descrição sistemáticos (*ars*). [...] Como uma disciplina sustentada por instituições político-sociais dominantes da Europa medieval, a *grammatica* serviu para perpetuar e reproduzir as condições fundamentais para uma cultura textual, fornecendo as regras discursivas e as estratégias interpretativas que construíram certos textos como repositórios de autoridade e valor. Em seu papel institucional, a *grammatica* também criou um tipo especial de subjetividade literária, uma

⁸⁷ Longe de serem obras de uma “pura” erudição, os comentários a Virgílio encontram-se num período (séc. IV-V d.C.) de reação dos “guardiões” da cultura greco-romana contra a ascensão cristã.

identidade e uma posição social para os *litterati*, que foi fortemente vista como masculina e socialmente autorizada.⁸⁸

A *grammatica* era, portanto, o campo privilegiado do trabalho com a língua e com o texto. No “programa” das *tékhnai/artes* gramaticais, ele era, em grande medida, o fim último do trabalho do *grammatikós/grammaticus*, “a parte mais bela” de que fala a *tékhnē* atribuída a Dionísio da Trácia. Com a derrocada do *philologus*, o *grammaticus*, tanto por suas atribuições pedagógicas quanto por sua renomada erudição, tornou-se, não sem críticas e ataques, um privilegiado nesse tipo de discurso. Era o *grammaticus* figura considerada *grosso modo* a mais apta para decifrar arcaísmos, figuras de linguagem e sintaxes enviesadas. Ademais, era o *grammaticus* quem tinha por ofício estabelecer os textos “verdadeiros” num emaranhado de versões manuscritas divergentes. Era, portanto, o *grammaticus* – com grandes ressalvas por partes de seus adversários – o “guardião” da língua e dos textos (cf. KASTER, 1980, p. 19).

Num primeiro momento, os *commentarii* dos gramáticos focavam mais freqüentemente obras poéticas; depois, seja por razões culturais, seja por razões lingüísticas (mudanças na língua e, portanto, na própria “transparência” do texto), os *commentarii* começam a ser feitos sobre outras *artes grammaticae*. O comentário generaliza-se como exercício intelectual, como que sentindo que não havia mais o que “inventar”, dada a amplitude dos trabalhos mais antigos. O comentário já era, em si, um exercício considerado difícil o suficiente para se empreender. Longe de ser um ponto “pacífico” ou mesmo “ingênuo” ou uma atividade de sub-importância, no interior dos comentários expressavam-se disputas sobre o entendimento dos textos e da língua, assim como se desejava afirmar *um*

⁸⁸ *As the foundation of a series of disciplines, grammatica instituted a model of learning, interpretation, and knowledge that defined various regional textual communities and provided the discursive and textual competencies that were preconditions for participation in literary culture throughout medieval Europe. Grammatical discourse constituted a special field of knowledge – a canon of traditional texts, both Christian and classical (the auctores), and a normative written or textual Latin (latinitas), the structure and style of which was reduced to systematic description and instruction (ars). [...] As a discipline sustained by the dominant social and political institutions of medieval Europe, grammatica functioned to perpetuate and reproduce the most fundamental conditions for textual culture, providing the discursive rules and interpretive strategies that constructed certain texts as repositories of authority and value. In its foundational role, grammatica also created a special kind of literate subjectivity, an identity and social position for litterati which was consistently gendered as masculine and socially empowered.*

sentido para a leitura, um controle sobre a interpretação. Sobre isso, afirma Amsler (1989, p. 4):

[...] a *ars grammatica* dos albores da Idade Média constitui-se explicitamente como um discurso comentarístico, textos sobre textos, e, por isso, é uma instância particularmente forte desse modo discursivo geral de interpretação que é o comentário. Ao ler o comentário como um texto, tencionaremos apreender os modos pelos quais as estratégias discursivas repetem ou interpolam os enunciados prévios, ou as formas pelas quais eles se desviam de ou interrompem a autoridade gramatical estabelecida. O discurso comentarístico produz-se nas margens de e numa relação ambivalente com seu texto de referência. O comentário é dependente do texto de autoridade em nome do qual ele fala, mas ele também remodela ou reconstitui a situação na qual o texto de referência deve ser lido.⁸⁹

No entanto, os comentários nem sempre são vistos como parte constitutiva da história da ciência, especialmente em perspectivas do tipo kuhniana a qual, embora possa ter pontos de contato com uma perspectiva arqueológica foucaultiana⁹⁰, é bem diferente desta, uma vez que, para Kuhn, segundo Amsler (*op. cit.*, p. 6):

[...] a teoria das mudanças de paradigma [...] depende em grande medida da inovação de um único indivíduo (Copérnico, Newton, Lavoisier, Einstein, ou – há quem acrescente – Chomsky) cuja obra interrompe a continuidade de um paradigma prévio de explicação científica e desenvolve um novo paradigma que gera diferentes regras para a pesquisa, procedimentos para a explicação e soluções para os problemas exemplares [...]. Kuhn opõe o trabalho do inovador aos manuais científicos e às “comunidades interpretativas” estabelecidas, que articulam os fatos significantes, as teorias e os procedimentos da ciência normal.

⁸⁹ [...] *the early medieval ars grammatica is explicitly constituted as a commentary discourse, texts on texts, and so is a particularly strong instance of this general discursive mode of interpretation as commentary. Reading commentary as text, we shall try to grasp the ways in which discursive strategies repeat or graft onto prior statements or the ways in which they swerve from or interrupt established grammatical authority. Commentary discourse is produced on the margins and in an ambivalent relation to its text of reference. Commentary depends on the authoritative text which it speaks for, but it also reframes or reconstitutes the situation within which the text of reference is to be read.*

⁹⁰ “Em certos aspectos, o trabalho de Kuhn e o de Foucault engajam-se em problemas similares. Na construção da história das ciências, ambos abandonam a noção de progresso e a assunção de que a história de uma disciplina deva ser escrita sob a correção da doutrina corrente da disciplina. Ambos problematizam as distinções feitas pelo século XX entre o científico e o não-científico, particularmente como um critério para a escrita da história. Ambos consideram a institucionalização do saber em pesquisa, manuais, pedagogia, e ordem social não como um dado, mas como um problema. Ambos põem em foco rupturas e fissuras na história das ciências e a incomensurabilidade das práticas discursivas no interior de diferentes paradigmas e formações.” (*In certain respects, Kuhn's work and Foucault's are engaged in similar problems. In constructing the history of the sciences, both abandon the notion of progress and the assumption that a history of a discipline must be written under the correction of the discipline's current doctrine. Both call into question twentieth-century distinctions between the scientific and the nonscientific, particularly as a criterion for writing history. Both take as a problem rather than as a given the institutionalization of knowledge in research, textbooks, pedagogy, and social order. Both focus on ruptures and gaps in the history of the sciences and the incommensurability of discursive practices within different paradigms or formations.*; AMSLER, *op. cit.*, p. 5-6.

Os manuais, Kuhn argumenta, são enganosos na medida em que seu objetivo é “persuasivo e pedagógico ... [e] um conceito de ciência deles haurido terá tantas probabilidades de assemelhar-se ao empreendimento que os produziu como a imagem de uma cultura nacional obtida através de um folheto turístico ou um manual de línguas”⁹¹ [trad. Kuhn, 2006, p. 19].

A diferença entre essas duas perspectivas, Amsler (*op. cit.*, p. 6) resume num único ponto: o estatuto do autor: “enquanto na arqueologia de Foucault o autor é concebido como uma relação construída no interior de uma constelação de enunciados e campos discursivos, o inovador de Kuhn é um gênio original, o iniciador solitário de um novo modelo para o mundo.”⁹² E, ao comentar as diferenças entre uma abordagem foucaultiana da história da ciência e outra, kuhniana, Amsler afirma o seguinte, a respeito das deletérias conseqüências de trabalhar com a última perspectiva:

[...] nós achamos que a antipatia geral de Kuhn para com os manuais pressupõe que tais instrumentos pedagógicos são textos sem-costura, homogêneos, gerados no interior de uma disciplina da ciência normal. [...] Muitos dos textos que englobam o arquivo do discurso gramatical do início da Idade Média foram compilados como manuais ou trabalhos de referência pedagógica. Mas eles estão freqüentemente marcados por interrupções, descontinuidades ou por estratégias explicativas conflitantes. O discurso gramatical aparece cindido não só em seus momentos revolucionários, mas também em seus usos pedagógicos. Ademais, muitos desses textos não se encaixam muito facilmente dentro da categoria contemporânea de lingüística, mas numa categoria mais abrangente como estudo da linguagem, e alguns nem mesmo nessa última.⁹³ (*ibid.*, p. 6-7)

⁹¹ [...] Kuhn's theory of paradigm shifts [...] depends a great deal on the innovation of a single individual (Copernicus, Newton, Lavoisier, Einstein, or - some might add - Chomsky) whose work interrupts the continuity of a previous paradigm for scientific explanation and deploys a new paradigm which generates different rules for research, procedures for explanation, and solutions to exemplary problems [...]. Kuhn opposes the work of the innovator to scientific textbooks and established “interpretive communities” which articulate the significant facts, theories, and procedures of normal science. Textbooks, Kuhn argues, are misleading in that their goal is “persuasive and pedagogic ... [and] a concept of science drawn from them is no more likely to fit the enterprise that produced them than an image of a national culture drawn from a tourist brochure or a language text.”

⁹² [...] Whereas in Foucault's archaeology the author is conceived as a constructed relation within a constellation of statements and discursive fields, Kuhn's innovator is an original genius, the solitary initiator of a new shape to the world.

⁹³ [...] we find that Kuhn's general antipathy to textbooks presupposes that such pedagogical instruments are seamless, homogeneous texts generated within a discipline of normal science. While this might be an adequate account of some kinds of textbooks in nineteenth- and twentieth century science, it is not the case for many others (for example, nineteenth-century geology textbooks) and especially not the case for the texts of early medieval grammar. Most of the texts that comprise the archive of early medieval grammatical discourse were compiled as textbooks or pedagogical reference works. But they are often marked by interruptions, discontinuities, or competing explanatory strategies. Grammatical discourse comes fissured not only in its revolutionary moments but in its pedagogical uses as well. Furthermore, many of these texts do not fit easily

Desse modo, a etimologia, como a busca/investigação pelos sentidos, era uma estratégia privilegiada da intervenção comentarista, uma vez que as aproximações propostas por ela já intervinham na própria interpretação que se queria dar. Nesse sentido, a etimologia assemelhava-se muito mais a uma espécie de dicionário de sinônimos, cujas proximidades ajudavam a estabelecer limites à interpretação. Essa prática não foi exclusiva dos *commentarii*, considerados como uma obra editada, pois que toda a tradição manuscrita é atravessada por essas listas de sinônimos (portanto, de etimologias), por exemplo, nas notas marginais chamadas de *skhólia* (σχόλια, “escólios”). Todavia, não é banal lembrar que as técnicas fundamentais para o ofício de copista eram ensinadas, majoritariamente, na escola do *grammaticus*. Fecha-se, assim, um ciclo que começa na escola do *grammaticus* – na qual se aprendem os princípios da língua (especialmente, escrita), da crítica textual (portanto, da investigação etimológica) – e que se encerra na prática mesma do copiar. A busca por etimologias, sinônimos, “chaves” dos textos, é ensinada pelo *grammaticus*, mas, mesmo em seu teor técnico, escapa-lhe.

Assim, conhecer as etimologias dava “melhores” chaves de leituras quando a obscuridade do texto estava além da superfície da língua, ou seja, além do nível dos significantes e da sintaxe. Ao conhecedor das relações semânticas entre as palavras, atribuiu-se sempre o epíteto de sábio, pois que esse era capaz de “desvelar” sentidos aparentemente não ligados entre si. O significado obscuro sempre chamou a atenção dos antigos como uma manifestação de um enigma, especialmente em poesia. Se a interpretação *ipsis litteris* não satisfazia para que o texto mantivesse sua coerência (esperada) e, ao mesmo tempo, conservasse seu valor estético, apelava-se para a leitura alegórica, ou seja, aquela que afirma haver sentidos apontados para direções outras que não apenas aquela advinda de uma leitura literal. Também a alegoria tem sua face teórica e sua face prática; quanto a esta última, basta lembrar a famosa passagem da caverna encontrada no livro VII da *República* de Platão. Se se escreve algo que, *a priori*, deve apontar, para o leitor, algo diferente do que está, de fato, escrito, então, é requerido que haja um leitor capaz de captar o sentido alegórico. É assim que o trabalho exegético dará não apenas

into the contemporary category linguistic but into some broader configuration like language study and some not even that category.

status de erudito, ou seja, de *philologus*, àquele que o empreende, mas também lhe dará o de intérprete privilegiado. No fim das contas, é a interpretação desse conhecedor, imbuída de autoridade, que terá mais força para se impor como a “verdade” do texto. Se acaso esse mesmo “etimólogo” for um *grammaticus*, cabem a ele todos os processos de *uma* leitura “correta”: conhecimento do valor das letras, prosódia, explicação das figuras e o sentido do texto. Dum certo ponto de vista, pode parecer que esse saber das palavras e sua conseqüente imposição de ser o melhor jeito de ler um texto não apresentem muitos problemas. Porém, em se tratando de textos considerados “canônicos”, por exemplo, de uma escola filosófica, haverá, nesse campo da leitura, verdadeiras batalhas em torno dos efeitos desses sentidos. Volta-se, então, ao caso dos *comentários*, cuja função primeira é a tentativa de afirmar *uma* leitura sobre as demais eventualmente possíveis. Portanto, a relação das palavras etimologizadas com um determinado sinônimo, longe de ser, *apenas*, um exercício exegético-filológico *per se*, determina uma leitura e sua vontade de produzir um efeito de sentido fixo, segundo os imperativos do *lugar* a partir do qual se fala. Esse aspecto “político” da etimologia não tem sido tão analisado quando se trata do mundo antigo e medieval⁹⁴. No entanto, no presente trabalho, entende-se que esse aspecto não deve ser negligenciado – especialmente ao se tratar dos autores cristãos –, uma vez que ele colabora com a hipótese de certas relações semânticas entre palavras, ao lado, como se disse, das concepções relativas à natureza da linguagem. Mais que colaborar, os dois pontos se imbricam mutuamente. Uma concepção de língua(gem) não se separa do *lugar* do qual se está enunciando algo e, inversamente, o *lugar* de onde se enuncia algo, por exemplo, o do gramático, já diz muito sobre qual a visão de língua(gem) que lhe é compatível.

Se a figura do conhecedor das palavras se impunha como aquela mais apta a ler os sentidos alegóricos dum texto, ela terá, ademais, um papel importante noutra âmbito considerado essencial e problemático para o mundo antigo e medieval, a saber: o problema do vaticínio e da adivinhação. Enquanto, no caso dos textos, o leitor sagaz direcionava sua atenção para algo que estava registrado, aqui esse mesmo leitor deverá voltar-se para a interpretação dos “sinais dos tempos”, daquilo que pode revelar um porvir em vias de se concretizar. A adivinhação e o vaticínio são concebidos como *scientiae* na Antigüidade

⁹⁴ Cf. Rosenberg, 1993.

greco-romana⁹⁵. A eles dedicam obras vários autores de importantes escolas filosóficas como o estóico Crisipo; em Roma, Cícero escreverá um tratado sobre a adivinhação. Trata-se, portanto, de um campo de investigação caro aos antigos. Nesse caso, novamente, as afinidades entre o conhecedor das etimologias e um bom vate estão dadas. Ademais, estão também postas em paralelo a dimensão *teórica* e *prática* do vaticínio. Se, por um lado, há aqueles que, inspirados, anunciam um porvir iminente, por meio de uma linguagem

⁹⁵ Cf. Sawyer (1999, p. 41): “[...] Paulo admite que ‘falar numa língua estranha’ é uma parte aceitável do culto público, juntamente como os hinos, as lições e semelhantes (*1 Cor.* 14, 26), mas adverte que isso deve ser acompanhado por uma ‘interpretação’, senão as pessoas pensarão que os cristão são loucos (v. 23). São nenhum intérprete está disponível, então, ‘cale-se o irmão na assembléia; fale a si mesmo e a Deus’ (v. 28 [trad. *BJ*, 2005, p. 2012]). Paulo elenca o ‘falar vários tipos de línguas’ e ‘a interpretação de línguas’ junto com a cura, o fazer milagre, a profecia e outras atividades como *charismata* ‘dons espirituais ou manifestações’ presentes na igreja de Corinto (*1 Cor.* 12, 10). Há também um incidente nos *Atos* no qual ‘falar em línguas e exaltar a Deus’ são considerados provas de que os novos conversos receberam o Espírito Santo (*At.* 10, 44-48). Hoje a glossolalia está muito difundida, especialmente – embora não exclusivamente – em muitas formas carismáticas do Cristianismo contemporâneo, tais com os grupos Pentecostais, que remontam a sua origem à tradição bíblica de que, no dia de Pentecostes, os discípulos estavam repletos do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas como se o Espírito lhes desse o modo de se expressar (*At.* 2, 4). [...] Ainda não há qualquer consenso entre sociólogos e linguistas no tocante à verdadeira natureza desse modo de se expressar extraordinário, ‘desprezado como balbucio por alguns, enquanto outros descrevem-no como a língua dos anjos’. Alguns observadores antigos estavam de acordo que isso era uma língua estrangeira, extremamente desconhecida tanto pelo falante como pelo intérprete e, por isso, prova de sua fonte sobrenatural. Paulo cita um verso de Isaías na sua discussão da glossolalia que deixa claro o que ela pensava sobre o que se passava: ‘xxx’. Similarmente, a história do milagre em Pentecostes conta-nos quantos dos curiosos que ali estavam, os quais estavam em visita a Jerusalém vindos de várias terras estrangeiras, eram capazes de entender a misteriosa língua falada pelos discípulos como se ela fosse a língua nativa deles. Outros, mais céticos e obviamente sem o dom da interpretação, não reconheciam nenhuma língua natural nos modos de expressão e concluíam que os discípulos estavam bêbados.” ([...] *Paul acknowledges that ‘speaking in a strange tongue’ is an acceptable part of public worship [sic], alongside hymns, lessons and the like (1 Cor. 14:26), but cautions that it must be accompanied by an ‘interpretation’, otherwise people will think Christians are mad (v. 23). If no interpreter is available, then, ‘each of them must keep quiet and speak to himself and to god’ (v. 28). Paul lists ‘speaking various kinds of tongues’ and ‘the interpretation of tongues’ along with healing, miracle-working, prophecy and other activities as charismata ‘spiritual gifts or manifestations’ present in the church at Corinth (1 Cor. 12: 10). There is also an incident in Acts in which ‘speaking in tongues and extolling God’ are considered proof that new converts have received the Holy Spirit (Acts 10:44-8). Today glossolalia is widespread, especially though not exclusively in many charismatic forms of contemporary Christianity, such as Pentecostalist groups, who trace their origin back to the biblical tradition that on the day of Pentecost the disciples were all filled with the Holy Spirit and began to speak in other tongues as the Spirit gave them utterance (Acts 2:4). [...] There is not yet any agreement among sociologists and linguists as to the true nature of these remarkable utterances, ‘dismissed as gibberish by some, while others describe it as the language of angels’. Some ancient observers were agreed that it was a foreign language, quite unknown both to the speaker and the interpreter and therefore proof of its supernatural source. Paul quotes a verse from Isaiah in his discussion of glossolalia which makes clear what he thought was going on: ‘By men of strange tongues and by the lips of foreigners will I speak to this people ...’ (1 Cor.14:21; cf. Isa. 28:11). Similarly, the story of the miracle at Pentecost tells how many of the bystanders, who were visitors to Jerusalem from many foreign lands, could understand the mysterious language spoken by the disciples as if it was their own native language. Others, more sceptical and obviously without the gift of interpretation, recognized no natural language in the utterances and concluded that the disciples were drunk.)*

obscura, mas na qual se encontram aproximações etimológicas características de um fio condutor; há, por outro, os (considerados) responsáveis por interpretar os sinais deixados pelo vate. Nesse contexto do vaticínio, as duas dimensões não só estão imbricadas como são necessárias. O vaticínio, especialmente o ligado a ritos religiosos, apresenta-se necessariamente numa linguagem hermética, a qual é constituinte desse discurso. É essa obscuridade intrínseca, se se quiser *récherché*, que traz consigo a exigência de um intérprete. Todas essas questões ligadas ao mundo clássico ao encontrarem as preocupações próprias da fé hebraica, terão profundo impacto na emergência do Cristianismo. Pode-se dizer, ademais, que é esse um encontro histórico, que pôs em contato definitivo a *grammatica* greco-romana com as *Escrituras* da fé hebraico-cristã e, com isso, produziu inflexões em ambos os lados. Sawyer (1999, p. 147-149) resume esse encontro assim:

Podemos distinguir dois fatores claros nas origens e no pano de fundo inicial daquilo que estava para se tornar um tema deveras crucial tanto no Judaísmo como no Cristianismo, a interpretação da Escritura: um largamente secular, o outro religioso. Primeiramente, houve a enorme influência da literatura e da erudição lingüística helenísticas. [...] Um dos interesses principais dos eruditos alexandrinos era estabelecer o quanto o texto era original e foram eles os primeiros a comparar todos os manuscritos disponíveis de uma obra e a delinear um sistema de notação para marcar os erros de escribas, do qual Orígenes derivou o sistema que usou em seu *Hexapla*. Eles também introduziram o *apparatus criticus*, isto é, as notas marginais escritas ao redor de ou sob o texto principal, indicando leituras variantes, erros de escribas, ou coisas parecidas. [...] Mas a erudição deles foi além da crítica textual. O mais lendário deles, Aristarco da Samotrácia, conhecido como *ho grammatikotatos* ‘o erudito mais erudito’ e, mesmo, como *ho mantis* ‘o profeta’ por causa das habilidades e dos juízos especiais que desenvolvia em seus escritos, foi tutor de um dos Ptomoleus e chefe da biblioteca de Alexandrina [...]. Disse-se que ele foi o primeiro a escrever ‘Comentários’ (*hupomnemata*) sobre Homero, Hesíodo, Ésquilo, Eurípides e muitos outros textos clássicos. Neles, ele discutia, entre outras coisas, o sentido de palavras raras, comparações literárias e questões de estilo, forma e metro. A ele, tradicionalmente, também se credita um dos princípios da exegese adotada, pelos rabinos e outros, alguns séculos depois: *Homeron ex Homerou sapbenizein* ‘explicar Homero a partir de Homero’, isto é, usar uma passagem do mesmo autor para esclarecer uma outra. O equivalente rabínico, incluído entre as sete regras hermenêuticas atribuídas a Hillel, é o *ke-yotze bo be-maqom aher* ‘como algo similar em outra passagem’. Outro domínio no interior das aproximações helenísticas aos textos antigos, que estava igualmente para se tornar influente mais tarde, era a interpretação alegórica – a busca por um sentido diferente do de um óbvio ou literal. A alegoria como um dispositivo literário é suficientemente comum na literatura antiga: há exemplos em Homero e Platão, bem como na Bíblia hebraica. Tais sentidos ocultos ou subliminares eram aludidos como *ainigmata* ‘enigmas’ pelos críticos literários gregos e latinos. O equivalente hebraico é *mashal* ‘provérbio, parábola’, algumas vezes em conexão com *hidah*

‘enigma’ (*Ez.* 17, 2; *Prov.* 1, 6). Os termos gregos *allegoria* e *allegoreo* (latim *allegorizo*) não são atestados muito antes de Filo, Josefo e Paulo (*Ga.* 4, 24). A interpretação alegórica de textos que originalmente não o tencionavam ser, no entanto, é algo diferente. Dois fatores distintos parecem operar nesse desenvolvimento, ambos se devem a alta estima que um autor recebe. Homero, por exemplo, poderia ser descrito como ‘o divino Homero’ e Moisés como ‘sob todos os pontos de vista, o maior e mais perfeito dos homens’ (Filo, *Vit. MOJ.* 1.1). Então, por um lado, havia o desejo de proteger a ele ou a ela do fardo de ser banal ou ingênuo ou imoral, ao sustentar a afirmação, como diríamos, de que as palavras dele ou dela não devem ser entendidas muito literalmente. Desse modo, referências à ‘mão de Deus’ ou à criação da mulher a partir do flanco do homem (*Gn* 2), tomadas literalmente, são apenas tolices e devem ser interpretadas alegoricamente. Por outro lado, a mesma reverência ao autor induz eruditos a procurar autoridade para suas próprias visões nos escritos dele ou dela, para preencher a lacuna, para dizer assim, entre o texto antigo e a ética e a filosofia coetâneas. Isso lhes dá a licença para aplicar todo tipo de ferramentas exegéticas, incluindo a alegoria [...]. Havia vozes que se levantavam na tradição Cristã primitiva contra alegorizações extravagantes das escrituras. No leste, a escola de Antioquia [...] em oposição aos alexandrinos davam muita ênfase ao significado literal do texto. No oeste, tanto Irineu (morto ca. 200) quanto Tertuliano (morto ca. 225) expressaram desconfiança sobre a alegorização, a qual associaram com os gnósticos e outros grupos heréticos. Outro escritor latino, Arnóbio (morto ca. 330 d.C.) resumiu a suspeita Cristã à alegorização da seguinte forma: ‘Como +podemos saber se essas passagens são alegorizadas? Você sabe a intenção dos autores dessas histórias mais que eles próprios?’ (*CHB*: 1, 429). A despeito das dúvidas sobre esses métodos de interpretação, a busca por outros sentidos que se localizam sob o sentido plano do texto, tornou-se a norma tanto na exegese rabínica e e patrística.⁹⁶

⁹⁶ *We can distinguish two clear factors in the origins and early background of what was to become so crucial an issue in both Judaism and Christianity, the interpretation of scripture: one broadly secular, the other religious. First, there was the enormous influence of Hellenistic literary and linguistic scholarship. [...] One of the chief interests of the Alexandrian scholars was to establish what the original text was, and it was they who first compared all the available manuscripts of a work and devised a system of notation for marking scribal errors, from which Origen derived the system he uses in his Hexapla. They also introduced the apparatus criticus, that is, marginal notes written around or below the main text indicating variant readings, scribal errors or the like. [...]. But their scholarship went beyond textual criticism. The almost legendary Aristarchus of Samothrace, known as ho grammatikotatos 'the most scholarly scholar' and even ho mantis 'the prophet' on account of the special skills and judgement he displayed in his writings, was tutor to one of the Ptolemies and head of the library at Alexandria, [...]. He is said to have been the first to write 'Commentaries' (hupomnemata) on Homer, Hesiod, Aeschylus, Euripides and many other classical texts. In these he discussed, among other things, the meaning of rare words, literary comparisons, and matters of style, form and metre. He is also traditionally credited with inventing one of the main principles of exegesis adopted by the rabbis and others a few centuries later: Homerom ex Homerou sapbenizein 'explain Homer from Homer', that is, use one passage from the same author to clarify another. The rabbinic equivalent, included among seven hermeneutical rules attributed to Hillel, is ke-yotze bo be-maqom aher 'like something similar in another passage'. Another strand within Hellenistic approaches to the study of ancient texts, which was to be equally influential later, was allegorical interpretation -the search for a meaning different from the obvious or literal meaning of a text. Allegory as a literary device is common enough in the ancient literature: there are examples in Homer and Plato, as well as in the Hebrew Bible. Such hidden or underlying meanings were referred to as ainigmata 'riddles' by the Greek and Latin literary critics. The Hebrew equivalent is mashal*

'proverb, parable', sometimes in conjunction with hidah 'riddle' (Ezek. 17:2; Prov. 1:6). The Greek terms allegoria and allegoreo (Latin allegorizo) are not attested much before Philo, Josephus and Paul (Gal. 4:24). The allegorical interpretation of texts which were not originally intended as allegories, however, is something different. Two distinct factors seem to have operated in this development, both due to the very high regard in which an author was held. Homer, for example, could be described as 'the divine Homer' and Moses as 'in all respects the greatest and most perfect of men' (Philo, Vit. MOJ. 1.1). So, on the one hand, there was the desire to protect him or her from the charge of being banal or naive or immoral by maintaining that, as we would say, his or her words are not to be taken too literally. Thus, references to the 'hand of God' or the creation of a woman out of the side of a man (Gen. 2) taken literally are just silly, and have to be interpreted allegorically. On the other hand, the same reverence for the author prompted scholars to seek authority for their own views in his or her writings, to bridge the gap, so to speak, between an ancient text and contemporary ethics and philosophy. This gave them license to employ all manner of exegetical tools, including allegory [...] This approach implies that texts have more than one meaning [...] There were voices raised in the early Christian tradition against extravagant allegorization of scripture. In the East, the School of Antioch [...] in opposition to the Alexandrians, placed much emphasis on the literal meaning of the text. In the West, both Irenaeus (died c.200) and Tertullian (died c.225) expressed doubts about allegorization, which they associated with Gnostics and other heretical groups. Another Latin writer, Arnobius (died c. 330 CE), sums up Christian suspicion of allegorical interpretation as follows: 'How are we to know that these passages are to be allegorized? Do you know the intention of the authors of these stories better than they knew it themselves?' (CHB: 1, 429). Despite doubts about such methods of interpretation, the search for other meanings beyond the plain meaning of the text became the norm in both rabbinic and patristic exegesis.

3.

O CRISTIANISMO E QUESTÕES DE LINGUAGEM

A emergência do Cristianismo a partir do século I e seu posterior fortalecimento como *discurso*⁹⁷ produziram inflexões na porção mediterrânea do mundo antigo, e pode-se dizer que é graças à definição da idéia de Crístandade que se funda concomitantemente uma idéia de Europa, latina e ocidental. As mudanças e as continuidades, percebidas nos primeiros séculos de nossa era, são debates sem fim e pululam na historiografia sobre o período. Por isso, não se tenciona, aqui, tratar dos pormenores desse processo, tampouco se tentará dar-lhe *um* sentido. No que concerne ao objeto deste trabalho, focar-se-á o modo pelo qual a emergência do Cristianismo introduziu novos problemas (ou re-significou os antigos) nos debates em torno da linguagem. Ligado teologicamente a um povo cujas tradições eram, se não totalmente desconhecidas, no mínimo, negligenciadas (ou desprezadas) pela tradição greco-romana, ou seja, os judeus, o Cristianismo (e seus adeptos – especialmente aqueles nascidos no meio da tradição clássica), para se impor como portador de uma nova *verdade*, terá de se confrontar com todo um sistema sócio e discursivamente bastante consolidado. Nesse embate, posições diferentes surgem no interior mesmo das comunidades cristãs, havendo, por um lado, aqueles que viam com muitas ressalvas os pontos de contato com a tradição secular, mas, por outro, aqueles que vislumbravam a possibilidade de cristianizar não só a sociedade pagã, mas inclusive seus saberes. A hesitação era tamanha que até obras de um mesmo autor ora pendiam para uma posição, ora para outra (é o caso de Agostinho, por exemplo). Evidentemente, até os decretos de Constantino (ca. 280–337 d.C.) – primeiro conferindo liberdade de culto (através do que se conhece, na historiografia tradicional, como “Edito de Milão”, de 313 d.C.) e, depois, adotando o Cristianismo como a religião do Estado⁹⁸ romano –, o debate é bem mais polarizado, tanto no que diz respeito às polêmicas cristãos-pagãos, como naquelas entre os próprios cristãos. Quando o *status* da “religião de Cristo” muda, de igual

⁹⁷ No sentido foucaultiano do termo: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1971, p. 147).

⁹⁸ Entendido, neste trabalho, não no sentido moderno de “Estado-nação” ou quejandos, mas numa acepção mais “descritiva” de “o conjunto das instituições”.

modo, seus discursos mudam. Nesse segundo momento, as polêmicas voltam-se com mais força para outras questões, como as cisões internas, os judeus e as permanências de práticas não-cristãs fora dos centros urbanos (ou seja, a “cristianização dos rústicos”), do que contra um paganismo oficial, uma vez que, adotado o Cristianismo como religião “estatal”, as classes dominantes do mundo romano migram com grande rapidez para ela. Antes, portanto, de abordar as posições de Isidoro de Sevilha na história desses debates, será visto o “estado da questão”, nos séculos precedentes à sua obra, referente à validade dos saberes seculares para o Cristianismo.

3.1. ALGUMAS VISÕES LINGUAGEIRAS NA CONCEPÇÃO CRISTÃ: TEXTO, ALFABETO ETC.

No âmbito da tradição hebraica, já havia três importantes concepções a respeito da linguagem, cujos desenvolvimentos posteriores estarão na base de grande parte dos pressupostos cristãos de linguagem. Em primeiro lugar, o deus dos hebreus – seja o da tradição javista (Javé) ou o da tradição eloísta (Elohim) –, é um *deus de linguagem*. A única forma de contato que ele estabelece com os homens, ao contrário da religião greco-romana⁹⁹, é por meio da palavra, *dābār* (דָּבָר)¹⁰⁰. Ademais, essa palavra tem força concreta

⁹⁹ Vale lembrar que o deus aristotélico tem, *prima facie*, pouco a ver com as imagens tradicionais de deus da religião grega. Assim, ele é concebido como um pensamento em si mesmo, perfeito, desconhecedor do mundo sensível, com o qual a única relação é paradigmática, isto é, o deus de Aristóteles é um modelo de perfeição para os seres no mundo sensível, mais nada. Embora seja o motor imóvel, ele não criou o mundo como ato intencional, mas é apenas o indivisível do mundo.

¹⁰⁰ “[...] *dābār*. Palavra, fala, discurso, coisa, alguma coisa, tudo (com *kōl*), nada (com negações), mandamento, assunto, admoestação, acontecimento, história, descrição, negócio, causa, razão, e, em construções com preposições: em razão de, por causa de. Esse substantivo traduz-se de 85 maneiras diferentes na KJV [*King James Version*, ‘Versão do Rei Jaime (I)’]! Isso se deve à necessidade de verter uma palavra tão fértil pelo sentido que tem em vários contextos. Como ‘palavra’, *dābār* basicamente significa o que Deus disse ou diz. [...] O sintagma especial *d̄bar* YHWH, ‘palavra do Senhor’, ocorre 242 vezes e quase sempre (225 vezes) aparece como uma expressão técnica para a revelação profética. [...] Ademais, a palavra do Senhor personifica-se em passagens como: ‘O Senhor enviou uma palavra a Jacó, ela caiu em Israel’ (*Is.* 9,8 [tradução para o português encontrada na *BJ*, 2006, p. 1268]); ‘Enviou sua palavra para curá-los’ (*Sl.* 107, 20 [trad. *BJ*, 2006, p. 979]); ‘Ele envia suas ordens à terra’ (*Sl.* 147,15 [trad. *BJ*, 2006, p. 1017])” ([...] *dābār*: *Word, speaking, speech, thing, anything, everything (with kōl), nothing (with negatives), commandment, matter, ad, event, history, account, business, cause, reason, and in construction with prepositions: on account of, because that. This noun is translated in eighty-five different ways in the KJV! This is due to the necessity of rendering such a fertile word by the sense it has in varying contexts. As “word” dābār basically means what God said or says. [...] the singular construct chain d̄bar YHWH “the word of the LORD” occurs 242 times and almost always (225 times) the expression appears as a technical form for the prophetic revelation. [...] In addition, the word of the Lord is personified in such passages as: “The LORD sends his message against*

no mundo, dando poder àqueles que a conhecem e/ou a ouviram e, por outro lado, destruindo seus inimigos (cf. KOULOUGHLI, 1989, p. 70). Essa força da palavra divina já aparece expressa no relato da Criação, quando os dizeres de Elohim criam materialmente o mundo (*Gn.* 1,3). O segundo ponto importante diz respeito à concepção hebraica de como os nomes foram dados às coisas. Já foram apresentados sumariamente os posicionamentos da tradição greco-romana concernentes a tais problemas, dividindo-se em posições naturalistas e convencionalistas, além da terceira via do “legislador dos nomes”; à semelhança dessa última, a *Torá* hebraica narra a imposição dos nomes como um momento dado e muito preciso, ligado à figura do primeiro homem da história, Adão (*Gn.* 2,19-20). Esse homem, criado à semelhança de Deus – a qual, segundo a tradição rabínica, deve ser entendida como uma semelhança intelecto-espiritual e não corporal¹⁰¹ –, foi aquele capaz de olhar e entender a essência do ente a ser nomeado. Por fim, a diversidade lingüística do mundo também encontra sua explicação nas *Sagradas Escrituras*, na conhecida passagem da *migg'ddāl bābel* (מִגְדָּל בָּבֶל, “Torre de Babel”, *Gn.* 11,4-9). Assim, apenas tomado o livro do *Gênesis* (*bərə'shīt*, בְּרֵאשִׁית), resolvem-se as principais questões ligadas à linguagem humana, seja na sua divisão em várias línguas particulares, seja na explicação de como os nomes foram dados às coisas.

Como dito, a relação dos autores cristãos dos primeiros séculos com elementos da tradição greco-romana sempre foi polêmica. Essa posição, no entanto, variou de grau no interior do debate dos cristãos. Se, para um cristão, de um ponto de vista teológico, não

Jacob, and it falls on Israel” (*Isa* 9:8 [*H* 7]); “*He sent his word and healed them*” (*Psa* 107:20); “*He sends his command to the earth*” (*Psa* 147:15); HARRIS *et al.*, 1980, p.399). Cf. tb. Brown *et al.* (1996, p. 182): “palavra de Deus, como comunicação divina na forma de mandamentos, profecia, e palavras de apoio a seu povo, usada 394 vezes. Essa palavra é comunicada de várias maneiras: אֵל יְיָ דְבַר וַיְהִי, ‘a palavra de Iahweh veio a’ (*1Sm.* 15, 10; *2Sm.* 7,4; [trad. *BJ*, 2006, p. 410 e 440]) [...]” (*word of God, as a divine communication in the form of commandments, prophecy, and words of help to his people, used 394 times. This word is communicated in several ways: אֵל יְיָ דְבַר וַיְהִי then the word of Yahweh came unto 1S,15:10; 2S,7:4 [...].*)

¹⁰¹ “Maimônides (1135-1204), em sua obra *O Guia dos Perplexos*, distingue dois conceitos: *Tsélem* (Forma) e *Demut* (Semelhança), de *Tôar* (Aspecto) e *Tavnit* (Configuração). *Tôar* e *Tavnit* significam a figura material, enquanto *Tsélem* e *Demut* a forma espiritual. A *Torá*, ao indicar *Tsélem* e *Demut*, define o espírito e nos confronta com um dos princípios básicos do judaísmo. Não se pode elevar a Deus por intermédio da matéria, *Tôar* e *Tavnit* (vide Isaías 44:13), e sim por meio do espírito, *Tsélem* e *Demut*. Somente assim o homem pode aproximar-se de Deus. [...] Com a imagem criada por Deus para formar o homem, o que não significa a imagem própria de Deus, pois Deus não tem forma alguma, como está explicado no terceiro dos treze princípios da fé de Maimônides. “*En lo demut haguf, veeno guf*” (Ele não tem nenhuma forma, é incorpóreo). [...] O homem foi criado com uma semelhança espiritual à de Deus”. *Torá* (2001, p.3, comentários de rodapé)

havia “nada” que aprender com os “pagãos”, ao menos sua tradição intelectual poderia ser de valia, especialmente se usada como prova contra eles mesmos¹⁰². Às vezes, malograda a estratégia de convencimento em termos próprios, volta-se a apelar para a “verdade da fé”, da qual só eles compartilhavam, garantindo, assim, uma “superioridade” axiomática.

Tertuliano, ao responder àqueles que buscavam incessantemente afirmar certa antigüidade do Cristianismo defronte tanto à tradição greco-romana como à hebraica, sustenta que Cristo disse ser a verdade e não a tradição¹⁰³. Nessa resposta, Tertuliano expõe um argumento básico em favor da doutrina cristã: Cristo seria a “novidade”, a “verdade” que não fora ainda revelada. Evidentemente, só se entende qual era sua novidade quando se investiga em relação a que algo é novo. Nesse caso, o antecedente é o Judaísmo, tal qual ele é apresentado na *Tanakh*, a *Bíblia* hebraica¹⁰⁴. Se, para os judeus, Cristo era uma novidade, na medida em que representaria a presença do Deus criador na terra como um homem, tal qual fora anunciada nas profecias, para o mundo grego, a despeito do desconhecimento relativo à cultura hebraica – fato que, *a priori*, tornaria tudo novo –, a grande inflexão representada pelo Cristianismo era a reunião da idéia, hebraica, de criação com a, grega, de um princípio ordenador do mundo, o *lógos*. A ascensão do Cristianismo no mundo sob jugo

¹⁰² “Em contraste com os separatistas de linha dura, escritores como Clemente, Orígenes (c. 185-253 d.C.), Ambrósio (340?-397 d.C.), Jerônimo (c. 347-419? d.C.), Cassiodoro (c. 487-583 d.C.), e, em certa medida, Agostinho, argumentavam que, a fim de se legitimar como um saber, o Cristianismo tinha de refutar seus rivais em seus próprios termos.” (*In contrast to the hardline separatists, writers like Clement, Origen (c.185-253 A.D.), Ambrose (340?-397 A.D.), Jerome (c. 347-419? A.D.), Cassiodorus (c. 487-c. 583 A.D.), and to an extent Augustine argued that in order to be legitimated as a knowledge, Christianity had to refuse its rivals on their own terms*; AMSLER, 1989, p. 87).

¹⁰³ Cf. Tert. *Liber de virginibus velandis* I, 1-2 (in *PL*, 2, col. 889a): *Proprium iam negotium passus meae opinionis Latine quoque ostendam virgines nostras velari oportere, ex quo transitum aetatis suae fecerint; hoc exigere veritatem, cui nemo praescribere potest, non spatium temporum, non patrocinia personarum, non privilegium regionum; ex his enim fere consuetudo initium ab aliqua ignorantia vel simplicitate sortita in usum per successionem corroboratur et ita adversus veritatem vindicatur. Sed dominus noster Christus veritatem se, non consuetudinem cognominavit. Si semper Christus et prior omnibus, aequae veritas sempiterna et antiqua res. Viderint ergo, quibus novum est, quod sibi vetus est.* Sentença que foi endossada por Agostinho: *In Evangelio Dominus, “Ego sum”, inquit, “veritas” (Jo. 15, 6): non dixit, Ego sum consuetudo (De Bapt. III, 6, 9, in PL, 43, col. 144).*

¹⁰⁴ Toda vez em que empregarmos a palavra “*Bíblia*” e seus correlatos morfológicos (“bíblico” etc.), fazemos menção às *Sagradas Escrituras* das tradições cristãs. Ao contrário, quando tencionarmos referir-nos aos textos similares da tradição hebraica, empregaremos o acrônimo *Tanakh* (תנ"ך, [ta'nax]), de uso consagrado para se mencionar os seguintes livros: *Torá* (תורה), *Nevi'im* (נביאים) e *Ketuvim* (כתובים), ou seja, respectivamente, *Pentateuco*, *Profetas* e *Históricos*, que, *mutatis mutandis*, correspondem ao *Velho Testamento* dos cristãos.

romano, portanto, trazia consigo a bagagem de uma outra cultura, que, apesar de objeto de certa curiosidade – basta lembrar o empreendimento de tradução da *Tanakh* ao grego, texto conhecido como *Septuaginta* –, ainda permanecia bastante – talvez, propositadamente – desconhecida. Embora na filosofia grega já houvesse propostas monoteizantes (Platão, Aristóteles e os estóicos, para citar alguns casos¹⁰⁵), a idéia de que o mundo foi criado *ex nihilo* por um só *Deus* através da linguagem parecia, no mínimo, “excêntrica”. No entanto, a grande novidade, para os “pagãos”, era que os cristãos, em seus embates evangelizadores, diziam ser Cristo o elo entre essas duas visões, a da criação com a da ordenação. A vinda de Cristo como filho de Deus ao mundo era a confirmação de que ele sempre teria existido, desde o princípio, quando era o *lógos* (λόγος) divino. Era ele o princípio e o fim de todas as coisas. Era essa uma das chaves para se entender que o *lógos* tão procurado pelos filósofos estóicos sempre existiu, mesmo antes da Criação e que naquele exato momento ele estava lá engendrando o mundo com Deus, porque o *lógos* era Deus e estava com ele. Assim, num mesmo momento, anunciava-se a novidade, para um grego ou romano, de que houve um povo que conheceu o *lógos* divino, porque esse se manifestou a eles, mas que posteriormente, querendo ir além daquele povo, pois tencionava mostrar-se ao mundo, *sàrx egéneto* (σὰρξ ἐγένετο, “fez-se carne”).

Isso se narra no *Evangelho de João*. Para nós, esse texto produz uma associação que, a despeito do auditório primeiramente desejado por quem o produziu, era quase que automática para ouvidos helenizados¹⁰⁶. Assim, pode-se imaginar que, ao contrário de outros evangelhos, a argumentação joanina orientar-se-ia para apresentar, em moldes

¹⁰⁵ A maior estranheza, não derivada do monoteísmo, pois, como dissemos, este já fora concebido por Platão, Aristóteles etc., mas da visão de um deus criador. A idéia de que o mundo tinha uma origem pontual, cujo engendramento partiu de Deus, era o aspecto mais “estranho” à tradição greco-romana.

¹⁰⁶ Para alguns pesquisadores modernos (SAWYER, 1999, p. 106; MATEOS *et al.*, 1999, p. 45) o uso de *lógos* no *Evangelho de João* pouco tem a ver com uma concepção filosófica (grega) do termo. Segundo esses autores, *lógos* era o item lexical grego mais “banal” para traduzir o hebraico דָּבָר (*dābār*, ‘palavra’), cujo intuito seria o de se referir, justamente, ao ato criador do *discurso* (דִּבֶּר, *dibber*) divino do *Gênesis*. Ademais, a referência – que seria direcionada a judeus e não a gregos – ecoaria *Provérbios* 8,22, no qual se diz que no princípio estava a *sabedoria* (חֵכֶם, *hokemā*). De qualquer modo, chama a atenção o fato de não se ter dito, para tanto, que, no princípio, estava a *sophía* (*sophía*, ‘sabedoria’) em vez de *lógos*. Quaisquer que tenham sido as leituras dos primeiros cristãos, não passou despercebida a referência a *lógos*.

gregos, como uma revelação, aquilo que os filósofos tanto investigavam, especialmente os estoícos. A importância desses para os fundamentos do Cristianismo, seja como fornecedores de reflexões afins, seja como inimigos a serem combatidos, pode ser vista na referência que se faz a eles nos *Atos dos apóstolos* (17,18), quando se narra a passagem de Paulo de Tarso por Atenas:

[...] seu espírito inflamava-se dentro dele, ao ver a cidade cheia de ídolos. Disputava, por isso, na sinagoga, com os judeus e com os adoradores de Deus; e na ágora, a qualquer hora do dia, com os que a freqüentavam. Até mesmo alguns filósofos *epicureus* e *estóicos* o abordavam. E alguns diziam: “Que quer dizer este palrador?” E outros: “Parece um pregador de divindades estrangeiras”. Isto, porque ele anunciava Jesus e a Ressurreição.”¹⁰⁷ (BJ, 2002, p. 1934; grifos nossos).

Sobre a importância da doutrina do *Lógos* entre os pensadores cristãos, Amsler (1989, p. 89) afirma:

Os escritos cristãos primevos acerca da linguagem e do pensamento reiteraram certos discursos platônicos, estoícos e epicureus e caracterizaram o Logos, ou como as concepções que revelavam a verdade do real (*onta*), ou como a correlação entre razão interior e fala exterior. Depois de Justino Mártir (séc. II d.C.), o Logos divino era articulado, na teologia cristã, como Cristo, a Palavra que ingressa no mundo racional. Teófilo de Antioquia (séc. II d.C.) e Atanásio (morto em 373 d.C.), no *De incarnatione verbi*, resumem as teorias anteriores do Logos: a natureza humana é verbificada, em grande parte, na natureza individual assumida pelo Logos; a história humana é a Palavra de Deus em ato; a ação é um tipo de linguagem, e a criação é a consequência da fala de Deus. Desse modo, o discurso da onomástica sacra liga a origem das coisas à das palavras, uma vez que tanto a fala como a ação virtuosa deriva de Cristo, o Logos. A linguagem é uma entidade criativa que constitui não só as relações humanas (língua como instrumento) mas também o próprio ente (língua como sacramento). O discurso gramatical, portanto, seguirá sempre a esteira do ente, sempre se aproximará, mas nunca dará completamente conta da linguagem em si. Mas a autoridade do discurso gramatical deriva precisamente da afirmação de que o gramático fala em nome do ente.¹⁰⁸

¹⁰⁷ τινὲς δὲ καὶ τῶν Ἐπικουρείων καὶ Στοϊκῶν φιλοσόφων συνέβαλλον αὐτῷ, καὶ τινες ἔλεγον· τί ἂν θέλοι ὁ σπερμολόγος οὗτος λέγειν; οἱ δὲ· ξένων δαίμονιων δοκεῖ καταγγελεὺς εἶναι, ὅτι τὸν Ἰησοῦν καὶ τὴν ἀνάστασιν εὐηγγελίζετο. Cf. também a tradução latina da *Vulgata*, posta aqui, na medida em que teve grande importância entre aqueles que liam latim e pertenciam à Igreja ocidental: *quidam autem epicurei et stoici philosophi disserebant cum eo et quidam dicebant quid vult seminiverbius hic dicere alii vero novorum daemoniorum videtur adnuntiator esse quia Iesum et resurrectionem adnuntiabat eis.*

¹⁰⁸ *Early Christian writings on language and thought reiterated certain Platonic, Stoic, and Epicurean discourses and characterized the Logos as those conceptions which revealed the truth of reality (onta) or as the correlation between interior reason and exterior speech. After Justin Martyr (second century A.D.), the divine Logos was articulated in Christian theology as Christ the Word Who enters the rational world. Theophilus of Antioch (second century A.D.) and Athanasius (d. 373 A.D.) in De incarnatione verbi summarize the early theories of the Logos: Human nature is verbified in large part in the individual nature*

A grande contradição própria aos cristãos de origem greco-romana é que praticamente todos eles tinham sido formados em escolas cujo programa de ensino era aquele que passava do *grammaticus* indo até o *orator*. Assim, nesse caso, era quase impossível não pensar naquilo que, numa expressão, a nosso ver, bastante precisa, Sánchez Prieto (2004, p. 123) utiliza ao falar dessa contradição: “o Cristianismo procede da fé judaica, mas se pensa em categorias gregas”¹⁰⁹. Desse modo, mesmo os separatistas mais radicais advogavam por sua causa, em geral, usando-se de uma argumentação conhecida da tradição greco-romana. Caso famoso é do próprio Tertuliano, defensor fervoroso do “distanciamento” em relação ao *statu quo* romano que, não obstante isso, já entre seus coetâneos, fora visto como um orador de verve ciceroniana. Agostinho de Hipona, nas *Confissões*, após reprovar quase tudo que se passava nas escolas imperiais, afirma:

[...] Aquelas primeiras letras, a que devia e devo a possibilidade de não só ler qualquer escrito, mas também de escrever o que me aprouver, eram sem dúvida mais úteis e mais certas do que aquelas em que, esquecido dos meus erros, era obrigado a gravar na memória as navegações errantes de um certo Enéias e a chorar Dido, que se suicidara por amor. Entretanto, eu, misérrimo, suportava com olhos enxutos a minha morte no pecado, longe de Vós, ó meu Deus e minha vida! (Agostinho. *Conf.* I, 13,20; trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina)

É somente essa “tecnologia” da escrita e da leitura que Agostinho vê como benéfica. De resto, toda a pedagogia de base greco-romana era vista como veleidades de uma sociedade decadente, principalmente do ponto de vista moral, e desconhecidora da *verdade*:

É verdade que nas escolas de gramática há cortinas pendentes das portas, mas servem mais de cobertura aos erros do que de honra aos seus segredos. Não gritem contra mim estes mestres – que eu já não temo – enquanto Vos patenteio, meu Deus, todos os desejos da minha alma, e enquanto descanso na repreensão dos meus perversos caminhos para amar a retidão dos vossos! Não se levantem contra mim esses vendedores e compradores de gramáticas, pois se os interrogar e lhes propuser uma dificuldade acerca da veracidade do poeta ao narrar que Enéias veio a Cartago, os néscios responderão que não sabem, os instruídos negarão a

assumed by the Logos; Human history is the actualized Word of God; Action is a kind of language, and creation is the consequence of God's speech. Thus, the discourse of sacred onomastics links the origin of things and the origins of words, since both virtuous speech and virtuous action derive from Christ the Logos. Language is a creative entity which constitutes not just human relations (language as instrument) but Being itself (language as sacrament). Grammatical discourse, then, will always follow in the wake of Being, will always approach but never completely account for language itself. But the authority of grammatical discourse derives precisely from the claim that the grammarian speaks for Being.

¹⁰⁹ *El Cristianismo procede de la fe judía, pero se piensa en categorías griegas.*

autenticidade do fato. Mas se lhes perguntar com que letras se escreve o nome de Enéias, todos os que estudaram responder-me-ão acertadamente segundo esse contrato com que os homens fixaram o valor do alfabeto. (Agostinho. *Conf.* I,13,22; trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina)

É importante ressaltar que parte dessa posição ambígua dos escritores cristãos em geral deve-se ao fato de que, no seio da sua militância, está a evangelização. A hesitação entre saber e explicação habita-lhes a mente. O saber pelo saber é, pois, sempre condenado; aquele que se deleita com frivolidades sem se preocupar com a busca da “verdade” é inimigo da religião. Nesse contexto, refletir sobre a língua(gem) por si só também o é. As “artes liberais” não interessam a não ser como saberes ancilares da religião. Por isso, para a prática evangelizadora, forja-se um registro de língua que lhe seja próprio, uma espécie de “latim cristão”, ou seja, o *sermo humilis*, através do qual a Palavra possa ser transmitida. Segundo Amsler (1989, p. 86):

[...] Ao rejeitarem programaticamente a *latinitas*, o estilo, a retórica, e a filosofia seculares, os separatistas (eles mesmos, amiúde, produtos das escolas imperiais) estabeleceram uma espécie de programa contracultural, apelando ao saber intuitivo do *rusticus* e promovendo a imagem do *illiteratus literatus*. Agostinho costumava, no debate em nome do uso contemporâneo, promover o *sermo humilis*, de modo que a palavra de Deus possa ser recebida pelo inconverso.¹¹⁰

A busca por essa retórica frugal, *humilis*, manifestou-se também fortemente nas traduções latinas da *Bíblia*. Sobre isso especialmente, diz Väänänen (1995, p. 51):

Segundo a palavra de Cristo, “os que crêem falarão em línguas estranhas” (Mt. 16,17). Os cristãos dos primeiros tempos também “rechaçaram decididamente o exclusivismo e o normativismo do latim culto e literário...: a língua era considerada como um instrumento que deveria estar pronto para expressar a ideologia cristã”. Esse “latim dos cristãos”, sobretudo o das antigas versões da Bíblia que se convencionou designar com o nome coletivo de *Ítala* ou, melhor, *Vetus Latina*, estava coalhado de expressões e rodeios próprios da língua popular, por um lado, e, por outro, cheio de elementos gregos e semíticos tomados como empréstimos ou decalcados. Os tradutores da Sagrada Escritura preocupavam-se não com a forma literária, mas sim com a exatidão e a inteligibilidade da versão.

¹¹⁰ [...] By programmatically rejecting secular *latinitas*, writing, rhetoric, and philosophy, the separatists (themselves often the products of the imperial schools) established a kind of counterliteracy program, appealing to the intuitive knowledge of the *rusticus* and promoting the image of the *illiteratus literatus*. Augustine used an argument for contemporary usage to promote the *sermo humilis* in order that God's word might be received by unconverted.

Essa atitude é a do grande pregador Santo Agostinho: “*Melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi*”.¹¹¹

Todavia, a recusa sempre esteve, de uma certa maneira, ligada à prática da pregação, num determinado período no qual a *Latinitas* não constituía um primado. Era somente nesse caso que a inteligibilidade da verdade se sobrepunha ao *ornatus*. Mesmo assim, a situação não é tão clara, como informa Väänänen (*op. cit.*, p. 51):

[...] próximo à segunda metade do século IV, nota-se um certo retorno à antiga tradição romana e helenística, o qual confere às obras cristãs um caráter mais douto, sem que se abandonem os elementos especificamente cristãos adquiridos durante os primeiros séculos. O próprio Agostinho fez uso abundante dos artifícios da velha retórica, mesmo em seus sermões. São Jerônimo, mesmo conservando numerosas expressões ou construções de origem popular ou exótica, dará uma vestidura mais literária aos textos sagrados na versão Vulgata. A poesia cristã do século IV atém-se à tradição romana ao ponto de evitar os termos especificamente cristãos [...].¹¹²

Das quatro disciplinas antigas mais citadas neste trabalho, *poética*, *retórica*, *filosofia (dialética)* e *gramática*, houve, por parte dos autores cristãos, muito mais desconfianças diante das duas primeiras. Embora, como se viu, tenham feito uso delas, essas disciplinas eram vistas como um caminho à frivolidade, se não fossem devidamente moderadas pela fé, ao contrário da filosofia e da gramática, as quais, a despeito dos “erros” de seus adeptos, foram consideradas disciplinas-chave na intenção de afirmar a religião cristã. Não tardou, no caso da filosofia, para que idéias (neo)platônicas e estóicas fossem incorporadas ao discurso cristão, defendidas, muitas vezes, como verdadeiras antecipações de autores inconscientes da verdade revelada através de Cristo. Antes mesmo do

¹¹¹ *Según la palabra de Cristo, “los que crean hablarán en lenguas extrañas” (Mt. 16,17). Los cristianos de los primeros tiempos también “rechazaron decididamente el exclusivismo y el normativismo del latín culto y literario...: la lengua era considerada como un instrumento que debía estar pronto a dar expresión a la ideología cristiana”. Este “latín de los cristianos”, sobre todo el de las antiguas versiones de la Biblia que se ha convenido en designar con el nombre colectivo de Itala o, mejor, Vetus Latina, estaba cuajado de expresiones y giros propios de la lengua popular, por una parte, y, por otra, de elementos griegos o semíticos tomados en préstamo o calcados. Los traductores de la Sagrada Escritura se preocupaban, no de la forma literaria, sino la exactitud e inteligibilidad de la versión. Esta actitud utilitaria es la del gran predicador San Agustín: “Melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi.”*

¹¹² [...] hacia la segunda mitad del siglo IV se nota un cierto retorno a la antigua tradición romana y helenística, que confiere a las obras cristianas un carácter más docto, sin que ello se abandonen los elementos específicamente cristianos adquiridos durante los dos primeros siglos. Agustín mismo ha hecho uso abundante de los artificios de la vieja retórica, aun en sus sermones. S. Jerónimo, aun conservando numerosas expresiones o construcciones de origen popular o exótico, dará una vestidura más literaria a los sagrados textos en la versión Vulgata. La poesía cristiana del siglo IV se atiene a la tradición romana hasta el punto de evitar los términos específicamente cristianos [...].

Cristianismo se formular como nova fé, Filo de Alexandria já havia colocado as bases da aproximação entre lei mosaica e filosofia platônica. Advogando pela antigüidade e, por conseguinte, sabedoria dos judeus, Filo defenderá que Moisés fora o primeiro filósofo do mundo e que Platão não fez outra coisa senão confirmar a doutrina mosaica. Quanto ao estoicismo, disse-se já quão caro ao Cristianismo foi, sendo citado, inclusive, no texto bíblico. Certamente, a doutrina estóica do *lógos* está presente – mesmo que seja de forma “diluída” – no *Evangelho de João*. Agostinho, como afirma Baratin (1989, p. 222), não faz outra coisa em seu *De dialectica* senão basear-se na dialética estóica. Não seria menos importante lembrar – a despeito de qualquer discussão sobre veracidade –, a suposta carta de Sêneca endereçada a Paulo; a proximidade entre ambas as doutrinas é que explica a historicidade da carta, ou seja, é a possibilidade de se pensar que o autor romano, graças a certas afinidades, teria como interlocutor o tarsense que torna essa carta sintoma de proximidade entre Cristianismo e estoicismo, mesmo que se trate de um documento “falso”. Dificilmente isso seria possível no caso de algum autor epicureu. A falsificação e sua inteligibilidade também estão sob os imperativos da História.

A gramática, além de ensinar os fundamentos da linguagem (especialmente escrita) era o domínio que, nesse momento, já havia tomado grande parte do espaço de prestígio da filologia como área de interpretação e encontrava-se, portanto, quase que exclusiva no que refere se ao trabalho com textos, em seus processos fundamentais de *leitura, explicação e crítica*. Se, *a priori*, um cristão não deveria se interessar (demais) pelos textos tingidos com as penas de Grécia ou de Roma, era para outro texto, posicionado na base da fé cristã, que se deveria virar a atenção: a *Bíblia*. Se não se pode pensar anacronicamente que essa reunião de textos já estava canonizada tal como se conhece hoje, havia, no entanto, desde cedo, um grupo de textos que eram considerados fundamentais para o grosso das comunidades de fé do Cristianismo primitivo, havendo pequenas divergências sobre quais textos deveriam ter primazia em relação a outros. A grande contribuição da *grammatica* referendada pelos cristãos era o arcabouço interpretativo, em cuja acuidade acreditavam, a fim de melhor compreender as *Sagradas Escrituras*. Nesse contexto, a etimologia ganha grande notoriedade como ferramenta hermenêutica,

especialmente em relação ao Antigo Testamento, escrito numa língua e num ambiente cultural bastante alheios aos olhos formados na tradição greco-romana.

3.2. A *BÍBLIA AS LINGVAE SACRAE* E A ETIMOLOGIA: UNIDADE, INTELIGIBILIDADE, TRADUÇÃO E COMENTÁRIO

O Cristianismo, assim como sua “fonte”, o Judaísmo, são religiões de escrita:

[...] Nenhum grupo religioso em nenhum momento teve tanto respeito por suas escrituras e pela língua na qual foram escritas como os judeus. A história de como isso aconteceu e de como influenciou o resto do mundo provê-nos de um caso ideal de estudo. Nenhuma instituição religiosa no mundo antigo teve em mãos tanto poder como a Igreja, uma vez estabelecida, sob Constantino, o Grande, como a religião oficial do Império Romano.¹¹³ (SAWYER, 1999, p. 6)¹¹⁴

¹¹³ [...] *No religious group has ever had such respect for its scriptures and the language in which they were written as the Jews. The story of how that came about and how it has influenced the rest of the world provides us with an ideal case study. No religious institution in the ancient world wielded as much power as the Church did once it had been established under Constantine the Great as the official religion of the Roman Empire.*

¹¹⁴ Sobre a importância do “livro” para o Judaísmo e Cristianismo: “Por que a forma escrita do texto sacro era tão importante no Judaísmo e, conseqüentemente, no Cristianismo e no Islã? Há uma tradição antiga de que as primeiras palavras da escritura foram, de fato, gravadas por Deus, no Sinai, sobre tábuas de pedra: ‘as tábuas eram obra de Deus, e a escritura era obra de Deus, gravada nas tábuas’ (Ex. 32,16 [trad. BJ, 2006, p. 149]). Há referências repetidas na Bíblia ao ‘livro da aliança’, ‘livro da lei’, e similares. No período talmúdico, refere-se às escrituras como *ha-katub*, ‘a escrita (sc. palavra, verso, passagem)’, e a terceira parte da Bíblia hebraica é chamada ‘Escritos’ (*Ketubim*), presumivelmente, abreviação de ‘outros escritos’. Em grego, os escritos judeus empregam os termos correspondentes *graphe* e *graphai* para escritura, freqüentemente como o adjetivo *hiera* ou *hagia*, ‘sagrada’ (e.g. 4Mc. 18,14; Mt. 21,42), os quais eram representados, em latim, pela palavra *scriptura* e, por fim, o inglês *scripture*. Comenta-se também repetidamente a leitura ‘[Moisés] Tomou o livro da Aliança e o leu para o povo ...’ (Ex. 24,7; Dt. 31,11; Jos. 8,34 [trad. BJ, 2006, p. 136, p. 297, p. 324])” (*Why was the written form of the sacred text so important in Judaism, and subsequently in Christianity and Islam? There is an ancient tradition that the first words of scripture were actually written down by God at Sinai on stone tablets: ‘the tablets were the work of God and the writing was the writing of God, graven on the tablets’ (Exod. 32:16). There are repeated references in the Bible to ‘the book of the covenant’, ‘the book of the law’ and the like. In Talmudic times scripture is referred to as ha-katub ‘the written (sc. word, verse, passage)’ and the third part of the Hebrew Bible is called the ‘Writings’ (Ketubim) (BT Ket. 50a), presumably shorthand for the ‘other writings’. In Greek, Jewish writers applied the corresponding terms graphe and graphai to scripture, often with the adjective hiera or hagia ‘sacred’ (e.g. 4 Macc. 18:14; Matt. 21:42), which was represented in Latin by the word scriptura and eventually English ‘scripture’. Reading is also repeatedly referred to: ‘Moses took the book of the covenant and read it in the hearing of the people...’ (Exod. 24:7; Deut. 31: 11; Josh. 8:34); SAWYER, 1999, p. 52-3).*

Ao contrário de outras religiões, nas quais tradições orais são importantes¹¹⁵, a judaico-cristã é fundamentalmente uma religião fundada num texto escrito: a *Bíblia*. Evidentemente, esse texto não tomou forma de maneira estanque – ou seja, de modo pronto, simultâneo e completamente acabado –, tendo seu cânone formado imediatamente e sem polêmicas¹¹⁶. Porém, se para o Judaísmo a *Torá* pode ser considerada como o núcleo

¹¹⁵ Deve-se lembrar, no entanto, das *Torás orais*, tais quais Sawyer (*op. cit.*, p. 69) comenta, ao falar da relação da *Mishná* com outros textos da tradição rabínica: [...] Um dos tratados, o *Aboth* ou os ‘Ditos dos Pais’, é diferente do resto e parece ter sido adicionado, mais ou menos, uma geração depois, para dar à *Mixná* um pouco de contexto histórico. *Aboth* começa com a afirmação de que a *Torá* oral remonta ao Sinai da mesma forma que a *Torá* escrita o faz, e, então, lista todos os ‘Pais’ numa série ininterrupta de tradição oral, desde Moisés, Josué, os Anciãos e os Profetas dos tempos bíblicos, desembocando em cerca de 240 da era comum. Doravante, a literatura religiosa judaica consistia quase que inteiramente de comentários verso-a-verso a respeito de seus dois cânones: o Talmud é um comentário sobre a *Mixná*, o cânon oral, e a *Midrash* é um comentário acerca do cânon escrito, a *Bíblia*. O Judaísmo torna-se, agora, a religião das duas *Torás*; e a *Torá* oral, agora na forma escrita no Talmud e no *Midrash*, tem a mesma autoridade que a *Torá* escrita” ([...] *One of the tractates, Aboth or the ‘Sayings of the Fathers’, is different from the rest and seems to have been added a generation or so later to give the Mishnah a kind of historical context. Aboth begins with the claim that .the oral Torah goes back to Sinai just as the written Torah does, and then lists all the ‘Fathers’ in an unbroken line of oral tradition from Moses, Joshua, the Elders and the Prophets of ancient biblical times down to c. 240 CE. From now on Jewish religious literature consisted almost entirely of verse-by-verse commentary on its two canons: the Talmud is a commentary on the Mishnah, the oral canon, and the Midrash is a commentary on the written canon, the Bible. Judaism had now become the religion of the dual Torah; and the oral Torah, now in written form in the Talmud and Midrash, had the same authority as the written Torah.*)

¹¹⁶ “Podemos ficar seguramente confiantes de que a primeira parte da escritura hebraica, a *Torá*, atingiu mais ou menos a sua forma escrita atual por volta do fim do século V a.e.c. [antes da era comum]. Tradições referentes a uma tradução grega da *Torá* no século III a.e.c. confirmam essa conclusão. A próxima data segura é cerca de 180 a.e.c., quando uma referência a ‘a Lei, os Profetas e os outros livros de nossos pais’, no prólogo ao livro do *Eclesiástico* (ou a *Sabedoria de Jesus ben Sira*), provê clara evidência de que a segunda parte da *Bíblia* hebraica estava disponível naquele momento, junto com alguma indicação de que a terceira parte já estava tomando corpo, se já não estava em sua forma final. Há uma tradição interessante, na qual pode haver alguma verdade histórica, de que Judas Macabeus, como Neemias dois séculos antes, era o responsável por fazer uma coleção dos escritos religiosos depois que a crise de 167-164 a.e.c. acabou (*2Mc. 2,4*). Os manuscritos do Mar Morto (c. 150 a.e.c.-70 e.c.) fornecem ampla evidência escrita para a existência da maioria dos livros da *Bíblia* hebraica, sendo notada a ausência apenas do Livro de Ester. A fórmula ‘a Lei e os Profetas’ ocorre com grande freqüência no Novo Testamento e em outra literatura judaica do período, por vezes, a fórmula ‘a Lei, os Profetas e os Salmos’, enquanto referências aos Salmos e a outras partes da *Bíblia* hebraica como Escritura, tornam-se cada vez mais comuns. Em meados do século II e.c., a forma escrita da Escritura hebraica estava completa e tornava-se conhecida pelo acrônimo *TaNaK*, ‘a *Bíblia*’, a partir das primeiras letras de suas três partes: *Torá*, *Nebi’im* e *Ketubi’in*” (*ibid.*, p. 52). (*We can be fairly confident that the first part of Hebrew scripture, the Torah, had reached more or less its present written form by the end of the fifth century BCE. Traditions about a Greek translation of the Torah in the third century BCE confirm that conclusion. The next firm date is c.180 BCE when a reference to the ‘Law, the Prophets and the other books of our fathers’ in the prologue to the Book of Ecclesiasticus (or the Wisdom of Jesus ben Sira) provides clear evidence that the second part of the Hebrew Bible was in existence by then, along with some indication that the third part was already taking shape, if not yet in its final form. There is an interesting tradition, in which there may be some historical truth, that Judas Maccabaeus, like Nehemiah two centuries earlier, was responsible for making a collection of religious writings after the crisis of 167-164 BCE was over (2 Macc. 2:4f). The Dead Sea Scrolls (c.150 BCE-70 CE) provide ample written evidence for the existence of most of*

“duro” da sua *Tanakh*, no Cristianismo, integram-se a ela como textos centrais – a despeito dos demais da *Bíblia* – os *Evangelhos*. Enquanto no primeiro está a narrativa da “Criação” e a “Lei de Moisés”, nos *Evangelhos* estão narradas as pregações de Cristo e sua história como “filho de Deus” no mundo. A sacralidade desses textos evoca uma série de preocupações quanto ao controle de seus (efeitos) de sentido, pouco prováveis para qualquer texto escrito na sociedade greco-romana¹¹⁷. O fato de conceber uma língua como sagrada intervém não só nas análises que se possa fazer dela, mas igualmente no controle

the books of the Hebrew Bible, only the Book of Esther being conspicuous by its absence. The formula, 'the Law and the Prophets', occurs with great frequency in the New Testament and other Jewish literature of the period, sometimes 'the Law, the Prophets and the Psalms', while references to the Psalms and other parts of the Hebrew Bible as scripture become increasingly common. By the second century CE, the written form of Hebrew scripture was complete, and became known by the acronym TaNaK, 'the Bible', from the initial letters of its three parts: Torah, Nebi'im and Ketubi'in).

¹¹⁷ No entanto, vale ressaltar a existência de algumas relações sacras com textos de autores romanos como, por exemplo, Virgílio: “Um exemplo elaborado da interpretação de textos sacros a partir dos princípios do Império Romano mostra que havia uma face muito mais sofisticada dessa interação entre literatura e religião em Roma. No ano 17 a.e.c., o Imperador Augusto encenou um *pageant* de três dias, conhecido como os *ludi saeculares*, isto é, jogos que celebravam o fim de uma era (*saeculum*) ou, dito de outra forma, a inauguração de uma nova era. Os *Quindécimviri*, entre os quais estava o próprio Augusto, encontram a autoridade escritural para a celebração nos livros sibilinos. Foi representado, como os *ludi saeculares* de 249 a.e.c., conforme o rito grego (*Achivo ritu*), mas transformado numa expressão explícita da consciência nacional romana-augustal. As divindades gregas do submundo, Plutão e Prosérpina, foram substituídos, no ritual, pelas divindades mais mundanas e vivíficas, Moras, Ilítias, *Terra Mater*, divindades gregas recém-introduzidas em Roma, que representavam, respectivamente, o Destino, o Nascimento, e a Mãe Terra. Sacrifícios especiais eram feitos em honra do deus romano supremo, *Jupiter Optimus Maximus*, e sua consorte, *Juno Regina*, bem como a Apolo e Diana, cujo templo augustal havia recentemente sido construído no monte Palatino. Mas o mais significativo, para nossos propósitos atuais, é o papel desempenhado pelos escritos de Virgílio, que havia morrido dois anos antes, durante o corre-corre para o festival. A *Eneida* de Virgílio já se tornara uma espécie de texto sagrado na Roma augustal, os *Carmen Saeculare* de Horácio contêm alguns exemplos extraordinários de como um texto desse tipo pode ser interpretado a fim de expandir e elucidar sua função, ao mesmo tempo em que dá especial autoridade ao seu intérprete.” (SAWYER, *op. cit.*, p. 153-154; *An elaborate example of the interpretation of sacred texts from earlier in the Roman Empire shows that there was a rather more sophisticated side to this interaction between literature and religion at Rome. In the year 17 BCE, the Emperor Augustus staged a three-day pageant, known as the ludi saeculares, that is to say, games celebrating the end of an era (saeculum) or, to put it another way, the inauguration of a new age. The Quindécimviri, among whom was Augustus himself, found scriptural authority for the celebration in the Sibylline Books. It was carried out, like the ludi saeculares of 249 BCE, in accordance with the Greek rite (Achivo ritu), but transformed into an explicit expression of Roman, Augustan national consciousness. The Greek underworld deities, Pluto and Proserpina, were replaced in the ritual by the more worldly and life-giving deities, Moerae, Ilithyiae and Terra Mater, Greek deities newly introduced to Rome, representing respectively Fate, Childbirth and Earth Mother. Special sacrifices were performed in honour of the supreme Roman god, Jupiter Optimus Maximus, and his consort, Juno Regina, as well as Apollo and Diana, whose Augustan Temple on the Palatine hill had recently been built. But most significant for our present purposes is the role played by the writings of Virgil, who had died two years earlier during the run-up to the festival. Virgil's Aeneid had already become something of a sacred text in Augustan Rome, and Horace's Carmen Saeculare contains some outstanding examples of how such a text can be interpreted to expand and elucidate its function, while at the same time giving special authority to the interpreter).*

sobre seus usos oficiais/ritualísticos. Tanto não é banal esse aspecto que o decoro dedicado a esse texto será decisivo não só na concepção posterior ocidental acerca do estatuto de *texto*, mas também na própria idéia de *língua*, uma vez que as possíveis distâncias percebidas entre a(s) língua(s) que está(ão) nos textos e aquela que é usada cotidianamente, será objeto de análise. Um exemplo da relação sacra com a língua pode ser visto nesta afirmação de Sawyer (*op. cit.*, p. 109):

A inspiração verbal é um tipo específico de inspiração segundo a qual cada palavra, cada letra do texto sacro, é divinamente inspirada e, por isso, infalível. A distinção que define algumas formas extremas de fundamentalismo moderno é dificilmente encontrada na Antigüidade, embora haja um monte de boas evidências, a partir tanto das fontes judaicas quanto das cristãs, de que cada letra tinha importância. Por exemplo, em caso em que havia diferentes maneiras de se grafar a mesma palavra, os comentadores judeus acreditavam que a escolha por uma ou por outra, num contexto particular, tinha sido deliberada e que exigia explicação. A palavra hebraica traduzida por “formado”, por exemplo, em *Gn.* 2,7 e 19, é grafada de duas maneiras, uma com um só *yod*, outra com dois. Os rabinos notavam que, quando se referia à criação do ser humano, tinha dois *yod* (v. 7), enquanto que, quando se referia à criação dos animais, tinha um só, e concluíam que era assim porque os seres humanos têm duas inclinações em sua natureza, uma má e outra boa, enquanto os animais apenas uma. Coincidentemente, a letra em questão, *yod*, é a menor do alfabeto hebraico, comparada ao “ápice”, um risquinho usado na formação de algumas letras, nos ditos de Jesus acerca da importância sempiterna e da autoridade de cada pequeno detalhe da Torá: “porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um só i, uma só vírgula da Lei sem que tudo seja realizado.” (*Mt.* 5, 17-18 [trad. *BJ*, 2006, p. 1711]). Como os rabinos, os Pais da Igreja acreditavam que, na Escritura, aí incluídos os mais recentes livros do Novo Testamento, não continha nada de supérfluo. Orígenes argumentava que “não há nenhum só iota ou risquinho escrito na Bíblia que, de fato, não exerça seu papel especial para aqueles capazes de usá-lo”, e Jerônimo sustentava que “cada palavra, sílaba, acento e ponto estão envolvidos por sentido.”¹¹⁸

¹¹⁸ *Verbal inspiration is a specific type of inspiration according to which every word, every letter of the sacred text, is divinely inspired and therefore inerrant. The distinction which defines some extreme forms of modern fundamentalism is hardly found in antiquity, although there is plenty of good evidence from both Jewish and Christian sources that every letter did have significance. For example, in cases where there were alternative ways of spelling the same word, the choice of one or the other in a particular context was believed by Jewish commentators to have been deliberate and required explanation. The Hebrew word translated ‘formed’, for example, in Genesis 2:7 and 19 is spelled in two ways, one with one Yodh, the other with two Yodhs. The rabbis noticed that when it refers to the creation of a human being it is spelled with two Yodhs (v. 7), while when it refers to the creation of animals it has only one, and concluded that this is because human beings have two inclinations in their nature, an evil inclination and a good inclination, while animals have only one. Incidentally, the letter in question, Yodh, is the smallest letter in the Hebrew alphabet, paired with the ‘tittle’, a tiny stroke used in the formation of some letters, in Jesus’ saying on the everlasting significance and authority of every tiniest detail of the Torah: ‘For truly I say to you till heaven and earth will pass away, not a jot or tittle [...] will pass from the law until all is accomplished’ (Matt. 5:17-18). Like the rabbis, the church fathers believed that scripture, including the more recent books of the New Testament, contained*

Num primeiro momento, para os cristãos, são sacras *par excellence* as línguas hebraica e grega, pois é justamente nessas línguas que estão redigidos os textos bíblicos. Se, no Judaísmo, não existiu nenhuma tentativa de sair da visão edênica do hebraico¹¹⁹, no Cristianismo, a tentativa de criar vínculos entre as duas línguas está presente em várias passagens do *Novo Testamento*. Por exemplo:

Ouvindo tais palavras, Pilatos levou Jesus para fora, fê-lo sentar-se no tribunal, no lugar chamado Pavimento, em *hebraico* Gábata.¹²⁰ (Jo. 19,13 *apud BJ*, 2002, p. 1890; grifos nossos)

Noutra passagem, no mesmo *Evangelho de João*:

Diz-lhe Jesus: “Maria!” Voltando-se, ela lhe diz em *hebraico*: “Rabbuni!”, que quer dizer “Mestre”.¹²¹ (Jo. 20.16 *apud BJ*, *op. cit.*, p. 1893; grifos nossos)

A situação de “hibridismo” é tamanha que mesmo na boca de Jesus, certamente, como judeu, conhecedor de hebraico¹²² e falante de aramaico, é colocada uma frase em que ele comparar-se-ia com letras do alfabeto grego:

Eu sou o Alfa e o Ômega, o *Primeiro* e o *Último*, o Princípio e o Fim.¹²³ (Ap. 22,13 *apud BJ*, *op. cit.*, p. 2167)

nothing superfluous. Origen argued that ‘there is not one jot or tittle written in the Bible which does not accomplish its special work for those capable of using it’, and Jerome maintained that ‘every word, syllable, accent and point is packed with meaning’.

¹¹⁹ Há, todavia, referências na *Tanakh* que apontam para diferenças entre as línguas pós-babélicas. Em *2Re* 18,26 e em *Dn* 2,4 fala-se de uma língua *aramaica* (adverbialmente, *’ārāmīṯ* אֲרָמִיִּשׁ), a qual, segundo o *Segundo livro de Reis*, é diferente (e incompreensível) para um falante de *judaico* (adverbialmente, *yehūdīṯ* / יְהוּדִיִּשׁ). Aliás, fala-se, em *Esdras* 4,7, da existência de uma grafia própria a essa língua aramaica. As passagens que se referem a essa língua aramaica, ao serem traduzidas na *Septuaginta* e na *Vulgata*, mudam-na de *aramaica* para *siriaca*: *syristi* (συριστί)/*syriace*, uma vez que a região de Arão, entre gregos e romanos, recebia o nome de “Síria”; cf. também *Orig.* IX, 2, 3.

¹²⁰ ὁ οὖν Πιλᾶτος ἀκουσας τῶν λόγων τούτων ἤγαγεν ἔξω τὸν Ἰησοῦν καὶ ἐκάθισεν ἐπὶ βήματος εἰς τόπον λεγόμενον λιθόστρωτον, Ἐβραϊστί δὲ Γαββαθα. / *Pilatus ergo cum audisset hos sermones adduxit foras Iesum et sedit pro tribunali in locum qui dicitur Lithostrotus hebraice autem Gabbatha.* (grifos nossos)

¹²¹ λέγει αὐτῇ Ἰησοῦς· Μαριάμ· στραφεῖσα ἐκείνη λέγει αὐτῷ Ἐβραϊστί· ραββουνι (ὃ λέγεται διδάσκαλε). / *dicit ei Iesus Maria conversa illa dicit ei rabboni quod dicitur magister.*

¹²² Cf. *At.* 26,14, onde Paulo narra seu encontro com Jesus no caminho de Damasco. Nele, Jesus falava “hebraico”.

¹²³ ἐγὼ τὸ ἄλφα καὶ τὸ ᾠ, ὁ πρῶτος καὶ ὁ ἔσχατος, ἡ ἀρχὴ καὶ τὸ τέλος. / *ego A et W primus et novissimus principium et finis.* Ademais, cf. *Ap.* 1,8 e 22,13.

Embora a cultura grega estivesse há muito tempo em contato com os povos da região palestina, é, no mínimo, curioso o fato de Jesus não ter dito, nessa atribuição, que era o *’álep* (אֵלֶּפֶת) e o *tāw* (אָו).

Posteriormente, os cristãos das cercanias romanas irão advogar pela sacralidade do latim, admitindo que Pedro escolhera Roma como a sede da Igreja. Ademais, o latim, assim como o grego e o hebraico, foi usado para se escrever na cruz do Cristo:

Pilatos redigiu também um letreiro e o fez colocar sobre a cruz; nele estava escrito: “Jesus Nazareu, o rei dos judeus”. Esse letreiro, muitos judeus o leram, porque o lugar onde Jesus fora crucificado era próximo da cidade; e estava escrito em *hebraico, latim e grego*.¹²⁴ (*Jo.* 19,19-20; *apud BJ*, 2002, p. 1891; grifos nossos)

Nesse trecho vale ressaltar a inversão usada por Jerônimo ao falar das três línguas; enquanto o texto grego do *Evangelho de João* apresenta a seqüência *hebraïstí, rômaïstí, hellênistí* (Ἑβραϊστί, Ῥωμαϊστί, Ἑλληνιστί, “em hebraico, romano e grego”), a *Vulgata* diz *hebraice, graece et latine*. Deixando de lado, por ora, a associação entre *rômaïstí e latine*, é notável que a ordem inversa da *Vulgata* de Jerônimo espousa a concepção dos cristãos latinos de que, assim como o hebraico e o grego, o latim seria sagrado e que, por isso, haveria um caminho, pelo o qual a *verdade* original andaria, saindo do hebraico, passando pelo grego e, finalmente, chegando ao latim. Ou seja, haveria uma *verdade hebraica* que, tendo já sido expressa em grego, poderia (e deveria) – porque o latim também é sacro – ser expressa em latim:

Como está descrito no Quarto Evangelho, a Encarnação repete a recepção, por Moisés, do nome de Deus e motiva a gramática e a etimologia cristãs: *in principio erat Verbum, Et Verbum erat apud Deum, Et Deus erat Verbum* (*Jo.* 1,1). Do mesmo modo que Deus, primeiramente, fez os hebreus conhecerem Seu nome divino e Sua presença imanente, assim também Ele, mais tarde, manifestou a Palavra como linguagem corpórea e carne a fim de realizar o sentido que os cristãos entendiam estar implícito na história salvífica veterotestamentária. A doutrina joanina do Logos, ressoando o conceito estóico do Logos, autorizava a

¹²⁴ ἔγραψεν δὲ καὶ τίτλον ὁ Πιλάτος καὶ ἔθηκεν ἐπὶ τοῦ σταυροῦ· ἦν δὲ γεγραμμένον· Ἰησοῦς ὁ Ναζωραῖος ὁ βασιλεὺς τῶν Ἰουδαίων. τοῦτον οὖν τὸν τίτλον πολλοὶ ἀνέγνωσαν τῶν Ἰουδαίων, ὅτι ἐγγὺς ἦν ὁ τόπος τῆς πόλεως ὅπου ἐσταυρώθη ὁ Ἰησοῦς· καὶ ἦν γεγραμμένον **Ἑβραϊστί, Ῥωμαϊστί, Ἑλληνιστί.** / *scripsit autem et titulum Pilatus et posuit super crucem erat autem scriptum Iesus Nazarenus rex Iudaeorum. hunc ergo titulum multi legerunt Iudaeorum quia prope civitatem erat locus ubi crucifixus est Iesus et erat scriptum hebraice graece et latine.* (grifos nossos)

ambigüidade, na gramática cristã, entre palavra e coisa, e a reorientação da autoridade gramatical em volta de uma pedagogia e de um ensino cristãos. Embora trabalhassem em grego e em latim, os Pais entendiam a tradução das Escrituras, a partir do Pentateuco Hebraico até a Septuaginta e a Vulgata, como a transmissão textual que expressava o contínuo desvelamento da palavra de Deus através da presença revelada da Própria Palavra. Como a origem do conhecimento, da realidade e da língua, o Logos poderia ser completamente percebido, só depois que se compreende o movimento diacrônico das *tres linguae sacrae*.¹²⁵ (AMSLER, 1989, p. 85)

Nesse aspecto, as disciplinas seculares, como a *grammatica*, serviam para defender a idéia de que há, a despeito das diferenças, um *sentido* “universal” guardado em algum lugar, seja na *ueritas hebraica* de Jerônimo, seja no *sentido interior* de Agostinho¹²⁶. Pois, a *grammatica*, transformada em *doctrina christiana* (cf. IRVINE, 1994, p. 169-189), é, nesse momento, o espaço da pesquisa do uno e não do múltiplo. Por isso, a etimologia vai, daqui em diante, atrás da origem das línguas sem se interessar pela *lingua mixta*.¹²⁷ A diversidade lingüística é uma das conseqüências da “soberba” humana. Cabe ao cristão, procurar aquele sentido universal que existia antes da “queda”. Diante de uma diversidade incontestada, ele tem de postular o além da linguagem, o uno, o transcendente, onde o verdadeiro sentido está guardado a sete chaves, por e para alguns. O contingente, o múltiplo, é perverso, inimigo de Deus, significa a existência de vários deuses e uma “ameaça” à verdade.

¹²⁵ As described in the Fourth Gospel, the Incarnation repeats Moses' reception of God's name and motivates Christian grammar and etymology: “in principio erat Verbum, Et Verbum erat apud Deum, Et Deus erat Verbum” (John 1:1). Just as God first gave the Hebrews knowledge of His divine name and His immanent presence, so He latter expressed the Word as corporeal language and flesh to fulfill the meaning which Christian understood to be implicit in Old Testament salvation history. The Johanine doctrine of the Logos, resonating with the Stoic concept of the Logos, authorized the equivocation in Christian grammar between word and thing and the reorientation of grammatical authority around a Christian pedagogy and literacy. Although working in Greek and Latin, the Fathers understood the translation of the scriptures from Hebrew Pentateuch to Septuagint to Vulgate as textual transmission which expressed the continuous unfolding of the word of God through the revealed presence of the Word Himself. As the origin of knowledge, reality, and language, the Logos could be fully received only after the diachronic movement of the *tres linguae sacrae* was comprehended.

¹²⁶ Cf. uma de suas cartas a Jerônimo (*Patrologia Latina* 29, col. 61a). No entanto, Agostinho preferiu o caminho da “semântica” para postular aquilo que chama de *sentido interior*, o universal, o fora da contingência e do arbitrário.

¹²⁷ Embora o cristianismo tenha sido fecundo em dar prestígio a certos(as) dialetos/línguas, essa visão partia da noção instrumental da transmissão da “Palavra”. A mensagem, no mundo, pode ser enunciada de maneira múltipla, mas o sentido é *um* só, preciso. Pode-se falar em qualquer língua no mundo, mas há *uma* que está além da diversidade. No período carolíngio, por exemplo, associou-se fortemente a suposta “degradação” do latim a um traço de “degradação moral”. O latim deveria ser *um*, o mesmo em toda cristandade.

Daí, o percurso linear hebraico-grego-latim abrirá espaço para inúmeros debates concernentes à linguagem, como, por exemplo, a questão da tradução, em busca da manutenção dessa verdade. Nas disputas entre as interpretações cristãs, o problema da tradução do VT era central, pois, para defendê-lo como parte fundamental das *Escrituras*, haveria de traduzi-lo de um modo que fosse possível perceber a “presença” de Cristo através dele. A obsessão pela *verdadeira* língua de Deus é patente nos “alexandrinos”. Eles partilham da idéia de que há, no texto hebraico, uma univocidade do significante, adâmica e, portanto, pré-babélica, que não deve ser obscurecida pela tradução, mesmo que o resultado torne-se opaco. A opacidade é, tautologicamente, rompida pelos comentários, os quais são considerados os mecanismos necessários para romper a alegoria e a opacidade e apresentar a verdade única do texto. Não é casual que as *Hexapla* de Orígenes, assim como os “livros” etimológicos de Jerônimo, sejam imensos trabalhos de *emendatio* (SAWYER, 1999, p. 90), cujos objetivos são, para o primeiro, encontrar – ao comparar o texto hebraico, a sua transliteração em alfabeto grego e quatro traduções gregas – o sentido verdadeiro das *Escrituras*; para o segundo, seria a base para produzir a *Vulgata*, tradução destinada a “recuperar” a *verdade hebraica* e suprimir outras versões latinas, tornando-se, ela própria, a *Biblia Sacra* da Igreja romana. Mesmo Agostinho, que não escreveu nenhum trabalho de *emendatio* propriamente dito, não ignorou a importância dela.

Basta uma anedota para avaliar a dimensão do problema: segundo a tradição, a *Septuaginta* receberia esse nome por se ter tratado de uma tradução da *Tanakh* engendrada por setenta e dois sábios judeus, 6 de cada uma das 12 tribos, falantes de grego, feita a pedido dum monarca grego; cada um dos sábios se teria isolado dos outros a fim de empreender a tradução. Ao final do trabalho, comparados os resultados, percebeu-se que não havia sequer uma vírgula divergente (cf. SAWYER, *op. cit.*, p. 82). Tal anedota revela, ademais, o grande “literalismo” de que padecem as traduções antigas da *Tanakh* (no caso da *Septuaginta*) e mesmo do *Novo Testamento* (no caso da *Vulgata*). Orígenes (ca. 185–c. 254 d.C.), no seu *Hexapla* (PG, v. 15, col. 143-144), cita uma versão de nome *Áquilas* (Ἀκυλας), cuja literacidade é patente. No primeiro verso do *Gênesis*, para traduzir o advérbio hebraico *bərēšīt* – o qual, como se viu, intitula o livro na tradição hebraica –,

derivado da raiz triconsonantal *r.ʾš.* (פ.א.ר), cujo sentido mais comum seria ‘cabeça’, mas que, por extensão, também poderia significar ‘primeiro, chefe, princípio’ etc., o autor dessa versão cria uma expressão que, provavelmente, seria inexistente, em grego, para dar conta do conteúdo semântico do equivalente hebraico: *en kephalaíōi* (ἐν κεφαλαίῳ, “na cabeça”). Ademais, para verter a marca de complemento determinado no acusativo *ʾēf* (אֵף), também inexistente em grego, usa *syn* (σὺν, “com”, cf. Orig. *Hex. apud PG*, v. 15, col. 144).

A hesitação entre qual registro de linguagem seria o mais “adequado” a uma prática pedagógico-pastoral cristã sempre esbarrou numa aporia: se o *sermo humilis* apresenta as qualidades básicas para a pregação, ou seja, clareza, frugalidade e, sobretudo, rápida inteligibilidade, o *assunto* de que um cristão evangelizador fala não deve, nem um pouco, parecer simples. Isto é, ao falar da “Verdade” e sua história desde a “Criação” até a “Revelação”, não se pode fazer de modo que pareça uma banalidade. Todos devem ouvir a “Palavra”, mas a “Palavra de Deus”, por mais simples que possa parecer, nunca deve ser entendida como banalidade:

[...] As formas arcaicas do latim clássico eram consideradas um impedimento para a disseminação da verdade cristã na língua do povo. Assim, o evangelismo cristão estimulou a teoria da tradução orientada ao auditório e da língua pragmática. Ao mesmo tempo, considerava-se que a língua da Bíblia (*sacra eloquia*) tinha sua própria gramática e retórica, seu próprio discurso, baseado na gramática e na retórica seculares, mas ultrapassando as regras por meio do poder da mensagem cristã. A gramática e a erudição imperiais representavam o poder e a autoridade concretos com os quais a comunidade cristã lutava, mesmo depois que o Cristianismo foi sancionado como uma religião oficial do Império em 390 d.C.¹²⁸ (AMSLER, 1989, p. 87).

Além disso, essa hesitação encontrava-se no centro da união entre as duas tradições, judaica e greco-romana, entre *Antigo* e *Novo Testamento*. Se, neste último, havia várias referências comuns ao mundo helenizado, no outro, trata-se de costumes e problemas

¹²⁸ [...] *The archaic forms of classical Latin were considered to be impediments to the dissemination of Christian truth in the language of the people. So Christian evangelism motivated a theory of audience-oriented translation and language pragmatics. At the same time, the language of the Bible (sacra eloquia) was considered to have its own grammar and rhetoric, its own discourse, based on secular grammar and rhetoric but exceeding the rules through the power of the Christian message. Imperial grammar and learning represented the very power and authority against which the Christian community was struggling, even after Christianity was sanctioned as an official religion of the Empire in 390 A.D.*

“exóticos” a uma tradição helênica. Se, no plano teológico e filosófico, havia mudanças importantes entre os *Testamentos*, no plano da análise da linguagem também. Enquanto o *Novo Testamento* se apresentava como bastante compreensível para alguém educado nas escolas do *grammaticus*, o Antigo, mesmo em traduções, mantinha-se mais opaco. Porém, a opacidade do Antigo Testamento, de certa forma, era defendida como registro de uma linguagem cifrada, que, mesmo em traduções, não deveria perder sua força¹²⁹. Se, por um lado, essa opacidade (ou mesmo absoluta incompreensão) poderia ser vista por um *grammaticus* secular como indício de pobreza estética e por um filósofo como uma pobreza “teórica”, por outro, os cristãos, advogando pela verdade “oculta” do texto, farão uso de um expediente bastante comum na crítica textual da Antigüidade: a alegoria. Para Irvine (1994, p. 246-7),

[...] a interpretação alegórica obscurece seu estatuto textual ao se apresentar não como um discurso secundário mas como a decodificação de um código anterior, a des-alegorização de uma superfície textual polissêmica. Em outras palavras, a interpretação alegórica fornece uma série de assunções que parecem reverter ou inverter o processo semiótico, apresentando o texto suplementar do comentário como o texto-objeto desnudo de alegoria, o texto verdadeiro desconhecido em si mesmo. [...] O comentário apresenta-se não como um trabalho dependente nem auto-suficiente, mas como a escrita de uma leitura, o texto-objeto-lido, um texto validado em sua afirmação de revelar a verdade de outro texto. [...] a interpretação alegórica inevitavelmente se esforça em representar o texto-objeto em sua forma unívoca, em grau zero, isto é, numa forma sem-estilo, não-metafórica, branca de escritura.

A alegoria também vem à tona como forma de garantir o primado da interpretação e, desde Paulo (*Gal.* 4,24), está aberto o caminho “autoral” para ela.

¹²⁹ “Ao comporem seus comentários exegéticos, os escritos da Patrística empregavam sobretudo a onomástica sagrada no Velho mais do que no Novo Testamento, dado que a interpretação dos nomes hebraicos arcaicos demonstravam as conexões entre os dois testamentos e, logo, a continuidade do Judaísmo e do Cristianismo no plano de Deus. O discurso da onomástica sagrada apresentava a “verdade hebraica” de Deus a um auditório helenizado e romanizado, e, ao reivindicar o resgate do *logos* cristão nos nomes hebraicos, opunha-se ao argumento exclusivista de Marcião e de outros de que as Escrituras hebraicas poluíam a mensagem cristã” (AMSLER, 1989, p. 83-4; cf. também p. 91-92). (*When composing their exegetical commentaries, the Patristic writers primarily applied sacred onomastics to the Old rather than the New Testament since the interpretation of archaic Hebrew names demonstrated the links between the two testaments and hence the continuity of Judaism and Christianity in God’s divine plan. The discourse of sacred onomastics presented God’s “Hebrew truth” to Hellenized and Romanized audiences and, by claiming to recover the Christian logos in Hebrew names, countered the exclusionist argument of Marcion and others that the Hebrew scriptures polluted the Christian message*).

então, a um leitor da versão dos LXX ou da *Vulgata*, o efeito de sentido tencionado nessa passagem? O que tem a ver “Abraão” com ser “pai de numerosas nações”? São nesses momentos em que a Etimologia deve operar. Ela que dirá, como faz Jerônimo no seu *Liber de nominibus hebraicis* – um verdadeiro dicionário onomástico –, que de “*Abram, pater excelsus*”, passou-se a “*Abraam, pater videns populum*”. Daí se entende que a passagem bíblica apenas deixa mais clara essa verdade do nome, ao parafraseá-lo; porém, nem sempre tal explanação acompanha os nomes.

No caso do *Novo Testamento*, a situação é diferente, pois as obscuridades podem se dar, novamente, pela referência a nomes de pessoas ou lugares de origem hebraica – e, como foi visto, sempre que possível o próprio texto traz algum equivalente –, mas, em geral, os jogos de palavras cunhados no grego são eventualmente reproduzidos nas traduções latinas. Por exemplo:

Também eu te digo que tu és *Pedro*, e sobre esta *pedra* edificarei minha Igreja, e as portas do Hades nunca prevalecerão contra ela.¹³³ (*Mt. 16,18 apud BJ, 2002, p. 1733-4; grifos nossos*)

Aqueles que desconhecem os valores etimológicos são incapazes de compreender alegoricamente o que se descreve na narrativa. No caso dos “pagãos”, a sua incompreensão não vê a verdade histórica do Cristianismo, que, ao contrário da multidão de fábulas contadas pelos poetas gregos e romanos, conta na *Bíblia* de Moisés a Cristo o que aconteceu de fato. E, segundo foi visto, já as obras pagãs falavam de elementos do Deus cristão do qual eles desconheciam por não saberem ler corretamente¹³⁴. Quanto aos judeus, o problema reside também na má leitura da *Bíblia*, especialmente dos livros proféticos.

duas formas dialetais do mesmo nome e significar igualmente: ‘Ele é grande quanto ao seu pai, ele é de nobre linhagem.’ Mas Abraão é explicado aqui pela assonância com *ab’hamôn*, ‘pai de multidão’”.

¹³³ καὶ γὰρ δέ σοι λέγω ὅτι σὺ εἶ Πέτρος, καὶ ἐπὶ ταύτῃ τῇ πέτρᾳ οἰκοδομήσω μου τὴν ἐκκλησίαν καὶ πύλαι ᾧδου οὐ καταχύσουσιν αὐτῆς. / *et ego dico tibi quia tu es Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam et portae inferi non praevalebunt adversum eam.* (grifos nossos)

¹³⁴ “[...] A quarta Écloga de Virgílio, com suas referências à profecia de uma nova era, muito cedo foi recebida na tradição cristã como um exemplo de ‘preparação ao Evangelho’, que apareceu na cultura greco-romana. [...] O texto de Virgílio foi relido, nas comunidades textuais cristãs, com os mesmos códigos exegéticos usados na Antigüidade tardia – os que eram fornecidos pela *grammatica* – mas com um discurso ideológico e filosófico diferente” (IRVINE, 1994, p. 120-1). ([...] *Vergil’s Fourth Eclogue, with its references to the prophecy of a new age, was accepted early in Christian tradition as an example of “preparation for the Gospel” that appeared in Graeco-Roman culture. [...] The text of Virgil was reread in Christian textual communities with the same exegetical codes used in late antiquity – those supplied by grammatical – but with a different ideological and philosophical discourse*).

Neles, há vários elementos que apontam a vinda do filho de Deus na terra, da sua futura Igreja, da Trindade, ou seja, toda a dogmática vindoura cristã já estava, alegoricamente, anunciada.

Se podemos considerar a tradução como uma forma de comentário, entramos, então, naquilo que Foucault (2005, p. 21-25) define como uma das formas de controle discursivo:

Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. [...] suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”; em certa medida textos científicos. É certo que esse deslocamento não é estável, nem constante, nem absoluto. Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e, de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar. Mas embora seus pontos de aplicação possam mudar, a função permanece; e o princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostos em jogo. O desaparecimento radical desse desnivelamento não pode nunca ser senão um jogo, utopia ou angústia. Jogo, à moda de Borges, de um comentário que não será outra coisa senão a reaparição, palavra por palavra (mas desta vez solene e esperada), daquilo que ele comenta; jogo, ainda, de uma crítica que falará até o infinito de uma obra que não existe. Sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos. [...] gostaria de me limitar a indicar que, no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente

aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Segundo Sawyer (1999, p. 73), até fins do século II d.C., não havia nenhuma lista fixa dos livros de que os cristãos deveriam fazer uso. Em geral, mantinha-se uma tradição judaica de observância da *Torá* e de uso dos *Profetas* como livros autorizados, além dos *Evangelhos*, por conterem os ensinamentos de Jesus. Mas não havia ainda uma *Bíblia* comparável, e.g., a *Vulgata* de Jerônimo. Vários textos paralelos (apócrifos)¹³⁵ eram utilizados por várias comunidades cristãs como escritos auxiliares daqueles considerados sagrados. É, sobretudo, graças às polêmicas com os gnósticos¹³⁶ que se começou a desenvolver uma lista fixa dos escritos que deveriam ser sagrados para Cristianismo e dos que não deveriam ser. Nessa “escolha”, evidentemente, também se dizia quem era cristão e quem não era. A grande reação aos gnósticos produziu-se entre os “alexandrinos”, iniciada na figura de Clemente de Alexandria, o qual afirmava haver “uma ‘regra de verdade’ ou ‘da igreja’, correspondente ao testemunho unificado dos apóstolos”, além de sustentar, ainda, a *unidade das Escrituras* (TRIGG, 1998, p. 4; grifo nosso). Afirmava-se, com isso, o *sema* do uno contra o múltiplo: deveria ser um só texto, um só Deus, uma só verdade.

A resposta, “cientificamente” autorizada, aos gnósticos deu-se, sobretudo, por meio dos comentários. Vemos um exemplo disso numa passagem do *Comentário ao Evangelho de João* de Orígenes, em que o autor rivaliza com uma interpretação gnóstica acerca de Jo. 4,28, onde, supostamente, se faria referência à ligação entre os dois “testamentos”. Orígenes, seguindo a tradição “alexandrina” de crítica textual, ao utilizar o método do explicar “Homero a partir de Homero” (SAWYER, *op. cit.*, p. 148), argumenta que Heracleon, o interlocutor gnóstico em questão, “carece” de “acuidade” (*akribeia*), dado

¹³⁵ Apócrifo, significava, nesse período, “escritos secretos”. Mais tarde, com a consolidação da ortodoxia, ‘apócrifo’ ganhou a conotação de “falso”, ou seja, de não referendado como parte da ‘unidade’ da *Bíblia*.

¹³⁶ Marcião, p. ex., recusava os escritos da *Tanakh* e tudo aquilo que tivesse “influência judaica”, da qual somente o *Evangelho de Lucas* e dez das cartas paulinas, em especial, *Gálatas*, poderiam estar livres. (Cf. Sawyer, 1999, p. 73)

que “impõe uma interpretação determinada por sua própria teologia heterodoxa mais do que pela lógica própria do texto”¹³⁷ (TRIGG, 1999, p. 150-1; grifos nossos). A falta de acuidade é revelada pelo modo como Heracleon, segundo Orígenes, interpreta ὑμεῖς (*hymeís*, “vós”) na dita passagem. O *éthos* do comentador põe em contraste uma interpretação – que seria particular, contingente, baseada numa teologia qualquer – com aquela que se inscreve na lógica do texto, ou seja, a da ortodoxia, a qual é referendada pela *grammatica* e proíbe múltiplas interpretações.

Mas é no prefácio ao seu comentário que ele defende claramente a “unidade” das *Escrituras*:

[...] o início do evangelho – com efeito, ele tem um tamanho que inclui *um início, uma continuação, um meio e um fim* – certamente ou é *todo o* antigo testamento, sendo João uma representação dele, ou, por causa da *união do* velho com o novo, é o fim do velho pelo que é apresentado por João. [...] Por isso, impressiona-me o modo os heterodoxos atribuem ambos os testamentos a *dois deuses*, uma vez que são desautorizados por nada menos que o próprio texto. (Orígenes, *Comm. in Ioann.*, *apud* Trigg, 1998, p. 118; grifos nossos)¹³⁸

Nessa passagem, está claro, pelo uso dos determinantes, que “o texto” está dado *a priori*. A análise “apenas” confirma esse *a priori*, apesar desse aspecto estar “apagado” no discurso. Novamente, o “mal da multiplicidade” está representado, agora na figura dos “heterodoxos”.

Muito tempo depois, em fins do século IV, os maniqueus, segundo Agostinho, mantinham dúvidas sobre a unidade dos testamentos. No seu *De Genesi contra Manichaeos*, o bispo de Hipona (2005, p. 532-4) “reproduz” os argumentos adversários, aos quais responde em moldes alexandrinos:

Já podemos comentar a passagem da qual os maniqueus costumam zombar com maior descaro que imperícia, ou seja, o estar escrito que Deus, após ter feito o céu e a terra e tudo o mais, descansou no sétimo dia de todas as suas obras [...]. Eles dizem: “Que necessidade havia de Deus descansar? Estava, talvez, cansado e sem forças devido às obras dos seis dias?” E acrescentam também o testemunho do

¹³⁷ [...] imposes an interpretation determined by his own heterodox theology rather than by the logic of the text itself.

¹³⁸ [...] the beginning of the gospel (for it has magnitude, including a beginning, a continuation, a middle and an end) is either the whole Old Testament, of which John is the type, or, by virtue of the connection between the Old and the New, it is the end of the Old represented by John. [...] Therefore it shocks me how the heterodox can attach the two Testaments respectively to two gods, since they are reproved by no less an authority than this text itself.

Senhor, onde diz: *Meu Pai trabalha sempre*; e com isso enganam a muitos despreparados, os quais se esforçam por convencer de que o Novo Testamento contraria o Antigo Testamento. [...] De acordo com este sentido figurado, resolvem-se sem qualquer dificuldade muitas questões das divinas Escrituras para aqueles que já conhecem o sentido alegórico. Estas figuras aparecem também muito em nosso modo de falar, ao dizermos “um dia alegre”, porque nos torna alegre; e “um frio indolente”, porque nos incita à preguiça; e “uma fossa cega”, porque não a vemos; e “uma linguagem polida”, porque se usam palavras eruditas: finalmente, dizemos também “um tempo sereno”, porque estamos livres de todas as adversidades.

4.

ISIDORO DE SEVILHA E SUA “ENCICLOPÉDIA” ETIMOLÓGICA

Chega-se, pois, a Isidoro de Sevilha. Considerado o último “Padre da Igreja”¹³⁹, ele teve importante atuação dentro da Igreja da Hispânia sob domínio visigótico, de cujo episcopado hispalense tornou-se bispo. Desde sua época experimentou grande fama entre os autores eclesiásticos – sendo citado seja por simpatizantes (caso de Alcuíno), seja por desafetos (caso de Beda) – e mesmo entre a população, porquanto, em meados do séc. X d.C., teve seu nome associado a um culto, cuja fama fez com que a Igreja de Roma o canonizasse no séc. XVI. Por fim, também recebeu, já no séc. XVII, a insígnia de Doutor da Igreja, além de ser considerado, hoje, patrono/padroeiro da Filologia e da Internet. Seu “papel” sempre foi visto, seja pela história eclesiástica, seja pela história da ciência, como uma espécie de compilador, enciclopedista, ao qual se deveria agradecer por ter guardado os “tesouros” da Antigüidade. Uma visão “otimista”, já que há, em contrapartida, aqueles que não enxergam em sua obra, especialmente a etimológica, senão fantasias e engodos dignos de uma concepção de mundo irracionalista. Porém, tais visões derrapam naquela dicotomia que coloca, de um lado, a obra de um autor como um produto “puro” das

¹³⁹ Sobre a importância desses para se fazer a história das reflexões sobre a língua(gem), cf. Swiggers (1992, p. 76): “Os Pais da Igreja têm seu lugar na história das teorias lingüísticas, e isso por várias razões: as preocupações e as discussões teológicas na Antigüidade estão indissociavelmente ligadas à reflexão sobre a linguagem (suas funções e sua relação com o pensamento e com a realidade), e elas pressupõem conhecimentos gramaticais e semióticos aprofundados, freqüentemente abordados por esses mesmos autores. O pano de fundo de sua reflexão caracteriza-se pela continuidade em relação ao pensamento antigo (sobretudo o neoplatonismo e certos temas da filosofia aristotélica, estóica e epicurista) e pelo impacto da moral cristã e dum texto constituído, no primeiro milênio, como um cânon numa parte do mundo semita e no mundo europeu: a Bíblia, nas suas versões hebraica e samaritana do Antigo Testamento, e nas versões grega (Septuaginta e Novo Testamento), siríaca, latina (*Vetus latina*, Vulgata), gótica, eslava etc.” (*Les Pères de l'Eglise ont leur place dans l'histoire de théories linguistiques, et cela pour plusieurs raisons: les préoccupations et les discussions théologiques dans l'Antiquité sont indissociablement liées à la réflexion sur le langage (ses fonctions et son rapport avec la pensée et la réalité), et elles présupposent des connaissances grammaticales et sémiotiques approfondies, souvent mises en place par ces auteurs mêmes. L'arrière-fond de leur réflexion peut être caractérisé par la continuité avec la pensée antique (surtout le néo-platonisme et certains thèmes de la philosophie aristotélicienne, stoïcienne et épicurienne) et par l'impact de la morale chrétienne et d'un texte qui s'est constitué au premier millénaire comme un canon dans une partie du monde sémitique et dans le monde européen: la Bible, dans ses versions hébraïque et samaritaine de l'Ancien Testament, et dans les versions grecque (Septante et Nouveau Testament), syriaque, latine (Vetus latina, Vulgate), gotique, slave, etc).*

“idéias”, e o próprio autor¹⁴⁰ no mundo como um outro âmbito da questão. Como já enunciado antes, a análise aqui proposta vale-se duma articulação entre esses dois âmbitos da autoria, isto é, o debate com uma tradição e o diálogo com a sociedade circundante, além do próprio debate com outras obras.

Para Fontaine (1979, p. 9-10), as apreciações menoscabantes acerca do trabalho intelectual isidoriano devem-se a uma questão historiográfica mais de fundo, a saber, uma idéia de progresso subjacente que concebe o período de descentralização do poder nas regiões sob domínio romano como uma espécie de decadência. É essa visão que permite classificar o Hispalense como um mero compilador, já que, diante da decadência só restaria recolher os cacos da tradição perdida. No entanto, fazendo uso de uma nomenclatura menos “teleológica”, aquela de *Antigüidade tardia* – que dá ênfase ao aspecto sintetizador desse período –, Fontaine (*loc. cit.*) afirma:

*A Antigüidade tardia surge para nós, assim, como a época de novas sínteses, que são procuradas e confirmadas sem descontinuidade até o fim da alta Idade Média. A época da cultura de Isidoro de Sevilha, para ser assimilada realmente, deve ser melhor situada no tempo e no espaço que a condicionam [...]. Parece-nos [...] metodologicamente correto interrogarmos, em primeiro lugar, sobre as origens e a formação dessa cultura no quadro mais geral da gênese da cultura da alta Idade Média, na Antigüidade tardia que imediatamente a precedeu. Isso permitirá alargar a óptica tradicional dos especialistas da Antigüidade, que viam em Isidoro somente “o último filólogo antigo”, isolando, assim, de modo quase abstrato, as suas Etimologias. O que significava, na prática, separá-las do resto de uma obra considerável, cujo centro de gravidade religioso é seguramente o mais importante; e isolá-la, por isso, de suas funções coetâneas na Espanha do início do século sétimo [...]. Ademais, os filólogos clássicos isolavam Isidoro de toda a cultura da Antigüidade tardia da qual a enciclopédia isidoriana se nutria imediata e diretamente. O absurdo de uma tal abstração conduziu as teses da filologia alemã do início do nosso século: a tese dos *Quellenforscher*, obcecados pela descoberta da *Einzelquelle* – desaparecida, naturalmente! –; a tese de*

¹⁴⁰ Para Foucault, a obra revelaria-se, – através de uma “operação interpretativa” específica para cada autor, que “[...] decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo [...]” – “[...] como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda determinações históricas a que estava preso” (1971, p. 35). A respeito do autor, “seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao menos desde uma certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor [...]” (2005, p. 28-9), função que ele próprio define como: “[...] ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” (*id.*, 2001, p. 279-80).

Reifferscheid e Schmeckel que pretendiam descobrir na obra de Isidoro a integridade dos *Prata* de Suetônio – ignorando soberbamente o desenvolvimento da cultura da Antigüidade tardia no meio milênio que separa Suetônio de Isidoro!¹⁴¹

E, advogando pela articulação entre o “homem de ação” e o intelectual, Fontaine (*loc. cit.*) conclui:

Romper esse triplo isolamento significa, acima de tudo, tomar consciência de que o homem que escreveu as *Etimologias* era bispo, irmão e sucessor de Leandro de Sevilha, o qual, há pouco, tinha inspirado e conseguido a conversão do rei Recaredo e de todo o povo visigótico ao catolicismo. Reorganizador da Igreja espanhola, Isidoro prossegue e completa a obra do irmão. Conselheiro real – em particular do rei letrado Sisebuto –, fomentador e estimulador do quarto Concílio nacional de Toledo, onde Isidoro dá, por assim dizer, em 633, a nova “constituição” à Igreja da Espanha e ao reino de Toledo. Um homem de ação desse tipo, investido de tão grande responsabilidade, não pode ser tratado por *philologus* na mesma linha de Élio Estilão ou também de Varrão...¹⁴²

4.1. CIRCUNSTÂNCIA POLÍTICA E SABER

Independentemente de como se julgue hoje as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, quer se ache que não passa de um “manual” caótico de informações, quer sejam apreciadas por sua síntese criativa, a recepção do texto desde os primeiros momentos de sua circulação permite enquadrá-lo na pesquisa alemã da *Wirkungsgeschichte* (“história do

¹⁴¹ *La tarda Antichità ci appare così come l'età di nuove sintesi, che si cercano e si affermano senza discontinuità fino all'alto Medio Evo. L'età della cultura di Isidoro di Siviglia, per essere capita appieno, deve essere meglio situata nel tempo e nello spazio che la condizionano [...]. Ci sembra [...] metodologicamente corretto interrogarci in primo luogo sulle origini e la formazione di questa cultura nel quadro più generale della genesi della cultura dell'alto Medio Evo, nella tarda Antichità che l'ha immediatamente preceduto. Ciò permetterà di allargare l'ottica tradizionale degli specialisti dell'Antichità, che vedevano in Isidoro solo “l'ultimo filologo antico”, isolando così in modo quasi astratto le sue Etimologie. Il che significava in pratica separarle dal resto di un'opera considerevole, il cui centro di gravità religioso è sicuramente il più importante; e isolarle, perciò, dalla loro funzione attuale nella Spagna dell'inizio del settimo secolo [...]. Ancora, i filologi classici isolavano Isidoro da tutta la cultura della tarda Antichità di cui l'enciclopedia isidoriana si era immediatamente e direttamente nutrita. L'assurdità di una tale astrazione ha condotto alle tesi della filologia germanica dell'inizio del nostro secolo: la tesi dei Quellenforscher, ossessionati dalla scoperta dell'Einzelquelle – scomparsa, naturalmente! –; la tesi di Reifferscheid e Schmeckel che pretendevano di ritrovare nell'opera di Isidoro l'integralità dei Prata di Svetonio – superbamente ignorando lo sviluppo della cultura della tarda Antichità nel mezzo millennio che separa Svetonio da Isidoro!*

¹⁴² *Rompere questo triplice isolamento, significa innanzitutto prendere coscienza che l'uomo che ha scritto le Etimologie era vescovo, fratello e successore di Leandro di Siviglia, che, da poco, aveva ispirato e ottenuto la conversione del re Recaredo e di tutto il popolo visigoto al cattolicesimo. Riorganizzatore della Chiesa spagnola, Isidoro prosegue e completa l'opera del fratello. Consigliere reale – in particolare del re letterato Sisebuto –, promotore e animatore del quarto Concilio nazionale di Toledo, Isidoro vi dà, per così dire, nel 633, la nuova “costituzione” alla Chiesa di Spagna e al regno di Toledo. Un tale uomo d'azione, investito di così grandi responsabilità, non può essere trattato da philologus alla stessa stregua di Elio Stilone o anche di Varrone...*

impacto”). Para se ter uma idéia da difusão, Díaz y Díaz (2004, p. 200) cita um estudo que compreende

[...] mais de mil referências, escalonadas, no tocante ao tempo, entre os séculos VIII e XV; e a lista não pode ser completamente estimada, porque, além dos fragmentos encontrados recentemente, faltam os manuscritos atualmente depositados em bibliotecas americanas. Não surpreende em nada que, aplicando um cálculo normal, se possa estimar em cinco mil o número de cópias que provavelmente existiram dessa obra.¹⁴³

Ademais, Díaz y Díaz (*op. cit.*, p. 200, n. 96) lembra o fato de, em meados do século XX, terem sido encontrados manuscritos das *Etimologias* em St. Gallen, “[...] escritos em letra irlandesa de fins do século VII, [...] que são, até o momento, não só os mais antigos testemunhos manuscritos de Isidoro, mas também a primeira das peças em escritura insular”¹⁴⁴. Isso, por si só, revela o quão rápido e distante o texto difundiu-se por toda a Europa. Donde, na sua pesquisa da difusão manuscrita das *Etimologias*, o estudioso espanhol alerta que a busca deve limitar-se ao século IX, dado que “[...] depois resultaria impropriedade e impossível, porque é tão grande a presença dessa obra em todas as partes e em todos os centros de instrução, que carece de sentido buscar seus caminhos”¹⁴⁵ (*ibid.*, p. 207).

Dessa difusão, dois aspectos, interligados entre si, chamam a atenção. Primeiro, a voga que a obra isidioriana experimentou entre os autores chamados “insulares”, ou seja, aqueles oriundos das terras onde atualmente é o Reino Unido.

Bischoff chamou atenção para o papel que tiveram, na difusão de Isidoro, os monges peregrinos que a partir da Irlanda e dos reinos da Grã-Bretanha se expandiram continuamente pelo continente desde os fins do século VII ao longo do século VIII. Em Aldhelmo de Malmesbury, em fins do século VII, encontramos o primeiro escritor de renome de que se pode afirmar que leva em conta e, inclusive, busca obras do sevilhano. A permanência deste nos cenóbios insulares e a importância que foi adquirindo deduzem-se da posição crítica que

¹⁴³ [...] más de mil referencias, escalonadas, por lo que hace al tiempo, entre los siglos VIII y XV; y el elenco no puede estimarse completo, porque, además de fragmentos hallados recientemente, faltan los manuscritos actualmente depositados en bibliotecas americanas. No sorprende nada que, aplicando un cálculo normal, pueda estimarse en cinco mil el número de copias que probablemente existieron de esta obra.

¹⁴⁴ [...] escritos en letra irlandesa de fines del siglo VII, [...] que son por el momento no solamente los más antiguos testimonios manuscritos de Isidoro, sino también la primera de las piezas en escritura insular.

¹⁴⁵ [...] después resultaría impropriedade e imposible, porque es tan grande la presencia de esta obra en todas partes y en todos los centros de instrucción, que carece de sentido buscar sus caminos.

adota Beda, que plagia, imita e discute abundantemente Isidoro.¹⁴⁶ (*ibid.*, 2004, p. 206)

Segundo, viu-se que há quem ache que é a influência desses autores insulares nos debates acerca da pronúncia correta do latim que ajudará a engendrar a idéia de que havia uma decalagem entre a língua latina usada de fato nesse período da Idade Média e aquela da época de Cícero, o que levou a distinção entre *romance* e *latim*. Esse acontecimento liga-se à importância que o chamando “renascimento carolíngio” experimentara na Europa. Ora, no limite, a obra isidoriana está, ao lado de Donato, Prisciano, Cassiodoro, entre outros, no centro da *norma rectudinis* carolíngia. Alcuíno de Iorque, figura proeminente na corte de Carlos Magno, “[...] o genial renovador da educação carolíngia” foi um dos que “[...] não desperdiçou a ocasião de exaltar e empregar a fundo Isidoro” (*ibid.*, p. 207)¹⁴⁷. Destaca-se, também, nesse contexto, a mescla de duas maneiras de conceber a antiga *grammatica*, uma mais interessada na língua *per se* – embora sempre com a dimensão da *lectio* no horizonte – e outra mais vinculada à interpretação, em que as *Etimologias* é obra maestra. Assim, pode-se supor que a suposta dicotomia entre os ramos da *grammatica*, mesmo que enunciadas pelos próprios textos antigos, não chegavam a ser excludentes. Mas, a presença do Hispalense, é patente:

[...] Alcuíno conheceu muito e usou abundantemente, sobretudo, as *Etimologias* e o tratado *De rerum natura*; pois bem, disse sobre Isidoro que “não houve ninguém na Hispânia mais preclaro que ele”. [...] “Isidoro, o preclaríssimo mestre não só da Hispânia, mas também de todas as Igrejas que se expressam em latim”. Nesse elogio, parece-me possível descobrir, de uma só vez, um reconhecimento do valor universal de Isidoro, uma censura a Elipando que se alardeava de apresentá-lo e reclamá-lo como honra da Hispânia, e uma homenagem velada mas real ao papel desempenhado por Isidoro na promoção e fortalecimento dos estudos latinos naquele tempo, de que Alcuíno tinha experiência pessoal e definitiva.¹⁴⁸ (*ibid.*, p. 222-223)

¹⁴⁶ Bischoff ha llamado la atención sobre el papel que en la difusión de Isidoro han jugado los monjes peregrinos que desde Irlanda y los reinos de Gran Bretaña se expandieron continuamente por el continente desde finales del siglo VII a lo largo del siglo VIII. En Aldhelmo de Malmesbury, a fines ya del siglo VII, encontramos el primer escritor de renombre del que se puede afirmar que tiene en cuenta y busca incluso obras del sevillano. La permanencia de éste en los cenobios insulares y la importancia que fue adquiriendo se deducen de la posición crítica que adopta Beda, que plagia, imita y discute abundantemente a Isidoro.

¹⁴⁷ [...] el genial renovador de la enseñanza carolingia que no desperdició ocasión de ensalzar y emplear a fondo a Isidoro.

¹⁴⁸ [...] Alcuino conoció mucho y usó abundantemente, sobretudo, las *Etimologias* y el tratado *De rerum natura*; pues bien, dice de Isidoro que “no hubo nadie en Hispania más preclaro que él”. [...] “Isidoro, el preclarísimo maestro no sólo de Hispania, sino también de todas las Iglesias que se expresan en latín”. En

Claro é que a eminência eclesiástica e política de Isidoro deve ter contribuído para facilitar as reproduções de sua obra. As *Etimologias* foram dedicadas ao então rei da Hispânia, Sisebuto, e as últimas correções póstumas foram levadas a cabo pelo bispo de Saragoça, Bráulio. O *corpus* isidoriano sempre é atravessado pela dimensão política do saber, pois, como afirma Fontaine (1999, p. 481): “Homem de Igreja e, indiretamente, de Estado, assim como ‘scholar’ devotado ao culto das musas cristãs, bispo antes de ser escritor, e escritor porque pastor consciente de suas responsabilidades”¹⁴⁹. Portanto, é, sobretudo, com essa dimensão político-pastoral no horizonte que a obra do bispo de Sevilha deve ser examinada:

A formação intelectual e espiritual dos clérigos, dos monges, mais também dos laicos destinados às responsabilidades políticas, é importante para esse bispo amigo dos monarcas. É para uso deles que ele multiplica os manuais de iniciação litúrgica, exegética, teológica (os três livros das *Sentenças* anunciam as “sommas” medievais). Não se esquecendo de que toda cultura começa pela manutenção precisa de uma língua, ele atenta para a gramática e para os saberes profanos. Sua obra culmina nos vinte livros das *Etimologias sobre a origem de certas coisas*. Inspirada, de longe, no seu conteúdo, sua forma, e, sobretudo, sua orientação ao mesmo tempo erudita e “romana”, pela obra do “antiquário” latino Varrão, essa imensa “enciclopédia”, num sentido ainda antigo e já medieval, abarca, entre as sete artes e as técnicas materiais, o direito, a medicina, os saberes sacros e as ciências naturais. Seu autor foi também historiador, poeta, liturgista.¹⁵⁰ (*ibid.*, p. 480-81)

Por meio desse “saber total”, Isidoro opera uma “tradução” dos saberes seculares na “língua” cristã, acomodando esse “outro” nos limites de sua semântica de

este elogio me parece poder descobrir-se a la vez un reconocimiento del valor universal de Isidoro, un reproche a Elipando que alardeaba de presentarlo y reclamarlo como honra de Hispania, y un homenaje velado pero real al papel desempeñado por Isidoro en la promoción y fortalecimiento de los estudios latinos en aquel tiempo, de que Alcuino tenía experiencia personal y definitiva.

¹⁴⁹ *Homme d’Église et, indirectement, d’État, tout autant que “scholar” voué au culte de muses chrétiennes, évêque avant d’être écrivain, et écrivain parce que pasteur conscient de ses responsabilités.*

¹⁵⁰ *La formation intellectuelle et spirituelle des cleres, des moines, mais aussi des laïcs destinés aux responsabilités politiques, importe à cet évêque ami des monarques. C’est à leur usage qu’il multiplie les manuels d’initiation liturgique, exégétique, théologique (les trois livres des Sentences annoncent les “sommes” médiévales). N’oubliant pas que toute culture commence par le maniement précis d’une langue, il est attentif à la grammaire et aux savoirs profanes. Son œuvre culmine dans les vingt livres des Étymologies sur l’origine de certaines choses. Lointainement inspirée, dans son contenu, sa forme, et surtout son orientation à la fois érudite et “romaine”, par l’œuvre de l’“antiquaire” latin Varron (le contemporain d’Octave Auguste), cette immense “encyclopédie”, en un sens encore antique et déjà médiévale, embrasse, entre les sept arts et les techniques matérielles, le droit, la médecine, les savoirs sacrés et les sciences naturelles. Son auteur fut aussi historien, poète, liturgiste.*

mundo. Essa forma aparentemente mais “sutil” de polemizar teve também, como se viu, suas razões históricas específicas. Ao contrário de outros períodos em que a polêmica “aberta” era a opção mais escolhida por certos autores cristãos – Tertuliano, Agostinho, em séculos anteriores; Beda, mais tarde –, a situação política da Hispânia no momento em que a obra *lato sensu* (pastoral, eclesiástica, intelectual etc.) de Isidoro emerge, era de ténue estabilidade. No entanto, a eficiência desse filtro mais ou menos “velado” dos saberes seculares foi, em grande medida, decisivo para “cristianizar” autores como Virgílio, Cícero, retirando-lhes o que poderia haver de perigoso.

Enquanto os escritos de Isidoro incluem um material muito grande proveniente da cultura secular (astrologia, direito, medicina, assim como as artes teóricas e práticas), eles são quase sempre situados dentro do programa de aprendizado monástico. Como Cassiodoro e Benedito em seus programas de aprendizado associados aos mosteiros em Vivurum e no Monte Cassino, Isidoro molda o conhecimento pagão e mundano no interior de uma nova cena de leitura cristã. Suas abordagens da gramática técnica provê o conhecimento básico para os ofícios monásticos da *lectio, cantus e scribendus*, e ele presta especial atenção às origens hebraicas do conhecimento e das artes. Mesmo que Isidoro continue o antigo discurso enciclopédico da *Historia naturalis* de Plínio, do *Disciplinarum libri IX* ou do *Rerum divinarum et humanarum antiquitates* de Varrão, ou do *De verborum significatu* de Sexto Pompeu Festo, ele formaliza o saber pagão a fim de apresentá-lo sistematicamente a leitores monásticos cristãos como um auxílio para leitura apropriada dos textos sacros. Para Isidoro, tanto a gramática secular quanto os escritos heréticos são potencialmente perigosos, exceto pelo fato de que a autonomia relativa dos textos escritos permite que eles sejam remodelados para servir outros propósitos [...].¹⁵¹ (AMSLER, 1989, p. 133-134)

Por outro lado, é possível dizer que os trabalhos de Isidoro consolidam um estilo de se produzir essas obras de polimatia, o qual, no limite, liga-se tanto com a fixação

¹⁵¹ *While Isidore's writings include much material from secular culture (astrology, law, medicine, as well as the theoretical and practical arts), they are almost always situated within the monastic literacy program. Like Cassiodorus and Benedict in their literacy programs associated with the monasteries at Vivarium and Monte Cassino, Isidore frames pagan and mundane knowledge within a new scene of Christian reading. His accounts of technical grammar provide basic knowledge for the monastic offices of lectio, cantus, and scribendus, and he pays special attention to the Hebrew origins of knowledge and the arts. Even as Isidore continues the older encyclopedic discourse of Pliny's Historia naturalis, Varro's Disciplinarum libri ix or Rerum divinarum et humanarum antiquitates, or Sextus Pompeius Festus' De verborum significatu, he formalizes pagan learning in order to present it systematically to Christian monastic readers as aids to their proper reading of the sacred texts. For Isidore, secular grammatical and heretical writings are both potentially dangerous, except in so far as the relative autonomy of written texts allows them to be reframed to serve other purposes [...].*

de um estilo enciclopédico quanto de um dicionarístico¹⁵². Esse estilo, como observa Díaz y Díaz (2004, 181), encaixava-se nas próprias práticas pedagógicas presentes nas escolas da península:

Isidoro aplica uma vez mais nas *Etimologias* sua conhecida metodologia da abreviação. Essa técnica era muito do gosto da época: no fundo aparece como um procedimento escolar de vulgarização que busca a redução do saber a fórmulas concentradas, as quais têm a vantagem de se tornarem mais memorizáveis e de permitirem explicações e esclarecimentos. Praticada desde a época helenística, a abreviação converte-se em verdadeira obsessão em Isidoro [...].¹⁵³

A brevidade no estilo, fazendo uso vasto das abreviações, aliava-se ao trabalho que Isidoro tinha com suas fontes. Assim, um pouco diferente dos outros autores “enciclopédicos”, o bispo de Sevilha tenta reunir o máximo de informações – evidentemente, aquelas a que tem acesso e as que julga (filtra) como importantes –, a fim de que, embora sucinta, essas notas possam conter o essencial. Desse modo:

[...] Esse procedimento sugere a possibilidade de que Isidoro dispusesse do que poderíamos chamar hoje, fichas de materiais preparados para serem utilizados quando fosse conveniente. Uma simples leitura de muitos capítulos das *Etimologias* permite-nos ver como funciona o resultado dessas leituras progressivas: alguns manuscritos que parecem representar um estágio posterior do texto e oferecem, às vezes, ampliações ou segundas interpretações que não apareciam antes. Esse sistema de adições progressivas em algumas passagens pode nos dar a chave para outros procedimentos de trabalho: Isidoro, algumas vezes, funde esses diversos materiais recolhidos de vários lugares numa nova formulação, que representa os pontos de vista que ele pode sintetizar e adotar,

¹⁵² Comentando algumas “incongruências” na estrutura da obra, Díaz y Díaz (2004, p. 185) conclui: “[...] Nota-se a falta, inclusive, de uma espécie de ordenação interna que permitisse distinguir o fundamental do secundário, e este do estritamente anedótico. Essa carência surpreende mais porque não se trata de um dicionário ou glossário, como os que frequentemente se obterão nos primeiros séculos da Idade Média, arrancando precisamente das *Etimologias* isidorianas.” (*Echase en falta incluso una especie de ordenación interna que permitiera distinguir lo fundamental de lo secundari, y esto de lo estrictamente anecdótico. Esta carencia sorprende más porque no se trata de un diccionario o un glosario, como los que frecuentemente se obtendrán en los primeros siglos de la Edad Media arrancando precisamente de las Etimologías isidorianas.*)

¹⁵³ *Isidoro aplica una vez más en las Etimologías su conocida metodología de la abreviación. Esta técnica era muy del gusto de la época: en el fondo aparece como un procedimiento escolar de vulgarización que busca la reducción del saber a fórmulas concentradas, las cuales tienen el valor de resultar más memorizables y de permitir explicaciones y aclaraciones. Praticada desde la época helenística, la abreviación se convierte en verdadera obsesión en Isidoro [...]*

baseando-se precisamente nos elementos com que contava ou em suas idéias pessoais.¹⁵⁴ (DÍAZ Y DÍAZ, 2004, p. 182)

Talvez seja isso que, aliada à suas polimatia e brevidade estilística, explique sua alta difusão, a ponto de um pesquisador afirmar que se trata de “um fundador da Idade Média”:

Esse equilíbrio eficaz de uma cultura antiga no conteúdo, mas em formas já medievais, explica à extraordinária irradiação da obra isidoriana nos séculos seguintes, na cristandade moçárabe e nos reinos cristãos da Reconquista, mas, sobretudo, através da Europa inteira. O número excepcionalmente elevado de manuscritos transmitidos, em particular, a partir do século VIII, faz de seu estudo um dos métodos mais novos para explorar as relações culturais na Europa medieval. Isidoro é, depois da Bíblia, o autor preferido de Beda na Inglaterra do século VIII, de Raban Maur na Germânia do século IX. Ele ocupa um lugar decisivo na cultura carolíngia. Dante “vê flamejar seu sopro ardente” ao redor de Beda e de Ricardo de Saint-Victor. A partir do século XV, ele é um dos primeiros a receber as honras da imprensa. Como Cassiodoro, e mais eficazmente que ele, é, de fato, um daqueles “que fizeram entrar a cultura antiga na estreita célula da Idade Média”.¹⁵⁵ (FONTAINE, 1999, p. 481-482)

Do ponto de vista político, a obra de Isidoro também se coaduna com os caminhos que a Igreja, na vertente católica, e os reis hispânicos tentavam imprimir às disputas que envolviam o reino. Assim, é por isso que, como contraponto à série de disputas regionais (Norte, Sul) e “étnico-religiosas” (hispano-romanos católicos *versus* visigodos arianos) e mesmo disputas internas, com trocas constantes de poder, assim que se encerrou definitivamente o domínio ostrogodo em meados de 550, com a chegada ao trono

¹⁵⁴ [...] Este procedimiento sugiere la posibilidad de que Isidoro dispusiera de lo que podríamos hoy llamar ficheros de materiales preparados para ser utilizados cuando fuera conveniente. Una simple lectura de muchos capítulos de las Etimologías nos permite ver cómo funciona el resultado de estas lecturas progresivas: algunos manuscritos que parecen representar un estadio posterior del texto ofrecen a veces ampliaciones o segundas interpretaciones que no aparecían antes. Este sistema de adiciones progresivas en algunos pasajes puede darnos la clave para otros procedimientos de trabajo: Isidoro algunas veces funde estos diversos materiales recogidos de acá y de allá en una nueva formulación, que representa los puntos de vista que él ha podido sintetizar y adoptar basándose precisamente en los elementos con que contaba o en sus ideas personales.

¹⁵⁵ Cet équilibre efficace d'une culture au contenu antique, mais aux formes déjà médiévales, explique l'extraordinaire rayonnement de l'œuvre isidorienne dans les siècles qui l'ont suivie, dans la chrétienté mozarabe et les royaumes chrétiens de la Reconquête, mais surtout à travers l'Europe entière. Le nombre exceptionnellement élevé des manuscrits qui l'ont transmise, en particulier à partir du VIII^e siècle, fait de leur étude l'une des méthodes les plus neuves pour explorer les relations culturelles dans l'Europe médiévale. Isidore est, après l'Écriture, l'auteur préféré de Bède dans l'Angleterre du VIII^e siècle, de Raban Maur dans la Germanie du IX^e. Il occupe une place décisive dans la culture carolingienne. Dante “voit flamboyer son souffle ardent” auprès de Bède et de Richard de Saint-Victor. Dès le XV^e siècle, il est l'un des premiers à recevoir les honneurs de l'imprimerie. Comme Cassiodore, et plus efficacement que lui, il est bien l'un de ceux “qui ont fait entrer la culture antique dans l'étroite cellule du Moyen Âge”.

de Ágila (DÍAZ Y DÍAZ, *op. cit.*, p. 8), emerge um forte discurso relativo à unificação da península:

A política de unificação do território empreendida pelo rei [Leovigildo ()] tinha no interior um foco de dificuldades, as tensões contínuas entre visigodos e hispano-romanos, dobradas, amiúde, pelas tensões religiosas entre arianos e católicos. [...] Para frear essa evolução, considerou Leovigildo que se tinha de colocar claramente a questão religiosa. No fim, não sabemos se como idéia concebida pelo próprio rei ou aceita de maneira generalizada, identificou-se de maneira radical ariano com visigodo e católico com hispano-romano. A conservação do poder godo dependeria, pois, de uma consolidação do espírito ariano; mais ainda, o ariano seria o canal religioso correspondente ao domínio político e social visigodo, pelo qual se imporá uma política de expansão ariana.¹⁵⁶ (*ibid.*, p. 13-14)

Uma das soluções tentadas pelo rei Leovigildo foi a de regionalizar o poder, a fim de conseguir um maior controle sobre as regiões mais distantes.

[...] Poder-se-ia resumir o projeto assim: seus dois filhos, Recaredo e Hermenegildo, associados ao trono, receberiam, cada um, uma zona onde exerceriam sua autoridade. A Hermenegildo foi confiado, de acordo com esse plano, em 573, a Bética e, provavelmente, a parte sul da Lusitânia; estabeleceu capital em Sevilha. Recaredo, cujo território não conhecemos com segurança, ocupar-se-ia, talvez, da Carpetânia e do Levante.¹⁵⁷ (*ibid.*, p. 15)

Porém, ao contrário do que, aparentemente, estava nos planos de maior unificação do poder por meio da regionalização, uma fissura nessa aliança aparece, e sua importância para o devir da Hispânia e para aquela da época de Isidoro é decisiva:

Recém instalado em Sevilha, Hermenegildo converte-se ao catolicismo. A prévia corregência rompe-se ao se considerar rei independente [...]. Sua reação, diante das complexas ações que seu pai Leovigildo inicia para consolidar o arianismo, pode-se considerar o resultado de um entusiasmo neófito, incitado, embora não diretamente, a defender ao extremo o catolicismo por duas personagens que mais

¹⁵⁶ *La política de unificación del territorio emprendida por el rey tenía en el interior un foco de dificultades, las tensiones continuas entre visigodos e hispanorromanos, dobladas a menudo por las tensiones religiosas entre arrianos y católicos. [...] Para atajar esta evolución, consideró Leovigildo que tenía que plantearse claramente la cuestión religiosa. A tal fin, no sabemos si como idea concebida por el propio rey o aceptada de un ambiente generalizado, se identificó de manera radical arriano con visigodo, y católico con hispanorromano. La conservación del poder godo dependería, pues, de una consolidación del espíritu arriano; más aún, lo arriano sería el cauce religioso correspondiente al dominio político y social visigodo, por lo que se imponía una política de expansión arriana.*

¹⁵⁷ *[...] El proyecto podría resumirse así: sus dos hijos, Recaredo y Hermenegildo, asociados al trono, recibían cada uno una zona donde ejercer su autoridad. A Hermenegildo se le confió, de acuerdo con este plan, en 573, la Bética, y probablemente la parte sur de la Lusitania; estableció su capital en Sevilla. Recaredo, cuyo territorio no conocemos con seguridad, se ocuparía acaso de la Carpetania y Levante.*

havia influenciado em sua conversão: sua mulher, a princesa franca Ingundis, e seu acessor, o bispo Leandro de Sevilha.¹⁵⁸ (*ibid.*, p. 16)

Posteriormente, essa revolta de Hermenegildo foi reprimida com sua morte e retomada do controle de Sevilha. Por razões difíceis de saber, não houve punições a Leandro de Sevilha. Apesar disso, importante é que, quando o rei Leovigildo morre, em 587,

[...] suas idéias durarão muito tempo e orientarão a política visigótica ulterior. A unidade territorial praticamente lograda por ele, a fusão crescente de godos e romanos, ainda que realizada sob o signo distinto do que ele promovera, seguiu sendo o norte de toda ação social posterior.¹⁵⁹ (*ibid.*, p. 20)

Por fim, cabe ressaltar desse período da história hispânica – prólogo importante para compreender as *condições de produção* do discurso isidoriano –, que o herdeiro do trono, o outro filho Recaredo, assim que assumiu a cátedra régia, também se converteu ao catolicismo, em 589, durante o III Concílio de Toledo, “encerrando” assim, uma longa dominância de reis arianos, ato “político de notável repercussão, ainda que sem transcendência religiosa real, converteu-se de imediato esse concílio em ponto culminante da história da Igreja hispânica” (*ibid.*, p. 24)¹⁶⁰. Díaz y Díaz (*op. cit.*, p. 22) avalia essa conversão, não obstante outras possíveis inferências, como uma *Realpolitik* desse novo rei: “[...] Compreendeu Recaredo que o projeto de seu pai de converter o arianismo na religião comum da Hispânia não resolveria as dificuldades, ao contrário”¹⁶¹. No entanto, o sentimento entre os católicos da Hispânia como João de Bicláro era de que esse concílio tinha importância comparável ao seu par famoso de Nicéia: “[...] um longo e difícil

¹⁵⁸ *Apenas instalado Hermenegildo en Sevilla, se convierte al catolicismo. La prevista corregencia se rompe al considerarse rey independiente [...]. Su reacción, a la vista de las complejas gestiones que su padre Leovigildo inicia para consolidar el arrianismo, puede considerarse el resultado de un entusiasmo de neófito, incitado, siquiera no directamente, a la defensa a ultranza del catolicismo por los dos personajes que más habían influido en su conversión: su mujer, la princesa franca Ingundis, y su asesor, el obispo Leandro de Sevilla.*

¹⁵⁹ *[...] sus ideas duraron mucho tiempo y conformaron la política ulterior visigoda. La unidad territorial por él prácticamente lograda, la fusión creciente de godos y romanos, aunque realizada bajo signo distinto del que él promoviera, siguió siendo norte de toda la acción social posterior.*

¹⁶⁰ *[...] Acto político de notable repercusión, aunque sin trascendencia religiosa real, se convirtió de inmediato este concilio en punto culminante de la historia de la Iglesia hispana.*

¹⁶¹ *[...] Comprendió Recaredo que el proyecto de su padre de convertir el arrianismo en la religión común de Hispania no resolvía las dificultades, antes al contrario.*

caminho encerrava-se gloriosamente na história salvífica da Igreja com a conversão do povo godo”. (*ibid.*, 24)¹⁶².

Da morte de Recaredo, em 601, à de Isidoro, em 636, há dois importantes monarcas de relações estreitas com o Hispalense: Sisebuto e Suintila. No entanto, interessa-nos aqui, sobretudo, suas relações com Sisebuto, pois, sem dúvidas, são as mais importantes e representam a própria proximidade que a Igreja hispânica havia adquirido com o reinado: “Quiçá nenhum rei contemporâneo de Isidoro tenha visto e manejado com mais decisão essa possibilidade de colaborar e obter a colaboração episcopal que Sisebuto” (DÍAZ Y DÍAZ, 2004, p. 31)¹⁶³. Ademais,

Conhecedor do papel que desempenha a cultura, e por ela, do predomínio social católico, [...] incita Isidoro a compor várias obras, precisamente as de caráter não eclesiástico *stricto sensu* (*Livro do Universo, História Goda*, e, finalmente, nada menos que as *Etimologias*); escreve, por sua vez, seu *Carmen de luna*, que dedica a Isidoro, [...] e, em fim, todavia se sente com forças para compor de seu punho e letra um tratado, ao mesmo tempo panfleto político, contra os reis arianos longobardos [...].¹⁶⁴ (*ibid.*, p. 32)

Em muitas passagens das obras isidorianas estão claras as dimensões político-pastorais do saber. A “ação” é um pano de fundo constante em sua obra, desde quando comenta questões de leitura, pensando, portanto, na leitura pública da *Bíblia*, até quando propõe etimologias cujas nuances atacam alguma concepção rival. Evidentemente, essa dimensão da “ação” político-pastoral não se faz a despeito da tradição intelectual, mas sim nos seus limites e tampouco numa visagem utilitarista. Trata-se dum alargamento das possibilidades da tradição, flertando com novas buscas.

Ainda hoje a obra de Isidoro, em especial as *Etimologias*, desperta sentimentos opostos de aversão ou admiração. Muitas vezes, no entanto, essas imagens formam-se ao largo dos conhecimentos específicos da historicidade da obra e, portanto, de seus

¹⁶² [...] un largo y dificultoso camino se cerraba gloriosamente en la historia salvífica de la Iglesia con la conversión del pueblo godo.

¹⁶³ Quizás ningún rey contemporáneo de Isidoro haya visto, y manejado con más decisión, esta posibilidad de colaborar y obtener la colaboración episcopal que Sisebuto.

¹⁶⁴ Conocedor del papel que desempeña la cultura, y por ella del predomínio social católico [...] incita a Isidoro a componer varias obras, precisamente las de carácter no eclesiástico en estricto sentido (*Libro del Universo, Historia Goda*, y, finalmente, nada menos que las *Etimologías*); escribe, a su vez, su *Carmen de luna*, que dedica a Isidoro [...] y, en fin, todavía se siente con fuerzas para componer de su puño y letra un tratado, a la vez panfleto político contra los reyes arrianos longobardos [...].

pressupostos. Desse modo, assim como os “admiradores” tendem a louvá-lo, ingenuamente, como um guardião do passado antigo, os “detratores” vêem nele o ideal do ocultista¹⁶⁵ que, séculos mais tarde, foi sepultado, “afortunadamente”, pelos “filósofos das Luzes”.

4.2. AS ETIMOLOGIAS E A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA DA HISPÂNIA NO SÉCULO V D.C.

Além de atravessada pela dimensão política específica da Hispânia, as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha também não se furtavam – graças, inclusive, a seu objeto – de pôr em questão o problema da mudança lingüística, uma vez que a antiga língua de Roma já se encontrava em situação diferente em relação à da época de Cícero, mudada tanto regionalmente quanto historicamente. Nesse aspecto, as *Etimologias* trazem importante material para pensar essa passagem, dado que, ao tentar da conta da mudança das palavras, elas, por si só, dava, a seu modo, conta da mudança do latim.

Para a Lingüística moderna, a passagem do latim às línguas românicas sempre colocou problemas sérios às pesquisas, por se tratar, entre outras razões, de uma história bastante documentada. Ao contrário da história de outras línguas, para as quais é preciso recorrer inevitavelmente à reconstrução e a modelos teóricos mais ou menos abstratos, no caso da história do latim o sinal se inverte, uma vez que é a pesada documentação de vários tipos que se mostra um fardo.¹⁶⁶ Perguntas tais como: qual seria a língua falada nas épocas

¹⁶⁵ É tão forte esse pressuposto que se chega a atribuir à obra de Isidoro passagens que inexistem nela. Eis um caso: num artigo escrito para uma revista não-acadêmica de divulgação, um professor de Filologia, ao atacar aquilo que denomina “fantasia” na pesquisa etimológica, fazendo comparações entre épocas extremamente distantes entre si, nos diz: “Na busca do étimo, muitos não se preocupam com as irregularidades das mudanças formais e nem [*sic*] com os percursos sinuosos das explicações para a mudança do significado. No diálogo *Crátilo*, de Platão (século 5º a.C.) e, 1200 anos depois, nos textos de Isidoro de Sevilha (século 7º d.C.), são comuns soluções fantasiosas para explicar a mudança do significado, como a de que ‘cadáver’ venha das primeiras sílabas de *caro data vermibus* (‘carne dada aos vermes’). Ainda hoje, 1.300 anos depois de Isidoro, há livros repletos de explicações mirabolantes para os nomes próprios e mães acreditam piamente que o nome de *Elvira* é variante de alvura ou coisa parecida” (Viaro, 2006:58). Porém, consultada toda a obra isidoriana tal qual foi compilada na *Patrologia Latina* (vol. 83) por Migne, inexistente a associação de *cadaver* com *caro data vermibus*. Nessas obras, por outro lado, encontra-se a seguinte associação: *Cadaver autem a cadendo dictum* (*Diff. app.* 522); *Cadaver autem est, si insepultum iacet. Nam cadaver nominatum a cadendo, quia iam stare non potest* (*Orig.* XI.2.35). A única possibilidade de associação entre vermes e cadáver, em Isidoro, parte de uma explicação do tipo “creacionista”, que concebe o nascimento das abelhas, desde larvas, a partir da carne putrefata dos bois; cf. *Orig.* XII, 8, 2.

¹⁶⁶ Väänänen (1995, p. 31-2), apesar de afirmar que “se trata de uma língua ‘mãe’ relativamente bem conhecida por monumentos escritos; privilégio esse que faz os germanistas, eslavistas e fino-ugritas, ter, com razão, inveja dos romanistas”, reconhece que, muitas vezes, a massa documental, em latim, mascara as mudanças pelas quais a língua passou, dando a falsa idéia de unidade e estabilidade. (*se trata de una lengua*

em que aqueles textos surgiram?; quais as relações possíveis entre aqueles textos e a língua falada?; são as línguas românicas uma continuação do latim, ou seja, devemos chamá-las de latim, assim como fazemos ao falar que há um *continuum* entre o grego de Platão e o de Kazantzakis? – já foram feitas durante os séculos, pois não foram poucos os que perceberam (e enunciaram) as semelhanças entre as línguas da *Romania* (e, para muitos, a vinculação com o latim, na variante ciceroniana, era a resposta mais correta).

Na perspectiva da Gramática Comparada do século XIX e através das “leis fonéticas”, percebeu-se que muitos termos das línguas românicas, embora evidentemente relacionados entre si, não correspondiam ao seu eventual par encontrado no latim clássico. Desse modo, os linguistas desse período aventaram o fato de haver, entre o latim de Cícero e as línguas românicas modernas, uma outra variante, popular, usada pela maioria, a saber: o *latim vulgar*. Daí, abundaram livros e teses sobre as características desse latim divergente do de Cícero, qual sua sintaxe, morfologia, fonologia etc. De acordo com uma visão arraigada nas leis fonéticas, todo o léxico derivado do latim vulgar poderia ser “descoberto” pela reconstrução através do método comparado. Logo, viu-se malograda tal posição, uma vez que se questionou a validade da aplicação irrestrita das reconstruções e, portanto, advogou-se em nome de uma visão que considerava o espaço cultural da *România* para entender muito da sua formação lexical.

Não obstante os problemas envolvendo o estatuto do *latim vulgar* – cuja discussão não pretendemos aprofundar aqui –, havia outras questões a serem respondidas: em qual momento deixou o latim (vulgar) de ser a língua falada na *România*? Como e por que houve uma brutal fragmentação, cujo resultado foram as línguas românicas (francês, português, italiano etc.)? É possível falar numa dialeção já no latim vulgar?

No contexto apresentado, as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha parecem, de certa maneira, tentar atuar contra essa fragmentação sofrida pela língua latina, ao mesmo tempo em que é “vítima” desse processo. Com um objeto pedagógico e pastoral muito bem definido, a saber, garantir o acesso aos textos antigos escritos em latim (originalmente ou por meio de traduções), por partes dos postulantes à carreira episcopal, Isidoro se empenha

‘madre’ relativamente bien conocida por monumentos escritos; privilegio éste que los germanistas, eslavistas y fino-ugristas envidian con razón a los romanistas).

em produzir uma obra que seja uma espécie de enciclopédia-dicionário, visto que não há somente uma necessidade de síntese dos grandes campos de saber da Antigüidade, mas também uma exigência de colocar os leitores a par da terminologia técnica daqueles campos. Não é de menos nos lembrarmos de que o foco da formação eclesiástica é um só: a leitura da *Bíblia*. Toda a “pedagogia” cristã episcopal voltava-se para ela, de modo que a capacidade mínima de leitura e de entendimento “correto” (não blasfemo) era condição *sine qua non*. E, confirmando o que dissemos sobre a relação entre as *linguae sacrae* e a opacidade da *Bíblia*, Isidoro afirma:

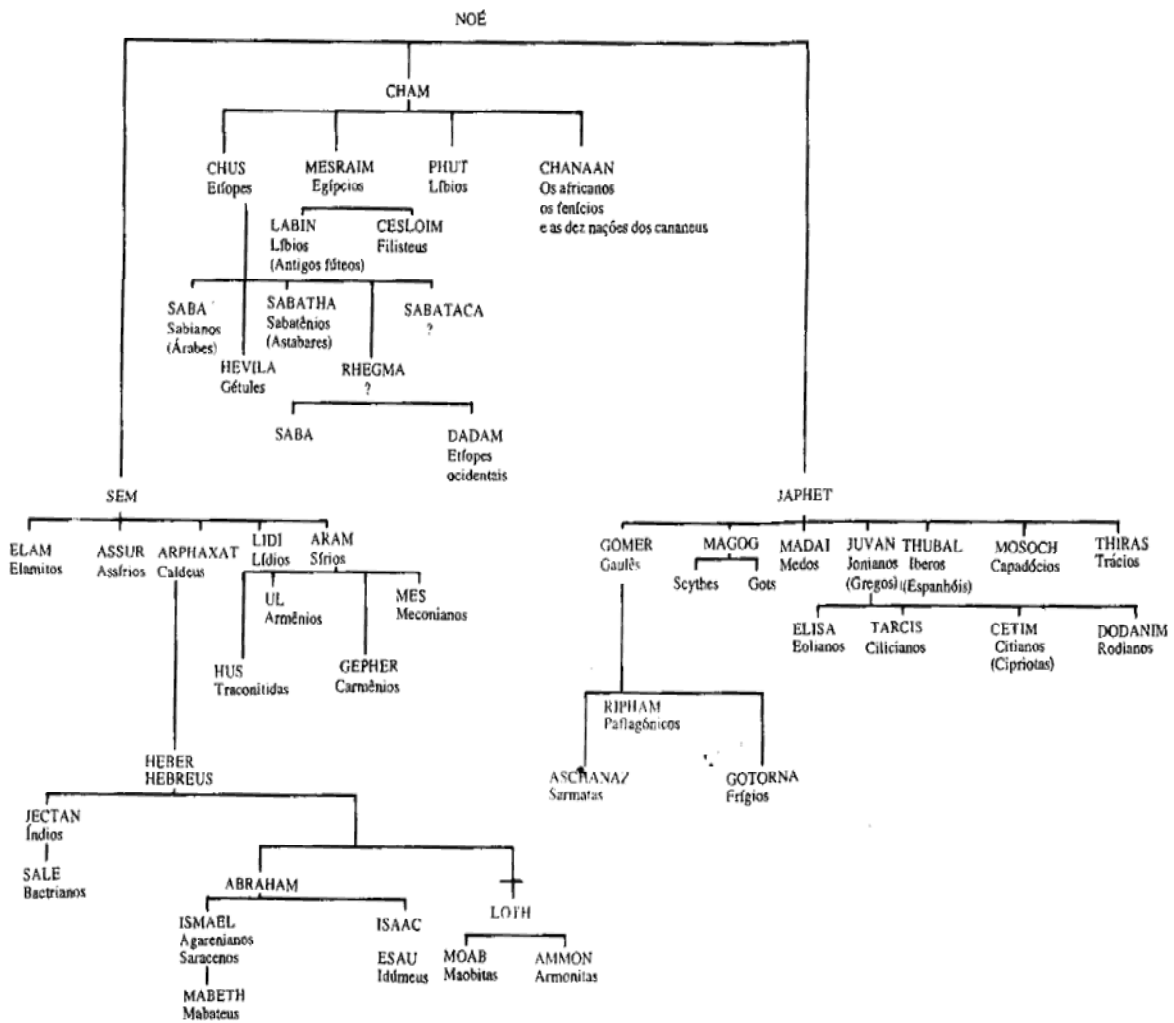
Três são, porém, as línguas sacras: hebraica, grega, latina, as que principalmente se sobressaem em todo o mundo. Com efeito, nessas três línguas, sobre a cruz do Senhor, foi escrita a sua acusação por Pilatos. Donde também é necessário, por causa da obscuridade das Sagradas Escrituras, o conhecimento dessas três línguas, para que se recorra à outra, quando uma palavra de uma das línguas deixou alguma dúvida de nome ou de interpretação¹⁶⁷. (*Orig.* IX, 1, 3).

Na tentativa de “responder” à mudança sentida com relação ao latim, Isidoro acabou se tornando um dos primeiros autores que – ao relacionar as línguas e os povos numa espécie de *etnolingüística avant la lettre* – produz uma espécie de grande genealogia do mundo, conforme a figura a seguir (AUROUX, 1992b, p. 57):

¹⁶⁷ *Tres sunt autem linguae sacrae: Hebraea, Graeca, Latina, quae toto orbe maxime excellunt. His enim tribus linguis super crucem Domini a Pilato fuit causa eius scripta. Vnde et propter obscuritatem sanctarum Scripturarum harum trium linguarum cognitio necessaria est, ut ad alteram recurratur dum siquam dubitationem nominis vel interpretationis sermo unius linguae attulerit.*

GENEALOGIA DAS NAÇÕES DO MUNDO E DE SUAS LÍNGUAS

Segundo Isidoro de Sevilha (em *Etymologia*, Lib. IX)



No seu livro IX, intitulado *De linguis, gentibus, regnis, militia, ciuibus, affinitatibus* (“Das línguas, povos, reinos, milícias, civis, parentescos”), as *Etimologias* reproduzem muitos pontos da narrativa bíblica acerca da origem das línguas, mas, ultrapassando-a, o bispo de Sevilha tenta completar as informações dadas nas *Escrituras*, na medida em que trata de povos lá não citados, como, por exemplo, os povos germânicos em geral, e os da *Hispania*, em particular. Começa por reproduzir a narrativa bíblica:

A diversidade das línguas surgiu na edificação da torre após o dilúvio. Pois antes que a soberba daquela torre dividisse a sociedade humana em diversos sons, havia uma só língua de todas as nações, que se chama hebraico, da qual Patriarcas e Profetas fizeram uso, não só em seus discursos, mas também nos escritos sagrados. No início, porém, havia o mesmo número de povos e de línguas; em seguida, mais povos que línguas, porque de uma só língua surgiram muitos povos¹⁶⁸. (*Orig. IX, 1, 1*).

Mas, em seguida, aventa algumas características languageiras de povos “não-bíblicos”, comparadas às de alguns povos “bíblicos”, antes de passar a falar de seus costumes, indumentária etc.:

Porém, todos os povos do oriente batem a língua e as palavras na garganta, assim como hebreus e sírios. Todos os povos do mediterrâneo forçam as palavras no palato, assim como os gregos e os asiáticos. Todos os povos do ocidente quebram as palavras nos dentes, assim como os ítalos e os hispanos. O sírio e o caldeu são vizinhos do hebraico nas palavras, a maioria delas consoa, e no som das letras. Porém, alguns acham que é a mesma língua caldeia, dado que Abraão foi dos caldeus. Se se aceita isso, por que modo, em Daniel, se ordena que garotos hebreus ensinem a língua que não conheciam?¹⁶⁹ (*Orig. IX.1.8-9*).

A situação lingüística da *Hispania* também é sentida por Isidoro como instável, na medida em que ele reconhece haver variantes da língua romana. Ele faz isso, comparando o estado do latim com o do grego *koinē*:

¹⁶⁸ *Linguarum diversitas exorta est in aedificatione turris post diluvium. Nam priusquam superbia turris illius in diversos signorum sonos humanam divideret societatem, una omnium nationum lingua fuit, quae Hebrae vocatur; quam Patriarchae et Prophetae usi sunt non solum in sermonibus suis, verum etiam in litteris sacris. Initio autem quot gentes, tot linguae fuerunt, deinde plures gentes quam linguae; quia ex una lingua multae sunt gentes exortae.*

¹⁶⁹ *Omnes autem Orientis gentes in gutture linguam et verba conlidunt, sicut Hebraei et Syri. Omnes mediterraneae gentes in palato sermones feriunt, sicut Graeci et Asiani. Omnes Occidentis gentes verba in dentibus frangunt, sicut Itali et Hispani. Syrus et Chaldaeus vicinus Hebraeo est in sermone, consonans in plerisque et litterarum sono. Quidam autem arbitrantur linguam ipsam esse Chaldaeam, quia Abraham de Chaldaeis fuit. Quod si hoc recipitur, a quomodo in Danielo Hebraei pueri linguam, quam non noverant, doceri iubentur?*

A língua grega, porém, é tida por ser mais nobre que as demais línguas dos gentios. Com efeito, é também, entre os latinos e todas as línguas, mais sonante, cuja variedade se diferenciam em cinco partes. A primeira delas chama-se *koinḗ* (κοινή), isto é, “mista”, ou “comum”, da qual todos fazem uso. Segunda é a ática, quer dizer, “ateniense”, da qual fizeram uso todos os autores da Grécia. Terceira, a dórica, a qual empregam egípcios e sírios. Quarta, a jônica, quinta, a eólica, sobre as quais disseram que os eólios as falaram. E há algumas diferenças em se observar esse tipo de língua grega; com efeito, a língua desses assim se dividiu. Alguns disseram que são quatro as línguas latinas, isto é, a prisca, a latina, a romana e a mista. A prisca, de que fizeram uso os mais antigos habitantes da Itália, sob Jano e Saturno, é incondita, como se encontram os poemas sális. Latina, a que falaram também os demais povos do Lácio, sob Latino e os reis etruscos, a partir da qual foram escritas as dozes tábuas. Romana, a que começou a ser usada, depois que os reis foram expulsos pelo povo romano, através da qual os poetas Nêvio, Plauto, Ênio, Virgílio e os oradores Graco, Catão, Cícero e outros se expressaram. Mista, a que, depois que o império avançou com mais extensão, irrompeu na sociedade romana concomitantemente com costumes e homens, corrompendo a integridade das palavras por meio de solecismos e barbarismos¹⁷⁰. (Isid. *Orig.* IX, 1, 4-7).

Um dado curioso dessa comparação é que, enquanto o grego é visto como variado regionalmente, o latim o é temporalmente. Ao dizer que a língua “latina” usada após o Império é uma *lingua mixta*, Isidoro sabe que ela, como a *koinḗ*, é usada por todos. No entanto, é evidente que essa *lingua mixta* é percebida como o resultado de uma “corrupção”, cuja origem é, primeiro, moral, para, depois, refletir uma corrupção gramatical, graças aos “vícios” do *barbarismo* (localizado no nível dos itens lexicais) e do *solecismo* (localizado no nível da sintaxe). A nosso ver, aqui não se trata do que poderíamos chamar um “preconceito lingüístico”, mas, antes, de um “preconceito teológico”. As instabilidades vividas na *Hispania* do período levam alguns autores cristãos,

¹⁷⁰ *Graeca autem lingua inter ceteras gentium clarior habetur. Est enim et Latinis et omnibus linguis sonantior: cuius varietas in quinque partibus discernitur. Quarum prima dicitur κοινή, id est mixta, sive communis quam omnes utuntur. Secunda Attica, videlicet Atheniensis, qua usi sunt omnes Graeciae auctores. Tertia Dorica, quam habent Aegyptii et Syri. Quarta Ionica, quinta Aeolica, quas Αἰολιστῖ locutus dixerunt. Et sunt in observatione Graecae linguae eiusmodi certa discrimina; sermo enim eorum ita est dispersus. Latinas autem linguas quattuor esse quidam dixerunt, id est Priscam, Latinam, Romanam, Mixtam. Prisca est, quam vetustissimi Italiae sub Iano et Saturno sunt usi, incondita, ut se habent carmina Saliorum. Latina, quam sub Latino et regibus Tusci et ceteri in Latio sunt locuti, ex qua fuerunt duodecim tabulae scriptae. Romana, quae post reges exactos a populo Romano coepta est, qua Naevius, Plautus, Ennius, Vergilius poetae, et ex oratoribus Gracchus et Cato et Cicero vel ceteri effuderunt. Mixta, quae post imperium latius promotum simul cum moribus et hominibus in Romanam civitatem inrupit, integritatem verbi per solecismos et barbarismos corrumpens.*

como Isidoro, a cultivar certa nostalgia¹⁷¹, cujo espelho seriam os primeiros séculos (idealizados) cristãos, anteriores às divisões internas, tanto do Cristianismo (as diversas correntes cristológicas, para citar um tipo), como da própria região “herdeira” do jugo romano, e às migrações germânicas. Na percepção das mudanças pelas quais o latim vinha passando, o “preconceito teológico” a que nos referimos fazia ressoar novamente a idéia de uma “Torre de Babel”, só que desta vez, uma “Torre de Babel” latino-cristã, já que, nessa perspectiva, teria havido um momento em que o latim eclesiástico servia para pregar a “Palavra”, pois era uma só língua através de uma vasta região. Mesmo assim, há vários indícios que nos mostram, no mínimo, dois pontos: i) quão ainda era inteligível o latim, mesmo na sua variante escrita; ii) quão vivo ainda ele poderia se mostrar, deixando pegadas a respeito da situação lingüística do período.

Muitos debates existem, entre os especialistas, sobre em que momento o latim encontrado nos textos desse período era (ou poderia ser) falado e/ou compreendido. Nesse aspecto, Herman (1990, p. 64-65) é um dos que se mostra mais cético:

[...] desde um século, pelo menos, a série desses fatores, sempre hipotéticos, mas que entram todos, sem dúvida, mais ou menos, na linha de consideração, não cessou de se enriquecer no curso das teorias: data da romanização, composição do elemento itálico aportado nas províncias, intensidade da romanização, itinerários da romanização e conexões entre os territórios romanizados, fatores políticos e culturais, aspectos sociológicos da romanização, fragmentação geográfica, substrato, superestrato, e paro por aqui. Ora, é claro que, por razões históricas evidentes, esses fatores não puderam agir todos ao mesmo tempo e com a mesma intensidade [...] malgrado nossas certezas parciais, malgrado a existência de esquemas herdados, os quais transmitimos, na falta de melhores, a nossos alunos,

¹⁷¹ Ao comentar aspectos da passagem da Antigüidade à Idade Média, Sánchez Prieto (2004, p. 122) afirma que “[...] no aspecto cultural, o romano sobrevive – convertido, isso sim, numa nostalgia – perpetuado na Igreja. A primeira coisa que se pode notar é que a organização da Igreja, dividida em dioceses, metrópoles e patriarcados, estava calcada na organização do Império. Inclusive a antiga capital, Roma, a que todos os caminhos conduziam, será a nova capital da Igreja universal. A primeira historiografia cristã, nascida no Oriente, já era consciente da sucessão dos Impérios e da centralidade eclesiástica no devir da humanidade; com seu enorme senso de transcendência, para ela não poderia ser casual que a *Roma eterna* dos escritores latinos se identificasse com a *Roma eterna* capital do “reino que não terá fim”, de que fala são Lucas. Com todo direito, podia são Isidoro de Sevilha chamar Roma de *Mater Ecclesiae*. ([...] *en lo cultural lo romano sobrevive – convertido, eso sí, en una nostalgia– perpetuado en la Iglesia. De lo primero que uno se percata es de que la organización de la Iglesia, dividida en diócesis, metrópolis y atriarcados, estaba calcada de la organización del Imperio. Incluso la antigua capital, Roma, a la que conducían todos los caminos, será la nueva capital de la Iglesia universal. La primera historiografía cristiana, nacida en Oriente, era ya consciente de la sucesión de los Imperios y la centralidad eclesiástica en el devenir de la humanidad; con su enorme sentido de lo transcendente, para ella no podía ser casualidad que la Roma eterna de los escritores latinos se identificara con la Roma eterna capital del ‘reino que no tendrá fin’ de que habla san Lucas. Con todo derecho podía san Isidoro de Sevilla llamar a Roma Mater Ecclesiae*).

o andamento em si da transformação do latim nas línguas romanas constitui, ainda, um processo cujo ritmo, cujo mecanismo e cujos fatores estão muito insuficientemente esclarecidos. A incerteza concernente a fatores fundamentais engendra, aliás, inevitavelmente, como uma doença engendra seus sintomas, uma incerteza terminológica¹⁷².

Por fim, demonstra sua desconfiança diante de *todo* tipo de texto escrito:

Essas incertezas são devidas, sobretudo, a dificuldades bem reais e que tocam a própria natureza das fontes de que dispomos. [...] Sabe-se que, malgrado algumas tentativas pouco felizes de demonstrar o contrário, os textos literários latinos dos, aproximadamente, seis primeiros séculos de nossa era [...] estão escritos numa língua que não acusa senão diferenças de estilos individuais, mas nenhuma diferença estrutural que possa ser taxada de regionalismo. E é verdadeiro não só para os textos que se inserem na grande tradição do latim, mas também para os textos que acusam a influência da língua falada e que chegam a apresentar numerosos traços que se pode taxar de pré-romanos [...]. Isso se aplica também à literatura cristã: se não se soubesse sobre isso alhures, se eles mesmos não falassem disso, nada em sua língua vincularia São Jerônimo à Ilíria, ou mesmo Agostinho à África¹⁷³. (*ibid.*, p. 65).

Entretanto, para tentar escapar da dicotomia fala/escrita, cuja diferença, segundo o juízo de Herman, permite fazer poucas asserções em se partindo de uma para outra, um outro estudioso, Michel Banniard, rechaçando qualquer pretensão de apreciar a situação lingüística da România *in vivo*¹⁷⁴, cunhou o conceito de *comunicação vertical*.

¹⁷² [...] depuis un siècle tout au moins, la série de ces facteurs, toujours hypothétiques mais qui entrent tous sans doute plus ou moins en ligne de compte, n'a cessé d'être enrichie au fil des théories: date de la romanisation, composition de l'élément italique arrivé dans les provinces, intensité de la romanisation, itinéraires de la romanisation et liens entre les territoires romanisés, facteurs politiques et culturels, aspects sociologiques de la romanisation, répartition géographique, substrat, superstrat, et j'en passe. Or, il est clair que pour des raisons historiques évidentes, ces facteurs n'ont pu agir tous en même temps et avec la même intensité [...] malgré nos certitudes partielles, malgré l'existence de schémas hérités que nous transmettons faute de mieux à nos élèves, la marche même de la transformation du latin en langues romanes constitue encore un processus dont le rythme, le mécanisme et les facteurs sont très insuffisamment éclaircis. L'incertitude concernant des faits fondamentaux entraîne d'ailleurs inévitablement, comme une maladie entraîne ses symptômes, une incertitude terminologique.

¹⁷³ Ces incertitudes sont dues, plutôt, à des difficultés bien réelles et qui tiennent à la nature même des sources dont nous disposons. [...] On sait que, malgré quelques tentatives peu heureuses pour démontrer le contraire, les textes littéraires latins des environ six premiers siècles de notre ère [...] sont écrits dans une langue qui ne trahit que des différences de styles individuels mais aucune différence de structure qui puisse être taxée de régionalisme. Et c'est vrai non seulement des textes qui s'insèrent dans la grande tradition du latin mais aussi des textes trahissant l'influence de la langue parlée et présentant même de nombreux traits qu'on peut taxer de préromans [...]. Cela s'applique aussi à la littérature chrétienne: si on ne le savait pas par ailleurs, s'ils n'en parlaient pas eux-mêmes, rien dans sa langue n'assignerait Saint Jérôme à l'Illyricum, ou même Augustin à l'Afrique.

¹⁷⁴ Falando sobre as “diglossias”, afirma Banniard (2001, p. 87): “[...] Foi, com efeito, possível orientar melhor a problemática, ao determinar com uma boa precisão os fatores de confusão: dois campos conceituais aparentemente contraditórios resistem em se encontrar (latinitude/romanidade); existe, no entanto, uma estrutura definitiva que demanda a possibilidade desse encontro (a mudança existiu, os latinófonos tornaram-

Segundo ele, ao olharmos os textos da liturgia cristã do período, teríamos valiosas informações da comunicação entre os *letrados* e os *iletrados*, uma vez que, como também já salientamos, estando a atividade evangelizadora no centro da *práxis* cristã, seus textos litúrgicos eram escritos sobretudo para serem lidos em voz alta¹⁷⁵:

Uma primeira, longa e custosa etapa de essa nova via de aproximação consistiu em precisar os métodos de inquirição em diacronia longa acerca do funcionamento da comunicação latinófona, centrando-se essencialmente na comunicação vertical. Ela se define como uma comunicação oral dirigida por um ou n locutores de nível cultural superior a um ou n auditórios de nível cultural inferior. No caso do período que nos interessa, trata-se da fala latina dos pregadores letrados que direcionam suas mensagens a fiéis iletrados¹⁷⁶. (BANNIARD, 2001, p. 88)

Se associarmos a isso a grande corrente dos autores cristãos defensores de uma expressão frugal, estaríamos diante de uma possibilidade de pesquisa bastante frutífera acerca da(s) língua(s) inteligível(eis) do período.

Num ponto extremamente oposto ao ceticismo de Herman, outro especialista, Roger Wright, é mais radical ao defender, inclusive, que não se pode falar na morte do latim – mesmo para hoje, já que as línguas românicas nada mais são do que o latim modificado –, nem em sua fragmentação em várias línguas até, pelo menos, a reforma carolíngia:

Sem dúvida, o latim não é verdadeiramente, hoje, uma língua “morta”. A maioria das línguas que são atualmente descritas como “mortas” são chamadas assim porque nenhuma língua falada em nossos dias não descendem delas diretamente, por exemplo, o etrusco e o gaulês. [...] Com efeito, mais de 20% da população mundial atual fala uma língua materna que descende diretamente do latim. A única razão para que não pensemos mais no latim como uma língua viva vem simplesmente do fato de que essa língua mudou de nome [...]. No início do século IX, todos os locutores dessa língua chamavam-na ainda de latim (*lingua latina*); a

se romanófonos); malgrado isso, está constatada a impossibilidade de apreciar *in vivo* essa estrutura (descrever o sistema em devir)” ([...] *Il a été en effet possible de mieux orienter la problématique en déterminant avec une bonne précision les facteurs de confusion: deux champs conceptuels contradictoires en apparence refusent de se rencontrer (latinité/romanité); il existe pourtant une structure définitoire requérant la possibilité de cette rencontre (le changement a existé, les latinophones sont devenus romanophones); malgré cela, est constatée l'impossibilité de saisir in vivo cette structure (décrire le système en devenir)*).

¹⁷⁵ Não que tal fenômeno fosse restrito aos pregadores cristãos e a esse período. (cf. SVENBRO, 1992).

¹⁷⁶ *Une première, longue et couteuse [sic] étape de cette nouvelle voie d'approche a consisté à mettre au point des méthodes d'enquête en diachronie longue sur le fonctionnement de la communication latinophone, en se centrant essentiellement sur la communication verticale. Elle se définit comme une communication orale adressée par un ou n locuteurs de niveau culturel supérieur à un ou n auditeurs de niveau culturel inférieur. Dans le cas de la période qui nous intéresse, il s'agit de la parole latine des prédicateurs lettrés adressant leurs messages à des fidèles illetrés.*

transição do latim ao *romance* não é, portanto, nesse contexto, nada mais que uma mudança de nome para a mesma língua viva¹⁷⁷. (WRIGHT, 2003).

Para ele, a despeito de eventuais variedades, fossem regionais ou de qualquer outra espécie, o latim continuava a ser entendido como um só, assim como o grego o era (e é, diz ele). A existência de registros discrepantes como, por exemplo, eram os do latim dito clássico e aquele da língua falada, não nos autoriza a falar em duas línguas, uma vez que, segundo esse autor, a variedade é constitutiva das línguas. Assim, dizer que ninguém falava o latim de Cícero e, portanto, que ele não era a mesma língua que a do povo, seria afirmar que o inglês de Milton não deveria ser chamado de inglês, pois, para o autor, é evidente que ninguém nunca *falou* espontaneamente a língua miltoniana¹⁷⁸.

Wright afirma categoricamente que a “morte” do latim é um fenômeno puramente sociolingüístico, pois que está relacionado a um problema de percepção social e

¹⁷⁷ *Bien sûr, le latin n'est pas vraiment aujourd'hui une langue "morte". La plupart des langues qui sont actuellement décrites comme des langues "mortes" sont appelées ainsi parce qu'aucune langue parlée de nos jours ne descend d'elles directement, par exemple l'étrusque et le gaulois. [...] En effet, plus de 20% de la population mondiale actuelle parle une langue maternelle qui descend directement du latin. La seule raison pour laquelle nous ne pensons plus au latin comme à une langue vivante vient simplement du fait que cette langue a changé de nom [...]. Au début du IX^e siècle, tous les locuteurs de cette langue l'appelaient encore latin (lingua latina); la transition du latin au roman n'est donc, dans ce contexte, rien de plus qu'un changement de nom pour la même langue vivante.*

¹⁷⁸ Cf. Wright (2004b, p. 8): “Havia uma só língua, ‘latim’, inevitavelmente variável, como todas as línguas o são. Distinções muito meticulosas entre latim clássico (como definido pelos gramáticos do tardo-império) e vulgar (alguns traços não recomendados por esses mesmos gramáticos) são, provavelmente, inúteis não tanto porque o latim ‘clássico’ era escrito por muito poucas pessoas durante um período relativamente breve e falado, talvez, por absolutamente ninguém, enquanto que o ‘latim vulgar’ se referia à fala de milhões de pessoas por mais de mil anos. Se tivéssemos de erigir tal dicotomia, seria melhor inverter a marcabilidade; pois a forma marcada não era a metade ‘vulgar’ dessa dicotomia observada, mas a ‘clássica’, e seria preferível distinguir apenas entre o latim não-marcado, a fala de todos, e o registro marcado no interior do qual está aquele todo que, por costume, chamamos ‘latim clássico’, a busca *recherché* de uma minoria erudita”. (There was one language, ‘Latin’, inevitably variable, as all languages are. Distinguishing too carefully between the Classical (as defined by the late imperial grammarians) and the Vulgar (any features not recommended by those grammarians) is probably unhelpful, not least because ‘Classical’ Latin was written by very few people during a relatively brief period and spoken by perhaps nobody at all, whereas ‘Vulgar Latin’ refers to the speech of millions of people over hundreds of years. If we must erect such a dichotomy, it would be best to invert the markedness; for the marked form was not the ‘Vulgar’ half of this perceived dichotomy but the ‘Classical’, and it would be preferable to make the distinction just between unmarked Latin, the speech of all, and the marked register within that whole which we have come to call ‘Classical Latin’, the *recherché* pursuit of an erudite minority). Sobre afirmar que o Latim Clássico não era falado, diz: “Coisa semelhante seria mostrar que não são muitas pessoas, na moderna Southampton, que falam do mesmo jeito que John Milton escreveu, o que também é verdadeiro, mas absolutamente irrelevante. Mesmo em sua época, nem o próprio Milton falava como escrevia. Isso não quer dizer que, conseqüentemente, nenhum de nós não fale inglês” (*it would be similar to pointing out that not many people in modern Southampton speak as John Milton wrote, which is also true but hardly relevant. Even at the time, not even Milton spoke as Milton wrote. That does not mean that as a consequence all the rest of us do not speak English; ibidem*).

de identidade. Durante a reforma carolíngia, caracterizada pela *norma rectitudinis*, planejou-se transformar o latim numa língua padrão “internacional”. Para tanto, ocorreram dois processos, cujos desenvolvimentos Wright aponta como decisivos. Primeiro, a pronúncia dos textos latinos deixou de ser “regionalizada”, em nome de uma leitura pretensamente unívoca. Assim, por influência de clérigos oriundos do universo anglo-saxão, para os quais o latim sempre foi uma língua estrangeira, começou-se a desenvolver uma pronúncia (tornada socialmente mais prestigiosa) dos textos latinos que fosse “fonética”¹⁷⁹. Na România, o aprendizado da leitura era, segundo Wright, totalmente logográfico, ou seja, a mesma palavra era aprendida em sua *forma* escrita, enquanto que seu conteúdo fônico se adaptava à pronúncia de cada região da România da época. Com tal reforma, porém, criou-se uma distância “real” entre os textos escritos e sua realização

¹⁷⁹ Cf. Wright (2004b, p. 4): “Assim, o latim do falante nativo e o do não-nativo começou a divergir cada vez mais; e a distinção conceitual eventualmente clara entre latim (medieval) e romance foi catalisada pela padronização, no Império carolíngio, em torno de 800 d.C., do latim eclesiástico e educacional baseada no modelo dos falantes germânicos – uma vez que a tradição anglo-saxã daquele período detinha o prestígio sociolingüístico. Esse latim arcaizado – cuja realização oral implicava a pronúncia germânica do tipo letra a letra, a qual tinha sido, durante muito tempo, a norma na igreja anglo-saxã –, era, nas áreas românicas, uma inovação introduzida pelos estudiosos cristãos, os quais seria equivocado continuar chamando de ‘católico romano’. Esse latim não tinha, de jeito nenhum, ‘permanecido’ desde o período imperial, pois, nas áreas romanófonas, era uma novidade. Esse decisão de padronizar o latim eclesiástico e educacional baseado num tal modelo arcaico, gradualmente, se expandiu para fora dos domínios carolíngios até se tornar, por toda a Europa, a base do chamado Renascimento do século XII, o que levou essa variedade antiquária de latim (preferencialmente à variedade românica contemporânea) a se transformar na língua ‘internacional’ da educação: isto é, na vasta área de fala românica bem como nas áreas germânicas e célticas, onde, inicialmente, esse latim antiquário fora estabelecido. Mas isso aconteceu, em âmbito internacional, apenas a partir do século XII e não do V, como Cristal infere. Precisamos lembrar-nos constantemente de que a Idade Média não era um todo monolítico; circunstâncias relacionadas à vida e circunstâncias sociolingüísticas tendiam a mudar da mesma forma que em qualquer outro período” (Thus, *the Latin of the native speaker and that of the non-native came to diverge more and more; and the eventual clear conceptual distinction between (Medieval) Latin and Romance was catalysed by the standardization, in the Carolingian Empire, about 800 A.D., of Church and educational Latin on the Germanic-speakers’ model – since the Anglo-Saxon tradition of that time had the sociolinguistic prestige. This archaizing Latin, whose oral mode involved the Germanic spelling pronunciation which had long been the norm in the Anglo-Saxon church, was in Romance areas an innovation introduced by Christian scholars, who it would still be misleading to call ‘Roman Catholic’. It had not ‘remained’ from the Empire at all, for in the Romance-speaking areas it was new. This decision, to standardize Church and educational Latin on such an archaic model, gradually extended out from the Carolingian realms until it became the basis of the so-called Twelfth-Century Renaissance all over Europe, which was what led to this antiquarian variety of Latin (rather than the contemporary Romance) becoming the ‘international’ language of education: that is, in the wide Romance-speaking area as well as in the Germanic and Celtic areas where it had been initially established. But this only happened internationally from the twelfth century, not from the fifth as Crystal implies. We need continually to remind ourselves that the Middle Ages were not a monolithic whole; life and sociolinguistic circumstances were liable to change just as much then as in any other period).*

fonética, de modo que, desse momento em diante, as cantilenas populares, por exemplo – antes, normalmente escritas em latim –, tiveram, inevitavelmente, de passar por uma reforma ortográfica brutal. Resume Wright que não houve “morte” do latim, mas simplesmente uma reforma ortográfica que obscureceu o parentesco entre suas variantes¹⁸⁰. O curioso, neste processo, é que Alcuíno, um dos expoentes da reforma carolíngia, era grande admirador do Hispalense. Talvez, sua leitura sobre a *lingua mixta* e a “corrupção” moral relacionada o tenham impulsionado a reformar tudo porque era justamente a *norma rectitudinis* que estava em questão.

A segunda questão que apontamos mais acima dizia respeito à “vivacidade” que o latim ainda apresentava nos textos de Isidoro, em especial nas suas *Etimologias*. Na ânsia de aumentar o cabedal léxico dos seus aprendizes, o bispo de Sevilha tratou – talvez, inconscientemente – de termos cujo alcance se restringia à sua região, a *Hispania*. A respeito disso, comenta Maltby (2001, p. 345):

Para o estudante do latim tardio na Espanha, Isidoro de Sevilha é uma figura muito importante, já que ele escreve num momento em que o latim da Península Ibérica começa a se diferenciar daquele das outras áreas do Império. Como bispo

¹⁸⁰ Cf. Wright (2003): [...] A razão disso é que a forma escrita das palavras era, provavelmente, ensinada aos aprendizes escribas, que falam *romance*, de maneira logográfica, sendo uma palavra após a outra (como é no francês contemporâneo) ao invés de uma letra após a outra como se a ortografia correspondesse a uma escrita fonética [...]. Da mesma maneira, a ortografia das palavras latinas podiam manter-se no uso geral, sem ser reformada; o latim escrito continuará, aliás, a ser empregado muito tempo depois da primeira aparição, no século IX, de um novo sistema ortográfico [...]. Essas são manifestações de um novo sistema de escrita para uma mesma língua, bem menos que o nascimento de uma língua completamente diferente. Anteriormente, o *romance* (ou latim tardio) era com frequência escrito, mas com a ajuda de um sistema gráfico arcaico e tradicional que, até certo ponto, mascara sua existência para nós. O fenômeno ao qual, às vezes, se faz referência como sendo ‘a ascensão da *scripta* vernácula’ ou ‘a textualização das línguas romanas’, nada mais é que uma mudança de ortografia. O *romance* desenvolvia-se, com efeito, havia séculos e já fora transcrito com a ajuda do modo de escrever que recebera como herança. O ‘latim tardio’ e o ‘romance’ são, portanto, dois nomes para a mesma língua”. [...] *La raison en est que la forme écrite des mots était probablement enseignée aux apprentis scribes parlant le roman de manière logographique, soit un mot après l'autre (comme pour le français contemporain) plutôt qu'une lettre après l'autre comme si l'orthographe correspondait à une écriture phonétique [...]. De la même manière, l'orthographe des mots du latin aurait pu se maintenir dans l'usage général, sans être réformée; le latin écrit continuera d'ailleurs à être employé longtemps après la première apparition, au IX^e siècle, d'un nouveau système orthographique [...]. Ce sont là les manifestations d'un nouveau système d'écriture pour une même langue, bien plus que la naissance d'une langue entièrement différente. Le roman (ou latin tardif) avait souvent été écrit auparavant, mais à l'aide du système graphique archaïque et traditionnel qui, jusqu'à un certain point, nous masque aujourd'hui son existence. Le phénomène auquel on fait parfois référence comme étant 'l'essor de la scripta vernaculaire' ou 'la textualisation des langues romanes', n'est rien de plus qu'un changement d'orthographe. Le roman se développait en effet depuis des siècles et avait déjà été mis par écrit à l'aide de la manière d'écrire qui avait été reçue en héritage. Le 'latin tardif' et le 'roman' sont donc deux noms pour la même langue).*

de Sevilha e, mais tarde, de Toledo, Isidoro tinha a tarefa de se fazer entender não só pelos seus colegas estudiosos, mas também por partes mais amplas do público. Ele era uma figura de destaque no *revival* da cultura latina na Espanha, que havia ficado em suspensão no início do século V e na metade do século VI.¹⁸¹

Não são muitos os casos – quando não são mal associados – em que podemos vislumbrar certos regionalismos, ou “hispanismos”, nos textos do Hispalense:

[...] Mostrou-se que a seção de Isidoro a respeito da ortografia (*Etym.* I, 27) é extraída de gramáticos anteriores e deve muito pouco ou nada ao conhecimento de Isidoro acerca de dificuldades particulares nessa área, experimentadas por seus contemporâneos. Um campo muito mais frutífero de pesquisa é o que provaram ser as próprias etimologias. As que Isidoro não tomou à gramática tradicional, mas que inventou por conta própria, amiúde pareciam estar baseadas na pronúncia contemporânea, na qual eram comuns confusões entre *b* e *u*, ditongo *ae* e *e*, a sonorização do *c* intervocálico em *g* e o uso de vogais anteriores. A maioria dos traços do latim vulgar revelada por esse estudo eram fenômenos panromânicos ao invés de específicos da Península Ibérica, refletindo uma situação na qual as diferentes variedades de romance não estavam ainda claramente distintas¹⁸². (MALTBY, n.d., p. 345-346).

Um juízo bastante cuidadoso a esse respeito nos apresenta Velázquez (2004, p. 605):

As obras gramaticais (e, em geral, também as demais) de Isidoro não apresentam uma visão direta da língua viva de sua época, mas sim uma descrição cuidadosa do que Isidoro considera a norma lingüística, a *latinitas* e, em particular, a *proprietas* e o significado dos termos. Sem embargo, Isidoro é um falante dessa língua latina nos séculos VI-VII d.C. e, não olvidemos, serve-se dela para fazer chegar seus conhecimentos, para ser entendido por seus leitores; por meio disso, inclui observações e elementos que denotam, em algumas ocasiões, aspectos da língua viva. Através de sua utilização da língua, em suas explicações e na eleição de determinados termos, no “material lingüístico” de que falava antes, detectam-

¹⁸¹ *For the student of late Latin in Spain Isidore of Seville is a very important figure, as he is writing at a time when the Latin of the Iberian Peninsula is beginning to distinguish itself from that of other areas of the Empire. As bishop of Seville and later Toledo, Isidore had the task of making himself understood not only to fellow scholars but also to wider sections of the public. He was a leading figure in the revival of Latin culture in Spain which had fallen into abeyance in the early fifth and mid sixth centuries.*

¹⁸² *[...] Isidore's section on orthography (Etym. 1.27) was shown to have been derived from earlier grammarians and to owe little or nothing to Isidore's knowledge of particular difficulties experienced by his contemporaries in this area. A more fruitful field of research proved to be the etymologies themselves. Those which Isidore had not taken from the grammatical tradition, but had invented himself, often appeared to be based on a contemporary pronunciation in which confusions between b and u, ae diphthong and e, the voicing of intervocalic c to g and the use of prothetic vowels were common. Most of the vulgar Latin features revealed by this study were pan-Romanic phenomena rather than specific to the Iberian Peninsula, reflecting a situation in which the different varieties of Romance were not yet clearly distinguished.*

se diversos aspectos da língua viva de sua época e oferece-nos sobre ela uma informação inestimável¹⁸³.

É evidente que grande parte dessas (poucas) inovações dadas pela obra de Isidoro se localizam no nível lexical¹⁸⁴, possivelmente o mais “aberto” às reformulações.

4.3 AS DISCIPLINAS ANTIGAS NAS *ETIMOLOGIAS*

Relacionada à política, relacionada à situação lingüística, as *Etimologias* também se ligam a uma tradição de saber que, ao mesmo tempo, confirma o *éthos* isidoriano do polímata e marca sua posição no problema da relação entre os cristãos e o saber secular. Falou-se já sobre as posições patrísticas mais comuns em relação aos saberes seculares, a de recusa (total) e a de apropriação (parcial). Analisar-se-á, agora, como essa dicotomia apresenta-se em Isidoro de Sevilha, o último dos “Padres da Igreja”.

Dos vinte livros atribuídos às *Etimologias*, segundo as edições modernas, os quatro primeiros tratam das disciplinas ditas “seculares”. Começando, como se viu, pela *grammatica*, Isidoro segue o itinerário das *sete artes liberais*, conforme apresentado em *Orig. I,2*. Além das *sete artes liberais*, mais duas áreas do saber estão contempladas nesses primeiros quatro livros, a saber, *philosophia*, no capítulo 24 (*De definitione philosophiae*) do livro II (*De rhetorica et dialectica*), e *medicina*, objeto do livro IV (*De medicina*). Esse “acréscimo” não é fortuito, como se verá mais adiante.

De especial atenção, apresentam-se, aqui, a Retórica e a Dialética, uma vez que, ao lado da Gramática, constituíam o *trivium*, o estágio mais fundamental da educação antigo-medieval, além de serem aquelas de que, possivelmente, mais fizeram uso os autores patrísticos.

O texto isidoriano assim apresenta a Retórica:

¹⁸³ *Las obras gramaticales (y en general también las demás) de Isidoro no presentan una visión directa de la lengua viva de su época, sino una descripción cuidadosa de lo que Isidoro considera la norma lingüística, la latinitas y, en particular, la propiedad y el significado de los términos. Sin embargo, Isidoro es un hablante de esa lengua latina en los siglos VI-VII d.C. y, no olvidemos, se sirve de ella para hacer llegar sus conocimientos, para ser entendido por sus lectores; por ello incluye observaciones y elementos que denotan, en algunas ocasiones, aspectos de la lengua viva. A través de su utilización de la lengua, en sus explicaciones y en la elección de determinados términos, en el “material lingüístico” del que hablaba antes, pueden detectarse diversos aspectos de la lengua viva de su época y ofrecernos sobre ella una información inestimable.*

¹⁸⁴ Ver alguns exemplos em Velázquez (2004, p. 606).

Retórica é a ciência do bem dizer em disputas cíveis, [a eloquência com cópia,] a fim de persuadir o bom e o justo. É dita “retórica”, porém, a partir do termo grego *rhētorizein* (ῥητορίζειν), isto é, *copia locutionis* (“cópia de elocução”). *Rhēsis* (ῥῆσις), com efeito, (é como) se diz, entre os gregos, *locutio* (“elocução”), *rhētōr* (ῥήτωρ), *orator* (“orador”). No entanto, a retórica está ligada à arte da gramática. Na gramática, aprendemos, com efeito, a ciência do falar corretamente; na retórica, por outro lado, ocupamo-nos de proferir, com mais qualidade, aquilo que aprendemos¹⁸⁵. (*Orig.* II, 1, 1).

Quanto ao orador, reproduz, *ipsis litteris*, a definição catoniana, muito recorrente entre os autores latinos, tais como Cícero, Quintiliano e Agostinho: *Orator est igitur vir bonus, dicendi peritus* (“O orador é, portanto, um homem íntegro, experimentado no dizer”; *Orig.* II, 3, 1).

Na esteira da apropriação dos saberes seculares para fins de exegese bíblica, muitas passagens há em que as *Sagradas Escrituras*, mesmo nos textos hebraicos, são analisadas com base nos pressupostos da Retórica; ou seja, corta-se o *corpus* hebraico com bisturi helênico:

Antíteses, que se chamam, em latim, *contraposita* (“contrapostas”) – visto que se colocam opostas entre si – trazem beleza à sentença e, no ornamento da elocução, mostram-se muito convenientes, por exemplo: “deste lado, pugna o pejo, daquele a petulância; aqui a pudicícia, ali a desonra; cá a boa-fé, lá a fraude; aqui a devoção, ali o crime; deste lado a perseverança, daquele o furor; cá a honestidade, lá a torpeza; aqui a moderação, ali a libido; em seguida, a equidade, a temperança, a intrepidez, o bom senso, todas as virtudes contendem com a iniquidade, a luxúria, a inação, temeridade, com todos os vícios; por fim, a boa esperança luta contra a desesperança de tudo.” Num certame e peleja semelhante, o livro Eclesiástico fez uso de um discurso com ornamento desse tipo, dizendo (cf. *Ecl.* 33,15): “oposto ao mau, o bom, e oposta à morte, a vida; assim contrário ao pio, o pecador; e, desse modo, examine toda a obra do altíssimo, de par em par, uma oposta a outra”¹⁸⁶. (*Orig.* II, 21, 5).

¹⁸⁵ *Rhetorica est bene dicendi scientia in civilibus quaestionibus, [eloquentia copia] ad persuadendum iusta et bona. Dicta autem Rhetorica Graeca appellatione ἀπὸ τοῦ ῥητορίζειν, id est a copia locutionis. Ῥῆσις enim apud Graecos locutio dicitur, ῥήτωρ orator. Coniuncta est autem Grammaticae arti Rhetorica. In Grammatica enim scientiam recte loquendi discimus; in Rhetorica vero percipimus qualiter ea, quae didicimus, proferamus.*

¹⁸⁶ *Antitheta, quae Latine contraposita appellantur: quae, dum ex adverso ponuntur, sententiae pulchritudinem faciunt, et in ornamento locutionis decentissima existunt, ut Cicero (Catil. 2,25): ‘ex hac parte pudor pugnat, illinc petulantia; hinc pudicitia, illinc stuprum; hinc fides, illinc fraudatio; hinc pietas, illinc scelus; hinc constantia, illinc furor; hinc honestas, illinc turpitude; hinc continentia, illinc libido; hinc denique aequitas, temperantia, fortitudo, prudentia, virtutes omnes certant cum iniquitate, luxuria, ignavia, temeritate, cum vitiis omnibus; postremo copia cum egestate; bona ratio cum perdita; mens sana cum amentia; bona denique spes cum omnium rerum desperatione confligit.’ In huiusmodi certamine ac praelio, huiusmodi locutionis ornamento liber Ecclesiasticus usus est, dicens (33,15): ‘contra malum bonum, et contra*

Muitos são, na visão do Hispalense, os pontos de contato entre a Retórica e a Dialética, tanto que ele dedica um capítulo à apresentação de suas diferenças¹⁸⁷. Ademais, a Dialética, nas *Etimologias*, não se confunde com a Filosofia, sendo antes, uma parte desta última. Segundo Isidoro:

A Dialética é a disciplina inventada para se dissertar a respeito das causas das coisas. Ela própria é um ramo da filosofia, que é chamada Lógica, isto é, aquilo que é próprio da razão definir e questionar, e de que se pode dissertar. Com efeito, ensina <a escolher> entre vários gêneros de questões, de modo que se discernem o verdadeiro e o falso, no debate. Utilizaram-na alguns dos primeiros filósofos em seus diálogos; entretanto, não organizaram suas experiências num tratado (*ars*). Depois esses, Aristóteles estendeu os argumentos a certas regras de sua doutrina, e, para aquilo que nela se discute acerca do que é dito, deu o nome de Dialética. Pois *λεκτόν* (*λεκτόν*) é dito (em latim) *dictio* (“enunciável”)¹⁸⁸. É por isso que, porém, a Dialética vem logo depois da disciplina retórica, visto que, em muitos aspectos, ambas tratam da mesma coisa¹⁸⁹. (*Orig.* II, 22).

Parece haver, nos textos dos “Padres” latinos de um modo geral, mais apreço pela Dialética do que havia nos dos autores latinos seculares. Afirma-se, com frequência, que houve certa desconfiança romana quanto à Dialética (e, portanto, à Filosofia), ao contrário do que aconteceu com a Gramática e com a Retórica. Embora nas suas práticas evangelizadoras os “Padres” fizessem uso incontestemente da Retórica, o apelo à Dialética,

mortem vita: sic contra pium peccator: et sic intueri in omnia opera altissimi, bina et bina, unum contra unum. Cf. também *Orig.* IX, 1, 12.

¹⁸⁷ Cf. *Orig.* II, 23, 1-3: “Varrão, nos livros das nove disciplinas, definiu a Dialética e a Retórica por meio de tal comparação: “a Dialética e a Retórica é aquilo que são, na mão do ser humano, o punho cerrado e a palma estendida: aquela contraindo as palavras, essa as distendendo”. A Dialética certamente é mais aguda para dissertar, a Retórica mais facunda para ensinar aquilo que se sustenta. Aquela jamais se pratica na escola, essa é mais corrente no fórum. Aquela busca os raríssimos instruídos, nesta, com mais frequência, também está o povo. Porém, os filósofos costumam deixar clara a definição de Filosofia, antes que venham a expor seus fundamentos, a fim de que se demonstre mais facilmente aquilo que ela abarca” (*Dialecticam et Rhetoricam Varro in novem disciplinarum libris tali similitudine definivit: ‘Dialectica et Rhetorica est quod in manu hominis pugnus adstrictus et palma distensa: illa verba contrahens, ista distendens.’ Dialectica siquidem ad disserendas res acutior: Rhetorica ad illa quae nititur docenda facundior. Illa ad scholas nonnumquam venit: ista iugiter procedit in forum. Illa requirit rarissimos studiosos: haec frequenter et populus. Solent autem Philosophi antequam ad isagogen veniant exponendam, definitionem Philosophiae ostendere, quo facilius ea, quae ad eam pertinent, demonstrantur*).

¹⁸⁸ Sobre a terminologia, cf. Baratin (1989, p. 207-227) e Hyman (2005).

¹⁸⁹ *Dialectica est disciplina ad disserendas rerum causas inventa. Ipsa est philosophiae species, quae Logica dicitur, id est rationalis definiendi, quaerendi et disserendi potens. Docet enim in pluribus generibus quaestionum quemadmodum disputando vera et falsa diiudicentur. Hanc quidam primi philosophi in suis dictionibus habuerunt; non tamen ad artis redegere peritiam. Post hos Aristoteles ad regulas quasdam huius doctrinae argumenta perduxit, et Dialecticam nuncupavit, pro eo quod in ea de dictis disputatur. Nam *λεκτόν* dictio dicitur. Ideo autem post Rhetoricam disciplinam Dialectica sequitur, quia in multis utraque communia existunt.*

entendida como a ciência de discernir o verdadeiro do falso, foi muito mais explicitado nos textos. É manifesto o caso agostiniano, uma vez que o bispo de Hipona dedicou-se a escrever uma obra sobre a Dialética, porém não se interessou, em nível teórico, pela Retórica. A posição de Isidoro é menos “radical”, pois a própria natureza de compêndio de muitas de suas obras obrigava-o a abordar as diversas disciplinas mais ou menos com o mesmo propósito. Porém, também ao Hispalense, a Dialética parece ser mais pertinente do que a Retórica, uma vez que é essa a ciência do verdadeiro e do falso, aquela de que suas etimologias vão tirar proveito para se afirmar. É notável a importância que a Retórica, ainda mais no que concerne à análise da linguagem, recebe também na obra e na prática pastoral isidoriana, mas, no limite, a Dialética fornece argumentos deveras pertinentes aos cristãos, na medida em que sua fé deve se afirmar como verdadeira. Certamente, não se deve descartar, nesse juízo, a grande admiração que o Hispalense nutria pelo bispo de Hipona. Ademais, a Retórica, desde os primeiros “Padres”, a despeito de seus “usos” mais ou menos explícitos feitos por eles, era vista, assim como a poesia, como mais perigosa do que a Dialética, na medida em que poderia conduzir a deleites inócuos, rejeitados por uma moral cristã que via os saberes subordinados à prática da fé. Para Isidoro, a filosofia:

[...] é a cognição do que é humano e do que é divino, aliada ao empenho em viver corretamente. Ela parece consistir de duas partes: da ciência e da opinião. É ciência quando algo é tratado com um certo método; opinião, porém, quando, até certo ponto, algo incerto escapa e nada parece metodologicamente consistente [...]. Seu próprio nome, tendo sido traduzido em latim, deixa claro o amor à sapiência. Pois os gregos dizem *philo-* (φιλο-) para “amor”, e *sophian* (σοφίαν) para “sapiência”. Três são os ramos da Filosofia: natural, que, em grego, se chama “Física”, na qual se disserta acerca da inquirição da natureza; moral, que se diz, em grego, “Ética”, na qual se trata dos costumes; racional, que se chama, em vocábulo grego, “Lógica”, na qual é discutido como é possível buscar entre as causas das coisas e entre os costumes da vida a verdade em si. Em Física, portanto, versa-se sobre a causa da investigação; em Ética, sobre a condição de viver; na Lógica, sobre o método de conhecer¹⁹⁰. (*Orig.* II, 24, 1-4).

¹⁹⁰ [...] *est rerum humanarum divinarumque cognitio cum studio bene vivendi coniuncta. Haec duabus ex rebus constare videtur, scientia et opinione. Scientia est, cum res aliqua certa ratione percipitur; opinatio autem, cum adhuc incerta res latet et nulla ratione firma videtur [...]. Ipsud autem nomen Latine interpretatum amorem sapientiae profitetur. Nam Graeci φιλο- amorem, σοφίαν sapientiam dicunt. Philosophiae species tripertita est: una naturalis, quae Graece Physica appellatur, in qua de naturae inquisitione disseritur: altera moralis, quae Graece Ethica dicitur, in qua de moribus agitur: tertia rationalis, quae Graeco vocabulo Logica appellatur, in qua disputatur quemadmodum in rerum causis vel vitae moribus veritas ipsa quaeratur. In Physica igitur causa quaerendi, in Ethica ordo vivendi, in Logica ratio intellegendi versatur.*

Com a Filosofia, encerra-se um ideal cristão de formação que, baseado nos saberes seculares, postula seus inícios na *scientia recte loquendi* (“a perícia no falar corretamente”; *grammatica*), passando, em seguida, pela *scientia bene dicendi* (“a perícia no dizer corretamente”; *rhetorica*), e, por fim, chegando à *disciplina vera et falsa diiudicandi* (“a disciplina de discernir o verdadeiro e o falso”; *dialectica*), a qual nada mais é do que uma parte da *rerum humanarum divinarumque cognitio cum studio bene vivendi coniuncta* (“o conhecimento dos assuntos divinos e humanos aliado ao empenho em viver integralmente”; *philosophia*).

O interesse cristão pela Filosofia explica-se, aliás, por uma dupla “coincidência”: por um lado, autores pagãos, sem o saber, discutiram temas “cristãos” por excelência, como a moral, e, por outro, a própria *Bíblia* é um tratado filosófico pleno, contendo todas as suas partes:

Sócrates foi o primeiro a instituir a Ética para corrigir e regular os costumes, e a estender todo o estudo dela à discussão a respeito do viver integralmente, dividindo-a em quatro virtudes da alma, isto é, prudência, justiça, intrepidez e temperança. [...] a prudência reside naquilo pelo qual se discerne o bem do mal. A intrepidez, naquilo através de que se suportam as adversas com equanimidade. A temperança, no frear a libido e concupiscência pelas coisas. A justiça, em distribuir a cada um sua parte, julgando corretamente. Platão acrescentou a Lógica, que quer dizer “relativo à razão”, através da qual, discutidas as causas das coisas e dos costumes, perscrutou racionalmente a força dessas, dividindo-a em Retórica e Dialética. É dita, porém, “lógica”, isto é, “relativo à razão”. Com efeito, *lógos* (λόγος), entre os gregos, significa tanto discurso (*sermo*) quanto razão (*ratio*). Certamente, nesses três gêneros da Filosofia também se funda a palavra divina. Pois, ou costuma debater sobre a natureza, como em Gênesis e no Eclesiastes; ou sobre os costumes, como nos Provérbios e esparsamente em todos os livros; ou sobre a Lógica, no lugar da qual os nossos reivindicam para si a Teorética, como no Cântico dos cânticos e nos Evangelhos¹⁹¹. (*Orig.* II, 24, 5-8).

Essa formação proporciona ferramentas hermenêuticas fundamentais para a leitura “correta” dos textos, especialmente os *sagrados*. Porém, não se encerra nela tudo o

¹⁹¹ *Ethicam Socrates primus ad corrigendos componendosque mores instituit, atque omne studium eius ad bene vivendi disputationem perduxit, dividens eam in quattuor virtutibus animae, id est prudentiam, iustitiam, fortitudinem, temperantiam. prudentia est in rebus, qua discernuntur a bonis mala. Fortitudo, qua adversa aequanimiter tolerantur. Temperantia, qua libido concupiscentiaque rerum frenatur. Iustitia, qua recte iudicando sua cuique distribuunt. Logicam, quae rationalis vocatur, Plato subiunxit, per quam, discussis rerum morumque causis, vim earum rationabiliter perscrutatus est, dividens eam in Dialecticam et Rhetoricam. Dicta autem Logica, id est rationalis. Λόγος enim apud Graecos et sermonem significat et rationem. In his quippe tribus generibus Philosophiae etiam eloquia divina consistunt. Nam aut de natura disputare solent, ut in Genesi et in Ecclesiaste: aut de moribus, ut in Proverbiis et in omnibus sparsim libris: aut de Logica, pro qua nostri Theoreticam sibi vindicant, ut in Cantico canticorum, et Evangeliiis.*

que há de religioso na experiência humana, uma vez que as *disciplinae* são ferramentas, instrumentos que devem (e só podem) ajudar a *fé* a fundamentar-se e livrar-se das superstições e da ignorância, cunhadas fora de seus limites pelos seus adversários. A Filosofia é a explicação que se encerra nos limites do possível, do pensável; fora dela, está algo que somente aquele que se curva diante de Deus pode entender: seus desígnios, seus milagres, o inefável:

[Um dos ramos da Filosofia] diz-se “natural”, na qual se discute a natureza de cada coisa, já que nada é gerado em vida; mas se debate cada coisa em seus usos, entre os quais foi definida pelo criador, a não ser que se mostre que, com a forte vontade de Deus, provém de algum milagre. É dita “divina”, quando dissertamos, ou a respeito da natureza inefável de Deus, ou sobre as criaturas espirituais em algum aspecto, as mais profundas essências (*qualitas*)¹⁹². (*Orig.* II, 24, 12-13).

4.4. AS *ETIMOLOGIAS* E A ETIMOLOGIA ANTIGA: RUPTURAS E CONTINUIDADES

As *Etimologias* são sem dúvidas a obra mais conhecida de Isidoro desde seus coevos até nossos dias. É, ademais, a obra última (e inacabada) do Hispalense e, possivelmente, aquela na qual o bispo de Sevilha por mais anos trabalhou¹⁹³. O Hispalense redigiu-a já na função episcopal. Direcionada principalmente à formação eclesiástica – especialmente episcopal, embora Isidoro também estivesse atento à formação monástica (vide sua *Regula monachorum*) –, as *Etymologiae*, como ficaram mais conhecidas, experimentaram uma fama que extrapolou seu objetivo primeiro e seu tempo. Como já dissemos anteriormente, a razão para um sucesso desse tipo é, sem dúvida, sempre de difícil explicação – porque se trata dum campo complexo, dedicado a responder como os escritos de uma determinada época são lidos através da história, de que modo se dá sua recepção e sua leitura –, porém é lícito imaginar que seu caráter “enciclopedista” foi fundamental na sua rápida aceitação e permanência como uma das primeiras “obras de referência” de que se tem notícia, sendo o grande compêndio acerca do saber antigo que foi

¹⁹² *Naturalis dicitur, ubi uniuscuiusque rei natura discutitur, quia nihil generatur in vita: sed unumquodque his usibus deputatur, in quibus a creatore definitum est, nisi forte cum voluntate Dei aliquod miraculum provenire monstratur. Divinalis dicitur, quando aut ineffabilem naturam Dei, aut spiritales creaturas ex aliqua parte, profundissima qualitate disserimus.*

¹⁹³ Sobre a data de 615 como marco inicial da obra, afirma Díaz y Díaz (2004, p. 163, n. 1): “[...] Essa data, puramente simbólica, pretende dar a entender duas coisas: quão antigo foi o começo do planejamento da obra e a duração de sua elaboração”. ([...] *Esta fecha, puramente simbólica, quiere dar a entender dos cosas: la antigüedad del comienzo del planteamiento de la obra y la duración de la elaboración de ésta.*)

utilizado durante toda a Idade Média. Com um objeto pedagógico e pastoral muito bem definido, a saber, garantir o acesso aos textos antigos escritos em latim (diretamente ou por meio de traduções) por partes dos postulantes à carreira episcopal, Isidoro se empenha em produzir uma obra que seja uma espécie de enciclopédia-dicionário, visto que não há somente uma necessidade de síntese dos grandes campos de saber da Antigüidade, mas também uma exigência de colocar os leitores a par da terminologia técnica daqueles campos; assim, havia, para ele, também uma preocupação de enriquecer o “arquivo lexical” daqueles clérigos. Se lembrarmos que, no século de Isidoro, as condições para toda forma de trabalho intelectual, *lato sensu*, eram bem mais precárias do que as dos séculos precedentes, podemos entender melhor sua aparente “sanha” em dar conta de assuntos tão diversos. Não obstante o acesso mais drasticamente reduzido aos textos, para o bispo de Sevilha, não havia como formar futuros *episcopi* sem, primeiro, dar-lhes uma sólida formação relativa aos textos latinos de outrora. Não é de menos nos lembrarmos de que o foco da formação eclesiástica é um só: a leitura da *Biblia*. Toda a “pedagogia” cristã episcopal voltava-se para ela, de modo que a capacidade mínima de leitura e de entendimento “correto” (não “blasfemo”) era condição *sine qua non*. Esse contexto de declínio do acesso a qualquer educação dita “formal” e, mesmo, à *leitura* num sentido mais geral, levam-nos a localizar melhor os pressupostos com os quais Isidoro trabalhava.

As *Etimologias* parecem constituir o último estágio da busca isidoriana por uma abordagem mais precisa dos significados das palavras e das relações estabelecidas entre elas. Continuando traços propostos nas *Differentiae* (“Diferenças”) e nos *Synonima* (“Sinônimos”), Isidoro vê, no entanto, na Etimologia o campo mais profícuo para realizar uma investigação dialética da linguagem. Longe de ser um “jogo” desinteressado ou uma “fantasia”, a Etimologia é, numa expressão instigante de Curtius (1978: 486-90), *Denkform* (“forma de pensamento”)¹⁹⁴. É a *metaciência*, aquela que pode dar conta da realidade das

¹⁹⁴ [...] Augustin erklärt aber auch fides durch fit quod dicitur; nequitia durch ne quidquam usw. Alles bisher Vorgeführte kann als mehr oder minder genießbare Spielerei erscheinen. Aber es gewinnt grundlegende Bedeutung für das ganze Mittelalter durch die Tat des großen Isidor von Sevilla, der bei seiner Zusammenstellung des gesamten menschlichen Wissens den Weg von der Bezeichnung zum Wesen, von der verba zu den res, wählte und sein Werk dem entsprechend Etymologiarum libri nannte. Ich habe an andere Stelle von der kaum zu überschätzenden Bedeutung dieses Werkes gesprochen, das man als Grundbuch des ganzen Mittelalters bezeichnen kann. Es hat nicht nur den Wissensbestand für acht Jahrhunderte gültig

coisas (*res*) como uma forma de linguagem, cujas unidades de significados mínimas são as palavras (*uerba*):

A grande obra de Isidoro, a que lhe deu fama e prestígio durante séculos e com a qual ainda hoje é identificado, são as *Etimologias*. Nessa vasta enciclopédia encontram-se reunidos, sob os lemas de vocábulos usuais ou infreqüentes, todos os campos do saber antigo, explicados mediante a justificativa dos termos que os designam. É um compêndio de conhecimentos organizado segundo temas gerais, com a interpretação das designações que recebem os seres e as instituições, mediante mecanismos etimológicos, isto é, buscando na forma e na história das palavras uma chave dupla: a da denominação em si mesma e, através dela, a do objeto, o ser que a recebe. Constitui, assim, uma espécie de explicação por procedimentos lingüísticos do que existe, e serve, ao mesmo tempo, como *modo de conhecer* [grifo nosso] e de compreender melhor o universo, e como recurso profundo para uma compreensão mais correta e completa dos textos antigos nos quais esses vocábulos são utilizados ou aludidos¹⁹⁵. (DÍAZ Y DÍAZ, 2004, p. 163).

Nessa passagem, percebem-se aqueles dois aspectos da Etimologia como *origo* mas também como *causa*, porém, saindo dos âmbitos estritos do texto escrito. Isidoro aplica-a ao conhecimento do mundo como um todo, como se a realidade se organizasse também como um texto, cuja interpretação depende de um *grammaticus*.

4.5. ETIMOLOGIAS E *DIFFERENTIAE*

Embora, como dito anteriormente, as *Etimologias* parecem ser um passo além do que Isidoro havia desenvolvido na sua (provavelmente) primeira obra, as *Diferenças*, os métodos dessa última alternativamente são empregados nas *Etimologias*. Assim, o método das *Diferenças* pode ser encarado como complementar ao das *Etimologias*, porém, apresentando-se como trabalhos de caminhos opostos. Enquanto que nas *Diferenças* – como é previsto – busca-se o escrutínio que permite evitar associações semânticas abusivas,

festgelegt, sondern auch deren Denkform geprägt. Es führte zum 'Ursprung' (origo) und zu 'Kraft' (vis) der Dinge.

¹⁹⁵ *La gran obra de Isidoro, la que dio fama y prestigio durante siglos y aquella con la que se le identifica todavía hoy, son las Etimologías. En esta vasta enciclopedia se encuentran reunidos, bajo los lemas de vocablos usuales o infrecuentes, todos los campos del saber antiguo explicados mediante la justificación de los términos que los designan. Es un compendio de conocimientos clasificado según temas generales, con interpretación de las designaciones que reciben los seres y las instituciones, mediante mecanismos etimológicos, esto es, buscando en la forma y en la historia de las palabras una doble llave: la de la denominación en sí misma y, a través de ella, la del objeto o ser que la recibe. Constituye así una especie de explicación por procedimientos lingüísticos de cuanto existe, y sirve a la vez como modo de conocer y comprender mejor el universo, y como recurso profundo para una más correcta y completa inteligencia de los textos antiguos en que estos vocablos aparecen utilizados o aludidos.*

a etimologia é justamente a busca pelo que há de propriamente símile entre duas palavras, especialmente no campo semântico. É lícito supor, segundo a cronologia proposta das obras, que as *Etimologias*, embora de matiz diferente, constituem um refinamento ou um aperfeiçoamento em relação ao trabalho das *Diferenças*, já que, naquelas, Isidoro procura um discurso capaz não só de discernir entre palavras, mas sim de explicar por que tal palavra existe e por que significa tal coisa. No entanto, inúmeras são as passagens em que, nas *Etimologias*, encontram-se “intervenções” do tipo das *Diferenças*. Nesses casos, nota-se que a oposição à etimologia dá-se naquele ponto em que esta última tem cunho “essencialista”. Além do mais, as *Diferenças*, assim como a *Etimologia*, estão submetidas ao quadro maior da *grammatica*. Tanto é assim que a definição aparece no *Da gramática*:

A diferença é uma espécie de definição, que os escritores de gramáticas denominam acerca do que é o mesmo e do que é o outro. Com efeito, essas duas, tendo sido confundidas entre si por meio de um certo parentesco, são discernidas após ter sido acrescentada uma diferença, através da qual se toma conhecimento do que cada uma das duas é; por exemplo, quando se indaga o que há entre “rei” e “tirano”, tendo sido adicionada a diferença, define-se o que ambos são, por exemplo: “rei é modesto e temperado; tirano, por outro lado, é cruel”. Com efeito, entre essas duas definições, tendo a diferença sido posta, toma-se conhecimento do que ambos são. E assim por diante.¹⁹⁶ (*Orig.* I, 31).

Salvo algum engano, a totalidade das *differentiae* são de tipo “essencialista”, *ex causa/ex ratione* (“da razão de ser”), confirmando – como contraponto – que a pesquisa antiga da linguagem direcionava-se muito à questão semântica, seja no que concerne ao que é díspar, seja ao símile. Trata-se, sobretudo, de uma pesquisa *sincrônica*. Muitas vezes, em questões sensíveis à religião cristã, a “essência” da diferença é dada por algo “místico” – ou seja, que apela ao “além da realidade sensível” e portanto, ao além-da-língua – , relacionado somente pela pena do bom intérprete. Por exemplo, ao distinguir a cítara, de uso “pagão”, do saltério, de uso religioso, diz o seguinte o bispo de Sevilha:

O saltério, que o vulgo diz “cântico”, foi nomeado de *psallère* (“tocar instrumento de cordas, cítara”), uma vez que, a seu som, o coro responde consonante. Há, porém, uma semelhança, no que diz respeito à forma, parecida com um delta (Δ), com a cítara bárbara; mas, a diferença entre o saltério e a cítara

¹⁹⁶ *Differentia est species definitionis, quam scriptores artium de eodem et de altero nominant. Haec enim duo quadam inter se communiione confusa, coniecta differentia secernuntur, per quam quid sit utrumque cognoscitur; ut cum quaeritur quid inter regem sit et tyrannum, adiecta differentia, quid uterque sit definitur, ut ‘rex modestus et temperatus, tyrannus vero crudelis.’ Inter haec enim duo differentia cum posita fuerit, quid sit utrumque cognoscitur. Sic et cetera.*

é esta: saltério tem aquela madeira côncava, donde se emite o som, mais no alto e a partir daí as cordas atingem até em baixo, e soam desde cima. A cítara, por outro lado, tem a concavidade de madeira mais em baixo. Os hebreus, porém, fizeram uso do saltério decacordo, por causa do número do Decálogo da lei.¹⁹⁷ (*Orig.* III, 22, 7).

Após apontar, portanto, uma semelhança entre a cítara e o saltério, Isidoro vê como pertinente apresentar em que elas discernem entre si; conclui, por fim, que, *misticamente* (embora não empregue o termo aí), os números de cordas do saltério, confeccionado para acompanhar os cantos litúrgicos, são dez, tal qual o número de mandamentos da lei mosaica. Além do mais, vale lembrar do simbolismo do número dez na narrativa bíblica: é, como o próprio Hispalense sustenta¹⁹⁸, o número da perfeição.

Lembrando o caráter pedagógico da obra, um manual de formação do futuro eclesiástico, fica patente como o método das *differentiae* também serve de controle sobre a interpretação. Vários são os capítulos de livros em que Isidoro, após apresentar separadamente áreas do saber secular, dedica-se a explicar quais as diferenças existentes entre elas, de modo que se possa usar delas o que há de positivo para um cristão, evitando, assim, qualquer prática “blasfema”. Eis um exemplo disso, quando se fala sobre a relação entre astronomia e astrologia:

Entre a Astronomia e a Astrologia, porém, algo difere. Pois a Astronomia abarca o movimento circular do céu, o nascimento, morte e deslocamento dos astros, ou a partir de qual causa devem ser assim chamados. Por outro lado, a Astrologia é, em parte, natural, em parte, supersticiosa. Natural, quando acompanha o curso do sol e da lua, ou certos períodos de repouso das estrelas. É supersticiosa, por outro lado, aquela que os matemáticos seguem, uma vez que auguram por meio das estrelas, cada um também dispendo os dozes signos do céu por partes específicas da alma ou do corpo, e tentam, pelo curso dos astros, predizer os nascimentos e os costumes dos seres humanos¹⁹⁹. (*Orig.* III, 27, 1).

¹⁹⁷ *Psalterium, quod vulgo canticum dicitur, a psallendo nominatum, quod ad eius vocem chorus consonando respondeat. Est autem similitudo citharae barbaricae in modum Δ literae; sed psalterii et citharae haec differentia est, quod psalterium lignum illud concavum, unde sonus redditur, superius habet, et deorsum feriuntur chordae, et desuper sonant. Cithara vero concavitatem ligni inferius habet. Psalterium autem Hebraei decachordon usi sunt propter numerum Decalogi legis.*

¹⁹⁸ Cf. *Orig.* III, 14, 5, embora o trecho possa não ter saído da pena de Isidoro, conforme aventa a edição de Díaz y Díaz.

¹⁹⁹ *Inter Astronomiam autem et Astrologiam aliquid differt. Nam Astronomia caeli conversionem, ortus, obitus motusque siderum continet, vel qua ex causa ita vocentur. Astrologia vero partim naturalis, partim supersticiosa est. Naturalis, dum exequitur solis et lunae cursus, vel stellarum certas temporum stationes. Superstitiosa vero est illa quam mathematici sequuntur, qui in stellis auguriantur, quique etiam duodecim*

Longe de ser algo banal, a recusa da parte “supersticiosa” da Astrologia foi, e ainda era no século VII, um tema caríssimo à doutrina cristã, não só por se tratar de um saber alheio a ela, mas por que colocava em xeque a questão do livre-arbítrio e, portanto, da relação que Deus, como Providência, estabelece com a humanidade. Portanto, recusar a “superstição” da Astrologia não era apenas um clamor por “pureza” religiosa, mas estava no centro da própria sustentação da fé num Deus providente.

Todavia, uma intervenção do tipo do das *Diferenças* direcionava-se também a marcar o que há de particular nos cristãos em relação, por exemplo, aos judeus:

Sinagoga, em grego, diz-se “congregação”, nome que o povo dos judeus manteve como seu próprio. Com efeito, costuma-se dizer, com propriedade, sinagoga para a congregação deles, embora também se diga igreja. Por outro lado, os apóstolos nunca disseram “nossa sinagoga”, mas sempre “nossa igreja”, ou para discernir, ou porque algo é preciso distinguir entre congregação, donde provém “sinagoga”, e convocação, donde “igreja” toma seu nome: porque, evidentemente, também os rebanhos costumam se congregar, dos quais também dizemos, com propriedade, grei; porém, é mais usual “ser convocado” por meio da razão, assim como o são os seres humanos.²⁰⁰ (*Orig.* VIII, 1, 6-8)

Sinagoga, apesar de ser palavra grega que poderia ser perfeitamente empregada no *Novo Testamento*, é uma palavra que deve ser recusada por que se refere a “eles”, os judeus. A palavra apropriada a um cristão para falar de sua comunidade de fé é *Igreja*. Porém, a diferença não é tão explícita e direta, mas passa pela história canônica dos Apóstolos, os quais jamais a teriam empregado, e passa pelo crivo interpretativo do método da *diferença*: qualquer reunião pode ser uma sinagoga, até a dos animais; igreja, no entanto, só entre homens.

Quanto aos valores atribuídos à Etimologia, é patente que o próprio título da obra já demonstra certa oscilação: *Etymologiae sive origines*. Para argumentarmos que, a despeito da forte associação existente nesse período entre a idéia de *origo* e a de *etymologia*, convivem ainda outras nuances ligadas à questão *cur*, atentaremos para alguns

caeli signa per singula animae vel corporis membra disponunt, siderumque cursu nativitates hominum et mores praedicare conantur.

²⁰⁰ *Synagoga Graece congregatio dicitur, quod proprium nomen Iudaeorum populus tenuit. Ipsorum enim proprie synagoga dici solet, quamvis et ecclesia dicta sit. Nostram vero Apostoli numquam synagogam dixerunt, sed semper ecclesiam, sive discernendi causa, sive quod inter congregationem, unde synagoga, et convocationem, unde ecclesia nomen accepit, distet aliquid; quod scilicet congregari et pecora solent, quorum et greges proprie dicimus; convocari autem magis est utentum ratione, sicut sunt homines.*

trechos em que há uma oposição mais nítida desses valores. Antes, porém, não podemos deixar de transcrever a definição, em si, que o Hispalense dá de Etimologia:

A etimologia é a *origem* das palavras, uma vez que o *valor da palavra* ou do *nome* ganha nexos através da *interpretação*. Aquela, Aristóteles nomeou de σύμβολον, Cícero de *anotação*, já que os nomes e as palavras para as coisas se fazem notadas através de uma dada referência, a saber: *flumen* (“rio”), porque se dividiu fluindo, foi nomeado a partir de “fluir”. O conhecimento da referência tem, amiúde, um uso indispensável na interpretação. Pois, assim que tiveres visto donde o nome é oriundo, saberás mais rápido seu valor. A inspeção de todas as coisas é mais fácil, sendo a etimologia conhecida. Todavia, nem todos os nomes foram impostos pelos antigos segundo a natureza, mas alguns o foram segundo o agrado, assim como também nós damos, às vezes, nomes aos nossos servos e possessões, segundo o que agrada a nossa vontade. Daqui é que não se encontram as etimologias de todos os nomes, já que alguns deles não são segundo a sua qualidade, a partir da qual foram gerados, mas receberam seus vocábulos conforme o arbítrio da vontade humana. No entanto, existem etimologias de nomes que foram dadas, ou a partir da *causa*, p. ex., *reges* (“reis”) de [*regere* (“reger”) e] de *recte agere* (“agir retamente”); ou partir da *origem*, p. ex., *homo* (“homem”), pois vem de *humus* (“terra”); a partir dos contrários, p. ex., de *lauare* (“lavar-se”) vem *lutum* (“lama”), mesmo que *lutum* não seja limpo, e *lucus* (“bosque”), porque, lá, a sombra luz opaca. Alguns nomes também foram cunhados a partir da derivação nominal, p. ex., *prudens* (“prudente”) de *prudentia* (“prudência”); outros também desde os sons, p. ex., *garrulus* (“tagarela”) de *garrulitas* (“tagarelice”); alguns são oriundos de etimologia grega e foram incorporadas à declinação latina, p. ex., *silva* (“floresta”), *domus* (“casa”). Outros também tiram seus vocábulos de nomes de lugares, de cidades ou de rios. Muitos também são chamados conforme a língua dos diversos povos. Donde também a origem de seus nomes discerne-se com dificuldade. Com efeito, a maioria dos nomes bárbaros permanece incógnita tanto aos latinos quanto aos gregos.²⁰¹ (*Orig.* I.29)

Neste excerto, Isidoro reproduz claramente as valências da etimologia tal qual Peraki-Kyriakidou aponta em seu texto: ao lado de *origo*, há grande ênfase em seu valor

²⁰¹ *Etymologia est origo vocabulorum, cum vis verbi vel nominis per interpretationem colligitur. Hanc Aristoteles σύμβολον, Cicero adnotationem nominavit, quia nomina et verba rerum nota facit exemplo posito; utputa 'flumen' quia fluendo crevit, a fluendo dictum. Cuius cognitio saepe usum necessarium habet in interpretatione sua. Nam dum videris unde ortum est nomen, citius vim eius intellegis. Omnis enim rei inspectio etymologia cognita planior est. Non autem omnia nomina a veteribus secundum naturam inposita sunt, sed quaedam et secundum placitum, sicut et nos servis et possessionibus interdum secundum quod placet nostrae voluntati nomina damus. Hinc est quod omnium nominum etymologiae non reperiuntur, quia quaedam non secundum qualitatem, qua genita sunt, sed iuxta arbitrium humanae voluntatis vocabula acceperunt. Sunt autem etymologiae nominum aut ex causa datae, ut 'reges' a [regendo et] recte agendo, aut ex origine, ut 'homo' quia sit ex humo, aut ex contrariis ut a lavando 'lutum' dum lutum non sit mundum, et 'lucus' quia umbra opacus parum luceat. Quaedam etiam facta sunt ex nominum derivatione, ut a prudentia 'prudens'; quaedam etiam ex vocibus, ut a garrulitate 'garrulus'; quaedam ex Graeca etymologia orta et declinata sunt in Latinum, ut 'silva' 'domus.' Alia quoque ex nominibus locorum, urbium, [vel] fluminum traxerunt vocabula. Multa etiam ex diversarum gentium sermone vocantur. Vnde et origo eorum vix cernitur. Sunt enim pleraque barbara nomina et incognita Latinis et Graecis.*

interpretativo. Isto é, mesmo nessa passagem, que poderíamos chamar de mais “formal”, visto que é dedicada à definição do tema central da obra, a etimologia já se apresenta como busca por origem (diacronia) e trabalho interpretativo (sincronia). Vale a pena lembrarmos, ademais, que, embora *etimologia* encabece e intitule a obra, Isidoro a aborda por dois vieses: i) subordina-a – em consonância com a tradição alexandrina contida, por exemplo, no “programa” de Dionísio Trácio – ao quadro mais geral da gramática, ou seja, o capítulo *De etymologia* é o vigésimo nono do livro *primeiro*, cujo nome é *De grammatica*; ii) o Hispalense não pretende discutir os valores da etimologia, tampouco fazer uma recensão detalhada de todas as definições precedentes, de modo que poderíamos dizer tranqüilamente que, apesar do título da obra – fosse *Etymologiae* ou *origines* –, não está em questão problematizar esses campos, ou melhor, não são eles objetos da obra; ao contrário, percebemos que, seguindo os preceitos ditos anteriormente, o bispo de Sevilha tem na etimologia um método hermenêutico e “pedagógico”, capaz de “facilitar” o acesso aos textos latinos considerados canônicos. Também nesse aspecto é curioso notar que, como afirma Peraki-Kyriakidou (2002, p. 481):

A interpretação de uma palavra implica principalmente o elemento exegetico e didático da etimologia. Através dele, a ênfase é dada sobre o sentido que o intérprete favorece. Esse aspecto já aparece no *Crátilo* de Platão, no qual a etimologia aponta para a exegese de um nome através do ‘sentidos escondidos das palavras’. Ademais, o nome (*ὄνομα*), no *Crátilo*, era visto como um instrumento pedagógico.²⁰²

Voltando à definição do Hispalense, dentre as maneiras a partir das quais são dados os nomes às coisas, estão elencadas entre as primeiras as seguintes: *ex causa* e *ex origine*. Não é menos importante atentarmos para os exemplos dados: i) *ex causa*, por exemplo, *reges* [reis] derivado de *recte agendo* [“agir corretamente”]; sem comentarmos as possíveis *afinidades eletivas* entre Isidoro e o rei Sisebuto, tenhamos em mente que, dum ponto de vista idealizado, é próprio dos reis agirem corretamente, ou seja, isto pertence à “natureza” régia. Qualquer associação com Salomão e sua sabedoria moral e espiritual também não deve ser descartada; ii) *ex origine*, por exemplo, *homo* [“ser humano”],

²⁰² *The interpretation of a word implies mainly the exegetical and didactic element of etymology. Through it, the emphasis is on the meaning favoured by the interpreter. This aspect is already existent in the Platonic Cratylus, where etymology aimed at the exegesis of a name through the ‘hidden meanings of the words’. Besides, the name (ὄνομα) in the Cratylus was seen as a pedagogical instrument.*

derivado de *humus* [“terra”]. Entramos aqui, novamente, num *topos* cristão importantíssimo que nos leva à narrativa bíblica a respeito da criação da humanidade: *Adão* como aquele feito da Terra²⁰³. Portanto, estamos diante de dois recortes diferentes: um rei e sua razão de ser e, por consequência, o emprego do vocábulo, não permitem falar em *origo*, pois não se pode localizá-la. Ou melhor, não se pode, por exemplo, tentar especular sobre as origens de Salomão, pelo menos num “programa” profano/secular, no qual o método etimológico se situa. A característica de *recte agere* de um rei é atemporal e, nesse sentido, sempre sincrônica:

Reges (“reis”) são chamados a partir de *regere* (“reger”). Com efeito, assim como *sacerdos* (“sacerdote”) provém de *sacrificare* (“sacrificar”), do mesmo modo também *reges* de *regere*. Porém, não rege quem não corrige. Portanto, ao agir corretamente, é mantido o nome de “rei”, afasta-se do pecado. Donde também entre os antigos tal era o provérbio: ‘Serás rei, se agires corretamente; se não agires, não o serás’. As duas virtudes régias principais são: a justiça e a piedade. Porém, mais louvável nos reis é a piedade, pois a justiça, por si só, é severa.²⁰⁴ (*Orig.* IX, 3, 4-5).

Por outro lado, quando se fala em *humanidade* e *ser humano*, para alguém formado na tradição judaico-cristã, é muito claro que sua origem está dada como certa no texto bíblico, de modo que ela é inconteste. Nesse caso, portanto, não só é lícito falar em *origo* como é inevitável.

O critério essencialista, em muitos casos, pode ser o determinante na configuração de uma etimologia, a despeito de qualquer consideração sonora ou que passe pelas letras. Assim, Isidoro diz em *Orig.* V, 24, 22: *Rite autem esse non ex recte, sed ex more* (“No entanto, [diz-se] que ‘rito’ vem, não de ‘reto’, mas de ‘costume’”). Entre *mos* e *rectus*, é evidente a proximidade maior deste último em relação a *ritus*, porém, de um ponto de vista ideológico²⁰⁵ cristão, faz mais jus à doutrina derivar *ritus* de *mos*, questionando a outra possibilidade mais “fonética”.

²⁰³ Cf. Gn.2-7: *formavit igitur Dominus Deus hominem de limo terrae et inspiravit in faciem eius spiraculum vitae et factus est homo in animam viventem.* (grifo nosso)

²⁰⁴ *Reges a regendo vocati. Sicut enim sacerdos a sacrificando, ita et rex a regendo. Non autem regit, qui non corrigit. Recte igitur faciendo regis nomen tenetur, peccando amittitur. Vnde et apud veteres tale erat proverbium: ‘Rex eris, si recte facias: si non facias, non eris.’ Regiae virtutes praecipuae duae: iustitia et pietas. Plus autem in regibus laudatur pietas; nam iustitia per se severa est.*

²⁰⁵ Empregamos *ideologia* (e correlatos morfológicos) como correspondente ao que Maingueneau (2005, p. 22) chama de *sistema de restrições semânticas globais*. “[...] O caráter ‘global’ dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos ‘planos’ discursivos: tanto o vocabulário

Citemos outros excertos em que podemos corroborar essa distinção:

Chama-se “Criador”, porque todas as coisas do mundo foram criadas por ele próprio. Com efeito, nada há que não traga sua *origem* de Deus. O próprio também é uno, uma vez que não pode ser dividido ou porque nenhuma outra coisa pode existir que tenha tamanho poder.²⁰⁶ (*Orig.* VII.1.33)

Neste capítulo, intitulado *De Deo*, que abre o livro *De Deo, angilis et sanctis*, Isidoro deixa bem claro que o *criador*, isto é, Deus, não pode ter uma *origem*, uma vez que Ele é o motor criador de tudo, ou seja, é Ele que origina todas as coisas do mundo e, portanto, não pode ser originado de nenhuma outra. Este último fato, além disso, é enfatizado pela fórmula: *Ipse et unus, quia dividi non potest* (“Ele próprio também é único, já que não pode ser dividido”).

Em outro trecho, contido no mesmo capítulo da obra, vemos como Isidoro, ao tentar explicar diferentes nomes atribuídos a Deus, não desmente essa valência divina absoluta:

Com efeito, a explicação dos vocábulos basta para indicar o que se quer deixar a entender. Alguns desses, pois, tiram a razão de seus nomes das suas próprias causas. De início, apresentamos os dez nomes com os quais Deus é chamado entre os hebreus. O primeiro nome de Deus, entre os hebreus, é *El*, o qual alguns interpretam como “Deus”, outros, escrutinando sua etimologia, como ἰσχυρός, isto é “forte”, porque não está sujeito a nenhuma enfermidade, mas é forte e suficiente para engendrar qualquer coisa. O segundo nome é *Eloi*. O terceiro *Eloe*. Ambos são ditos, em latim, “Deus”. Porém, esse nome foi trazido ao latim a partir de uma denominação grega. Com efeito, “Deus”, em grego, é δέος, ou seja, φόβος, isto é, temor, donde derivou deus, uma vez que o temem aqueles que o cultuam.²⁰⁷ (*Orig.* VII.1.2-5)

quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação... Trata-se, com isso, de libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da ‘significância’ que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela [...]. Recusamos a idéia de que há, no interior do funcionamento discursivo, um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou mesmo privilegiada (as palavras, as frases, os arranjos argumentativos etc...). O que leva a recolocar o princípio de sua disseminação sobre os múltiplos planos do discurso. Não há mais, então, lugar para uma oposição entre ‘superfície’ e ‘profundidade’, que reservaria apenas para a profundidade o domínio de validade das restrições semânticas.” (*ibid.*, p. 22-23). Cf. também Courtine (1982, p. 34-35) e Pêcheux (1988, 151-159) para conceitos de *ideologia* de matiz mais althusseriano.

²⁰⁶ *Creator dictus pro totius mundi rebus ab ipso creatis. Nihil enim est quod non originem a Deo traxerit. Ipse et unus, quia dividi non potest, vel quia nihil aliud esse potest quod tantundem capiat potestatis.*

²⁰⁷ *Vocabulorum enim expositio satis indicat quid velit intellegi. Habent enim quaedam ex propriis causis nominum rationem. In principio autem decem nomina ponimus, quibus apud Hebraeos Deus vocatur. Primum apud Hebraeos Dei nomen El dicitur; quod alii Deum, alii etymologiam eius exprimentes ἰσχυρός, id est fortem interpretati sunt, ideo quod nulla infirmitate opprimitur, sed fortis est et sufficiens ad omnia perpetranda. Secundum nomen Eloi. Tertium Eloe, quod utrumque in Latino Deus dicitur. Est autem nomen*

Além do fato de Isidoro reafirmar o caráter “interpretativo” da pesquisa etimológica, ao dizer que *alguns nomes devem sua razão [rationem] por suas próprias causas* (conhecidas através da pergunta *cur*, cuja resposta é *ex causa*), ele expõe, na passagem acima, as diversas possibilidades do nomear que não implicam diacronia, mas sim uma percepção relacionada a um valor visto como essencial de Deus. Assim, Deus, dependendo do ponto de vista, pode ser chamado *forte*, *temor* etc., de modo que Seu nome revelará não um fato diacrônico mas sim uma forma de encarar a relação com Ele.

Origo, no caso dessa obra do Hispalense, parece também marcar um ponto de inflexão, cujo desenvolvimento é de total ruptura. Portanto, quando se fala em *origo*, não se está tratando apenas dos primórdios imemoriais da humanidade, mas se pode estar apontando simplesmente um ponto bem preciso, a partir do qual a *História* se alterou. Por exemplo, quando ele diz:

Fonte, porque é a *origem* das coisas ou porque satisfaz os sedentos. Ele também é o alfa e o ômega. O alfa, pois nenhuma letra a procede. É a primeira das letras assim como ele é o Filho de Deus. Com efeito, ele mesmo respondeu, aos judeus interrogantes, que era o princípio. Donde também João, no Apocalipse, ao se referir a essa mesma letra, diz, com propriedade (22,13): “Eu sou o alfa e o ômega, o primeiro e o novíssimo”. Primeiro, porque nada há antes dele. Novíssimo, pois empreende o juízo novíssimo.²⁰⁸ (VII.2.28)

Neste trecho, retirado do capítulo *De Filio Dei*, contido no mesmo livro *De Deo, angelis et sanctis*, o bispo de Sevilha reafirma a noção de *origem* como um momento sem precedentes; porém, como está falando de Cristo, ao usar a metáfora da *fonte*, ele argumenta como Jesus é ao mesmo tempo o princípio de tudo – nada há antes dele –, uma vez que é consubstanciado no Pai, e o ponto a partir do qual tudo é novo, ou seja, é estabelecida uma “nova Era”, uma “nova Aliança”, o *Novo Testamento*. Portanto, como uma fonte, nada há antes, todavia, um rio se forma no horizonte.

Etymologia, por outro lado, serve, dentre do quadro apresentado, como uma chave interpretativa, cuja função é ratificar uma leitura canônica das *Escrituras*. No

in Latinum ex Graeca appellatione translatum. Nam Deus Graece δέος, φόβος dicitur, id est timor, unde tractum est Deus, quod eum colentibus sit timor.

²⁰⁸ *Fons, quia rerum origo est, vel quod satiat sitientes. Ipse quoque A et Ω. Alpha enim litteram nulla praecedit; prima est enim litterarum, sicut et Filius Dei; ipse enim se principium Iudaeis interrogantibus esse respondit. Vnde et Iohannes in Apocalypsi proprie ipsam litteram ponens ait (22,13): ‘Ego sum A et Ω, primus et novissimus.’ Primus, quia ante eum nihil est. Novissimus, quia iudicium novissimum ipse susceperit.*

capítulo 6, *De hominibus qui quodam praesagio nomen acceperunt*, encontrado no mesmo livro VII supracitado, vemos o seguinte:

Interpreta-se “Musalém” como “morto”. A etimologia do nome é evidente. Alguns, com efeito, acharam que ele tinha sido levado com seu pai e escapado do dilúvio. No entanto, a tradução lógica (*signanter*) é esta: “morreu”, de modo que é mostrado que ele não sobreviveu ao dilúvio, mas que sofreu naquele mesmo cataclisma. Com efeito, somente os oito homens, na arca, salvaram-se do dilúvio.²⁰⁹ (*Orig.* VII.6.13)

Aqui, a explicação do nome de Musalém não diz respeito a sua *origem*, uma vez que não fala sobre um fato anterior à sua nomeação, mas, diz sobre um acontecimento que é posterior à sua vida. Sua morte antes do dilúvio é que explica seu nome. Estamos, portanto, novamente diante de um emprego em que *etymologia* é usada como uma chave para responder *cur* e não *unde*. De fato, o título do capítulo em que se encontra a passagem referida nos alerta sobre o fato de que se falará sobre *homens que recebem seu nome graças a um presságio*, isto é, graças a uma ação, cujo desenrolar está no porvir.

Por fim, citemos um último caso em que Isidoro, ao comentar os valores da palavra *monachus* (“monge”), empregando *etymologia* e não *origo*, deixa transparecer uma possibilidade “aberta” para a interpretação:

“Monge” é assim chamado através da etimologia grega, pelo fato que fica isolado (*singularis*). Com efeito, *μονάχος* é como se diz, em grego, isolamento (*singularitas*). Logo, se se interpreta como “isolado” o vocábulo “monge”, o que faz, estando na multidão, aquele que fica só (*solus*)? São, no entanto, muito os tipos de monges.²¹⁰ (*Orig.* VII.13.1)

Após explicar o valor derivado do grego, cujo significado é dado como *solitário*, o autor faz uma pergunta que, retirada de sua historicidade, se apresentaria como vazia ou *nonsense*. Ao questionar como devemos chamar aquele que está *só* perante a *multidão*, é evidente que Isidoro não tenciona produzir um paradoxo. Trata-se, aqui, de uma questão eclesiástica bastante sensível ao século VII. Sendo um bispo e tendo na pregação

²⁰⁹ *Musalam interpretatur mortuus est. Evidens etymologia nominis. Quidam enim eum cum patre translatum fuisse, et diluvium praeterisse putaverunt. Ob hoc signanter transfertur: mortuus est, ut ostenderetur non vixisse eum post diluvium, sed in eodem cataclysmo fuisse defunctum. Soli enim octo homines in arca diluvium evaserunt.*

²¹⁰ *Monachus Graeca etymologia vocatus, eo quod sit singularis. Movάχος enim Graece singularitas dicitur. Ergo si solitarius interpretatur vocabulum monachi, quid facit in turba qui solus est? Plura sunt autem genera monachorum.*

uma de suas prerrogativas fundamentais, Isidoro tenta problematizar uma outra opção de vida religiosa: a dos *monachi*. Dedicados à vida contemplativa, o bispo de Sevilha os vê mergulhados numa solidão, na qual se afastam da característica evangelizadora da religião cristã. Portanto, ao investigar a *etymologia* de *monachus*, Isidoro permite-se questioná-la, a ponto de afirmar: *no entanto, muitos são os tipos de monges*. Ou seja, não obstante sua *ratio* “solitária”, não há porque esposar cegamente esse ponto de vista. De fato, temos a sensação de que Isidoro tenta esvaziar a semântica de *monachus*.

4.6. ETIMOLOGIAS E BÍBLIA: UERITAS HEBRAICA E LÍNGUA COEVA

Ao problema acima da distinção semântica, objeto tanto das *Etimologias* quanto das *Differentiae*, subjaz outro concernente à questão de como Isidoro encara a relação entre um método que deve desbravar os abusos próprios ao arbítrio humano – e, com isso, encontrar o sentido verdadeiro escamoteado pela corrupção da língua – com a língua coeva, na qual, sua explanação tem de se desenrolar. Graças à confluência de visões sobre a língua de que é resultado a síntese isidoriana, é complexo encontrar uma única direção para a qual apontariam todas essas reflexões. Embora, no geral, o “programa” cristão seja mantido (e reforçado), ao incorporar autores seculares de vários jaezes a sua obra, Isidoro mescla concepções e, às vezes, produz resultados que destoam ou que vão além em relação aos seus pares cristãos.

Já se disse que, no livro IX, *De linguis, gentibus, regnis, militia, ciuibus, affinitatibus*, Isidoro pratica uma espécie de etnolingüística *avant la lettre*, ao propor uma genealogia das línguas e dos povos, admitindo que maior é o número de povos que o de línguas. Como resultado de um “preconceito teológico”, a primeira língua humana do mundo é o hebraico. Nessa língua, os nomes foram dados por Adão, o primeiro homem:

Quem primeiro aplicou vocábulos a todos os animais foi Adão, dando um nome a cada um a partir da criação que está à vista, conforme o estado da natureza a qual o nome obedece. Os gentios, porém, cunharam vocábulos a cada um dos animais a partir de sua própria língua. Adão impôs aqueles nomes, porém, não segundo a língua latina, grega ou seja qual for dentre as línguas bárbaras, mas conforme

aquela língua que foi a única para todos antes do dilúvio, que se chama hebraica.²¹¹ (*Orig.* XII, 1,1)

A nomeação adâmica foi feita *ex praesenti institutione iuxta condicionem naturae* (“a partir da Criação que está à sua vista, conforme o estado da natureza”), de modo que, por sua semelhança a Deus, não há como questionar as suas escolhas. O hebraico é a língua de Adão, a única pré-babélica. Assim, toda a pesquisa sobre a linguagem engendrada por um cristão deveria ser, não sobre o hebraico, mas sobre as línguas pós-babélicas. Pode-se, apenas, aprender o hebraico, a fim de conhecer os *verdadeiros* nomes das coisas, mas não se pode perguntar por que tais nomes são como são. Para o conhecedor do hebraico, a tarefa mais nobre é tentar traduzir sua verdade *ipsis litteris* nas outras *linguae sacrae*. Nesse contexto, a Etimologia, quando diacrônica, encontra seu termo, portanto, no hebraico, uma vez que, nessa língua, a relação nome-coisa é essencial. Desse modo, a *origem* dos nomes e da linguagem é, na doutrina cristã, muito bem conhecida, tornando pretensiosa qualquer tentativa de explicá-la para além da narração mosaica. Por outro lado, as origens não estão despregadas do presente, não estão num lugar inacessível. Deve-se investigar a semântica das palavras, suas essências no presente, suas características. Não há a pretensão de chegar aos primórdios, já que esse momento é dado, conhecido. Busca-se o real por trás da língua, o real coetâneo, não de outras épocas. As mudanças das palavras e sua “corrupção” dizem respeito às línguas pós-babélicas, não ao hebraico. Todavia, nem sempre se trata de “corrupção”, mas, apenas, de ignorância da verdade. É o caso das línguas bárbaras. As “essências” não estão perdidas ou guardadas no início do mundo, mas continuam no presente, basta tirar o véu, ler o sinal dos tempos e perceber a presença dos signos de Deus. Os nomes, em hebraico, eram perfeitos porque Adão conhecia a essência das coisas, mas a confusão das línguas fez com que fosse necessário pesquisar os nomes; assim, as características dos objetos foram sendo descobertas, daí os múltiplos nomes; em hebraico, o nome é um todo polissêmico unificado num único termo.

²¹¹ *Omnibus animantibus Adam primum vocabula indidit, appellans unicuique nomen ex praesenti institutione iuxta condicionem naturae cui serviret. Gentes autem unicuique animalium ex propria lingua dederunt vocabula. Non autem secundum Latinam linguam atque Graecam aut quarumlibet gentium barbararum nomina illa inposuit Adam, sed illa lingua quae ante diluvium omnium una fuit, quae Hebraea nuncupatur.*

O estudo, no entanto, das línguas pós-babélicas tem de conduzir à volta da unidade perdida. Eis outro ponto muito caro à doutrina cristã, a *transcendência* reveladora de *uma* essência. A confusão das línguas, assim como o trabalho e a gravidez, foram castigos divinos direcionados à ousadia humana. Depois desses episódios, a plenitude humana edênica soçobrou em limitações particulares, da qual as múltiplas línguas são apenas uma das conseqüências. É por isso que, quando se fala de personagens especiais ou mesmo daqueles que estão no além-do-humano, é freqüente, em Isidoro, referir-se à capacidade de estar além da confusão das línguas. Comentando os epítetos do Espírito Santo, Isidoro diz o seguinte:

O Espírito Santo é chamado “dom” pelo fato de que “é dado”. De *dare* (“dar”), com efeito, “dom” é nomeado. É conhecidíssimo, com efeito, que o Senhor Jesus Cristo, tendo ascendido ao céu, após ressuscitar dentre os mortos, deu o Espírito Santo, pelo qual os que crêem plenamente falavam nas línguas de todos os povos.²¹² (*Orig.* VII, 3, 15)

Daí que o Espírito Santo é chamado pelo nome de “fogo”, pelo fato de que, nos Atos dos Apóstolos, durante a divisão das línguas, apareceu como fogo, que também se postou sobre cada um deles. Porém, por causa disso, deu aos apóstolos a graça das diversas línguas, para que se tornassem capazes de ensinar os povos fiéis. O que, por outro lado, se lembra é que se prostou sobre cada um, e a causa disso é para que se compreenda que não foi dividido em muitos, mas que se manteve pleno em cada um, assim como é, mais ou menos, o comportamento do fogo. Com efeito, o fogo inflamado tem essa natureza, de modo que quantos tiverem prestado atenção nele, quantos tiverem na ‘cauda de brilho púrpuro’, para tantos mandará a visão de sua luz, para tantos distribuirá o ministério de sua dádiva, e o próprio, todavia, permanecerá em sua integridade.²¹³ (*Orig.* VII, 3, 23-26)

Aquele que sabe várias línguas – como é o caso dos apóstolos – recebeu uma graça do Espírito Santo, pois estaria mais próximo d’Ele do que das limitações impostas ao humano.

²¹² *Spiritus sanctus ideo donum dicitur, eo quod datur. A dando enim donum est nuncupatum. Notissimum est enim Dominum Iesum Christum, cum post resurrectionem a mortuis ascendisset in caelum, dedisse Spiritum sanctum, quo credentes inpleti linguis omnium gentium loquebantur.*

²¹³ *Spiritus sanctus inde nomine ignis appellatur, pro eo quod in Apostolorum Actibus per divisionem linguarum ut ignis apparuit, qui et insedit super unumquemque eorum. Propterea autem diversarum linguarum gratiam apostolis dedit, ut idonei efficerentur fidelium eruditioni populorum. Quod vero supra singulos sedisse memoratur, id causa est, ut intellegatur per plures non fuisse divisus, sed mansisse in singulis totus, sicut fere ignibus mos est. Hanc enim habet naturam ignis accensus, ut quanti ad eum, quanti ad ‘crinem purpurei splendoris’ aspexerint, tantis visum suae lucis inperiat, tantis ministerium sui muneris tribuat, et ipse nihilominus in sua integritate permaneat.*

No que concerne aos registros de linguagem²¹⁴, a posição de Isidoro encaixa-se naquela contradição constante no Cristianismo: *sermo humilis* versus linguagem elevada. Enquanto a primeira é própria à pregação, a última o é para falar dos mistérios. Para Isidoro, aliás, para todo ofício público que requer o emprego da palavra, deve-se levar em conta aspectos da retórica clássica, feitas, evidentemente, as devidas ressalvas da religião. Assim, mesmo a leitura pública, isto é, na Igreja, de passagens bíblicas, o cantar dos salmos nas celebrações etc., passam pelo crivo da *bene dicendi scientia* (cf. *Orig.* II,1,1):

Já, por outro lado, nas elocuições, convirá fazer uso daquele (gênero) que o assunto, o lugar, o tempo, a pessoa que ouve, exige, para que não se misturem assuntos profanos com religiosos, indecentes com castos, levianos com austeros, lascivos com sérios, ridículos com tristes. Porém, deve ser falado em latim e com clareza. Fala, porém, em latim, quem persegue as palavras, relacionadas ao assunto, verdadeiras e naturais, e não discrepa da fala e da cultura do tempo atual. Para isso, não seria suficiente ver o que se dirá, se não se disser isso também de modo claro e agradável; nem sequer isso só basta, se não se fizer o que se disser.²¹⁵ (*Orig.* II, 16,1-2)

A recomendação é muito clara: não se deve misturar registro profano com religioso, sério com lascivo etc. Seguindo as orientações de Quintiliano acerca da fala do *orator*, é mister optar pela expressão clara e latina e, seguindo as mesmas pegadas do Calagurritano, afirma que a boa *elocutio* é aquela que faz uso de um registro adequado sem discrepar do modo de falar do presente.

Porém, quanto ao assunto, três são os níveis do discurso empregado:

Têm de ser ditos também os assuntos humildes com doçura, os intensos com asseveração, os misturados com moderação. Com efeito, esses são aqueles três gêneros do dizer: humilde, médio, grandiloquo. Quando falamos, com efeito, de grandes assuntos, devemos proferi-los de modo elevado; quando falamos sobre

²¹⁴ Ver, a sobre isso, o que Isidoro diz a respeito dos (efeitos) de sentidos de que uma palavra imbuí-se ao ser empregada num determinado registro. Cf. *Orig.* IX, 5, 26: “Neto é aquele que nasceu do filho. É dito, porém, *nepos* (“neto”) como se fosse *natus post* (“nascido depois”). Com efeito, primeiro nasce o filho, depois o neto. É, com efeito, um grau da substituição. Daí também *posteritas* (“posteridade”), como se fosse *postera aetas* (“póstera idade”). *Nepos*, porém, é para ambos os sexos. Pois, quando dizemos *neptis* (“neta”) no direito, é porque se admitiu a distinção de sucessão”. (*Nepos est, qui ex filio natus est. Dictus autem nepos quasi natus post. Primum enim filius nascitur, deinde nepos. Gradus enim substitutionis est. Hinc et posteritas, quasi postera aetas. Nepos autem utriusque sexus est. Nam ut neptis dicamus in iure est propter discretionem successionis admissum*; grifo nosso).

²¹⁵ *Iam vero in elocutionibus illud uti oportebit, ut res, locus, tempus, persona audientis efflagitat, ne profana religiosis, ne inverecunda castis, ne levia gravibus, ne lasciva seriis, ne ridicula tristibus misceantur. Latine autem et perspicue loquendum. Latine autem loquitur, qui verba rerum vera et naturalia persequitur, nec a sermone atque cultu praesentis temporis discrepat. Huic non sit satis videre quid dicat, nisi id quoque aperte et suaviter dicere; ne id quidem tantum, nisi id quod dicat et facere.*

algo trivial, devemos fazê-lo com simplicidade, quando sobre algo medíocre, com temperança. Pois em questões triviais, nada tem de ser dito de modo elevado, nada, de modo sublime, mas se deve falar com doçura e de modo prosaico. Porém, em causas maiores, quando nos referimos a Deus ou à salvação dos homens, deve-se exibir mais magnificência e fulgor. Por outro lado, nas causas medíocres, quando não se trata de nada que leve a agir, mas somente que traga prazer ao ouvinte, deve-se dizer com moderação, num meio termo entre aqueles dois. Mas, muito embora cada um possa falar de assuntos elevados, nem sempre, no entanto, deve ensinar de modo elevado, mas, dizer com humildade, quando se ensina; com moderação, quando se elogia ou se vitupera algo; com elevação, quando se exorta os ânimos contrários à conversão. Entretanto, as palavras têm de ser empregadas com suficiência no gênero humilde, com esplendidez no médio, com veemência no grande.²¹⁶ (*Orig. II, 17, 1-3*)

Como se vê, ao falar de Deus e da religião, emprega-se um estilo altissonante. Na pregação, opta-se por um *sermo humilis*. No entanto, é preciso ter em mente que a pregação é diferente da evangelização. A pregação insere-se, mais propriamente, no conjunto de práticas direcionadas aos já cristãos, seja de nascimento ou conversos; por outro lado, a evangelização direciona-se àqueles alheios à fé cristã, de modo que, para convertê-los, faz-se necessário empregar um estilo grandiloquo, digno da elevação mística do próprio tema.

Apesar de Isidoro ter concebido uma série de parentescos entre as línguas, no geral, não é tarefa fácil resumir o critério empregado por ele para relacionar uma língua a outra e para explicar as mudanças pelas quais passam as línguas. Pode-se fazer uso de uma analogia para explicar, por exemplo, mudanças de palavras do grego para o latim; no caso, as palavras que designam números:

Com efeito, em muitos nomes que, em grego, têm aspiração, nos colocamos, no lugar da aspiração, um S. Daí que, no lugar de *héx* (ἕξ), *sex* (“seis”); em vez de *heptá* (ἑπτὰ), *septem* (“sete”); assim como, em lugar de erva *herpillum* (*hérpyllos*, ἑρπυλλος), erva *serpillum* (“serpão”). Oito, por outro lado, por transliteração, é

²¹⁶ *Dicenda sunt quoque summissa leniter, incitata graviter, inflexa moderate. Hoc est enim illud trimodum genus dicendi: humile, medium, grandiloquum. Cum enim magna dicimus, granditer proferenda sunt; cum parva dicimus, subtiliter; cum mediocria, temperate. Nam in parvis causis nihil grande, nihil sublime dicendum est, sed leni ac pedestri more loquendum. In causis autem maioribus, ubi de Deo vel hominum salute referimus, plus magnificentiae et fulgoris est exhibendum. In temperatis vero causis, ubi nihil agitur ut agat, sed tantummodo ut delectetur auditor, inter utrumque moderate dicendum est: sed et quamvis de magnis rebus quisque dicat, non tamen semper granditer docere debet, sed summis, cum docet; temperate, cum aliquid laudat vel vituperat; granditer, cum ad conversionem aversos animos provocat. Utenda tamen verba in summisso genere sufficientia, in temperato splendentia, in grandi vehementia.*

igual; assim, para eles *ennéa* (ἐννέα), para nós, *novem* (“nove”); para eles *déka* (δέκα), para nós *decem* (“dez”).²¹⁷ (*Orig.* III, 3, 3)²¹⁸

A analogia, alias, é tema bastante caro a Isidoro. Na esteira dos estóicos, ele dá espaço maior à analogia, tanto que só ela constitui um capítulo à parte no livro I, ao contrário da anomalia. Assim ele resume qual é o procedimento analógico:

1. A <palavra> grega *analogia* se diz, em latim, *comparação* ou *proporção* dos símiles. A força dela é tal que, o que é duvidoso é referido a algo similar, que não é duvidoso, e examina-se o que é desconhecido pelo o que é conhecido. Contudo, a comparação <própria> da analogia abrange oito modos, ou seja: qualidade, comparação, gênero, número, formato, caso, terminações de sílabas semelhantes e semelhança dos tempos. 2. Se um só desses itens faltar, já não é analogia, isto é, similitude, mas é *anomalia*, isto é, “fora de regra”, como, por exemplo, *lepus* e *lupus*. Tudo concorda, mas <essas palavras> diferem pelo caso; pois se faz, <no genitivo>, *lupi*, *leporis*. (*Orig.* I, 28, 1-2)²¹⁹

Embora faça concessão à anomalia como explicação para o que escapa à analogia – o que pode se tratar apenas de uma coleção de argumentos tradicionais –, na prática, a busca isidoriana parece ser radicalmente analogista, tanto que ele, ao falar de certas formas comparativas e superlativas irregulares, busca explicá-las dentro de uma perspectiva analogista, associando-as a outras palavras da língua, mesmo que, *prima facie*, não sejam tão próximas.²²⁰

²¹⁷ *In multis enim nominibus quae in Graeco aspirationem habent, nos pro aspiratione S ponimus. Inde est pro ἑξ sex, [et] pro ἑπτὰ septem, sicut pro herpillo herba serpillum. Octo vero per translationem, sicut illi et nos: ita illi ἐννέα, nos novem: illi δέκα, nos decem.*

²¹⁸ Cf. outra argumentação analógica em *Orig.* V, 27, 25-26: Ignomínia, pelo fato de deixar de ter o nome honesto aquele que é surpreendido em algum crime. Porém, é dito “ignomínia” como se fosse “sem nome”, assim como “ignaro”, “sem ciência”, “ignóbil”, “sem nobreza”. Assim também “infame”, como se fosse “sem boa fama”. (*Ignominium, eo quod desinat habere honestatis nomen is qui in aliquo crimine deprehenditur. Dictum est autem ignominium quasi sine nomine, sicut ignarus sine scientia, sicut ignobilis sine nobilitate. Hoc quoque et infamium, quasi sine bona fama.*)

²¹⁹ *Analogia Graece, Latine similitudo comparatio sive proportio nominatur. Cuius haec vis est ut, quod dubium est, ad aliquid simile, quod non est dubium, referatur, et incerta certis probentur. Octo autem modis comparatio analogiae colligitur: id est qualitate, comparatione, genere, numero, figura, casu, extremitatibus similitudo syllabarum, et similitudine temporum. Si quid de iis unum defuerit, iam non est analogia, id est similitudo, sed est anomalia, id est extra regulam, ut ‘lepus’ et ‘lupus.’ Totum convenit, sed dissentiunt casu; facit enim ‘lupi’ ‘leporis’.*

²²⁰ Cf. *Orig.* X, 171: *Maximus* (“o maior, máximo”), *magis eximius* (“mais exímio”), ou por seus méritos, ou pela idade, ou pela facúndia, ou pela virtude, ou por tudo isso. *Maior* (“maior”). *Minor* (“menor”), *minimus* (“o menor, mínimo”), provém de *numerus monadis* (“número de uma unidade”), uma vez que não há outro depois dele. (*Maximus, aut meritis, aut aetate, aut honore, aut facundia, aut virtute, aut omnibus magis eximius. Maior. Minor, minimus, a numero monadis, quod post eum non sit alter.*) E também *Orig.* X, 177: *Melior* (“melhor”, comparativo de *bonus, a, um*, “bom”) é dito como se fosse *mollior* (“mais mole”), não duro

Muito da argumentação sobre as mudanças linguageiras centram-se na palavra, entendida como a união de unidades menores, a saber, as letras. É no nível dessas últimas que as mudanças começam. No limite, todas as palavras das línguas pós-babélicas são resultado da corrupção gradual pela qual as letras foram passando, pois que os próprios sistemas de escrita das outras línguas são “tentativas” de reproduzir o modelo hebraico:

As letras latinas e gregas parecem nascidas dos hebreus. Entre estes, com efeito, a primeira letra chama-se *alef*; depois, de semelhante pronúncia, derivou-se, entre os gregos, o *alfa*, daí entre os latinos *a*. O autor desse translado, com efeito, cunhou a letra *a* a partir do som similar da outra língua para que nós pudéssemos dar conta de que a língua hebraica é a mãe de todas as línguas e letras.²²¹ (*Orig.* I, 3, 4)

Assim, é a mudança das letras que permite, num plano teórico, explicar de que modo as palavras mudam. Essas mudanças seguem quatro operações básicas: adição, subtração, mutação e metátese. Tal esquema habita as reflexões sobre a linguagem, no Ocidente, desde antes de Platão, segundo Desbordes (1995, p. 240):

[...] a aplicação do esquema à linguagem já se encontra no capítulo 21 da *Poética* de Aristóteles (57b 1 e 57b 35) e repetidas vezes no *Crátilo*, onde Platão diz, em referência a ‘aquele que possui a ciência dos nomes’ e que ultrapassa as aparências para reencontrar a unidade essencial: ‘ele considera o valor dos nomes, e não se impressiona se uma letra foi acrescentada (*proskeitai*), transposta (*metakeitai*) ou eliminada (*aphēirētai*) ou mesmo se o valor de um nome é expresso por letras totalmente diferentes’: *Astyanax* = *Hector* embora tenham apenas o T em comum! (394b). Sem dúvida, pode-se mesmo remontar além de Platão, até o sofista anônimo, autor dos *Dissoi logoi* (*Duplas argumentações*), se essa obra for realmente do início do século IV [sic] a.C., como parece ser de fato.

A diferença, no tocante aos cristãos, é o fato de não se pensar mais somente no interior de uma mesma língua ou, no máximo, no caso dos cristãos latinos, pensar numa ascendência grega da língua latina. Agora, tem-se no horizonte a mãe de todas as línguas: o hebraico. É, portanto, esse o caminho a ser trilhado. No plano formal, portanto, nem mais uma só letra pode ser considerada empecilho para a reconstrução da mudança, já que é um pressuposto teológico que dá suporte à teoria da mudança. Em tal contexto de análise, não é

ou férreo, pois *melius* (“melhor”, comparativo de *bene*, “bem”) é como se fosse *mollius* (“com mais moleza”). (*Melior dictus quasi mollior: non durus aut ferreus: nam melius quasi mollius*).

²²¹ *Litterae Latinae et Graecae ab Hebraeis videntur exortae. Apud illos enim prius dictum est aleph, deinde ex simili enuntiatione apud Graecos tractum est alpha, inde apud Latinos A. Translator enim ex simili sono alterius linguae litteram condidit, ut nosse possimus linguam Hebraicam omnium linguarum et litterarum esse matrem.*

de estranhar que Isidoro postule, para *Aegyptii* (“egípcios”), a forma latinizada de *mišrāyīm* (מִצְרַיִם, “Egito”)²²², *mesraim*; ou, mais longe ainda, para *Aethiopi* (“etíopes”), *chus*, latinização de *kūš* (כּוּשׁ)²²³:

Com efeito, os vocábulos de muitos povos permaneceram, em parte, do mesmo modo como ainda hoje mostram donde tinham sido derivados, como assírios de Assur, hebreus de Héber; em parte, por outro lado, graças à antigüidade dos tempos, mudaram de tal modo que, com muito custo, os homens mais doutos que perscrutam as histórias mais antigas, foram capazes de descobrir a origem não de todos, mas de alguns povos dentre esses. Com efeito, do filho de Cam, que se chama Mesraim, surgiram os *egípcios*, este (último nome) em nada ressoa a origem do vocábulo, assim como não o faz *etíopes*, que se disse estarem relacionados ao filho de Cam, cujo nome era Cuch. E se todos os nomes fossem levados em consideração, os vocábulos relativos aos povos mostrar-se-iam, todavia, mais mudados que conservados; depois, um princípio diferente deu-lhes os nomes. É por isso que os índios são chamados a partir do rio Indo, que os rodeia desde a parte ocidental.²²⁴ (*Orig.* IX, 2, 38-39)

²²² “A palavra hebraica é de derivação incerta, mas está relacionada ao substantivo acádio Mišr (Mušur) e ao árabe Mišr, ‘Egito’. Na forma, o substantivo hebraico para ‘Egito’ é um dual, indicando as suas duas divisões básicas e constituintes: Alto Egito (Egito meridional) e o Baixo Egito (área do delta do Nilo). A razão para a identificação de alto com sul e de baixo com norte deve-se à cheia norteada do Nilo” (*The Hebrew word is of uncertain derivation but is related to the Akkadian name Mišr (Mušur) and the Arabic name Mišr for Egypt. In form, the Hebrew name for Egypt is in the dual, indicating her two basic constituent divisions: Upper Egypt (Southern Egypt) and Lower Egypt (the Delta area). The reason for the equation of upper with south and lower with north is because of the northward flow of the Nile*; Harris et al., 1980, p. 1235). O fato de ser um dual, forma conhecida por Isidoro, talvez possa ajudar a associação com *aegyptii*.

²²³ “*kūsh* refere-se à região imediatamente ao sul e ao leste do Egito, incluindo a Núbia moderna, o Sudão e a Etiópia dos escritores clássicos (não a Abissínia moderna). Ela começaria na primeira catarata, onde, hoje, fica a represa de Aswan. Um satélite e, por vezes, soberano do Egito. O substantivo deriva dos egípcio *ksh*” (*kūsh refers to the region immediately south and east of Egypt, including modern Nubia, the Sudan, and the Ethiopia of classical writers (not modern Abyssinia). It would begin at about the First cataract, where the Aswan dam now stands. A satellite, and sometimes ruler, of Egypt. The name derives from Egyptian ksh*; Harris et al. 1980, p. 969). Cf. Gn. 10,6: “*ûbənê hām kūš ūmišrāyīm ūpūt ūkənā’an* (*וּבְנֵי הָאָם כּוּשׁ וּמִצְרַיִם וּפּוּט וּכְנַעַן*)”. Também nas versões grega e latina: “*υἱοὶ δὲ Χαμ Χους καὶ Μεσσοαἰμ Φουδ καὶ Χανααν / filii autem Ham Chus et Mesraim et Fut et Chanaan* ”. Assim traduzido em português: “Os filhos de Cam: **Cuch**, Mesraim, Fut, Canaã” (*BJ*, 2002, p. 47).

²²⁴ *Nam multarum gentium vocabula partim manserunt, ita ut hodieque appareat unde fuerant derivata, sicut ex Assur Assyrii, ex Heber Hebraei: partim vero temporis vetustate ita mutata sunt, ut vix homines doctissimi antiquissimas historias perscrutantes, nec omnium, sed aliquarum ex istis origines gentium potuerunt reperire. Nam quod ex filio Cham, qui vocatur Mesraim, Aegyptii sunt exorti, nulla hic resonat origo vocabuli, sicut nec Aethiopum, qui dicuntur ad eum filium Cham pertinere qui Chus appellatus est. Et si omnia considerentur, plura tamen gentium mutata quam manentia vocabula apparent; quibus postea nomina diversa dedit ratio. Namque Indi ab Indo flumine dicti sunt, qui ab occidentali parte eos includit.*

Como diz o bispo de Sevilha, diversas razões há para que uma mudança nas letras ocorra, inclusive o motivo relativo ao decoro, ou seja, a adequação (*propter decorem sermonis*, “por causa da adequação do discurso”).²²⁵

Apresentado assim o quadro das mudanças, Desbordes (1995, p. 244) permite-se afirmar, inspirada na crítica de Quintiliano, o seguinte sobre a etimologia antiga:

[...] A etimologia antiga, como sabemos, admite mais ou menos que a aproximação de duas palavras seja legítima se puder ser realizada segundo uma ou várias das quatro categorias – ora, como não seria? Mas do fato de se poder formalmente passar de qualquer palavra a qualquer outra não se segue que elas possuem o mesmo sentido ou um sentido aparentado. Os etimologistas postulam, a princípio, uma comunidade de sentidos que será, de qualquer modo, sempre provada pela manipulação das letras: passar-se-á, sem dificuldades, de *caelibes* a *caelites*, mas é porque se presumiu a princípio que os celibatários (*caelibes*) são seres divinos (*caelites*) tendo em vista a vida feliz que levam!

Essa afirmação, embora bastante sustentável, precisa ser matizada. A crítica do Calagurritano parece direcionar-se antes à possibilidade de relacionar semanticamente dois termos que ao sistema como um todo. Isto é, por razões lógicas/dialéticas, Quintiliano recusa a associação *abusiva* entre *caelibes* e *caelites*, mas não porque tal derivação seria “formalmente” impossível. Volta, então, a questão de que, para a etimologia antiga, a questão das relações de *significados* é o objeto *par excellence* de suas buscas e não uma justificativa puramente formal, fncada apenas nos *significantes*.

No caso das *Etimologias* são patentes, como já se disse, as nuances entre a idéia de *origo* e de *etymologia* propriamente dita. De um modo geral, a origem última do mundo está dada, não restando, portanto, espaço para indagá-la. No campo da linguagem, então, o hebraico mantém-se no posto de “língua-mãe”, e os nomes das coisas e dos seres foram dados por Adão após ter analisado a natureza de cada uma dessas coisas e cada um desses seres. A confusão das línguas fragmentou e limitou a amplitude de significados que encerram as palavras hebraicas, de modo que a etimologia tem por tarefa, destarte, restituir

²²⁵ Cf. *Orig.* VI, 19, 1: Muitos são os gêneros de ofícios, mas o principal deles é aquele que se ocupa dos assuntos sacros e divinos. “Ofício”, porém, é dito a partir de *efficere* (“executar”), como se fosse *efficium*; por causa da adequação da palavra, uma letra foi mudada, ou, certamente, para que cada um exerça aquelas coisas que não prejudicam ninguém, mas que são muito úteis a todos. (*Officiorum plurima genera esse, sed praecipuum illud quod in sacris divinisque rebus habetur. Officium autem ab efficiendo dictum, quasi effcium, propter decorem sermonis una mutata littera; vel certe ut quisque illa agat quae nulli officiant, sed prosint omnibus*).

o “significado-pleno” a partir dos vestígios deixados em cada uma das línguas pós-babélicas, fazendo, mais ou menos, o trabalho de um arqueólogo (ideal) de nossos dias. Cada povo, através de sua língua, percebeu apenas partes do significado-pleno da língua dos Patriarcas, seja porque elegeram como critério de nomeação uma característica ou uma função daquilo que viam. No hebraico, ao contrário, todo nome já traz a característica, a função e tudo o que mais se possa pensar que um nome significa. Desse modo, não há, *a priori*, problema, para um cristão, que se conviva com a idéia platônica do *nomoteta* e a de Adão como nomeador, uma vez que, como visto no caso dos diferentes escritores de história, enquanto o *nomoteta* platônico está circunscrito ao mundo helênico, Adão é o primeiro dentre todos os homens; ou seja, está-se diante da questão do que é *particular* e do que é *universal*. Aquilo que os povos vislumbraram como importante diz respeito não só ao que foi elencado, na coisa, como importante (ou pensável), mas também diz respeito ao próprio povo. É assim que a ausência ou não de uma palavra numa determinada língua não é algo arbitrário na medida em que prova a sagacidade ou não daquele povo diante dos entes do mundo. Por exemplo, a existência de uma palavra pode ser uma questão de vontade de tê-la. Ao falar dos epítetos de Jesus, o Hispalense afirma:

Jesus, em hebraico, *sōtēr* (σωτήρ), em grego, porém, em latim, traduz-se por *salutar* ou por *salvador*, pelo fato de que veio a todos os povos como o *salutífero*. Porém, também o Evangelista dá o significado da etimologia desse nome, dizendo: “tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará o seu povo” (*Mt.* 1, 21; trad. *BJ*, 2006, p. 1704). Assim como, com efeito, Cristo significa “rei”, também Jesus “salvador”. Não é, por essa razão, qualquer rei que nos salva, mas o rei Salvador. A língua latina não tinha, antes disso, essa palavra, mas poderia ter tido, assim como a teve quando quis.²²⁶ (*Orig.* VII, 2, 7-9)

Quando quiseram ter a palavra *salvator*, os latinos a puderam ter. Para isso, no entanto, foi preciso que eles conhecessem quem era o *salvator*, a fim de perceberem que, para além de *rex*, existe algo mais na idéia de um Senhor que é rei, mas também salvador.

Humanamente limitadas, as línguas pós-babélicas, mesmo que se enriqueçam com palavras, cujos sentidos podem recuperar boa parte do significado-pleno do hebraico,

²²⁶ *Iesus Hebraice, Graece σωτήρ, Latine autem salutaris sive salvator interpretatur, pro eo quod cunctis gentibus salutifer venit. Etymologiam autem nominis huius etiam Evangelista significat, dicens (Matth. 1,21): ‘Vocabis nomen eius Salvator, quia ipse salvum faciet populum suum.’ Sicut enim Christus significat regem, ita Iesus significat salvatorem. Non itaque nos salvos facit quicumque rex, sed rex Salvator. Quod verbum Latina lingua antea non habebat, sed habere poterat, sicut potuit, quando voluit.*

sempre se encontrarão aquém da língua-mãe no plano espiritual, pois algo do mistério da língua do *Antigo Testamento* é intocável nas traduções, por mais literais que sejam.

A maioria dos primeiros homens tem a origem de seus nomes a partir de suas próprias causas. Assim, profeticamente, os vocábulos lhes foram aplicados para que se adequassem às suas causas futuras ou precedentes. No interior deles, todavia, mantido o sacramento espiritual, pesquisamos, agora, somente a compreensão literal da história. Quando, porém, não atingimos a interpretação da etimologia, só possuímos a própria etimologia no vocábulo em latim. Ele traduz, porém, de um jeito um nome hebraico que é de outro; aquele segundo produz uma diversidade de acentos e de letras, de modo que os nomes mudam-se completamente em várias significações.²²⁷ (*Orig.* VII, 6, 1-3)

Diante da situação lingüística da România e a conseqüente sensação nostálgica de uma língua mais “adequada”, muitas das mudanças nas palavras são atribuídas por Isidoro – seguindo de perto muito de seus predecessores – ao *vulgo* e aos *imperiti*. São eles que, por desconhecerem os valores semânticos das palavras, emaranham sentidos e fazem associações descabidas. Assim, o apelo a essas duas figuras torna-se um mecanismo argumentativo quando, a despeito de qualquer hipótese que se faça, não se chega a uma conclusão mais razoável acerca da mudança sofrida por determinada palavra. A diferença entre o que é plausível e o que é implausível é marcada pelos advérbios *proprie/abusive*²²⁸. O abuso constitui uma extrapolação daquilo que é considerado sócio-culturalmente aceito, segundo a doutrina cristã de Isidoro. Assim, toda vez que ele emprega tal advérbio, está-se diante de um controle discursivo que mescla reflexão sobre a linguagem e questões ideológicas. Eis um caso de intervenção, necessária para evitar confusões:

Chamam-se “litanias”, porém, a partir de um substantivo grego, o qual, em latim, se diz *rogationes* (“rogações”). Há, por outro lado, diferenças entre as litanias e a exomologese, uma vez que essa diz respeito apenas à confissão dos pecados; as litanias, por outro lado, são proclamadas com intuito de rogar a Deus e de impetrar-Lhe a misericórdia em algum caso. Mas, agora, ambos os vocábulos são tidos sob uma só designação e, para o vulgo, não há diferença em dizer “litanias”

²²⁷ *Plerique primorum hominum ex propriis causis originem nominum habent. Quibus ita propheticè indita sunt vocabula, ut aut futuris aut praecedentibus eorum causis conveniant. In quibus tamen manente spiritali sacramento, nunc tantum ad litteram intellectum historiae persequimur. Vbi autem etymologiae interpretationem non attigimus, solam ipsam in Latino etymologiam posuimus. Quod autem unum nomen Hebraicum aliter atque aliter interpretatur, hoc secundum accentuum et litterarum evenit diversitatem, ut in variis significationibus nomina commutentur.*

²²⁸ Cf. *Orig.* IX, 5, 12: “Família”, porém, vem de *femur* (“coxa”, às vezes, um eufemismo para “genitália”). Com efeito, através da coxa, mostram-se o gênero e a estirpe. Pois se diz “família” aos escravos não com propriedade, mas sim abusivamente. (*Familia autem a femore. Femore enim genus et stirps ostenditur. Nam familia pro servis abusive, non proprie dicitur.*)

ou “exomologese”. Porém o substantivo “suplicação”, de certo modo, agora, afasta-se da gentildade.²²⁹ (*Orig.* VI, 19, 80-81)

Esse aspecto da interpretação como um mecanismo de intervenção discursiva será tratado mais adiante. Todavia, isso não impedia Isidoro de vislumbrar explicações etimológicas que cruzassem os registros, isto é, há várias passagens nas quais o Hispalense reconhece uma forma *vulgaris* como saída de uma “erudita” e vice-versa²³⁰. Porém, diante de incertezas quanto à grafia de uma palavra, antes mesmo de qualquer aplicação de princípios analógicos, opta-se, amiúde, por uma grafia mais antiga, por exemplo:

Entre os antigos, chamava-se de “assíduo” aquele que se dedicava a fornecer seus asses para pagar o erário, é freqüente também nos negócios públicos; donde, tem de ser escrito também com S e não com D.²³¹ (*Orig.* X, 17)

4.7. UMA MÍSTICA (CIENTÍFICA) DA LINGUAGEM: O(S) NOME(S) E A(S) LÍNGUA(S) DE DEUS

A relação entre *ueritas hebraica* e tradução/atualização trazia, por fim, um problema que, talvez, tenha assombrado grande parte dos cristãos que se engajaram no tema da língua e da interpretação, a saber: como nomear ‘Deus’ ou, no mínimo, como reproduzir os (verdadeiros, porque hebraicos) nomes de Deus? A esse tema caríssimo, que permeava várias reflexões cristãs e constantemente era retomado, não escapam as *Etimologias*. Faz-se necessário, porém, delinear os caminhos gerais dessa problemática entre os cristãos, especialmente no que toca as relações com os saberes textuais seculares.

²²⁹ *Litaniae autem Graeco nomine appellantur, quae Latine dicuntur rogationes. Inter litanias vero et exomologesin hoc differt, quod exomologesis pro sola confessione peccatorum agitur; litaniae vero, quae indicuntur propter rogandum Deum et inpetrandam in aliquo misericordiam eius. Sed nunc iam utrumque vocabulum sub una designatione habetur, nec distat vulgo utrum litaniae an exomologesis dicantur. Supplicationis autem nomen quodammodo nunc ex gentilitate retinetur.*

²³⁰ Cf. *Orig.* IX, 6, 21: *Priuiignus* (“enteado”) é aquele que nasceu de um outro pai; e acredita-se que se diz *priuiignus* como se fosse *priuiigenus*, uma vez que nasceu antes (*prius genitus*). Donde também para o vulgo *antenatus* (“nascido antes”, étimo da palavra portuguesa *enteado*). (*Privignus est qui ex alio patre natus est; et privignus dici putatur quasi privigenus, quia prius genitus. Vnde et vulgo antenatus.*) Cf. também *Orig.* VI, 19, 65: “Jejum” é a parcimônia relativa aos meios de subsistência e a abstinência de comida, para o qual foi dado o nome a partir de uma certa parte sempre tênue e vazia das vísceras, que é chamada pelo vulgo de “jejuno”. Donde se acredita que o nome derivou de jejuno, dado que, pela sua própria inédia, as vísceras ficam vazias e inanes. Porém, o jejum também é chamado de “vigilância” (*statio*). (*Ieiunium est parsimonia victus abstinentiaque ciborum, cui nomen est inditum ex quadam parte viscerum tenui semper et vacua, quod vulgo ieiunum vocatur. Vnde ieiunii nomen creditur derivatum, quod sui inedia viscera vacua et exinanita existant. Ieiunium autem et statio dicitur.*)

²³¹ *Assiduus dicebatur apud antiquos qui assibus ad aerarium expensum conferendis erat, et in negotiis quoque publicis frequens; unde et per S, non per D scribendus est.*

Na *Tanakh*, vários são os nomes que servem de apelativo para ‘Deus’. Desses vários, dois são os mais freqüentes: *’ēlōhîm* (אֱלֹהִים, “Eloim”) e *yhwh* (יהוה, “Javé”). Por isso, na exegese moderna, é comum falar de duas tradições escriturárias, uma *eloísta* e outra *javista*. Em várias das mais primevas traduções da *Tanakh*, tentou-se, de alguma maneira, marcar diferenças entre os vários apelativos. Embora a mais “autorizada” tradução grega da época, a *Septuaginta* (*LXX*), pareça uniformizar freqüentemente os dois nomes através da palavra *theós* (θεός, “deus”), as versões de Áquila, Teodociação e Símaco preferem verter *’ēlōhîm* por *theós*, mas *yhwh* por *kýrios* (Κύριος, “senhor”); de modo semelhante, Jerônimo, na *Vulgata*, utiliza *Deus* para o primeiro e *Dominus* (“senhor”) para o segundo. Ao lado desses dois nomes importantes, não podemos deixar de mencionar um terceiro apelativo de Deus que produziu muitos debates no interior tanto do Judaísmo, mas, sobretudo, entre os cristãos. Na famosa passagem da “sarça ardente” (*Êxodo* 3,14), Moisés ouve, do próprio *yhwh*, qual é seu nome: *’eh̄yeḥ ’ăšer ’eh̄yeḥ* (אֲשֶׁר אֶהְיֶה אֶהְיֶה). O valor polissêmico dessa resposta pode ser observado nas mesmas traduções citadas acima: as versões de Áquila e Teodociação optam por *ésomai, ésomai* (Ἔσομαι, ἔσομαι, “serei, serei”); enquanto que a *LXX* e a *Vulgata*, inspirada nesta última, matizam a passagem com certo ar filosófico, *egó eimi ho ón* (Ἐγώ εἰμι ὁ ὄν, “sou o que é, existe”); *Ego sum qui sum* (“sou o que sou”). Segundo Sawyer (1999, P. 120), o contexto do livro do *Êxodo* tenciona relacionar esse nome, abreviado em *eh̄yeḥ*, com o de *yhwh*, uma vez que ambos são relacionados, por meio de etimologia, com o verbo *hāyāḥ* (הָיָה; “ser”). Porém, a semântica de *hāyāḥ*, pelo menos na *Tanakh*, escapa um pouco da abstração sugerida pelas versões gregas e latinas, tendendo muito mais para algo como “sou este que está aqui”, portanto, com um valor muito mais “concreto”. A “guinada” abstrata, no entender de Sawyer, representa uma defesa do monoteísmo. Sobre o nome *yhwh* sempre pairaram tabus – especialmente no Judaísmo oficial, o do Templo e dos sacerdotes – acerca de seu valor, seja quanto à semântica, seja quanto ao seu valor “prático”(sua realização fonética) nos ritos religiosos. Os nomes em geral na *Tanakh* revelam que o signo lingüístico não era concebido como arbitrário. Ao

contrário do que se pode ver no *Crátilo* de Platão, ou seja, uma hesitação entre posições referentes à “justeza dos nomes”, na *Tanakh*, tanto os nomes têm funções e poderes físicos, quanto o conhecedor deles é visivelmente um privilegiado. Para Kouloughli (1992, p. 70):

Parece ser dificilmente constatável que um aspecto fundamental das concepções lingüísticas subjacentes ao texto bíblico é que a nomeação, e mais geralmente a enunciação, estão numa relação de implicação existencial muito estrita ou, melhor, de imanência, com o nomeado e o enunciado [...] Essa doutrina repousa sobre a convicção de que entre o (verdadeiro) Nome e o nomeado não há uma relação contingente e, de certo modo, externa, convencional, mas, ao contrário, uma relação necessária e, por assim dizer, essencial. Segundo essa concepção, o (verdadeiro) nome, atribuído pelo ato criador que é a nomeação, é uma parte intrínseca, constitutiva, do nomeado. Segundo a mesma lógica, a enunciação suscita, reclama à existência, o estado de coisa enunciado.²³²

Quantos aos nomes próprios, são vários também os exemplos que demonstram a importância que eles atribuem aos seus “portadores”. É esse o caso das mudanças de nomes, tal qual acontece com Abraão (*Gn.* 17,5). É nesse contexto de poder dos nomes que se deve inserir a questão do nome divino. Doravante, no judaísmo oficial, o nome mesmo de Deus tornar-se-á um tabu lingüístico, ficando seu emprego reservado a determinadas situações oficiais no Templo. Desse modo, o nome *yhwh* passa a ser “referido”, ao menos na tradição rabínica, por eufemismos, dos quais os mais comuns são: *haššēm* (הַשֵּׁם, “o nome”) e *šēm ben-’arēbā’ ḥiyyōt* (שֵׁם בֶּן-אַרְבַּע אוֹתוֹת), “nome de quatro letras”, vertido em grego como *tō tetragrámmaton* (τὸ τετραγράμματον), “o tetragrama”). Em alguns dos manuscritos do Mar Morto, o nome de Deus aparece numa espécie de escrita paleoebraica; também em alguns manuscritos da tradução de Áquila faz-se um destaque ao nome divino por meio de uma aproximação “gráfica” entre יהוה (YHWH) da escrita hebraica com as letras capitais Π Ι Π Ι (*p.i.p.i*) do alfabeto grego. Recomenda-se, pelo menos desde o século II

²³² *Il apparaît difficilement contestable qu'un aspect fondamental des conceptions linguistiques qui sous-tendent le texte biblique est que la nomination, et plus généralement l'énonciation, sont dans un rapport d'implication existentielle très stricte, voire d'immanence, avec le nommé ou l'énoncé [...] Cette doctrine repose sur la conviction qu'entre le (vrai) Nom et le nommé il n'y a pas un rapport contingent et, en quelque sorte, externe, conventionnel, mais bien une relation nécessaire et, pour ainsi dire, essentielle. Selon cette conception, le (vrai) nom, attribué par l'acte créateur qu'est la nomination, est une partie intrinsèque, constitutive, du nommé. Selon la même logique, l'énonciation suscite, appelle à l'existence, l'état de choses énoncé.*

d.C., na tradição rabínica, que se leia, quando o tetragrama aparecer no texto, *’ădōnāy* (אֲדֹנָי, “senhor”), de modo a evitar mesmo a reprodução descuidada do Nome. Punição para eventuais descuidados, na óptica rabínica, é a vingança divina no pós-morte.

Por fim, Scholem (1999, p.17-18) comenta o surgimento, também em meados do século II d.C., de uma outra expressão para se “referir” ao nome de Deus:

[...] a partir do século II a.D., o Tetragrama, que entrementes se tornou impronunciável, é designado através de um termo, que já traz em si as possíveis contradições na apreensão de seu significado e de sua função. O Nome de Deus é tachado como *Schem Hameforasch* [שֵׁם הַמְּפֹרָשׁ, *haššēm hamməpōrāš*], o que não representa, absolutamente, uma designação com apenas um único significado, mas antes uma designação que se refrata em diversos e contraditórios significados. O particípio passado *meforasch* tanto pode ter o sentido de “anunciado” como também o de “expressamente declarado” ou ainda diretamente (isto é, literalmente) de “pronunciado”. Mas, por outro lado, também pode significar neste contexto “separado” e até mesmo “oculto” [...].

A etimologia, nesse contexto, igualmente mostra, simultaneamente, sua fortuna interpretativa e sua miséria “teológica”. A explicação dos nomes próprios é possível e desejável, especialmente, se sua carga semântica essencial está obscurecida pelas mutações pelas quais passa o signo lingüístico. A fortuna da etimologia é romper com essa opacidade e, ao lado da alegoria, restituir uma verdade que está mascarada, especialmente aos “imperitos”. Porém, jamais a etimologia poderia tratar do Nome, ou melhor, jamais poderia tratar disto: יהוה. Pois essa seqüência de sinais não faz parte da linguagem, ou melhor, só o faz na medida em que é a tentativa humana suprema de reproduzir algo que, por definição, está no além-da-língua, aquilo que, por meio de atributos humanos, não pode ser representado.

Todo esse problema do nome de Deus e da sua língua não passa despercebido a Isidoro. Primeiro, em relação ao nome *ēh̄yeh̄*, o qual grafa em letras latinas como *Eie*, Isidoro mantém-se na tradição interpretativa fundada na tradução dos setenta ao vislumbrar uma nuance filosófica para esse nome divino:

O sexto (nome de Deus) é *Eie*, isto é, “o que é”. Com efeito, só Deus, uma vez que é eterno, isto é, porque não tem exórdio, sustenta verdadeiramente um nome para sua essência. Com efeito, foi esse nome que foi enviado ao santo Moisés por meio de um anjo. A (Moisés) que, com efeito, perguntava qual era o nome daquele que lhe ordenava a por em prática a libertação o povo do Egito, (Deus) respondeu (*Ex. 3,14*): “Eu sou o que sou; e dirás aos filhos de Israel: “O que é”

enviou-me a vós””; como se, em comparação a ele, que verdadeiramente é, posto que é imutável, aquilo que é mutável parecesse não existir. Com efeito, o que se diz que *foi*, não é; e o que se diz que *será*, não é ainda. Deus, porém, só conhece o *é*, não o *foi* nem o *será*. Somente o Pai, pois, com o Filho e o Espírito Santo, verdadeiramente *é*. Comparado à essência Dele, nosso *ser* não é *ser*. Donde também dizemos coloquialmente: “Deus vive”, já que sua essência vive numa vida em que não existe morte.²³³ (*Orig.* VII, 1, 10-13).

O mesmo parece se passar em respeito ao tetragrama:

O nono (nome de Deus) é “tetragrama”, isto é, “de quatro letra”, o qual, com propriedade, entre os hebreus, se emprega em referência a Deus; *iod, he, iod, he*, isso é, dois *ia*, que duplicado, são algo de inefável e tornam o nome de Deus glorioso. Diz-se, porém, “inefável”, não porque é impossível de o dizer, mas porque não é possível de modo algum defini-lo pelo sentido e pela compreensão humanos; e, logo, uma vez que nada digno se pode dizer a respeito Dele, é inefável.²³⁴ (*Orig.* VII, 1, 16)

A questão de fundo é: como é possível falar de Deus, fazendo-se uso da linguagem humana? Como é possível mesmo nomear o que, por definição ou crença, coloca-se no fora-da-linguagem? Disso, nem a etimologia nem a gramática são capazes de tratar. O resto, no entanto, pode ser investigado por essa verdadeira polimatia isidoriana.

4.8. O *DE GRAMMATICA*, A *ARS GRAMMATICA* E OS FUNDAMENTOS OCIDENTAIS DA LEITURA

Nas páginas que se seguem, abordaremos em detalhes o livro I das *Etimologias*, aquele cuja tradução acompanha o presente estudo. Sua posição na obra aponta para o prestígio ainda bem grande (se não for maior) da *grammatica* diante das demais disciplinas constitutivas do ensino e do saber antigo. Esse mesmo prestígio, que, como já dissemos, fundou um *modus operandi* de leitura, instucionalizava-se fortemente em ambiente cristão, tanto que, na Hispânia, local apontado por muitos como o da emergência das primeiras escolas cristãs, a *grammatica* era o carro-chefe. O problema das relações entre os textos,

²³³ *Sextum Eie, id est, qui est. Deus enim solus, quia aeternus est, hoc est, quia exordium non habet, essentiae nomen vere tenet. Hoc enim nomen ad sanctum Moysen per angelum est delatum. Quaerenti enim quod esset nomen eius, qui eum pergere praecipiebat ad populum ex Aegypto liberandum, respondit (Exod. 3,14): ‘Ego sum, qui sum: et dices filiis Israel: Qui est, misit me ad vos’; tamquam in eius comparatione, qui vere est, quia incommutabilis est, ea, quae commutabilia, facta sunt quasi non sint. Quod enim dicitur fuit, non est: et quod dicitur erit, nondum est. Deus autem esse tantum novit, fuisse et futurum esse non novit. Solus enim Pater cum Filio et Spiritu sancto veraciter est. Cuius essentiae comparatum esse nostrum non esse est. Vnde et in conloquio dicimus: ‘Vivit Deus,’ quia essentia vita vivit, quam mors non habet.*

²³⁴ *Nonum Tetragrammaton, hoc est quattuor litterarum, quod proprie apud Hebraeos in Deo ponitur, iod, he, iod, he, id est, duabus ia, quae duplicata ineffabile illud et gloriosum Dei nomen efficiunt. Dicitur autem ineffabilis, non quia dici non potest, sed quia finiri sensu et intellectu humano nullatenus potest; et ideo, quia de eo nihil digne dici potest, ineffabilis est.*

seus escritores e a prática escolar na Hispânia foi posto da seguinte maneira por Fontaine (1971, p. 147):

[...] o problema da *escola* não é o da *cultura* dos escritores através dos quais nós a entrevemos: pensar assim seria postular uma redução sumária das obras do século VII visigótico à condição e às ambições unicamente de manuais escolares; e é lamentável que nós façamos muito freqüentemente uma idéia bastante anacrônica do que poderia ser, então, um “manual”. O problema da *escola* não se confunde mais com o da *instituição* escolar, que é sua moldura; se é verdade que, aqui também, a noção de “instituição” possa ser aplicada sem maiores correções, sobretudo nessa matéria, e mesmo que se parta dos cânones redigidos e subscritos pelos bispos da Igreja visigótica.²³⁵

No entanto, pela influência irradiada da produção isidoriana, tanto na Hispânia, num primeiro momento, quanto na Europa, depois, vislumbra-se o deslocamento de um ensino ainda fundamentalmente baseado na tradição pedagógica greco-romana para algo mais propriamente cristão:

[...] É efetivamente em torno do período mais brilhante e mais criativo da história dos visigodos da Espanha – seja no meio-século que transcorre da conversão do rei Recaredo ao catolicismo, em 587, à morte de Isidoro de Sevilha em 636 – que se articula a síntese de Pierre Riché. Não é por devoção pessoal a Isidoro de Sevilha que ele reconheceu no “primeiro terço do século VII” – que coincide quase que exatamente com o episcopado de Isidoro: 600-636 – a zona fronteira entre o que ele chamou, respectivamente, de “fim da educação antiga” e “inícios da educação medieval”; em resumo, o período *par excellence* ao longo do qual, na Espanha, sem dúvida mais claramente que no resto da Europa, se assiste ao “desenvolvimento das escolas cristãs”. Nessa época isidoriana, a originalidade das escolas hispânicas, que explica a influência considerável daquilo que se pode chamar, provisoriamente, de seus “programas” sobre as escolas européias da alta Idade Média, define-se, em primeiro lugar, pela síntese que se opera entre concepções diversas, mas convergentes, da pedagogia cristã na *România* ocidental dos três séculos precedentes.²³⁶ (*ibid.*, p. 149)

²³⁵ [...] le problème de l'école n'est pas celui de la culture des écrivains par lesquels nous l'entrevoyons: le croire serait postuler une réduction sommaire des œuvres du VI^e siècle wisigothique à la condition et aux seules ambitions de manuels scolaires; et il est à craindre que nous ne nous fassions trop souvent une idée bien anachronique de ce que pouvait alors être un “manuel”. Le problème de l'école ne se confond pas davantage avec celui de l'institution scolaire qui en est le cadre; si tant est, ici aussi, que la notion d' “institution” puisse être appliquée sans beaucoup de correctifs, surtout en cette matière, et lors même que l'on part des canons rédigés et soussignés par les évêques de l'Église wisigothique.

²³⁶ [...] C'est effectivement autour de la période la plus brillante et la plus créatrice de l'histoire des Wisigoths d'Espagne – soit dans le demi-siècle qui s'écoule de la conversion du roi Reccarède au catholicisme, en 587, à la mort d'Isidore de Séville en 636 – que s'articule la synthèse de Pierre Riché. Ce n'est pas par dévotion personnelle envers Isidore de Seville qu'il a reconnu dans “le premier tiers du VII^e siècle” – qui coïncide à peu près exactement avec l'épiscopat d'Isidore: 600-636 – la zone frontière entre ce qu'il a respectivement appelé “la fin de l'éducation antique” et “les débuts de l'éducation médiévale”; bref, la période *par excellence* au cours de laquelle, en Espagne plus clairement sans doute que dans le reste de

Nas escolas, era o método por excelência do aprendizado: “Inicia-se com o aprendizado da gramática, ainda que a leitura, primeiro, e o escrever, em seguida, constituem o primeiro grau do ensino escolar”.

4.8.1 A IMPORTÂNCIA DO TEXTO NAS *ETIMOLOGIAS*

A importância de disciplinas como a *grammatica*, juntamente com o estilo isidoriano que associava polimatia e brevidade, aos moldes de uma enciclopédia, deixou aberta a possibilidade de que a obra fosse fragmentada e de que os livros circulassem de maneira independente: “Não é só importante a difusão da obra como tal. Uma boa mostra de sua influência real reside na acolhida que alcança graças à expansão em fragmentos, seletas ou cópias parciais dela”²³⁷ (DÍAZ Y DÍAZ, 2004, p. 211). Dentre os mais utilizados, estão os livros VI (*Da medicina*), a cronologia do mundo, contida no livro V, os capítulos sobre os hereges, pertencentes ao livro VIII, a primeira parte do livro V, dedicada às leis – que chegou a ser usada como prólogo de outras obras como, por exemplo, uma *Lex uisigothorum* – além de várias etimologias esparsas que animaram outros tantos escritos, inclusive, um certo *Glossário de Ansileubo*, uma reprodução *ipsis litteris* de etimologias isidorianas, porém, organizadas em outros moldes (cf. DÍAZ Y DÍAZ, *op. cit.*, p. 211-212). Ademais, é o mais importante para o escopo deste trabalho:

Em várias bibliotecas antigas, e num e noutro manuscrito, aparece atribuída a Isidoro uma *Ars grammatica*, que não só em muitas frases iniciais, mas também na maioria de seus preceitos e exemplos concorda, amiúde, literalmente com a parte correspondente das *Etimologias*. Tem sido notado muitas vezes que quando escritores posteriores, gramáticos, neste caso, remetem-se a Isidoro como sua fonte, apelam, na realidade, a essa *Ars*.²³⁸ (*ibid.*, p. 211).

l'Europe, on assiste au “développement des écoles chrétiennes”. Dans cet âge isidorien, l'originalité des écoles hispaniques, qui explique l'influence considérable de ce qu'on peut appeler provisoirement leurs “programmes” sur les écoles européennes du haut Moyen Age, se définit d'abord par la synthèse qui s'y opère entre des conceptions diverses, mais convergentes, de la pédagogie chrétienne dans la Romania occidentale des trois siècles précédents.

²³⁷ *No es solo importante la difusión de la obra como tal. Una buena muestra de su influencia real reside en la acogida que alcanza gracias a la expansión de fragmentos, selectas o copias parciales de ella.*

²³⁸ *En varias bibliotecas antiguas, y en algún que otro manuscrito, aparece atribuida a Isidoro una *Ars grammatica*, que no solo en muchas de sus frases iniciales, sino en la mayoría de sus preceptos y ejemplos conviene a menudo literalmente con la parte correspondiente de las *Etimologías*. Ha sido notado muchas veces que, cuando escritores posteriores, gramáticos en este caso, remiten a Isidoro como fuente suya, apelan en realidad a esta *Ars*.*

Trata-se, de fato, de um curioso recorte das *Etimologias*, uma vez que, em primeiro lugar, o *Da gramática* parece ser quase indissociável, conforme seu desenvolvimento, do corpo de toda as *Etimologias* vindouras, ou seja, não obstante trate da Gramática e suas partes, em muitos momentos, afasta-se de uma *ars* mais canônica. A proeminência da Gramática nas *Etimologias* ultrapassa, em muitos sentidos, os valores que os próprios gramáticos seculares lhe atribuíam. A essa disciplina é atribuído o privilégio de ser a primeira dentre as *artes liberais*:

São sete as disciplinas das *artes liberais*. A primeira delas é a gramática, isto é, a perícia no falar. A segunda é a retórica que, por causa do esmero e da abundância de sua eloquência, julga-se necessária, sobretudo, nas questões cívicas. Terceira, a dialética, cognominada lógica, a qual, através das mais sutis discussões, separa o verdadeiro do falso. Quarta, a aritmética, que abrange as divisões e os fundamentos dos números. Quinta é a música, que abrange poemas e cantos. Sexta, a geometria, que envolve as medidas e dimensões da terra. A sétima é a astronomia, que abrange a lei dos astros.²³⁹ (*Orig. I,2*)

É a *grammatica* o fundamento de todo o restante da vida intelectual:

Gramática é a ciência do falar corretamente, assim como a origem e o fundamento das letras liberais. Essa, dentre as disciplinas, surgiu depois da invenção das letras comuns, para que aqueles que, tendo já aprendido as letras, conheçam, através dela, a regra do falar corretamente. No entanto, gramática toma seu nome de “letra”, pois os gregos chamam *littera* de *grámmata* (γράμματα).²⁴⁰ (*Orig. I, 5, 1*)

Até este ponto, não há diferença significativa entre essa concepção de gramática e aquela de seus predecessores, especialmente os autores seculares. Por outro lado, não se encontra no livro I das *Etimologias* nenhuma questão que pudesse lembrar o que viriam a propor os modistas; no entanto, para o bispo de Sevilha, a gramática era uma ferramenta crítica tão fundamental – porque explicava o uso da língua, desde o emprego das letras até

²³⁹ *Disciplinae liberalium artium septem sunt. Prima grammatica, id est loquendi peritia. Secunda rhetorica, quae propter nitorem et copiam eloquentiae suae maxime in civilibus quaestionibus necessaria existimatur. Tertia dialectica cognomento logica, quae disputationibus subtilissimis vera secernit a falsis. Quarta arithmetica, quae continet numerorum causas et divisiones. Quinta musica, quae in carminibus cantibusque consistit. Sexta geometria, quae mensuras terrae dimensionesque complectitur. Septima astronomia, quae continet legem astrorum.*

²⁴⁰ *Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum. Haec in disciplinis post litteras communes inventa est, ut iam qui didicerant litteras per eam recte loquendi rationem sciant. Grammatica autem a litteris nomen accepit. grammata enim Graeci litteras vocant.*

o das figuras de linguagem²⁴¹ –, que ela poderia não só explicar os poetas e prosadores, mas também serviria como parâmetro para outras coisas como, por exemplo, entender a diferença entre história e fábula. A gramática, já considerada, em sua época, como a disciplina propedêutica *par excellence* a todo um elenco de outras disciplinas que, reunidas, formavam as *sete artes liberais* (ROBINS, 1983, p. 54), é, para ele, o fundamento que torna possível a distinção entre o que é histórico e o que é fabuloso. Assim se vê, quando, ao falar das partes da *grammatica*, Isidoro afirma:

Alguns elencam trinta divisões da arte gramatical, ou seja, as oito partes do discurso, unidade de som, letra, sílaba, pés, acento, pontuações, diacríticos, ortografia, analogia, etimologia, glosas, diferenças, barbarismos, solecismos, vícios, metaplasmos, figuras, tropos, prosa, métrica, fábulas, histórias.²⁴² (*Orig. I, 5, 4*)

A respeito disso, Irvine (1994, p. 212), não titubeia em asseverar que:

[...] A síntese de Isidoro da doutrina gramatical é incomparável com tudo que havia aparecido, seja nos círculos pagãos, seja nos cristãos: é o auge de um desenvolvimento evidente desde o tempo de Agostinho, que fez da *grammatica* o fundamento de todo conhecimento, a disciplina mestra de uma cultura que era primordialmente textual. Para Isidoro, a *grammatica* não é simplesmente uma disciplina ancilar, uma preparação para a retórica, para a filosofia ou para a carreira pública; o discurso gramatical e as categorias de pensamento são os veículos centrais do saber, provendo o molde discursivo para a *Etymologiae* em seu todo.²⁴³

Possivelmente decorra daí o fato de sua “doutrina” gramatical, crivada pela Etimologia, ter ganho prestígio e sido posta ao lado de outras obras ligadas à Gramática, quer entre os escritores pagãos (Donato e Prisciano), quer cristãos (Agostinho):

²⁴¹ “Uma típica *ars grammatica* começa com uma seção sobre *uox, littera e syllaba*, mas o grosso das páginas é preenchido, de longe, com discussões sobre classes de palavras, morfologia flexional e derivacional, ordem das palavras, erros gramaticais envolvendo palavras e figuras retóricas que se caracterizam por alterações e substituições verbais” ([...] *A typical ars grammatica begins with sections on vox, littera, and syllaba, but the bulk of the pages by far is occupied with discussion of word classes, inflectional and derivational morphology, word syntax, grammatical errors involving words, and rhetorical figures that are characterized by verbal alterations and substitutions*; HYMAN, 2005, p. 155).

²⁴² *Divisiones autem grammaticae artis a quibusdam triginta dinumerantur, id est, partes orationis octo: vox articulata, littera, syllaba, pedes, accentus, positurae, notae, orthographia, analogia, etymologia, glossae, differentiae, barbarismi, soloecismi, vitia, metaplasmi, schemata, tropi, prosa, metra, fabulae, historiae.*

²⁴³ [...] *Isidore's synthesis of grammatical doctrine is unlike anything that had yet appeared in either pagan or Christian circles: it is a culmination of a development evident from the time of Augustine that made grammatica the foundation of all knowledge, the master discipline of a culture that was primarily textual. For Isidore, grammatica is not simply an ancillary discipline, a preparation for rhetoric, philosophy or a public career; grammatical discourse and categories of thought are the central vehicles of knowledge, providing the discursive frame for the Etymologiae in its entirety.*

A influência do livro I, *De grammatica*, foi enorme: esse livro, ou um conjunto de excertos provenientes dele, foi freqüentemente transmitido, independentemente, em várias miscelâneas e compilações gramaticais produzidas nos albores da Idade Média, e sua influência perdurou até a Renascença.²⁴⁴ (IRVINE, *op. cit.*, p. 212)

Em segundo lugar, lembremos que Isidoro nunca se colocou como um *grammaticus* e não são poucos os momentos em que ele apresenta, mesmo tomado somente o livro I como base, a opinião dos *grammatici*. Essa não-identificação do bispo de Sevilha com a figura do *grammaticus* liga-se, certamente, à questão do ofício daquele mestre das letras, o qual Isidoro vê – como tudo que tem sua origem fora da religião cristã católica – com reservas, já que esse mister só teria validade se submetido aos imperativos da (verdadeira) fé. De outro modo, a importância da Gramática na estrutura não só das *Etimologias*, mas no exercício intelectual do Hispalense, é inquestionável. Para tanto, basta citar uma só frase contida no livro das *Sententiae*:

Aos escritos mais simples não deve ser preferível o fucus da arte da gramática. São melhores, com efeito, as letras comuns, porque são mais simples e só concernem à humildade dos leitores; aquelas, por outro lado, são mais perversas, porquanto incutem nas pessoas a elação perniciosa da mente. É melhor ser gramático que herético. Os heréticos, com efeito, quando persuadem, dão para beber um gole de suco letífero, porém, a doutrina dos gramáticos pode também ser útil à vida, no momento em que tiver sido concebida em seus melhores usos.²⁴⁵ (Isid. *Sent.*, III, 13, 10-11 *apud PL*, 83, col. 688a-688b)

Todavia, seria lícito perguntar quais são as demais motivações que colocam a Gramática como o “saber totalitário” que alicerça toda a inquirição isidoriana.

4.8.2 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE APRESENTAÇÃO DO *DA GRAMÁTICA*

Trata-se, agora, de comentar em detalhes a organização do livro I das *Etimologias*, tencionando dar conta tanto da seqüência dos capítulos quanto do método de apresentação deles.

²⁴⁴ *The influence of Book I, De grammatica, was enormous: this book, or a set of excerpts from it, was often transmitted independently in the many grammatical miscellanies and compilations produced in the early Middle Ages, and its influence endured until the Renaissance.*

²⁴⁵ *Simplicioribus litteris non est praeponendus fucus grammaticae artis. Meliores sunt enim communes litterae quia simpliciores et ad solam humilitatem legentium pertinentes, illae vero nequiores, quia ingerunt hominibus perniciosam mentis elationem. Meliores esse grammaticos quam haereticos. Haeretici enim haustum lethiferi succi hominibus persuadendo propinant, grammaticorum autem doctrina potest etiam proficere ad vitam, dum fuerit in meliores usus assumpta.*

A obra maestra de Isidoro de Sevilha começa abordando a distinção entre a *disciplina* e a *arte*. Essa discussão é especialmente importante em ambiente discursivo cristão, pois, um dos (efeitos de) sentidos de *disciplina* já deslizara para uma acepção mais moral, a saber, de um conjunto de regras de condutas indispensáveis para fortalecer a fé e o aprendizado da doutrina. Portanto, ao iniciar o livro I com essa discussão, o Hispalense parece, ao mesmo tempo, contemplar um debate antigo entre “teoria” e “prática”, mas também traduzir, de uma certa maneira, esse debate em moldes cristãos, uma vez que a própria escolha lexical de *disciplina* é pertinente, dado que, não obstante houvesse ocorrências, não era o termo mais comum para se opor o “teórico” ao “prático”. Em geral, identifica-se essa discussão com problemáticas platônicas relativas à diferença entre a *epistḗmē* e a *tékhnē*, termos comumente traduzidos em latim pela oposição *scientia* e *ars*. No entanto, como Isidoro emprega *scientia* tanto com a acepção de saber abstrato quanto de um *savoir-faire*, *disciplina* torna-se, além de tudo que foi dito, um termo bastante apropriado.

As primeiríssimas palavras desse capítulo, e, logo, da obra, são já uma etimologia. Aliás, não apenas uma etimologia, mas também uma origem, pois Isidoro tanto aborda a origem de *disciplina*, *a discendo* (“a partir de *discere*”), quanto a etimologia, *quia nemo nostrum scit, nisi qui discit* (“já que ninguém dentre nós sabe, senão aquele que aprende”). Há dois itens lexicais que explicitam o duplo corte analítico: a preposição *a(b)*, uma de cujas marcas é a de “afastamento, procedência”, própria para se responder *unde* (“donde”); *quia*, conjunção “porque, já que” etc., indicada quando a pergunta é *cur* (“por quê?”). Desse modo, no primeiro parágrafo das *Etimologias* (ou *Origens!*), estão completados e mesclados os princípios da investigação das palavras, flertando com o diacrônico e com o sincrônico, não dicotomicamente, mas como duas instâncias constituintes dos (efeitos de) sentidos das palavras. Para toda palavra há um *cur* e um *unde*, embora nem sempre seja possível acessá-los. De fato, o primeiro capítulo do *Da gramática* apresenta três dos quatro procedimentos orientadores da reflexão isidoriana, a saber: a *etimologia/origem*, a investigação da formação “semântica” das palavras; a *glosa*, paráfrase que instaura uma rede de sentidos desejados, espécie de sinonímia; a *diferença*, o que a palavra não pode ser, a discriminação dos empregos, espécie de antonímia. Faltou apenas,

salvo engano, a *analogia*, a regularidade das formas e dos sentidos, método comparativo. Evidentemente, essas quatro instâncias das palavras não se apresentam de maneira estanque, ou seja, não deixam de se interpenetrar. As etimologias/origens já respondem a um *cur*, já a um *unde*, são, ao mesmo tempo e sem dúvidas, formas de glosas, diferenças e analogias. Pois se uma palavra *x* deriva de ou associa-se a (etimologia/origem) uma outra *y*, o faz porque esse *y*, de uma certa maneira, pode substituí-la (glosa), diferenciando-se (diferença) de uma tal *z*, cujas razões de existência/formação não se comparam (analogia) com a de *x* para *y*.

Na seqüência, o texto prolonga-se através de um longo caminho relativo a tudo que é próprio às letras. De fato, para Isidoro, tudo que é passível de ser posto em letras, ou seja, de ser registrado por meio de símbolos mais ou menos convencionais, é digno de ser estudado pela Gramática, já que a argumentação do Hispalense é, também nesse caso, etimológica. Gramática relaciona-se a letra, em grego, logo, tudo que pode passar pelo crivo das letras pertence à Gramática. Possivelmente, esse aspecto prende Isidoro e “sua” gramática basicamente à dimensão textual, ou seja, mesmo quando aparecem sintagmas do tipo *cum dicimus...* (“quando dizemos...”), esse dizer não é o dizer da fala espontânea, mas o é do discursar, na medida em que a preocupação de Isidoro não é teorizar acerca da fala humana, mas sim fornecer elementos capazes de atingir uma *lectio recta*. Claro que a fala espontânea e a “pronúnciação” interpenetram-se, quando se questiona aspectos como o que é a *Latinitas*, o barbarismo etc., e é evidente que, mecanicamente, pode-se “textualizar” mesmo a fala espontânea em certa medida, mas a dimensão última da exposição isidoriana parecer ser mesmo a da fala pública, controlada e regida por regras próprias, que dêem a devida dignidade ao que é lido.

A idéia de que a fala espontânea e a fala pública não são a mesma coisa, mas que se relacionam, está no próprio início do contato pueril com as letras. Ao falar das *letras comuns*, o texto apresenta-as como *primordia grammaticae artis* (“primórdios/fundamentos da arte da gramática”). Portanto, novamente, a Gramática só se inicia a partir do contato com as letras. E segue: *quarum disciplina velut quaedam grammaticae artis infantia est* (“o aprendizado delas é como que uma infância da arte gramatical”). É a etapa necessária de acesso à Gramática. Eis a definição de letra:

As letras, porém, são índices das coisas, sinais das palavras, e elas têm tamanha potência que nos relatam os dizeres dos ausentes sem sua voz. [Com efeito, as palavras introduzem-se pelos olhos, não pelos ouvidos]. O emprego das letras foi inventado para se lembrar das coisas. Pois, a fim de que não fujam com o esquecimento, são fixadas pelas letras. Na tamanha variedade de coisas, nem tudo podia ser aprendido de ouvido nem ser retido pela memória. São chamadas *litterae* (“letras”), (mas, na verdade, são) como que *legiterae*, pois mostram aos leitores o *iter* (“caminho”) ou porque *iterentur* (“são reiteradas”) quando se lê.²⁴⁶ (*Orig.* I, 3, 1-3).

Essa definição está completamente comprometida com a dimensão textual da língua, pois, ao contrário de outras definições possíveis, encontradas, alhures, em outros gramáticos, que poderiam empregar *littera*, seja como algo próximo do que modernamente se chamaria “fonema”, sejam outras referências à sonoridade da língua, essa apresenta, de partida, as letras como *indices* ou *signos* das palavras, dos dizeres de quem está ausente. Portanto, as letras são representações que ajudam a trazer à mente enunciados produzidos alhures²⁴⁷. É sintomático o fato de Isidoro não empregar aqui (ou ao menos, não escolher dentre as fontes que consultou) o termo *uox*, mas sim *uerbum*, uma vez que, como se disse, a mudança lingüística sofrida pelo latim já tornara a leitura basicamente logográfica e não fonográfica, de modo que as letras, para alguém que vivia na Hispânia dos séculos VI e VII d.C., dificilmente poderiam ser *signos da voz*, dado que essa “voz” já não corresponde à voz coetânea. Ademais, essa definição já antecipa os últimos capítulos do livro I, ao enunciar a utilidade das letras como receptáculo da memória, fato que ligará a Gramática, ciência das letras, à História. Por fim, para deixar dúvidas sobre a dependência em relação ao texto, o bispo de Sevilha apresenta a prova cabal: a etimologia de *letra*. As duas possibilidades etimológicas apontam para o ato de leitura, o caminho que é mostrado aos leitores ou a reiteração, ou seja, a possibilidade de sempre voltar, quando se lê.

Dos capítulos dedicados às letras, “Das letras comuns” e “Das letras latinas”, destaca-se ainda o esboço isidoriano de uma história do alfabeto que, diferentemente, de seus antecessores, pagãos ou cristãos, coloca e define o pressuposto das *três línguas sacras*

²⁴⁶ *Litterae autem sunt indices rerum, signa verborum, quibus tanta vis est, ut nobis dicta absentium sine voce loquantur. [Verba enim per oculos, non per aures, introducunt]. Vsus litterarum repertus est propter memoriam rerum. Nam ne oblivione fugiant, litteris alligantur. In tanta enim rerum varietate nec disci audiendo poterant omnia, nec memoria contineri. Litterae autem dictae quasi legiterae, quod iter legentibus praestent, vel quod in legendo iterentur.*

²⁴⁷ Para outros detalhes sobre a importância de usar o termo *elementa*, cf. Irvine (1994, p. 214-215).

na seguinte seqüência temporal: hebraico, grego, latim. Ao afirmar que *linguam Hebraicam omnium linguarum et litterarum esse matrem* (“a língua hebraica é a mãe de todas as línguas e letras”) e ao dizer que os alfabetos grego e latino derivam daquela língua, confirma-se a inversão operada pelos cristãos, colocando a história hebraica como a mais antiga e, por isso, a mais autorizada:

Seguindo os predecessores Pais latinos, Isidoro defende que a língua falada no Jardim do Éden e alhures antes de Babel era o hebraico. Ligando a diversidade nas palavras pós-babélicas à variedade infinita das coisas, ele diz que todas as línguas e raças são variantes da hebraica original. De fato, declara Isidoro, as várias raças identificam-se baseadas nas várias línguas, ilustrando, assim, como mesmo a antropologia patrística estava fundada na gramática. A pureza da referência na língua edênica estende-se para incluir a pureza original da humanidade; e como o próprio procedimento etimológico, a diversidade subsequente de línguas e povos estimula o pesquisador cristão das origens a perceber a harmonia e unidade originais. O tratamento de Isidoro da história literária estende e desenvolve a noção patrística de que Adão foi o primeiro nomeador e poeta assim como a literatura hebraica era a fonte e o paradigma para todas as artes verbais subsequentes²⁴⁸. (AMSLER, 1989, 149-150).

Digno de nota também são os comentários tecidos por Isidoro a respeito das letras místicas: Υ, Θ, Τ, Α e Ω. Antes, todavia, convém fazer uma breve digressão concernente ao sentido com que trabalha Isidoro quando emprega o termo místico.

Chantraine (1968, p. 728) relaciona tanto o adjetivo *mystikós* (μυστικός, “concernente aos *mystes* e aos mistérios”) quanto o substantivo *mystérion* (μυστήριον, “culto de iniciação”) ao verbo *mýō* (μύω, “fechar(-se)”). Segundo ele, aqueles dois termos encontram-se num segundo grupo semântico de derivados, o qual “[...], muito importante, relaciona-se aos cultos de mistérios, sobretudo, o de Deméter em Elêusis: μύστης ‘*myste*,

²⁴⁸ *Following the earlier Latin Fathers, Isidore claimed that the language spoken in the Garden of Eden and everywhere before Babel was Hebrew. Linking the diversity in post-Babel words with the infinite variety of things, he says that all languages and races are variant of the original Hebrew. In fact, declares Isidore, the various races are identified on the basis of the various languages, thus illustrating how even Patristic anthropology was founded on grammar. The purity of reference in Edenic language is extended to include the original purity of mankind; and like the etymological procedure itself, the subsequent diversities in languages and peoples prompt the Christian searcher for origins to perceive original harmony and unity. Isidore's treatment of literary history extends and develops the Patristic notion that Adam was the first namer and poet and that Hebrew literature was the source and paradigm for all subsequent verbal arts.*

iniciado”²⁴⁹. Em seguida, tanto um quanto outro ganham certas nuances particulares: “μυστικός [...], entre os neopitagóricos, etc., no sentido de ‘místico’, etc.; mesma evolução para μυστήριον [...], mas, por vezes, em Platão ou Menandro ‘segredo’ em geral, enfim, na literatura cristã ‘mistérios da fé’; [...]”²⁵⁰. Na *Bíblia*, porém, os sentidos mais comuns são:

1. *uma coisa escondida ou secreta, de entendimento não óbvio*: *1Cor.* 13,2; 14,2; (dos ritos secretos dos gentios, *Sb.* 14,15; 14-23). 2. *um propósito ou um conselho escondido; vontade secreta*: de homens, τοῦ Βασιλέως, *Tb.* 12,7; 12,11; τῆς βουλῆς αὐτοῦ, *Jt.* 2,2; de Deus: μυστήρια Θεοῦ, os conselhos secretos que governam Deus no trato com o justo, os quais são ocultos aos ímpios e fracos, mas claros aos pios, *Sb.* 2,22. No *Novo Testamento*, o plano divino de prover salvação aos homens através de Cristo, que outrora fora oculto mas agora está revelado: *Rm.* 16,25; *1Cor.* 2,7 [...]; τοῦ Θεοῦ, que Deus formou, *Cl.* 2,2; τοῦ Χριστοῦ, que diz respeito a Cristo, *Cl.* 4,3; τοῦ εὐαγγελίου, que está contido ou anunciado no *Evangelho*, *Ef.* 6,19; ἐτελέσθη τό μυστήριον τοῦ Θεοῦ, falava da consumação desse propósito que haveria de ser contemplado quando Cristo retornasse, *Ap.* 10,7; τά μυστήρια τῆς Βασιλείας τῶν οὐρανῶν ou τοῦ Θεοῦ, os propósitos secretos relativos ao reino de Deus, *Mt.* 13,11; *Mc.* 4,11; *Lc.* 8,10; usado para certos eventos singulares decretados por Deus que fazem referência ao seu reino ou à salvação dos homens, *Rm.* 11,25; *1Cor.* 15,51; do propósito de Deus de abençoar também os gentios com a salvação através de Cristo, *Ef.* 3,3 [...]; com τοῦ Χριστοῦ adicionado, *Ef.* 3,4; οἰκονόμοι μυστηρίων Θεοῦ, os administradores dos mistérios de Deus, *i.e.*, aos quais foi confiado o anúncio dos propósitos secretos de Deus em relação aos homens, *1Cor.* 4,1; usado geralmente em relação à verdade cristã como algo oculto aos ímpios: com a adição de τῆς πίστεως, τῆς εὐσεβείας, a qual fé e piedade encerram e mantêm, *1Tm.* 3,9; 3,16; τό μυστήριον τῆς ἀνομίας, *o mistério da anomia*, o propósito secreto formado pela anomia, aparece ser uma antítese tácita ao propósito salvífico de Deus, *2Ts.* 2,7. 3. Como ἄρη e ῥιθ nos escritores rabínicos, denota *o sentido místico ou oculto*: de um dito veterotestamentário, *Ef.* 5,32; de um nome, *Ap.* 17,5; de uma imagem ou forma vista numa visão, *Ap.* 1,20; 17,5; de um sonho, (Teodocião) *Dn.* 2,18 [...].²⁵¹

²⁴⁹ [...], très important, se rapporte aux cultes à mystères, surtout celui de Déméter à Éleusis: μύστης “myste, initié” [...].

²⁵⁰ [...] μυστικός [...] puis chez les néo-platoniciens, etc., au sens de “mystique”, etc.; même évolution pour μυστήριον [...], mais parfois chez Pl. ou Mén. “secret” en général, enfin, dans la littérature chrétienne “mystères de la foi”; [...].

²⁵¹ 1. a hidden or secret thing, not obvious to the understanding: *1Cor.* 13:2; 14:2; (of the secret rites of the Gentiles, *Sap.* 14:15,23). 2. a hidden purpose or counsel; secret will: of men, τοῦ Βασιλέως, *Tobit* 12:7,11; τῆς βουλῆς αὐτοῦ, *Judith* 2:2; of God: μυστήρια Θεοῦ, the secret counsels which govern God in dealing with the righteous, which are hidden from ungodly and wicked men but plain to the godly, *Sap.* 2:22. In the N. T., God's plan of providing salvation for men through Christ, which was once hidden but now is revealed: *Rom.* 16:25; *1 Cor.* 2:7 [...]; τοῦ Θεοῦ, which God formed, *Col.* 2:2; τοῦ Χριστοῦ, respecting Christ, *Col.*

É exatamente com esse último (efeito de) sentido que *mysticus* pulula não só nas *Etimologias*, mas também numa série de outras obras de Isidoro. Inclusive, uma de suas obras chega-nos com o seguinte título: *Mysticorum expositiones sacramentorum seu Quaestiones in Vetus Testamentum* (“Explicações dos sacramentos místicos ou Questões ao Velho Testamento”), cujo prefácio explicita o ponto de partida:

A história da lei sagrada não aconteceu nem foi registrada sem nenhum prenúncio do que haveria de ser. Se a sombra tão multifacetada dos acontecimentos não se relacionasse ao *mistério* da prefiguração, não diria o Apóstolo, ensinando: a lei tem a sombra das coisas boas que hão de acontecer, não a imagem própria delas. Por isso, certas (passagens), que na lei foram ditas ou compostas de forma figurada, estão cheias de sacramentos místicos; neste opúsculo entrelaçamos, com a ajuda da suprema graça, as sentenças que se seguem, reunidas a partir dos (escritores) antigos e eclesiásticos de modo semelhante a quando juntamos, na mão, flores colhidas de diversos prados. Essas sentenças, que brevemente condensam poucas palavras a partir de muitas, também adicionam a maioria (de palavras) ou mudam algo de uma parte, apresentamo-las não só aos interessados, mas também àqueles leitores que se aborrecem, uma vez que têm horror a textos por demais longos. Com efeito, (essas sentenças) com uma exposição breve e sucinta, não causam fastio por causa de prolixidade. Com efeito, um discurso prolixo e obscuro aborrece; breve e claro, agrada. E uma vez que, outrora, o texto inteiro foi composto por nós conforme a letra, é necessário que, o fundamento da história precedendo, se siga o *sentido alegórico*. Pois algumas passagens compreendem-se mais figurativamente que outras, precisamente como são as proféticas indícios precedentes das coisas que hão de acontecer. Sem dúvidas, nem tudo que está escrito na lei ou nos profetas se cobre com *enigmas*; mas, conforme aquelas que significam algo, conectam-se aqueles que não significam nada. Com efeito, assim como nas cítaras, e em instrumentos musicais semelhantes, certamente não é tudo que se toca que produz som, mas somente as cordas o fazem, embora as demais partes em conjunto formem o corpo da cítara, tanto que, no lugar em que se ligam e por onde se estendem, há aquilo que o artífice modulará a fim de suavizar a cantilena; assim, nas narrativas proféticas, tudo que é dito, ou soa algo direcionado a uma representação de coisas futuras, ou, se não soa nada, interpõe-se àquele algo, para que exista a partir daquela, a

4:3; τοῦ εὐαγγελίου, *which is contained and announced in the gospel*, Eph. 6:19; ἐτελέσθη τό μυστήριον τοῦ Θεοῦ, *said of the consummation of this purpose, to be looked for when Christ returns*, Rev. 10:7; τὰ μυστήρια τῆς Βασιλείας τῶν οὐρανῶν οἱ τοῦ Θεοῦ, *the secret purposes relative to the kingdom of God*, Matt. 13:11; Mark 4:11; Luke 8:10; *used of certain single events decreed by God having reference to his kingdom or the salvation of men*, Rom. 11:25; 1 Cor. 15:51; *of God's purpose to bless the Gentiles also with salvation through Christ*, Eph. 3:3, [...]; *with τοῦ Χριστοῦ added*, Eph. 3:4; οἰκονόμοι μυστηρίων Θεοῦ, *the stewards of God's mysteries, i. e. those intrusted with the announcement of God's secret purposes to men*, 1 Cor. 4:1; *used generally, of Christian truth as hidden from ungodly men: with the addition of τῆς πίστεως, τῆς εὐσεβείας, which faith and godliness embrace and keep*, 1 Tim. 3:9,16; τό μυστήριον τῆς ἀνομίας *the mystery of lawlessness, the secret purpose formed by lawlessness, seems to be a tacit antithesis to God's saving purpose*, 2 Thess. 2:7. 3. Like מְסֻפָּר and רֵזֶז in rabbinic writers, it denotes the mystic or hidden sense: *of an O. T. saying*, Eph. 5:32; *of a name*, Rev. 17:5; *of an image or form seen in a vision*, Rev. 1:20; 17:5; *of a dream*, (Theodotion) Dan. 2:18 [...].

representação como que se deve ligar aquilo que soa. [...].²⁵² (ISID. *Quaest. in Vetus Test., In Gen. apud PL*, v. 83, col. 207b-209a; grifos nossos)

Noutros textos, deixa claro que as *Escrituras* sempre devem ser lidas atentando-se para três sentidos:

As Escrituras devem ser compreendidas não só mais historicamente, mas também misticamente. Que a escritura da lei tem de ser apreciada não só mais historicamente, mas também em sentido místico, isto é, *mais espiritualmente*, ensina o Senhor nos Salmos: atentai, meu povo, para a minha lei; inclinai vosso ouvido em direção às palavras de minha boca, abrirei minha boca em parábolas, falarei proposições a partir do princípio. O que também o profeta, em outro salmo, confirma, dizendo: inclinarei meu ouvido à semelhança, abrirei, num saltério, meus enigmas.²⁵³ (ISID. *De fide cath. II, 20 apud PL*, v. 83, col. 528c; grifos nossos)

A lei divina tem de ser apreciada de três modos. Deve-se compreendê-la em primeiro lugar, pelo histórico; em segundo, pelo tropológico; em terceiro, pelo místico. Com efeito, pelo histórico, ao pé da letra; pelo tropológico, conforme a ciência moral; pelo *místico*, segundo a compreensão *espiritual*. Logo, assim como, pelo histórico, convém sustentar a fé, devemos compreender que ela seja interpretada mais moralmente e mais espiritualmente.²⁵⁴ (ISID. *Sent. I, 18, 12 apud PL*, v. 83, col. 578a-579a; grifos nossos)

²⁵² *Historia sacrae legis non sine aliqua praenuntiatione futurorum gesta atque conscripta est. Nisi pertineret ad praefigurationis mysterium tam multiplex rerum umbra gestarum, nec docens Apostolus diceret: Lex umbram habet futurorum bonorum, non ipsam imaginem rerum. Proinde quaedam, quae in ea figuratim dicta uel facta sunt, et sunt plena mysticis sacramentis, adiuvante superna gratia, in hoc opusculo exsequentes intexuimus, ueterumque ecclesiasticorum sententias congregantes, ueluti ex diuersis pratis flores lectos ad manum fecimus, et pauca de multis breuiter perstringentes, pleraque etiam adiicientes, uel aliqua ex parte mutant, offerimus non solum studiosis, sed etiam fastidiosis lectoribus, qui nimiam longitudinem sermonis abhorrent. Breui enim expositione succincta non faciunt de prolixitate fastidium. Prolixa enim et occulta taedet oratio; breuis et aperta delectat. Et quia iam pridem iuxta litteram a nobis sermo totus contextus est, necesse est ut, praecedente historiae fundamento, allegoricus sensus sequatur. Nam figuraliter quaedam ex his intelliguntur, uere tanquam prophetica indicia praecedentia futurorum. Sane non omnia quae in lege et prophetis scripta sunt mysteriorum aenigmatibus obteguntur; sed pro his quae aliquid significant, etiam quae nihil significant connectuntur. Sicut enim in citharis, et huiusmodi organis musicis, non quidem omnia quae tanguntur, canorum aliquid resonant, sed tantum chordae, caetera tamen in toto citharae corpore ideo facta sunt, ut esset ubi connecterentur et quo tenderentur illa quae ad cantilenae suauitatem modulaturus est artifex: ita in his propheticis narrationibus quaeque dicuntur aut aliquid sonant in significationem futurorum, aut, si nihil sonant, ad hoc interponuntur, ut sit unde illa significantia tanquam sonantia connectantur. [...]*

²⁵³ *Scriptura non solum historialiter, sed etiam mystice intelligenda est. Quod legis scriptura non solum historialiter, sed etiam mystico sensu, id est, spiritualiter sentienda est, docet Dominus in Psalmis: "Attendite, populi mei, legem meam; inclinate aurem uestram in uerba oris mei, aperiam in parabolis os meum, loquar propositiones ab initio (Psal. LXXVII, 1)" Quod etiam propheta in alio psalmo confirmat, dicens: Inclinabo ad similitudinem aurem meam, aperiam in psalterio aenigmata mea (Psal. XLVIII, 5).*

²⁵⁴ *Lex divina triplici sentienda est modo. Primo, ut historice; secundo ut tropologice, tertio ut mystice intelligatur. Historice namque juxta litteram, tropologice juxta moralem scientiam, mystice juxta spiritalem intelligentiam. Ergo sic historice oportet fidem tenere, ut eam et moraliter debeamus interpretari et spiritaliter intelligere.*

[...] As línguas sacras da lei são três: hebraico, grego e latim. Três também são os sentidos de sua compreensão: histórico, moral e místico [...].²⁵⁵ (ISID. *Liber num.* 4, 17 *apud PL*, v. 83, col. 182c)

[...] o conjunto de ambos os Testamentos divide-se em três partes, isto é, em história, costumes, *alegoria*.²⁵⁶ (ISID. *Orig.* VI, 1, 11)

A análise dessas passagens mostra que aquilo que Isidoro chama de *místico* – e, neste trabalho, quando empregamos esses termos, tencionamos segui-lo – pode ser parafraseado e substituído por *alegórico*, *enigmático*, *espiritual*²⁵⁷, sentido contrário ao *histórico* e *moral*. O sentido místico, portanto, aponta para algo que vai além da literalidade, aquilo que não se compreende facilmente e que, no limite, requer sempre um intérprete dotado de certas ferramentas que são sua garantia de acesso a *esse* sentido.

Ao falar das letras místicas, Isidoro “insere” na reflexão gramatical aquilo que, em certo sentido, relacionava ao âmbito do religioso. No entanto, como a passagem do *Da gramática* mostra, não era privilégio cristão atribuir aos signos que servem para representar a língua características augurais. Foi praticado tanto entre os pitagóricos, na Grécia, entre os vates romanos, entre os rabinos judaicos. O que parece constituir, em certo sentido, uma inflexão do texto isidoriano em relação a essas práticas é o fato de o bispo de Sevilha tê-las inserido num discurso técnico:

O exame isidoriano das *litterae*, que precede a seção acerca das partes do discurso, é especialmente importante para sua teoria da *etymologia* porque isso provê a base de sua filosofia da linguagem. Essa filosofia combina alguns conceitos exegéticos tradicionais e patrísticos do sentido imanente e as origens hebraicas da linguagem com aspectos mais técnicos de *littera*. Seguindo os gramáticos gregos e romanos, Isidoro identifica os sons das vogais e das consoantes (fonologia moderna) com a ortografia. Mas a grande parte de seu exame devota-se a uma avaliação dos significados extra-verbais das *litterae*. [...] Isidoro vislumbra a língua como um fenômeno que corresponde [às palavras] assim como transcendental, cuja inspeção revela a origem tanto das palavras quanto das coisas. [...] Não quer dizer que Isidoro desconsiderava o valor das *litterae*. De fato, ele dota essa categoria gramatical com uma significação filosófica e espiritual e, como outros etimólogos dos albores da Idade Média, combina *orthographia* e *etymologia*, categorias gramaticais tradicionais de explanação, num mesmo sistema epistemológico e explanatório. [...] Isidoro, então, reorienta a definição tradicional de *grammatica* no sentido de exame da significação extra-verbal e místico das *litterae*. [...] Isidoro estabelece uma

²⁵⁵ *Sacrae legis lingua triplex est, Hebraea, Graeca, et Latina. Triplex est etiam intelligentiae sensus, historicus, moralis et mysticus.*

²⁵⁶ [...] *Summa autem utriusque Testamenti trifarie distinguitur: id est in historia, in moribus, in allegoria.*

²⁵⁷ Sobre a alegoria, ver tradução de *Orig.* I, 37, p. 21-26.

relação linear entre os alfabetos hebraico, grego e latino que se compara ao conceito das *tres linguae sacrae* e à revelação do plano de Deus aos seres humanos. No interior de tal modelo interpretativo, o alfabeto grego era um acesso tão válido quanto o hebraico à significação mística da língua.²⁵⁸ (AMSLER, 1989, p. 149-151)

Na seqüência, tem lugar o capítulo propriamente sobre a *grammatica*. A exposição isidoriana, fundamentalmente, está calcada em trechos de alguns poucos autores:

O esquema isidoriano de *grammatica* no livro I das *Etymologiae* é uma síntese de tratados provenientes do baixo Império interpretados através do modelo cristão em obras de Agostinho e Cassiodoro. Isidoro traça, a partir das obras *De ordine*, *De doctrina christiana* e *De trinitate* de Agostinho e das *Institutiones* de Cassiodoro, um modelo mais amplo para a *grammatica* como a disciplina da linguagem textual e da escrita. A fonte básica dos capítulos lingüísticos do *De grammatica* de Isidoro é a *Ars maior* de Donato, vista através dos comentários de Sérvio e de Pompeu. Os capítulos acerca dos erros estilísticos e das figuras de linguagem (*vitia, schemata, tropoi*), Isidoro também os extraiu a partir de uma versão cristianizada, hoje perdida, da *Ars maior* de Donato, provavelmente compilada no final do século V ou início do VI, a qual adicionava ou substituíva por exemplos bíblicos para ilustrar as figuras de linguagem.²⁵⁹ (IRVINE, 1994, p. 211-212).

Mas, como vimos, isso não diminui a “intervenção” de Isidoro, uma vez que é o modo como sintetizou essas definições vindas de vários lugares, seculares e cristãos,

²⁵⁸ *Isidore's account of litterae, which precedes the sections on the parts of speech, is especially important for his theory of etymologia because it provides the basis for his philosophy of language. That philosophy combines some traditional exegetical and Patristic concepts of immanent meaning and the Hebraic origins of language with the more technical aspects of littera. Following the Greek and Roman grammarians, Isidore equates the sounds of vowels and consonants (modern phonology) with orthography. But the greater part of his account is devoted to an evaluation of the extraverbal significations of litterae. [...] Isidore regards language as a correspondent phenomenon as much as a transcendental one, whose inspections reveals the origins of both words and things. [...] This does not mean that Isidore discounted the value of litterae. In fact, he endows that grammatical category with a philosophical and spiritual significance and, like other early medieval etymologies, conflates ortographia and etymologia, traditional grammatical categories of exposition, into one epistemological and explanatory system. [...] Isidore thus reorients the traditional definition of grammatica to account for the extraverbal and mystical significance of litterare. [...] Isidore establishes a linear relationship among the Hebrew, Greek, and Latin alphabets, which parallels the concept of the tres linguae sacrae and the revelation of God's plan to human beings. Within such an interpretative frame, the Greek alphabet was as valid an access to the mystical significance of language as was the Hebrew alphabet.*

²⁵⁹ *Isidore's outline of grammatica in book I of the Etymologiae is a synthesis of the treatises from the Late Empire interpreted through the Christianized model in the works of Augustine and Cassiodorus. Isidore draws from Augustine's De ordine, De doctrina christiana and De trinitate from Cassiodorus's Institutiones for the larger model of grammatica as the discipline of textual language and writing. The basic source for the linguistic chapters of Isidore's De grammatica is Donatus's Ars maior seen through the commentaries of Servius and Pompeius. For the chapters on stylistic faults and the figures of speech (vitia, schemata, tropoi) Isidore also drew from a lost Christianized versions of Donatus's Ars maior, probably compiled in the late fifth or early sixth century, which added or substituted biblical examples to illustrate the figures of speech.*

juntamente com alguns poucos, mas importantes adendos, que torna seu texto sobre a Gramática importante. Eis sua definição:

Gramática é a ciência do falar corretamente, assim como a origem e o fundamento das letras liberais. Essa, dentre as disciplinas, surgiu depois da invenção das letras comuns, para que aqueles que, tendo já aprendido as letras, conheçam, através dela, a regra do falar corretamente. No entanto, gramática toma seu nome de “letra”, pois os gregos chamam *littera* de *grámmata* (γράμματα). Foi dita arte, porém, pois se funda nos princípios e regras da arte. Outros dizem que o vocábulo veio do grego *areté* (ἀρετή), ou seja, *virtus*, em latim, e a ela chamaram de ciência. 3. Chamou-se *oratio* (“discurso”) como se fosse uma “razão da boca” (*oris ratio*). Pois expressar-se é falar e discursar. É o discurso um tecido de palavras com sentido. Por outro lado, um tecido sem sentido não é discurso, já que não há uma “razão da boca”. Porém, um discurso é pleno por meio do sentido, do som e da letra. 4. Alguns elencam trinta divisões da arte gramatical, ou seja, as oito partes do discurso, voz articulada, letra, sílaba, pés, acento, pontuações, notas, ortografia, analogia, etimologia, glossas, diferenças, barbarismos, solecismos, vícios, metaplasmos, figuras, tropos, prosa, métrica, fábulas, histórias.²⁶⁰ (*Orig. I, 5, 1*).

Essa definição, que é “[...] extraída de Cassiodoro, Sêrvio e Diomedes [...]”²⁶¹ (IRVINE, 1994, p. 217), inova, precisamente, ao colocar sob os auspícios da Gramática distinções sobre gêneros como a *fabula* e a *historia*: “[...] O final da lista das *partes*, especialmente a inclusão dos últimos quatro tópicos, não se assemelha a nenhum outro tratado e deve ser resultado em si da síntese feita por Isidoro de material tradicional”²⁶² (IRVINE, 1994, p. 218). No entanto, sobre esse aspecto da distinção entre *fabula* e *historia*, falaremos mais adiante.

Ao ler-se a definição isidoriana de gramática, é lícito perguntar se o que é dito a respeito da dimensão textual da língua ser seu horizonte de interesse não é contradito pelo que, de fato, aparece no texto, uma vez que a Gramática é a *scientia recte loquendi*

²⁶⁰ *Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum. Haec in disciplinis post litteras communes inventa est, ut iam qui didicerant litteras per eam recte loquendi rationem sciant. Grammatica autem a litteris nomen accepit. Γράμματα enim Graeci litteras vocant. Ars vero dicta est, quod artis praeceptis regulisque consistat. Alii dicunt a Graecis hoc tractum esse vocabulum ἀπὸ τῆς ἀρετῆς, id est a virtute, quam scientiam vocaverunt. Oratio dicta quasi oris ratio. Nam orare est loqui et dicere. Est autem oratio contextus verborum cum sensu. Contextus autem sine sensu non est oratio, quia non est oris ratio. Oratio autem plena est sensu, voce et littera Divisiones autem grammaticae artis a quibusdam triginta dinumerantur, id est, partes orationis octo: vox articulata, littera, syllaba, pedes, accentus, positurae, notae, orthographia, analogia, etymologia, glossae, differentiae, barbarismi, soloecismi, vitia, metaplasmi, schemata, tropi, prosa, metra, fabulae, historiae.*

²⁶¹ [...] is drawn from Cassiodorus, Servius, and Diomedes [...]

²⁶² [...] The concluding list of *partes*, especially the inclusion of the last four subjects, resembles no other treatise and must be the result of Isidore’s own synthesis of traditional material.

(“ciência do falar corretamente”). Sem dúvidas, não há uma relação estanque e imiscível entre a fala e a escrita, dado que esses textos esperavam ser lidos e, superada a etapa do aprendizado da escrita, entendidos. Além disso, já dissemos que as “regras” de uma fala pública podem ter suas bases na organização da língua registrada pela escrita. Por isso, Irvine (1994, p. 218) defende que mesmo a referência a *loqui* (“falar”) se faz com o horizonte estrito da fala pública:

O conteúdo do livro I de Isidoro, *De grammatica*, revela que muito mais era abarcado pela *grammatica* do que está explicitamente definido em I, 5. Isidoro compilava fontes muito usadas, abreviando e expandindo-as até onde conseguisse, mas normalmente reproduzia, à mão, fielmente os textos. As omissões ou deficiências na definição pertencem às fontes. Uma discrepância curiosa é definição de *grammatica* como “a ciência do falar corretamente”, quando lida no contexto do livro I e das *Etymologiae* como um todo. Os tópicos do capítulo citados acima revelam que o conteúdo desse livro em nada concerne à língua falada ou mesmo à composição. Como nas *artes grammaticae* romanas tardias, nenhum exemplo do latim falado era usado nos capítulos lingüísticos. A síntese isidoriana das fontes demonstra que o objeto da *grammatica* são os textos e a linguagem textual – a escrita, não a fala. *Scientia loquendi* é, por isso, “a ciência do discurso”, a língua dos textos a ser estudada e a língua escrita considerada normativa para a comunidade textual em sua própria produção de textos²⁶³.

Essa defesa de Irvine provém da constatação da importância visível que Isidoro dá à leitura como fundamento da vida religiosa, pois é ela que dará acesso ao texto sagrado assim como é por meio dela que esse mesmo texto pode ser transmitido àqueles que não têm acesso à leitura. Nesse sentido, portanto, tanto a Etimologia quanto a Gramática são os caminhos necessários a uma leitura perfeita, atenta a tudo que aparece não só num texto, mas, concretamente, numa página – talvez, no mundo dos signos –, pois o Sevilhano quer fornecer aos futuros eclesiásticos ferramentas para que tudo que é da ordem do signo, ou seja, tudo que possa ser traçado, seja capaz de ser “lido”. É com esse intuito que ele expõe

²⁶³ *The contents of Isidore's book I, De grammatica, reveals that much more was embraced by grammatica than is explicitly defined in 1.5. Isidore was compiling well-used sources, abbreviating and expanding as he went along, but ordinarily copying faithfully from the texts at hand. The omissions or weaknesses in the definition are those of the sources. A curious discrepancy is the definition of grammatica as “the science of speaking correctly” when read in the context of book 1 and the whole of the Etymologiae. The chapter headings cited above reveal that none of the content of this book concerns spoken language or even composition. As in the late Roman artes grammaticae, no examples from spoken Latin are used in the linguistic chapters. Isidore's synthesis of sources demonstrates that the subject of grammatica is texts and textual language - writing, not speech. Scientia loquendi is therefore “the science of discourse”, the language of the texts to be studied and the written language considered normative for the textual community in its own production of texts.*

sobre uma variedade de sinais, chegando, inclusive, a abordar sinais corporais. É o devido treinamento de leitura que afasta a “astúcia” da sofística e da heresia. Isidoro não tem dúvidas de que “o diabo mora no detalhe”:

O saber para Isidoro é textual e discursivo. O mais alto saber é propiciado somente através do texto sacro e é, por isso, impossível sem a *grammatica*. Aqueles que negligenciam a leitura contínua e freqüente (*assidua lectio*) depreciam o saber que já adquiriram, o qual só vem através da leitura. Não obstante a *grammatica* seja a chave para o saber religioso, o leitor da Escritura deve permanecer humilde, não vislumbrando o elogio no exercício do saber textual. Além do mais, o leitor tem de conhecer também os códigos interpretativos da Igreja (literal, alegórico), a fim de penetrar no sentido interior sem o erro da heresia. A comunidade textual, assim, circunscreve-se através da *lectio* e da *enarratio*.²⁶⁴ (IRVINE, 1994, p. 219).

Ademais, havia vários níveis de leitores, cada qual seguindo um tipo de “ordem”:

Encontramos na obra de Isidoro três categorias de leitores: privados, semi-públicos e públicos. O leitor privado é aquele que, sabendo ler (*peritus litterarum*), está em condição de ter um contato pessoal com o texto escrito. As *Sentenças* descrevem o perfil desse leitor, que é o mais das vezes um clérigo. Isidoro insiste sobre a necessidade e a utilidade de uma leitura pessoal das Escrituras, admite as dificuldades dessa leitura, fustiga os leitores pedantes, condena aqueles que arriscam interpretações falsas, insiste sobre a necessidade de uma confrontação. [...] Ninguém duvida que essa elite privilegiada tenha diminuído, como a pele de chagré, ao ponto de não representar mais para Igreja um *medium* educativo que tenha uma superfície social suficiente. Daí a atenção que Isidoro dá às outras categorias de leitores, que não têm mais por única função ler um texto conforme sua própria intenção, mas que possuem as competências necessárias para transmiti-lo a um auditório no seio do qual a parte dos que podiam diretamente acessar o texto nitidamente decrescera. O leitor semi-público é aquele que se direciona a um público restrito, quer dizer, limitado em função de critérios variados. No caso de Isidoro, essa categoria corresponde muito freqüentemente ao leitor encarregado da leitura por ocasião da refeição feita em comum pelos monges nos monastérios. [...] Embora essa leitura seja efetuada num espaço semanticamente privilegiado, Isidoro precisa claramente as condições nas quais os monges poderiam completar sua instrução e obter esclarecimentos ao longo das *collationes*. Ele sabia, com efeito, que o microcosmo monacal comportava uma porção variada, mas certamente educada, de semi-letrados e de iletrados. [...] O leitor público está encarregado da leitura na igreja. [...]. O Sevilhano não só definiu a ordem do leitorado público, mas

²⁶⁴ *Knowledge for Isidore is textual and discursive. The highest knowledge is afforded only through the sacred texts and is therefore impossible without grammatica. Those who neglect continual and frequent reading (assidua lectio) disparage the knowledge they have already attained, which came only through reading. Although grammatica is the key to religious knowledge, the reader of Scripture should remain humble, not seeking praise in the exercise of textual knowledge. Furthermore, the reader must also know the interpretive codes of the Church (literal, allegorical) in order to penetrate the interior meaning without the error of heresy. The textual community thus circumscribes itself through lectio and enarratio.*

também esboçou os contornos da grande massa de ouvintes, cujas reações ele seguia e cuja compreensão tentava guiar. [...] o leitor é, por definição e por emprego, um ministro cujo lugar é importante na hierarquia eclesiástica. A função dele inscreve-se nos sete degraus dessa hierarquia e Isidoro indica a dignidade relativa dessa ordem [...] Ler em público faz já do leitor um homem que tem acesso a um universo de conhecimentos reservados e privilegiados. Ele rompe uma barreira que, doravante, o separa da massa comum, uma vez que ele tem acesso a dois domínios interditos aos outros fiéis: o da escrita e o da Escritura. Mas, ao mesmo tempo, ele reencontra essa massa comum, porque se torna mediador entre a expressão escrita da qual ele participa praticamente sozinho, e a expressão oral da qual todos participam. [...] O bispo apresenta, assim, o leitor ao público que será instruído por suas leituras. Seu gesto mostra a esse público que o leitor é, a uma só vez, depositário do texto sacro, dependente desse texto e subordinado a ele, mas também a ligação viva entre a comunicação escrita e a comunicação oral.²⁶⁵ (BANNIARD, 1975, p. 114-117).

²⁶⁵ *On rencontre dans l'œuvre d'Isidore trois catégories de lecteurs: privés, semi-publics, publics. Le lecteur privé est celui qui, sachant lire (peritus litterarum), est à même d'avoir un contact personnel direct avec le texte écrit. Les Sentences dessinent le profil de ce lecteur, qui est le plus souvent un clerc. Isidore insiste sur la nécessité et l'utilité d'une lecture personnelle des Écritures, admet les difficultés de cette lecture, fustige les lecteurs pédants, condamne ceux qui risquent des interprétations fausses, insiste sur la nécessité d'une confrontation. [...] Comme la peau de chagrin, nul doute que cette élite privilégiée ne se soit amenuisée au point de ne plus représenter pour l'Église un médium éducatif ayant une surface sociale suffisante. D'où l'attention qu'Isidore accorde aux autres catégories de lecteurs, qui n'ont plus pour seule fonction de lire un texte à leur propre intention, mais qui possèdent les compétences nécessaires pour le transmettre à un auditoire au sein duquel la part de ceux qui peuvent directement accéder au texte a nettement décliné. Le lecteur semi-public est celui qui s'adresse à un public restreint, c'est-à-dire limité en fonction de critères variables. Dans le cas d'Isidore, cette catégorie correspond assez bien au lecteur chargé de la lecture lors des repas pris en commun par les moines dans les monastères. [...] Bien que cette lecture soit effectuée dans un espace sémantique privilégié, Isidore précise nettement les conditions dans lesquelles les moines pourront compléter leur instruction, et obtenir des éclaircissements au cours des collationes. Il savait en effet que le microcosme monacal comportait une proportion variable, mais sûrement élevée, de demi-lettrés et d'illettrés. [...] Le lecteur public est chargé de la lecture à l'église. [...] Le Sévillan a non seulement défini l'ordre du lectorat public, mais aussi esquissé les contours de la grande masse des auditeurs, dont il suivait les réactions et tentait de guider la compréhension. [...] Ainsi, le lecteur est, par définition et par emploi, un ministre dont la place est importante dans la hiérarchie ecclésiastique. Sa fonction s'inscrit dans les sept degrés de celle-ci et Isidore indique la dignité relative de cet ordre [...] Lire en public fait déjà du lecteur un homme qui a accès à un univers de connaissances réservées et privilégiées. Il franchit une barrière qui, désormais, le sépare de la masse commune, puisqu'il a accès à deux domaines interdits aux autres fidèles: celui de l'écrit, celui de l'Écriture. Mais, en même temps, il retrouve cette masse commune, puisqu'il devient médiateur entre l'expression écrite à laquelle il participe presque seul, et l'expression orale à laquelle tous participent. [...] L'évêque présente ainsi le lecteur au public que celui-ci va instruire par ses lectures. Son geste montre à ce public que le lecteur est à la fois dépositaire du texte sacré, dépendant de ce texte et subordonné à lui, mais aussi lien vivant entre la communication écrite et la communication orale. Cf. também: "O De ecclesiasticis officiis também revela que a grammatica era essencial ao leitor (lector) cuja tarefa era ler as Escrituras na igreja, equipado com a técnica da lectio gramatical, atentando ao acento, à inflexão da voz e às pausas entre as unidades do sentido. Quando um leitor era ordenado, o bispo deveria lhe dar um manuscrito (codex) das Escrituras que ele teria de ler publicamente. [...]" (Isidore's De ecclesiasticis officiis also reveals that grammatica was essential for the reader (lector) whose duty it was to read the Scriptures in church equipped with the techniques of grammatical lectio, attending to accent, inflection of voice, and pauses between units of sense. When a reader was ordained, the bishop would give him a manuscript (codex) of the Scriptures which he would read out publicly; IRVINE, 1994, p. 220).*

É a essa idéia de leitura, evidentemente também relacionada à uma de interpretação, que, no limite, a *grammatica* e a *etymologia* se subordinam. Se ambas não podem – ao contrário do que faziam com elas os gramáticos seculares – ser consideradas ciências ancilares de nenhuma outra, como disse Irvine, é porque saber *ler*, para Isidoro, o estágio mais nobre do conhecimento, é inseparável do conhecer as etimologias e a gramática:

A função completamente textual da *grammatica* para a comunidade de monges e para os pares bispos de Isidoro é indicada em toda parte nas obras isidorianas. A vida monástica baseava-se na leitura (*lectiones*) e discussões (*disputationes*) ou conferências (*collationes*) com outros membros da comunidade. Na regra monástica que escreveu para Sevilha, Isidoro prescreve três horas de leitura por dia, bem como um período em que a comunidade deveria reunir-se para discutir problemas colocados pela *divina lectio*, e o abade deveria explicar as passagens difíceis para cada um. [...] *Lectio* confere uma dupla dádiva espiritual: instrui o intelecto e conduz o povo da vacuidade do mundo ao amor de Deus. Ninguém é capaz de entender o sentido das Escrituras sem a familiaridade da leitura freqüente (*legendi familiaritas*) [...].²⁶⁶ (IRVINE, 1994, p. 218-219)

Do capítulo 6, “Das partes do discurso”, até o 18, “Dos acentos”, o *Da gramática* faz um caminho gradual das unidades menores, que são as palavras – esta, por sua vez, já é uma reunião de letras –, até as maiores como, por exemplo, os pés. Seguindo a mesma linha de raciocínio que coloca a *divina lectio* no centro da educação monástica, o reconhecimento das várias categorias gramaticais e de sua reunião em unidades maiores ajuda a, por exemplo, distinguir com mais facilidade os inícios e os finais de palavras quando se está diante de um texto não pontuado e/ou produzido em *scripta continua*. Torna-se mais fácil, conhecendo quais as terminações próprias a um verbo, a um adjetivo etc., marcar um fim de palavra. Na produção de novos textos ou comentários, assim como nas *collationes*, o conhecimento das categorias gramaticais e de seus respectivos nomes “metalingüísticos” são também ferramentas fundamentais de crítica. A tentativa de Isidoro é a de livrar aqueles que serão preparados para o ofício eclesiástico das “armadilhas” do

²⁶⁶ *The thoroughly textual function of grammatica for Isidore's community of monks and fellow bishops is indicated throughout Isidore's works. The monastic life was based on reading (lectiones) and discussions (disputationes) or conferences (collationes) with other members of the community. In the monastic rule he wrote for Seville, Isidore prescribes three hours of reading per day as well as a period when the community would meet to discuss problems posed by divina lectio, and the abbot was to explain difficult passages for everyone. [...] Lectio confers a dual spiritual gift: it instructs the intellect and leads people from the emptiness of the world to the love of God. No one can understand the meaning of the Scriptures without the intimacy of frequent reading (legendi familiaritas) [...].*

texto como, por exemplo, não achar que palavras como *tabula* ou *fabula* são diminutivos, mas que apenas têm uma forma diminutiva. O desejo é o de formar *periti litterarum*.

Nesses capítulos, pode-se ver, também, a defesa subjacente de uma forma livre de *uitia*, os famosos “vícios” de linguagem, uma vez que a *lectio* pública pressupõe uma “correção” para que não haja afetação nem algum tipo de incômodo, deixando o auditório voltado exclusivamente ao que se está lendo e não àquele que lê. Do mesmo modo, dos novos textos a serem escritos pelos futuros eclesiásticos requer-se também essa “correção”, para que não fujam aos modelos consagrados e para, igualmente, não produzirem sensações desagradáveis em que os lerá. Quando comenta o emprego dos pronomes, Isidoro (*Orig.* I, 8, 1) afirma:

É chamado pronome, porque é posto para substituir o nome, para que o mesmo nome, quando reiterado, *não cause fastio*. Com efeito, quando dizemos “Virgílio escreveu as Bucólicas”, adicionamos um pronome, “Ele escreveu as Geórgicas” e, assim, tanto *se evitam diferenças de sentido e o fastio*, quanto se orna (a expressão).²⁶⁷ [Grifos nossos]

Por outro lado, os “vícios” não são inatos, mas decorrem da falta de treinamento. Falando das conjugações dos verbos, o Sevilhano (*Orig.* I, 9, 6) alerta:

[...] ela ensina, com efeito, em qual sílaba termina o tempo do futuro, a fim de que ninguém, *por imperícia* [grifo nosso], diga *legebo* no lugar de *legam*. Das conjugações, a primeira e a segunda fazem o tempo do futuro em *bo* e *bor*, a terceira em *am* e *ar*.²⁶⁸

E alerta que certas mudanças não podem ser feitas, pois iriam romper com a *oris ratio* (literalmente “razão da boca”). Por exemplo, comentando acerca do que, hoje, chamaríamos “vozes” do verbo:

[...] No entanto, os gêneros são chamados ativos, porque agem, por exemplo, *uerbero*, e os passivos, porque são pacientes, por exemplo, *uerberor*; os neutros, porque nem agem nem são pacientes, por exemplo, *iaceo*, *sedeo*. Se lhes adicionares um *r*, *não soará como latim*.²⁶⁹ (*Orig.* I, 9, 7; grifos nossos)

²⁶⁷ *Pronomen dictum, quia pro vice nominis ponitur, ne fastidium faciat nomen ipsud dum iteratur. Nam cum dicimus, 'Vergilius scripsit Bucolica,' addimus pronomen, 'ipse scripsit Georgica'; sicque varietas significationis et fastidium tollit et ornatum inducit.*

²⁶⁸ *Docet enim in quam syllabam exeat futurum tempus, ne per inperitiam quis dicat 'legebo' pro 'legam.'* *Harum prima et secunda mittunt futurum tempus in 'bo' et in 'bor,' tertia in 'am' et in 'ar.'*

²⁶⁹ *Genera verborum ideo dicta, quia gignant. Nam activo adicis R et gignit passivum; rursus passivo adimis R et parit activum. Ipsa autem activa dicuntur quia agunt[ur], ut 'verbero,' [et] passiva, quia patiuntur, ut*

Dentro desse quadro, também se apresentam os capítulos 16, 17 e 18, respectivamente, “Da sílaba”, “Dos pés” e “Dos acentos”. Ao descrever esses temas, Isidoro, novamente, tem em mente o decoro que o leitor público deve ter, a fim de não extrapolar suas funções e, ao mesmo tempo, respeitar o sentido do texto bíblico:

Para cada pé existe uma ársis e uma tésis, isto é, uma elevação e uma queda da voz. Com efeito, os pés não poderiam seguir um caminho reto, a não ser se erguendo e se abaixando alternadamente, por exemplo, em *arma*, *ar* é ascendente, *ma* descendente.²⁷⁰ (*Orig.* I, 17, 21)

Esse aspecto relaciona-se à leitura correta, devidamente modulada, evitando que, em vez de uma leitura, pareça, por exemplo, um canto, função não do leitor, mas do *salmista*:

[...] No espírito do bispo, os leitores estão encarregados de efetuar uma apresentação *bastante neutra* dos textos sacros, enquanto que os *salmistas* têm por função efetuar uma apresentação *fortemente afetiva*. [...] O problema parece, então, ter sido obter do leitor que ele soubesse fazer perceber as inflexões particulares do texto sem, entretanto, deslizar de um tipo de dicção à outra.²⁷¹ (BANNIARD, 1975, p. 129-130)

Além da modulação da voz, o leitor tem de estar atento aos fenômenos “suprasegmentais” como os acentos, a duração etc.:

[...] os acentos foram inventados ou por motivo de distinção, como, por exemplo: *Viridique in litore conspicitur sus* (“descobre, na selva perto da margem do rio, [...] uma porca”; *Virg. Aen.* 8,83), para que não digas *ursus*; ou por motivo de pronúncia, para que não digas *meta* com breve e não com *a* longo; ou para discernir ambigüidades, como, por exemplo, *ergo*. Pois quando *go* é alongado, indica uma causa; quando é abreviado, uma conjunção.²⁷² (*Orig.* I, 18, 6)

Sobre esse aspecto, Banniard (1975, p. 131) comenta:

O leitor não deveria apenas respeitar o gênero literário do texto que lia, nem a categoria litúrgica da função que assumia. Ele deveria também evitar cair numa

‘verberor’; *neutralia, quia nec agunt nec patiuntur, ut ‘iaceo,’ ‘sedeo.’ His si R litteram adicis, non sonant Latine.*

²⁷⁰ *Accidunt unicuique pedi arsis et thesis, id est elevatio et positio vocis. Neque enim iter pedes dirigere poterunt, nisi alterna vice leventur et ponantur, ut ‘arma’: ‘ar’ elevatio est, ‘ma’ positio.*

²⁷¹ *Dans l’esprit de l’évêque, les lecteurs sont chargés d’effectuer une présentation plutôt neutre des textes sacrés, alors que les psalmistes ont pour fonction d’effectuer une présentation fortement affective. [...] Le problème semble donc avoir été d’obtenir du lecteur qu’il sache faire sentir les inflexions particulières au texte sans néanmoins glisser d’un type de diction liturgique à un autre.*

²⁷² *Accentus autem reperti sunt vel propter distinctionem, ut: ‘Viridique in litore conspicitur sus,’ ne dicas ‘ursus’; vel propter pronuntiationem, ne dicas ‘meta’ breviter et non producta <A> ‘meta’; vel discernendae ambiguitatis causa, ut ‘ergo.’ Nam cum producitur ‘go,’ causam significat; cum corripitur, coniunctionem.*

interpretação do texto que, estando totalmente correta à primeira vista no que concerne a divisão das palavras e a pronúncia, trai o sentido tradicional e oficial do texto.²⁷³

Ao encerrar esses capítulos, Isidoro trata, na seqüência, de uma série de *notae* (“marcas”), que podem aparecer, num primeiro momento, nos textos, mas, como mostra o capítulo 26, “Dos sinais feitos com os dedos”, o último dessa série, podem também ser extra-textuais; assim, o Hispalense parece expandir seu desejo de decifração a toda forma de sinal que (in)comunica algo. Portanto, nos capítulos que vão do 19, “Dos formatos dos acentos”, até o 26 supracitado, Isidoro inspeciona várias práticas de abreviações, criptografias, mímicas, atentando sempre ao fato de que, em muitos casos, esses signos fazem parte de jargões próprios a certas áreas como, por exemplo, a jurídica ou a militar. Pensando na formação eclesiástica, Isidoro quer prover seu público de meios para poder distinguir a imensidão de notas que, possivelmente, poderiam aparecer num manuscrito. Em geral, esses textos pontuados não eram os mesmos de que os leitores públicos fariam uso na liturgia. Ao contrário, mais comumente, havia vários tipos de textos, dentre os quais dois se destacam: um texto com as *positurae* e o seu resultado, que é o texto *distinctus*. Os leitores públicos geralmente estavam de posse de um texto *distinctus*, ou seja, devidamente seriado, com as palavras separadas, com a pontuação básica que marca os períodos, sentenças, pausas etc. Os outros textos contendo as *positurae*, título e objeto do capítulo 20 do *Da gramática*, eram mais direcionados ao estudo, uma vez que requeriam uma formação prévia que pudesse iniciar os interessados em sua compreensão:

[...] Ora, é certo que quanto mais a pontuação em uso for sumária, mais a correção da leitura depende do nível cultural do leitor. Mas, mesmo uma pontuação fina não retira toda a dificuldade. Convinha, então, que o leitor tomasse nota de um conjunto complicado de signos. Num e noutro caso, compreende-se a insistência de Isidoro sobre o trabalho demandado ao leitor para assegurar o nível exigido de conhecimentos.²⁷⁴ (*ibid.*, p. 120)

²⁷³ *Le lecteur ne devait pas seulement respecter le genre littéraire du texte qu'il lisait, ni la catégorie liturgique de la fonction qu'il assumait. Il devait aussi éviter de tomber dans une interprétation du texte qui, tout en étant correcte à première vue, en ce qui concernait la coupe des mots et la ponctuation, aurait trahi le sens traditionnel et officiel du texte.*

²⁷⁴ *Or, il est certain que, plus la ponctuation en usage est sommaire, plus la correction de la lecture dépend du niveau culturel du lecteur. Mais même une ponctuation fine n'était pas toute difficulté. Il convenait alors que le lecteur prît ses repères dans un ensemble compliqué de signes. Dans un cas comme dans l'autre, on*

Claro que pontuar um texto implicava uma determinada interpretação que se tinha dele e os antigos estavam a par disso:

Na tradição alexandrina de preparação dos textos, uma operação importante consiste em assinalar as passagens nas quais se suspeita de uma intervenção estranha ao leitor. Não se trata do simples erro de cópia quanto a uma ou duas letras, levando à deformação de uma palavra, mas das interpolações, repetições abusivas, permutações de versos... Nesse caso, o gramático conserva o texto transmitido (trata-se apenas de suspeitas, somente a comparação com o original perdido valeria como prova), porém coloca na margem (*adnotare*) um sinal convencional. Essa notação repousa num julgamento de valor: suspeita-se de que o texto não é conforme ao *original* porque não é julgado conforme ao *ideal* que se reconstitui por referência ao uso do autor, ao uso do tempo, à verossimilhança, à lógica, à conveniência, etc. Segue-se que se escorrega com muita facilidade da crítica de autenticidade à crítica estética. Quando encontramos num texto algo que não corresponde ao que se esperava, como saber se não é o autor que é indigno de si mesmo? O próprio Demóstenes cochilava às vezes, segundo o julgamento de Cícero e Homero aos olhos de Horácio! Foi assim que, a partir do simples *óbelo* inventado por Zenódoto para designar os versos de Homero "sujeitos a suspeição", a anotação crítica desenvolveu-se no sentido de uma precisão dos critérios de avaliação: indica-se *por que* razão um verso não é "bom", e imediatamente o problema da autenticidade passa para segundo plano. Mais um passo e a anotação crítica aceita o texto tal qual é, mas tenta orientar sua interpretação. Ajuda o leitor a compreendê-lo e, por conseqüência, a tornar sua leitura mais expressiva. Acaba-se mesmo por encontrar um pouco de tudo nas listas de sinais que se constituem ao longo do tempo, incluindo sinais que pertenceriam, para nós, ao registro da pontuação, como a *paragraphē* ou *ductus simple*, que corresponde mais ou menos ao nosso travessão em nova linha numa enumeração. (DESBORDES, 1995, p. 215)

Entre os cristãos, esse problema era central, uma vez que envolvia o livro, as

Escrituras:

Cassiodoro insistiu prudentemente sobre a clareza que emitem as Escrituras. Mas era para conseguir com mais facilidade que se aceitassem – provavelmente pelos monges de Vivarium, para quem ele compusera sua obra – as precauções minuciosas e múltiplas que lhe pareciam necessárias para garantir uma boa tradição textual e uma boa leitura, isto é, primeiramente, uma pontuação satisfatória. Ele nos indica, com efeito, que, à época de Agostinho, não existia nenhum texto pontuado das Escrituras e que Jerônimo foi o primeiro, no Livro dos profetas, a pôr em prática uma espécie de divisão em versículos, divisão que Jerônimo estimava estar apta a servir de substituta da pontuação. Cassiodoro, com uma sábia prudência, rejeitou essa pontuação jeronimiana como sendo por demais rudimentar e recomendou que se aplicasse uma pontuação sistemática segundo os métodos tradicionais.²⁷⁵ (BANNIARD, *op. cit.*, p. 120-121)

comprend l'insistance d'Isidore sur le travail demandé au lecteur pour assurer le niveau requis des connaissances.

²⁷⁵ *Cassiodore insista prudemment sur la clarté que répandent les Écritures. Mais c'était pour mieux faire admettre – probablement aux moines de Vivarium, pour qui il avait composé son œuvre – les précautions*

No entanto, em muitos casos, sentiu-se que um excesso de notas poderia produzir um sentido inverso: tendo sido criadas para reduzir a opacidade de certas seqüências escritas, o seu número excessivo produzia, ao invés de certa transparência desejada, um retorno à opacidade:

Os diversos sinais suplementares [...] eram, em princípio, destinados a ajudar a leitura e, sem dúvida, desempenhavam bem esse papel. [...] Mas, através do jogo das cópias sucessivas, sempre abertas a todas as intervenções, um leitor podia ver-se finalmente diante de um texto carregado de *notae* de que não era responsável e de que não possuía forçosamente a chave. De mais claro que deveria ter sido, o texto acabava sendo, no final, mais obscuro! A isso acrescentavam-se eventualmente outros problemas de decifração com estas outras espécies de *notae* que eram as letras usadas de outra forma que não a que pedia o código alfabético: caso das abreviações, até mesmo da escritura secreta à maneira de César ou de Augusto. Aqui, não se quisera ajudar o leitor, mas ganhar tempo e lugar ou reservar a mensagem a alguns iniciados. A leitura da *scriptio continua*, sem dúvida, não era fácil, porém o leitor menos treinado devia, mesmo assim, acabar por balbuciar alguma coisa semelhante a sílabas providas de sentido. Mas, com tantos tipos de *notae*, era necessária uma aprendizagem suplementar. Nasce daí a produção de coletâneas de *notae* com suas explicações. (DESBORDES, *op. cit.*, p. 216)

Isidoro tenta registrar essa abundância de sinais, mas admite que muitos outros sinais existentes escapam a sua lista. Ademais, ele, ao reproduzir uma notícia de que um governante romano havia impedido o uso dessas notas em contextos jurídicos, parece pôr-se numa posição crítica em relação a essa enormidade de sinais:

Encontramos, nos livros antigos, vários sinais muito semelhantes a esses gêneros. Imperadores mais recentes estabeleceram que esses sinais jurídicos deveriam ser abolidos dos códigos de leis, já que os de gênio astuto enganavam muitos ignorantes por esse meio e, assim, ordenaram, nas leis, que se a escrevesse letra por letra, para que não ocorresse nenhum erro, nenhum rodeio, mas que se demonstrasse claramente o que deve ser seguido e o que deve ser evitado.²⁷⁶ (*Orig.* I, 23, 2)

De certa maneira, é com esse intuito de tanto combater a astúcia de alguns experimentados nessas notas, assim como de pôr seu público a par da imensidão delas, que

minutieuses et multiples qui lui paraissaient nécessaires pour garantir une bonne tradition textuelle et une bonne lecture, c'est-à-dire, d'abord, une ponctuation satisfaisante. Il nous indiquait en effet qu'au temps d'Augustin, il n'existait aucun texte ponctué des Écritures, et que Jérôme fut le premier, dans le Livre des prophètes, à mettre en pratique une espèce de division par versets, division qu'il estimait apte à servir de substitut à la ponctuation. Cassiodore, avec une prudence avisée, rejeta cette ponctuation hiéronymienne, comme trop rudimentaire, et fit appliquer une ponctuation systématique selon les méthodes traditionnelles.

²⁷⁶ *Cuius generis plurimas consimiles notas in libris antiquis invenimus. Has iuris notas novicii imperatores a codicibus legum abolendas sanxerunt, quia multos per haec callidi ingenio ignorantes decipiebant, atque ita iusserunt scribendas in legibus litteras, ut nullos errores, nullas ambages afferant, sed sequenda et vitanda aperte demonstrarent.*

esses capítulos foram escritos. Deve-se considerar também a situação concreta com a qual Isidoro dialogava, para que esse resumo não seja encarado como um deleite de antiqüário:

[...] de um lado, Isidoro insiste [...] sobre os conhecimentos que se demandava que o leitor tivesse; de outro, admite que esse não será encarado senão de compreender a pontuação; ademais, ele apresenta uma lista – longa, relativamente à brevidade do conjunto – de erros a serem evitados, de que alguns parecem ser de um nível extremamente elementar. Tudo se passa, então, como se o Sevillano tivesse de formar leitores, cujos meios intelectuais e formação cultural eram mediocres. [...] no tempo de Jerônimo, colocava-se o problema dos *simpliciores fratres*, que ficavam em dificuldades diante de um texto não pontuado: a maioria dos leitores não eram, portanto, composta, à época, de *simpliciores fratres*. Inversamente, para Isidoro, o que era outrora raro, tornou-se uma regra que não tem mais exceção. Conseqüentemente, o *De ecclesiasticis officiis* demanda dos *lectores* o máximo... possível, já que, diante de um *codex* não pontuado, cada *lector* fica tão desarmado quanto a criança cuja leitura era necessário que o mestre guiasse ao decifrar o texto. Um grande trabalho de preparação era, portanto, necessário para que os leitores formados pela escola episcopal não se assemelhassem aos jovens pupilos ou aos leitores semi-analfabetos que deformavam gravemente seus textos. Nessas condições, pode-se reconstituir a maneira pela qual, sobre um plano absolutamente prático, teve de se desenvolver o trabalho de reorganização empreendido por Isidoro. Era necessário preparar *codices distinctos*, verificar a correção dessa *distinctio* e treinar os leitores a apreciar corretamente o sentido dos sinais de pontuação. Eis o primeiro degrau das competências exigidas do leitor na Espanha do século VII. As dificuldades que encontrou Isidoro e que encontraram aqueles que colaboraram com essa tarefa [...] foram certamente muito grandes.²⁷⁷ (BANNIARD, 1975, p.122)

Apresentados esses últimos capítulos, chega-se a um dos mais importantes, o 27, concernente à ortografia. Capítulo de difícil análise, porque se deve operar com dois aspectos: por um lado, lembrar que, para compor as *Etimologias*, o Hispalense partiu de várias fontes produzidas ao longo de séculos de latindade; por outro lado, como se viu, o

²⁷⁷ [...] d'une part, Isidore insiste [...] sur les connaissances requises du lector; d'autre part, il admet que celui-ci ne sera chargé que de comprendre la ponctuation; de plus, il donne une liste – longue, relativement à la brièveté de l'ensemble – des fautes à éviter, dont certaines semblent être d'un niveau tout à fait élémentaire. Tout se passe donc comme si le Sévillan avait dû former des lecteurs dont les moyens intellectuels et la formation culturelle étaient médiocres. [...] du temps de Jérôme, se posait le problème des *simpliciores fratres*, qui étaient en difficulté devant un texte non ponctué: la majorité des lecteurs n'était donc pas composée alors de *simpliciores fratres*. En revanche, pour Isidore, ce qui était plutôt rare est devenu une règle qui ne souffre plus d'exception. De ce fait, le *De ecclesiasticis officiis* demande aux *lectores* le maximum... possible, puisque, devant un *codex* non ponctué, chaque *lector* est aussi désarmé que l'enfant dont il fallait que le maître guidât la lecture en défrichant le texte. Un gros travail de préparation était donc nécessaire pour que les lecteurs formés par l'école épiscopale ne ressemblaient pas aux jeunes écoliers ou aux lecteurs à demi analphabètes qui déformaient gravement leur texte. Dans ces conditions, on peut reconstituer la manière dont, sur un plan tout pratique, dut se développer le travail de réorganisation entrepris par Isidore. Il fallait préparer des *codices distinctos*, vérifier la correction de cette *distinctio* et entraîner les lecteurs à saisir correctement le sens des signes de ponctuation. Tel est le premier degré des compétences exigées du lecteur en Espagne, au VI^e siècle. Les difficultés que rencontra Isidore et que rencontrèrent ceux qui collaborèrent à cette tâche [...] furent certainement très grandes.

latim mudou sincrônica e diacronicamente. Desse modo, muitas das informações apresentadas sobre a ortografia devem matizar-se, pois uma recomendação ortográfica isidoriana pode, muito bem, afastar-se de qualquer pretensão “fonográfica”, instaurando sua pesquisa na idéia de que a escrita, convencional por excelência, assim como o eram aquelas múltiplas notas textuais, deve servir de registro histórico. Além dos problemas já elencados aqui por Maltby, Velázquez (2004, p. 603, n. 4) acrescenta mais alguns:

Centro-me aqui no léxico, mas essa dificuldade tem sido especialmente estudada em relação à ortografia e, portanto, a aspectos gráfico-fonéticos, devido, de um lado, à correção normativa que Isidoro tenciona manter em suas obras, assim como o conhecimento das teorias gramaticais anteriores, e devido, de outro, à variedade de grafias que oferecem os manuscritos, que dificultam extrair dados seguros e concludentes de como teria sido a autêntica grafia isidoriana. De mesmo modo, as dificuldades também surgem em relação à morfologia e à sintaxe.²⁷⁸

De fato, a tradição “normativa” está muito mais presente nesse primeiro livro das *Etimologias* basta conferir os artigos de Maltby e de Velázquez para perceber que, no conjunto (salvo engano), só um exemplo caracterizaria, seja uma “inovação” lingüística de qualquer nível analítico, seja a presença de registros não-literários. Mesmo assim, essa única abonação (*ibid.*, p. 649) vem acompanhada da desconfiança da pesquisadora, que acredita tratar-se de apenas um empréstimo feito a um outro escritor desconhecido por nós.

Se, como afirma Irvine em várias passagens, todo escopo da Gramática nas *Etimologias* está voltado à escrita, no capítulo “Da ortografia”, o Sevilhano deixa ainda mais claro que por ortografia deve-se entender somente “escrita correta”: “[...] Esta disciplina ensina de que modo devemos escrever. Pois, assim como a arte (gramatical) trata da flexão das partes (do discurso), do mesmo modo a ortografia da perícia em escrever, [...]” Ademais, a posição que esse capítulo ocupa em relação ao que lhe precedeu é mais um indício de que a ortografia, ou seja, a escrita deve servir para encurtar o caminho do reconhecimento “semântico” da palavra, trazendo à baila junto com ela sua história e sua relação com outros grupos de sentido. A escrita, para Isidoro, embora constituída de *litterae*

²⁷⁸ *Me centro aquí en el léxico, pero esta dificultad ha sido especialmente estudiada en relación con la ortografía, y por tanto con aspectos gráfico-fonéticos, debido, de un lado, a la corrección normativa que Isidoro intenta mantener en sus obras, así como el conocimiento de las teorías gramaticales anteriores, y debido, de otro, a la variedad de grafías que ofrecen los manuscritos, que dificultan extraer datos seguros y concluyentes de cómo habría sido la auténtica grafía isidoriana. Asimismo las dificultades también surgen en relación con la morfología y la sintaxis.*

– as quais não se confundem necessariamente com a noção de *nota* –, deveria, no limite, desempenhar exatamente a mesma função que o *nome*, ou seja, daquilo que é necessário conhecer primeiro para poder saber o que significa. A exposição isidoriana, ao colocar o “Da ortografia” nesse ponto, mostra-se também interessante, porque é só depois de apresentar as partes do discurso que é possível formular distinções ortográficas, uma vez que, como é possível ver, havia muito a ortografia não era fonográfica e, portanto, uma das formas de discernir os “choques” fonéticos era propor diferenças, seja de emprego sintático, o que é o caso aqui, embora também se pudesse falar em diferenças semânticas. Como dizer que “[...] *ad*, quando é preposição, toma a letra D; quando é conjunção, toma a letra T [...]” se não se sabe o que é uma preposição e uma conjunção? Por outro lado, o capítulo vinte e sete encerra aquilo que, na nomenclatura gramatical antiga, se chamava *emendatio*, ou seja, a tarefa do *grammaticus* de “corrigir” o texto, quer ortograficamente, quer como texto no geral (cf. IRVINE, 1994, p. 223-224). Do ponto de vista do oral, no entanto, como já se disse, a ortografia poderia servir de guia tanto etimológico, uma vez que muitas grafias antigas que dariam uma certa imagem de estabilidade, embora mantivesse seu valor somente de logograma, quanto para uma leitura oficial que pudesse estar no meio caminho entre uma variante arcaica absolutamente opaca e uma adequação total à oralidade corrente. É lícito imaginar que se pudesse usar a ortografia e certas recomendações gramaticais como, por exemplo, a “aspiração” do H, não a entendendo como expressão de um fenômeno coetâneo, mas como a recomendação de um uso específico da língua em uma forma, digamos, deliberadamente “marcada”, com propósitos muito claros e oficiosos. Ao pensar na religião, cujos ritos são, em geral, extremamente codificados, não é muito difícil imaginar tal situação. Ainda hoje, no Brasil, não é incomum encontrar leituras públicas da *Bíblia* em que se emprega, por exemplo, o pronome “vós” e verbos concordantes, especialmente, quando é dirigida a palavra a Deus. Isso não quer dizer que todo dialeto do português brasileiro empregue espontaneamente “vós” todavia, não quer dizer também que “vós” não possa ser entendido e automaticamente percebido como variante “marcada”.

Mesmo assim, talvez seja melhor ficar, neste ponto, com Irvine (*op. cit.*, p. 224), não obstante algumas informações por demais peremptórias:

É mister lembrar, neste ponto, que a *orthographia* sempre refletiu convenções relacionadas ao texto, não à fala. [...] No capítulo isidoriano *De orthographia*, bem como nas notas ortográficas no *De differentia* e nos comentários acerca da leitura nos *De ecclesiasticis officiis*, não há evidências de regra de pronúncia “correta” do latim. Seus leitores necessitavam de textos precisos que estivessem de acordo as regras normativas de ortografia, mas ele não mostra nenhum interesse em policiar a pronúncia de uma forma do latim vista como estando cheia de barbarismos não-clássicos. Distinções ortográficas podem surgir de similaridades na pronúncia – *at* (conjunção) vs. *ad* (preposição) –, mas nenhuma regra de pronúncia é prescrita [...]. *Orthographia* confirma a orientação absolutamente textual da *grammatica*.²⁷⁹

Se assim não o for, que dizer desta passagem do “Da ortografia”: “*Xps*, que é grego, tem de ser escrito com X. Assim também *Xrisma*” (*Orig.* I, 27, 27). Que seqüência fônica *Xps* representaria? Esse é um exemplo cabal de que, não obstante interações com o oral, a escrita para Isidoro é basicamente ancila da Etimologia.

Depois do capítulo “Da ortografia”, entra-se nos quatro seguintes, 28, 29, 30 e 31, que podem ser considerados o “núcleo duro” não só do *Da gramática* mas de toda a obra. A apresentação de qualquer tópico nessa obra passa por um desses critérios e constitui, se é possível dizê-lo, a teoria “lingüística” isidoriana. “[...] O objetivo principal da pesquisa no tocante às diferenças, etimologias, analogias e glosas era uma *latinitas* pura, baseada em princípios racionais, mas, para Isidoro, elas tornaram-se os princípios explicativos mais importantes”²⁸⁰ (IRVINE, *op. cit.*, p. 220). Conforme o que já dissemos antes, de certa forma, esses quatro procedimentos de investigação, em muitos pontos, imbricam-se e podem muito bem ocorrerem juntos. Todos pressupõem que a língua tem uma *ratio*²⁸¹, uma lógica, uma regularidade atingível, pesquisável e explicável. Claro que

²⁷⁹ *It should be recalled at this point that orthographia always reflected textual, not spoken, conventions. In Isidore's chapter De orthographia, as well as in orthographical notes in De differentia and in comments on reading in De ecclesiasticis officiis, there is no evidence for rules for pronouncing “correct” Latin. His readers needed accurate texts that conformed to normative orthographic rules, but he shows no interest in policing the pronunciation of a form of Latin seen to be full of non-classical barbarisms. Orthographical distinctions may arise from similarities in pronunciation – at (conjunction) vs. ad (preposition) – but no pronunciation rule is prescribed [...] Orthographia confirms the thoroughly textual orientation of grammatica.*

²⁸⁰ *The original goal of research into differentiae, etymologies, analogies, and glosses was a pure latinitas based on rational principles, but for Isidore they also became the chief principles of explanation.*

²⁸¹ Para Isidoro, há uma *ratio* relativa à gênese das palavras que é passível de ser apreendida quando se trata das línguas pós-babélicas, salvos os casos em que a intervenção humana é tamanha que essa *ratio* inexistente e a “criação” trata-se apenas de um capricho. As línguas não são sistemas, ou seja, a *ratio* diz respeito apenas à gênese das palavras, e não a uma idéia de que há uma *ratio* na língua que faz esta última ser vista como um “sistema”.

no inquirir isidoriano se constata o que escapa a essa *ratio*, mas isso, propriamente, deve considerar-se “desvio”, causado pelo arbítrio humano. A língua, como qualquer obra do mundo, cujos limites últimos sempre recaem sobre o Criador, retiradas as intervenções humanas, tem de ser perfeita. Aquilo que se submete à *ratio* pode ser investigado por uma daqueles quatro procedimentos. Ao longo desta dissertação, só não foi abordada, com mais detalhes, a glosa. Eis a definição de Isidoro (*Orig.* I, 30, 1):

Glosa herda seu nome da tradução grega para “língua”. Esta, os filósofos chamam *advérbio*, já que designa, através de uma só palavra específica, aquele termo a respeito do qual se indaga. Com efeito, a glosa esclarece, por meio de uma só palavra, um dado vocábulo, por exemplo, *conticescere est tacere*.²⁸²

A glosa é, segundo a definição acima, o que o próprio texto *Da gramática* havia definido como *sinônimo*. Ou seja: “[...] sinônimos, isto é, multinômios, pelo fato de que, em muitos nomes, há somente um significado, por exemplo, *terra, humus, tellus*. Com efeito, *todos são iguais*”²⁸³ (*Orig.* I, 7, 14; grifo nosso). A glosa é o sinônimo aplicado a um texto particular com valor explicativo. A referência aos filósofos não é gratuita, pois o Hispalense atribui-lhes um discurso hermético, específico, que necessita de explicações aos leitores não-iniciados. Porém, a glosa, para ser considerada como tal, tem de apresentar-se através de um único termo, caso contrário, seria uma paráfrase:

Uma glosa, para Isidoro, é uma substituição lexical, uma palavra usada para explicar uma outra. Diz respeito a qualquer explanação lexical e não só à interpretação de palavras obscuras, obsoletas ou dialetais como nas primeiras *artes alexandrinhas e romanas* [...]. O termo “glosa” adquiriu um sentido mais amplo nos séculos ulteriores a Isidoro, mas a função de glosas interlineares nos manuscritos, que eram, no início, principalmente lexical e sintática, é definida pela noção isidoriana de substituição lexical.²⁸⁴ (IRVINE, *op. cit.*, p. 221)

O ciclo metodológico fecha-se, assim, quando se aborda um termo desconhecido: primeiro, é necessário compará-lo a outro semelhante em *ratio*; se

²⁸² *Glossa Graeca interpretatione linguae sortitur nomen. Hanc philosophi adverb[i]um dicunt, quia vocem illam, de cuius requiritur, uno et singulari verbo designat. Quid enim illud sit in uno verbo positum declarat, ut: ‘conticescere est tacere.’*

²⁸³ *Synonyma, hoc est plurinomia, eo quod sit in pluribus nominibus significatio una, ut ‘terra,’ ‘humus,’ ‘tellus.’ Idem enim sunt omnia. (grifos nossos)*

²⁸⁴ *A gloss (glossa) for Isidore is a lexical substitution, a word used to explain another word. It means any lexical explanation, and not only the interpretation of obscure, obsolete, or dialect words as in Alexandrian and earlier Roman artes [...]. The term “gloss” takes on wider meaning in the centuries after Isidore, but the function of interlinear glosses in manuscripts, which were at first mainly lexical and syntactical, is defined by Isidore’s notion of lexical substitution.*

encontrado seu par, deve-se pesquisar qual sua “semântica” histórica (*unde*) e sincrônica (*cur*); caso seja possível, é desejável aplicar-lhe uma glosa, a qual marca seu campo semântico (discursivo); por fim, caso seja um termo que se possa confundir com outro ou cuja posição no campo semântico não está devidamente clara, faz-se mister distingui-lo dos outros e marcar a nuance (o efeito de sentido) própria a ele.

Na seqüência, o texto aborda aquilo que se considera escapar ao esquema apresentado antes. Iniciam-se as seções sobre os *uitia* e as diversas figuras. São os empregos marcados da língua, em que há razões de ser que fogem às explicações baseadas nas analogias, etimologias, glosas e diferenças. Os capítulos 32, “Do barbarismo”, e 33, “Do solecismo”, tratam dos *uitia*, os “desvios” em relação a uma “norma” esperada. A eles são atribuídas “falhas” que misturam práticas diferentes de língua e de costumes, de modo que recebem uma carga pejorativa. Tecnicamente, o barbarismo seria uma “corrupção” em nível lexical, por exemplo, uma palavra acentuada de modo diferente. Isidoro fala, além disso, da *barbarolexis*, que seria o empréstimo de uma palavra “bárbara” para o latim:

[...] chamou-se barbarismo a partir de “povos bárbaros”, uma vez que desconheciam a *pureza* do discurso da língua latina. Com efeito, cada um desses povos, romanizados, junto com suas riquezas, transmitiu a Roma também seus *vícios, tanto de palavras quanto de costumes*. Porém, entre barbarismo e *barbarolexis* há a diferença de que o barbarismo se dá numa palavra latina, na medida em que é corrompida; quando, no entanto, palavras bárbaras são introduzidas na expressão latina, diz-se *barbarolexis*.²⁸⁵ (*Orig.* I, 32, 1-2; grifos nossos)

A importância desses “desvios” na concepção isidoriana de língua é fundamental, uma vez que sua consideração permite construir o argumento derradeiro para explicar a mudança na língua desde o “paraíso” até o presente. Normalmente, observados todos os tópicos apresentados até esse ponto, não haveria por que as línguas mudarem. Mas, *de fato*, elas mudaram e sempre mudam. Isidoro, como muitos outros autores anteriores, coetâneos e posteriores a ele, atribuem as mudanças a “desvios”, fossem eles deliberados (“metaplasmos”, “figuras de construção”, “figuras de pensamento”) ou não (“barbarismos”, “solecismos” etc.). Esses “desvios” deixaram de ser percebidos como tais,

²⁸⁵[...] *Appellatus autem barbarismus a barbaris gentibus, dum Latinae orationis integritatem nescirent. Vnaquaque enim gens facta Romanorum cum opibus suis vitia quoque et verborum et morum Romam transmisit. 2. Inter barbarismum autem et barbarolexim hoc interest, quod barbarismus in verbo latino fit, dum corrumpitur; quando autem barbara verba latinis eloquiis inferuntur, barbarolexis dicitur.*

deixaram de ser marcados, e a língua, assim, afastou-se de sua “pureza”. A função dos quatro procedimentos fundamentais (analogia, etimologia, glosa e diferença) é a de restituir ou, pelo menos, apontar a fase de pureza:

[...] Iguualmente, quando um vício de expressão acontece na prosa, chama-se barbarismo; quando num metro poético, diz-se metaplasmo. 3. O barbarismo acontece, todavia, na escrita e na pronúncia. Na escrita de quatro modos: se alguém adiciona, muda, transforma ou diminui uma letra ou uma sílaba em uma palavra. Na pronúncia, porém, acontece nas durações, nas intonações, nas aspirações e nas demais coisas que se seguem.²⁸⁶ (*Orig.* I, 32, 2-3)

Posta assim, a mudança pela qual passam as línguas é completamente imprevisível e a sua compreensão também, a não ser que se disponha das ferramentas analíticas fundamentais, as dos quatro procedimentos (analogia, etimologia, glosa e diferença). Graças ao barbarismo, a palavra (escrita) pode sofrer adições, subtrações, permutas e transformações. E, como vimos, no caso dos cristãos, defensores da idéia de língua-mãe e cômicos de que havia Babel, o colapso das palavras, em muitos casos, tinha sido total. Caso contrário, como explicar que a série de línguas que Isidoro elenca em sua “árvore etnolingüística” tem a mesma procedência?

O solecismo, por outro lado, seria o “desvio” em nível sintático, isto é, empregar, por exemplo, um caso acusativo quando se esperava um genitivo:

Solecismo é um arranjo discordante de muitas palavras entre si, assim como o barbarismo é a corrupção de uma só palavra. Com efeito, é solecismo se palavras são reunidas não conforme a lei correta, como quando alguém diz *inter nobis* no lugar de *inter nos*, ou *date ueniam sceleratorum* por *sceleratis*. Chama-se, porém, solecismo a partir dos cilicianos, os quais, provenientes da cidade de Solos, agora chamada Pompeiópolis, quando passavam um tempo entre outros (povos), confundiam sua própria língua com a daqueles de forma viciosa e desordenada, a que se deu esse nome de solecismo. Donde também se diz que aqueles, cuja fala é semelhante à dos cilicianos, cometem solecismos.²⁸⁷ (*Orig.* I, 33, 1-2)

²⁸⁶ [...] Item quando in prosa vitium fit sermonis, barbarismus vocatur; quando in metro, metaplasmus dicitur. 3. Barbarismus autem fit scripto et pronuntiatione. Scripto quattuor modis: si quis in verbo litteram vel syllabam adiciat, mutet, transmutet, vel minuat. Pronuntiatione autem fit in temporibus, tonis, aspirationibus et reliquis quae sequuntur.

²⁸⁷ Soloecismus est plurimorum verborum inter se inconueniens conpositio, sicut barbarismus unius verbi corruptio. Verba enim non recta lege coniuncta soloecismus est, ut si quis dicat ‘inter nobis’ pro ‘inter nos’ aut ‘date veniam sceleratorum’ pro ‘sceleratis’. Dictus autem soloecismus a Cilicibus, qui ex urbe Solo<e>, quae nunc Pompeiopolis appellatur, profecti, cum apud alios commorantes suam et illorum linguam vitiose inconsequenterque confunderent, soloecismo nomen dederunt. Vnde et similiter loquentes soloecismos facere dicuntur.

Logo após, Isidoro distingue entre o “vício” do solecismo e a “figura de construção” do poeta, afirmando:

No entanto, entre os poetas, chama-se o solecismo de *schema* (“figura de construção”) sempre que esse vem a acontecer num verso por necessidade métrica. Porém, quando não há necessidade, o erro de solecismo persiste.²⁸⁸ (*Orig.* I, 33, 3)

Ou seja, tem de haver necessidade métrica para que se possa empregar o que seria, de outro modo, solecismo, caso contrário não há a *licentia* (“licença”) para o poeta romper a “norma”, supostamente considerada um reflexo da *ratio*. Por isso, o Hispalense alerta:

[...] Com efeito, Lucílio nomeou cem gêneros de solecismos, todos os quais devem ser evitados mais do que seguidos por quem se esforça por preservar a regra do falar corretamente.²⁸⁹ (*Orig.* I, 33, 5)

No capítulo 34, “Dos vícios”, novamente barbarismo e solecismo aparecem – verdade é que de forma resumida – ao lado de outros “desvios” indesejados. “Entre os gramáticos, chama-se vícios àquilo de que devemos nos precaver ao conversar”²⁹⁰ (*Orig.* I, 34, 1). Eis a lista dos vícios: aciologia, cacofonia, pleonasma, perissologia, macrologia, tautologia, elipse, tapinose, cacossínteto e anfibolia (ou ambigüidade), esta última desdobrável em “subvícios”. Todos esses “desvios” podem ser postos sob um critério lógico-semântico intrinsecamente ligado à percepção social desses fenômenos. Talvez seja uma das únicas maneiras de se colocar sob a mesma rubrica fenômenos assaz diversos como a ambigüidade (sintática, semântica, discursiva?), o barbarismo (lexical) e a cacofonia (social?). Nesse capítulo, ademais, destacam-se alguns exemplos de poetas e, inclusive, de uma surpreendente passagem da *Bíblia* (trata-se de uma frase atribuída a Moisés!). São vícios porque não têm necessidade (métrica) de acontecer:

Preocupações textuais similares [às da ortografia] encontram-se nos capítulos de Isidoro a respeito de barbarismos e solecismos, os principais erros (*vitia*) [encontrados] nas tradicionais *artes*, tópicos que podem parecer estar baseados em regras de pronúncia e, por isso, relacionados a regras para o latim falado. No

²⁸⁸ *Solecismus autem apud poetas schema dicitur, quotiens in versu necessitate metri factus invenitur. Cum autem non invenitur necessitas, permanet soloecismi culpa.*

²⁸⁹ *Nam Lucilius centum genera soloecismorum dixit, quos omnes vitare potius quam sequi debet qui regulam recte loquendi tenere studet.*

²⁹⁰ *Vitia apud Grammaticos illa dicuntur, quae in eloquio cavere debemus.*

entanto, as regras para os *vitia* são essencialmente uma extensão da ortografia e da *latinitas* escrita. Isidoro empresta sua definição de barbarismo, e o primeiro exemplo, do *De doctrina christiana* de Agostinho, talvez via o não-supérstite Donato cristianizado [...]. Isidoro, então, segue os tipos de barbarismos [encontrados] na *Ars maior* de Donato. Para o solecismo, Isidoro combina a definição de Agostinho com o material tradicional de Donato [...].²⁹¹ (IRVINE, 1994, p. 224-225)

Desconfianças, aqui e ali, aparecem em Isidoro em relação aos usos poéticos, aqueles referendados pela *licentia*. Para ele, os metaplasmos e as figuras de construção existem por causa dos poetas e constituem um meio termo entre o aceitável e o “vício”:

Diz-se *metaplasmo* em grego, em latim, *transformatio*. Dá-se apenas numa palavra, por necessidade métrica e por causa da licença dos poetas.²⁹² (*Orig.* I, 35, 1)

(A palavra) grega *schema* se traduz, na língua latina, por “figura”, a qual se dá em palavras ou sentenças em várias formas de dizer, graças ao adorno da expressão.²⁹³ (*Orig.* I, 36, 1)

A questão central para Isidoro, provavelmente pensando na formação eclesiástica, é como discernir entre o “vício” e a “licença poética”:

Entre o barbarismo e as formas (aceitáveis), isto é, uma sentença latina e perfeita, está o metaplasmo, o qual, numa só palavra, é aceitável, no discurso é vicioso. Igualmente, entre o solecismo e a forma (aceitável), i.e., o arranjo perfeito das palavras, está o *schema* (“figura de construção”), a qual, num encadeamento de palavras, é aceitável, no discurso é vicioso. Logo, metaplasmos e figuras de construção estão no meio do caminho e são distinguidos pela perícia e pela imperícia. Porém, existem para adornar.²⁹⁴ (*Orig.* I, 35, 7)

Ao iniciarmos o tratamento dos últimos livros de Isidoro, capítulos 38-44, necessariamente havemos de abordar, com mais detalhes, uma questão que, a partir da

²⁹¹ *Similar textual concerns are found in Isidore's chapters on barbarisms and solecisms, the main faults (vitia) in the traditional artes, topics that may appear to be founded on pronunciation rules and therefore related to rules for spoken Latin. However, the rules for vitia are essentially an extension of orthography and written latinitas. Isidore borrows his definition of barbarism, and his first example, from Augustine's De doctrina christiana, perhaps via the lost Christianized Donatus [...] Isidore then follows the types of barbarism in Donatus's Ars maior. For solecism, Isidore combines Augustine's definition with traditional Donatan material [...].*

²⁹² *Metaplasmus Graeca lingua, Latine transformatio dicitur. Qui fit in uno verbo propter metri necessitatem et licentiam poetarum.*

²⁹³ *Schemata ex Graeco in Latinum eloquium figurae interpretantur, quae fiunt in verbis vel sententiis per varias dictionum formas propter eloquii ornamentum.*

²⁹⁴ *Inter barbarismum et figuras, hoc est Latinam et perfectam elocutionem, metaplasmm esse, qui in uno sermone fit oratione vitiosus. Item inter soloecismum et schema, id est perfectam sermonum connexionem, figura est, quae fit contextu sermonum oratione vitiosa. Ergo metaplasmi [et] schemata media sunt et discernuntur peritia et inperitia. Fiunt autem ad ornatum.*

leitura do texto, se apresenta como iminentemente correlata, a saber: a polêmica. Muitos textos cristãos dos primeiros séculos ficaram marcados por uma dimensão fortemente polêmica, rivalizando com outros discursos. Num primeiro momento, focava-se sobretudo a tradição greco-romana e, em menor grau, a judaica. Depois que o cristianismo tornou-se religião referendada pelo *status quo* político romano, a ênfase das polêmicas dos cristãos voltam-se para si mesmos, buscando escrutinar uma regra de fé, de que as interpretações dissonantes deveriam ser combatidas. Todavia, todos esses “alvos”, “inimigos”, “outros” do discurso, permanecem através dos séculos. E, segundo o que se viu mais acima, a situação da Hispânia nos séculos VI-VII não deixava de trazer esse tema à baila. Isidoro era figura ativa e influente entre as figuras hegemônicas da Hispânia e seus escritos, muitas vezes, tinham sido motivados por pedidos reais. Evidentemente, por essas razões e pela tênue e recém-conquistada estabilidade do reino, talvez fosse temerário polemizar às claras com os “inimigos” da Igreja católica. A despeito disso, o Hispalense possui textos mais evidentemente “polêmicos”, aqueles em que, como diz Authier-Revuz (1998, p. 135), estamos diante da *heterogeneidade mostrada: Liber de haeresibus* (“Livro das heresias”), versão anterior, mas, aparentemente, de mesmo conteúdo (cf. DÍAZ Y DÍAZ, 2004, p. 133) que o Livro VIII (*Da Igreja e das seitas*) das *Etimologias; Contra iudaeos* (“Contra os judeus”). No entanto, o que chama a atenção em relação às *Etimologias* é a aparição da polêmica entre vestes de discurso “técnico”, digno de uma longa linha de certos cristãos que advogavam pela intersecção dos saberes seculares com questões religiosas, a fim de melhor defender a verdade da fé. Aqui, portanto, a “roupagem” da polêmica é mais discreta, mesmo nos livros das *Etimologias* diretamente ligados à Igreja, suas doutrinas e organização: livros VI (*Dos livros e ofícios eclesiásticos*), VII (*De Deus, dos anjos e dos santos*), VIII (*Da Igreja e das seitas*). Todos os “erros” e “desvios” da verdade não se explicam em termos teológicos ou morais, mas sim em termos “gramaticais”, na medida em que podem ser explicados por uma dos quatro procedimentos interpretativos (analogia, etimologia, glosa e diferença). Assim, os “erros” e “desvios” dos heréticos nascem de “erros” de leitura, ou melhor, de interpretação derivada de uma “má” leitura. Mesmo assim, preferimos deixar de lado, no tocante à polêmica, esses livros que, embora técnicos, ainda abordam objetos sensivelmente abertos ao conflito, uma vez que tocam a estrutura da

Igreja, conforme a entendiam e a defendiam a ortodoxia católica e sua doutrina. Tentamos procurar a polêmica naqueles momentos em que a aridez mais técnica do discurso está mais à vista, quando não só o gênero do discurso é técnico, mas também seu objeto o é. A gama de interesses das *Etimologias* é de uma vastidão enciclopédica; assim, é possível tentar analisar o livro XVI, *Das pedras e dos metais*, mas carecemos de formação mais detalhada em litologia e de sua importância nos séculos VI-VII na Hispânia. Optamos, portanto, por trabalhar com o discurso gramatical, também extremamente formalizado, técnico, e colocado como um dos saberes mais caros aos antigos, constituindo, inclusive, um dos pilares de sua educação. Isto posto, localizam-se em vários momentos do livro I das *Etimologias* sutis polêmicas, mas elas são mais abundantes nas discussões presentes em seus últimos capítulos.

O primeiro dos capítulos finais, início da seção que encerra os “gêneros”, é o “Da prosa”. Esse se assemelha com o 39, “Dos metros”, porque são gêneros que se diferenciam em forma, ao contrário dos que vêm na seqüência – *fabula* e *historia* –, que se diferenciam quanto ao “conteúdo”. O que é a prosa?

Prosa é um discurso continuado e livre da lei métrica. Com efeito, os antigos diziam *prosum* (“em linha direta”) para *productum* (“levado para frente”) e *rectum* (“direto”). Donde diz Varrão que, em Plauto, *prosis lectis* (“lidos prosaicamente”) significava *rectis* (“retamente”); donde também se diz que aquele que não é totalmente flexionado pelo ritmo, mas direto, é um discurso em prosa, continuando direto para frente. Outros dizem que é chamada *prosa* pelo fato de que é profusa ou porque se precipita e se estende mais expansivamente, sem nenhum fim predefinido. Além disso, tanto entre os gregos quanto entre os latinos, de longe, a preocupação mais célebre era com os poemas do que com a prosa. Com efeito, outrora, tudo era composto em versos [...].²⁹⁵ (*Orig.* I, 38, 1-2)

O último dado de que não era empregado antes, porque se dava preferência aos versos, é fundamental para a discussão subsequente sobre os metros e, conseqüentemente, para a polêmica tênue com a tradição secular:

Chamaram-se metros, já que são delimitados por determinadas medidas e extensões de tempo dos pés, e não avançam para além da dimensão fixada dos tempos. Com efeito, *mensura* (“medida”) é dita, em grego, *métron* (μέτρον;

²⁹⁵ *Prosa est producta oratio et a lege metri soluta. Prosum enim antiqui productum dicebant et rectum. Vnde ait Varro apud Plautum ‘prosis lectis’ significari rectis; unde etiam quae non est perflexa numero, sed recta, prosa oratio dicitur, in rectum producendo. Alii prosam aiunt dictam ab eo, quod sit profusa, vel ab eo, quod spatiosius proruat et excurrat, nullo sibi termino praefinito. Praeterea tam apud Graecos quam apud Latinos longe antiquiorem curam fuisse carminum quam prosae. Omnia enim prius versibus condebantur [...].*

“metro”). Chamaram-se versos pelo fato de que, dispostos em pés numa ordem própria com um determinado fim, limitam-se por divisões, as quais recebem o nome de cesura e membro. Para que (esses versos) não se prolongassem mais do que possa o juízo conservar, a razão estabeleceu a medida de onde se deveria voltar; e foi também por isso que o próprio verso foi denominado, uma vez que ele volta.²⁹⁶ (*Orig. I, 39, 1-2*)

Para Isidoro, os nomes dos metros provêm “[...] ou dos pés, ou dos assuntos de que se escreve, ou dos inventores, ou dos (“usuários”) mais freqüentes, ou do número de suas sílabas”²⁹⁷ (*Orig. I, 39, 5*). Interessa-nos, agora, comentar o início da discussão isidoriana dos metros conforme o tema. Os metros podem ser heróicos, elegíacos, bucólicos etc. E o primeiro para o qual se volta a atenção de Isidoro é o heróico, problemático já no nome, pois *heros* é a transliteração latina de ἥρως (*hērōs*, “semideus, herói”). Evidentemente, essa palavra trazia traços de um sentido “indesejado” por um cristão, vinha de “outro lugar”, e a única possibilidade de utilizá-la era ressignificando-a, traduzindo-a, de modo a conjurar os perigos externos. Assim o faz Isidoro, ao afirmar que: “[...] De fato, é dito poema heróico, uma vez que, nele, narram-se as ações e os feitos dos mais corajosos homens. Com efeito, chamam-se heróis os homens que são como que aéreos e dignos do céu em razão de sua sabedoria e coragem.”²⁹⁸ (*Orig. I, 39, 9*). Ora, no vocabulário “mitológico” grego, os heróis não eram homens *como que (quasi)* “dignos do céu”, ao contrário, eram mais que homens e menos que deuses, ou seja, uma categoria intermediária. Podiam até ter sido homens antes, mas, depois, *tornaram-se* semideuses e não eram *como que* “dignos do céu”. A continuação desse trecho vai matizando melhor essa “tradução” isidoriana:

[...] Esse metro precede, em autoridade, aos demais; é o único de todos adequado tanto às maiores ações quanto igualmente capaz de (ações) menores, de encanto e doçura. Em razão dessas virtudes, é o único que obteve esse nome, para que fosse chamado de heróico a fim de que se lembrasse indubitavelmente de suas ações. Com efeito, também diante dos demais, é considerado o mais simples e é

²⁹⁶ *Metra vocata, quia certis pedum mensuris atque spatiis terminantur, neque ultra dimensionem temporum constitutam procedunt. Mensura enim Graece μέτρον dicitur. Versus dicti ab eo, quod pedibus in ordine suo dispositi certo fine moderantur per articulos, quae caesa et membra nominantur. Qui ne longius provolverentur quam iudicium posset sustinere, modum statuit ratio unde reverteretur; et ab eo ipsum versum vocatum, quod revertitur.*

²⁹⁷ [...] *vel a pedibus nuncupata, vel a rebus quae scribuntur, vel ab inventoribus, vel a frequentatoribus, vel a numero syllabarum*

²⁹⁸ [...] *Heroicum enim carmen dictum, quod eo virorum fortium res et facta narrantur. Nam heroes appellantur viri quasi aerii et caelo digni propter sapientiam et fortitudinem.*

composto de dois [pés], dátilo e espondeu, e, com freqüência, com metade deste ou daquele; a não ser que aconteça de ser bem mais temperado pela mistura de ambos que se for construído por um só deles. Também é o mais antigo em relação a todos os metros.²⁹⁹ (*Orig. I, 39, 9-11*)

Portanto, o metro heróico apresenta as seguintes características: serve para contar as *res et facta fortium uirorum* (“coisas e fatos de homens corajosos”), prevalece sobre os demais em *auctoritas* (“autoridade”), em relação aos outros é *simplicissimus* (“o mais simples”), ademais *prior est* (“é o primeiro”). Todas essas qualidades são esperadas na concepção discursiva do cristão Isidoro. Elas preparam um argumento ferocíssimo, que inverte os valores tradicionais de encarar a história da produção “literária”:

Está provado que o primeiro a ter cantado nesse metro foi Moisés no cântico do *Deuteronomio*, muito antes de Ferécides e Homero. Donde é evidente que mais antigo foi, entre os hebreus, o emprego dos poemas do que entre os gentios, pois que também Jó, nos tempos de Moisés, narrou igualmente em verso hexâmetro, em dátilo e em espondeu.³⁰⁰ (*Isid. Orig. I, 39, 11*)

Além da inversão, colocando Moisés no princípio da poesia heróica, destacam-se as formas como os verbos são empregados: *probare* (“provar”), *apparere* (“ser evidente, saltar aos olhos”). Até mesmo a conjunção *siquidem* (“pois que”), pode ter sido deliberadamente escolhida por Isidoro, porque se relaciona com *quidem* (“certamente”). Essas oposições ficam mais claras ao serem colocadas do lado do que o texto diz sobre os “gentios”:

Sustenta-se que esse (metro), entre os gregos, foi primeiro composto por Acatésio de Mileto, ou, como acham outros, Ferécides Sírio. Tal metro foi chamado, antes de Homero, pítio; após Homero, recebeu o nome de heróico. 13. Porém, querem que seja chamado pítio, pelo fato de que os oráculos de Apolo foram declamados nesse tipo de metro.³⁰¹ (*Orig. I, 39, 12-13*)

²⁹⁹ *Quod metrum auctoritate cetera metra praecedit; unus ex omnibus tam maximis operibus aptus quam parvis, suavitatis et dulcedinis aequae capax. Quibus virtutibus nomen solus obtinuit, ut heroicum vocaretur ad memorandas scilicet eorum res. Nam et prae ceteros simplicissimus habetur constatque duobus [pedibus], dactylo et spondeo, ac saepe pene vel ex hoc vel ex illo; nisi quod temperantissimus fit utriusque mixtura quam si instruat a singulis. Omnibus quoque metris prior est.*

³⁰⁰ *Hunc primum Moyses in cantico Deuteronomii longe ante Pherecyden et Homerum cecinisse probatur. Vnde apparet antiquiorem fuisse apud Hebraeos studium carminum quam apud gentiles siquidem et Iob Moysi temporibus adaequatus hexametro versu, dactylo spondeoque, decurrit.*

³⁰¹ *Hunc apud Graecos Achatesius Milesius fertur primus composuisse, vel, ut alii putant, Pherecydes Syrus. Quod metrum ante Homerum Pythium dictum est, post Homerum heroicum nominatum. Pythium autem vocatum volunt eo, quod hoc genere metri oracula Apollinis sint edita.*

Em seara gentia, a discussão está em aberto, ao contrário do que acontece na tradição hebraico-cristã, o que interessa na verdade para Isidoro, já que é a tradição mais antiga. Voltando ao léxico, vê-se que, entre os gentios, *alguns sustentam (fertur)*, mas há *outros que acham (putant)*, ou seja, marcam-se as incertezas, as imprecisões, incompreensões aos olhos de um cristão que tem a certeza sobre a história de sua tradição.

Curiosa é a apresentação do metro elegíaco, não relacionado à tradição bíblica por Isidoro, pois nem sobre seu nome há acordo:

Há, todavia, somente com muito custo acordo sobre quem o inventou, a não ser que, entre nós, Ênio tenha sido o primeiro a usá-lo. Com efeito, entre os gregos, até agora, está em aberto o debate entre os gramáticos, de modo que o assunto foi deixado em juízo. Com efeito, alguns querem que um dos de Colofão, outros que Arquíloco seja o seu autor e inventor.³⁰² (*Orig. I, 39, 15*)

É notável nessa passagem a atribuição aos gramáticos de discutir quem inventou tal metro. Embora, em vários momentos, livros bíblicos sejam julgados sob padrões estéticos greco-romanos, jamais é imputado a um gramático fazê-lo. A *grammatica* pode servir para analisar livros bíblicos, mas ela só “entra” no campo religioso pelas mãos de religioso, jamais pelas de um *grammaticus*.

Mais três comparações entre hebreus e gentios, fornecem mais exemplos da oposição que tentamos esposar:

É manifesto que o profeta Davi foi o primeiro a ter composto e cantados os hinos em louvor a Deus. Em seguida, entre os gentios, a primeira foi Mêmia Timóteo que os fez para Apolo e as Musas, a qual viveu na época de Ênio, muito tempo depois de Davi.³⁰³ (*Orig. I, 39, 17*)

Epitalâmios são os poemas dos nupciantes, que são declamados por escolares em honra do esposo e da esposa. O primeiro a produzi-los foi Salomão em louvor à Igreja e a Cristo. É partir dele que os gentios reivindicaram para si o epitalâmio, e desse gênero é que o poema foi adotado. Tal gênero era primeiro celebrado pelos gentios nos espetáculos públicos; depois disso, só se empregou nas núpcias.³⁰⁴ (*Orig. I, 39, 18*)

³⁰² *Hic autem vix omnino constat a quo sit inventus, nisi quia apud nos Ennius eum prior usus est. Nam apud Graecos sic adhuc lis Grammaticorum pendet, ut sub iudice res relegata sit. Nam quidam eorum Colophonium quendam, quidam Archilochum auctorem atque inventorem volunt.*

³⁰³ *Hymnos primum David prophetam in laudem Dei composuisse ac cecinisse manifestum est. Deinde apud gentiles prima Memmia Timothoe fecit in Apollinem et Musas, quae fuit temporibus Ennii longe post David.*

³⁰⁴ *Epithalamia sunt carmina nubentium, quae decantantur ab scholasticis in honorem sponsi et sponsae. Haec primum Salomon edidit in laudem Ecclesiae et Christi. Ex quo gentiles sibi epithalamium vindicarunt,*

Trenos, que chamamos, em latim, *lamento*, foi Jeremias que primeiro os compôs em verso sobre a urbe de Jerusalém, [quando essa foi derrubada] e sobre o povo [de Israel] quando [foi derrubado e] foi levado cativo. Depois, entre os gregos, o poeta lírico Simônides fez uso dele. Porém, eram oferecidos nos funerais e nos lamentos de modo semelhante, até agora.³⁰⁵ (*Orig.* I, 39, 19)

Novamente as oposições. Primeiro trecho: *manifestum est* (“é manifesto”), *primum* absoluto contra *prima apud gentiles*, muito tempo depois; Davi o fez para Deus, Mêmia para Apolo e as Musas. Segunda passagem: Salomão o primeiro absoluto, gentios o copiam; Salomão louvara a Igreja e a Cristo, os gentios nos espetáculos públicos. Último excerto: Jeremias, primeiro absoluto, *versus* Simônides, primeiro entre os gregos; Jeremias tematizou Jerusalém e seu povo, Simônides funerais. Os autores bíblicos não só prevalecem em autoridade em razão de sua antigüidade, mas também graças aos usos que fizeram.

Como dissemos, no entanto, esses são casos mais “patentes” do *Da gramática*. Há outros momentos ainda mais sutis, em pequenos trechos do texto de Isidoro, que são, em termos-chave, diferentes das suas possíveis fontes. Na passagem do século VI ao VII, onde se encontram as *Etimologias*, a situação de dominância da doutrina cristã já não tornava tão mais “perigosa” qualquer apropriação dos saberes seculares, de modo que a tendência de integrar as duas tradições se tornava mais comum. Nesse processo de entrecruzamento, o cabedal das disciplinas seculares é tomado como uma ferramenta capaz de discernir um bom texto de qualquer outro, não mais se restringindo somente aos escritores da tradição clássica. Assim, muito dos esforços dos autores cristãos ditos “integralistas” foi para mostrar quão bem elaborada era a *Bíblia* – um conjunto de livros totalmente estranhos aos “modos” da cultura greco-romana –, quando comparada à obra daquele que era considerado pelos gramáticos seculares latinos como o autor exemplar, a saber, Virgílio. Desse modo, uma das estratégias era colocar lado a lado exemplos tirados tanto da obra virgiliana quanto das *Escrituras*, em comentários a respeito das figuras de linguagem. Por exemplo, é o que se percebe, ao colocar lado a lado as seguintes passagens de Donato e Isidoro:

et istius generis carmen adsumptum est. Quod genus primum a gentilibus in scenis celebrabatur, postea tantum in nuptiis haesit.

³⁰⁵ *Threnos, quod Latine lamentum vocamus, primus versu Ieremias conposuit super urbem Hierusalem [quando subversa est] et populum [Israel] quando [subversus est et] captivus ductus est. Post hunc apud Graecos Simonides poeta lyricus. Adhibebantur autem funeribus atque lamentis: similiter et nunc.*

Silepse é a aglutinação de amarras (*clausulae*) diferentes através de um único verbo [...]. Essa figura aparece com frequência, de modo que costuma acontecer não só nas partes do discurso, mas também nas propriedades das partes do discurso. Igualmente é silepse, quando uma palavra no singular é associada a um verbo no plural, por exemplo. (Virg. *Ecl.* 1,81) *sunt nobis mitia poma, castanae molles et pressi copia lactis*.³⁰⁶ (Don., *Ars maior*)

Silepse é, em amarras (*clausulae*) diferentes, ou uma palavra no plural encerrada num verbo no singular, por exemplo, (Virg. *Aen.* 1,553): *Sociis et rege recepto* [“com sócios e o rei prestigioso” (Vergílio, 1983, p. 23)], ou uma palavra no singular completada por um verbo no plural, por exemplo, (Virg. *Ecl.* 1,81): *sunt nobis mitia poma, / et pressi copia lactis*. Com efeito, disse-se acima *sunt*. Aí se deveria dizer *est et pressi copia lactis*. Porém, acontece silepse não só pelas partes do discurso, mas também pelos seus acidentes. Com efeito, quando se coloca tanto um singular no lugar de um plural como o contrário, é uma silepse. Eis um exemplo de singular no lugar de plural, (Virg. *Aen.* 2,20): *Vterumque armato milite complent*³⁰⁷, não com um só, mas com muitos soldados. Do mesmo modo, plural no lugar de singular, eis um exemplo, no Evangelho (*Mt.* 27,44): *Latrones qui crucifixi erant cum eo improperebant*.³⁰⁸ (Isid. *Orig.* I, 36, p. 5-6)

Se pensarmos que toda formulação no interior de um determinado domínio entretém-se tanto com outras com as quais coexiste (“campo de concomitância”) quanto com as que a precede (“campo de antecipação”), podemos trabalhar com a concepção plural de historicidade, ou seja, com a idéia braudeliana de que a história se divide, basicamente, em três tempos: em curta, média e longa duração. Assim, embora os enunciados se inscrevam na estância “curta” do acontecimento, suas relações históricas podem muito bem ligá-los a eventos históricos de longa duração. Nesse trabalho de relação entre historicidades discursivas diferentes, entra a noção de memória discursiva, a qual, por meio de seus efeitos, faz com que as relações entre as formulações com aquelas que as precedem sejam ou de repetição, ou de refutação, ou de transformação, ou de negação de um *já-dito*

³⁰⁶ *Syllepsis est dissimilium clausularum per unum verbum conglutinata conceptio, ut “hic illius arma, Hic currus fuit”. Hoc schema ita late patet, ut fieri soleat non solum per partes orationis, sed et per accidentia partibus orationis. Item syllepsis est, cum singularis dictio plurali verbo adiungitur, ut “sunt nobis mitia poma, / castanae molles et pressi copia lactis”.*

³⁰⁷ Cf. o período inteiro (Virg. *Aen.* II, 18-20): *huc delecta uirum sortiti corpora furtim / includunt caeco lateri penitusque cauernas / ingentis utrumque armato milite complent*. [“Nessa medonha caverna, tirados por sorte, os guerreiros / de mais valor ingressaram, num ápice enchendo as entranhas / daquele monstro [i.e., o cavalo de Tróia], com armas e gente escolhida de guerra” (Vergílio, 1983, p. 29)].

³⁰⁸ *Syllepsis est in dissimilibus clausulis aut pluralis dictio singulari verbo finita, ut: “Sociis et rege recepto”, aut singularis dictio plurali verbo expleta, ut: “Sunt nobis mitia poma, / et pressi copia lactis”. Supra enim “sunt” dixit. Hic debuit dicere: “est et pressi copia lactis” Fit autem Syllepsis non solum per partes orationis, sed et per accidentia partibus. Nam ubi et pro multis unus et pro uno multi ponuntur, Syllepsis est. Pro multis unus, ut est illud: “Vterumque armato milite complent”, cum non uno, sed multis militibus. Item pro uno multi, ut in Evangelio: “Latrones qui crucifixi erant cum eo improperebant”.*

ou de um esquecimento, problema que coloca a questão do que se pode e se deve dizer no interior de uma *formação discursiva* específica (cf. COURTINE, 1981, p. 52-53). Então, é lícito argumentar que, embora os trechos escolhidos distem cerca de 250 anos entre si (séc. IV e séc. VII) – e sejam de duas *formações ideológicas* diferentes –, não é gratuita, nem parte de uma “intenção do autor”, a adição a um exemplo secular (que cita, como era a norma, Virgílio) de uma passagem da *Bíblia*. O efeito claro é afirmar que o texto bíblico também é digno de receber o mesmo tratamento “exegético” que os textos clássicos do período romano. Ou seja, o estatuto literário da *Bíblia* não é inferior ao do “grande” autor latino³⁰⁹. Ao mesmo tempo, tal paralelismo já não suscitava desconfianças, pois, a “verdade” cristã consolidada, as obras do passado greco-romano mantinham apenas valor estético, sem maiores conseqüências para a religião oficial.

De todas as partes da *grammatica*, a que mais chama atenção, no tocante à tradição anterior, é o acréscimo das questões relativas a *fábulas* e *histórias*. Viu-se que, nas possibilidades da gramática como ciência dos textos, havia a dimensão *historikón*, aquela que glosaria as referências a lugares e pessoas de modo a clarear o texto. No entanto, para Isidoro, a *grammatica* (como a etimologia) vai além dos âmbitos tradicionais em que ela se encerrava, uma vez que a questão da distinção entre *história* e *fábula*, além de adentrar em certos aspectos da Retórica (distinção dos gêneros, por exemplo), está, na visão isidoriana, situada nos debates sobre o que é falso ou verdadeiro, pesquisa eminentemente dialética:

Os poetas deram o nome para fábulas a partir de *fari* (“falar”), já que elas não são fatos concretos, mas apenas forjadas no falar. Por esse motivo, elas foram empregadas para que, através da conversa entre animais fictícios e mudos, uma certa imagem da vida dos homens fosse reconhecida.³¹⁰ (*Orig.* I, 40,1)

O “curioso” desse capítulo *De fabula* é que não se cita nenhum autor bíblico, tampouco alguma autoridade como a de um Padre da Igreja. O que se vê é que, a despeito duma situação já mais favorável ao Cristianismo em relação à tradição “pagã”, continua pertinente “acusar” de “fábulas” tudo aquilo que Grécia e Roma produziram como textos “não-técnicos”. Além disso, é notável, como já se afirmou, o uso que os cristãos fizeram da

³⁰⁹ Irvine (1994, p. 225-234) dá vários exemplos de como Isidoro “adaptou” uma versão “cristianizada” de Donato, a qual, por sua vez, já fizera o mesmo processo com a obra do gramático.

³¹⁰ *Fabulas poetae a fando nominaverunt, quia non sunt res factae, sed tantum loquendo fictae. Quae ideo sunt inductae, ut fictorum mutorum animalium inter se conloquio imago quaedam vitae hominum nosceretur.*

“tecnologia” do discurso científico secular contra a própria tradição greco-romana, ou seja, desqualifica-se aquilo que os escritos clássicos produziram por meio de uma distinção dialética entre verdadeiro e falso. É justamente nessas polêmicas, características dos textos cristãos dos primeiros séculos depois de Cristo, que ficam mais evidentes os mecanismos discursivos que fundem um trabalho exegético/interpretativo e o controle sobre a *ordem do discurso*. Por exemplo, quando, nesse mesmo capítulo *De fabula* do livro *De grammatica*, o Hispalense comenta a “fábula” do *Hipocentauro*:

(Diz-se que) também assim foi criada a fábula do Hipocentauro, isto é, um homem misturado a um cavalo, para representar a velocidade da vida humana, já que o cavalo é velocíssimo.³¹¹ (*Orig. I, 40, 5*)

Para os ideais de cristão, segundo a visão isidoriana, “fábulas” como essa só podem ser compreendidas dessa maneira, metaforicamente.

Quanto à “história”, Isidoro assim a define:

História é a narrativa dos acontecimentos concretos, pela qual esses, que ocorreram no passado, são destacados. Em grego, porém, história deriva de *historeîn*, isto é, “ver” ou “conhecer”. Com efeito, entre os antigos, ninguém redigia uma história, se a pessoa envolvida não estivesse presente e se essas coisas que são narradas não tivessem sido vistas. De fato, é melhor deprendermos as coisas que acontecem pelos nossos próprios olhos do que reuni-las de ouvir falar. 2. Com efeito, aquilo que se vê, é narrado sem mentira. Esta disciplina está ligada à Gramática, pois tudo aquilo que é digno de memória é confiado às letras. Por isso, porém, *histórias* são ditas *monumentos*, pelo fato de que consagram a memória dos feitos.³¹² (*Orig. I. 41*)

Embora o bispo de Sevilha reconheça que “as histórias dos gentios não desviam os leitores do fato de que disseram coisas úteis”³¹³, ele não tem dúvidas ao atribuir a primazia de Moisés como o historiador por excelência. Ademais, se, entre as histórias dos gentios, há de se fazer a ressalva de que disseram coisas úteis – porém, não em tudo –, no caso dos autores canônicos tal adendo é dispensável, uma vez que tudo que foi dito

³¹¹ [...] *id est hominem equo mixtum, ad exprimendam humanae vitae velocitatem, quia equum constat esse velocissimum.*

³¹² *Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur. Dicta autem Graece historia ἀπὸ τοῦ ἱστορεῖν, id est a videre vel cognoscere. Apud veteres enim nemo conscribebat historiam, nisi is qui interfuisset, et ea quae conscribenda essent vidisset. Melius enim oculis quae fiunt deprehendimus, quam quae auditione colligimus. Quae enim videntur, sine mendacio proferuntur. Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur. Historiae autem ideo monumenta dicuntur, eo quod memoriam tribuant rerum gestarum.*

³¹³ *Historiae gentium non inpediunt legentibus in his quae utilia dixerunt.*

aconteceu por isso; ao contrário das fábulas, as histórias são *monumenta*, lembrança de fatos. Também está claro no texto isidoriano que, enquanto Moisés, o primeiro historiador *apud nos*, escreveu a História *de initio mundi* – isto é, desde a Criação, narrativa desconhecida no mundo greco-romano –, os primeiros escritores de história *apud gentiles* escreveram sobre algo mais circunscrito: *de Graecis et Troianis*.

A sentença de que “tudo aquilo que é digno de memória é confiado às letras”, portanto, confiado à Gramática, revela o aumento de prestígio que essa disciplina parecia não parar de ter. Antecipando, em parte, aquilo que aconteceria com os *modistae* medievais – para os quais a *grammatica* era o campo próprio do debate lógico sobre a linguagem, espoliando quase que de vez o privilégio, acerca desse tipo de discussão, que pertencia à *dialectica* –, a gramática na obra de Isidoro já amplia, em muito, suas áreas de atuação em relação a trabalhos anteriores. Segundo Amsler (1989, p. 151-152):

[...] o programa de Prisciano, [...], tinha assinalado uma relação entre gramática e retórica no discurso técnico. No entanto, os gramáticos clássicos, em geral, menoscabavam o estudo dos gêneros. Mesmo as discussões atipicamente longas dos gêneros presentes nas gramáticas de Diomedes e de Mário Vitorino não fazem mais nada que ilustrar os tipos de metros poéticos. Por outro lado, é nos comentários dos gramáticos gregos e latinos acerca das obras literárias que encontramos informações e análises concernentes aos gêneros e à história literária [...]. Apesar da descrição isidoriana dos gêneros, presente no livro I, depender em grande medida desses comentários, inclusão que ela faz de tais análises à sua discussão da *ars grammatica* ajudou a consolidar o rapto da ‘poética’ à retórica. No livro II (*De rhetorice*), Isidoro trata principalmente do que se define como oratória deliberativa ou judiciária. No livro I, por outro lado, distingue entre *fabula*, *historia* e *argumentum*. Ao conceder ao *argumentum* o *status* de um gênero amplo, coevo aos outros dois e pertencente ao escopo da gramática, Isidoro deixa claro como o modelo gramatical absorvia cada vez mais o currículo das artes da linguagem nos albores da Idade Média.³¹⁴

³¹⁴ [...] Priscian’s program, [...], had marked out one relation between grammar and rhetoric in technical discourse. However, classical grammarians typically gave short shrift to the study of the genres. Even the unusually lengthy discussions of genres in the grammars by Diomedes and Marius Victorinus do little more than illustrate the types of poetic meters. Rather, it is in the Greek and Latin grammarians’ commentaries on literary works [...] where we find information and analysis concerning the genres and literary history [...]. Though Isidore’s account of the genres in Book I depends largely on these commentaries, his inclusion of such analyses in his discussion of the *ars grammatica* helped solidify grammar’s coopting of the ‘poetic’ from rhetoric. In Book Two (*De rhetorice*) Isidore treats primarily what is defined as deliberative or judicial oratory. In Book One, on the other hand, he distinguishes among *fabula*, *historia*, and *argumentum*. By granting *argumentum* the status of a broad genre, coeval with the other two and within the scope of grammar, Isidore clarifies how the grammatical model absorbed more and more of the language arts curriculum in the early Middle Ages.

Portanto, utilizando como que um argumento estóico, Isidoro defende a pureza e a verdade da narrativa hebraica e afirma que, então, o papel de um letrado cristão é mostrar em que medida essa verdade se corrompe e como ela deve ser resgatada. Mesmo em assuntos aparentemente mais básicos, como a questão das letras, os autores cristãos esforçavam-se para afirmar que suas origens são hebraicas e não gregas. É desse modo que, mesmo numa perspectiva “integracionista”, na qual vemos conviver Virgílio e Moisés, a verdade é atribuída ao autor do *Pentateuco* e não ao da *Eneida*. Se ainda não se pode falar, como Auroux (1992b, p. 8), de uma *gramatização*, podemos já apontar uma tentativa de explicar fenômenos de linguagem de uma língua estranha tanto ao grego como ao latim através do cabedal técnico secular produzido sobre essas duas línguas. No entanto, não só questões de linguagem interessam aí, mas toda a organização do cosmo.

CONCLUSÃO

Cabe, à guisa de conclusão, recapitular os pontos principais abordados nesta dissertação.

Do ponto de vista de uma história dos discursos sobre a língua ou linguagem, as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha apontam para uma outra ordem discursiva, para cujas principais diferenças e rupturas em relação à modernidade atentamos neste trabalho: i) a *grammatica* é um saber que “explode”, hipertrofia-se, não é somente a “ciência da língua” e “dos textos”, como diz Desbordes (1995, p. 32), mas é, sobretudo, “a ciência de tudo que pode ser ou já está posto em *litterae*”. Não só das *litterae*, mas também das *notae*. No entanto, a *grammatica* não é a ciência de tudo que se confia às letras simplesmente porque seu nome deriva de *gramma* (“letra”) – embora, como argumento etimológico, isso já seria o bastante –, mas, e principalmente, porque nela se encerram os quatro procedimentos “cognitivos” que resolvem tudo relacionado ao mundo do signo: a analogia, a etimologia, a glosa e a diferença; ii) já a etimologia, em especial, torna-se a “ciência da ciência”, ou “ciência de tudo que é cognoscível”, porque é o lugar em que se pesquisa a relação entre *uerba* (“palavras”) e *res* (“coisas”); etimologia que não é necessariamente histórica, mas também coetânea; iii) a interação entre a língua e a religião; pois, a escolha de trabalhar com esse autor, ademais, fundamenta-se na idéia de que a linguagem religiosa e, por conseguinte, sua língua, é de fundamental importância na formação do léxico e também de certos “rodeios” sintáticos de uma outra língua determinada, na qual seus falantes estão sob influência daquela religião³¹⁵. A tese central defendida por Maurer Jr. no seu *A unidade da România ocidental* (1951) advoga justamente pela importância fundamental que o latim empregado pela Igreja teve na formação de parte das vindouras línguas românicas. Há pesquisadores que, inclusive, identificam certos “hebraísmos” sintáticos, derivados das traduções latinas do Velho

³¹⁵ Cf., por exemplo, Väänänen (1995, p. 151 *et passim*) e os artigos de Jiménez Zamudio e De la Villa Polo em García-Hernández (2000).

Testamento³¹⁶. Tendo Isidoro sido a grande referência durante toda a Idade Média em diante, é mais do que lícita a intenção de também abordar sua obra nesse aspecto.

Na religião, pelo menos na cristã, de que tratamos aqui, a questão do sentido e seus efeitos, desejáveis e indesejáveis, é central. No caso de Isidoro, esse tema entra pelo problema da etimologia. Esse labor com/sobre a língua, inevitavelmente, traz o problema da história na língua. Pois ela, a etimologia, sempre dialoga com um já-dito, com uma memória semântica que traz as marcas de outros lugares:

[...] o jogo descrito por Bakhtin como dialogismo fundamental de todo discurso, conseqüência do fato de ele elaborar-se no meio do já-dito dos outros discursos e, especificamente, do já-dito que, “sedimentado” em cada palavra, faz dela um lugar “compartilhado” onde se confrontam discursos diferentes, portadores de sentidos diferentes para essa palavra. O apelo explícito a um certo exterior discursivo, de apoio, para ancorar nele o sentido de X, apresenta-se como um movimento de *defesa contra* um exterior discursivo, vivido como capaz de, a partir do campo interdiscursivo de forças, impor-se, isto é, de forçar em X as portas do discurso para impor ali seu sentido [...]. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 41).

O esforço de um sujeito em fixar um sentido deixa clara a idéia de que a não-coincidência do dizer é constitutiva. Sobre isso, Authier-Revuz (*op. cit.*, p. 31) afirma:

[...] a operação de *fixação* da mobilidade potencial do sentido de uma unidade do dizer é também solidariamente uma *atestação* da realidade *enunciativa* do não-um do sentido, ao qual essa operação opõe o trabalho ativo de especificação de *um* sentido, preenchendo, no plano segundo, metaenunciativo, do desdobramento do dizer, a “falha” do primeiro plano, através de uma operação contextual de eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza ou favorece. Esta oposição diferencial, negativa, em relação a um *outro sentido de q* específico (mais ou menos preciso) contra o qual o enunciador coloca “seu” sentido, apresenta-se – através da variedade de suas formas – como constitutiva do sentido das glosas de fixação do sentido de X.

A etimologia é também uma narrativa histórica. Por isso, tem um pé no passado, que é um de seus objetos, mas tem um pé no presente, visto que, nesse, estão seus leitores. Esse saber, que dialoga com seu passado e com seu presente epistemológicos, está também atravessado pelo político, que, no caso do bispo de Sevilha, correspondia aos conflitos da Hispânia na virada dos séculos VI-VII de nossa era. Polêmicas vindas de várias “vozes” permeiam a ânsia desse verdadeiro *auctor* de proteger, por meio do labor etimológico, um suposto sentido único, cujos cacos teriam de ser recolhidos, com intuito de

³¹⁶ Cf. o artigo de Kramer e o de Schweickard in Dahmen *et al.* (1990).

fazer prevalecer a unidade transcendental sobre a fragmentação mundana. Esse *auctor*, no entanto, oscila, às vezes, entre a aceitação relativa da existência de um sentido não-unívoco e sua negação, mas retoma sempre o postulado da univocidade especialmente quando estão em jogo os semas fundamentais do discurso cristão. Essa oscilação, inclusive, sustenta-se na própria definição gramatical, apresentada por Isidoro, de *sinônimo* e de *homônimo*:

Sinônimos, isto é, multinômios, pelo fato de que, em muitos nomes, há somente um significado, por exemplo, *terra* (“terra”), *humus* (“terra”), *tellus* (“solo”). Com efeito, todos são iguais. Homônimos, isto é, uninômios, pelo fato de que, num único nome, há vários significados, como em *tumulus*, que ora quer dizer “pequeno monte”, ora “terra intumescida”, ora “sepulcro”. Há, pois, em apenas um único nome, diversos significados.³¹⁷ (*Orig.* I, 17, 14-15).

Desse modo, como se disse, em algumas passagens menos “polêmicas”, convivem sentidos e etimologias múltiplos, por exemplo:

Acento é o que se diz *prosódia* em grego [toma seu nome do grego]. Pois *prós* (πρός), em grego, é *ad* em latim; *oidé* (ὠδή), em grego, é *cantus* em latim. Esse termo, com efeito, foi traduzido literalmente. No entanto, os latinos têm também outros nomes. Com efeito, chamam “accento” também de “tom” e de “tenor”, porque, neste caso, o som cresce e acaba. Por outro lado, foi dito “accento”, uma vez que está ligado ao canto, assim como o advérbio, porque este se liga ao verbo.³¹⁸ (*Orig.* I, 18, 1-2).

Essa postura de aparente aceitação do não-um do sentido opõe-se claramente a tentativa de fixação de um sentido:

Essa é a resposta metaenunciativa inversa à descoberta em X do não-um do sentido: a resposta da acolhida, da exibição explícita de uma pluralidade de sentidos, através de formas diversas, dando lugar, assim, à interpretação. É o caso de *também no sentido p*, que especifica o outro sentido a ser acrescentado ao sentido tido como evidente, explicitando um dos valores – interpretativos – encontrados para *no sentido p* [...] A abertura para uma pluralidade de sentidos em X faz-se também, com igual frequência, sem especificar os sentidos solicitados, através de duas formas diferentes: *nos dois sentidos da palavra* e *em todos os sentidos da palavra*, que se revelam, interpretativamente, como quase equivalentes [...]. (AUTHIER-REVUZ, *op. cit.*, p. 43-44).

³¹⁷ *Synonyma, hoc est plurinomia, eo quod sit in pluribus nominibus significatio una, ut ‘terra,’ ‘humus,’ ‘tellus.’ Idem enim sunt omnia. Homonyma, hoc est uninomia, eo quod sit in uno nomine significatio plurima, ut ‘tumulus,’ nunc mons brevis, nunc tumens tellus, nunc sepulchrum. Est enim in uno nomine significatio diversa.*

³¹⁸ *Accentus, qui Graece prosodia dicitur [ex Graeco nomen accepit]. Nam Graece πρός, Latine ‘ad,’ ὠδή Graece, Latine ‘cantus’ est. Hoc enim nomen de verbo ad verbum expressum est. Latini autem habent et alia nomina. Nam accentus et tonos et tenores dicunt, quia ibi sonus crescit et desinit. 2. Accentus autem dictus, quod iuxta cantum sit, sicut adverbium quia iuxta verbum est.*

No entanto, quando o “não-um” do sentido poderia apontar para direções indesejadas, o *auctor* Isidoro acrescenta suas glosas etimológicas, na tentativa de “pacificar” esse não-um do sentido, desejando eliminar a contradição e pôr tudo “no lugar”.

[...] o que cada comentário manifesta é, com efeito, precisamente este “esforço” que o enunciador deverá fazer para tratar – suprimir ou acolher, segundo o caso – estes “outros sentidos” que não “dormem”, mas “existem”, não “abolidos” pelo contexto, em um ponto X do dizer. (*Ibid.*, p. 30).

Num exemplo disso, Isidoro claramente “tranca”, ao falar sobre um pé poético, o sentido de *iambo*, ao defini-lo como exclusivamente detratório:

Chama-se iambo, pelo fato de que os gregos designaram para *detrahere* (“detratar”) *iambózein* (ἰαμβόζειν). Desse modo, com efeito, pelo poema, os poetas foram acostumados a se fartarem de todas as **invectivas e detratações**. No entanto, o nome foi dado a partir disso, porque como que, de algum modo, **o veneno da maledicência ou da inveja escorre**.³¹⁹ (*Orig.* I, 17, 4; negritos nossos)

Essa glosa coaduna-se com o que já se disse sobre as desconfianças cristãs em relação à prática poética greco-romana. Outros exemplos podem ser elencados a partir de outros livros – não escolhidos para a parte referente à tradução –, cujo tratamento dos temas mais sensíveis reforça a necessidade de fixação de um sentido supostamente inequívoco. Em *Orig.* VI, 2, 26-27, ao comentar as divisões dos livros da *Bíblia*, Isidoro afirma:

[...] quatro são os profetas que são chamados “maiores”, porque compuseram volumes extensos. Os doze livros dos profetas intitulam-se com os nomes de seus próprios autores, os quais, por causa disso, são chamados “menores”, porque seus escritos são breves. Onde também estarem contidos, todos juntos, num só volume [...].³²⁰

A intervenção é oportuna, na medida em que, com ela, o Hispalense defende as divisões da *Bíblia* contra qualquer tentativa de hierarquizá-las; assim, distinguir entre “maiores” e “menores” não deve levar a pensar que se trata de mais ou menos importantes. A importância integral da *Bíblia* é que está em questão nessa glosa etimológica. Nada há de “menor” nas *Sagradas Escrituras* do ponto de vista da relevância. Outro caso interessante

³¹⁹ *Iambus dictus est eo, quod ἰαμβόζειν Graeci detrachere dixerunt. Huiusmodi enim carmine omnes invectiones vel detractiones implere poetae sunt soliti. Dictum autem nomen ab eo, quod veluti venenum quodammodo maledicti aut livoris infundat.* (negritos nossos).

³²⁰ [...] sunt quattuor prophetae qui Maiores vocantur, quia proluxa volumina condiderunt. Libri duodecim prophetarum auctorum suorum nominibus praenotantur; qui propterea dicuntur Minores, quia sermones eorum breves sunt. Vnde et conexi sibimet invicem in uno volumine continentur [...].

refere-se à passagem em que Isidoro comenta o termo *oratio*, próprio da prática litúrgica: “*Oratio* (‘orar’) é como se diz *petitio* (‘ato de pedir; petição’). Com efeito, *orare* (‘orar’) é *petere* (‘pedir’), assim como *exorare* (‘implorar’) é *inpetrare* (‘impetrar’)”.³²¹ Mas como não pensar na definição de *oratio* – já citada anteriormente (cf. p. 186)?

Nesses dois últimos casos, dá-se a forma mais utilizada, segundo Authier-Revuz (1998, p. 33), de fixação de um sentido, ou seja, é “[...] aquela da especificação exclusivamente positiva do sentido de X – **X**, **no sentido de p** – que faz intervir interpretativamente o outro sentido q.”. Há, no entanto: “Glosas só na forma negativa: **X**, **não no sentido de q**. Este tipo de glosa elimina a ameaça do sentido q e aponta para a construção contextual de um sentido p para X, que pela explicitação é colocado como complementar de q no conjunto de sentidos de X.” (*Ibid.*, p. 32). A Isidoro, essa prática glosadora não é estranha, por exemplo:

Páscoa [...] **não** é vocábulo grego, **mas** hebraico; **nem** provém de *passio* (“sofrimento”; “paixão”), embora *páskhein* (πάσχειν, “experimentar passivamente”; “sofrer”), em grego, é como se diz (em latim) *pati*; **mas** foi chamada *páscoa* a partir da palavra hebraica para *passagem*, pelo fato de que o povo de Deus havia feito, à época, a passagem desde o Egito. Donde também no Evangelho: “Como visse”, diz, “Jesus que chegava a hora de passar deste mundo ao Pai”.³²² (*Orig.* VI, 17, 11; negritos nossos).

No labor etimológico de Isidoro, evidencia-se um anseio que teme a contradição e as não-coincidências do dizer. Controle da interpretação e, ao mesmo tempo, busca por um sentido que superaria as limitações da linguagem humana pós-babélica, e reatualizaria a cena primordial da nomeação adâmica.

A etimologia é, como já ressaltamos, o lugar do contraditório, do cruzamento entre o sincrônico e o diacrônico, e da constatação, ainda que indesejada por Isidoro, de que os sentidos não se apresentam como tais, mas como efeitos de um desejo de fixá-lo. Para tanto, é necessário grafá-los; registrados na escrita, são, por excelência (etimológica), objetos da gramática, a ciência do que se confia às letras (*grámmata*). Ademais, a

³²¹ *Oratio petitio dicitur. Nam orare est petere, sicut exorare inpetrare.*

³²² *Paschae [...] vocabulum non Graecum, sed Hebraeum est; nec a passione, quoniam πάσχειν Graece dicitur pati, sed a transitu Hebraeo verbo pascha appellata est, eo quod tunc populus Dei ex Aegypto transierit. Vnde et in Evangelio (Ioann.13,1): ‘Cum vidisset,’ inquit, ‘Jesus quia venit hora ut transiret de mundo ad Patrem.’ (negritos nossos).*

transparência ou “ilusão da literacidade” do sentido parece constituir uma necessidade na defesa da eficácia do discurso cristão por Isidoro. Na idéia de transparência da linguagem encontra-se também a figura do *nuntius* (“mensageiro”), aquele que porta uma verdade que tem de ser anunciada. Evidentemente, há sempre a alegação da insuficiência das *uerba* para dar conta do que são os *mistérios* da religião e de Deus, porém, essa insuficiência, no discurso cristão, é constitutiva da humanidade. A opacidade é privilégio dos profetas, ou seja, daqueles que são com que as “bocas de Deus”. Ela constitui a insuficiência da compreensão humana diante da fala de inspiração divina. A fala fora da inspiração deve ser transparente, sem contradição. A verdade em relação a Deus não se encontra na transparência da fala do *nuntius* nem na opacidade da fala do inspirado, mas essas são as duas únicas formas de se aproximar dela. Como distingui-las e como saber se trata de uma fala inspirada e não de uma falta de transparência deliberada, fruto do uso soberbo do livre arbítrio? No caso de Isidoro de Sevilha, a resposta é clara: graças às técnicas gramaticais e etimológicas. Para ele, essas são as ferramentas de desconstrução de qualquer artifício retórico, de qualquer falsificação, como, por exemplo, são os casos de ambigüidade e os das “figuras de pensamento”:

Anfibolia (é) a expressão ambígua, que acontece ou através do caso acusativo, como naquela resposta de Apolo a Pirro [...]. Não está claro [...] quem se mostrou ser o vencedor. Ou pode acontecer por uma atribuição incerta, por exemplo: *Guerra grande Itália fará*. Atribuição incerta, (podendo ser) ou *bellum ingens* (“grande guerra”) ou *ingens Italia* (“grande Itália”). Dá-se também com um verbo comum, por exemplo, ‘*Deprecatur Cato, calumniatur Cicero, praestolatur Brutus, dedignatur Antonius*’; não se mostra nesta ambigüidade se os próprios (citados) execraram ou caluniaram outros ou o contrário. Também acontece ambigüidade com a homonímia, (quando) através de único nome, se têm muitos significados, por exemplo, *acies* (“frente”), (se) também não acrescentares ou *ferri* (“de ferro”) ou *oculorum* (“dos olhos”) ou *militum* (“dos soldados”).³²³ (*Orig*. I, 34, 13).

Alegoria é um *alienilóquio*. Com efeito, soa uma coisa, mas se compreende outra, por exemplo, (*Virg. Aen.* 1,184): *três cervos errantes / na praia somente enxerga*. onde se faz referência a três líderes da Guerra Púnica ou às três Guerras Púnicas.

³²³ *Amphibolia, ambigua dictio, quae fit aut per casum accusativum, ut illud responsum Apollinis ad Pyrrhum [...] non est certum, quem in ipso versu monstraverit esse victorem. Fit et per incertam distinctionem, ut (Virg. Aen. 1,263): Bellum ingens geret Italia. Incerta distinctio, utrum ‘bellum ingens’ an ‘ingens Italia.’ Fit et per commune verbum, ut: ‘Deprecatur Cato, calumniatur Cicero, praestolatur Brutus, dedignatur Antonius’; nec ostenditur in hac ambiguitate utrum ipsi alios, an alii ipsos deprecati sunt aut calumniati. Fit et per homonyma, quo uno nomine multa significantur, ut ‘acies’ et non addas aut ferri, aut oculorum, aut militum.*

Também nas *Bucólicas* (*Ecl.* 3,71): *Enviei dez maçãs áureas*; isto é, dez écloas de pastores para Augusto. Muitos são os tipos desse tropo, dos quais sete se sobressaem: ironia, antífrase, enigma, carientismo, parêmia, sarcasmo e astismo. Ironia é uma sentença que tem, por causa de seu tom de voz, um entendimento contrário. Com efeito, por meio desse **tropo astuto**, algo se diz ou com intuito de **acusar ou de insultar**, como é este (caso) (*Virg. Aen.* 1,140): *Euro, vossas casas. Que Eolo se jacte naquele palácio e também reine no cerrado cárcere dos ventos*. Mas como poderia ser um palácio, se é um cárcere? Com efeito, resolve-se pelo tom de voz. Com efeito, “cárcere” é o tom de voz (normal): a ironia está em “jacta-se” e “palácio”; e tudo, através de um tom de voz contrário, anuncia-se com um aspecto de ironia, a que faz **troça elogiando**. Antífrase é o enunciado que **tem de ser** entendido por seu contrário, por exemplo, *lucus* (“lucos”), já que carece de luz por causa da sombra demasiada dos bosques; também *manes* (“manes”), isto é, *mites* (“tranqüilos”) (uma vez que são *inmites* “intranqüilos”) e *modesti* (“moderado, modesto”), já que são terríveis e desumanos; também *Parcas* e *Eumênides*, Fúrias que não poupam nem beneficiam ninguém. Por este tropo, popularmente se nomeiam tanto “anões atlantes” quanto “cegos-videntes” e “etíopes argênteos”. Há, porém, uma diferença entre a ironia e a antífrase, pois a ironia, somente através do tom da voz, indica o que se deseja entender, assim como quando dizemos àquele que faz tudo com maldade: *Bonum est, quod facis* (“É bom o que estás fazendo”); a antífrase, por outro lado, não demonstra o contrário pela voz do falante, mas somente com suas próprias palavras, cuja **origem é contrária**.³²⁴ (*Orig.* I, 37, 22; negritos nossos).

Essas ferramentas, de fato, para Isidoro, são capazes de pôr tudo “no lugar”, de apagar as contradições, quando for necessário. Ao mesmo tempo, essas ferramentas também têm seus limites, na medida em que, diante de uma fala autenticamente inspirada, elas, por si sós, revelam a insuficiência humana. Nesses casos, só a *fides* (“fé”) pode aceitar a inspiração, caso contrário, tratar-se-á de “apenas” mais uma “figura de pensamento”:

Hipérbole é um **exagero que excede a fé para além do que é crível**, por exemplo, (*Virg. Aen.* 3,423): *A onda açoita os astros*; e também (*Virg. Aen.* 1,107): *[a onda, entreabrindo-se,] descobre a terra entre o mar*. Com efeito, aumenta-se algo de tal modo que ultrapassa a fé mas, todavia, não se afasta da

³²⁴ *Allegoria est alieniloquium. Aliud enim sonat, et aliud intellegitur, ut (Virg. Aen. 1,184): Tres litore cervos / conspicit errantes. Vbi tres duces belli Punici, vel tria bella Punica significantur. Et in Bucolicis (3,71): Aurea mala decem misi id est ad Augustum decem eglogas pastorum. Huius tropi plures sunt species, ex quibus eminent septem: ironia, antiphraasis, aenigma, charientismos, paroemia, sarcasmos, astysmos. Ironia est sententia per pronuntiationem contrarium habens intellectum. Hoc enim tropo callide aut per accusationem, aut per insultationem aliquid dicitur, ut est illud (Virg. Aen. 1,140): Vestras, Eure, domos; illa se iacet in aula / Aeolus, et clauso ventorum carcere regnet. Et quomodo aula, si carcer est? Solvitur enim pronuntiatione. Nam carcer pronuntiatio est: iacet et aula ironia est; et totum per contrariam pronuntiationem adnuntiat per ironiae speciem. quae laudando deridet. Antiphraasis est sermo e contrario intellegendus, ut ‘lucus’ quia caret lucem per nimiam nemorum umbram; et ‘manes’ id est mites (quum sint inmites) et modesti, cum sint terribiles et inmanes; et ‘Parcas’ et ‘Eumenides’, Furiae quod nulli parcant vel benefaciant. Hoc tropo et nani Athlantes et caeci videntes et vulgo Aethiopes argentei appellantur. Inter ironiam autem et antiphraasim hoc distat, quod ironia pronuntiatione sola indicat quod intellegi vult, sicut cum dicimus omnia agenti male: ‘Bonum est, quod facis’; antiphraasis vero non voce pronuntiantis significat contrarium, sed suis tantum verbis, quorum origo contraria est. (negritos nossos).*

senda de uma verdade demonstrável, a ponto de parecer ser a **vontade de enganar**, e não de falar, embora **as palavras ultrapassem aquilo que é indicado**. Por esse tropo, não só se aumenta algo, mas também se diminui, por exemplo, em *uelocior Euro* (“mais veloz que o Euro”) se aumenta; diminui-se, por exemplo, *mollior pluma* (“mais mole que a pluma”), *durior saxo* (“mais duro que a rocha”).³²⁵ (*Orig.* I, 37, 21; negritos nossos).

Etimologia é, portanto, a pesquisa que se dedica aos sentidos, mas que postula e anseia por *um único* sentido. Os sentidos são históricos, *o* sentido é atemporal. Por isso, não há como cindi-lo, pois a Etimologia pode tanto apontar a *origo* quanto a *causa*, dependendo dos conhecimentos de cada um. Diacronia e sincronia não só convivem, mas estão imbricadas, tecidas juntas. O “etimólogo” deve, à maneira de um profeta, desnodar esse emaranhado de sentidos e saber ler o que é próprio de cada lugar. Desde Babel, não há solução de continuidade, pois o elo se perdeu, a língua-mãe, a mais pura que existiu, a mesma da nomeação adâmica e a usada no Éden e entre os primeiros patriarcas, perdeu-se (no duplo sentido). Mas não basta juntar os cacos e procurar entre eles o sentido primeiro, pré-babélico; é preciso entender como e por que se constituíram essas lascas do sentido. Pois, afinal, é delas que as pessoas fazem uso quando falam, pensam. No entanto, a imperícia é perigosa, pode levar ao erro e ao sentido contraditório. Há limites para a fragmentação do sentido, fronteiras que só são extrapoladas, se por acaso acontecem, pelo arbítrio humano, o mesmo que “danou” o mundo por sua soberbia. Um cristão não pode aceitar impassível a fragmentação infinita do sentido, mas, ao contrário, precisa, de alguma maneira, detê-la. Pois fragmentar ao infinito o sentido é fragmentar a “Palavra”. Se essa não é exprimível em nenhuma língua, é porque ela, sim, é *infinita*. As línguas humanas, por outro lado, devem ser vistas como finitas, limitadas e imperfeitas. Quanto mais fragmentam, mais decaem. Um cristão deve frear esse processo, de outro modo se pode chegar ao ponto de que o sentido se torne o seu contrário, assim, “não há Palavra”. A Palavra não é *infinita*, *inefável*, *infalível* etc., mas *inexistente*, *arbitrária* etc. “Não há Palavra”. A fragmentação constante do sentido condena os imperitos e ingênuos e torna-se um terreno farto aos astutos, sofistas e heréticos. O sentido é como a cidade. É duplo, há o

³²⁵ *Hyperbole est excelsitas fidem excedens ultra quam credendum est, ut (Virg. Aen. 3,423): Sidera verberat unda; et (Virg. Aen. 1,107): Terram inter fluctus aperit. Hoc enim modo ultra fidem aliquid augetur, nec tamen a tramite significandae veritatis erratur, quamvis verba quae indicantur excedant, ut voluntas loquentis, non fallentis appareat. Quo tropo non solum augetur aliquid, sed et minuitur: augetur, ut ‘velocior Euro’: minuitur, ut ‘mollior pluma’ ‘durior saxo.’ (negritos nossos).*

de homens e o de Deus, mas, o cristão não pode deixar o sentido dos homens afastar-se de Deus a ponto de negá-lo. É preciso restituir a história das palavras, instaurar sua crônica. Esse saber aproxima o mais possível de Deus, do sentido divino. A etimologia é uma salvação. Ao mesmo tempo, permite desautorizar aqueles que se afastam dele e que desejam levar outros consigo. A etimologia é uma arma. Ajuda a conjurar o medo do sentido, evitar o paradoxo e a ambigüidade:

A Palavra é a pedra angular do edifício cristão: elmo de salvação e espada do Espírito, ela é carne e sangue, fonte de vida e divisão ao mesmo tempo. Se o Cristo de Nazaré, Palavra de Deus feita a si própria homem, põe-se no centro da história como único trâmite entre a criatura e o *mysterium* incompreensível da infinita criação, a palavra humana, reflexo decaído daquela Palavra originária e eterna, constitui, para o cristão, a estrada mestra para chegar à intuição da realidade.³²⁶ (CANALE, 1996, p. 148)

Com esse sentido as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha querem apresentar-se como a verdadeira gnose, a possível, limitada ao mundo, à palavra humana. Mas esse saber etimológico não era, na sua gênese, cristão. A pesquisa pela palavra e sua importância também não eram desconhecidas do mundo secular. Porém, desconhecido dos “pagãos” era o nascimento d’“A Palavra”, aquela que estava no princípio de tudo, consubstanciada, quando Ele disse: “faça-se a luz”. Esse dito foi, posteriormente, *traduzido* pelo Próprio para ser revelado ao líder de Seu povo (Moisés). Mas a enunciação divina primeira segue fora de qualquer língua humana, é inaudita e inefável. Dela, no entanto, o cosmo surgiu e é ela que sempre deu e dá coerência a esse cosmo. É o *lógos*, a *ratio*, cósmica. Não é só *uis uerbi* mas também é *uis mundi*. *Vis* que não habita nenhuma linguagem e todas as referências a ela são imperfeitas, imprecisas, sempre apofáticas. Talvez o mais próximo dela seja o silêncio, a brancura da página. Mas nem isso ameniza a “aporia semiótica”, pois nenhuma tentativa humana, nenhum regresso na investigação, seja do mundo, seja da linguagem, permite o retorno àquele ato enunciativo primordial. Nem Jesus, o Cristo, pode descer à terra como Palavra, mas teve de se fazer carne e prometer levar aos céus, a morada da Palavra, aqueles que acreditam que no além-da-língua aquela aporia se dissolve em

³²⁶ *La Parola è pietra angolare dell'edificio cristiano: elmo di salvezza e spada dello Spirito, essa è carne e sangue, fonte di vita e divisione ad un tempo. Se il Cristo di Nazaret, Parola di Dio fattasi uomo, si pone al centro della storia quale tramite unico tra la creatura ed il mysterium incomprendibile dell'infinità creatrice, la parola umana, riflesso caduco di quella Parola originaria ed eterna, costituisce per il cristiano la strada maestra per giungere all'intuizione della realtà.*

plenitude. A gramática, disciplina que lida com tudo que é confiado às letras, e a etimologia, o saber do nomear, parecem formar, na obra do Hispalense, os petrechos através dos quais a enteléquia isidoriana do “saber total” impulsiona-se. Mas essa enteléquia é frustrada por uma “aporia semiótica”, aquela diante do inefável, do silêncio diante do maravilhoso: o falar de Deus. Defronte ao mundo, obra divina, deve-se investigar cada objeto, cada palavra. No entanto, a busca pelo todo é a garantia do retorno à mudez, graças à constatação de que a maior das completudes do conhecer humano é uma lasca imperfeita no cognoscer do divino, ou seja, diante do mistério do que está no além-da-língua, no além dos substantivos, adjetivos e verbos. E, por fim, repetir a aporia socrática do saber que nada sabe. A etimologia é uma resignação.

ISIDORO DE SEVILHA

ETIMOLOGIAS

LIBER I

De Grammatica

1. De disciplina et arte

1. Disciplina¹ a discendo nomen accepit: unde et scientia dici potest. Nam scire dictum a discere, quia nemo nostrum scit, nisi qui discit. Aliter dicta disciplina, quia discitur plena. 2. Ars vero dicta est,

LIVRO I

Da gramática

1. Da disciplina e da arte

1. Disciplina toma seu nome de *discere* (“aprender”): donde se pode dizer também que é uma ciência². Pois, diz-se que saber vem de *discere*, já que ninguém dentre nós sabe, senão aquele que aprende³. Em outros termos, chama-se disciplina, pois é aprendida plena⁴. 2.

¹ O texto latino sobre o qual nos apoiamos para fazer a tradução em língua portuguesa foi o que está contido na edição espanhola das *Etimologias*, conduzida por Jose Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero (SAN ISIDORO DE SEVILLA, 2005).

² *Disciplina*: “Ensino, instrução, treinamento; um ramo de estudo, [...]; sistema, prática, método” (*Teaching, instruction, training. [...] System, practice, method; OLD*, 1968, p. 550). Aqui, *scientia*, associada à disciplina, aponta para o sentido de “conhecimento abstrato”, tradução do grego *epistēmē* (ἐπιστήμη), que se opõe à mera opinião (*loc. cit.*).

³ A relação estabelecida por Isidoro entre *disciplina*, *discere* (“aprender”), *scire* (“saber”) e *scientia* (“ciência”) é resumível assim, em notações modernas: *disciplina* < (“provém de”) *discere* = *scientia* < *scire* < *discere*.

⁴ Outra possibilidade: *disciplina* < *disci(tur) plena* (“aprendida plena”). Vale ressaltar que, já neste período, *disciplina* havia, no interior do discurso cristão, adquirido outro sentido importante, a saber: “[...] como distinguir entre *disciplina* e *doctrina*? *Disciplinae*, no plural, pode ter um valor puramente intelectual: quando se vê *disciplinae* empregado, por exemplo, na expressão *artium disciplinae*, não tem o mesmo sentido que em *disciplinae ecclesiasticae*. Para dar uma resposta satisfatória, dever-se-ia, então, recorrer a um exame exaustivo de todos os empregos de *disciplinae* nos textos [do período e da região em que Isidoro escrevia]” ([...] *comment distinguer entre disciplina et doctrina? Disciplinae au pluriel peut avoir une valeur purement intellectuelle: quand on voit disciplinae employé, par exemple, dans l'expression artium disciplinae, cela n'a pas le même sens que dans disciplinae ecclesiasticae. Pour donner une réponse satisfaisante, il faudrait donc*

quod artis praeceptis regulisque consistat. Por outro lado, diz-se “arte”, porque se funda nos preceitos e regras da arte⁵.

procéder à un examen exhaustif de tous les emplois de disciplinae dans les textes ; FONTAINE, 1979, p. 222-3).

⁵ Dois dos sentidos elencados pelo OLD (1968, p. 175), ou seja: “habilidade profissional, artística ou técnica como algo adquirido e exercitado na prática [...]” (*Professional, artistic, or technical skill as something acquired and exercised in practice [...]*) e “um corpo sistemático de conhecimento e práticas técnicas, uma arte ou ciência” (*A systematic body of knowledge and practical techniques, an art or science*), parecem ser os esposados por essa passagem. Afora a questão da relação entre o termo grego *tékhnē* (τέχνη) e o latino *ars*, Isidoro refere-se ao fato de que era comum as obras destinadas à *disciplina grammaticae* receberem o nome *ars grammatica*. Essa definição de arte apresentada aqui, ou seja, de algo baseado em regras e preceitos, parece estar presente em quase todas as outras ocorrências do termo nas obras de Isidoro. Por um lado, *ars* coaduna-se com *disciplina* também em outras passagens, por exemplo: “A filosofia é a arte das artes e a disciplina das disciplinas” (*Philosophia est ars artium et disciplina disciplinarum*; Orig. II, 24, 9). Por outro lado, *ars* opõe-se a *peritia* e a *artifex*: “Esta disciplina (ortografia) ensina de que modo devemos escrever. Pois, assim como a arte (gramatical) trata da flexão das partes (do discurso), do mesmo modo a ortografia da perícia em escrever” (*Haec disciplina docet quemadmodum scribere debeamus. Nam sicut ars tractat de partium declinatione, ita orthographia de scribendi peritia*; Orig. I, 27, 1); “(A diferença) entre arte e artifício, (provém de que) a arte é nobre por natureza, o artifício, por outro lado, corresponde ao fazer com as mãos” (*Inter artem et artificium. Ars est natura liberalis, artificium vero gestum manibus constat*; ISIDORUS HISPALENSIS, 1992, p. 166; cf. também Orig. XI, 1, 66). Em geral, estão contempladas, na obra isidoriana, as divisões das *artes* apresentadas por Posidônio (c. 135-51 a.C.) (*apud LAUSBERG, 1999, p. 69-70*): i) *uulgares et sordidae* (“ofícios manuais que perseguem o lucro” [*oficios manuales que persiguen el lucro*]), por exemplo, “[...] a arte do pão será responsabilidade dos laicos; eles, com efeito, devem debulhar o trigo, eles devem moê-los conforme o costume; a quantidade de massa (resultante), os monges têm de preparar, e, o pão, eles devem fazer com suas próprias mãos. Todavia, em benefício dos hóspedes ou dos enfermos, os laicos devem fazer os pães” (*Ars autem pistoria ad laicos pertinebit; ipsi enim triticum purgent, ipsi ex more molant; massam tantumdem monachi conficiant, et panem sibi propriis manibus ipsi faciant. Porro pro hospitibus, vel infirmis, laici faciant panes*; Regula monach. XX, 3, *apud PL, 83, col. 890*); ii) *ludicrae* (“artes de exibição, por exemplo, a prestidigitação, etc.” [*artes de exhibición, por ejemplo, la prestidigitación*]): “A arte do circo. Auriga e carreiras, cavaleiros e pedestres. É dito, com propriedade, “auriga”, porque impulsiona e reimpulsiona o veículo, ou porque bate nos cavalos jungidos” (*Ars Circi: auriga et cursus, equites vel pedites. Auriga proprie dictus quod currum agat et regat, sive quod feriat iunctos equos*; Orig. XVIII, 33, 1); “Na Pérsia, em primeiro lugar, nasceu a arte mágica, para onde o gigante Nebroth foi depois da confusão das línguas e lá ensinou os persas a cultivarem o fogo” (*In Persida primum orta est ars magica, ad quam Nebroth gigans post confusionem linguarum abiit, ibique Persas ignem colere docuit*; Orig. XIV, 3, 12); iii) *pueriles* (“jogos regulamentados por suas regras correspondentes” [*juegos reglamentados por sus correspondientes reglas*]): “*Alea*, isto é, um jogo de tabuleiro, inventado pelos gregos num intervalo da guerra de Tróia, por um certo soldado de nome *Álea*, a partir do qual também essa arte recebe seu nome” (*Alea, id est lusus tabulae, inventa a Graecis in otio Troiani belli a quodam milite Alea nomine, a quo et ars nomen accepit*; Orig. XVIII, 60, 1); iv) *liberales* (“artes cultivadas pelo cidadão livre sem finalidade de lucro” [*artes cultivadas por el ciudadano libre sin finalidad de lucro*]) são elas, em especial, objeto das *Etimologias* como um todo, dispensando maiores exemplos. Por fim, gostaríamos de apresentar um último matiz de sentido, aparentemente ausente da sistematização de Lausberg (1999, p. 59), o qual diz que um “[...] processo ordenado e que tende à sua consumação e complemento pode realizar-se em virtude da natureza (*φύσει = natura*), portanto, em conformidade com o curso natural do acontecer (por exemplo, o crescimento de uma árvore). Se não se desenvolve em conformidade com o curso natural do acontecer, pode realizar-se em virtude do acaso (*τύχη = casu*) ou em virtude de um ato executado conforme a um plano (*τέχνη = arte*) por um ser racional (o homem)” ([...] *proceso ordenado y tendente a su consumación y perfeccionamiento puede*

Alii dicunt a Graecis hoc tractum esse vocabulum ἀπὸ τῆς ἀρετῆς, id est, a virtute, quam scientiam vocaverunt. 3. Inter artem et disciplinam Plato et

Outros dizem que esse vocábulo foi desenvolvido pelos gregos a partir de *areté* (ἀρετή), ou seja, (o que, em latim, diz-se) *uirtus*⁶, a qual chamavam ciência⁷. 3. Platão e Aristóteles quiseram

realizarse en virtud de la naturaleza (φύσει = natura), por tanto, de conformidad con el curso natural del acontecer (por ejemplo, el crecimiento de un árbol). Si no se desarrolla de conformidad con el curso natural del acontecer, puede reliazarse en virtud del azar (τύχη = casu) o en virtud de un acto ejecutado conforme a un plan (τέχνη = arte) por un ser racional (el hombre)). Todavía, em Isidoro, a *ars* não é apenas da ordem do humano como, por exemplo, ao falar de certos remédios: “A essas todas (artes mágicas), correspondem também os amuletos de remédios execráveis, os quais são condenados pela arte dos médicos, ou em meio a encantamentos, ou a ferretes, ou a tudo aquilo que abraque e ate. Nisso tudo está a *arte dos demônios* (grifos nossos), nascida a partir de uma certa associação pestífera de homens e anjos maus. Donde tem de ser totalmente evitada por um cristão, além de repudiada e censurada com a mais profunda execração” (*Ad haec omnia pertinent et ligaturae execrabiliū remedium, quae ars medicorum condemnat, sive in praecantationibus, sive in characteribus, vel in quibuscumque rebus suspendendis atque ligandis. In quibus omnibus ars daemonum est ex quadam pestifera societate hominum et angelorum malorum exorta. Vnde cuncta vitanda sunt a Christiano, et omni penitus execratione repudianda atque damnanda; Orig. IX, 1, 30-31*).

⁶ “[...] Um sapateiro, um músico etc., que domine à perfeição sua *ars* tem a *virtus* de sua respectiva *ars*. [...] Se falta a *virtus*, aparecem os κακία = *vitium*. A *virtus* pode perder-se e converter-se em *vitium*, devido a um excesso (ὑπερβολή) ou a um defeito (ἔλλειψις) nas realizações dos meios artísticos, pois cada ἀρετή é um μέσον entre dois extremos” ([...] *Un zapatero, un músico, etc. que domine a perfección su ars tiene la virtus de su ars respectiva. [...] Si falta la virtus aparece la κακία = vitium. La virtus puede perderse y convertirse en vitium debido a un exceso (ὑπερβολή) o a un defecto (ἔλλειψις) en las realizaciones de los medios artísticos, pues cada ἀρετή es μέσον un entre dos extremos*; LAUSBERG, 1999, p. 64).

⁷ Quando associada a *ars*, *scientia* faz referência a um “savoir-faire”, ou seja, “um saber (de uma arte, ciência, ou similar), conhecimento especializado” (*understanding (of an art, science, or sim.), expert knowledge*; OLD, 1968, p. 1703). Na obra de Isidoro como um todo, no entanto, *scientia* abrange, basicamente, parte da noção apresentada acima de “conhecimento” ou “saber” em geral. Muito comum em expressões como: *scientia legis, scientia Dei, scientia Scripturarum*, em referência a temas mais propriamente eclesiais, ou como: *litterarum et philosophiae scientia, doctrinae scientia, sensuumque ac uerborum scientia*, em se tratando de outras áreas. A definição mais clara de ciência, Isidoro a apresenta em *Orig. II, 24, 1-2*, ao opô-la a *opinio*: “É ciência, quando algum assunto é observado com um método preciso; opinião, porém, quando o assunto mantém-se até certo ponto impreciso e nada parece consistente com um método” (*Scientia est, cum res aliqua certa ratione percipitur; opinatio autem, cum adhuc incerta res latet et nulla ratione firma videtur*). A *scientia* também difere da experiência: “Experiência pode-se dizer em relação a algo mau, como experimentado em punições; a ciência, por outro lado, só em relação a algo bom”. (*Inter Experientiam et scientiam. Experientia in malo dici potest, ut poenas expertus, scientia autem in bono tantum*; ISIDORUS HISPALENSIS, 1992, p. 162). Ademais, não se confunde com a *sapientia* (“sabedoria”): “Entre a sabedoria e a ciência há a seguinte diferença: a ciência pertence ao âmbito da agnição, a sabedoria ao da contemplação. Emprega-se bem a ciência nas questões transitórias e ela se ocupa dos males que têm de ser evitados ou conhecidos, ou dos bens que têm de ser buscados; pela sabedoria, porém, contemplam-se somente as coisas eternas. Assim, alguns homens (ilustres) quiseram discernir entre a sabedoria e a prudência, de modo que se atribuísse a sabedoria às questões divinas, a prudência e a ciência, porém, aos negócios humanos. Porém, a

Aristoteles hanc differentiam esse voluerunt, dicentes artem esse in his quae se et aliter habere possunt; disciplina vero est, quae de his agit quae aliter evenire non possunt. Nam quando veris disputationibus aliquid disseritur, disciplina erit: quando aliquid verisimile atque opinabile tractatur, nomen artis

que houvesse essa diferença entre arte e disciplina, dizendo que a arte está nas coisas que podem também ser consideradas diferentemente; disciplina, porém, é aquilo que trata acerca das coisas que não podem existir de outro modo. Pois, quando se discute algo por meio de argumentos verdadeiros, será disciplina; quando, trata-se de algo apenas verossímil e opinável, terá o nome de arte⁸.

perfeita ciência é engendrar muitas coisas boas, assim como não procurar o elogio terreno a partir das coisas que Deus ordena fazer, além de se considerar um servo inútil diante dos olhos de Deus” (*Inter scientiam et sapientiam hoc interest: scientia ad agnitionem pertinet, sapientia ad contemplationem. Scientia temporalibus bene utitur, atque in vitandis malis, seu intelligendis vel appetendis bonis versatur: sapientia autem tantummodo aeterna contemplatur. Item nonnulli viri inter sapientiam et prudentiam intelligi voluerunt, ut sapientiam in divinis, prudentiam autem vel scientiam in hominis negotiis ponerent. Perfecta autem est scientia multa agere bona, et de illis laudem terrenam non quaerere quae Deus praecepit facere, et servum inutilem ante oculos Dei se existimare; Diff. II, 147 apud PL, v. 83, col. 93b-93c*). A *sapientia*, que, às vezes, serve de sinônimo de *philosophia*, está acima da *scientia*, uma vez que, enquanto a *sapientia/philosophia* pode tratar dos assuntos divinos, a *scientia*, para ser “verdadeira”, segundo Isidoro, deve se manter no âmbito do sensível, caso contrário, é superstição. Assim, não é banal Cristo ter como um de seus epítetos, *sapientia*, “[...] pelo fato de que é ele quem revela os mistérios da ciência” (*Sapientia est pro eo quod ipse revelet omnia mysteria scientiae, et arcana sapientiae; Orig. VII, 1, 25; cf. tb. Diff. II, 7, 19 apud PL, v. 83, col. 73a-73b.*).

⁸ Este primeiro capítulo destina-se à questão levantada desde Platão (*R.* 477b) sobre a diferença entre *epistēmē*, *tékhnē* e *dóxa* (δόξα). Do ponto de vista etimológico, *epistēmē* é um substantivo derivado do verbo *epístamai* (ἐπίσταμαι), o qual encerrava, primeiramente, uma idéia de “conhecer praticamente”; depois passou a designar “compreender, saber”. *Epistēmē*, portanto, abarcava a idéia de conhecimento prático, e, depois, em Platão, ganha a acepção mais abstrata de “conhecimento, ciência”, por oposição a *dóxa*. Esta última palavra liga-se ao verbo *dokéō* (δοκέω), o qual, por sua vez, é, juntamente com *dokáō* (δοκάω) e *dokeúō* (δοκεύω), um deverbativo da raiz *dekh-* (δεχ-), presente, por exemplo, no verbo *dékhomai* (δέχομαι). A derivação deverbativa de *dokéō* é semelhante à do verbo latino *doceō* (causativo, “fazer aprender, ensinar”). Para Chantraine (1966, p. 291): “[...] sentidos diversos de *δοκάω*, *δοκέω*, etc. ‘esperar, admitir, crer’ e por um ponto de vista inverso ‘ser admitido, parecer’ ao falar de objeto, mas a situação é, com efeito, simétrica; finalmente os desenvolvimentos que exprimem as noções de reputação e glória podem reportar a um sentido único, geral e preciso que se encontra igualmente em *δέχομαι/δέκομαι*, lat. *decet*, etc.: é a noção de adaptação, de adequação, de conformidade àquilo que convém” ([...] *Sens divers de *δοκάω*, *δοκέω*, etc., “attendre, admettre, croire” et par un point de vue inverse “être admis, paraître” en parlant de l’objet, mais la situation est en fait symétrique; finalement les développements exprimant les notions de réputation et gloire peuvent se ramener à un sens unique, général et précis qui se retrouve également dans *δέχομαι/δέκομαι*,*

habebit.

2. De septem liberalibus artibus

1. Disciplinae liberalium artium septem sunt. Prima grammatica, id est loquendi peritia. Secunda rhetorica, quae propter nitorem et copiam eloquentiae suae maxime in civilibus quaestionibus necessaria existimatur. Tertia dialectica

2. Das sete disciplinas liberais

1. São sete as disciplinas das *artes liberais*⁹. A primeira delas é a gramática, isto é, a perícia no falar. A segunda é a retórica que, por causa do esmero e da abundância de sua eloquência, julga-se necessária, sobretudo, nas questões

lat. decet, etc.: c'est la notion d'adaptation, d'adéquation, de conformité il à ce qui convient). Portanto, nesse quadro, *dóxa* poderia significar tanto a “expectativa, opinião” que se tem de algo como a “reputação” de que alguém dispõe. É no vocabulário platônico que *dóxa* opõe-se a *epistémē*. *Tékhne*, por sua vez, tem os sentidos principais de “*savoir-faire*, perícia, ofício, técnica, arte”; é o conhecimento derivado da experiência; opõe-se, em Platão, por vezes a *phýsis* (φύσις) e a *epistémē*, parecendo constituir um meio termo entre o que é próprio da natureza, da técnica (que é o fazer segundo a natureza, por derivar do conhecimento empírico dela) e do conhecimento abstrato, a *epistémē*. A confusão entre os dois termos, *tékhne* e *epistémē* deriva do fato de que a primeira pode ser entendida como uma perícia em conhecer certas coisas, uma habilidade em distinguir, tal como era o caso da adivinhação antiga, considerada uma *tékhne*. Ademais, confundem-se, também, pela relação que estabelecem entre si, sendo, muitas vezes, a *tékhne* o caminho necessário a *epistémē*. Primitivamente, significando “construir, fabricar”, a raiz tem equivalente em latim no verbo *texō* (“tecer”). Em latim, tentou-se manter a distinção – a qual, mesmo em grego, podia-se confundir – através das palavras *scientia*, *ars* e *opinio*. Embora Lausberg (1999, p. 62) apresente a *disciplina* como uma das etapas do aprendizado de uma *ars* e não obstante o fato de que, noutros momentos da própria obra de Isidoro, tal idéia também exista, o que se pode ver neste capítulo inaugural das *Etimologias*, é que *disciplina* faz as vezes de *scientia*, entendida como oposta a *ars*. Há várias passagens do livro do *Eclesiástico* (ou *Sirácida*), reunido entre os livros que fizeram parte da *Vulgata*, em que se constata uma correspondência sistemática de tradução de *epistémē* não para *scientia*, mas para *disciplina*. (Cf. *Eclo.* 10,28; 10,33; 16,24; 17,9; 19,19; 26,17; 33,11; 38,3; 39,10; 40,31; 45,6; 50,29).

⁹ “As *artes liberais* sublinham com o adjetivo *liberalis* a camada social a que estavam destinadas: são um caudal cultural e um programa educativo dos cidadãos livres e por isso se chamam também τέχναι ἐγκύκλιοι. E nota-se que a palavra ἐγκύκλιος ‘(carga) em cujo desempenho se revezam os cidadãos livres pelo sistema de rotação e que não requerem uma formação especializada; corrente, cotidiano’ alude ao caráter comum, obrigatório e elementar (não especializado nem profissional) dessas *artes*. Enquanto programa cultural e educativo, as τέχναι ἐγκύκλιοι encontram-se resumidas na ἐγκύκλιος παιδεία [...]” (*Las artes liberales subrayan con el adjetivo liberalis la capa social a la que estaban destinadas: son un caudal cultural y un programa educativo de los ciudadanos libres y por eso se llaman también τέχναι ἐγκύκλιοι. Y nótese que la palabra ἐγκύκλιος “(carga) en cuyo desempeño se turnan los ciudadanos libres por el sistema de rotación y que no requieren una formación especializada; corriente, cotidiano” alude al carácter común, obligado y elemental (no especializado ni profesional) de estas artes. En cuanto programa cultural y educativo las τέχναι ἐγκύκλιοι quedan resumidas en la ἐγκύκλιος παιδεία [...]*; LAUSBERG, 1999, p. 70-71).

cognomento logica, quae disputationibus subtilissimis vera secernit a falsis. 2. Quarta arithmetica, quae continet numerorum causas et divisiones. Quinta musica, quae in carminibus cantibusque consistit. 3. Sexta geometria, quae

cíveis. Terceira, a dialética, cognominada lógica¹⁰, a qual, através das mais sutis discussões, separa o verdadeiro do falso¹¹. 2. Quarta, a aritmética, que abrange as divisões e os fundamentos dos números¹². Quinta é a música, que abrange poemas e cantos¹³. 3. Sexta, a

¹⁰ Provável associação estoíca entre dialética e lógica (cf. BARATIN, 1989, p. 192-3).

¹¹ Além do capítulo 23 do livro II das Etimologias, Isidoro também escreve sobre a diferença entre a Dialética e a Retórica em seu *Differentiae*: “Dialética é o método ou a regra do debate, aguçando a compreensão da mente e distinguindo o verdadeiro do falso. Retórica é o método do dizer, a ciência do jurisconsulto, que os oradores seguem. Com essa, como se diz, assim como se arma o ferro com veneno, a sentença como eloquência” (*Dialectica est ratio sive regula disputandi, intellectum mentis acuens, veraque a falsis distinguens. Rhetorica est ratio dicendi, jurisperitorum scientia, quam oratores sequuntur. Hac, ut quidam ait sicut ferrum veneno, sententia armatur eloquio*; *Diff. II, 39, 153 apud PL, v. 83, col. 94b-94c*).

¹² Sobre a aritmética, cf. também: “Pois a aritmética é a designação pela qual se abrange o conjunto ou a ordem de todos os números” (*Arithmetica namque est definitio per quam numerorum omnium ratio vel ordo consistit*; *Diff. II, 39, 151 apud PL, v. 83, col. 94a*); “a Aritmética é a disciplina das quantidades numéricas consideradas em si mesmas” (*Arithmetica est disciplina quantitatis numerabilis secundum se*; *Orig. II, 24, 15 = III, 1, 1*).

¹³ Das sete artes liberais, a música é tida como a única cuja origem se deu entre os hebreus. “Matusalém, com 167 anos, gerou Lamec. Nessa geração nasceram os gigantes. Também nessa época Jubal, da estirpe de Caim, descobriu a arte musical [...]” (*Mathusalem, annorum CLXVII, genuit Lamech. Hac generatione gigantes nati sunt. Hac quoque aetate Iubal ex genere Cain artem musicam reperit, [...]*; *Isid. Chron. apud PL, v. 83, col. 1020a-1020b*). Isidoro refere-se a *Gn. 4,2*: “O nome de seu irmão era Jubal: ele foi o pai de todos os que tocam lira e charamela” (*BJ, 2002, p. 40*). Nas *Etimologias*, Isidoro volta a comentar a origem da música, tratando tanto da “coisa” (*res*) quanto da “palavra” (*uerbum*): “Música é a perícia da modulação da voz, abrangendo som e canto. E é dita ‘música’, por derivação (grifo nosso), a partir de ‘musa’. Por outro lado, ‘musas’ são denominadas a partir de *másai* (μάσαι), isto é, ‘procurar’, uma vez que, através delas, como os antigos quiseram, procurava-se a força dos poemas e a modulação da voz” (*Musica est peritia modulationis sono cantuque consistens. Et dicta Musica per derivationem a Musis. Musae autem appellatae ἀπὸ τοῦ μάσαι, id est a quaerendo, quod per eas, sicut antiqui voluerunt, vis carminum et vocis modulatio quaeretur*; *Orig. III, 15, 1*); “Moisés disse que o inventor da arte da música foi Tubal, que foi da estirpe de Caim antes do dilúvio. Por outro lado, os gregos dizem que Pitágoras descobriu os fundamentos dessa arte a partir do som dos martelos e da extensão completa das cordas” (*Moyses dicit repertorem musicae artis fuisse Tubal, qui fuit de stirpe Cain ante diluuium. Graeci vero Pythagoram dicunt huius artis invenisse primordia ex malleorum sonitu et cordarum extensione percussa*; *Orig. III, 16, 1*). Nesses dois excertos, fica clara a presença de uma “semântica de mundo” subjacente ao discurso, pois Isidoro não diz de modo algum que a música, única das artes existentes encontrada entre os hebreus, se originou das musas, mas sim afirma que apenas seu vocábulo, por derivação, ou seja, por meio de um fenômeno eminentemente relacionado à língua, provém delas. Além dessas questões, a importância da música na liturgia era central, uma vez que as leituras públicas da *Bíblia* nas igrejas requeriam certos conhecimentos musicais. Mais sobre a música, cf. também: *Diff. II, 39, 151 apud PL, v. 83, col. 94b*; *Orig. III, 1, 1*; *Orig. III, 17, 1-3*; *Orig. III, 18, 1-2* e *Quaest. in V. T., in Regum primum, 9,3 apud PL, v. 83, col. 399a-399b*.

mensuras terrae dimensionesque geometria, que envolve as medidas e conplectitur. Septima astronomia, quae dimensiones da terra¹⁴. A sétima é a astronomia¹⁵, que abrange a lei dos astros¹⁶.

¹⁴ Etimologizada em *Orig.* III, 10, 3: “Mas já que esta disciplina começou a partir da medição da terra, desde seu próprio início também o seu nome se preservou. Com efeito, ‘geometria’ foi nomeada a partir de ‘terra’ e de ‘medida’. ‘Terra’, pois, em grego, chama-se *gê* (γῆ), ‘medida’, *métra* (μέτρα). A arte dessa disciplina abarca em si as linhas, os intervalos, as grandezas e as formas, além das medidas e dos números entre as figuras” (*Sed quia ex terrae dimensione haec disciplina coepit, ex initio sui et nomen servavit. Nam geometria de terra et de mensura nuncupata est. Terra enim Graece γῆ vocatur, μέτρα mensura. Huius disciplinae ars continet in se lineamenta, intervalla, magnitudines et figuras, et in figuris dimensiones et numeros*). Cf. também: *Diff.* II, 151 *apud PL*, v. 83, col. 94a; *Orig.* II, 24, 15.

¹⁵ Já diferenciada, a essa época, da *astrologia*. O problema da possível influência dos astros na vida humana era tema caríssimo para os cristãos e para o conceito de *livre arbítrio*. Para ver um exemplo disso, basta conferir os comentários de Orígenes de Alexandria, importante exegeta cristão, à passagem de *Gênesis* referente à criação dos astros por Deus (cf. TRIGG, 1998, p. 86-102).

¹⁶ Encontra-se uma outra definição resumida da utilidade de cada uma das sete artes liberais quando Isidoro “aconselha” os médicos sobre a importância delas (*Orig.* IV, 13): “Alguns perguntam por que a arte da medicina não está contida entre as demais disciplinas liberais. A razão é que aquelas abarcam causas particulares, esta, por outro lado, o conjunto daquelas. Com efeito, também a Gramática o médico deve conhecer, a fim de poder compreender ou expor aquilo que lê. Similarmente, também deve conhecer a Retórica, para ser capaz de definir com argumentos verdadeiros aquilo de que trata. Ademais, também a Dialética por causa da perscrutação e do tratamento das causas das enfermidades por meio da aplicação dum método. Assim também a Aritmética, por causa do cálculo das horas entre os acessos de febre e os períodos dos dias (em que aconteceram). Também de jeito nenhum (pode prescindir) da Geometria por causa das qualidades das regiões e das situações dos locais, dentre os quais deve ensinar sobre aquele para o qual convém que cada um preste atenção. Logo, a Música não lhe será incógnita, pois muitas são as reações manifestadas nas pessoas doentes que são lidas por meio dessa disciplina; assim se lê a respeito de Davi, o qual livrou, com a arte da modulação da voz, Saul de um espírito impuro. Também o médico Asclépiades devolveu, por meio de uma sinfonia, um certo frenético à sua antiga sanidade. Por último, haverá de ter a Astronomia por conhecida, pela qual se contempla a lógica dos astros e a mudança dos tempos. Com efeito, assim diz alguém dos médicos, uma vez que pelos estados daqueles (astros) também nossos corpos se alteram completamente. Daí por que a medicina ser chamada de segunda filosofia. Com efeito, ambas disciplinas reivindicam para si o todo do ser humano. Pois, assim como, por aquela, se cuida da alma, por esta, do corpo” (*Quaeritur a quibusdam quare inter ceteras liberales disciplinas Medicinae ars non contineatur. Propterea, quia illae singulares continent causas, ista vero omnium. Nam et Grammaticam medicus scire debet, ut intellegere vel exponere possit quae legit. Similiter et Rhetoricam, ut veracibus argumentis valeat definire quae tractat. Necnon et Dialecticam propter infirmitatum causas ratione adhibita perscrutandas atque curandas. Sic et Arithmetica propter numerum horarum in accessionibus et periodis dierum. Non aliter et Geometriam propter qualitates regionum et locorum situs, in quibus doceat quid quisque observare oporteat. Porro Musica incognita illi non erit, nam multa sunt quae in aegris hominibus per hanc disciplinam facta leguntur; sicut de David legitur, qui ab spiritu immundo Saulem arte modulationis eripuit. Asclepiades quoque medicus phreneticum quendam per symphoniam pristinae sanitati restituit. Postremo et Astronomiam notam habebit, per quam contempletur rationem astrorum et mutationem temporum. Nam sicut ait quidam medicorum, cum ipsorum qualitatibus et nostra corpora commutantur. Hinc est quod Medicina secunda Philosophia dicitur. Vtraque enim disciplina totum hominem sibi vindicat. Nam sicut per illam anima, ita per hanc corpus curatur*).

3. De litteris communibus

1. Primordia grammaticae artis litterae communes existunt, quas librarii et calculatores sequuntur. Quarum disciplina velut quaedam grammaticae artis infantia est; unde et eam Varro litterationem vocat. Litterae autem sunt indices rerum, signa verborum, quibus tanta vis est, ut nobis dicta absentium

3. Das letras comuns

1. Os fundamentos da arte gramatical são as *letras comuns*, as quais seguem professores elementares e mestres de contas¹⁷. O aprendizado delas é como que uma infância da arte gramatical; donde também a chama Varrão¹⁸ *litteratio*¹⁹ (“letramento”). As letras, porém, são índices das coisas, sinais das palavras, e elas têm tamanha potência que nos relatam os dizeres dos ausentes sem sua voz²⁰. [Com efeito, as palavras

¹⁷ *Librārius*, -ī: “escriba, copista, secretário” (*A scribe, copyist, secretary*; OLD, 1968, p. 1027); *calculātor*, -is: “pessoa versada em ou mestre de aritmética” (A person versed in, or teacher of, arithmetic; OLD, 1968, p. 257).

¹⁸ Marcos Terêncio Varrão (*Marcus Terentius Varro*, 116-27 a.C.), também conhecido como Varrão de Reate ou Reatino (*Varro Reatinus*), importante polímata romano, descrito por Quintiliano (*Marcus Fabius Quintilianus*, c. 35- c. 95 d.C.) como o *uir Romanorum eruditissimus* (“homem mais erudito dos romanos”) (cf. *Inst. Or.* X, 1, 95) e por Agostinho de Hipona (*Aurelius Augustinus*, 354-430 d.C.), séculos depois, como (*homo acutissimus et sine ulla dubitatione doctissimus* (“pessoa argutíssima e sem nenhuma dúvida doutíssima”) (cf. *Civ.* VI, 6). Dentre suas obras supérstites estão: *De lingua Latina* (restam apenas cinco dos 25 livros escritos) e *De re rustica* (cf. COLOMBAT, 1998, p. 35-38). Dentre os livros do *De lingua Latina* que chegaram até nós, destacam-se as seções sobre etimologia, cujas contribuições são assaz freqüentes na obra isidoriana. Dentre essas contribuições, destaca-se o “léxico etimológico” de Varrão que, na opinião de Amsler, consolida dois ramos da etimologia, os quais também orientavam a *ars grammatica*, ou seja, a parte “técnica” e a “exegética”. “[...] No discurso exegético, a construção *quod* freqüentemente assinala a inserção do não-verbal dentro do sistema da língua como fundamento para o sentido lingüístico. Tal explanação [...] formaliza o uso da realidade extra-verbal para justificar as derivações lingüísticas. Fórmulas tais quais *quod*, *ab eo... quod* e *quia* são os procedimentos discursivos através dos quais a gramática exegética se faz aceitável como uma explicação coerente. Como tal, eles são também os *loci* de qualquer questionamento à aceitabilidade dessa explicação” ([...] *In exegetical discourse, the quod construction usually signals the insertion of the nonverbal into the system of language as a ground for the linguistic meaning. Such explanatory constructions [...] formalize the use of extraverbal reality to justify linguistic derivations. Formulae such as quod, ab eo ... quod, and quia are the discursive procedures by which exegetical grammar is rendered acceptable as a coherent account. As such, they are also the loci of any challenge to the acceptability of that account*; AMSLER, 1989, p. 28).

¹⁹ Possivelmente um *hapax legomenon* (não encontrado no OLD), uma vez que a perda de grande parte da obra varroniana não permite saber se o termo foi usado alhures, tal como conservado aqui nas *Etimologias*.

²⁰ Passagem característica da “admiração” romana diante das letras, graças, sobretudo, à sua função de *signa uerborum* que garante acesso aos *dicta absentium*. Está claro também nesta passagem que, para os autores antigos, em geral (ao menos, aqueles a cujos escritos temos acesso), havia diferença entre “som” e “letra”, ou seja, entre a idéia de que existe uma “cadeia falada”, os *dicta*, e os *signa* criados para tentar representá-la.

sine voce loquantur. [Verba enim per oculos, non per aures, introducunt.] 2. Vsus litterarum repertus est propter memoriam rerum. Nam ne oblivione fugiant, litteris alligantur. In tanta enim rerum varietate nec disci audiendo poterant omnia, nec memoria contineri. 3. Litterae autem dictae quasi legiterae, quod iter legentibus praestent, vel quod in legendo iterentur. 4. Litterae Latinae et

introduzem-se pelos olhos, não pelos ouvidos²¹.] 2. O emprego das letras foi inventado para se lembrar das coisas. Pois, a fim de que não fujam com o esquecimento, são fixadas pelas letras²². Na tamanha variedade de coisas, nem tudo podia ser aprendido de ouvido nem ser retido pela memória²³. 3. São chamadas *litterae* (“letras”), (mas, na verdade, são) como que *legiterae*²⁴, pois mostram aos leitores o *iter* (“caminho”) ou porque *ilerentur* (“são reiteradas”) quando se lê. 4. As letras latinas e gregas

Duas asserções corroboram esse raciocínio: i) como Isidoro mostrará na seqüência do texto, as letras foram “inventadas”, “criadas”, isto é, pertencem a um momento posterior à existência da língua; ii) a própria existência da dicotomia *signa/uerba* (ou *dicta*) pode-se considerar um truismo, na medida em que deixa clara a dissociação entre essas duas “instâncias”, uma vez que põe, dum lado, os *signa*, marcas que representam algo, e de outro, as *uerba*, as quais, embora também possam servir para representar algo (as *res*), por si só, têm uma determinada concretude (por exemplo, sua *uox*) não totalmente recuperável pelos *signa*. Poder-se-ia pensar que, de uma outra forma, essa relação lembra a problemática platônica da “representação” vs. “realidade”, cuja síntese mais exemplar encontra-se no famoso “mito da caverna” presente no livro VII da *República*. Os *signa* são como as sombras projetadas na parede da caverna, enquanto as *res* as próprias “coisas” que têm as sombras projetadas. No entanto, entre os dois, como que sendo uma penumbra, estariam as *uerba*. Portanto, a “confusão” atribuída aos antigos é aparente, na medida em que se deve aos empregos “alargados” da palavra *littera*, a qual servia, muitas vezes, para tratar tanto da realização de unidade mínimas na cadeia falada como dos *signa* que a representam (cf. DESBORDES, 1995, p. 9 *et seq.*).

²¹ Comentário que poderia desautorizar a nota anterior; no entanto, a referência direciona-se, justamente, aos *dicta absentium*, os quais, à época, poderiam ser assimilados principalmente por meio da escrita, o signo gráfico. Trata-se, portanto, de um fenômeno visual.

²² “[...] No modelo de Isidoro, a escrita é um sistema ou arquivo da memória, um sistema de contínuo adiamento, que torna a experiência ausente ou passada presente, e através de sua habilidade em tornar presente aquilo que era conhecido nas profundezas de um passado, ela preserva seu conhecimento original para um entendimento presente. Uma vez que a etimologia de Isidoro o tem, as letras permitem a repetição de um discurso pelo leitor” ([...] *In Isidore's model, writing is a memory system or archive, a system of continuous deferral, which makes absent and past experience present, and through its ability to make present what was known in the deep past, it preserves original knowledge for present cognition. As Isidore's etymology has it, letters permit a repetition of discourse by the reader;* IRVINE, 1994, p. 214)

²³ As letras são ancilas da *memoria*. São os limites da memória auditiva que tornam desejável o aparecimento da escrita. *Littera* são como *monumenta*.

²⁴ “Como que” é tradução para *quasi*, de emprego bastante característico em conjecturas etimológicas. Aponta para uma associação semântica desejável, em que as formas do significante gráfico não permitam tão rápida afinidade. É mais conjectural que as fórmulas elencadas na nota 11.

Graecae ab Hebraeis videntur exortae. Apud illos enim prius dictum est aleph, deinde ex simili enuntiatione apud Graecos tractum est alpha, inde apud Latinos A. Translator enim ex simili sono alterius linguae litteram condidit, ut nosse possimus linguam Hebraicam omnium linguarum et litterarum esse matrem. Sed Hebraei viginti duo elementa litterarum secundum Veteris Testamenti libros utuntur; Graeci vero viginti quattuor. Latini enim inter utramque linguam progredientes vigintia elementa habent. 5. Hebraeorum litteras a Lege coepisse per Moysen: Syrorum autem et Chaldaeorum per

parecem nascidas dos hebreus. Entre estes, com efeito, a primeira letra chama-se *alef*²⁵; depois, de semelhante pronúncia, derivou-se, entre os gregos, o *alfa*, daí entre os latinos *a*. O autor desse translado, com efeito, cunhou a letra a partir do som similar da outra língua, para que nos pudéssemos dar conta de que a língua hebraica é a mãe de todas as línguas e letras. Mas os hebreus usam vinte e duas letras²⁶, segundo os livros do Velho Testamento; os gregos, por outro lado, vinte e quatro. Os latinos, pois, caminhando entre as línguas, têm vinte e três²⁷. 5. Sabe-se que as letras dos hebreus tiveram início a partir da Lei, por obra de Moisés; as dos sírios, porém, e as dos caldeus, por obra de Abraão. Onde concordam com as letras hebraicas tanto

²⁵ א, letra do alfabeto hebraico, cujo nome *álef* (אָלֶף, [ˈɔːləf], no período mixnaico) não é atestado nos textos bíblicos. “A ordem e os nomes do abecedário fenício foram conservados pelo alfabeto hebraico. A opinião longamente admitida é que esses nomes derivam da forma dos objetos representados originalmente pelos sinais. Em alguns casos, por exemplo o do *álef* [*sic*], que parece reproduzir uma cabeça de boi, ou o do *áin* [*sic*], cuja forma lembra a de um olho, o desenho corresponde ao nome da letra. Mas se, como geralmente se pensa agora, os fenícios criaram arbitrariamente seu sistema gráfico ou o elaboraram inspirando-se livremente em todas as fontes, essas denominações são provavelmente apenas designações ulteriores, vinculando-se mais ou menos vagamente às formas inventadas” (HIGOUNET, 2004, p. 68-69). O grafema fenício “clássico” de que fala Higounet é א (ibid., p. 67).

²⁶ *Elementa litterarum* no texto latino. Acerca do termo *elementum/elementa*, ver Desbordes (1995, p. 112-116).

²⁷ Já muito antes do período em que escreve Isidoro, as letras e a seqüência em cada escrita já se haviam fixado: 22 hebraicas א, ב, ג, ד, ה, ו, ז, ח, ט, י, כ, ל, מ, נ, ס, ע, פ, צ, ק, ר, ש, ת; 24 gregas Α, Β, Γ, Δ, Ε, Ζ, Η, Θ, Ι, Κ, Λ, Μ, Ν, Ξ, Ο, Π, Ρ, Σ, Τ, Υ, Φ, Χ, Ψ, Ω; 23 latinas Α, Β, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Y, Z.

Abraham. Vnde cum Hebraeis et numero et sono concordant, solis characteribus discrepant. Aegyptiorum litteras Isis regina, Inachis filia, de Graecia veniens in Aegyptum, reperit et Aegyptiis

em número quanto em som, discrepam somente em sua grafia. A rainha Ísis²⁸, filha de Ínaco²⁹, vindo da Grécia ao Egito, veio a conhecer as letras dos egípcios e trouxe-as à Grécia. Diz-se que, entre os egípcios, porém, tinham os

²⁸ Trata-se, possivelmente, de Íó (Ιώ), associada desde muito cedo à deusa egípcia Ísis. Cf. Smith (1867, v. 2, p. 575-6): “As tradições ao redor dessa heroína são tão múltiplas que é impossível dar-lhes qualquer visão geral sem algumas classificações. [...] Ela é comumente descrita como filha de Ínaco, o fundador do culto a Hera em Argos; por alguns outros, é descrita como filha de Jaso ou Peiren. Zeus apaixonou-se por Io, mas em razão do ciúme de Hera, ele a transformou numa vaca branca. Hera, por causa disso, requereu e obteve a vaca de Zeus e colocou-a sob os cuidados de Argos Panoptes, que a amarrou a uma oliveira no bosque de Hera em Micena. Mas Hermes foi encarregado por Zeus para libertar Io e tomá-la como recompensa. Hermes, sendo guiado por um pássaro, que era o próprio Zeus, trucidou Argos com uma pedra. Hera, então, envia um moscardo que atormenta Io e persegue-a por toda a terra até ela, finalmente, encontrar sossego nas margens do Nilo. Essa é a história comum que parece ser muito antiga, uma vez que Homero constantemente aplica o epíteto de Argifonte (o trucidador de Argos) a Hermes. [...] Mais tarde, foi dito que Io esteve em Jopa e na Etiópia, juntamente com Perseu e Medusa; mas foram especialmente os gregos residentes no Egito quem sustentava que Io tinha estado no Egito, onde se dizia que ela havia dado à luz a Épafô e introduzido o culto de Ísis, enquanto Épafô tornou-se o fundador de uma família da qual floresceu Dânaos, que, na seqüência, retornou a Argos. Essa parte da história parece emergir a partir de certa semelhança de noções religiosas, que, mais tarde, fizeram mesmo surgir a identificação de Io e Ísis. Heródoto conta-nos que Ísis era representada como a grega Io, na forma de uma mulher com chifres de vaca” (*The traditions about this heroine are so manifold, that it is impossible to give any general view of them without some classification [...]. She is commonly described as a daughter of Inachus, the founder of the worship of Hera at Argos, and by others as a daughter of Jasus or Peiren. Zeus loved Io, but on account of Hera's jealousy, he metamorphosed her into a white cow. Hera thereupon asked and obtained the cow from Zeus, and placed her under the care of Argus Panoptes, tied her to an olive tree in the grove of Hera at Mycenae. But Hermes was commissioned by Zeus to deliver Io, and carry her off. Hermes being guided by a bird, who was Zeus himself, slew Argus with a stone. Hera then sent a gad-fly, which tormented Io, and persecuted her through the whole earth, until at length she found rest on the banks of the Nile. This is the common story, which appears to be very ancient, since Homer constantly applies the epithet of Argeiphontes (the slayer of Argus) to Hermes. [...] Io was further said to have been at Joppa and in Aethiopia, together with Perseus and Medusa; but it was more especially the Greeks residing in Egypt, who maintained that Io had been in Egypt, where she was said to have given birth to Epaphus, and to have introduced the worship of Isis, while Epaphus became the founder of a family from which sprang Danaus, who subsequently returned to Argos. This part of the story seems to have arisen from certain resemblances of religious notions, which subsequently even gave rise to the identification of Io and Isis. Herodotus tells us that Isis was represented like the Greek Io, in the form of a woman, with cows' horns).*

²⁹ Ínakhos (Ἰναχός), “[...] um deus-rio e rei de Argos é descrito como filho do Oceano e de Tétis. [...] Ínaco é o mais antigo deus ou herói de Argos. Conta-se que o rio Ínaco recebeu seu nome do fato de o próprio Ínaco ter mergulhado nele no momento em que Zeus, enfurecido com as censuras que Ínaco fez em razão do tratamento de Io, mandou uma das fúrias persegui-lo” (*[...] Inachus is the most ancient god or hero of Argos. The river Inachus is said to have received its name from the fact of Inachus throwing himself into it, at the time when Zeus, enraged at the reproaches which Inachus made on account of the treatment of Io, sent a fury to pursue him; SMITH, op. cit., v. 2, p. 571).*

tradidit. Apud Aegyptios autem alias habuisse litteras sacerdotes, alias vulgus; sacerdotales ἱεράς, πανδήμους vulgares. Graecarum litterarum usum primi Phoenices invenerunt; unde et Lucanus:

*Phoenices primi, famae si creditur, ausi
mansuram rudibus vocem signare liguris.*

sacerdotes as letras de um jeito, o vulgo de outro; as sacerdotais *hieràs* (ἱεράς), as vulgares *pandémous* (πανδήμους). Os fenícios inventaram primeiro o uso das letras dos gregos; donde também diz Lucano³⁰ (*Fars.* 3,220):

O Fenício foi quem primeiro ousou – é fama – registrar duradouros sons em rudes símbolos³¹.

6. Hinc est quod et Phoeniceo colore

6. Daqui é que as letras capitais dos

³⁰ Marco Aneo Lucano (*Marcus Annaeus Lucanus*, 39-65 d.C.), nascido em *Corduba* (atual Córdoba), na *Hispania Baetica*. “[...] Seu pai, Marco Aneo Mela foi membro da elite (um cavaleiro, *eques*) e sua família rica e eminente: Sêneca, o velho, o retórico e historiador, era seu avô; Sêneca, o jovem, o filósofo, dramaturgo e tutor do imperador Nero, era seu tio; e Gálio, cônsul e procônsul da Acaia, foi outro tio dele. [...] Antes de Lucano ter atingido a idade de um ano, seu pai mudou-se para Roma. Conseqüentemente, Lucano recebeu uma educação típica dos ares da elite na Capital. [...] É também muito provável que Lucano tenha estudado filosofia estóica sob a supervisão de Cornuto, um liberto de Sêneca. Cornuto foi também mentor de Pérsio, poeta satírico apenas cinco anos mais velho que Lucano” ([...] *His father, Marcus Annaeus Mela was a member of the élite (a knight, eques) and his family wealthy and eminent: Seneca the Elder, the rhetorician and historian, was his grandfather; Seneca the Younger, the philosopher, dramatist, and tutor to the emperor Nero, was his uncle. [...] Before Lucan had reached the age of 1, his father moved to Rom. Consequently, Lucan received an education typical of the sons of the élite in the capital city. [...] It is also very probable that Lucan studied Stoic philosophy under Cornutus, a freedman of Seneca; Cornutus was also the mentor of Persius, a satiric poet only five years older than Lucan; LUCAN, 1999, p. xiii*). É tido com grande estima por Nero, recebendo, inclusive, os títulos de questor e áugure. No entanto, “[...] seja por razões pessoais ou políticas de ordem mais geral, parece que, em 64, Nero baniu Lucano do direito de recitar publicamente seus poemas e de advogar nos tribunais [...]. Certamente não é surpreendente que no início de 65 Lucano tenha se unido à conspiração de Calpúrnio Pisão para derrubar Nero [...]. O complô descoberto, os conspiradores foram forçados por Nero a escolher entre cometer suicídio ou serem executados. Lucano escolheu o caminho do suicídio, em abril de 65, aos vinte e cinco anos. [...] Lucano floresceu num clima literário estimulante promovido por Nero. [...] De fato, ele foi extremamente prolífico, segundo as evidências a partir das fontes” (*Whether for personal or for broader political reasons, it seems that in 64 Nero banned Lucan from public recitation of his poetry and from advocacy in the law-courts. [...] It is hardly surprising that early in 65 Lucan joined Calpurnius Piso's 'conspiracy' to overthrow Nero [...]. On the discovery of the plot, the conspirators were forced by Nero to commit suicide or be put to death. Lucan chose the course of suicide, in April 65, aged 25. [...] Lucan flourished in the stimulating literary climate promoted by Nero. [...] In fact, he was exceedingly prolific, according to the evidence of our sources; ibid., p. xiv, xvi*). É autor das *Farsalia* (*Guerra Civil*), obra acerca da guerra entre Júlio César e Pompeu.

³¹ Tradução de Vieira (2007, p. 232). A não ser que indiquemos o contrário, como neste caso, as traduções de passagens referentes a outros autores (exceto da *Eneida* de Virgílio, veja nota 167) citadas, aqui, nas *Etimologias*, são de nossa autoria.

librorum capita scribuntur, quia ab ipsis litterae initium habuerunt. Cadmus Agenoris filius Graecas litteras a livros são escritos em cor fenícia (ou seja, vermelho), já que tiveram as letras início a partir deles mesmos. Cadmo³², filho de Agenor³³, foi o primeiro que

³² Cadmo [*Cádmōs* (Κάδμος)], “[...] um filho de Agenor e Teléfassa, irmão de Europa, Fênix e Cílix. Quando Europa foi levada para Creta por Zeus, Agenor ordenou que seus filhos fossem à cata dela, proibindo-os de retornar sem ela. Teléfassa acompanhou seus filhos. Todas as buscas infrutíferas, Cadmo e Teléfassa estabeleceram-se na Trácia. Lá morreu Teléfassa e Cadmo, depois de enterrá-la, foi a Delfos para consultar o oráculo a respeito de sua irmã. O deus ordenou que ele se abstinisse de futuras buscas e que seguisse um certo tipo de vaca e construísse uma cidade no lugar em que a vaca sucumbisse de cansaço. Cadmo achou a vaca descrita pelo oráculo em Fócida entre o rebanho de Pélagon, e, seguindo-a até a Beócia, onde ela sucumbiu, nesse mesmo lugar, construiu Tebas com a acrópole, Cadméia. [...] No entanto, há vários pontos na história de Cadmo nos quais várias tradições apresentam diferenças consideráveis. Sustenta-se comumente que sua pátria natal fora a Fenícia, como em Apolodoro; mas ele é, às vezes, chamado tírio e, à vezes, sidônio. Outros consideram Cadmo como um nativo de Tebas no Egito e seu parentesco é modificado conforme a situação, por isso ele é também chamado de filho de Antiope, filha de Belo, ou de Argíope, filha de Nelo. Diz-se que introduziu, a partir da Fenícia ou do Egito, um alfabeto de dezesseis letras na Grécia e que foi o primeiro a trabalhar minas do monte Pangeão na Trácia. [...] O relato de sua partida de Tebas também não é o mesmo em todas as tradições; com efeito, alguns relatam que ele foi expulso por Anfíon e Zeto ou por Dioniso. [...] Segundo a opinião de Heródoto [...], Melampo aprendeu e recebeu o culto a Dioniso a partir de Cadmo, e outras tradições também apresentam Cadmo como o que cultua Dioniso. [...] O conjunto da história de Cadmo, com seus múltiplos embelezamentos poéticos, parece sugerir a imigração de uma colônia fenícia ou egípcia a Grécia, através da qual a civilização (o alfabeto, a arte de minar e o culto a Dioniso) vieram à pátria. Mas a opinião formada sobre isso depende da visão que temos da influência inicial da Fenícia e do Egito em geral sobre os albos da civilização grega” ([...] *a son of Agenor and Telephassa, and brother of Europa, Phoenix, and Cilix. When Europa was carried off by Zeus to Crete, Agenor sent out his sons in search of their sister, enjoining them not to return without her. Telephassa accompanied her sons. All researches being fruitless, Cadmus and Telephassa settled in Thrace. Here Telephassa died, and Cadmus, after burying her, went to Delphi to consult the oracle respecting his sister. The god commanded him to abstain from further seeking, and to follow a cow of a certain kind, and to build a town on the spot where the cow should sink down with fatigue. Cadmus found the cow described by the oracle in Phocis among the herds of Pelagon, and followed her into Boeotia, where she sank down on the spot on which Cadmus built Thebes, with the acropolis, Cadmea. [...] There are, however, many points in the story of Cadmus in which the various traditions present considerable differences. His native country is commonly stated to have been Phoenicia, as in Apollodorus; but he is sometimes called a Tyrian, and sometimes a Sidonian. Others regarded Cadmus as a native of Thebes in Egypt, and his parentage is modified accordingly; for he is also called a son of Antiope, the daughter of Belus, or of Argiope, the daughter of Neilus. He is said to have introduced into Greece from Phoenicia or Egypt an alphabet of sixteen letters, and to have been the first who worked the mines of mount Pangaeon in Thrace. [...] The account of his quitting Thebes also was not the same in all traditions; for some related, that he was expelled by Amphion and Zethus, or by Dionysus. [...] According to the opinion of Herodotus [...], Melampus learned and received the worship of Dionysus from Cadmus, and other traditions too represent Cadmus as worshipping Dionysus, [...]. The whole story of Cadmus, with its manifold poetical embellishments, seems to suggest the immigration of a Phoenician or Egyptian colony into Greece, by means of which civilisation (the alphabet, art of mining and the worship of Dionysus) came into the country. But the opinion formed on this point must depend upon the view we take of the early influence of Phoenicia and Egypt in general upon the early civilisation of Greece; SMITH, 1867, v. 1, p. 524).*

³³ Agenor [*Agénōr* (Ἀγήνωρ)], “[...] filho de Posídon e Líbia, rei da Fenícia, e irmão gêmeo de Belo. Desposou Teléfassa, com a qual se tornou pai de Cadmo, Fênix, Cílix, Taso, Fíneo e, segundo alguns,

Phoenice in Graeciam decem et septem	trouxe as dezessete letras gregas da
primus	Fenícia à Grécia:
A.B.Γ.Δ.E.Z.I.K.Λ.M.N.O.Π.P.C.T.Φ.	A.B.Γ.Δ.E.Z.I.K.Λ.M.N.O.Π.P.C.T.Φ.
His Palamedes Troiano bello tres adiecit	A estas, Palamedes ³⁴ , durante a guerra de
H.X.Ω. Post quem Simonides Melicus	Tróia, adicionou mais três: H.X.Ω.
	Depois dele, Simônides ³⁵ , o Mélico,

também de Europa”. (*A son of Poseidon and Libya, king of Phoenicia, and twin-brother of Belus. He married Telephassa, by whom he became the father of Cadmus, Phoenix, Cylis, Thasus, Phineus, and according to some of Europa also*; SMITH, *op. cit.*, v.1, p. 68).

³⁴ Palamedes [*Palamédēs* (Παλαμήδης)], “[...] filho de Náuplio e Climene, a filha de Atreu, e irmão de Éax. Associou-se aos gregos na expedição contra Tróia; mas Agamémnon, Diomedes e Ulisses, enciumados de sua fama, forçaram um preso frígio a escrever uma carta a Palamedes em nome de Príamo e então induziram, com suborno, o escravo de Palamedes a esconder a carta sob a cama de seu amo. Em consequência disso, acusaram Palamedes de traição; encontraram sua tenda e, como acharam a carta que os próprios haviam ditado, forçaram-no a ser apedrejado até a morte. [...] A história de Palamedes, que não é mencionada em Homero, parece ter sido relatada primeiro na Cípria, e foi, mais tarde, desenvolvida pelos poetas trágicos, especialmente Eurípides, e, por fim, pelos sofistas, que gostavam de mirar a Palamedes como um modelo. Os poetas trágicos e os sofistas descreviam-no como um sábio entre os gregos e como um poeta; diziam que ele inventara os faróis, medidas, escalas, o disco, o dado, o alfabeto e a arte de regular sentinelas” ([...] *a son of Nauplius and Clymene, the daughter of Atreus, and brother of Oeax. He joined the Greeks in their expedition against Troy; but Agamemnon, Diomedes, and Odysseus, envious of his fame, caused a captive Phrygian to write to Palamedes a letter in the name of Priam, and then induced a servant of Palamedes by bribes to conceal the letter under his master’s bed. Hereupon they accused Palamedes of treachery; they searched his tent, and as they found the letter which they themselves had dictated, they caused him to be stoned to death. [...] The story of Palamedes, which is not mentioned by Homer, seems to have been first related in the Cypria, and was afterwards developed by the tragic poets, especially Euripides, and lastly by the sophists, who liked to look upon Palamedes as their pattern. The tragic poets and sophists describe him as a sage among the Greeks, and as a poet; and he is said to have invented light-houses, measures, scales, discus, dice, the alphabet, and the art of regulating sentinels*; *ibid.*, v. 3, p. 92). Não se deve confundi-lo com Palamedes, um gramático grego contemporâneo de Ateneu, em cuja obra é um dos personagens. (Cf. SMITH, *op. cit.*, v. 3, p. 93).

³⁵ Simônides de Ceos [*Simōnidēs* (Σιμωνίδης)] (c. 556-468 a.C.), “[...] um dos mais celebrados poetas líricos da Grécia, foi o aperfeiçoador da elegia e do epigrama, e rival de Laso e Píndaro no ditirambo e na ode epinícia” ([...] *one of the most celebrated lyric poets of Greece, was the perfecter of the Elegy and Epigram, and the rival of Lasus and Pindar in the Dithyramb and the Epinician Ode*; *ibid.*, v. 3, p. 833). “O modelo clássico da louvação grega carregou a marca de Simônides desde os seus primeiros inícios, pois, entre os antigos, atribuiu-se a esse poeta o pioneirismo de um gênero particular de poesia, o epinício ou ode epinícia. O epinício era um canto de louvor recitado em honra de um vencedor nos jogos atléticos. [...] Embora apenas alguns fragmentos da produção epinícia tenham sobrevivido, a reputação e a autoridade de Simônides na tradição clássica parece ter advindo especialmente da sua associação com esse gênero. Temos notícias de epinícios de Simônides que fazem homenagens aos vencedores de corridas, combates, pugnas, pentatlos, corridas de charrete e de mulas [...]. Ademais, a invenção do epinício era parte de um contexto maior pelo qual a tradição também sustentava ser Simônides o responsável: a profissionalização da arte poética na Grécia. Simônides foi o primeiro poeta a demandar pagamento pela composição poética e a se sustentar dessas transações. [...] Simônides tinha o apelido de ‘avarento’ (κίμβιξ) na tradição anedótica tardia e já se torna notório por sua pão-durice em meados do século V a.C.” (*The classical shape of Greek praise bore*

*Simonides' imprint from its first beginnings, for this poet was credited by antiquity with having pioneered that uniquely Greek genre of poetry the epinikion or epinician ode. The epinikion was a song of praise sung to honor a victor in the athletic games. [...] Although only fragments of his epinician output remain, Simonides' reputation and authority in the classical tradition seem to have derived importantly from his association with this genre. We know of Simonidean epinikia honoring winners in sprinting, wrestling, boxing, pentathlon, chariot racing, and mule racing; [...]. Moreover, the invention of epinikion was part of a larger event for which tradition also holds Simonides responsible: the professionalization of the art of poetry in Greece. Simonides was the first ancient poet to demand a fee for poetic composition and to make his living from these transactions. [...] Simonides has the nickname "skinflint" (κίμβιξ) in the later anecdotal tradition and is already notorious for pennypinching by the mid-fifth century; CARSON, 1992, p. 113-4). No entanto, há outro autor de nome Simônides cujas referências desde a Antigüidade convivem com as do homônimo de Ceos: "Pesquisadores modernos fazem grande confusão assim como os gramáticos antigos entre Simônides de Amorgos e seu xará mais conhecido de Ceos. A única regra segura para distingui-lo é atribuir todos os fragmentos iâmbicos e satíricos ao primeiro e os líricos ao segundo, exceto alguns poucos que talvez pertençam a um mais jovem Simônides de Ceos. Como restam numerosos vestígios elegíacos e epigramáticos que conservamos sob o nome de Simônides, não há uma boa razão para atribuir qualquer um deles a Simônides de Amorgos, embora [...] se tenha dito que ele escreveu uma elegia" (*Great confusion has been made by modern scholars, as well as ancient grammarians, between Simonides of Amorgos and his more celebrated namesake of Ceos. The only safe rule for distinguishing them is to ascribe all the iambic and satiric fragments to the former, and all the lyric remains to the latter, except some few which belong perhaps to a younger Simonides of Ceos. As to the numerous elegiac and epigrammatic remains, which we possess under the name of Simonides, there is no good reason for assigning any of them to Simonides of Amorgos, although, [...], he is said to have written an elegy*; SMITH, *op. cit.*, v. 3, p. 832). A questão da distinção entre essas duas figuras, no entanto, parecer ser mais complicada do que argumenta Smith, pois, segundo Hubbard (1996, p. 256): "Devemos ter em mente que a tradição antiga, com apenas duas exceções, uniformemente registra o nome do poeta iâmbico não como 'Semônides' mas 'Simônides'. O gramático tardio Cerobosco distingue os dois nomes, identificando 'Semônides' como um poeta iâmbico, 'Simônides' como um poeta mélico, e a grafia Semônides mostra-se confirmada pelo papiro herculano da *Poética* de Filodemo. Pesquisadores modernos, a fim de evitar confusões, têm adotado essa distinção na grafia, mas o predomínio de referências a 'Simônides' de Amorgos sugere que era esse provavelmente o nome (ou, ao menos, um dos nomes) pelo qual até mesmo os alexandrinos o conheciam. As possibilidades de confusão na atribuição de obras a esse dois poetas são múltiplas, e isso era possivelmente uma charada para os editores alexandrinos, os quais freqüentemente tomaram decisões altamente arbitrárias acerca de onde localizar um dado texto. Enquanto os poemas iâmbicos poderiam ser muito facilmente atribuídos a 'Simônides' de Amorgos e os poemas mélicos a Simônides de Ceos, a questão torna-se muito mais obscura em relação aos elegíacos" (*We must bear in mind that ancient tradition, with only two exceptions, uniformly records the iambic poet's name not as "Semonides," but "Simonides" The late grammarian Choeroboscos distinguishes the two names, identifying "Semonides" as an iambic poet, "Simonides" as a melic poet, and the spelling Semonides appears to be confirmed by the Herculaneum papyrus of Philodemus' Poetics. Modern scholars have, for the sake of avoiding confusion, adopted this distinction in spelling, but the preponderance of references to "Simonides" of Amorgos suggests that this was probably the name (or at least a name) by which even the Alexandrians knew him. The possibilities for confusion in attribution of works to these two poets are manifold, and it was likely even a conundrum for Alexandrian editors, who often had to make highly arbitrary decisions about where to place a given text. While the iambic poems could easily enough be assigned to "Simonides" of Amorgos and the melic poems to Simonides of Ceos, the issue becomes much murkier with regard to elegiacs*).*

tres alias adiecit Ψ.Ξ.Θ. 7. Y litteram Pythagoras Samius ad exemplum vitae humanae primus formavit; cuius virgula subterior primam aetatem significat; incertam quippe et quae adhuc se nec vitii nec virtutibus dedit. Bivium autem, quod superest, ab adolescentia incipit: cuius dextra pars ardua est, sed ad beatam vitam tendens: sinistra faciliior, sed ad labem interitumque deducens. De qua sic Persius ait:

Et tibi quae Samios deduxit littera ramos,

adicionou outras três: Ψ.Ξ.Θ³⁶. 7. Pitágoras de Sâmio foi o primeiro que deu forma à letra Υ como exemplo da vida humana, cujo tracinho inferior significa a primeira idade, incerta, porque ainda não se deu nem aos vícios nem às virtudes. Porém, a bifurcação, que fica em cima, inicia a partir da adolescência; sua parte direita é árdua, mas tendendo a uma vida bem-aventurada; a esquerda é mais fácil, mas levando à ruína e à morte. A respeito dessa letra, Pérsio³⁷ diz assim (3,56):

E a ti, a letra que derivou os ramos sâmios

³⁶ Histórias do alfabeto muito semelhantes a essa que conta Isidoro podem ser encontradas em Plínio, o Velho, nos gramáticos Máximo Vitorino e Audax, e no famoso comentador de Virgílio, Sérvio. Cf., por exemplo, Desbordes (1995, p. 124-125).

³⁷ Aulo Pérsio Flaco (*Aulus Persius Flaccus*, 116-27 a.C.), ou simplesmente Pérsio, foi, segundo Smith (1867, v. 3, p. 209), “o terceiro na seqüência de quatro grandes satíricos romanos, sendo mais jovem que Lucilo e Horácio, mais velho que Juvenal. [...] ligado por sangue e casamento a pessoas da alta sociedade, nasceu em Volaterra, na Etrúria [...]. O jovem Pérsio recebeu seus primeiros rudimentos de educação em sua cidade natal, permanecendo por lá até a idade de doze anos, e, então, mudou-se para Roma, onde estudou gramática com o celebrado Rêmio Palemão e retórica com Virgínio Flávio. Quando se aproximava da idade adulta tornou-se pupilo de Cornuto, o Estóico [...]. Ainda jovem, teve contatos próximos com Lucano, com Césio Basso, o poeta lírico, e com muitas outras pessoas de importância literária; em questão de tempo, conheceu também Sêneca, porém nunca desenvolveu uma admiração muito calorosa por seus talentos. [...] As obras supérstites de Pérsio, que [...] escreveu rara e brevemente, consistem de seis sátiras curtas que se estendem em 650 linhas de hexâmetros, deixadas inacabadas. Após sua morte, foram levemente corrigidas por Cornuto, enquanto Césio Basso foi autorizado, por uma ardente solicitação do próprio Pérsio, a ser o editor” ([...] *is the third in order of the four great Roman satirists, being younger than Lucilius and Horace, older than Juvenal. [...] connected by blood and marriage with persons of the highest rank, was born at Volaterrae in Etruria [...] Young Persius received the first rudiments of education in his native town, remaining there until the age of twelve, and then removed to Rome, where he studied grammar under the celebrated Remmius Palaemon, rhetoric under Verginius Flavins. When approaching the verge of manhood he became the pupil of Cornutus the Stoic, [...] While yet a youth he was on familiar terms with Lucan, with Caesius Bassus the lyric poet, and with several other persons of literary eminence; in process of time he became acquainted with Seneca also, but never entertained a very warm admiration for his talents. [...] The extant works of Persius, who, [...], wrote seldom and slowly, consist of six short satires, extending in all to 650 hexameter lines, and were left in an unfinished state. They were slightly corrected after his death by Cornutus, while Caesius Bassus was permitted, at his own earnest request, to be the editor*).

Surgentem dextro monstravit limite callem.

mostrou a senda que se ergue com o lado direito.

8. Quinque autem esse apud Graecos mysticas litteras. Prima Υ , quae humanam vitam significat, de qua nunc diximus. Secunda Θ , quae mortem [significat]. Nam iudices eandem litteram Θ adponebant ad eorum nomina, quos supplicio afficiebant. Et dicitur Theta $\alpha\pi\omicron$ τοῦ θανάτου, id est a morte. Vnde et habet per medium telum, id est mortis signum. De qua quidam:

8. Dizem que cinco são, entre os gregos, as letras místicas. A primeira delas é o Υ , que significa a vida humana, da qual agora dissemos. A segunda, o Θ , que significa a morte. Pois os juízes adicionavam essa mesma letra Θ aos nomes dos condenados à morte. E diz-se *Teta* vem de *thanátos* [θανάτος], isto é, de *morte*. Donde também o fato de ela ter no meio uma lança, ou seja, o sinal da morte. Sobre ela alguém³⁸ disse:

O multum ante alias infelix littera theta.










Ó letra teta, muito desgraçada perante as outras.

9. Tertia T figuram demonstrans Dominicae crucis, unde et Hebraice signum interpretatur. De qua dictum est in Ezechiello angelo (9,4): ‘Transi per mediam Ierusalem, et signa thau in

9. A terceira é o T, que com sua figura representa a cruz do Senhor, donde também é interpretada como um sinal em hebraico. A esse respeito, é dito no livro do mensageiro Ezequiel (9,4): “Atravessa pelo meio de Jerusalém e marca sinais

³⁸ “Atribuído a Ênio, *Anais* 625, por Vahlen, baseado na autoridade de um manuscrito do século XII [...]. Numa glosa marginal neste manuscrito, lê-se: ‘Albus [...] est tabula, ubi scribebantur nomina illorum, qui ad militiam recipiebantur, et si contigisset ut aliquis eorum fuisset interemptus, apponebatur super nomen illius theta littera, quae mortem significat. Habet enim haec quoddam iugulum. Vnde Ennius uersificator optimus: O multum ante alias infelix littera theta.’ Se um certo Ênio escreveu de fato essa linha, talvez, possamos considerar o ‘*Ennius posterior*’ de Suetônio (cf. Suet., *gramm.* I) [...]”. (*Attributed to Ennius, ann. 625, by Vahlen, on the authority of a twelfth-century MS. [...] A marginal gloss in this MS. reads: ‘Albus (sic) est tabula, ubi scribebantur nomina illorum, qui ad militiam recipiebantur, et si contigisset ut aliquis eorum fuisset interemptus, apponebatur super nomen illius theta littera, quae mortem significat. Habet enim haec quoddam iugulum. Vnde Ennius uersificator optimus: O multum ante alias infelix littera theta.’ If an Ennius did write this line, perhaps we should consider Suetonius’ ‘Ennius posterior’ (cf. Suet., gramm. I) [...]; WATSON, 1952, p. 57).*

frontes virorum gementium et tau nas cabeças dos homens que gemem e passam mal”³⁹. As duas restantes, por

³⁹ A afirmação de que era com uma letra grega T que se marcava a testa daqueles que padeciam de algum mal merece ser matizada. Ora, como uma letra grega apareceria num texto hebraico? Hoje se sabe que do sistema de escrita fenício derivaram tanto o alfabeto hebraico quanto o grego (cf. HIGOUNET). Segundo Harris *et al.* (1980, p. 2496), por exemplo: “O *taw*, última letra (consoante) do alfabeto hebraico, era modelada como um ‘x’ na escrita mais antiga. *Jó*. 31,35 usa a palavra com o sentido de uma assinatura ou de uma marca de atestação de um homem, como mostra o contexto. Em *Ez.* 9,4, é usado como uma marca divinamente autorizada, colocada na testa de uma pessoa com propósitos de proteção. (Procedimento de certa maneira similar descreve-se também em *Gn.* 4,15, embora uma palavra hebraica diferente seja usada e a testa não seja mencionada). Na Mesopotâmia antiga, uma marca na testa em forma de cruz chamava-se *ishpalurtu(m)* em acádio, escrito, às vezes, com o logograma sumério BAR, que parece exatamente como as formas antigas do *taw*” (*The Taw, the last letter (consonant) in the Hebrew alphabet, was shaped like an ‘x’ in the most ancient script. Job 31:35 uses the word in the sense of a man’s signature or mark of attestation, as the context shows. In Ezek 9:4, is used of a divinely authorized mark placed on a person’s forehead for protective purposes. (A somewhat similar procedure is described also in Gen 4:15, although a different Hebrew word is used there and the forehead is not mentioned). In ancient Mesopotamia, a cross shaped mark on the forehead was called ishpalurtu(m) in Akkadian, written sometimes with the Sumerian logograph BAR which looks exactly like the older forms of the tāw*). O logograma sumério (cuneiforme) a que se refere Harris *et al.* é , ao qual era semelhante a forma da letra proto-semítica e fenícia , cujo desenvolvimento na escrita paleo-hebraica originou a forma , donde, por fim, na chamada escrita “quadrática”, o formato, ainda empregado atualmente na escrita hebraica, do . Diretamente do fenício , desenvolveu-se no alfabeto grego o T. No entanto, a questão que se coloca é: por que caminhos Isidoro associa as duas letras? Seguindo uma tradição cristã de tratar a língua hebraica como a “mãe de todas”, Isidoro já explicou mais acima nas próprias *Etimologias* como se deu a passagem das letras hebraicas para as gregas. Assim, dá como exemplo a mudança de *aleph* para *alpha*, desembocando, enfim, em *a*. A dificuldade para entender o alcance dessa explicação advém do fato de que, como lembra Desbordes (1995, p. 14), “[...] segundo os contextos, um mesmo termo, *littera*, pode designar o caráter escrito ou o som elementar, ou, ainda, uma espécie de unidade abstrata unindo o signo e o som e podendo ser considerada sob um ou outro aspecto. Os latinos dizem, pois, *littera* onde dizemos *som* e (talvez nem sempre com conhecimento de causa) *fonema* [...]”. Mais adiante nesse mesmo capítulo, diz: “Os povos nomearam as letras segundo o som de sua própria língua, observados e discernidos aqueles que são produzidos pela boca. Com efeito, depois que lhes deram atenção, impuseram-lhes tanto nomes quanto figuras – cunharam as figuras, no entanto, em parte arbitrariamente, em parte a partir do som das letras” (*Orig.* I, 4, 17). Desse modo, para Isidoro, da *littera* original , cujo nome seria *aleph* e que representaria o som [a] – aparentemente ele desconhece que não representa uma vogal ou, como outros autores antigos acreditavam, poderia representar outros sons – por razões arbitrárias, embora o mesmo som [a] continuasse a existir, as formas de representá-lo e os respectivos nomes dessas formas mudaram; assim em grego se tem A, *alpha*; em latim, A, *a*. Para Desbordes (1995, p. 107), “entre os latinos, há no início, como na Grécia, um termo, *littera*, que designa primeiramente o caractere do alfabeto e, por extensão, a equivalência oral deste. Mas, ao contrário do que se passava na Grécia, parece que os latinos não marcaram, desde o começo, uma diferença nítida entre o nome e o valor da letra. Para um grego, deve ser claro, de imediato, que nomear uma letra, A, por exemplo, e dar seu valor são duas coisas diferentes: em um caso dirá [alfa], em outro, [a]. Não acontece o mesmo com os latinos. Seja ou não sob influência dos etruscos, os nomes das letras visaram a uma identificação com os valores. Daí surge uma *ilusão de autonomia*, ilusão somente, mas tenaz” Então, para Isidoro, não há problemas em dizer que  e T, seguindo Tertuliano (*Aduers. Marc.* III, 22, *apud PL*, v. 2, col. 352a-353b) e Jerônimo (*Comm. in Ezech. proph.*, III, *apud PL*, v. 25, col. 87b-89c), são a mesma letra, pois, neste caso, ele está pensando apenas em sua forma, seu desenho, a despeito de terem nomes diferentes – para se referir ao T empregava-se *ταυ*, em grego, e *tau*, em latim; e para nomear o  usava-se *θαυ*, em grego, e *thau*, em latim – e representarem sons diferentes. Portanto, , quanto à forma, sofreu as seguintes alterações:

dolentium.’ Reliquas vero duas summam et ultimam sibi vindicat Christus. Ipse enim principium, ipse finis, dicens ‘Ego sum A et Ω.’ Concurrentibus enim in se invicem A ad Ω usque devolvitur, et rursus Ω ad A replicatur, ut ostenderet in se Dominus et initii decursum ad finem et finis decursum ad initium. 10. Omnes autem litterae apud Graecos et verba componunt et numeros faciunt. Nam Alpha littera apud eos vocatur in numeris unum. Vbi autem scribunt Beta, vocatur duo; ubi scribunt Gamma, vocatur in numeris ipsorum tria; ubi scribunt Delta, vocatur in numeris ipsorum quattuor; et sic omnes litterae apud eos numeros habent. 11. Latini autem numeros ad litteras non computant, sed sola verba

outro lado, a primeira e a última, Cristo reivindica para si próprio. Pois ele próprio é o princípio; ele próprio o fim, dizendo: “Eu sou o A e o Ω”. Com efeito, concorrendo mutuamente entre si, A derriba-se sempre em direção a Ω, e, inversamente, Ω retrocede até o A, para mostrar que entre eles está o Senhor, assim como o decurso do início em direção ao fim e do fim em direção ao início. 10. Porém, todas as letras, entre os gregos, compõem tanto palavras quanto exprimem números. Pois a letra *alfa* entre eles é chamada *um*, quanto aos números. Porém, quando escrevem *beta*, é chamado *dois*; quando escrevem *gama*, é chamado, quanto aos números deles próprios, *três*; quando escrevem *delta*, é chamado, quanto aos números deles próprios, *quatro*; e, assim, todas as letras têm valor de números entre eles. 11. No entanto, os latinos não atribuem números às letras, mas só compõem palavras,

ⲛ > T > T; quanto ao “som”, θαῦ/*thau* > ταῦ > *tau*, ou seja, na nomenclatura da época, perdeu-se a “aspiração”. Por isso a recomendação de Jerônimo ao “ler” o ⲛ hebraico, querendo diferenciar entre “aspirar” ou não o T: “Até aqui, tínhamos lido, por T, uma única letra. No entanto, visto que as palavras que se seguem são escritas, entre os Hebreus, não a partir de (o som de) *teth* (ϑ), mas a partir de (o som de) *thau* (ⲛ), isto é, do (som de) *theta* grego, devemos ler com aspiração”. (*Hucusque per T simplicem litteram legerimus. Verum quoniam quae sequuntur apud Hebraeos, non ex teth, sed ex thau, id est, theta Graeco, scribuntur, cum aspiratione legere debemus*; Hier. *Liber de situ et nom. loc. Hebr.*, apud PL, v. 23, col. 924a). Cf. também: Hier. *Liber de nom. Hebr.*, apud PL, v. 23, col. 785 e 797; Hier. *Liber Hebr. quaest. in Gen.*, apud PL, v. 23, col. 950c-952a. Como ainda circulavam textos escritos em letras paleo-hebraicas, sabia-se que o ancestral último de T era **ⲧ**, cuja semelhança com a cruz era considerada evidente (cf. também Orig. *Selecta in Ezech.*, apud PG, v. 13, col. 799c-802b).

componunt, accepto I et X littera, quae et
figura cruce[m] significat et in numero
decem demonstrat.

exceto I e a letra X⁴⁰, a qual tanto na
figura simboliza a cruz como
representa⁴¹, em número, o dez.

4. De litteris Latinis

1. Latinas litteras Carmentis nympha

4. Das letras latinas

1. A ninfa Carmenta⁴² foi a primeira que
transmitiu as letras latinas aos itálos⁴³.

⁴⁰ Como alertam os editores das versões em língua espanhola inglesa, esse trecho apresenta conteúdo estranho, uma vez que em outros momentos desta mesma obra, *Etimologias*, Isidoro emprega outras letras latinas com valores numéricos como, por exemplo, C = 100 e L = 50. Cf. em especial, *Orig.* V, 19, em que faz uma cronologia da história do mundo.

⁴¹ Assim como a letra T, X também lembra o formato da cruz de Cristo. Como vimos, no limite, T é apenas um desenvolvimento histórico da figura primeva **t**. A letra X é a forma latina para o X grego, cuja cunhagem é um acréscimo grego ao anterior sistema fenício: “na perspectiva da teoria ateniense, a origem dos sinais latinos X e H é um impossível quebra-cabeça. Enquanto formas, pertencem eles à série de oito letras suplementares do alfabeto jônico-ático: o X tem a forma do *khi* e o H, a forma do *êta*; porém, X tem o valor do *xi* grego e o H nota a aspiração – que não é representada por uma letra no alfabeto jônico” (Desbordes, 1995, p. 139). Ou seja, o X latino tem a forma do X grego, mas se presta a representar o mesmo som de que a Ξ grega é o sinal gráfico. Quanto a essa diferença, confronte-se Agostinho (*Doutrina cristã*, 2, 37 *apud* Desbordes, 1995, p. 142, n. 12), “uma mesma figura de letra, escrita em forma de cruz, tem um valor diferente entre os gregos e os latinos, não por sua natureza, mas como consequência de uma convenção e de um acordo sobre sua significação, de forma que aquele que conhece as duas línguas, quando quer fazer saber alguma coisa por escrito a um grego, utiliza essa letra, dando-lhe uma significação diferente da que lhe dá quando escreve um latino”.

⁴² Carmenta, ou Carmentis, era “[...] no mito romano, uma deusa profética, mãe de Evandro, o primeiro a se instalar em Roma. Pode ter sido uma deusa da água e era certamente uma deusa de proteção de nascimentos, cultuada pelas matronas. Um flâmine-menor [ou seja, oriundo da plebe] lhe foi atribuído e seu festival, os *Carmentalia*, aconteciam em 11 e 15 de Janeiro. Dizia-se que fora inaugurado pelo senado no séc. III a.C. como um marco do protesto bem sucedido das mulheres romanas que se recusaram a ter filhos até que o senado lhes restituísse o direito, recém-tirado delas, de passear em carruagens. Um dos portões de Roma próximo ao pé do Monte Capitólio foi nomeado em sua homenagem, o *Porta Carmentalis*.” ([...] *in Roman myth, a prophetic goddess, mother of Evander the first settler at Rome. She may have been a watergoddess, and she was certainly a goddess of protection in childbirth, worshipped by matrons. A minor flamen was assigned to her, and her festival, the Carmentalia, was on 11 and 15 January. It was said to have been inaugurated by the senate in the third century BC to mark the successful protest of Roman women who refused to have children until the senate restored their right, recently taken away from them, to ride in carriages. One of the gates of Rome near the foot of the Capitoline hill was named after her, the Porta Carmentalis*; HOWATSON, 1995, p. 115-116). Segundo Smith (1867, v. 3, p. 589): “[...] As tradições que atribuem uma origem grega a seu culto em Roma afirmam que seu nome original era Nicóstrata e que ela era chamada Carmentis a partir de seus poderes proféticos. [...] Higino (*Fab.* 277) mais tarde relatou que ela mudou os quinze caracteres do alfabeto grego, os quais Evandro introduziu no Lácio, para os do alfabeto romano. [...] Deve-se lembrar aqui que os poetas romanos, mesmo os mais primevos do tempo de Lívio Andronico, aplicavam o nome Camenae às Musas” ([...] *The traditions which assigned a Greek origin to her worship at Rome, state that her original name was Nicostrate, and that she was called Carmentis from her prophetic powers. [...] Hyginus (Fab. 277) further relates, that she changed the fifteen characters of the*

prima Italis tradidit. Carmentis autem dicta, quia carminibus futura canebat. Ceterum proprie vocata [est] Nicostrate.

2. Litterae autem aut sunt communes sunt aut liberales. Communes dictae, quia multi eas in communi utuntur, ut scribere et legere. Liberales, quia eas tantum illi noverunt, qui libros conscribunt recteque loquendi dictandique rationem noverunt.

3. Litterarum duplex modus est: dividuntur enim principaliter in duas partes, in vocales et consonantes. Vocales sunt quae directo hiatus faucium sine ulla conlisione varie emittuntur. Et dictae vocales, quod per se vocem impleant, et per se syllabam faciant nulla adhaerente consonante. Consonantes sunt, quae diverso motu linguae vel impressione labrorum efficiuntur. Et vocatae consonantes quia per se non

Ela é chamada Carmenta, pois cantava, em poemas, o que estava para acontecer. Propriamente se chama, porém, Nicóstrata. 2. As letras são comuns ou liberais. São chamadas comuns, pois muitas pessoas usam-nas em comum ao ler e escrever. Liberais, pois conhecem-nas muito aqueles que compõem livros e que conhecem a regra correta de falar e ditar. 3. Há dois tipos de letras; estão, pois, divididas em duas partes principais: vogais e consoantes. Vogais são aquelas que se emitem diferentemente pela abertura direta da garganta, sem nenhum contato. E diz-se vogais, pois, por si próprias, completam a voz e, por si, formam sílaba sem que nenhuma consoante se ligue a ela. Consoantes são aquelas que se produzem com um movimento isolado da língua ou com o fechamento dos lábios. E chamam-se consoantes, pois, por si próprias, não soam, mas consoam, acompanhadas de vogais. 4. Essas se dividem em duas partes: em semivogais e mudas. São ditas

Greek alphabet, which Evander introduced into Latium, into Roman ones. [...] It must be remarked here, that the Roman poets, even as early as the time of Livius Andronicus, apply the name of Camenae to the Muses).

⁴³ Ao empregar *Itali* e não *Latini*, o bispo de Sevilha segue à risca a história da ninfa Carmenta, a qual, segundo as tradições mais comuns, seria a responsável por fazer o traslado das letras a toda a península itálica, na qual também se encontravam outros povos como, por exemplo, os etruscos (cf. DESBORDES, 1995, p. 124-130).

sonant, sed iunctis vocalibus consonant.
4. Haec in duabus partibus dividuntur: in
semivocalibus et in mutis. Semivocales
dictae eo, quod quiddam semis de

semivogais pelo fato de que (seus
nomes)⁴⁴ têm uma metade (proveniente)
de vogal. Começam pelo (som da) vogal
E e acabam em seu som natural [como F,
L, M etc.]⁴⁵. São chamadas mudas, pois

⁴⁴ Entendemos ser importante tal acréscimo, a fim de tornar menos difícil o enunciado do texto latino. A dificuldade surge de dois problemas, um mais geral, outro próprio ao latim, com quais os autores antigos tinham de lidar: i) pouca variedade de recursos autonímicos na escrita (aspas, itálicos, parênteses etc.) capazes de dar maior relevo aos elementos da língua de naturezas diferentes: “elementos lingüísticos como a sílaba, a palavra, o enunciado, são suscetíveis de autonímia. Significa isso que, para falar deles, podemos produzi-los a eles mesmo no discurso: ‘[ba] é uma sílaba’, ‘[pedra] é uma palavra’, etc. Para os elementos que correspondem às letras, a autonímia é apenas parcial: é possível para a vogal, é impossível para a muda, é mais ou menos ilusória para a semivogal que não tem exatamente a mesma realização no estado isolado e em sintagma. Mas na falta de serem sempre os sons puros, os nomes das letras (o que se pronuncia ao se ler uma letra isolada) são para os latinos a forma sob a qual se realizam as unidades orais *isoladas*” (DESBORDES, 1995, p. 107); ii) dificuldade adicional para o latim em comparação ao grego, por exemplo, devida à ausência de artigo, como nas palavras de Nicolas (2005, p. 70): “A questão do gênero e do número dos autonímios em latim não se coloca de maneira teórica entre os autores antigos, e o pesquisador moderno que se interrogar *a posteriori* sobre esse problema não achará entre os autores do período latino nada que não sejam respostas práticas. [...] O que bloqueia isso, sem dúvida, é a natureza da língua latina, na qual caso, gênero e número induzem fenômenos de concordância muito pregnantes. [...] Os latinófonos nativos parecem desprovidos de toda capacidade de analisar o latim como um objeto exterior. A causalidade e a ausência de artigo são, para a maioria deles, freios inescapáveis a consideração de um *status* especial das palavras em menção” (*La question du genre et du nombre des autonymes en latin ne se pose pas de manière théorique chez les auteurs antiques, et le chercheur moderne qui s’interroge a posteriori sur ce problème ne trouvera chez les auteurs de la période latine que des réponses pratiques. [...] Ce qui le bloque sans doute, c’est la nature de la langue latine, dans laquelle cas, genre et nombre induisent des phénomènes d’accord très prégnants. [...] Les latinophones natifs semblent dépourvus de toute capacité à analyser le latin comme un objet extérieur. La causalité et l’absence d’article sont pour la plupart d’entre eux d’indéniables freins à la prise en compte d’un statut spécial des mots en mention*).

⁴⁵ Ou seja, faz referência aos sons equivalentes aos nomes das letras como, por exemplo, na tradição portuguesa, “efe”, “ele”, “eme” etc. Ao comentar o mesmo problema em outro autor, Desbordes (1995, p. 108) afirma: “a coisa é muito clara em Terentianus Maurus. Para ele, A chama-se [a] e B chama-se [be] porque não se pode fazer de outra maneira que não seja a de dar um apoio vocálico à muda: ‘Quando quero dizer B, C, D, G, se retiro o E que lhes daria sonoridade, os lábios permanecerão selados, e a língua presa’”. A natureza das semivogais de que fala o texto isidoriano, no entanto, trazia problemas adicionais: “[...] se Terentianus pode incluir em seus versos as letras A ou B, que o leitor lerá pronunciando o nome silábico destas, não pode incluir F e as outras semivogais cujos nomes não são silábicos, e deve contentar-se em desenhar os sinais fora do texto, à margem [...]. Há, no entanto, uma outra maneira de nomear as semivogais. Além disso, o pseudo-Probo opõe claramente os dois sistemas: ‘Segundo a teoria musical, as semivogais podem ser emitidas isoladamente, quer dizer, de tal maneira que não têm necessidade do auxílio de nenhuma vogal para formar seus nomes: F, L, M, N, R, S, X. Mas, de acordo com a métrica latina e a teoria dos ajustes, formam seus nomes colocando-se na seqüência de uma vogal: EF, EL, EM, EN, ER, ES, EX.’” (DESBORDES, *op. cit.*, p. 108). A autora vai mais longe e polariza duas formas de tratar esse problema dos nomes das letras em latim, oposição em que coloca, de um lado, os “usuários ordinários”, de outro, os “mais sábios”, oposição que, embora muito útil para ajudar a entender certos aspectos do debate antigo acerca da língua/linguagem, achamos problemática, uma vez que tenta por demais “modernizar” ou “cientificizar” os textos antigos e, por conseguinte, julga-os de maneira um tanto quanto dicotômica, cindindo os “científicos” e

vocalibus habeant. Ab E quippe vocali incipiunt, et desinunt in naturalem sonum [ut F, L, M et ceterae]. Mutae autem dictae, quia nisi subiectis sibi vocalibus nequaquam erumpunt. Si enim eis extremum vocalis detraxeris sonum, inclusum litterae murmur sonabit [ut B, G, D et ceterae]. Vocales autem et semivocales et mutas a veteribus sonas et semisonas et insonas dictas. 5. Inter vocales autem I et U apud grammaticos varias habent significationes. 6. Nam modo vocales sunt, modo semivocales, modo mediae sunt. Vocales ideo sunt,

não são emitidas de jeito nenhum, a não ser tendo vogais que lhes seguem. Se, então, tiveres subtraído o som final dessa vogal, o ruído produzido pela letra soará fechado [como B, G, D etc.]. Vogais, semivogais e mudas eram, contudo, chamadas pelos antigos de sonantes, semi-sonantes e não-sonantes. 5. Dentre as vogais, todavia, I e V, segundo os gramáticos, têm várias designações. 6. Pois são, às vezes, vogais, noutras, semivogais e, outras vezes, médias. Logo, são vogais, já que postas sozinhas e também conjungidas a outras consoantes formam sílabas⁴⁶. Por outra razão, são consideradas consoantes, pois, às vezes, têm, depois delas, vogais postas

os “não-científicos”: “[...] É preciso, no entanto, estabelecer uma diferença entre identificação ingênua e identificação refletida. A primeira é a característica dos usuários ordinários para os quais há a letra (o caractere que se vê) e seu nome (o que se pronuncia ao lê-la). [...] Mas, entre os mais sábios ou mais avisados, o nome é a única manifestação oral possível da unidade *isolada*, assim como o caractere é sua manifestação gráfica: em face ao inventário dos caracteres constituído pelo alfabeto, o que se pode colocar é um inventário dos nomes. Uma vez colocada em sintagma, a unidade se realizará de outra forma, mudas e semivogais perderão seu apoio vocálico; mas a idéia fundamental – e perigosa – é que com o nome e o caractere tem-se uma unidade que preexiste à sua inclusão em um sintagma” (DESBORDES, *op. cit.*, p. 108-109).

⁴⁶ No sistema fonológico do latim dito “clássico”, os fonemas /i:/ e /i/ poderiam ser realizados, dependendo do contexto em que se encontram na cadeia falada, respectivamente, em vogais anteriores fechadas não-arredondadas [i:] e [i], as quais eram representadas pela mesma letra, *i*, embora, às vezes, a primeira delas pudesse ser grafada com um diacrítico, *ī*. Sob a letra *u*, poder-se-iam representar as vogais fechadas posteriores arredondadas [u:] e [u], realizações respectivas, em determinados contextos, dos fonemas /u:/ e /w/, apesar de, também como acontecia com a letra *i*, um sinal destinado a representar a duração pudesse acompanhar a letra: *ū*. Evidentemente, a situação regional e histórica do latim em que surge o texto isidoriano já apresentava mudanças significativas, seja no registro dito “popular”, seja no “erudito”. De qualquer modo, Isidoro, longe de pretender negligenciar as mudanças – embora possa, por razões culturais, lamentá-las – traz à baila, neste primeiro livro das *Etimologias*, concepções resumidas vindas de outros lugares e períodos, construídas através de séculos de debates sobre as *litterae*.

quia solae positae syllabas faciunt et aliis consonantibus coniunguntur. Consonantes ideo habentur, quia interdum habent post se vocales in hisdem syllabis constitutas, ut ‘Ianus,’ ‘vates,’ et habentur pro consonantibus. 7. Mediae [autem] idcirco dicuntur, quoniam naturaliter solae medium sonum habent, ut ‘illius,’ ‘unius.’ Coniunctae aliis pinguis sonant, ut ‘Ianus,’ ‘vanus.’ Solae enim aliter sonant, aliter iunctae. I vero propterea interdum duplex dicitur, quia quotienscumque inter duas vocales invenitur, pro duabus consonantibus habetur, ut ‘Troia.’ Geminatur enim ibi sonus eius. 8. V quoque littera proinde interdum nihil est, quia alicubi nec

juntas nessa mesma sílaba, como em *Ianus*, *uates*⁴⁷, e são consideradas como consoantes. 7. É por isso que dizem que são médias, visto que, sozinhas, têm por natureza um som médio, como em *illius*, *unius*⁴⁸. Em associação com outras vogais, produzem um som mais consistente, como em *Ianus*, *uanus* (adj. “vazio, vão”). Então, sozinhas fazem um determinado som e, juntas, outro. Por outro lado, o I, por causa disso, às vezes, é chamado duplo, pois, todas as vezes que se encontra entre duas vogais, é considerado como dupla consoante, como em *Troia*⁴⁹. Aí, pois, gemina-se seu som. 8. A letra V também não é, às vezes, por conseguinte, nada, pois, em algumas palavras, nem consoante é, como em *quis* (“quem”). Com efeito, não é vogal, pois um I o segue; nem consoante, porque um Q o precede. E por

⁴⁷ Em palavras como *Iānus* (“Jano”) e *uātēs* (“vate”), as letras *i* e *u* representam, respectivamente, a consoante aproximante palatal sonora [j], realização de /i/ diante de vogal em sílabas iniciais, e a aproximante labiovelar sonora [w], realização de /w/ diante de vogal. Em notações fonéticas modernas: [‘ja:nus] e [‘wa:te:s].

⁴⁸ Genitivos singulares de *unus*, *a*, *um* (“um, um só, único etc”) e *ille*, *illa*, *illud* (“aquele, ele”). “Em poesia, além do genitivo *istius* (com *ī longo*), aparece também, por comodidade da métrica, a forma *istius* (com *ī breve*). Esta forma representa uma pronúncia vulgar e é devida ao abreviamento de vogal antes de vogal. Aliás, a influência analógica do genitivo *quonius*, ou *cuius*, deve também ter contribuído para o fato. [...] Como o demonstrativo da segunda pessoa, também *ille* tem um genitivo singular *illius* (com *ī breve*) [...]” (FARIA, [1995], p. 136).

⁴⁹ No contexto apresentado de *Trōia*, a letra *i* representa a consoante aproximante palatal sonora [j] duplicada, realização do fonema /i/ num contexto intervocálico e em sílaba medial. Foneticamente assim representado: [‘trojja].

consonans est, ut quis. Vocalis enim non est, quia I sequitur; consonans non est, quia Q praecedit. Ideoque quando nec vocalis, nec consonans est, sine dubio nihil est. Eadem et digammon a Graecis vocatur, quando sibimet aliisque vocalibus iungitur: quae ideo digammon dicitur, quia duplex est instar F litterae, quae duplex Gammam habet, ad cuius

isso, quando não é vogal nem consoante, sem dúvida é coisa alguma⁵⁰. Essa mesma letra é chamada também de “digama” pelos gregos, quando se junta consigo mesma e também com outras vogais; ela, por isso, é chamada “digama”, pois é dupla, à semelhança da letra F, a qual tem um duplo “gama”⁵¹. Por essa semelhança, os gramáticos quiseram que vogais conjuntas fossem chamadas “digama”, como em *uotum* (“voto”), *uirgo* (“virgem”)⁵². 9. Porém,

⁵⁰ O grupo QV representava, no latim clássico, a consoante plosiva labiovelar surda [k^w]. O debate sobre o estatuto da *littera* V no grupo vinha de longa data: “No uso clássico, Q somente é encontrado no grupo Q + V + vogal [...]. Na perspectiva antiga, trata-se de saber o que representa a letra Q e se esse elemento significa alguma coisa no que o conjunto tem de particular. A partir daí, vários autores consideram que o Q é uma letra ‘inútil’: essa letra corresponde à mesma unidade oral que C ⇒ [k]. Deve-se, por isso, substituí-la por C e escrever, por exemplo, *cui* em lugar de *qui*, segundo uma sugestão trazida por Longus? Não, porque então se perderia uma preciosa indicação sobre a *silabação*, como explica Cornutus: *qui* deve pronunciar-se numa só sílaba, enquanto uma grafia *cui* lê-se normalmente em duas sílabas, *cu-i*: após o C, a letra V pode representar apenas uma vogal, e essa vogal não pode normalmente combinar-se em ditongo com outra. É, portanto, útil conservar a letra Q para assinalar essa silabação particular. [...] Todos se dão conta do papel especial desempenhado pela partícula fônica representada pela letra V. Porém, o problema se complica pelo fato de essa letra ser ambígua, representando ora uma consoante [w] e ora uma vogal [u]. Estamos diante de uma vogal ou consoante? [...], em geral, estima-se antes que V represente uma consoante ([w]), em virtude de uma regra fonética muitas vezes citada, que diz que uma sílaba contendo duas vogais é longa: ora, uma seqüência como *-que* representa uma sílaba breve, como provaria, caso fosse necessário, a métrica. [...] Os gramáticos tardios acabarão por dizer que V – no grupo QV – não é nem uma consoante, nem uma vogal...” (DESBORDES, 1995, p. 156-157).

⁵¹ Ou seja, como se fosse um Γ sobrescrito a outro Γ.

⁵² Uma das três letras ditas “claudianas”, ou seja, “[...] o *digamma* com a forma 𐌆 , destinado a substituir o V enquanto consoante; o *anti-sigma*, de formato 𐌇 , destinado a substituir os grupos PS ou BS; e um sinal sem nome conhecido, com formato 𐌈 , destinado a substituir um certo som que não era nem [u] nem [i] [...]” (*ibid.*, p. 166). Essas faziam parte da intenção do imperador Tibério Cláudio (10 a.C. – 54 d.C.) de aumentar o alfabeto latino de então. Acerca especificamente do *digama*, Desbordes (1995, p. 167) afirma: “A forma escolhida, 𐌆 , é evidentemente uma variante da forma F, já utilizada para notar o som [f] em latim. Ela é encontrada com muita frequência nas inscrições do tempo de Cláudio, prova de que, talvez, respondesse a uma certa necessidade. O valor distintivo da oposição [w]/[u] é certamente muito fraco em latim (*uoluit*, ‘ele rolou’ / *uoluit*, ‘ele quis’, para citar um dos raros exemplos em que a diferença consoante/vogal acarreta uma diferença de sentido). Mas também não se pode dizer que estamos diante de um fonema que se realiza automaticamente como consoante diante de vogal e como vogal diante de consoante.” O problema parecia ser

similitudinem coniunctas vocales digammon appellari grammatici voluerunt, ut ‘votum,’ ‘virgo.’ 9. Inter semivocales autem quaedam liquidae dicuntur propterea, quia interdum in una syllaba postpositae aliis consonantibus deficiunt et a metro excluduntur. Ex quibus duae apud Latinos liquescunt L et R, ut ‘fragor,’ ‘flatus.’ Reliquae M et N apud Graecos liquescunt: ut ‘Mnestheus.’ 10. Decem et septem autem Latinis litteris vetus scriptura constabat. Vnde et legitimae nominantur illa ratione, scilicet vel quod ab E vocali incipiunt et in mutum sonum desinunt, ut sunt

dentre as semivogais, dizem, por essa razão, que algumas são líquidas, pois, às vezes, numa sílaba, postostas a outras consoantes, extinguem-se e são excluídas por razões métricas. Destas, duas, L e R, para os latinos, liquêfazem-se, como em *fragor* (“fractura, fragor”), *flatus* (“sopro, flato”). Restam M e N que, entre os gregos, se liquêfazem como em *Mnestheus* (“Mnesteu, um companheiro de Éneas”). 10. A velha escrita, porém, constava de dezessete letras latinas. Onde também, por esse motivo, são nomeadas *legitimae* (“justas”)⁵³, evidentemente ou porque começam pela vogal E e encerram num som mudo, como são consoantes, ou porque começam pelo seu próprio som e

sentido especialmente em situações em que a um V se seguia outro V. “[...] A razão alegada é que, se tomarmos VV para representar as duas vogais, ler-se-ão duas sílabas, em virtude de uma regra conhecida que diz duas vogais idênticas que se seguem pertencem a duas sílabas diferentes. As grafias tradicionais em VO talvez fossem, portanto, analisadas e justificadas como se representassem *duas vogais diferentes* suscetíveis de se fundirem em uma única sílaba. Porém, se dessa forma se estivesse expressando a silabação, não se expressava o novo timbre da segunda vogal. A substituição de VO por VV justificava-se por uma análise que fazia do primeiro V uma consoante. [...] Em outras palavras, havia realmente algo particular e mal definido na realização de /w/ diante de uma vogal de timbre /u/ e devia-se sentir que não se lia do mesmo modo o sinal V em *riuus*, *seruus* ou em *uates*, *uinum*, etc. Nasceu daí a necessidade de acrescentar um sinal suplementar que permitisse marcar a singularidade desse som”. (*ibid.*, p. 167-168).

⁵³ Isidoro segue, provavelmente, um esquema encontrado em Varrão, o qual “[...] dizia que havia 17 letras básicas, 17 letras simples (e não 16) em latim: ‘Enquanto há 23 letras latinas, Varrão diz que há 17; ele pensa que as outras são inúteis.’ (Sergius, *GL IV*, 519, 11), afirmação que se pode precisar por comparação com um trecho de Diomedes: ‘Alguns estimaram que bastavam 17 letras para a fonética [*sic*] latina, visto que, das 23, uma é a marca de aspiração, H, uma é dupla, X, duas são inúteis, K e Q, e duas são gregas, Y e Z’ (*GL I*, 423, 31)” (Desbordes, *op. cit.*, p. 132). As *legitimae* (“justas”) de que fala o texto referem-se, portanto, àquelas que se aproximariam de uma relação paritária som-letra. Na seqüência da exposição, é justamente sobre esse ponto que o texto isidoriano discorre.

consonantes, vel quod a suo sono incipiunt et in vocalem E desinunt, ut sunt mutae [et sunt A.B.C.D.E.F.G.I.L.M.N.O.P.R.S.T. et U]. 11. H autem littera pro sola aspiratione adiecta postea est. Vnde et a plerisque aspiratio putatur esse, non littera, quae proinde aspirationis nota dicitur, quia vocem elevat. Aspiratio enim est sonus uberius elatus, cuius

terminam com a vogal E, como são mudas⁵⁴ [e são A.B.C.D.E.F.G.I.L.M.N.O.P.R.S.T. e V.]. 11. A letra H, todavia, foi adicionada, mais tarde, apenas como uma forma de aspiração⁵⁵. Donde também é vista pela maioria como uma forma de aspiração e não como uma letra, que é chamada, portanto “marca de aspiração”, pois eleva a voz. Com efeito, a aspiração é um som produzido mais elevado, a qual contrária é a prosódia, um som igualmente modulado⁵⁶. 12. A letra K, foi

⁵⁴ Ou seja, aquelas letras por cujos nomes se verifica se são simples – e, portanto, justas e úteis – ou não – e, portanto, inúteis, seja porque representam sons duplos ou porque não representam som algum.

⁵⁵ A questão do H latino é bastante complexa, seja no que diz respeito a sua cunhagem, seja em relação à sua representatividade fônica. Os debates acerca de sua história e validade culminavam, amiúde, em discussões relativas ao estatuto de uma *littera*. “[...] segundo Marius Victorinus (e sua fonte), na Grécia, as letras suplementares Θ, Φ e Χ substituíram os grupos TH, ΠH, KH, mas os latinos não admitiram tais suplementos, conservaram o antigo uso e escreveram sempre TH, PH e CH. Assim H, com valor de aspiração tanto em grego quanto em latim, não é encontrado nas 16 letras primitivas; mas ele existiu *antes* das 8 letras suplementares, visto que servia nos grupos TH, ΠH, KH e que uma das 8 letras suplementares, o *êta*, retomou sua forma com valor diferente: ‘O H entre os gregos, antes de entrar na série das vogais (quando E era escrito tanto para uma longa quanto para uma breve) com o valor que representamos hoje colocando um *apex*, desempenhava o papel de aspiração: quanto a nós, conservamo-lo para as palavras estrangeiras e o utilizamos hoje diante de vogais e depois de C, T e P.’ (GL VI, 24, 8). Vê-se, em outros textos, que os latinos sabiam que o sinal H fora utilizado pelos gregos para notar a aspiração antes de servir para representar a vogal longa [ē] [...]” (DESBORDES, 1995, p. 140). Certamente, no período em que emerge o texto isidoriano, a aspiração de que a letra H seria a representação gráfica inexistente como fenômeno da língua coetânea. A recomendação para “aspirar” quando ocorre, na escrita, um H, deve-se à tentativa de “restituir” a prosódia de outras línguas (grego, hebraico) ou de períodos em que no latim havia aspiração. Ademais, trata-se de uma recomendação de leitura “etimológica”, a qual, por conseguinte, recusa uma idéia de usar a escrita como forma de “fonografia”, mas sim como representação “logogramática”, uma vez que, estabelecidas diferenças de leitura entre palavras com ou sem H, diminuem as tão indesejadas ambigüidades que “atormentavam”, em muitos casos, as reflexões sobre língua na Antigüidade e Idade Média.

⁵⁶ A comparação com a prosódia deve ter surgido de uma influência grega, como aponta Desbordes (*op. cit.*, p. 158): “A distinção entre *littera* e *nota* deve ter sido influenciada pela comparação como o sistema grego, que marca a aspiração e a não-aspiração através de sinais particulares, não-integrados ao alfabeto e colocados (eventualmente) acima das letras, pois presumia-se que constituíam a parte essencial da escrita: o H latino parece ser o equivalente do ‘espírito rude’ do grego, o pequeno sinal a indicar que se deve produzir um som aspirado. A teoria grega da prosódia desempenhou igualmente um papel [...]. A idéia fundamental é que uma

contraria est prosodia, sonus aequaliter flexus. 12. K litteram Salvius ludimagister pri[m]us Latinis adiecit, ut in sono discrimen faceret duarum litterarum C et Q; quae ideo supervacua dicitur, quia exceptis ‘Kalendis’ superflua iudicatur: per C enim universa exprimimus. 13. Q litteram nec Graeci resonant, nec Hebraei. Exceptis enim Latinis hanc nulla alia lingua habet. Haec

o mestre-escola Sálvio⁵⁷ o primeiro a adicioná-la às letras latinas, para que se fizesse distinção, quanto ao som, entre as letras C e Q. Aquela letra, por essa razão, é chamada de inútil, pois, com exceção de *Kalendae* (“calendas”), julga-se supérflua⁵⁸. Pelo C, portanto, exprimimos todos os casos. 13. Não atribuem som à letra Q nem os gregos nem os hebreus⁵⁹. Então, com exceção da latina, nenhuma outra língua possui essa letra. Essa não existia antes. Daí que também se diz que

emissão de voz é *necessariamente* breve ou longa, aspirada ou não-aspirada, e que ocupa um lugar relativo na escala das alturas; a voz é de fato um ‘corpo’ de três dimensões: comprimento, espessura (aspiração ou não-aspiração) e altura. Portanto, mesmo quando as dimensões da voz não são representadas graficamente, o leitor as produz automaticamente logo que identifica a *palavra*, visto que toda palavra é caracterizada por uma seleção nas dimensões possíveis. Porém, quando a identidade da palavra é incerta, as dimensões da voz em cada sílaba também o são; de onde a necessidade, sentida muito cedo na Grécia, de fornecer também uma representação gráfica das dimensões, pelo menos nos casos em que pudesse haver ambigüidade”.

⁵⁷ Talvez se trate de *Spurius Carvilius*, o qual, segundo “[...] Plutarco (*Questões romanas*, nº 54 e 59), inspirando-se sem dúvida em Varrão, esse Spurius Carvilius, o primeiro a abrir uma escola elementar em Roma, era liberto de Spurius Carvilius Riga, cônsul em 234 e em 228 [...]” (DESBORDES, 1995, p. 133). É, pelo menos, a opinião de Desbordes (*op. cit.*, p. 134), a qual afirma – não sem doses de uma concepção teleológica e etapista de História – que: “[...] Talvez haja em Isidoro de Sevilha (*Etimologias*, 1, 4, 12) a lembrança de uma teoria segundo a qual Spurius, após ter marcado uma diferença entre C e G, teria marcado (ou restaurado?) uma diferença formal entre C e K, até então confundidos, a fim de representar as variantes da palatal surda. Porém o texto de Isidoro é irremediavelmente confuso – último estágio de uma tradição já sem fôlego”.

⁵⁸ “Todo mundo reconhece que o K é uma letra inútil. De fato, essa letra que só fora usada esporadicamente na época arcaica, em grafias em Ka, tinha em seguida quase completamente caído em desuso. K é uma letra *inutilizada*, a não ser em algumas fórmulas convencionais como o termo *kalendae* que pertence ao calendário” (DESBORDES, *op. cit.*, p. 155).

⁵⁹ Isidoro talvez faça exclusiva menção ao fato de que o som da consoante plosiva labiovelar surda [k^w] que o grupo QV representava no latim clássico – e o Q era quase que somente utilizado em conjunto com V – inexistia tanto em grego como em hebraico. Esse aspecto é confirmado pelos estudos atuais de fonologia histórica de ambas as línguas; quanto à forma da letra, porém, ao contrário do que se dava com a letra grega T, o Hispalense desconhecia o possível ancestral fenício **𐤒**, origem do paleo-hebraico **q**, transformado, na escrita quadrática, em **𐤒**, e origem da antiga letra grega *qoppa* **Ϟ**.

prius non erat. Vnde et ipsa supervacua est vocata, quia per C cuncta veteres scripserunt. 14. X littera usque ad Augusti tempus nondum apud Latinos erat, [et digne hoc tempore, quo Christi nomen innotuit, quod per eam, quae crucis signum figurat, scriptitatur,] sed pro ea C et S scribebant, unde et duplex vocatur, quia pro C et S ponitur, unde et ex eisdem litteris compositum nomen habet. 15. A Graecis [autem] duas litteras mutuavit Latinitas, Y et Z, propter nomina scilicet Graeca, et haec apud

ela é inútil, já que, através do C, os antigos escreviam todas as palavras⁶⁰. 14. A letra X ainda não existia entre os latinos até o tempo de Augusto, [e com justiça nesse período, no qual se tornou célebre o nome de Cristo, o qual por ela, que simboliza o sinal da cruz, muitas vezes é escrito⁶¹] mas, no lugar dela, escrevia-se C e S, daí também ser chamada *dupla*, pois é posta em lugar de C e S, donde também dessas mesmas letras seu nome é composto⁶². 15. Dos gregos, porém, a latinidade emprestou duas letras, Y e Z, por causa das palavras incontestavelmente gregas, mas (essas letras) não eram escritas entre os romanos até o tempo de Augusto⁶³. No

⁶⁰ Ver nota 49 Sobre QV.

⁶¹ Possível referência à prática estenográfica, forte sobretudo a partir da Idade Média, de reduzir a palavra “Cristo” à seqüência de letras χρς, fazendo a correspondência icônica de letras gregas para latinas, uma vez que χρς viria de Χρς, que, por sua vez, nada mais seria do que a abreviação de Χριστός (*Christós*, “Cristo”).

⁶² Sobre o nome da letra, ver nota 44 (nome das letras). Quanto aos seus valores, “numerosos autores dizem corretamente que o X é uma ‘letra dupla’ que nada mais nota que aquilo que notaria perfeitamente a seqüência de duas letras simples, C + S. Contudo, a questão é menos simples do que parece [...]. Varrão, em particular, produz nesse sentido uma análise interessante: ‘Há, aparentemente, algo de mais semelhante que a última letra de *crux* e a última letra de *Phryx*? Se ouvimos pronunciar tais palavras, o ouvido não percebe nenhuma diferença. Porém, quando se comparam com outras formas dessas palavras, percebe-se que não se trata da mesma coisa; tomemos, por exemplo, *cruces* e *Phryges* e retiremos o E da última sílaba: num caso obtemos *crux*, resultado de C + S, no outro, *Phryx*, resultado de G + S’ (*A língua latina*, 9, 44). Essa hábil demonstração prova que X é não somente uma ‘letra dupla’ mas também o sinal de um grupo fônico em que se anula a diferença entre /k/ e /g/ (far-se-ia intervir hoje a noção de *arquifonema*)” (DESBORDES, 1995, p. 156). O fato de Varrão, autor que Isidoro cita alhures, ter escrito sobre a letra X, desautoriza a menção relativa ao surgimento da letra no tempo de Augusto.

⁶³ Ao dizer que Z e Y eram letras gregas e que só as palavras vindas dessa língua deveriam ser escritas com elas, Isidoro refere-se ao fato de que – como se poderá ver mais adiante no texto – algumas palavras de origem latina eram também grafadas com Z em sua época, muitas vezes, numa tentativa de marcar alguma mudança nas realizações dessas palavras. Embora Desbordes (*op. cit.*, p. 136-137) dê exemplos de textos que

Romanos usque ad Augusti tempus non scribebantur, sed pro Z duas S ponebant, ut ‘hilarissat’; pro Y vero I scribebant.

16. Vnicuique autem litterae tria accidunt: nomen, quomodo vocetur; figura, quo caractere signetur; potestas, quae vocalis, quae consonans habeatur. A quibusdam et ordo adicitur, id est quae praecedit, quae sequitur, ut A prior sit, subsequens B. A autem in omnibus gentibus ideo prior est litterarum, pro eo quod ipsa prior nascentibus vocem aperiat.

17. Nomina autem litterarum gentes ex sono propriae linguae dederunt

lugar de Z, punham-se dois S, como em *hilarissat*⁶⁴; em vez de Y, então, era escrito I. 16. Entretanto, para cada letra, três são os acidentes: *nome*, (ou seja,) de que modo pode ser chamada; *figura*, com qual caractere se pode representá-la; *qualidade*, se vogal ou consoante. Por alguns, também se adiciona *ordem*⁶⁵, ou seja, qual letra precede, qual se segue, de modo que A é a primeira, B a subsequente. No entanto, A, em todos os povos é, por essa razão, a primeira das letras, isso por que ela própria, em primeiro lugar, abre a boca aos recém-nascidos. 17. Os povos nomearam as letras segundo o som de sua própria língua, observados e discernidos aqueles que são produzidos pela boca. Com

constatam a existência, em épocas anteriores ao tempo de Augusto, de palavras não-gregas grafadas com Z – mas cuja sonoridade ainda hoje é motivo de debate –, “[...] não importa quais possam ter sido seus antecedentes e suas vicissitudes, o alfabeto latino clássico compreende vinte e uma letras [...], às quais são acrescentadas duas letras gregas, Y e Z, introduzidas para a notação das palavras de origem grega e reservadas, em princípio, a esse uso; essas letras, aliás, são sentidas como ‘estrangeiras’ durante o nosso período [até séc. III d.C.]” (*ibid.*, p. 153).

⁶⁴ Composição a partir de, provavelmente, um adjetivo latino *hilaris* mais um sufixo verbal grego, *-isdein* ou *-izein* (–ίζειν), latinizado como *-izare*, sobre o qual Maurer Jr (1951, p. 119). Afirma: “[...] Este sufixo, muito usual no grego, aparece cedo no latim, primeiro sob a forma **issare** (**moechissare**, **atticissare**), depois em uma forma popular **-idiare** [...]. A língua eclesiástica introduziu o sufixo grego em uma forma mais aproximada do original. Ele aparece desde Tertuliano em palavras de origem grega, juntando-se depois também a temas latinizados. Encontram-se primeiro: **baptizare**, **exorcizare**, **christianizare** (Tertuliano), **iudaizare**, **catechizare**, **agonizare**, **martyrizare**, **thesaurizare**, **paganizare**, mais tarde: **cicatrizare**, **pulverizare**, etc. O sufixo estende-se bastante no latim medieval, de onde entra, na forma erudita, para o romance, chegando com o tempo à maior popularidade, o que acontece modernamente em tôdas as línguas românicas do Ocidente”.

⁶⁵ Na terminologia grega, temos *ónoma* (ὄνομα, “nome”), *týpos* (τύπος, “tipo, caractere”) ou *skhêma* (σχῆμα, “figura”), *dýnamis* (δύναμις, “força, valor”) e *thésis* (θέσις, “posição, ordem”). Cf. Desbordes (*op. cit.*, p. 101-105).

notatis oris sonis atque discretis. Nam postquam eas animadverterunt, et nomina illis et figuras inposuerunt: figuras autem partim ex placito, partim ex sono litterarum formaverunt: ut puta I et O, quarum uni sicut exilis sonus, ita tenuis virgula, alterius pinguis sonus, sicut et plena figura. Potestatem autem natura dedit, voluntas ordinem et apicem. 18. Inter figuras litterarum et apicem veteres dixerunt, apicem dictum propter quod

feito, depois que lhes deram atenção, impuseram-lhes tanto nomes quanto figuras – cunharam as figuras, no entanto, em parte arbitrariamente, em parte a partir do som das letras, por exemplo: I e O, dos quais um tem um som fraco assim como uma linha fraca e o outro som forte assim como também uma figura cheia⁶⁶. A qualidade, porém, foi a natureza quem deu; a ordem e o acento foram a vontade humana. 18. Entre as figuras das letras, os antigos criaram a marca de longa, chamada

⁶⁶ Aqui uma amostra daquilo que Desbordes (1995, p. 190) chama de “simpatia do significante e do significado”, verdadeira “heresia” anti-saussuriana e digna de (pobres) crianças. Ao comentar grafias intencionalmente arcaizantes, vocifera: “[...] mais um passo e chegaremos à idéia de que a grafia pode, em certos casos, imitar a seu modo o sentido da palavra. Tal é a lógica, bem conhecida, das crianças que escrevem *as assas* com dois S (porque existem duas asas) e *os bolsos vazios*, sem S (porque não há nada dentro deles). Talvez fosse esse o sentimento que levava o grande Pompeu a escrever *kadamitas* (calamidade) em lugar de *calamitas* a fim de tornar a palavra tão atroz quanto a coisa, [...]” E, por fim, lamenta que “sem dúvida, a idéia de adequação do significante e do significado esteve em todas as épocas e está *ainda hoje* [grifos nossos] profundamente enraizada, *a despeito de* [grifos nossos] todas as demonstrações da ‘arbitrariedade do signo’ [...]” (*ibid.*, p. 191). É uma pena, então, que, na China, em alguns casos, tenha-se aproximado significado e escrita como, por exemplo, no caso em que para ‘pássaro’ corresponda, na escrita mais antiga 𪗇, antes de se chegar a uma forma mais “abstrata” 鳥; ou talvez, é de lamentar o uso que muitas comunidades judaicas da Antigüidade faziam da escrita paleo-hebraica, talvez, por “puro” e “simples” decoro diante do nome de Deus: assim, em lugar de se escrever o inefável tetragrama (YHWH) na escrita quadrática, יהוה, preferia-se a escrita antiga, **hwhy**. A concepção, às vezes, por demais cartesiana com que trabalha a autora desconsidera que fenômenos que não pertencem, *stricto sensu*, àquilo que se chama “ordem da língua”, interferem também em certos pontos dela e podem, conseqüentemente, ajudar a mudá-la ou a conservá-la. O que uma explicação lingüística *strictissimo sensu* pode dizer de fenômenos como, por exemplo, o “ressurgimento” de uma língua, tal qual aconteceu com o hebraico por meio do movimento sionista de meados do século XIX? Ou que dizer da tentativa dos revolucionários franceses de abolir o antigo calendário gregoriano, cujo ponto de referência era o nascimento de Jesus e cujos nomes dos meses eram herança romana, substituindo-o por um outro, cujos nomes remeteriam às estações do ano, e cuja orientação não seria mais o nascimento de Cristo, mas sim a Revolução?

longe sit a pedibus, et in cacumine litterae adponatur. Est enim linea iacens super litteram aequaliter ducta. [Figura autem, qua tota littera scribitur.]

5. De grammatica

1. Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum. Haec in disciplinis post litteras communes inventa est, ut iam qui didicerant litteras per eam recte loquendi rationem sciant. Grammatica autem a litteris nomen accepit. Γράμματα enim Graeci litteras vocant.

2. Ars vero dicta est, quod artis praeceptis regulisque consistat. Alii dicunt a Graecis hoc tractum esse vocabulum ἀπὸ τῆς ἀρετῆς, id est a virtute, quam scientiam vocaverunt.

3. Oratio dicta quasi oris ratio. Nam orare est loqui et dicere. Est autem oratio contextus verborum cum sensu.

ápice, visto que fica longe dos pés e é posto no topo da letra⁶⁷. É, pois, uma linha traçada uniformemente sobrejacente à letra. [No entanto, figura é aquilo pelo qual a letra inteira é escrita].

5. Da gramática

1. Gramática é a ciência do falar corretamente, assim como a origem e o fundamento das letras liberais. Essa, dentre as disciplinas, surgiu depois da invenção das letras comuns, para que aqueles que, tendo já aprendido as letras, conheçam, através dela, a regra do falar corretamente⁶⁸. No entanto, gramática toma seu nome de “letra”, pois os gregos chamam *littera* de *grámmata* (γράφματα).

2. Foi dita arte, porém, pois se funda nos princípios e regras da arte. Outros dizem que o vocábulo veio do grego *areté* (ἀρετή), ou seja, *uirtus*, em latim, e a ela chamaram de ciência.

3. Chamou-se *oratio* (“discurso”) como se fosse uma “razão da boca” (*oris ratio*)⁶⁹.

⁶⁷ Isto é, *apex* (gen. *apicis*) vem de *a pedibus*, tendo esse último sintagma valor duplo, pois tanto serve para etimologizar a forma de *apex* (*a + pes*) quanto o sentido (“a partir do pé”).

⁶⁸ Cf. Quint. *Inst. or.* I, 4, 1: “Tão logo a criança tenha aprendido bem a ler e a escrever, deve ser posta aos cuidados do gramático” (Trad. Pereira, 2000, p. 87).

⁶⁹ Desbordes (1995, p. 96), comentando uma *ars grammatica* latina em que se verifica uma tentativa de traduzir ou, pelo menos, manter certas terminologias estoicas sobre a linguagem, explica a ocorrência do sintagma *oris ratio*: “[...] *oratio* é o enunciado provido de significação: a ‘etimologia’ por *oris ratio* procura estender à palavra latina algo do valor duplo do *logos* grego, ao mesmo tempo, ‘enunciado e razão’”.

Contextus autem sine sensu non est oratio, quia non est oris ratio. Oratio autem plena est sensu, voce et littera. 4. Divisiones autem grammaticae artis a quibusdam triginta dinumerantur, id est, partes orationis octo: vox articulata, littera, syllaba, pedes, accentus, positurae, notae, orthographia, analogia, etymologia, glossae, differentiae, barbarismi, soloecismi, vitia, metaplasmata, schemata, tropi, prosa, metra, fabulae, historiae.

Pois expressar-se é falar e discursar. É o discurso um tecido de palavras com sentido. Por outro lado, um tecido sem sentido não é discurso, já que não há uma “razão da boca”. Porém, um discurso é pleno por meio do sentido, do som e da letra⁷⁰. 4. Alguns elencam trinta divisões da arte gramatical, ou seja, as oito partes do discurso, voz articulada, letra, sílaba, pés, acento, pontuações, notas, ortografia, analogia, etimologia, glossas, diferenças, barbarismos, solecismos, vícios, metaplasmos, figuras, tropos, prosa, métrica, fábulas, histórias⁷¹.

⁷⁰ É, mais ou menos, o esquema tripartido dos estóicos: o discurso, *lógos* (λόγος)/*oratio*, portador da significação, constitui-se de uma seqüência significativa, *léxis* (λέξις)/*dictio* ou *uox articulata* – a qual é articulada e, portanto, passível de escrever com as *grámmata* (γράμματα)/*litterae* –, discernida a partir de uma seqüência fônica, *phōnē* (φωνή)/*uox*. Desbordes (1995, p. 92-93), interpretando uma passagem de Diógenes Laércio acerca do esquema estóico, reescreve-a assim: “[...] todo *logos* é *lexis*, e toda *lexis* é *phōnē*, mas nem toda *phōnē* é *lexis* e nem toda *lexis* é *logos*. [...] A articulação é um caráter da *lexis*, e o fato de ser escrevível (*engrammatos*) é o teste dessa articulação, que tem os traços de descontinuidade e de distinção. São esses mesmos traços de descontinuidade e de distinção que fazem da *lexis* um significante (*sēmaion* – o termo pertencente ao vocabulário estóico) suscetível, eventualmente, de ser portador de uma significação, de tornar-se um *logos*. A articulação do significante é condição necessária do *logos* emanando de um ser de razão (nem animais, nem crianças): é próprio da razão proceder pelo mensurável e, portanto, pelo descontínuo, o que pode ser apreendido como unidade fixa e identificável. Mas não basta que haja voz articulada para haver *logos*. O material articulado – e escrevível – pode também ser produzido ‘sem o efeito esperado’, sem servir de suporte a uma significação. Essa é uma idéia muito importante, e que vai mais longe que a simples constatação de que se podem juntar ao acaso ‘sons da linguagem’, como em *blituri*. As crianças ou os pássaros pretensamente falantes articulam palavras, quer dizer, *lexis*, seqüência suscetível de carregar significação, mas que, nesse caso, não a carrega efetivamente. Só há significação no *logos*, enunciado completo, e as palavras não participam da significação, senão por sua integração em um tal *logos*”. Há, no entanto, sons não-escrevíveis, significantes, como afirma o gramático Velius Longus (*GL VII* apud Desbordes, 1995, p 97): “[...] O que dizer do fato de sons não-escrevíveis terem uma significação, embora não seja possível escrevê-los? Por exemplo, podemos muito bem incitar as crianças a responder estalando os dedos”.

⁷¹ “Os capítulos finais do livro I das *Etymologiae* – *De prosa, De metris, De fabula, De historia, De primis auctoribus historiarum, De utilitate historiae, De generibus historiae* – apresentam uma síntese única das teorias clássica e cristã acerca dos gêneros literários e da história literária. [...] As definições das matérias literárias apresentadas na última seção do *De grammatica* de Isidoro foram grandemente difundidas na Idade

6. De partibus orationis

1. Partes orationis primus Aristoteles duas tradidit, nomen et verbum; deinde Donatus octo definivit. Sed omnes ad illa duo principalia revertuntur, id est, ad

6. Das partes do discurso

1. Aristóteles foi o primeiro a apresentar duas partes do discurso: nome e verbo; mais tarde, Donato⁷² definiu-as em oito⁷³. Mas todas se voltam àquelas duas principais, isto é, o nome e o verbo, as quais expressam o agente e a ação. As

Média [...]” (*The concluding chapters of Etymologiae I* (De grammatica) – De prosa, De metris, De fabula, De historia, De primis auctoribus historiarum, De utilitate historiae, De generibus historiae – *present a unique synthesis of late classical and Christian theory on literary genres and literary history. [...] The definitions of literary matters presented in the last sections of Isidore's De grammatica were widely disseminated in the Middle Ages [...]*; Irvine, 1994, p. 234).

⁷² Élio Donato [*Aelius Donatus*] (séc. IV d.C.), ou simplesmente Donato, foi um “[...] gramático latino da Antigüidade. Talvez nascido em torno de 310 e talvez de origem africana, tornou-se, mais ou menos em 354, professor em Roma, onde teve Jerônimo como aluno. Seu renome é atestado por seu título de *clarissime* e por sua promoção à fileira de professor de retórica. Seu *Ars grammatica* parece ter precedido a seus dois Comentários, sobre Virgílio e Terêncio. [...] A *Ars* de Donato representa, após a crise do século III, a fixação rígida e escolar de um saber gramatical mínimo, quando as problemáticas originais desaparecem sob a simplificação de definições elementares. Ela servirá de modelo a toda obra de gramática elementar até o Renascimento. [...] O tipo de apresentação utilizada por Donato permitiu a transmissão de uma doutrina gramatical de base ao longo da Alta Idade Média, na parte ocidental do antigo Império romano: na seqüência do comentário de Sérvio e até a redescoberta de Prisciano, Donato representa o soclo do ensinamento gramatical. Mais tarde, os gramáticos tentam uma difícil reconciliação entre a apresentação de Prisciano e a de Donato. Malgrado uma desvantagem progressiva em proveito de Prisciano, a obra de Donato conheceu uma fortuna extraordinária até o Renascimento, com adaptações, traduções, e serviu de base às primeiras descrições das línguas vernaculares”. ([...] *Grammairien latin de l'Antiquité. Peut être né vers 310 et peut-être d'origine africaine, il devint vers 354 professeur à Rome, où il eut pour élève Jérôme. Son renom est attesté par son titre de clarissime et sa promotion au rang de professeur de rhétorique. Son Ars grammatica paraît avoir précédé ses deux Commentaires, sur Virgile et sur Térence. [...] L'Ars de Donat rreprésente, après la crise du 3^e s. la fixation rigide et scolaire d'un savoir grammatical minimum, où les problématiques originelles disparaissent sous la simplification des définitions élémentaires. Elle servira de modèle à tout ouvrage de grammaire élémentaire jusqu'à la Renaissance. [...] le type de présentation utilisé par Donat a permis la transmission d'une doctrine grammaticale de base au cours du Haut Moyen Age, dans la partie occidentale de l'ancien Empire romain: à la suite du commentaire de Servius et jusqu'à la redécouverte de Priscien, Donat représente le socle de l'enseignement grammatical. Ensuite les grammairiens tentent une difficile conciliation entre la présentation de Priscien et celle de Donat. Malgré une défaveur progressive, au profit de Priscien, l'ouvrage de Donat a connu une fortune extraordinaire jusqu'à la Renaissance, avec des adaptations, des traductions, et a servi de base aux premières descriptions des langues vernaculaires;* Colombat, 1998, p. 40-1).

⁷³ Essa afirmação poderia ser entendida como prova do desconhecimento de Isidoro da tradição anterior, uma vez que não foi só Donato quem falou em oito categorias gramaticais. Todavia – não obstante vários indícios, dados ao longo do texto, de que Isidoro trabalhou com múltiplas fontes, fosse com as obras em si ou “simplificações”, “resumos” etc. – o verbo empregado aqui, *definire*, pode ser entendido como “fixar, estabelecer”, como se o famoso gramático, graças a sua *auctoritas*, tivesse “posto fim à discussão”, “chegado ao termo”. Mais à frente, o bispo de Sevilha afirma que outros autores definem cinco categorias, mas, ao longo das *Etimologias*, se percebe que a palavra atribuída a Donato soa como um veredito.

nomen et verbum, quae significant personam et actum. Reliquae adpendices sunt et ex his originem trahunt. 2. Nam pronomen ex nomine nascitur, cuius officio fungitur, ut ‘orator ille.’ Adverbium de nomine nascitur, ut ‘doctus, docte.’ Participium de nomine et verbo, ut ‘lego, legens.’ Coniunctio vero et praepositio vel interiectio in complexu istarum cadunt. Ideo et nonnulli quinque partes definierunt, quia istae superfluae sunt.

7. De nomine

1. Nomen dictum quasi notamen, quod

demais são apêndices e tiram daquelas sua origem. 2. Com efeito, o pronome nasce a partir do nome (substantivo), cuja função exerce, como em *orator ille* (“aquele orador”). O advérbio nasce do interior do nome (adjetivo), por exemplo, *doctus* (“douto”), *docte* (“doutamente”). O participio do interior do nome e do verbo, como em *lego* (“leio”), *legens* (“o que lê”). Por outro lado, tanto a conjunção quanto a preposição ou a interjeição apresentam-se em conexão com as demais. Por isso, alguns delimitaram as partes do discurso em cinco, já que essas últimas são supérfluas⁷⁴.

7. Do nome

1. Chama-se nome como se fosse *notamen* (“sinal de designação”)⁷⁵, uma

⁷⁴ O critério utilizado por Isidoro é, falando anacronicamente, “semântico”. Para ele, essas partes do discurso, por si só, são esvaziadas semanticamente, e suas funções – adquiridas somente quando encaixadas em enunciados, quando se relacionam às outras partes do discurso semanticamente plenas – é ou de apresentar nuances de sentido (preposições), ou de reunir dizeres (conjunções) ou de representar expressividade (interjeições). Essas classificações seguem de perto algumas feitas pelos estóicos (cf. Atherton, Blank, 2006, p. 357-362), as quais, embora possam ter momentos de “formalismo”, são fortemente “semânticas” e/ou “funcionais” (*ibid.*, p. 357).

⁷⁵ Swiggers (1992a, p. 79) chama a atenção para o fato de que, na terminologia gramatical empregada pelos Padres da Igreja, os nomes “[...] estão divididos, conforme sua referência, em nomes próprios (com vários subtipos: *praenomen*, *nomen*, *cognomen*, e *agnomen*) e em nomes comuns. A divisão, pouco homogênea, desses últimos baseia-se em critérios semântico-etimológicos (cf., por exemplo, as classes *corporalia*, *incorporalia*, *generalia*, *principalia* ...) ou morfo-etimológicos (cf., por exemplo, as classes *tota graeca*, *tota latina*, *media* ...). Ao lado desse valor semântico-sintático (designado pelo termo *qualitas*), reconhece-se cinco acidentes próprios aos nomes: grau de comparação, gênero, número, *figura* (simples ou composta) e caso.” (*Les noms, définis comme des mots à flexion casuelle, sont divisés d’après leur référence en noms propres (avec plusieurs sous-types: praenomen, nomen, cognomert et agnomen) et en noms communs. La division, peu homogène, de ces derniers est basée sur des critères sémantico-étymologiques (cf. par exemple les*

nobis vocabulo suo res notas efficiat.
Nisi enim nomen scieris, cognitio rerum
perit. Propria nomina dicta quia specialia
sunt. Vnius enim tantum personam
significant. Species propriorum nominum
quattuor [sunt]: praenomen, nomen,

vez que, através de seu vocábulo, faz que
as coisas nos sejam notáveis⁷⁶. Com
efeito, se não tiveres conhecido o nome,
não haverá conhecimento das coisas. São
chamados “nomes próprios”, pois são
especificadores⁷⁷. Com efeito, eles se
referem somente a uma pessoa. Quatro
são os tipos de nomes próprios: prenome,
nome, cognome e agnome. Chama-se

classes corporalia, incorporalia, generalia, principalia, ...), ou sur des critères morphologico-étymologiques (cf. par exemple les classes tota graeca, tota latina, media,...). A côté de cette valeur sémantico-syntaxique (désignée par le terme de qualitas), on reconnaît cinq accidents propres aux noms: degrés de comparaison, genre, nombre, figura (simple ou composée) et cas.)

⁷⁶ O termo empregado, *nota*, tem deliberada polissemia. Embora, sintaticamente, seja um participio passado feminino derivado do verbo *noscere*, é inegável a lembrança do substantivo *nota*, derivado do mesmo verbo. Assim, uma *res nota* é aquilo que foi notado, tornado conhecido, e a *nota*, sinal, é aquilo pelo qual algo se torna conhecido. Um é o resultado de um processo, *noscere*, outro o instrumento desse processo. Para Irvine (1994, p. 223): “A etimologia de *nomen* (substantivo, nome) a partir de *nota* (coisa notada, signo, símbolo) pode-se achar na maioria das *artes grammaticae*, mas Isidoro projeta essa etimologia em direção a uma filosofia da linguagem, ou melhor, a uma ontologia e epistemologia fundamentais, pressuposições básicas de tipo agostinianas. As coisas são conhecidas através dos signos, e o conhecimento é discursivo [...]” (*The etymology of nomen (noun, name) from nota (known thing, sign, token) can be found in many of the artes grammaticae, but Isidore projects this etymology into a philosophy of language, indeed, a fundamental ontology and epistemology, the underlying presuppositions of which are Augustinian. Things are known through signs, and knowledge is discursive [...]*).

⁷⁷ Pode-se dizer que havia dois pontos de vista diferentes, mas não excludentes, a esse respeito. Comentando a divisão das partes do discurso presente na *Tékhnē grammatiké*, Neves (2005, p. 162-163) afirma: “As definições de *nome próprio* e de *nome comum* são mais filosóficas do que a definição de *nome*, como não poderia deixar de ser, desde que a diferença que os separa tem uma base nocional. Em ambas as definições interfere a *essência* platônica, *própria* para o nome próprio, *comum* para o nome comum. O termo *kyrion* [κύριον, *kýrion*] (latim *proprium*), aplicado ao *ónoma*, indicaria o nome por excelência, o nome propriamente dito, aquele ao qual cabe exatamente a denominação *ónoma*. O termo *prosegorikón* [προσηγορικόν, *prosegorikón*] ‘apelativo’, é o ‘nome que serve para nomear’. Já vai longe a querela naturalismo/convencionalismo, mas é ainda efeito dela chamar-se *apelativo* ao nome que verdadeiramente nomeia, o nome ‘por natureza’, desde que o nome próprio é necessariamente ‘por convenção’. A força de uma oposição filosófica não chega, porém, ao ponto de manter a separação estóica de *nome próprio* e *nome comum* como duas partes do discurso isoladas”. Cf. também Atherton e Blank (2006, p. 358-359): “Desacordo [...] divide a teoria gramatical estóica e não-estóica a respeito do nome próprio (*ónoma*) e do apelativo ou nome comum (*prosegoría*). Crisipo parece ter sido o primeiro a tratá-los como partes separadas do discurso, sobretudo por razões semânticas, embora também recorre-se a considerações formais. Tal isomorfismo formal/semântico caracterizará o estado pristino da linguagem. A divisão foi rejeitada pela tradição gramatical, que, no entanto, aceitou a inclusão em uma categoria única, realizada pelos estóicos, daquilo que a gramática tradicional viria a chamar substantivos e adjetivos comuns – a dos ‘nomes comuns’.”

cognomen, agnomen. Praenomen dictum eo, quod nomini praeponitur, ut ‘Lucius,’ ‘Quintus.’ 2. Nomen vocatum, quia notat genus, ut ‘Cornelius.’ Cornelii enim omnes in eo genere. Cognomen, quia nomini coniungitur, ut ‘Scipio.’ Agnomen vero quasi accedens nomen, ut

“prenome” pelo fato de que é preposto ao nome propriamente dito, por exemplo, *Lucius* (“Lúcio”), *Quintus* (“Quinto”)⁷⁸. 2. É chamado nome, pois marca a família, como em *Cornelius* (“Cornélio”). Com efeito, todos, nessa família, são *Cornelii*⁷⁹. Cognome, já que se conjunta ao nome, e.g., *Scipio* (“Cipião”). Agnome, porém, como se fosse “acedente ao nome”, como em *Metellus Creticus* (“Metelo Crético”)⁸⁰,

⁷⁸ Os nomes próprios de um típico *dominus* ou *pater familias* romano constituíam-se, como nos mostra Isidoro, de três partes: o prenome, o nome da *gens* e o cognome ou nome da família. Os mais comuns eram *Gaius*, *Marcus*, *Lucius*, *Tiberius*, *Titus*, *Gnaeus*, *Publius* e *Quintus*. As mulheres, por outro lado, não possuíam o prenome, e eram chamadas pela forma feminina do nome da *gens*, por exemplo, *Cornelia*, caso fosse filha de *Cornelius*. Por fim, os escravos recebiam da parte de seus *domini* um nome cuja origem, em geral, remetia a sua procedência, por exemplo, *Syrus* (“Siro” ou “Sírio”), era o nome de escravo comum para alguém vindo da Síria (cf. BAUMGARTEN; HOLTEMANN, 1986, p. 13).

⁷⁹ “CORNELIA GENS, patriciana e plebeia, foi uma das mais distintas *gentes* romana e produziu grande número de ilustres homens mais que qualquer outra casa em Roma. Todas as suas grandes famílias pertenciam à ordem patriciana. Os nomes das famílias patricianas são: ARVINA, BLASIO, CETHEGUS, CINNA, COSSUS, DOLABELLA, LENTULUS (com os agnomes *Caudinus*, *Clodianus*, *Crus*, *Gaetulicus*, *Lupus*, *Maluginensis*, *Marcellinus*, *Niger*, *Rufinus*, *Scipio*, *Spinther*, *Sura*), MALUGINENSIS, MAMMULA, MERENDA, MERULA, RUFINUS, SCAPULA, SCIPIO (com os agnomes *Africanus*, *Asiaticus*, *Asina*, *Barbatus*, *Calvus*, *Hispallus*, *Nasica*, *Serapio*), SISENNA e SULLA. Os nomes das famílias plebeias são Balbus e Gallus, e encontramos também vários cognomes, como *Chrysogonus*, *Culleolus*, *Phagita* etc., dados aos libertos dessa *gens*. Há também diversos mencionado sem qualquer sobrenome [...]” (*CORNELIA GENS patrician and plebeian, was one of the most distinguished Roman gentes, and produced a greater number of illustrious men than any other house at Rome. All its great families belonged to the patrician order. The names of the patrician families are:— ARVINA, BLASIO, CETHEGUS, CINNA, COSSUS, DOLABELLA, LENTULUS (with the agnomens Caudinus, Clodianus, Crus, Gaetulicus, Lupus, Maluginensis, Marcellinus, Niger, Rufinus, Scipio, Spinther, Sura), MALUGINENSIS, MAMMULA, MERENDA, MERULA, RUFINUS, SCAPULA, SCIPIO (with the agnomens Africanus, Asiaticus, Asina, Barbatus, Calvus, Hispallus, Nasica, Serapio), SISENNA, and sulla (with the agnomen Felix). The names of the plebeian families are balbus and gallus, and we also find various cognomens, as Chrysogonus, Culleolus, Phagita, &c., given to freedmen of this gens. There are also several plebeians mentioned without any surname [...]*; SMITH, 1867, v. 1, p. 855).

⁸⁰ Quinto Cecílio Metelo Crético [*Quintus Caecilius Metellus Creticus*] (c. 135-55 a.C.) foi, segundo Smith (1867, v. 2, p. 1064), “[...] cônsul em 69 a.C. junto com Quinto Hortênsio e encarregou-se da conduta da guerra contra Creta, da qual Hortênsio havia declinado, quando a partilha lhe havia dado essa província. Metelo partiu da Itália em 68 a.C. com três legiões. Engajou-se por dois anos inteiros em subjugar a ilha, e não retornou a Roma antes do terceiro ano. A dificuldade da conquista cresceu muito graças à interferência imprópria de Pompeu” (*[...] consul b.c. 69 with Q. Hortensius, and obtained the conduct of the war against Crete, which Hortensius had declined, when the lot had given this province to him. Metellus left Italy in b.c.*

‘Metellus Creticus,’ quia Cretam subegit. Extrinsicus enim venit agnomen ab aliqua ratione. Cognomentum autem vulgo dictum eo, quod nomini cognitionis causa superadiciatur, sive quod cum nomine est. 3. Appellativa nomina inde vocantur, quia communia sunt et in multorum significatione consistunt. Haec in viginti octo species dividuntur, ex quibus corporalia dicta,

pois este subjugou Creta. O agnome, pois, é extrínseco, provém de outro motivo. No entanto, vulgarmente, é chamado cognomento pelo fato de que, a fim de torná-lo cognoscível, é acrescentado ao nome; ou pelo fato de que ele está “com o nome”⁸¹. 3. Daí, chamam-se “nomes apelativos”, já que são comuns e constam na expressão de muitos. Eles se dividem em vinte e oito tipos⁸², dentre os quais são chamados corpóreos, já que ou são visíveis ou tocáveis como *caelum* (“céu”), *terra* (“terra”). 4. Incorpóreos, já que carecem de corpo⁸³, donde não podem ser vistos

68 with three legions. He was engaged two whole years in the subjugation of the island, and did not return to Rome till the third. The difficulty of the conquest was much increased by the unwarrantable interference of Pompey). Após finalmente ter conquistado a ilha de Creta, “[...] em 66 a.C., Metelo retorna a Roma, mas foi impedido pelos partidários de Pompeu de receber o triunfo. Metelo, no entanto, não poderia desistir de sua reivindicação de um triunfo e, por isso, resolveu esperar nas cercanias da cidade por circunstâncias mais favoráveis. Sua paciência era tão grande quanto seu desejo por glória; com efeito, ele ainda esperava diante da cidade em 63 a.C., quando a conspiração de Catilina irrompeu. [...] no ano seguinte, 62 a.C., depois da morte de Catilina, finalmente se permitiu que ele fizesse sua entrada triunfal em Roma e recebesse a alcunha de *Creticus*” ([...] *In b. c. 66 Metellus returned to Rome, but he was prevented from obtaining a triumph by the partisans of Pompey. Metellus, however, could not relinquish his claim to a triumph, and accordingly resolved to wait in the neighbourhood of the city till more favourable circumstances. His patience was as great as his desire for the honour; for he was still waiting before the city in b. c. 63, when the conspiracy of Catiline broke out. [...] and in the following year, b. c. 62, after the death of Catiline, he was at length permitted to make his triumphal entrance into Rome, and received the surname of Creticus*; SMITH, *op. cit.*, v. 2, p. 1064).

⁸¹ *Cognomentum* < *cognoscere* ou *cum nomine*.

⁸² Sob o número de 28 tipos de nomes apelativos, Isidoro parece reunir critérios que, alhures, estavam mais separados. Neves (2005, p. 157-164) aponta na obra atribuída a Dionísio da Trácia 7 espécies de nomes segundo sua derivação, 3 segundo a suas figuras (*schémata*) e mais 24, “[...] bastante diversas, as quais correspondem, nas classificações atuais, a substantivos, adjetivos, pronomes e numerais.” Noutra lista, presente nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano, trazendo reminiscências dos escritos de Apolônio Díscolo, Neves (*op. cit.*, p. 176-180) sistematiza a apresentação desses autores em 20 possibilidades. Na exposição que se segue, portanto, cotejaremos, na medida do possível, essa classificação com esta das *Etimologias*.

⁸³ A relação semântica, embutida na forma da palavra, resulta: *Carent corpus = sine corpora > incorporalis*.

quia vel videntur vel tanguntur, ut ‘caelum,’ ‘terra.’ 4. Incorporalia, quia carent corpus; unde nec videri nec tangi possunt, ut ‘veritas,’ ‘iustitia.’ 5. Generalia, quia multarum rerum sunt, ut ‘animal.’ Nam et homo et equus et avis animal sunt. 6. Specialia, quia partem demonstrant, ut ‘homo.’ Species enim animalium homo. 7. Principalia, quia primam positionem habent, nec aliunde nascuntur, ut ‘mons,’ ‘fons.’ 8.

nem tocados, como, por exemplo, *ueritas* (“verdade”), *iustitia* (“justiça”). 5. Genérico, já que se referem a muitas coisas, como *animal* (“animal”)⁸⁴. Tanto o homem como o cavalo e a ave são animais. 6. Especificadores, os que determinam a parte de um todo, como *homo* (“ser humano”)⁸⁵. Com efeito, o ser humano é uma espécie dentre os animais. 7. Primitivos, já que têm a forma primária e não nascem de outra palavra, como em *mons* (“monte”), *fons* (“fonte”). 8. Derivados, pelo fato de que são derivados de um outro nome, por exemplo, de *mons* vem *montanus* (“montano”)⁸⁶. 9. Diminutivos, uma vez

⁸⁴ “Genérico (*genikón* [γενικόν], latim *generale*), o que pode dividir-se em espécies, como *animal*, *árvore*” (NEVES, 2005, p. 178).

⁸⁵ “Específico (*eidikón* [ειδικόν], latim *speciale*), o que corresponde a uma divisão do gênero, como *homem*, *cavalo*.” (*ibid.*, p. 178).

⁸⁶ A apresentação desses dois últimos tipos de nome pode-se considerar mais “morfológica” que as antecessoras. A identificação da relação entre o nome primitivo e o derivado é fundamental para os pressupostos da etimologia antiga, fosse numa pesquisa mais filosófica ou gramatical da linguagem. “[...] ‘Há duas espécies (de nomes): o nome primitivo e o derivado (*prōtotypón, parágōgon*). O nome primitivo é aquele cuja a constituição é primitiva (*katà thên prōtên thésin*), por exemplo, ‘terra’ (*gê*); o derivado é aquele que tem sua origem a partir de outro, por exemplo, ‘terrestre’ (*gaiéios*).’ (Dionísio da Trácia, *Arte gramatical*, § 12). A posição de Varrão é a mesma: ‘Em matéria de vocabulário, tudo se remete, com efeito, a dois princípios fundamentais: a aplicação e a transformação (*verborum principia impositio et declinatio*) ... Para os nomes aplicados originalmente às coisas (*impositicia nomina*), seus autores não os desejaram senão em número mínimo, mas tencionaram um número máximo de derivados... Há dois tipos de transformação: a transformação arbitrária e a transformação natural (*declinatio voluntaria et naturalis*).’ (Varrão, *A língua latina*, 8.5 e 21).” ([...] ‘Il y a deux espèces (de noms): le nom primaire et le dérivé (*prōtotypón, parágōgon*). Le nom primaire est celui dont l’institution est primitive (*katà thên prōtên thésin*), par exemple ‘terre’ (*gê*); le dérivé est celui qui tient son origine d’un autre, par exemple ‘terrestre’ (*gaiéios*).’ (Denys le Thrace, *Art grammatical*, § 12). La position de Varron est la même: ‘En matière de vocabulaire tout se ramène donc à deux principes fondamentaux, l’application et la transformation (*verborum principia impositio et declinatio*) ... Pour les noms appliqués originellement aux choses (*impositicia nomina*), leurs auteurs n’en ont voulu qu’un minimum, mais ils ont souhaité un maximum de dérivés... Il y a deux types de transformations:

Derivativa eo, quod ex alio nomine deducantur, ut a monte ‘montanus.’ 9. Diminutiva, quia minuunt sensum, ut ‘Graeculus,’ ‘scholasticulus.’ 10. Sono diminutiva, quia sic sonant sicut diminutiva, sed intellectu principalia que diminuem o sentido, como em *Graeculus* (“gregozinho”), *scholasticulus* (“aluninho”)⁸⁷. 10. Há os que são “diminutivos em som”, uma vez que soam como um diminutivo, porém, pelo intelecto, são primitivos, como, por exemplo, *tabula* (“tábua”), *fabula* (“fábula”)⁸⁸. 11. “Inteiramente gregos”,

transformation arbitraire et transformation naturelle (declinatio voluntaria et naturalis).’ (Varron, La langue latine, 8.5 et 21); GAMBARARA, 1989, p. 91-92). Vale lembrar, mais uma vez, que sob o termo *nomen* seria possível referir-se tanto ao que atualmente se chama “substantivo” quanto ao “adjetivo”. Para isso, basta apreciar o exemplo de derivação que Isidoro apresenta, ou seja, um adjetivo (*montanus*) derivando de um substantivo (*mons*).

⁸⁷ “Diminutivo (*hypokoristikón* [ὑποκοριστικόν], latim *diminutivum*), definido por Prisciano como o que indica, de modo absoluto [ou seja, sem fazer uso do grau comparativo], diminuição do primitivo; por exemplo: *regulus* = *parvus rex* (*Institutio oratoria* [*sic!*], III, 26).” (NEVES, 2005, p. 180).

⁸⁸ Isidoro atenta para o fato de que, como acontece em outras línguas, algumas marcas de diminutivos (modernamente chamadas de sufixos) podem estar presentes numa palavra sem que seu sentido assim o seja. Em português, por exemplo, tem-se: “fora da idéia de tamanho, as formas aumentativas e diminutivas podem traduzir o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certos objetos e pessoas, sempre em função da significação lexical da base, auxiliados por uma entoação especial (eufórica, crítica, admirativa, lamentativa, etc.) e os entornos que envolvem falante e ouvinte: *poetastro*, *politicalho*, *livreco*, *padreco*, *coisinha*, *isozinho*. Dizemos então que os substantivos estão em sentido pejorativo. A idéia de pequenez se associa facilmente à de carinho que transparece nas formas diminutivas das seguintes bases léxicas: paizinho, mãezinha, queridinha.” (BECHARA, 2001, p. 141); e, segundo o *Dicionário Houaiss* (DIMINUTIVO): “[...] nos adj. e adv., o suf. dim. *-inho(a)* ger. não indica tamanho, mas valor afetivo ou intensidade (p.ex.: *menina lindinha*; *andar devagarinho*)”. No entanto, os exemplos que cita o Hispalense não são exatamente desse mesmo matiz. Sobre *tabula*, pouco se pode dizer, uma vez que sua etimologia permanece incerta (cf. *OLD*, 1968, p. 1898; e também ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 672). Quanto a *fabula*, se seguirmos a afirmação do *OLD* (1968, p. 665), devemos relacioná-la à raiz do verbo *fari* e ao sufixo formador, não de adjetivos diminutivos, formados por *-ūlus* e *-ēllus* (cf. FARIA, [1995], p. 243), mas sim de substantivos derivados de temas verbais, formados por “*-būlum* ou *-brum*, *-cūlum* ou *-clum* e *-trum* indicam meio, instrumento e mais raramente lugar. Exs.: *uenabūlum* ‘venábulo, instrumento de caça’, de *uenor* ‘caçar’; *flabrum* ‘o soprar do vento’, de *flo* ‘soprar’; *uehicūlum* ‘veículo, meio de transporte’, de *ueho* ‘transportar’; *uinclum* ou *uincūlum* ‘vínculo’, de *uincio* ‘amarrar’; *arātrum* ‘arado’, de *aro* ‘lavar’; *sepulcrum* ‘sepulcro’, de *sepelio* ‘sepultar’” (*ibid.*, p. 239-240). Por fim, o sufixo *-būlum* teria uma forma feminina em “*-bula*, *-ae*, [...] que denota instrumentos ou agentes; frequentemente correlacionada com formas neutras (*fabula*, *fibula*, *tribula*) [...]” (*-bula -ae*, [...] denoting instruments or agents; often correl. w. neut., forms (*fabula*, *fibula*, *tribula*) [...])” (*OLD*, 1968, p. 244). Talvez possa ser aquilo que Prisciano chamou de *denominativo*: “*Denominativo* (latim *denominativum*), que, segundo Prisciano, se deriva de um primitivo, sem ter por si um significado especial, como ocorre com os patronímicos, os possessivos, os comparativos, os superlativos e os diminutivos. Nessa espécie, Apolônio coloca o *emperiektikón*, ou *periektikón* (que em Dionísio Trácio aparecia como uma espécie separada), exemplificando com *estrebaria* (*Da sintaxe*, III, 61); e em Prisciano também se lê que o *compreensivo* aí se inclui (*Institutiones grammaticae*, IV, 12).” (NEVES, *op. cit.*, p. 180)

sunt, ut ‘tabula,’ ‘fabula.’ 11. Tota Graeca, quia ex toto Graece declinantur, já que se declinam, por inteiro, como em grego⁸⁹, por exemplo, *Callisto* (“Calisto”)⁹⁰. Com efeito, tanto um grego como um latino dizem assim⁹¹. 12.

⁸⁹ “Pelas relações cada vez mais estreitas entre os romanos e os gregos, resultou que numerosos vocábulos pertencentes à língua grega passaram a ter curso no latim, sendo usados não só na língua familiar e popular, como também pelos poetas e prosadores em suas obras. Primeiramente, estes empréstimos ao grego eram como que submetidos a uma aclimação rigorosa no latim, do ponto de vista fonético e morfológico, sendo enquadrados rigorosamente na declinação latina, que passavam a seguir regularmente. São desse tipo palavras como *poeta* ‘poeta’, *nauta* ‘marinheiro’, *machina* ‘máquina’, etc. Tal processo, legítimo e verdadeiro sob o aspecto lingüístico, foi o que sempre se manteve na língua corrente. Entretanto, por influência dos gramáticos, graças a uma erudição afetada, introduziu-se mais tarde o uso de se transcreverem os nomes gregos segundo a forma original grega, declinando-os aproximadamente pela própria declinação grega, do que resultou uma espécie de declinação mista greco-latina. Observe-se, porém, que isto ocorria unicamente no singular, pois que no plural a regra geralmente seguida era observar-se a declinação latina. Aliás, mesmo no singular, as formas gregas eram mais usadas em poesia, pois que na prosa clássica se dava sempre a preferência à forma propriamente latina.” (FARIA, [1995], p. 79)

⁹⁰ Calisto [*Kallistḗ* (Καλλιστώ)], “[...] às vezes, é chamada a filha de Lícaon na Arcádia e, às vezes, a filha de Níteu ou Ceteu e, às vezes, é descrita como uma ninfa. Ela era uma caçadora e uma companheira de Ártemis” ([...] *is sometimes called a daughter of Lycaon in Arcadia and sometimes of Nycteus or Ceteus, and sometimes also she is de-scribed as a nymph. She was a huntress, and a companion of Artemis*; SMITH, 1867, v. 1, p. 577).

⁹¹ O nome próprio *Kallistḗ* faz parte de um grupo pequeno de palavras gregas, cujo paradigma flexional parece não ter sido muito produtivo. Estão entre as palavras femininas de terceira declinação de raiz em -o (-o): “Os poucos [substantivos] com raiz em -o [-o] formam femininos em ὦ [-ō], genitivo em οὔς [-oŷs] (no lugar de o-ος [-o-os]), que são sempre contratos no genitivo, dativo e acusativo singulares. A forma original das raízes desses substantivos é incerta. [...] Os femininos em ὦ são principalmente nomes próprios. Como πειθῶ [*peithḗ*, ‘persuasão’], podem declinar-se Σαπφῶ [*Sapphḗ*] (eólico Ψάπφῶ [*Psápphḗ*]), ‘Safo’, genitivo Σαπφούς [*Sapphoŷs*], dativo Σαπφοῖ [*Sapphoī*], acusativo Σαπφῶ [*Sapphḗ*], vocativo Σαπφοῖ [*Sapphoī*]. Assim também Λητώ [*Lētḗ*], Καλυψῶ [*Kalypsḗ*], e Ἠχώ [*ēkhḗ*], ‘eco’. Não se encontra nenhuma forma dual ou plural desses substantivo na terceira declinação, mas alguns poucos ocorrem na segunda, como o acusativo plural γοργούς [*gorgoŷs*] from γοργῶ [*gorgḗ*], ‘Górgone’. Nenhuma forma não-contrata desses substantivos ocorre em ὦ.” (*A few in stems in o- form feminines in ὦ, gen. οὔς (for o-ος), which are always contracted in the genitive, dative and accusative singular. The original form of the stems of these nouns is uncertain. [...] The feminines in ὦ are chiefly proper names. Like πειθῶ may be declined Σαπφῶ (Aeolic Ψάπφῶ), Sappho, gen. Σαπφούς, dat. Σαπφοῖ, acc. Σαπφῶ, voc. Σαπφοῖ. So Λητώ, Καλυψῶ, and Ἠχώ, echo. No dual or plural forms of these nouns are found in the third declension; but a few occur of the second, as acc. plur. γοργούς from γοργῶ, Gorgon. No uncontracted forms of nouns in ὦ occur*; GOODWIN, 1900, p. 52-53). A tendência era que esses substantivos aproximassem-se do paradigma da terceira declinação latina: “O que já observamos, com relação à primeira e segunda declinações, também se aplica à terceira: os substantivos gregos que a ela se filiam seguem normalmente o paradigma latino. Entretanto, nem todos os nomes da terceira declinação grega eram incorporados à terceira declinação latina.” (FARIA, [1995], p. 103). Particularidades já existentes em gregos poderiam, eventualmente, manter-se: “[...] Os femininos em -o geralmente se declinam regularmente, *Didō*, -onis, mas podem ter um acusativo em -o, e o genitivo em -us [...]” Assim teríamos: nominativo *Didḗ*; acusativo *Didonem* ou *Didō*; genitivo *Didōnis* ou *Didūs*; dativo *Didōni*; ablativo *Didōne* ou *Didōno*; vocativo *Didḗ*. É nesse paradigma “inteiramente grego” que Isidoro está

ut ‘Callisto.’ Sic enim [et] Graecus et Latinus dicit. 12. Tota Latina, quia ex toto in Latinum vertuntur. Graecus dicit ‘Odysseus,’ Latinus ‘Vlixes.’ 13. Media dicta quia ex parte Graeca sunt, ex parte Latina. Eadem et notha, quia corrumpunt ultimas syllabas manentibus prioribus, ut apud Graecos ‘Alexandros,’ ‘Menandros’; apud nos ‘Alexander,’ ‘Menander.’ Dicta autem notha, quemadmodum nothus dicitur quisquis

“Inteiramente latinos”, já que são vertidos por inteiro em latim. Um grego diz *Odysseus* (“Odiseu”), um latino *Vlixes* (“Ulisses”)⁹². 13. Chamam-se médios, uma vez que são metade gregos, metade latinos. Também chamados “mestiços”, porque corrompem suas últimas sílabas, embora as partes iniciais se mantenham; como, entre os gregos, *Alexandros*, *Menandros*, mas entre nós *Alexander* (“Alexandre”), *Menander* (“Menandro”)⁹³. São ditos “mestiços”, do mesmo modo que se diz mestiço quem quer que nasça de povos diferentes⁹⁴. 14. Sinônimos, isto é, multinômios, pelo fato de que, em muitos nomes, há somente

pensando quando dá como exemplo *Callistō*. Curiosamente, no entanto, o *OLD* (1968, p. 260) afirma que, no caso de *Callistō*, a desinência *-o* é a única encontrada nos textos, seja qual for o caso empregado.

⁹² *Vlixes* era forma latinizada do grego *Odysseús* (Ὀδυσσεύς), baseada, segundo o *OLD* (*op. cit.*, p. 2084), sobre uma forma dialetal *Ol-* (Ὀλ-). Por ser palavra de terceira declinação em grego manteve-se no mesmo paradigma em latim, embora também tenha sofrido influência da flexão helenizada, fazendo, ora seu genitivo (regularmente latino) em *-is*, ora (helezinado) em *-ī* ou, ainda, em *-eī*. A despeito disso, para Isidoro, o estranhamento maior talvez estivesse relacionado ao fato de que eram “ditos” diferentemente, mas se referiam à mesma figura.

⁹³ *Alexander* e *Menander* são latinizações de *Aléxandros* (Ἀλέξανδρος) e de *Ménandros* (Μένανδρος), nomes gregos de segunda declinação que, por sua semelhança com os substantivos da segunda declinação latina, “[...] não é de admirar que eles tenham sido incluídos nesta, quando transcritos em latim, e por ela normalmente declinados.” (FARIA, [1995], p. 87). Sua “adaptação” pode ter passado por um processo comparável ao de um grupo particular da segunda declinação latina: “Os nomes que fazem o nominativo em *-r* faziam-no primitivamente em *-ros*, tendo havido a síncope do *-o-* da terminação *-ros*. Há a notar-se que uns conservam o *-e-* que precede o *-r* em toda a declinação (como *puer*, *puēri*, *puērum*, *puēro*, etc.), enquanto outros o perdem como *magister*, *magistrum*, *magistri*, *magistro*, etc.). A razão é que nos primeiros o *-e-* fazia parte do tema (**puero-s*). Nos segundos (**magistro-s*), tendo havido a síncope do *-o-* que finalizava o tema, foi acrescentado posteriormente um *-e-* ao nominativo por não ser possível em latim (como também em português) ser constituída uma sílaba sem vogal. Por conseguinte, nas palavras como *magister* ou *pulcher*, que aliás são as mais numerosas, a evolução foi a seguinte: **magistro-s* > **magistr-s* > *magister*; **pulchro-s* > **pulchr-s* > *pulcher*.” (*ibid.*, p. 83).

⁹⁴ O epíteto de *nothum* (“bastardo”) parece remontar à classificação do léxico latino encontrada em Varrão (*De ling. Lat.* X, III), cuja terminologia é levemente diferente: *uernaculum*, *aduenticium* e *nothum*.

de dispari genere nascitur. 14. Synonyma, hoc est plurinomia, eo quod sit in pluribus nominibus significatio una, ut ‘terra,’ ‘humus,’ ‘tellus.’ Idem enim sunt omnia. 15. Homonyma, hoc est uninomia, eo quod sit in uno nomine significatio plurima, ut ‘tumulus,’ nunc mons brevis, nunc tumens tellus, nunc sepulchrum. Est enim in uno nomine significatio diversa. 16. Relativa dicta eo, quod ad aliam referantur personam, ut

um significado, por exemplo, *terra* (“terra”), *humus* (“terra”), *tellus* (“solo”)⁹⁵. Com efeito, todos são iguais. 15. Homônimos, isto é uninômios, pelo fato de que, num único nome, há vários significados, como em *tumulus*, que ora quer dizer “pequeno monte”, ora “terra intumescida”, ora “sepulcro”. Há, pois, em apenas um único nome, diversos significados⁹⁶. 16. São ditos relativos, pelo fato de que se referem a uma outra pessoa: *magister* (“mestre, professor”), *dominus* (“senhor”), *pater* (“pai”). 17. Porém, há aqueles que se dizem possuir uma qualidade em relação a algo, cujo

⁹⁵ Comentando o termo na *Tékhñē grammatikē*, Neves (2005, p. 163) afirma: “a definição de *sinônimo* não é bem formulada. Sendo uma espécie de nome, ele é, entretanto, definido como ‘o que denota a mesma coisa em nomes diversos’. Os escólios repetem a definição do manual e trazem, ainda, definições montadas correlatamente à de *homônimo* e em oposição a ela: mais de um significante para um significado. Repetem a imprecisão de Dionísio o Trácio, definindo um nome (o *homônimo*) como o que significa em vários nomes.” A definição de Apolônio/Prisciano é semelhante: “*Sinônimo* (*synónymon*, latim *synonymum*), o que significa o mesmo em nomes diversos (Prisciano, *Institutiones grammaticae*, II, 29).” (*ibid.*, p. 176)

⁹⁶ Sob o nome de *homonymum*, Isidoro trata daquilo que chamaríamos hoje de “polissemia”, pelo fato de que afirma-se um só nome com vários sentidos. A questão atual relativa à diferença entre a *homonímia* e a *polissemia* é bastante complexa e mantém-se aberta tanto entre gramáticos quanto entre lingüistas; depende, sobretudo, dos conceitos que se tem de *língua* e de *sentido*, e das relações que os vários níveis lingüísticos estabelecem entre si. De um ponto de vista genérico, para o lingüista, o problema básico seria saber se se trata de um mesmo termo com vários sentidos ou de dois termos diferentes que, por alguma razão, se aproximaram foneticamente, ou seja, são *homófonos*, dando a impressão ao falante de serem o mesmo. Para o gramático, a escrita entra como uma variante nessas distinções e traz a questão da *homografia*. Como já se viu, a importância da escrita na reflexão antiga é incontestável, de modo que, para alguns dos autores antigos (este é também o caso de Isidoro), alterações gráficas, por mínimas que sejam, podem apontar para sentidos bem diferentes. Segundo Neves (*op. cit.*, p. 163), “na definição de *homônimo*, Dionísio emprega o advérbio *homonimicamente*, o que não permite uma conceituação clara. Os escólios esclarecem que o homônimo é o contrário do sinônimo, e a homonímia consiste na existência de um significante para mais de um significado.” Quanto à visão de Apolônio/Prisciano, afirma “*homônimo* (*homónymon*, latim *homonymum*), que pode ser tanto um nome comum quanto um nome próprio (Prisciano, *Instituto oratoria* [*sic!*] II, 29). Da homonímia com nomes próprios, fala Apolônio, exemplificando com nomes a que se acrescentam os *epitéticos*: *Dião*, o *filósofo* (*Da sintaxe* I, 65).” (*ibid.*, p. 176).

‘magister,’ ‘dominus,’ ‘pater.’ 17. Illa autem quae dicuntur ad aliquid qualiter se habentia, a contraria significatione dicta sunt, ut ‘dexter.’ Dici enim dexter non potest, nisi sinister fuerit. 18. Porro qualitatis nomina ex eo dicta, quia per ea qualis quisque sit ostenditur, ut ‘sapiens,’ ‘formosus,’ ‘dives.’ 19. Quantitatis, quia a mensura trahantur, ut ‘longus,’ ‘brevis.’ 20. Patronymica dicuntur eo, quod trahuntur a patribus, ut ‘Tydides’ Tydei filius, ‘Aeneius’ Aeneae filius, quamvis

significado é a afirmação de um contrário, por exemplo, *dexter* (“destro”). Com efeito, não se pode dizer “destro”, se não tiver havido um “canhoto”⁹⁷. 18. Ademais, a partir disso, disseram-se nomes de qualidade, já que, por eles, cada coisa apresenta-se como é, por exemplo, *sapiens* (“sábio”), *formosus* (“formoso, belo”), *dives* (“rico”). 19. De quantidade, já que são atribuídos conforme a grandeza, exemplos *longus* (“longo, comprido”), *brevis* (“breve, curto”). 20. Dizem-se patronímicos, pelo fato de que são atribuídos a partir dos pais, como em *Tydides*, filho de Tideu; *Aeneius*, filho de Enéas, ainda que estejam ligados, tanto pelas mães quanto pelos antepassados⁹⁸. 21. Ctéticos, isso é

⁹⁷ Relativos, uma vez que só fazem sentido quando posto “em relação” a algo. “Dionísio não define as duas espécies [...] que parecem corresponder à categoria aristotélica de relação. A relação entre *pai* e *filho*, porém, ele considera mais perfeita do que a relação entre *noite* e *dia*, e, por isso, estes últimos são ‘como se relativos’. Na primeira classe, os membros se implicam; na segunda, a existência de um membro anula o outro.” (NEVES, 2005, p. 163). A diferença entre os exemplos do primeiro tipo (*magister*, *dominus* etc.) e o desse último (*dexter*) entende-se melhor, por exemplo, em Prisciano (*Inst. gramm.* II, 29 *apud* Neves, 2005, p. 176): “[...] *De relação (prós ti échon, latim ad aliquid)*, definido [...] como o que não pode ser compreendido sem relação com outro conceito, como *filho*, *servo*. [...] ‘*Como se relativo*’ (*hos prós ti échon, latim quasi ad aliquid*), definido [...] como que também se compreende por relação a um conceito contrário; a relação, porém, não é tão necessária; por exemplo: *dia/noite*”.

⁹⁸ O caso dos patronímicos é curioso, uma vez que sua inclusão na nomenclatura gramatical latina parece ser mais uma demonstração de empréstimo “servil” a modelos gregos. Segundo as gramáticas latinas modernas, não há, em latim, sufixos propriamente patronímicos, ao contrário do que ocorre em outras línguas como grego e russo. Na sistematização de Goodwin (1900, p. 188-189), os principais sufixos são: “[...] δᾱ- (nominativo δης, masculino paroxítono) e δ- (nominativo ς por δς, feminino oxítono); depois duma consoante ἰδᾱ- e ἰδ- (nominativo ἰδης e ἰς).” ([...] δᾱ- (*nom. δης, masc. parox.*) and δ- (*nom. ς por δς, fem. oxytone*); after a consonant ἰδᾱ- and ἰδ- (*nom. ἰδης and ἰς*)). Nesse esquema se encaixa o exemplo que Isidoro apresenta: *Tydides* < *Tydeus*; claramente um empréstimo do grego. Já no caso de *Aeneius* fica mais clara a “importação” do modelo grego, pois o sufixo *-ius* não era reservado a formar patronímicos, mas sim,

et a matribus et a maioribus ducantur. 21. possessivos, vem de posse, como Ctetica, id est possessiva, a possessione, *Euandrius ensis* (“o gládio de Evandro”)⁹⁹. 22. Epítetos, que em latim são chamados adjetivos ou sobrepostos,

ao lado de “-ēnus, -ensis, -īcus, -īnus, -īus e -īcus indica relação com, posse ou natureza. Exs.: *terrēnus* ‘terreno’, de *terra* ‘terra’; *castrēnsis* ‘castrense’, ‘relativo ao acampamento’, de *castra* ‘acampamento’; *bellīcus* ‘bélico’, de *bellum* ‘guerra’; *marīnus* ‘marinho’, de *mare* ‘mar’; *patriūs* ‘pátrio’, de *pater* ‘pai’; *domestīcus* ‘doméstico’ de *domus* ‘casa’;” (FARIA, [1995], p. 242). Ademais, pelos próprios termos de Isidoro, como se poderia distinguir entre aquilo que chamou de *nomen*, por exemplo, *Cornelius*, e o *patronymicum*, caso de *Aeneius*? Aquele primeiro, na descrição de Prisciano, aparece na classe dos patronímicos: “*Patronímico* (*patronymikón*, latim *patronymicum*), definido por Prisciano como o que deriva do nome do pai e, com o genitivo desse nome, indica filhos ou descendentes; por exemplo: *Cornelius*, ‘descendente de Cornélio’ (*Institutiones grammaticae*, II, 32). Apolônio também o define como o que deriva do nome do pai (*Das conjunções*, p.521) e o liga ao possessivo, falando na sua origem a partir do genitivo, e na sua dissolução em um genitivo mais *hyiós*, ‘filho’ (*Da sintaxe*, III, 61)” (NEVES, 2005, p. 179). Tal terminologia aparece também na *Tékhne grammatiké* e, a julgar pelos comentários de Neves (*op. cit.*, p. 159), parece mais próxima à de Isidoro: “*Patronímico*, o que, com propriedade, é formado a partir do nome do pai, mas que também se forma a partir dos ancestrais, embora impropriamente. Por exemplo, *Peleídes*, ‘filho de Peleu’.” A inclusão do patronímico na sua sistematização poderia, ademais, relacionar-se a uma tradição própria da *Hispania*: “na Grécia antiga, havia dois tipos de antropônimos: **a**) os *nomes teofóricos*, etimologicamente conexos com o nome de um deus (*Apolônio*, *Dionísio* etc.), e **b**) os *áthea* ‘que não se referem aos deuses’, etimologicamente conexos com profissões, localidades, qualidades físicas ou morais (Édipo, Sócrates, Lacedemônio etc.); como o menino tinha um só nome (em geral o do avô paterno), a distinção se fazia pela adjunção do nome paterno, no genitivo, às vezes do nome do demo, locativo; entre os romanos, de início havia apenas dois nomes, mas, a partir de 300 a.C., começou a prevalecer o uso de três nomes - o *praenomen* ‘prenome (no sentido antigo)’, o *nomen* ‘nome gentilício ou da *gens*’ e o *cognomen* ‘nome da família’ (Caio Júlio César, Marco Túlio Cícero), a que mais tarde se juntaria o *signum* ou *agnomen*, tomado de alguma circunstância biográfica (Públio Cornélio Cipião Africano); na Idade Média, em princípio, só havia um nome, a que se adjungia, nas situações distintas, um nome locativo, o que vai até a mais próxima época do Renascimento (Leonardo da Vinci, Erasmo de Rotterdam); na tradição peninsular ibérica, começa a prevalecer, ademais do prenome, o patrônimo ou nome patronímico (Afonso Henriques, isto é, filho de Henrique); breve o patronímico perde seu conteúdo original, passando a nome de família (Rodrigues, Peres, Dias, Mendes, Fernandes), mas este tanto pode ser paterno quanto materno, razão por que uma tríplice denominação se vai aos poucos enraizando (primeiro, com a anteposição do materno ao paterno, nos homens, e do paterno ao materno, nas mulheres, até que se unifica, para ambos os sexos, a seqüência ‘prenome + nome materno + nome paterno’, com a inversão dos dois últimos na Espanha e sua área de influência cultural; o patrônimo tem muita força entre islâmicos, eslavos, celtas etc.; o cognome, como nome de família, é de regra o primeiro enunciado entre chineses, orientais, húngaros (e, em certas situações, até mesmo italianos); entre os modernos anglo-saxões, a trinominação é de regra, mas com o segundo nome ger. reduzido à letra inicial.” (ANTROPONÍMICO In: HOUAISS, 20001)

⁹⁹ Ver nota anterior. Do ponto de vista morfológico, *Euandrius* é uma derivação do mesmo tipo que a de *Aeneius*. A diferença estaria no fato de que, nos ctéticos, tanto possuído como possuidor devem estar explícitos? “*Possessivo* (*ktetikón*, latim *possessivum*), em cuja definição Prisciano também indica a origem a partir do genitivo; por exemplo: *regius*, ‘que pertence ao rei’ (*Institutiones grammaticae*, II, 40). [...] Ele faz uma comparação entre os nomes possessivos e os pronomes possessivos, que têm em comum a indicação de posse (com referência, pois, a duas pessoas, o possuidor e o possuído), e se resolvem em um genitivo juntamente com o nome do possuído; são diferentes, porém, pelo fato de que o pronome possessivo pode ser usado para qualquer possuidor, enquanto o nome possessivo só se refere a um possuidor (*Do pronome*, p. 393).” (NEVES, *op. cit.*, p. 179).

ut ‘Evandrius ensis.’ 22. Epitheta, quae Latine adiectiva vel superposita appellantur, eo quod ad inplendam sui significationem nominibus adiciantur, ut ‘magnus,’ ‘doctus.’ Adicis ea personis, ut ‘magnus philosophus,’ ‘doctus homo,’ et plenus est sensus. 23. Actualia ab actu descendunt, ut ‘dux,’ ‘rex,’ ‘cursor,’ ‘nutrix,’ ‘orator.’ Gentis a gente veniunt, ut ‘Graecus,’ ‘Romanus.’ 24. Patriae a patria descendunt, ut ‘Atheniensis,’ ‘Thebanus.’ Loci a loco, ut ‘suburbanus.’

pelo fato de que são adicionados às palavras, a fim de completar seu sentido, como, por exemplo, *magnus* (“grande”), *doctus* (“douto”)¹⁰⁰. Tu os adicionas às pessoas, como em *magnus philosophus* (“grande filósofo”), *doctus homo* (“pessoa douta”) e assim todo o sentido está completo. 23. Ativos provêm da ação de fazer, como *dux* (“comandante”), *rex* (“rei”), *cursor* (“corredor”), *nutrix* (“nutriz”), *orator* (“orador”)¹⁰¹. Gentílicos vêm de *gens* como *Graecus* (“grego”), *Romanus* (“romano”)¹⁰². 24. Os nomes pátrios provêm de *patria* (“terra dos pais”), como *Atheniensis* (“ateniense”), *Thebanus* (“tebano”). Os de locais de *locus* (“lugar”), por exemplo, *suburbanus* (“suburbano”)¹⁰³.

¹⁰⁰ A diferença entre o epíteto e o nome de qualidade é, aparentemente, de mesmo jaez que a anterior, ou seja, para ser um epíteto é necessário que estejam expressos tanto o substantivo quanto o adjetivo; “O fato de o epíteto ser considerado como uma das espécies dos nomes tem grande significação. Lembrado o conceito de *ónoma* como indicação de *sôma* ou *prâgma*, entende-se que a qualidade, como uma espécie de nome, é também considerada a indicação de *sôma* ou *prâgma*. Não se opõem, como parece óbvio na concepção atual, a coisa e a qualidade da coisa. Por isso mesmo o termo *epíteto* nada tem que signifique ‘indicação de qualidade’ – que é o que ocorre, por exemplo, com o termo alemão *Eigenschaftswort*, ‘palavra de qualidade’ –, mas apenas indica que se trata de uma designação (um nome) colocada ao lado de outra designação (outro nome). Em *homem sábio*, *sábio* designa uma essência e *homem* também designa uma essência. A definição que Dionísio o Trácio apresenta não esclarece por si o que é o epíteto, mas é completada com a indicação das diferentes relações que os adjetivos representam: ‘da alma’, ‘do corpo’ e ‘do extrínseco.’” (NEVES, 2005, p. 162-163)

¹⁰¹ “É interessante observar que Dionísio aponta a categoria de voz também para os nomes (§ 12), registrando duas vozes, a ativa (por exemplo: *krités*, ‘julgador’, ‘juiz’, *ho krínon*, ‘o que julga’) e a passiva (ex.: *kritós*, ‘julgado’ *ho krínómenos*, ‘o que é julgado’). Na verdade, esses são adjetivos e têm origem verbal.” (*ibid.*, p. 218). Classificação nocional, pois *dux* e *rex* são consideradas, hoje, *palavras-raízes*, formada a partir das raízes sem a adição de sufixos (FARIA, [1995], p. 247).

¹⁰² Comparar com o *nomen*, que se relaciona a *gens*, e com os patronímicos, na nota 96.

¹⁰³ Cf. com o que se entende por local em Prisciano, conforme o comentário de Neves (*op. cit.*, p. 178): “*temporal* (latim *temporale*), o que indica tempo, como *mês*, *ano*. *Locativo* (latim *locale*), o que significa

25. Verbialia dicuntur, quia de verbo nascuntur, ut ‘lector.’ Participalia, quae sic sonant sicut participia, ut ‘legens.’ 26. Verbis similia, a verbi similitudine dicta, ut ‘contemplator.’ Nam et verbum est imperativi modi, futuri temporis, et nomen, quia conparationem recipit. Haec omnes species a nominum appellatione descendunt.

25. Chamam-se nomes verbais, porque nascem desde um verbo, por exemplo, *lector* (“leitor”)¹⁰⁴. Os participiais, aqueles que soam assim como os participios, por exemplo, *legens* (“o que lê”)¹⁰⁵. 26. Verbossímiles, ditos graças à semelhança com um verbo, como *contemplator* (“contemplador”). Com efeito, é, ao mesmo tempo, um verbo no futuro do modo imperativo, e um nome, já que recebe o grau comparativo¹⁰⁶. Todos esses tipos provêm da característica apelativa dos nomes.

lugar, como *propínquo*, *longínquo*. Vemos que, em relação à classificação de Dionísio o Trácio, suprimem-se algumas espécies, como *temporal* e *locativo*. Estas duas últimas mostram bem que a classificação se efetuou sobre base nocional, pois só a atenção a um sentido especial justifica a colocação desses nomes à parte.”

¹⁰⁴ Qual seria a diferença entre este *verbal* e o ativo? Tratar-se-ia novamente de uma distinção mais nocional? *Rex*, *dux*, *cursor* etc. teriam sentido “ativo”, ao passo que *lector* sentido passivo? Cf. o mesmo termo na *Tékhne grammatiké*: “*Verbal (rhematikón)*, o que deriva de um verbo. Por exemplo: *Filémon*.” (NEVES, 2005, p. 159)

¹⁰⁵ “Alguns estóicos colocavam o participio na classe dos nomes, o que é testemunhado por Dionísio de Halicarnasso. Chamavam-lhe, então, *antanáklastos prosegoría*, que Prisciano traduziu por *appellatio reciproca*, explicando o nome pelo relacionamento de possível permuta entre o participio em si (*legens*) e o nome comum de origem verbal (*lector*): ‘*legens est lector et lector est legens*’ (Quintiliano, *Institutio oratoria*, XI, 1). Outros estóicos tomavam o participio por uma flexão do verbo e lhe chamavam *nome verbal (prosegoría rhematiké)* ou ainda *verbo participial (metochikón rhêma)* ou *verbo com casos (ptotikón rhêma)*. Assim, os nomes atribuídos ao participio sempre evidenciaram o fato de que ele participa da natureza do nome e do verbo: a referência a esse valor de termo médio está em *metochikón*; por outro lado, manter a característica da *ptósis*, *flexão casual* – que foi desligada dos verbos – para o participio (*ptotikón rhêma*, ‘verbo com flexão casual’) significa também colocá-lo como mediador entre o nome e o verbo. A característica de forma derivada, que sempre fizera que o participio fosse colocado ou entre os nomes ou entre os verbos, vem também referida em um escólio sobre Dionísio o Trácio, que diz que, entre os participios, não se encontra nenhuma forma primitiva” (*ibid.*, p. 152). Cf. também Neves (*op. cit.*, p. 180): “Apolônio assinala o duplo emprego de palavras que ora são substantivos, ora não são. Observa que os participios, embora designando, de início, uma ação, um estado do sujeito, podem também tornar-se substantivos e, por conseguinte, sujeitos de uma frase. Inversamente, nomes substantivos ou adjetivos podem afastar-se de seu uso e tornar-se *advérbios (Da sintaxe*, I, 122-3; II, 33).”

¹⁰⁶ Essa é outra passagem que ajuda a confirmar que nem todas as classificações eram “semânticas”, apesar da predominância desta última. Para se saber se se trata de um nome ou de um verbo, poderia testar se era passível de receber terminações comparativas ou não. Os verbossímiles, na sua maioria, são “nomes verbais” que compartilham sua raiz com um verbo depoente, como é o caso de *contemplator*, derivado do verbo *contemplor*.

27. *Secunda pars: nominis comparatio.*

Comparatio dicta quia ex alterius comparatione alterum praefert. Cuius gradus tres sunt: positivus, comparativus, [et] superlativus. Positivus dictus quia primus ponitur in comparationis gradu, ut ‘doctus.’ Comparativus ab eo, quod comparatus positivo praefertur illi, ut ‘doctior’; plus enim novit quam doctus. Superlativus eo, quod comparativo superferatur, ut ‘doctissimus’; plus enim scit quam doctior. 28. Genera dicta sunt quod generent, ut masculinum et femininum. Cetera nomina non sunt genera, sed hoc nominum ratio et

27. *Segunda parte*¹⁰⁷: *a comparação de um nome*

Chama-se comparação, já que, da comparação entre duas coisas, releva-se uma. Três são seus graus: positivo, comparativo, superlativo. Disse-se positivo, porque é posto em primeiro no grau de comparação, por exemplo, *doctus* (“douto”). Comparativo, pelo fato de que, colocado ao lado do positivo, é preferido àquele, como em *doctior* (“mais douto”), pois sabe mais que o *doctus*¹⁰⁸. Superlativo, pelo fato de que se sobrepõe ao comparativo, como, por exemplo, *doctissimus* (“dotíssimo, o mais douto”); pois sabe mais que o *doctior*¹⁰⁹. 28. Disseram-se gêneros, porque deram gênese, como masculino e feminino. Os demais nomes não são gêneros, mas isso quis a razão das palavras e a autoridade. Disse-se neutro, uma vez que não é isto

¹⁰⁷ A partir daqui fala dos *accidentia* dos nomes, ou seja, de suas “flexões” ou derivações.

¹⁰⁸ Há pequenas diferenças entre a definição encontrada na *Tékhnē grammatikē*: “Comparativo (*synkritikón*), o que indica comparação, comparando um elemento a outro (como: ‘Aquiles é mais corajoso [*andreióteros*] que Ajax’) ou a outros (como: ‘Aquiles é o mais corajoso [*andreióteros*] dos troianos)’” (NEVES, 2005, p. 158) e a de Apolônio/Prisciano: “Comparativo (*synkritikón*, latim *comparativum*), definido por Prisciano por sua correspondência ao positivo junto do advérbio *mais*; por exemplo: *fortior = magis fortis* (*Institutiones grammaticae*, III, 1). Apolônio se refere aos comparativos em diversas passagens (*Da sintaxe*, II, 6; III, 96; III, 112; *Das conjunções*, p. 521; *Dos advérbios*, p. 578 etc.) e também fala de sua decomposição em um positivo e um advérbio (*Da sintaxe*, I, 98; II, 50; III, 61).” (*ibid.*, p. 179)

¹⁰⁹ Isidoro parece estar mais próximo da *Tékhnē grammatikē* que define: “Superlativo (*hyperthetikón*), o que, numa comparação, intensifica um dentre muitos. Por exemplo: *oxytatos*, ‘agudíssimo.’” (*ibid.*, p. 159). A definição de Apolônio/Prisciano parece mais matizada: “Superlativo (*hyperthetikón*, latim *superlativum*), que Prisciano define englobando tanto o superlativo relativo como o absoluto: ‘*fortissimus Graecorum Achilles*’, isto é, ‘*super omnes Graecos fortis*’ e ‘*fortissimus Hercules fuit*’ (*Institutiones grammaticae*, III, 18). Apolônio trata do superlativo quando estuda o advérbio (*Dos advérbios*, p.578-80).” (*ibid.*, p. 179-180)

auctoritas voluit. Neutrum dictum quia nec hoc est nec illud, id est nec masculinum nec femininum. Commune dictum quia duobus generibus nomen unum communicat, ut ‘hic’ et ‘haec canis.’ 29. Cui contrarium est epicoenon, quia utrumque sexum sub uno genere enuntiat, ut ‘hic piscis.’ Est enim incerti sexus, quod nec natura nec oculis discernitur, sed sensus tantum peritia. Omne genus dictum, quia cunctis

nem aquilo, nem masculino nem feminino¹¹⁰. Chama-se comum, porque uma única palavra comunga dois gêneros, por exemplo, *hic* e *haec canis* (“este cão, esta cadela”)¹¹¹. 29. O contrário desse é o epiceno, porque enuncia ambos os sexos sob um só gênero, como em *hic piscis* (“este peixe”)¹¹². Com efeito, é de sexo incerto, porque não se discerne nem pela natureza nem pelos olhos, mas somente pelo discernimento perito. Chama-se onigenérico, uma vez que se sujeita a todos os gêneros: ao masculino e ao feminino, ao neutro e ao comum, ao todo. 30. Chamou-se número, porque,

¹¹⁰ *Neuter, tra, trum*: < *ne* + *uter* (“qual dos dois, um e outro”); segundo Ernout e Meillet (2001, p. 439), na terminologia gramatical, *neutra nomina* é tradução do grego *oudétera* (οὐδέτερα, “nem um, nem outro; neutro”). “Foram provavelmente os estóicos que introduziram, para o terceiro gênero, o termo *oudéteron*, ‘nem um nem outro’ (lat. *neutrum*), termo de sentido negativo em relação aos positivos *arren* e *thély*. Compreenderam eles a operação de concordância em gênero e perceberam a falta de correspondência entre gênero e sexo, apontando como função do artigo indicar o gênero e o número do nome a que se junta.” (NEVES, 2005, p. 198). Isidoro não deixa claro esse último ponto, uma vez que especula sobre a dificuldade de discernir o sexo e a sua correspondência na língua.

¹¹¹ Segundo as gramáticas atuais, “comum de dois”: “Alguns substantivos apresentam uma só forma para os dois gêneros, mas distinguem o masculino, do feminino pelo gênero do artigo ou de outro determinativo acompanhante. Chamam-se COMUNS DE DOIS estes substantivos. Exemplos: o agente, a agente; o artista, a artista [...]” (CINTRA, CUNHA, 1985, p. 189-190).

¹¹² *Epicoenon* é a transliteração do grego *epikoinon* (ἐπίκοινων, “comum, igual para os dois gêneros, epiceno”). Nas gramáticas atuais, há diferença entre epiceno e sobrecomum, cf.: “Denominam-se EPICENOS os nomes de *animais* que possuem um só gênero gramatical para designar um e outro sexo. Assim: a águia; a baleia; a borboleta; a cobra [...]. Chamam-se SOBRECOMUNS os substantivos que têm um só gênero gramatical para designar *pessoas* de ambos os sexos. Assim: o algoz; o apóstolo; [...] a criança; a criatura; a pessoa [...]” (*op. cit.*, p. 189). “Além de indicar os três gêneros, Dionísio apresenta, ainda, o gênero comum (*koinón*) e o epiceno (*epikoinón*). Um exemplo dado para o primeiro caso é *kyon*, “cão”, que pode ser usado sob a mesma forma com artigo masculino ou feminino; para o segundo caso, um exemplo é *chelidón*, “andorinha”, que se emprega sempre com o artigo feminino, tanto em referência ao macho como à fêmea.” (NEVES, *op. cit.*, p. 199). Deriva daí a necessidade de exemplificar em latim fazendo uso dos demonstrativos *hic*, *haec*?

generibus servit: masculino et feminino, [et] neutro et communi et omni. 30. Numerus vocatus quia per eum vel singularia vel pluralia nomina ostenduntur. Figura, quia vel simplicia vel composita sunt. 31. Casus a cadendo dicti; per eos enim inflexa nomina variantur et cadunt. Nominativus casus dictus quia per eum aliquid nominamus, ut ‘hic magister.’ Genetivus, quia per eum genus cuiuscumque quaerimus, ut

por ele, as palavras se apresentam singulares ou plurais¹¹³. Figuras, já que são simples ou compostas¹¹⁴. 31. Disseram-se casos a partir de *cadēre* (“cair”). Através deles, com efeito, os nomes, flexionados, são variados e declinam-se¹¹⁵. É dito caso nominativo, dado que, por ele, nomeamos algo, como, por exemplo, *hic magister* (“este mestre”)¹¹⁶. Genetivo, porque, por meio dele, nos informamos quanto ao gênero de quem quer que seja, por exemplo, *huius magistri filius* (“o filho deste mestre”); ou porque especificamos algo, como *huius magister liber* (“o livro deste mestre”)¹¹⁷. Dativo, visto que, por meio

¹¹³ Uma demonstração de que Isidoro trata dos acidentes do verbo sem o dizer pode-se tirar da comparação com o que diz a *Tékhnē grammatikē* a esse respeito: “Dionísio o Trácio faz intervir a categoria de número na definição de verbo e indica, a seguir, que os números são três: singular (*henikós*), dual (*dyikós*) e plural (*plethyntikós*) (§ 13). Apresenta também os três números quando indica os acidentes do nome (§ 16) e do pronome (§ 17).” (NEVES, 2005, p. 201).

¹¹⁴ Na *Tékhnē grammatikē*: “Indicam-se, ainda, três figuras (*schémata*): 1. *simples (haploun)*; por exemplo: *Mémnon*; 2. *composto (s)ýntheon [sic]*; por exemplo: *Agamémnon*; 3. *parassintético ou derivado de composto (parasyntheton)*; por exemplo: *Agamemnonídes*, ‘descendente de Agamenão.’” (*ibid.*, p. 159).

¹¹⁵ *Casus*, como diz o texto, vem do verbo *cadēre* (por intermédio da forma **kad-tu-s*), e traduz, na terminologia gramatical, *ptōsis* (πτῶσις), cuja derivação é idêntica, pois vem de um verbo grego de mesmo sentido, *ρίπτω* (πίπτω, “cair”). Cf. Ernout e Meillet (2001, p. 81). A idéia que subsiste nessa denominação é a de que o nominativo, primitivamente considerado, em Aristóteles, o não-caso ou a denominação (*klēsis*; κλησις), é, a partir dos estóicos, o caso reto (*orthē* ou *eutheia ptōsis*; ὀρθή ou εὐθειᾶ πτῶσις) a partir do qual os outros “caem”, ou seja, declinam-se; por isso, são os casos oblíquos (*plágiai ptōseis*; πλάγιαι πτῶσεις).

¹¹⁶ O percurso derivacional é semelhante, em latim e em grego: *nomen* (“nome”) > *nomino*, *-are* (“nomear”) > *nominatiuus* (“caso nominativo”); *ónoma* (ὄνομα, “nome”) > *onomázō* (ὀνομάζω, “nomear”) > *hē onomastikē* (ἡ ὀνομαστική, “caso nominativo”). Cf. Ernout e Meillet (*op. cit.*, p. 444)

¹¹⁷ *Genetiūus* < *generō*, *-are* < *genus*, *-eris* < *genō*, *-ēre* (‘engendrar’). Conforme afirmam Ernout e Meillet (2001, p. 271), *genetiūus casus*, que aparece em Quintiliano e Suetônio substituindo o *patricius casus* (“caso

‘huius magistri filius,’ vel quod rem significamus, ut ‘huius magistri liber.’

32. Dativus, quia per eum nos dare alicui aliquid demonstramus, ut ‘da huic magistro.’ Accusativus, quia per eum aliquem accusamus, ut ‘accuso hunc magistrum.’ Vocativus, quia per eum dele, demonstramos que nós damos algo a alguém: *da huic magistro* (“dá a este mestre”)¹¹⁸. Acusativo, porquanto, por meio dele, acusamos alguém, por exemplo, *accuso hunc magistrum* (“acusado este mestre”)¹¹⁹. Vocativo, porque, por meio dele, evocamos alguém: *o magister* (“ó mestre”)¹²⁰. Ablativo, já que, por meio dele,

pátrico”) de Varrão, traduz o grego *genikê ptōsis* (γενική πτώσις, “caso genitivo”). Além de *genikê* e de *patrikê*, chamado, às vezes, de *ktētikê* (κτητική, “possevivo”) (cf. NEVES, 2005, p. 205).

¹¹⁸ *Dātīuus* (“dativo”), derivado da raiz do verbo *dō*, *-āre* (“dar”) no grau *dā-*, além de termo do jargão jurídico (*datiui tutores*), era, juntamente com *casus dandi* (“caso de dar”), a tradução para o grego *dotikós* (δοτικός “que gosta de dar, caso da atribuição, dativo”). Cf. Ernout e Meillet (2001, p. 179); Bailly (2000, p. 534). Neves (2005, p. 205) também registra o nome *epistaltikê* (ἐπισταλτική, “destinativo”).

¹¹⁹ *Accūsātīuus* < *ac-cūsō*, *-āre* (“acusar”) < *causa*, *-ae* (“causa, motivo”). “[...] para os latinos, o sentido de ‘causa, motivo’ é o mais antigo [...]. É sem dúvida, ao penetrar na língua do direito que *causa* se especializou com o sentido de ‘processo’, *causatīuom lītis*, no modelo do grego αἰτία, que ele recobre exatamente [...]. É do mesmo modo que *causa* traduziu αἰτία, αἰτίον na língua médica (cf. *causārius*) e na língua gramatical: cf. *accūsātīuus*, transposição mecânica de αἰτιατική πτώσις [...]” ([...] *pour les Latins, le sens de “cause, motif” est le plus ancien [...]*. C’est sans doute en pénétrant dans la langue du droit que *causa* s’est spécialisé dans le sens de “procès”, *causatīuom lītis*, sur le modèle du gr. αἰτία qu’il recouvre exactement [...]. C’est de la même façon que *causa* a traduit αἰτία, αἰτίον dans la langue médicale (cf. *causārius*) et dans la langue grammaticale : cf. *accūsātīuus*, transposition mécanique de αἰτιατική πτώσις [...]) (ERNOUT, MEILLET, *op. cit.*, p. 108). Em grego, é *aitios* (αἴτιος, “responsável, que é a causa de”) que serve de base para o substantivo feminino *aitia* (αἴτια, “responsabilidade”; “acusação”, termo jurídico) e para o neutro *tō aition* (τὸ αἴτιον, “a causa”), donde saiu, finalmente, *aitiatikós* (αἰτιατικός), que aparece na expressão *aitiatikê ptōsis* (αἰτιατική πτώσις, “o que é causado, acusativo”), cuja origem, segundo Chantraine (1968, p. 41), pode remontar, talvez, aos estóicos. Isso posto, é possível entender por que Neves (*op. cit.*, p. 205) afirma que o nome latino de *acusatiuus* (uma transposição mecânica) é uma interpretação equivocada de *aitiatikê ptōsis*, o qual, segundo ela, é melhor traduzido por *causativo*, como o fez Prisciano (*Institutiones grammaticae*, V, 72) ao dizer *accusatiuus siue causatiuus*.

¹²⁰ *Vocātīuus* < *uocātus*, *-ūs* (“chamamento, convite”) < *uōcō*, *-āre* (“chamar, evocar”) < *uōx*, *uōcīs* (“voz”) (cf. ERNOUT, MEILLET, *op. cit.*, p. 753-754). Novamente parêlo ao grego, cujo termo *klētikós* (κλητικός, “que serve para chamar”), empregado na expressão *hē klētikê ptōsis* (ἡ κλητική πτώσις, “caso vocativo”), provém do adjetivo verbal *klētós* (κλητός, “chamado, convidado, bem-vindo”), que, por sua vez, deriva de *kaléō* (καλέω, “chamar”). (cf. CHANTRAINE, 1968, p. 84-85). O vocativo não constava na descrição estóica (cf. BLANK, AHERTON, 2006, p. 360), mas é registrado pela *Tékhnē grammatikê*. Neves (2005, p. 205) apresenta também o nome grego *prosgoreutikê ptōsis* (προσγορευτική πτώσις, “caso da saudação”).

aliquem vocamus, ut ‘o magister.’ Ablativus, quia per eum nos auferre aliquid cuiquam significamus, ut ‘aufer a magistro.’ 33. Hexaptota nomina dicta eo, quod per sex casus varietates habent, ut est ‘unus.’ Pentaptota, quod tantum in quinque casibus variantur, ut ‘doctus.’ Tetraptota, quod tantum in quattuor casibus declinentur, ut ‘lateris.’ Triptota, quod tantum in tribus, ut ‘templum.’ Diptota, quod tantum in duobus, ut

especificamos que nós levamos algo de uma pessoa qualquer, como, por exemplo, *aufer a magistro* (“ele/ela leva do mestre”)¹²¹. 33. Disseram-se nomes hexaptotos, pelo fato de que variam nos seis casos, por exemplo, *unus* (“um, único”)¹²². Pentaptotos, pois variam em apenas cinco casos, como *doctus* (“douto”)¹²³. Tetraptotos, porque se declinam em apenas quatro casos, por exemplo, *latus* (“lado, flanco”)¹²⁴. Triptotos, porque só em três, como *templum* (“terreno consagrado, templo”)¹²⁵. Diptotos, pois só em dois, como *Iuppiter* (“Júpiter”)¹²⁶.

¹²¹ *Ablātūus* < *ablātio*, -*ōnis* (“ablação, arrebatamento”) < *auferō* (*ab* + *ferō*), *auferre* (“afastar de, levar de, roubar”) < *ferō*, *ferre* (“carregar”). Sobre o nome “ablativo”, Faria ([1995], p. 74) afirma: “[...] Não havendo na declinação grega o ablativo, a denominação para este caso foi uma criação latina, sendo que a separação foi considerada como a principal, ou uma das principais funções indicadas por ele, donde o latim *ablātūus*. Por vezes, também aparece a denominação de *sextus casus* para o ablativo.” Cf.: “[...] os gregos não têm o ablativo. Este, todavia, Varrão chama de ‘sexto’, às vezes, de ‘latino’, já que é próprio à língua latina, cujo valor, entre os gregos, desenvolvia-se através do genitivo.” (*blativum Graeci non habent. hunc tamen Varro sextum, interdum Latinum appellat, quia Latinae linguae proprius est, cuius vis apud Graecos per genetivum explicabitur.*) (DIOM. *Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 302). Ernout e Meillet (2001, p. 228), no entanto, indicam que *ablātio* traduz, na língua da gramática e da Igreja, o grego *aphairesis* e *aphairema* (ἀφαίρεσις, “afêrese” e ἀφαίρεμα, “oferenda separada para sacrifício”) ; donde haveria a correspondência entre *ablātūus* e *aphairetikós* (ἀφαιρετικός). Os autores não dizem, no entanto, se o termo foi empregado para designar um caso ou se foi usado para tratar de outras categorias da língua que tragam a idéia de “afastamento” como, por exemplo, uma preposição ou um advérbio.

¹²² Em tese, os seis casos no singular ficariam: nom. *unūs*; acus. *unū*; gen. *unīus*; dat. *unī*; abl. *unō*; voc. *unē*. Faria ([1995], p. 146) afirma, porém, não haver vocativo para *unus*.

¹²³ Nom. *doctūs*; acus. *doctū*; gen. *doctī*; dat. *doctō*; abl. *doctō*; voc. *doctē*.

¹²⁴ Nom. *latūs*; acus. *latū*; gen. *latēris*; dat. *laterī*; abl. *laterē*; voc. *latūs*.

¹²⁵ Nom. *templū*; acus. *templū*; gen. *templī*; dat. *templō*; abl. *templō*; voc. *templū*.

¹²⁶ Por se tratar de um composto, *Iuppiter* – embora, talvez, não fosse mais visto como tal – originado, provavelmente, duma expressão vocativa **Dieu* + *Pater* (“deus pai”), semelhante à grega *Zeῦ páter* (Ζεῦ πάτερ), só era empregado no nominativo e no vocativo. Para os outros casos, usava-se apenas a forma derivada de **d(i)jeu-*: acus. *Iouem*; gen. *Iouis*; dat. *Ioui*; abl. *Ioue*. Evidentemente, Isidoro não as reconhece como tendo a mesma origem.

‘Iuppiter.’ Monoptota, quod uno tantum casu utuntur, ut ‘frugi.’

8. De pronomine

1. Pronomen dictum, quia pro vice nominis ponitur, ne fastidium faciat nomen ipsud dum iteratur. Nam cum dicimus, ‘Vergilius scripsit Bucolica,’ addimus pronomen, ‘ipse scripsit Georgica’; sicque varietas significationis et fastidium tollit et ornatum inducit. 2.

Monoptotos, porquanto se usam somente em um caso, por exemplo, *frugi*¹²⁷ (“cordato, sensato”).

8. Do pronome

1. É chamado pronome, porque é posto para substituir o nome, para que o mesmo nome, quando reiterado, não cause fastio¹²⁸. Com efeito, quando dizemos “Virgílio escreveu as Bucólicas”, adicionamos um pronome, “Ele escreveu as Geórgicas” e, assim, tanto se evitam diferenças de sentido e o fastio, quanto se orna (a expressão). 2. No entanto, os pronomes são ou determinados ou indeterminados¹²⁹.

¹²⁷ *Frūgī* é palavra indeclinável, derivada de um “[...] antigo dativo de *frūx* empregado, anteriormente, em locuções tais como *esse frūgī bonae* ‘ser capaz de dar uma boa colheita, ou um bom rendimento’; da terra, estendeu-se, em seguida, ao homem [...] *Bonae frūgī* reduziu-se a *frūgī*, que foi considerado como uma espécie de adjetivo invariável [...]” ([...] *ancien datif de frūx employé d’abord dans des locutions telles que esse frūgī bonae* « être capable de donner une bonne récolte, ou un bon revenu » ; de la terre, s’est ensuite étendu à l’homme [...]). *Bonae frūgī s’est réduit à frūgī, qui a été considéré comme une sorte d’adjectif invariable [...]* (ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 257)

¹²⁸ *Pronomen* traduz, em geral, o grego *antōnymía* (ἀντωνυμία, “no lugar do nome”). Mas, encontra-se também: *antonomasía* (ἀντονομασία), sinônimo de *antōnymía*; *paronomasía* (παρονομασία, “nome derivado”) e *sēmeiōsis* (σημείωσις, “designação, indicação”). Cf. Neves (2005, p. 166, n. 54).

¹²⁹ Outra tradição descritiva, pois Isidoro, agrupa sob o nome de *pronomen*, tanto os definidos (determinados) como os indefinidos (indeterminados). Essa classificação parece ter sido a dominante entre os autores patrísticos, a julgar pelas palavras de Swiggers (1992a, p. 79-80): “Os pronomes têm os mesmos acidentes que os nomes, com exceção da *comparatio*, que falta aos pronomes. Ademais, os pronomes distinguem-se dos nomes por um acidente que lhe é próprio, o da *persona*. Distinguem-se entre pronomes (de)finidos (*pronomina finita*), isto é, os que remetem, na situação de comunicação, a uma pessoa determinada, e pronomes in(de)finidos (*pronomina infinita*), que são utilizados para falar de pessoas ausentes ou de pessoas, objetos, quantidades e qualidades não determinadas (exemplos: *quis, qualis, talis, quantus, tantus, ...*.)” (*Les pronoms ont les mêmes accidents que les noms, à l’exception de la comparatio, qui fait défaut aux pronoms. De plus, les pronoms se distinguent des noms par un accident qui leur est propre, celui de la persona. On distingue entre pronoms (dé)finis (pronomina finita), c’est-à-dire ceux qui renvoient, dans la situation de communication, à une personne déterminée, et pronomes in(dé)finis (pronomina infinita), qui sont utilisés pour parler de personnes absentes ou de personnes, objets, quantités et qualités non déterminés (exemples: quis, qualis, talis, quantus, tantus, ...)*). Porém, como mostra o estudo de Neves (*op. cit.*, p. 186), Apolônio Díscolo

e Prisciano trabalhavam com outra concepção acerca dessa parte do discurso: “Apolônio define o pronome como a palavra que se põe no lugar do nome, que representa pessoas determinadas e que tem casos e números expressos em formas distintas quando não tem os gêneros claramente definidos pela forma (*Do pronome*, p.8).” Assim, o pronome só substitui o nome próprio e não o comum, uma vez que “[...] assim como o nome, revelando a qualidade, designa o *kypokeimenon*, também o pronome, pela indicação da *ousia*, designa o *hypokeimenon* singular. Por meio da *deixis*, que é uma propriedade sua, o pronome, enquanto indica a *ousia*, faz ver os acidentes que cabem a essa *ousia* (*Da sintaxe*, 73, 20). Por meio da *deixis*, o que está sob a vista torna-se objeto de um primeiro conhecimento (*Do pronome*, p.77b); por meio da *anaphorá*, opera-se um segundo conhecimento (*Da sintaxe*, 98, 26). O nome, por seu lado, faz operar esse conhecimento da coisa prescindindo da propriedade dêitica ou anafórica, pois em si ele já traz a ‘essência com qualidade’. Só o nome determinado, porém, pode ser substituído pelo pronome, pois, se mostramos um objeto (*deixis*), ele é, por isso mesmo, determinado, e, se nos referimos a um objeto (*anaphorá*), é suposta uma noção preexistente, determinada. Por isso mesmo, o pronome substitui o nome próprio, não se toma pelo adjetivo nem pelo nome comum, que se aplica a várias coisas, não a uma determinada. Observemos que, na definição de pronome de Prisciano, está explícita essa característica do pronome: ‘*Pronomen est pars orationis, quae pro nomine próprio uniuscuiusque accipitur, personasque finitas recipit*’ (*Institutiones grammaticae*, XII, 1). Lembre-se, aqui, de que os indefinidos e interrogativos não se contavam entre os pronomes.” (NEVES, *op. cit.*, p. 187, n. 74). Uma tradição latina anterior à dos Padres também já incluíra entre os *pronomina* aqueles que, para alguns autores gregos, não eram propriamente pronomes: “Pronome é a parte do discurso que é posta, com menos precisão, no lugar de um nome, todavia significa quase o mesmo. Os pronomes têm os seguintes acidentes: qualidade, gênero, figura, números, casos, pessoa. A qualidade dos pronomes é de ser ou determinada ou indeterminada. É determinada a que indica uma pessoa precisa, como *ego, tu, ille* (“eu, tu, ele”). Indeterminada, a que se pode aplicar a uma pessoa qualquer, como *quis, quantus, qualis* (“quem, quanto, qual”)” (*Pronomen est pars orationis quae posita pro nomine minus quidem, paene idem tamen significat. pronomini accidunt qualitas genus figura numeros casus persona. qualitas pronominum aut finita est aut infinita. finita est quae notat certam personam, ut ego tu ille. infinita est quae cuilibet personae potest aptari, ut quis quantus qualis.*) (*Charis. Ars gramm.* II, VII *apud GL*, v. 1, p. 157); “O que é um pronome? A parte do discurso que, posta no lugar do nome, tanto quase significa a pessoa, quanto, às vezes, toma seu lugar. Consiste em que a qualidade dos pronomes? É bipartida: com efeito, ou os pronomes são determinados ou indeterminados. Quais são os determinados? Os que tomam o lugar das pessoas, como *ego, tu, ille* (“eu, tu, ele”). Quais são os indeterminados? Os que não tomam o lugar de pessoas, como *quis, quae, quod* (“quem, o qual”). (*pronomem quid est? pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit. qualitas pronominum in quo est? bipartita est: aut enim finita sunt pronomina aut infinita. quae sunt finita? quae recipiunt personas, ut ego tu ille. quae sunt infinita? quae non recipiunt personas, ut quis quae quod.*) Don. *Ars minor.*; por fim, a definição de Diomedes, cuja tripartição da “qualidade” dos pronomes parece representar a posição adotada por Isidoro: “Pronome é a parte do discurso que é posta, com menos precisão, no lugar do próprio nome, todavia quase significa o mesmo e, às vezes, toma seu lugar. Os acidentes dos pronomes são sete: qualidade, gênero, número, figura, pessoa, ordem, caso. As qualidades dos pronomes são três: determinada, indeterminada, menos-que-determinada. A qualidade determinada está na primeira e na segunda pessoas, a indeterminada e a menos-que-determinada encontram-se na terceira pessoa. A determinada é a que indica um número preciso e aponta para uma pessoa precisa, como *ego* (“eu”). A indeterminada é a que não toma o lugar de uma pessoa precisa, mas pode aplicar-se a uma qualquer, como *quis, quae, quod* (“quem, o qual”). A menos-que-determinada a que se pode aplicar a pessoas precisas ou imprecisas, como *ipse* (“o próprio, o mesmo”)” (*Pronomen est pars orationis quae pro ipso nomine posita minus quidem, paene idem tamen significat personamque interdum recipit. Pronomini accidunt septem, qualitas genus numerus figura persona ordo casus. qualitates pronominum sunt tres, finita infinita minus quam finita. Qualitas finita in prima et in secunda persona est, infinita et minus quam finita in tertia invenitur. finita est quae notat certum numerum et gestum dirigit ad certam personam, ut ego. infinita est quae certam non recipit personam sed cuilibet potest aptari, ut quis quae quod. minus quam finita est quae certis et incertis personis aptari potest, ut ipse.*) (*Diom. Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 329)

infinita. Finita pronomina dicta eo, quod definiunt certam personam, ut ‘ego’; me enim statim intelligis. Infinita dicuntur, quia non sunt certae personae. De absentibus enim dicitur et incertis, ut ‘quis,’ ‘quae,’ ‘quod.’ Minus quam finita appellantur quia commemorationem faciunt notae personae, ut ‘ipse,’ ‘iste.’ Certum est enim de quo dicitur. 3. Possessiva vocantur eo, quod aliquid nos possidere ostendunt. Nam dum dico

pelo fato de que determinam uma pessoa precisa, como *ego* (“eu”); logo, imediatamente me reconhecerás. Dizem-se indeterminados, já que não se referem a uma pessoa determinada. Com efeito, diz-se dos que estão ausentes e indeterminados, por exemplo, *quis, quae, quod* (“o qual, a qual”)¹³⁰. Chamam-se menos-que-determinados, visto que evocam uma pessoa conhecida de memória, por exemplo, *ipse* (“o próprio, o mesmo”), *iste* (“esse aí”); está determinado, com efeito, acerca de quem se diz¹³¹. 3. São chamados possessivos, pelo fato de que indicam que nós

¹³⁰ Cf., por exemplo, a definição de Apolônio/Prisciano, que, como se disse, coloca-os na classe dos nomes: “*Indefinido* (*aóriston*, latim *indefinitum*), que Prisciano define como o contrário do interrogativo, pronunciando-se com acento grave; por exemplo: *que, qual, quanto* (II, 30). Em outra obra, diz ele expressamente que Apolônio colocou os indefinidos entre os nomes. Apolônio põe explicitamente *outro, tal*, entre os indefinidos e considera *tis* ‘um’, ‘algum’, o indefinido por excelência: *aoristótaton* (*Da sintaxe*, II, 32).” (NEVES, 2005, p. 177). Nas gramáticas atuais de latim, põe-se esse pronome na categoria dos relativos, interrogativos e indefinidos, com pequenas diferenças entre eles de emprego quanto aos casos. Mas se admite que tenham a mesma origem: “O relativo-interrogativo-indefinido representa em latim um antigo interrogativo-indefinido indo-europeu, que se encontra, aliás, em todas as demais línguas da família indo-européia. Mas o latim, como as outras línguas itálicas, apresenta uma grande inovação, que é o emprego deste mesmo tema do interrogativo-indefinido para servir cumulativamente ao relativo. O indo-europeu apresentava para o interrogativo e para o indefinido dois temas *kwe-/kwo-*, e *kwei-*, entre os quais, porém, não havia nenhuma diferença semântica, a não ser com relação ao acento tônico: ambos os temas supramencionados exprimiam o interrogativo, quando eram tônicos, e o indefinido, quando eram átonos. O itálico, como dissemos, apresenta a inovação de empregar os dois temas para exprimir ainda a idéia do relativo, mas sem perderem, com isto, seu valor antigo. Assim, no latim, nos casos em que ambos os temas se conservaram, passou-se a uma especialização secundária do tema *kwe-/kwo-* para o emprego do relativo, e *kwei-* para o emprego do interrogativo-indefinido. Mas como já tivemos ocasião de ver, a declinação de ambos os pronomes, relativo e interrogativo-indefinido, é o resultado da contaminação dos dois temas, diferindo, assim, no período clássico, unicamente no nominativo singular.” (FARIA, [1995], p. 144)

¹³¹ Para as gramáticas latinas atuais, *ipsē, ipsā, ipsūm* está classificado como um pronome demonstrativo. *Ibid.*, p. 138) afirma, no entanto, que ele não é “[...] propriamente um pronome demonstrativo, mas que oferece as mesmas características flexionais dos demonstrativos.” Segundo o autor, esse pronome, traduzido em geral por “o mesmo, a mesma, o próprio, a própria”, é, sobretudo, um pronome intensivo, pois “[...] serve para pôr em relevo uma pessoa, ou coisa, para opô-los a outros, ou ainda para afirmar a autenticidade ou a exatidão de uma coisa.” (*ibid.*, p. 135).

‘meus,’ ‘tuus,’ definio aliquid meum esse, vel tuum. Relativa dicuntur, quia ad interrogationem referuntur, ut ‘quis est?’ respondetur, ‘is est.’ Demonstrativa, eo quod habent demonstrandi significationem. Aliquem enim praesentem his demonstramus, ut ‘hic,’

possuímos algo. Pois, quando digo *meus* (“meu”), *tuus* (“teu”), defino algo que é meu ou teu. Dizem-se relativos, porque se referem a uma interrogação, como *quis est* (“quem é”) e se responde *is est* (“é o que”)¹³². Demonstrativos, pelo fato de que têm o sentido de demonstrar. Com efeito, demonstramos alguém presente através destes pronomes: *hic, haec, hoc* (“este, esta, isto”)¹³³; esses três também recebem o nome de artigos¹³⁴. 4. No

¹³² Apolônio e Prisciano apresentam outro conceito de “relativo”: “*Relativo (anaphorikón)* ou demonstrativo (*deiktikón*) ou de semelhança (*homoiomatikón*) (latim, *relativum vel demonstrativum vel similitudinis*); por exemplo: *tal, tanto*. Ao colocar essas palavras na classe dos nomes, Prisciano declara que segue Apolônio e Herodiano (*Institutio oratoria [sic!]*, II, 30). Essa colocação encontra-se também no próprio Apolônio, que, examinando palavras como *tal*, diz que os pronomes só exprimem a existência, a essência, e essas palavras também exprimem a qualidade e a quantidade, e por isso são nomes (*Do pronome*, p.297).” (NEVES, 2005, p. 177). Modernamente, considera-se que “o pronome *is, ea, id* não é propriamente um demonstrativo, servindo principalmente para anunciar um relativo que vai ser enunciado (ou que já o tenha sido anteriormente), podendo também referir-se a um substantivo empregado sem relativo.” (FARIA, *op. cit.*, p. 137)

¹³³ Forma o grupo dos demonstrativos propriamente ditos. Entre eles, *hic, haec, hoc* servia para a primeira pessoa, “este, esta, isto”; *istĕ, istā, istū*, para a segunda, “esse, essa, isso”; e *illĕ, illā, illū*, para a terceira, “aquele, aquela, aquilo”.

¹³⁴ É difícil saber por que razão Isidoro propôs esse termo e empregou tais exemplos. Na tradição gramatical grega, os artigos ora pertenceram a mesma classe que os pronomes (cf. NEVES, *op. cit.*, p. 165), ora constituíram uma classe separada. Na *Tékhnē grammatikē*, mesmo que não se saiba ao certo se constituíam uma classe separada, é possível vê-lo próximo ao que se poderia chamar pronome: “Entre os artigos, ele coloca tanto o que hoje se chama *artigo definido* quanto o que hoje se denomina *pronome relativo*. Na própria definição já estabelece, porém, uma diferença quando diz que o primeiro se coloca antes (é *protaktikón*) e o segundo se coloca depois do nome (é *hypotaktikón*). Mais tarde, o primeiro será chamado, mesmo, *artigo hipotático* e o segundo, *artigo protático*.” (*ibid.*, p. 166). Também para Apolônio, artigos e pronomes relativos formavam o mesmo grupo: “O fato de a ‘anáfora’ ser considerada como marca principal do artigo permitia que continuassem a ser considerados *artigos* tanto os correspondentes aos atuais *artigos definidos* como os correspondentes aos atuais *pronomes relativos*, respectivamente os *artigos protáticos* e os *hipotáticos*. Embora os mantenha na mesma classe, a dos artigos, Apolônio reconhece a diferença entre os dois. Ele diz expressamente em um trecho do *Da sintaxe* (I, 142) que a distinção dos dois tipos não é apenas de forma e de colocação, mas é também sintática. Essa diferença se refere especialmente ao fato de o protático e o nome que ele acompanha formarem frase com o mesmo verbo, e o hipotático requerer outro verbo. O artigo hipotático liga-se ao nome pela ‘anáfora’, mas relaciona-se com um verbo próprio, dessa relação dependendo o seu caso.” (*ibid.*, p. 185). Ora, em latim, não havia a categoria do artigo, tanto que, para fechar o “esquema” das oito partes do discurso herdado dos gregos, os gramáticos latinos puseram, no lugar daquele, a categoria da interjeição, que não figurava na descrição grega. Talvez, Isidoro, mesclando descrições que fossem válidas para o grego e nomenclaturas traduzidas em latim, empregou o termo *articulus* mais ou menos vagamente. Cf., por exemplo, o que diz Diomedes, gramático latino, a respeito de dois tipos

‘haec,’ ‘hoc’: quae tria et articuli nominantur. 4. Articuli autem dicti, quod nominibus artantur, id est conligantur, cum dicimus ‘hic orator.’ Inter articulum autem et pronomen hoc interest, quod articulus tunc est, quum nomini coniungitur, ut ‘hic sapiens.’ Cum vero non coniungitur, demonstrativum pronomen est, ut ‘hic et haec et hoc.’ 5. Omnia autem pronomina aut primogenia sunt aut deductiva. Primogenia dicta sunt quia aliunde originem non trahunt. Haec viginti et unum sunt. Finita tria: ‘ego,’ ‘tu,’ ‘ille.’ Infinita septem: ‘quis,’ ‘qualis,’ ‘talis,’ ‘quantus,’ ‘tantus,

entanto, são ditos artigos, dado que se atam aos nomes, isto é, se ligam, por exemplo, quando dizemos *hic orator*. Porém, entre o artigo e esse pronome há uma diferença, pois quando existe um artigo, este se junta ao nome como em *hic sapiens*. Por outro lado, quando não se junta, é um pronome demonstrativo como *hic, haec, hoc*. 5. Todos os pronomes são ou primigênicos ou derivados. Chamam-se primigênicos, uma vez que não se originam de outro lugar¹³⁵. São eles vinte e um, dos quais três determinados: *ego* (“eu”), *tu* (“tu”), *ille* (“aquele, ele”); sete indeterminados: *quis* (“quem”), *qualis* (“qual”), *talis* (“tal”), *quantus* (“quão”), *tantus* (“tanto”), *quotus* (“quanto”), *totus* (“todo”); seis menos-que-determinados: *iste* (“esse”), *ipse* (“o próprio, o mesmo”), *hic* (“este”), *is* (“aquele”,

de pronomes: “Iguamente o articular prepositivo ou demonstrativo de qualidade definida do gênero masculino: *hic, huius, huic, hunc* [...]. Iguamente o pronome articular subjuntivo ou relativo de qualidade definida do gênero masculino: *is, eius, ei, eum* [...]” (*Item articulare praepositivum vel demonstrativum qualitatis finitae generis masculini hic huius huic hunc* [...]. *Item pronomen articulare subiunctivum vel relativum qualitatis finitae generis masculini is, eius, ei, eum* [...]) (Diom. *Ars gramm.* I apud *GL*, v. 1, p. 331). Para Ernout e Meillet (2001, p. 49), *articulus*, no discurso gramatical, traduz o grego *áρθρον* (ἄρθρον) sempre se baseando no modelo grego, como, por exemplo, *articuli finiti* e *articuli infiniti*, sendo o mesmo que *pronomen articulare*. É difícil, inclusive, especular sobre o “nascimento” ulterior do artigo nas línguas românicas, uma vez que não foi o demonstrativo *hic, haec, hoc* a forma básica da qual eles derivaram, mas, sobretudo, *ille, illa, illud* (cf. SABANEEVA, 2003).

¹³⁵ Cf.: “Quantas figuras têm os pronomes? Duas. Quais? Simples, como *quis* (“quem, o qual”), composta, como *quisquis* (“cada um”).” (*figurae pronominum quot sunt? duae. quae? simplex, ut quis, composita, ut quisquis*) Don. *Ars minor*.

‘quotus,’ ‘totus.’ Minus quam finita sex: ‘iste,’ ‘ipse,’ ‘hic,’ ‘is,’ ‘idem,’ ‘sui.’ Possessiva quinque: ‘meus,’ ‘tuus,’ ‘suus,’ ‘noster,’ ‘vester.’ Reliqua autem deductiva dicuntur, quia ex istis deducta atque composita existunt, ut ‘quispiam,’ ‘aliquis,’ et reliqua.

anafórico), *idem* (“o mesmo”), *sui* (“se”)¹³⁶; possessivos, cinco: *meus* (“meu”), *tuus* (“teu”), *suus* (“seu”), *noster* (“nosso”), *vester* (“vosso”). Os demais, todavia, são chamados derivados, porque, a partir daqueles, existem derivados e compostos, por exemplo, *quispiam* (“alguém, algum”), *aliquis* (“alguém”) etc.

9. De verbo

1. Verbum dictum eo, quod verberato aere sonat, vel quod haec pars frequenter in oratione versetur. Sunt autem verba mentis signa, quibus homines cogitationes suas invicem loquendo

9. Do verbo

1. É chamado verbo, pelo fato de que soa através do ar verberado, ou porque essa parte do discurso versa na oração com mais frequência¹³⁷. Ora, os verbos são sinais da mente, pelos quais os homens demonstram seus pensamentos mutuamente ao falar. Por outro lado,

¹³⁶ Sobre o emprego de *sui*, afirma Faria ([1995], p. 130): “Os genitivos *mei*, *tui*, *sui* foram tomados de empréstimo aos pronomes possessivos *meus*, *tuus*, *suus*, sendo que o emprego de *sui* como reflexivo para as terceiras pessoas é uma peculiaridade do latim. Estes genitivos são geralmente usados como genitivos objetivos.”

¹³⁷ Primitivamente significando mais propriamente “palavra”, *verbum* ganha o matiz de “verbo” no discurso gramatical, ao traduzir o grego *rhēma* (ῥῆμα), o qual, por sua vez, também se especializou de palavra (ambos provém da mesma raiz indo-européia) a verbo (cf. ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 723). Em geral, os gramáticos latinos definem o verbo como a parte do discurso que marca tempo e pessoa, mas carece de caso, oposição básica aos nomes (cf. CARIS. *Ars gramm.* II, VIII *apud GL*, V. 1, p. 134; DIOM. *Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 334; DON. *Ars gramm.*; PRISC. *Inst. gramm.* VIII *apud GL*, v. 2, p. 369). A glosa etimológica que afirma ter vindo a palavra “verbo” de “ar verberado” não é exclusividade isidoriana: “Disse-se ‘verbo’, porém, a partir do fato de que todo o discurso se exprime graças ao ar verberado pela língua nos limites do palato” (*verbum autem dictum est ab eo quod verberato lingua intra palatum aere omnis oratio promatur.*) (DIOM. *Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 334); “[...] ainda que ‘verbo’ seja dito a partir de ‘ar verberado’, que é um acidente comum a todas as partes do discurso, contudo, especialmente nesta expressão, como que se compreende aquilo que lhe é próprio, porque o empregamos com mais frequência em todo o discurso.” (*verbum [...] quamvis a verberatu aeris dicatur, quod commune accidens est omnibus partibus orationis, tamen praecipue in hac dictione quasi proprium eius accipitur, qua frequentius utimur in omni oratione.*) (PRISC. *Inst. gramm.* VIII *apud GL*, v. 2, p. 369).

demonstrant. Sicut autem nomen significat personam, ita verbum factum dictumque personae. In persona verbi agentis et patientis significatio est. Nam ‘scribo’ personae factum est. Item ‘scribor’ personae factum indicat, sed eius a quo patitur. 2. Verborum genera duo sunt: grammaticorum atque

assim como o nome especifica a pessoa, o verbo especifica um feito e um dito de uma pessoa. No que concerne à pessoa¹³⁸, o verbo tem um sentido ativo ou passivo. Com efeito, *scribo* (“escrevo”) é a ação de uma pessoa. Do mesmo modo, *scribor* (“sou escrito”) indica a ação de uma pessoa, mas na qual é paciente¹³⁹. 2. Dois são os gêneros de verbos: dos gramáticos e dos retóricos¹⁴⁰. Os dos gramáticos existem em três tempos: pretérito, presente e futuro por

¹³⁸ É interessante notar que, aqui, o termo *persona* (“pessoa”) dá conta tanto do sentido de “pessoa gramatical” (primeira, segunda, terceira) quanto o de “sujeito gramatical”. No discurso gramatical, traduzia o grego *prósōpon* (πρόσωπον), de semelhante etimologia (“máscara de teatro”) e desenvolvimento posterior. Cf., por exemplo, *Orig.* II, 24, onde se emprega o termo, mais próprio à filosofia, *subiectus*. Mas, em outros gramáticos, ao falar das *personae* dos verbos, fala-se basicamente das “pessoas gramaticais”: “Quantas são as pessoas do verbo? Três. Quais? Primeira, como “leio”; segunda, como “lês”; a terceira, como “lê”. (*personae uerborum quot sunt? tres. quae? prima, ut lego, secunda, ut legis, tertia, ut legit.*) (DON. *Ars gramm.*; cf. também DIOM. *Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 334)

¹³⁹ Ao falar de atividade/passividade, Isidoro focava um fenômeno que, entre outros gramáticos, estava sob o acidente do *genus* (ou, para alguns, *genus sive significatio*) de um verbo, conforme o resumo de Donato (*Ars gramm.*): “Quantos são os gêneros dos verbos? Cinco. Quais? Ativo, passivo, neutro, depoente, comum.” (*genera uerborum quot sunt? quinque. quae? actiua passiua neutra deponentia communia.*); de conteúdo semelhante, a despeito das nuances, cf. Diom. *Ars gramm.* I *apud GL*, v. 1, p. 336 Prisc. *Inst. gramm.* VIII *apud GL*, v. 2, p. 373. Falar de *persona* ao invés de *genus* ou *significatio* dos verbos pode ter surgido de algumas classificações de passividade/atividade que incluíam o *impersonalis*: “Os gêneros dos verbos são cinco: ativo, como *lego* (‘leio’), *scribo* (‘escrevo’); passivo, como *legor* (‘sou lido’), *scribor* (‘sou escrito’); neutro, como *sedeo* (‘estou sentado’), *curro* (‘corro’); comum, como *adulor* (‘acarício’), *criminator* (‘acusou/sou acusado’); depoente, como *luctor* (‘luto’), *convivor* (‘dar/ser convidado para um banquete’). Ademais, há também o impessoal, como *sedetur* (‘senta-se’), *itur* (‘vai-se’), *videtur* (‘vê-se’, ‘parece’). Não menos também se diz impessoal, por exemplo, *taedet* (‘estar farto’), *puget* (‘envergonhar-se’), *paenitet* (‘arrepender-se’).” (*Verborum genera sunt quinque, activum, ut lego scribo, passivum, ut legor scribor, neutrum, ut sedeo curro, commune, ut adulor, criminator, deponens, ut luctor convivor. praeterea sunt et impersonalia, ut sedetur itur videtur. non minus et illa impersonalia dicuntur, ut taedet puget paenitet.*) (CARIS. *Ars gramm.* II, VIII *apud GL*, v. 1, p. 164)

¹⁴⁰ Isidoro aproxima o conceito de *genera uerborum* dos gramáticos com o de *genera dicendi* (“gêneros do discurso”) dos oradores. Essa associação *sui generis* dá-se pelo fato de que *uerbum*, como se viu, podia ser tanto “palavra” quanto “verbo”. Mesmo se se desconsiderasse isso, o que descreve sob o nome de *genera uerborum* estava comumente, no discurso gramatical antigo, no *accidens* dos *tempora uerborum*: “Quantos são os tempos dos verbos? Três. Quais? Presente, como ‘leio’; pretérito, como ‘li’; futuro, como ‘lerei’.” (*tempora uerborum quot sunt? tria. quae? praesens, ut lego, praeteritum, ut legi, futurum, ut legam.*) (DON. *Ars gramm.*)

rhetorum. Grammaticorum in tria cadunt tempora: praeteritum, instans, futurum, ut ‘fecit,’ ‘facit,’ ‘faciet.’ Rhetorum autem universa oratio verba dicuntur veluti, ‘verbis bonis nos cepit,’ ‘verba bona habuit,’ ubi non tantum verba, quae in tria cadunt tempora, sed universa oratio est. Verborum species sunt formae, modi, coniugationes, et genera [et tempora]. 3. Formae verborum inde dictae eo, quod nos ad unamquamque rem informant. Per has enim ostendimus quid agamus. [Nam] Meditativa dicta est a meditantis sensu, ut ‘lecturio,’ id est legere volo. Inchoativa post meditationem ab inchoantis indicio, ut ‘calesco.’ Frequentativa a saepius agendo, ut

exemplo, *fecit* (“fez”), *facit* (“faz”), *faciet* (“fará”). Os verbos dos retóricos, por outro lado, são chamados “oração completa”, de modo que *verbis bonis nos cepit* (“pegou-nos com boas palavras”), *verba bona habuit* (“empregou boas palavras”), não são tanto verbos que acontecem em três tempos, mas é uma “oração completa”¹⁴¹. As características dos verbos são: forma, modo, conjugação, gênero [e tempo]¹⁴². 3. Daí que se dizem formas do verbo, pelo fato de que nos informam em relação a cada coisa¹⁴³. Por elas, com efeito, mostramos o que podemos fazer. [Pois] se chamam meditativos a partir da faculdade de meditar, por exemplo, *lecturio* (“desejo ler”)¹⁴⁴, isto é, *legere uolo* (“quero ler”). Incoativos, uma vez que, depois do meditar, provêm de uma indicação de início, por exemplo, *calesco* (“aqueço-me”). Frequentativos, de fazer com mais frequência, por exemplo, *lectito* (“ler

¹⁴¹ Cf., por exemplo, o alemão *Wort*, que, dependendo de seu sentido, flexiona-se de modo diferente: “palavra”, plural *Wörter*; “expressão, dito, provérbio”, plural *Worte*.

¹⁴² A partir daqui, volta às classificações canônicas.

¹⁴³ Cf. “Quantas são as formas dos verbos? Quatro. Quais? Perfeito, como *lego* (‘leio’); meditativo, como *lecturio* (‘quero ler’); frequentativo, como *lectito* (‘ler várias vezes, ficar lendo’); incoativo, como *feruesco* (‘começar a ferver’), *calesco* (‘aquecer-se’).” (*formae verborum quot sunt? quattuor. quae? perfecta, ut lego, meditatiua, ut lecturio, frequentatiua, ut lectito, inchoatiua, ut feruesco calesco.*) (DON. *Ars gramm.*)

¹⁴⁴ Atualmente recebem o nome de *desiderativos* (cf. FARIA, [1995], p. 244).

‘lectito,’ ‘clamito.’ Formae enim sensum tenent, modi declinationem. Nam nescis quid sit declinatio, nisi prius didiceris quid sit sensus. 4. Modi dicti ab eo, quemadmodum sint in suis significationibus. Indicativus enim modus dicitur, quia significationem habet indicantis, ut ‘lego.’ Imperativus, quia sonum habet imperantis, ut ‘lege.’ Optativus, quia per ipsum aliquid agere optamus, ut ‘utinam legerem.’ Coniunctivus, quia ei coniungitur aliquid, ut locutio plena sit. Nam quando dicis ‘cum clamem,’ pendet sensus; quod si dicam ‘cum clamem, quare putas quod taceam?’ plenus est sensus. 5. Infinitus [modus] dicitur eo, quod tempora definiens personam verbi non definit, ut

muitas vezes”), *clamito* (“gritar com insistência”)¹⁴⁵. Com efeito, as formas retêm o sentido, os modos a flexão. Pois não saberás qual é a flexão, se não tiveres aprendido antes qual é o sentido. 4. É por isso que se chamam “modos”; do modo em que estão dentre suas significações¹⁴⁶. Com efeito, diz-se indicativo, porque tem o sentido de indicar, por exemplo, *lego* (“leio”). Imperativo, porquanto tem um som imperioso, por exemplo, *lege* (“lê”). Optativo, já que, pelo próprio, optamos fazer algo, por exemplo, *utinam legerem* (“oxalá eu tivesse lido”). Coniuntivo, visto que se lhe junta algo, para que haja um enunciado completo. Pois, quando dizes *cum clamem* (“quando grito”), o sentido fica em suspenso; mas se digo *cum clamem, quare putas quod taceam?* (“quando grito, porque pensas que me calo?”), o sentido está completo. 5. Diz-se modo infinitivo, pelo fato de que, embora defina o tempo, não define a pessoa do verbo, por exemplo, *clamare* (“gritar”), *clamasse* (“ter gritado”). A

¹⁴⁵ Ou, como as gramáticas atuais chamam, *iterativos* (cf. FARIA, [1995], p. 243).

¹⁴⁶ Cf. “Em que consiste a qualidade dos verbos? Em modos e em formas. Quais são os modos? Indicativo, como *lego* (‘leio’); imperativo, como *lege* (‘lê’); optativo, como *utinam legerem* (‘oxalá eu tivesse lido’); conjuntivo, como *cum legam* (‘quando leio’); infinitivo, como *legere* (‘ler’); impessoal, como *legitur* (‘lê-se’). (*qualitas uerborum in quo est? in modis et in formis. modi qui sunt? indicatiuus, ut lego, imperatiuus, ut lege, optatiuus, ut utinam legerem, coniunctiuus, ut cum legam, infinitiuus, ut legere, impersonalis, ut legitur.*) (DON. *Ars gramm.*)

‘clamare,’ ‘clamasse.’ Cui si adiungas personam: ‘clamare debeo, debes, debet,’ fit quasi finitum. Inpersonalis dicitur, quia indiget personam nominis vel pronominis, ut ‘legitur’: addes personam ‘a me,’ ‘a te,’ ‘ab illo,’ et plene sentitur. Sed infinitus modus personam tantum verbi eget: inpersonalis vero vel pronominis personam vel nominis. 6. Coniugatio dicitur eo, quod per eam ad unum sonum multa coniungantur. Docet enim in quam syllabam exeat futurum tempus, ne per inperitiam quis dicat ‘legebo’ pro ‘legam.’ Harum prima et secunda mittunt futurum tempus in ‘bo’

isso, se adicionares uma pessoa, *clamare debeo, debes, debet* (“devo, deves, deve gritar”), torna-se quase finito. É dito impessoal, porque carece da pessoa do nome ou do pronome, por exemplo, *legitur* (“é lido, lê-se”). Adiciones a pessoa, *a me* (“por mim”), *a te* (“por ti”), *ab illo* (“por ele”) e está pleno o sentido. Mas o modo infinitivo carece apenas da pessoa do verbo; o impessoal, por outro lado, de pronomes ou de nomes¹⁴⁷. 6. Diz-se conjugação, pelo fato de que, por meio de ela, conjuntam-se muitos aspectos a um único som. Ela ensina, com efeito, em qual sílaba termina o tempo do futuro, a fim de que ninguém, por imperícia, diga *legebo* no lugar de *legam* (“lerei”). Das conjugações, a primeira e a segunda fazem o tempo do futuro em *bo* e *bor*, a terceira em *am* e *ar*¹⁴⁸. 7. Por isso, disseram-se gêneros

¹⁴⁷ O estatuto do imperativo já fora, em ambiente grego, tema amplamente discutido: “No *Da sintaxe* (III, 60), Apolônio diz expressamente que o que é próprio do verbo é a alteração da sua forma para expressar as diferenças de tempo e das três vozes, a ativa, a passiva e a média. Essa propriedade de indicar atividade e passividade, expressa na definição, vem novamente referida no *Da sintaxe* (I, 16). Desse modo, não é considerado como próprio do verbo nem a expressão do número nem a do modo, que, na verdade, pertencem às pessoas (*Da sintaxe*, III, 59; III, 51). Nem é verdade que seja da natureza do verbo indicar as pessoas (*Da sintaxe*, III, 59; III, 54). Se é assim, se o que é particular ao verbo é expressar, por suas transformações, a diferença dos tempos e das vozes, o infinitivo está incluído entre os verbos.” (NEVES, 2005, p. 181).

¹⁴⁸ O critério de classificação das conjugações era, ao contrário da hodierna, baseado na formação do futuro. Nesse contexto, havia três conjugações, ao invés das atuais quatro, sendo que uma delas subdivide-se em duas. Cf., por exemplo, Donato (*Ars gramm.*): “Quando a terceira conjugação não produz o tempo futuro só em *am* mas também em *bo*? Às vezes, quando não se tiver a letra *i* por breve mas por longa, como *eo, is, ibo* (‘vou, vais, irei’), *queo, quis, quibo* (‘sou capaz, és capaz, serei capaz’).” (*quando tertia coniugatio futurum tempus non in am tantum sed etiam in bo mittit? interdum, cum i litteram non correptam habuerit sed productam, ut eo is ibo, queo quis quibo.*)

et in ‘bor,’ tertia in ‘am’ et in ‘ar.’ 7. Genera verborum ideo dicta, quia gignant. Nam activo adicis R et gignit passivum; rursum passivo adimis R et parit activum. Ipsa autem activa dicuntur quia agunt[ur], ut ‘verbero,’ [et] passiva, quia patiuntur, ut ‘verberor’; neutralia, quia nec agunt nec patiuntur, ut ‘iaceo,’ ‘sedeo.’ His si R litteram adicis, non sonant Latine. Communia dicuntur quia et agunt et patiuntur, ut ‘amplector.’ Haec similiter, deposita R littera, Latina non sunt. Deponentia vero dicuntur, quia

dos verbos, porque geram. Com efeito, adicionas um *r* ao ativo e gera-se o passivo; inversamente, ao passivo subtraias um *r* e obtém-se o ativo. No entanto, os gêneros são chamados ativos, porque agem, por exemplo, *uerbero* (“verbero, açoito”), e os passivos, porque são pacientes, por exemplo, *uerberor* (“sou açoitado”); os neutros, porque nem agem nem são pacientes, por exemplo, *iaceo* (“jazo, estou deitado”), *sedeo* (“estou sentado”)¹⁴⁹. Se lhes adicionares um *r*, não soará como latim¹⁵⁰. Dizem-se comuns, porque tanto são ativos quanto passivos, por exemplo, *amplector* (“abraço”)¹⁵¹. Esses, de igual modo, retirada a letra *r*, não são latim. Por outro lado, dizem-se depoentes¹⁵², pois depõem

¹⁴⁹ Cf., por exemplo, a definição de Donato (*Ars gramm.*): “Que são os neutros? Os que acabam num *o*, como os ativos, mas se receberem um letra *r*, não são latinos, como *sto* (‘estou em pé’), *curro* (‘corro’); não dizemos *stor*, *curror*.” (*neutra quae sunt? quae in o desinunt, ut actiua, sed accepta r littera Latina non sunt, ut sto curro: stor curror non dicimus.*) Hoje, tais verbos são colocados sob um grupo especial da segunda conjugação, cf. Faria ([1995], p. 2506-207): “Verbos de *estado*, geralmente intransitivos, possuindo algumas formas duplas transitivas que seguem a terceira conjugação, como: *iacĕo* ‘estar estendido’ e *iacĭo* ‘atirar’; *pendĕo* ‘estar pendurado, pender’ e *pendo* ‘pendurar’. Quase todos estes verbos de estado, porém, são isolados, havendo ainda alguns que são empregados com sentido transitivo e intransitivo [...]”

¹⁵⁰ Ou seja, violaria o princípio da *latinitas*. Alguns estudiosos modernos vêem nesse princípio afinidades com alguns aspectos de problemas atuais que relacionem sintaxe, semântica e pragmática. Cf. HYMAN (2003).

¹⁵¹ A questão é saber se trata de um verbo depoente ou de um reflexivo. Segundo Donato (*Ars gramm.*): “Quais são os comuns? Os que acabam em *r*, como os depoentes, mas acontecem em duas formas, passiva e ativa, como *osculator* (‘beijo’), *criminator* (‘acusado’); dizemos, com efeito, *osculator te* (‘beijo-te’) e *osculator a te* (‘sou beijado por ti’); *criminator te* (‘acusado te’) e *criminator a te* (‘sou acusado por ti’).” (*communia quae sunt? quae in r desinunt, ut deponentia, sed in duas formas cadunt, patientis et agentis, ut osculator criminator: dicimus enim osculator te et osculator a te, criminator te et criminator a te.*)

¹⁵² Definição que não coincide com a de Donato (*Ars gramm.*): “Que são os depoentes? Os que acabam em *r*, como os passivos, mas, essa suprimida, não são latinos, como *luctor* (‘luto’), *loquor* (‘falo’).” (*deponentia quae sunt? quae in r desinunt, ut passiva, sed ea dempta Latina non sunt, ut luctor loquor.*) Esse dois últimos casos são, possivelmente, vestígios dos verbos médios indo-europeus que ora eram depoentes, ora ainda com valor médio-passivo. Sobre essa diferença, cf. Faria (*op. cit.*, p. 344): “No latim a eliminação da voz média foi

deponunt futuri temporis participium a significatione passiva, quod exit in ‘dus,’ ut ‘gloriandus.’

(isto é, “retiram de”) o participio futuro de um sentido passivo, o qual termina em *dus*, por exemplo, *gloriandus* (“digno de glória”)¹⁵³.

10. De adverbio

1. Adverbium dictum est eo, quod verbis accedat, ut puta, ‘bene lege.’ ‘Bene’ adverbium est, ‘lege’ verbum. Inde ergo dictum adverbium, quod semper verbo iunctum adimpleatur. Verbum enim

10. Do advérbio

1. Chama-se advérbio, pelo fato de que está acedente ao verbo, segundo se pensa, por exemplo, *bene lege* (“ler bem”). *Bene* é advérbio, *lege* verbo. Daí, então, é dito advérbio, porque sempre se completa junto ao verbo. Com efeito, o

quase total, dela restando [...] apenas poucos vestígios. Como categoria verbal, o médio já não mais existe em latim, sendo expressos pela passiva os antigos conceitos e significações que tinha no primitivo indo-europeu. [...] Assim, quando se diz que em latim há unicamente vestígios da antiga voz média, tais vestígios quanto ao seu aspecto morfológico assumem sempre a forma passiva. Os mais importantes desses vestígios são constituídos pelos verbos médio-passivos e pela conjugação depoente. Os verbos médio-passivos são os que possuem uma voz ativa e ao lado desta têm a passiva com a possibilidade de assumir um valor médio, em geral de sentido reflexivo: *lauari* ‘lavar-se’, ao lado de *lauare* ‘lavar’; *ungui* ‘perfumar-se’, ao lado de *unguere* ‘perfumar’; *uehi* ‘transportar-se’, *uehere* ‘transportar’; *colligi* ‘reunir-se’, *colligere* ‘reunir’, etc. Muito mais numerosos são os verbos depoentes. [...] havia no indo-europeu verbos que só eram usados na voz média. A conjugação depoente continua em latim esse tipo de verbos indo-europeus, embora seu valor tenha enfraquecido bastante, indicando em geral uma atividade que provém do sujeito ou lhe diz respeito. A conjugação depoente sempre apareceu em latim, desde os mais antigos textos, como uma excrescência que a língua procurava eliminar, razão por que veio a desaparecer inteiramente das línguas românicas. Aliás, desde o período arcaico, manifesta a língua a tendência em substituir a conjugação depoente pela conjugação pronominal reflexiva, que irá acentuar-se no Império, principalmente nos últimos séculos, e generalizar-se nas línguas românicas [...].”

¹⁵³ “Completam as formas nominais do verbo derivadas do tema do *inflectum* o Participio presente, o Gerúndio e o Gerundivo, também chamado impropriamente participio de obrigação. [...] Para o Gerúndio e Gerundivo vale-se o latim de um sufixo *-e/ond* (também com a alternância *ě/ō*), que se junta ao tema do *inflectum*, tendo predominado o vocalismo *-e-*, principalmente por influência do Participio presente, embora algumas formas em *-undus* se tenham conservado na língua com valor de adjetivo propriamente (*oriundus*, *secundus*,) ou mesmo com valor verbal (*deferundo*, *repetundae*). O Gerúndio e o Gerundivo são formações itálicas. razão por que não são encontráveis em outras línguas indo-européias. O Gerúndio fornece ao Infinitivo presente os casos flexionados, e por isto é declinado no acusativo, genitivo, dativo e ablativo. Como vimos acima. na época arcaica, ao lado das formas com vocalismo em *-e-*, aparecem também na terceira quarta conjugações gerúndios com o vocalismo *-o-*, representado em latim por *-u-*: *scribundi*, *deferundo*, etc. O Gerundivo tem dois valores: exprime a idéia de ação, quer ativa, quer passiva; exprime a idéia de obrigação (*delenda est Carthago*, “Cartago deve ser destruída”), donde também chamar-se participio de obrigação, denominação inadequada, pois atende apenas a um dos valores do Gerundivo.” (FARIA, [1995], p. 203). O *gerundivus* também era conhecido como participio futuro passivo. No verbos depoentes, no entanto, o gerundivo só tinha, salvo exceções, sentido ativo.

solum sensum inplet, ut ‘scribo.’
Adverbium autem sine verbo non habet
plenam significationem, ut ‘hodie.’
Adicis illi verbum, ‘hodie scribo,’ et
iuncto verbo inplesti sensum.

verbo, sozinho, é pleno de sentido, por
exemplo, *scribo* (“escrevo”). O advérbio,
porém, sem um verbo não tem um
sentido pleno, por exemplo, *hodie*
 (“hoje”). Adiciona-lhe um verbo, *hodie
 scribo* (“hoje escrevo”), e junto a um
verbo, completaste o sentido¹⁵⁴.

11. De participio

1. Participium dictum, quod nominis et

11. Do participio

1. É chamado participio, porque toma

¹⁵⁴ *Aduerbum* traduzia o grego *epírhēma* (ἐπιρρημα) e tinha o mesmo percurso de derivação. Ver nota sobre *uerbum*. A exposição de Isidoro é sumariíssima, pois deixa de lado qualquer que apresentação sobre os acidentes do advérbio, a qual se pode ver até mesmo na *Ars minor* de Donato: “Que é um advérbio? A parte do discurso que, adicionada ao verbo, explana sua significação e a completa. Quantos são os acidentes do advérbio? Três. Quais? Significado, comparação, figura.” (*adverbium quid est? pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque implet. adverbio quot accidunt? tria. quae? significatio comparatio figura.*) (DON. *Ars gramm.*; cf. também definições mui semelhante em DIOM. *Ars gramm. I apud GL*, v. 1, p. 403; CARIS. *Ars gramm. II, XIII apud GL*, v. 1, p. 180). A exposição está, inclusive, aquém até mesmo da que é contumaz em tratados patrísticos: “O advérbio é definido por sua incidência em relação ao verbo e não em função de seus acidentes, embora seja possível de lhe atribuir um mecanismo de formação (adição de -o, -e, -ter) e grau de comparação” (*L’adverbe est défini par son incidence à l’égard du verbe, et non en fonction de ses accidents, quoiqu’il soit possible de lui attribuer un mécanisme de formation (adjonction de -o, -e, -ter), et des degrés de comparaison.*) (SWIGGERS, 1992a, p. 80). Assim, Isidoro não emprega nenhuma definição mais “formal” e contenta-se em apresentar a etimologia e a função “semântica” dessa parte do discurso. Como contraponto, pode-se ver a preocupação de Apolônio com uma definição que alie o conteúdo formal com o nocional: “Conservou-se o tratado de Apolônio Díscolo *Dos advérbios*. Essa obra inicia-se com a declaração de que, em toda a palavra, têm de ser observados o conteúdo nocional e o som material. Dos dois, é o conteúdo nocional que deve ser colocado em primeiro lugar [...]. É obedecendo a esse ponto de vista que Apolônio define logo a seguir o advérbio como uma palavra indeclinável que se predica de maneira geral ou particular aos modos dos verbos e que, sem eles, não pode completar o pensamento. [...] Apolônio compara o advérbio – que não tem sentido completo sem um verbo ou participio – ao adjetivo – que não tem sentido completo sem um nome –, enquanto, pelo contrário, tanto o verbo como o nome (comum ou próprio) podem usar-se sem adjetivo e sem advérbio, respectivamente. [...] Quanto ao nome *epírhēma*, Apolônio explica que, embora os advérbios possam colocar-se antes ou depois do verbo, seu nome advém da colocação antes do verbo. Prendendo-se ao sentido etimológico da palavra *epírhēma*, Apolônio só considera o advérbio como predicado a um verbo, quando muito a um participio. Não observa, pois, que ele pode também modificar a idéia de ação ou de estado que é expressa por um adjetivo.” (NEVES, 2005, p. 191-192). Cf. também Prisciano (*Inst. gramm. XV apud GL*, v. 3, p. 60): “Advérbio é a parte do discurso indeclinável, cujo significado se adiciona aos verbos. Com efeito, o advérbio adicionado aos verbos faz a mesma coisa que os nomes adjetivos adicionados aos nomes apelativos, como ‘uma pessoa prudente age prudentemente’, ‘um homem feliz vive felizmente’.” (*Adverbium est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio verbis adicitur. hoc enim perficit adverbium verbis additum, quod adiectiva nomina appellativis nominibus adiuncta, ut ‘prudens homo prudenter agit, felix vir feliciter vivit’.*)

verbi capiat partes, quasi participium. A nomine enim vindicat sibi genera et casus, a verbo tempora et significationes, ab utrisque numerum et figuram.

12. De coniunctione

1. Coniunctio dicta, quod sensus sententiasque coniungat. Haec enim per se nihil valet, sed in copulatione

partes do nome e do verbo, como se fosse *participium*¹⁵⁵. Do nome, com efeito, reivindica para si os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e os sentidos; de ambos, o número e a forma.

12. Da conjunção

1. Chama-se conjunção¹⁵⁶, dado que conjunta sentidos e sentenças. Essa, com efeito, por si só, não tem valor, mas, na cópula de dizeres, se exhibe como se fosse um tipo de grude¹⁵⁷. Com efeito, ou

¹⁵⁵ *Participium* < *particeps* (“que toma sua parte de”) < *pars*, -tis + -*ceps* (forma apofônica, presente só como segundo termo de compostos, de um nome de agente do verbo *capiō*, “pegar”), traduz, no discurso gramatical latino, o termo grego *metokhē* (μετοχή, “participação, participio”) < *metékhō* (μετέχω, “participar, ter parte em”), cunhado de forma semelhante a partir de: *metá* (μετά, “com”) + *ékhō* (ἔχω, “ter”). Novamente, como se pode ver, a exposição dessa parte do discurso é extremamente sucinta. Também aqui, Isidoro resume mais o assunto que outros autores patrísticos. Segundo Swiggers (1992a, p. 80), as participios, nas discussões gramaticais dos Padres da Igreja, “[...] combinam características de nomes e de verbos: gênero e caso, tempo e *genus*, número e *figura*. Cassiodoro preocupa-se em indicar os casos vazios no sistema de participio: alguns verbos não têm participio presente, enquanto outros não têm o participio futuro ou perfeito. Finalmente, os verbos impessoais não têm participio.” (*Les participes combinent des caractéristiques des noms et des verbes: genre et cas, temps et genus, nombre et figura. Cassiodore prend soin d’indiquer les cases vides dans le système des participes: certains verbes n’ont pas de participe présent, alors que d’autres n’ont pas de participe futur ou parfait. Finalement, les verbes impersonnels n’ont pas de participe.*) Cf. Donato (*Ars gramm.*): “Que é participio? A parte do discurso que toma uma parte do nome, outra parte do verbo; do nome: gênero e caso; do verbo: tempo, sentido; de ambos: número e figura. Quantos são os acidentes do participio? Seis. Quais? Gênero, caso, tempo, sentido, número, figura.” (*participium quid est? pars orationis partem capiens nominis, partem uerbi; nominis genera et casus, uerbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram. participio quot accidunt? sex. quae? genus casus tempus significatio numerus figura.*)

¹⁵⁶ *Coniunctiō* (“união, reunião”), formado a partir de *cum* (“com”) mais *iungo* (“juntar, unir”), empregado no discurso gramatical como “conjunção”, traduzindo o grego *syndesmos* (σύνδεσμος, “união”), este, por sua vez, também formado a partir de um verbo de sentido semelhante ao latino (*syndēō*, *syn* “com” mais *dēō* “ligar”) . (cf. ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 328)

¹⁵⁷ Cf. a definição entre os autores gregos: “No estudo das conjunções, Apolônio reafirma seu princípio de que é o sentido de uma palavra, não a forma, que decide de sua atribuição a uma determinada classe. É considerada a definição de Apolônio Díscolo a que aparece em um escólio sobre Dionísio o Trácio: conjunção é uma parte do discurso que não se declina, que reúne entre si as partes do discurso e que significa em comum com elas, para marcar seja a ordem seja o valor (*dynamis*, ‘poder, força’). Diz o escoliasta que essa é a definição recebida por tradição [...]. Já os estóicos reconheciam uma carga de significado na conjunção, e Apolônio, apresentando-a como não desprovida de significado, censura a posição dos que entendiam diferentemente (que é a posição de Dionísio o Trácio). Entretanto, a conjunção não simplesmente significa

sermonum quasi quoddam exhibet glutinum. Aut enim nomina sociat, ut ‘Augustinus et Hieronymus’: aut verba, ut ‘scribit et legit.’ Vna autem vis omnium, sive copulent, sive disiungant.

2. Copulativae autem coniunctiones dictae eo, quod sensum vel personas coniungant, ut ‘ego et tu eamus ad forum.’ Ipsud ‘et’ sensum coniunxit. Disiunctivae dictae, quia disiungunt res aut personas, ut ‘ego aut tu faciamus.’ Subiunctivae dicuntur, quia subiunguntur, ut ‘que.’ Dicimus enim ‘regique hominique Deoque’; non dicimus, ‘que regi, que homini’ 3.

associa nomes, por exemplo, *Augustinus et Hieronymus* (“Agostinho e Jerônimo”); ou verbos, por exemplo, *scribit et legit* (“escreve e lê”). No entanto, o poder de todas é um só: ou reúnem ou desunem. 2. Disseeram-se conjunções copulativas, pelo fato de que conjuntam sentidos ou pessoas, por exemplo, *ego et tu eamus ad forum* (“eu e tu vamos ao fórum”). O próprio *et* conjuntou o sentido. Foram ditas disjuntivas, uma vez que desjuntam coisas ou pessoas, por exemplo, *ego aut tu faciamus* (“eu ou tu fazemos”). Dizem-se subjuntivas, porque se jungem depois, por exemplo, *que*¹⁵⁸. Com efeito, dizemos *regique hominique Deoque* (“para o rei, para o homem e para Deus”) e não *que regi, que homini*. 3. Chamaram-se expletivas, porquanto completam algo dito antes, segundo se pensa, por exemplo, *si hoc non uis,*

(*semáinei*), mas cossignifica (*syssemáinei*), isto é, ela não tem valor autônomo, mas somente por meio de sua relação com as orações ou partes do discurso recebe seu verdadeiro conteúdo [...]” (NEVES, 2005, p. 193-194). Concepção que, a julgar pela sistematização de Swiggers (1992a, p. 80), é esposada pela tradição patrística: “Definidas como palavras que religam ‘sentidos’ e ‘frases’, as conjunções estão agrupadas, segundo critérios semântico-etimológicos, em *copulativae* (por exemplo *et*), *disiunctivae* (*aut*), *expletivae* (*si*), *subiunctivae* (*-que*) e *communes* (*igitur*).” (*Définies comme des mots reliant des “sens” et des “phrases”, les conjonctions sont groupées, d’après des critères sémantico-étymologiques, en copulativae (par exemple et), disiunctivae (aut), expletivae (si), subiunctivae (-que) et communes (igitur).*)

¹⁵⁸ *Subiunctivas* seriam – ao contrário do que se poderia conceber hoje e do que, de fato, representavam para certas descrições gramaticais antigas (cf. ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 328) – as conjunções enclíticas, em especial, *-que* (cf. FARIA, [1995], p. 233). Cf. com o grego *τε* (τε) e o sânscrito *ca*. (cf. ERNOUT, MEILLET, *op. cit.*, p. 555).

Expletivae dictae, quia explent propositam rem, ut puta, ‘si hoc non vis, saltem illud fac.’ Communes nominantur, quia ubivis ponuntur [et subiunguntur], ut ‘igitur hoc faciam,’ ‘hoc igitur faciam.’ 4. Causales dicuntur a causa eo, quod aliquid cogitent facere, ut puta, ‘occido illum, quia habet aurum’; causa est. Rationales dicuntur a ratione, quae quisque utitur in faciendo, ut ‘quomodo eum occidam, ne agnoscar? veneno an

saltem illud fac (“se não queres fazer isso, ao mesmo, faz aquilo”)¹⁵⁹. Nomeiam-se comuns, porque se põem [e se juntam] a qualquer parte, por exemplo, *igitur hoc faciam* (“portanto, farei isso”), *hoc igitur faciam*¹⁶⁰. 4. Dizem-se causais a partir de *causa*, pelo fato de que cogitam o que fazer, por exemplo, *occido illum, quia habet aurum* (“mato-o, porque ele tem ouro”); é a causa. São chamados racionais a partir de *ratio* (“razão”), da qual cada um se serve ao fazer algo¹⁶¹, por exemplo, *quomodo eum occidam, ne agnoscar? veneno an ferro?* (“como o matarei, de modo que não seja reconhecido? Com veneno ou com faca?”)¹⁶².

¹⁵⁹ *Expletivae* é palavra que deriva da raiz verbal *plē-, presente em palavras portuguesas como “repleto”, “completo” etc., mais o prefixo *ex*. Segundo Ernout e Meillet (*op. cit.*, p. 515), *expleō* só excepcionalmente tinha o sentido de *dēpleō*, ‘esvaziar’, em contraste com *repleō*; em geral, o *expleō* significava o contrário, ou seja, ‘completar, preencher’. Daí que as *coniunctiones expletivae* não eram, como se descreve hoje, partículas acessórias (cf. BECHARA, 2001, p. 597-598), mas sim aquelas que eram necessárias, a que chamaríamos, provavelmente, de *completivas*. Pelas palavras de Neves (2005, p. 197), na reflexão grega, essas conjunções *expletivas* eram, de fato, as que se consideravam “acessórias”: “*completiva, vel expletiva, parapleromatikós*; por exemplo: *mén, dé, pér* (partículas para as quais, fora do contexto, não se pode indicar uma tradução).”

¹⁶⁰ Novamente se trata de uma categoria que responde a questões “sintáticas”, uma vez que as *comuns*, ao contrário das *subjuntivas* que têm de ser pospostas, as comuns são descritas como “livres”, podendo tanto serem prepostas como pospostas. O exemplo que Isidoro apresenta – o mesmo que aparece em Donato –, no entanto, não seria corroborado no latim dito clássico, porque não se recomendava o emprego de *igitur* em início de período.

¹⁶¹ Tratar-se-iam das que Neves (*op. cit.*, 196), ao comentar as teorias gregas, chama de “*dubitativa, diaporetikós* ou *aporhematikós*; por exemplo: *âra*, ‘será quê?’;”.

¹⁶² Cf. a descrição de Donato, aqui citada na íntegra: “Que é conjunção? A parte do discurso que junta e ordena a sentença. Quantos são os acidentes das conjunções? Três. Quais? Valor, figura, ordem. Quantos são os tipos de valor das conjunções? Cinco. Quais? Copulativas, disjuntivas, expletivas, causais, racionais. Dá as copulativas: *et que at atque ac ast*. Dá as disjuntivas: *aut, ue, uel, ne, nec, neque*. Dá as expletivas: *quidem, equidem, saltem, uidelicet, quamquam, quamuis, quoque, autem, porro, porro autem, tamen*. Dá as causais: *si, etsi, etiamsi, si quidem, quando, quando quidem, quin, quin etiam, quantinus, sin, seu, siue, nam, namque, ni*,

ferro?’

13. De praepositione

1. Praepositio dicta, quod nominibus praeponatur et verbis. Accusativae et ablativae praepositiones a casibus, quibus serviunt, dictae. Loquellares vero, quia loquellis, id est verbis semper cohaerent, nec aliquid valent solae positae, ut ‘di,’ ‘dis.’ Coniunctae vero verbis figuram faciunt, ut ‘diduco,’ ‘distraho.’

13. Da preposição

1. É dita preposição, porque se prepõe a nomes e verbos¹⁶³. Foram chamadas preposições acusativas e ablativas, conforme os casos, aos quais servem. Por outro lado, “loculares”, porque sempre estão coladas a loqüelas, isto é, verbos, e não têm valor algum postas sozinhas, por exemplo, *di*, *dis*. Por outro lado, as conjuntivas formam-se com os verbos, por exemplo, *diduco* (“separar, dispersar”), *distraho* (“rasgar, destruir”)¹⁶⁴.

nisi, nisi si, si enim, etenim, ne, sed, interea, licet, quamobrem, praesertim, item, itemque, ceterum, alioquin, praeterea. Dá as racionais: *ita, itaque, enim, enimvero, quia, quapropter, quoniam, quoniam quidem, quippe, ergo, ideo, igitur, scilicet, propterea, idcirco.* Quantas são as figuras das conjunções? Duas. Quais? Simples, como *nam*, composta, como *namque*. Em que consiste a ordem das conjunções? Já que ou são conjunções prepositivas, como *ac, ast*, ou subjuntivas, como *que, autem*, ou comuns, como *et, igitur, ergo.*” (*coniunctio quid est? pars orationis adnectens ordinansque sententiam. coniunctioni quot accidunt? tria. quae? potestas figura ordo. potestas coniunctionum quot species habet? quinque. quas? copulatiuas disiunctiuas expletiuas causales racionales: da copulatiuas. et que at atque ac ast. da disiunctiuas. aut ue uel ne nec neque. da expletiuas. quidem, equidem, saltem, uidelicet, quamquam, quamuis, quoque, autem, porro, porro autem, tamen. da causales. si, etsi, etiamsi, si quidem, quando, quando quidem; quin, quin etiam, quatinus, sin, seu, siue, nam, namque, ni, nisi, nisi si, si enim, etenim, ne, sed, interea, licet, quamobrem, praesertim, item, itemque, ceterum, alioquin, praeterea. da racionales. ita, itaque, enim, enimvero, quia, quapropter, quoniam, quoniam quidem, quippe, ergo, ideo, igitur, scilicet, propterea, idcirco. figurae coniunctionum quot sunt? duae. quae? simplex, ut nam, composita, ut namque. ordo coniunctionum in quo est? quia aut praepositivae coniunctiones sunt, ut ac ast, aut subiunctivae, ut que autem, aut communes, ut et igitur ergo.*)

¹⁶³ *Praepositio* < *prae* (“antes, na frente”) + *positiō* (“ação de colocar”), este último, por sua vez, de *pōnō* (“colocar”). O termo traduz o grego *próthesis* (πρόθεσις) (cf. ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 520).

¹⁶⁴ Para Isidoro, assim como para outros autores antigos, sob o nome de *praepositio* estão tanto aquilo que modernamente chamaríamos “prefixos” quanto as “preposições”. Cf., por exemplo, Donato (*Ars gramm.*): “O que é a preposição? A parte do discurso que, preposta a outras partes do discurso, ou completa, ou muda, ou diminui o sentido delas. Quantos são os acidentes das preposições? Um. Qual? Só o caso. Quantos? Dois. Quais? Acusativo e ablativo. [...] Quais são as preposições que servem de distinção e não podem ser separadas? *Di, dis, re, se, am, con.* Como? Dizemos, com efeito, *diduco, distraho, recipio, secubo, amplector, congregior.* Quais as que não podem se juntar? *Apud* e *penes.* Quis se juntam e separam? Todas as demais.” (*praepositio quid est? pars orationis quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut*

14. De interiectione

Interiectio vocata, quia sermonibus interiecta, id est interposita, affectum commoti animi exprimit, sicut cum dicitur ab exultante ‘vah,’ a dolente ‘heu,’ ab irascente ‘hem,’ a timente ‘ei.’ Quae voces quarumcumque linguarum propriae sunt, nec in aliam linguam facile transferuntur.

15. De litteris apud grammaticos

[Quot sint articulatae voces. Et dicta

14. Da interjeição

Chamou-se interjeição¹⁶⁵, porque, “entre-jogada” nas falas, isto é, interposta, exprime a impressão dum espírito agitado¹⁶⁶, de modo que pelo exultante é dito *uah* (“ah, oh”), pelo dolente *heu* (“ai, ui”), pelo irascível *hem* (“ah, ai”) e pelo temente *ei* (“ai de mim”)¹⁶⁷. Tais sons são próprios de quaisquer línguas e não se traduzem facilmente numa outra língua.

15. Das letras entre os gramáticos

[Quantas são as unidades de som. E disse-se letra como se fosse *legitera*, pelo

complet aut mutat aut minuit. praepositioni quot accidunt? unum. quid? casus tantum. quot? duo. qui? accusatiuus et ablatiuus. [...] quae praepositiones sunt quae dictionibus seruiunt et separari non possunt? di dis re se am con. quo modo? dicimus enim diduco distraho recipio secubo amplector congreior. quae sunt quae coniungi non possunt? apud et penes. quae coniunguntur et separantur? reliquae omnes.) Na *Tékhnē grammatilē*: “A preposição é definida por Dionísio o Trácio como a palavra que se coloca antes de todas as partes do discurso, em composição ou em construção (§18).” (NEVES, 2005, p. 167; cf. também, p. 190-191).

¹⁶⁵ *Interiectiō < intericiō < inter* (“entre”) + *iaciō* (“lançar”). Como dito, não era considerada uma parte do discurso para os gregos, no entanto, o termo foi cunhado, em parte, para traduzir *paréntesis* (παρένθεσις), vocábulo empregado tanto na retórica quanto na gramática. (cf. ERNOUT, MEILLET, 2001, p. 304)

¹⁶⁶ Citando como exemplo essa passagem das *Etimologias*, Swiggers (1992a, p. 80) assim expõe o ponto de vista patristico: “A definição da interjeição apóia-se sobre a etimologia da palavra [...]. Ela exprime sentimentos (*affectus animi*) e não tem nem conteúdo conceitual (como o nome, o verbo, o participio e certos pronomes), nem função gramatical na frase (como as outras partes do discurso indeclináveis)” (*La définition de l’interjection s’appuie sur l’étymologie du mot [...] Elle exprime des sentiments (affectus animi) et n’a ni de contenu conceptuel (comme le nom, le verbe, le participe et certains pronoms), ni de fonction grammaticale dans la phrase (comme les autres parties du discours indéclinables)*).

¹⁶⁷ “Que é a interjeição? A parte do discurso que significa a disposição da mente com uma voz incôndita. Qual o acidente há a interjeição? Só o significado. Em que consiste o significado da interjeição? Porque ou significamos alegria, como *euax* (‘bravo’); ou dor, como *heu*; ou admiração, como *papae*; ou medo, como *attat* (‘oh’); e os que são, de algum modo, similares.” (*interiectio quid est? pars orationis significans mentis affectum uoce incondita. interiectioni quid accidit? tantum significatio. significatio interiectionis in quo est? quia aut laetitiam significamus, ut euax, aut dolorem, ut heu, aut admirationem, ut papae, aut metum, ut attat, et siqua sunt similia; DON. Ars gramm.*). A interjeição não constituía uma parte do discurso separada entre os gregos, que as punham entre os advérbios (cf. NEVES, *op. cit.*, p. 169; 192).

littera quasi legitera, eo quod legentibus iter praebeat vel in legendo iteretur.]

16. De syllaba

1. Syllaba Graece, Latine conceptio sive complexio dicitur. Nam syllaba dicta est ἀπο τοῦ συλλαμβάνειν τὰ γράμματα, id est a conceptione litterarum. Συλλαμβάνειν enim dicitur concipere. Vnde vera illa est syllaba, quae ex pluribus nascitur litteris. Nam unam vocalem pro syllaba abusive, non proprie dici, quae non tam syllaba dicenda sit quam ratio temporum. Syllabae autem aut breves sunt, aut longae, aut communes. 2. Breves vocatae, quia numquam produci possunt. Longae, quia semper producuntur. Communes autem, quia pro scribentis arbitrio cum necessitas cogit et producuntur et corripuntur. Lege Donatum. Ideo autem syllabae longae

fato de que apresenta o caminho aos leitores ou porque são reiteradas na leitura.]

16. Da sílaba

1. Em grego diz-se *syllaba*, em latim *conceptio* (“concatenação”) ou *complexio* (“complexão”). Com efeito, foi chamada sílaba a partir de *syllambánein tá grámmata* (συλλαμβάνειν τὰ γράμματα), isto é, de *conceptio litterarum* (“concatenação das letras”). *Syllambánein*, com efeito, é dito *concupere* (“conter, concatenar”). Donde é uma verdadeira sílaba aquela que nasce de várias letras. Com efeito, pode-se dizer, abusivamente, que uma vogal ocupa o lugar de uma sílaba, não com propriedade; aquela não tanto se deve chamar de sílaba, mas sim “marca dos tempos”. Porém, as sílabas são, ou breves, ou longas, ou comuns. 2. Chamam-se breves, porque nunca se podem alongar. Longas, porque sempre são alongadas. Comuns, por outro lado, porque, segundo o juízo do escritor, quando a necessidade obriga, tanto são alongadas quanto abreviadas. Lê Donato. Por esse motivo, no entanto, as sílabas

brevesque dicuntur, quia per varias vocum moras aut dupla aut simpla spatia temporis habere videntur. Diphthongae syllabae Graeco nomine dictae, quod in eis binae vocales iunguntur. 3. Ex his apud nos veras esse quattuor: ‘ae,’ ‘oe,’ ‘au,’ ‘eu.’ ‘Ei’ vero apud maiores tantum celebrata fuit. Syllaba autem apud metricos ideo semipes nominatur, quod sit dimidius pes. Nam pes duabus constat syllabis. Cum ergo syllaba una est, quasi dimidius pes est. Dionysius Lintius syllabarum omnium singulas formas aptissimas fecit, et ob id statua honoratus est.

17. De pedibus

1. Pedes sunt, qui certis syllabarum temporibus insistent, nec a legitimo spatio umquam recedunt. Pedes dicti eo, quod per ipsos metra ambulant. Nam

são ditas longas e breves, porque parecem ter espaços de tempo ou simples ou duplos, por diversas moras dos sons. De uma palavra grega, disseram-se sílabas ditongas, uma vez que, nessas, se juntam duas vogais. 3. Dessas, entre nós, há verdadeiramente quatro: *ae*, *oe*, *au*, *eu*. *Ei*, porém, entre os antepassados, foi muito usada. A sílaba, entre os metricistas, é denominada *semipes* (“semipé”), pela razão de que é “meio pé”. Com efeito, um pé abarca duas sílabas. Logo, quando há apenas uma sílaba, é como se fosse “meio pé”. Dionísio Líncio¹⁶⁸ cunhou, uma a uma, as mais adequadas formas de todas as sílabas e, por isso, foi homenageado através de uma estátua.

17. Dos pés

1. Os pés são aquilo que se apoiam sobre as quantidades precisas das sílabas e não se afastam jamais do intervalo fixado. Disseram-se pés pelo fato de que, por eles mesmos, andam os metros. Pois, assim como nos locomovemos com os

¹⁶⁸ Conforme a interpretação de Barney (2006, p. 47), trata-se, provavelmente, de Dionísio da Trácia [*Dionýsios ho Thráix*, Διονύσιος ὁ Θρᾷξ] (c. 170-90 a.C.), a quem se atribui, tradicionalmente, uma *Tékhñē grammatiké*. Modernamente, no entanto, há dúvidas sobre a autoria dessa *tékhñē* (cf. NEVES, 2005, p. 165, n. 53)

sicut nos pedibus incedimus, ita metra quasi pedibus gradiuntur. Pedes autem omnes centum viginti quattuor sunt: disyllabi quattuor, trisyllabi octo, tetrasyllabi sedecim, pentasyllabi triginta duo, hexasyllabi sexaginta quattuor. Vsque ad quattuor autem syllabas pedes dicuntur, reliqui syzygiae vocantur. 2. Ipsi autem pedes habent speciales causas nominum, quare ita vocentur. Pyrrichius dictus est, quia hic assidue vel in certamine, vel in ludo puerili saepius frequentabatur. Spondeus dicitur quia tractim sonat. Nam spondeus tractus quidam dicitur, id est sonus, qui fundebatur circa aures sacrificantium. Vnde et hi, qui tibus canebant in sacris gentilium, spondiales nominabantur. 3. Trochaeus vero ab eo dictus est, quod celerem conversionem faciat cantilena, et quasi rota velociter currat in metris. Τροχός enim Graece rota dicitur. 4. Iambus dictus est eo, quod ἰαμβόζειν

pés, também os metros como que caminham pelos pés. No total, são cento e vinte e quatro pés: quatro dissilábicos, oito trissilábicos, dezesseis tetrassilábicos, trinta e dois pentassilábicos, sessenta e quatro hexassilábicos. Até quatro, porém, os pés são ditos silábicos, os demais são chamados *sizígia*. 2. Os próprios pés, porém, trazem razões especiais do porquê seus nomes se chamam assim. É dito pirríquio, visto que esse era repetido amiúde na contenda ou, com mais freqüência, nas brincadeiras pueris. Diz-se espondeu, porque soa morosamente. Com efeito, é dito ser o (som) espondeu algo de arrastado, isto é, aquele que circunflúia os ouvidos dos sacrificantes. Onde também aqueles que tocavam flautas nas festas sacras dos gentios eram chamados espondálios. 3. Por outro lado, troqueu foi dito pelo fato de que contorna, célere, a cantilena e, como se fosse uma roda, corre velozmente entre os metros. Com efeito, *trokhós* (τροχός), em grego, é como se diz *rota* (“roda, volta”). 4. Chama-se iambo, pelo fato de que os gregos designaram para *detrahere* (“detratar”) *iambózein* (ἰαμβόζειν).

Graeci detrahere dixerunt. Huiusmodi enim carmine omnes invectiones vel detractioes inplere poetae sunt soliti. Dictum autem nomen ab eo, quod veluti venenum quodammodo maledicti aut livoris infundat. 5. Tribrachys qui et chorius appellatur, dictus tribrachys, quia sit ex tribus brevibus. 6. Molossus dictus a saltatione Molossorum, quam exercuerunt armati. 7. Anapaestus. [‘Appellatur quia remissionibus et ludis hic pes magis dicatus est.] 8. Dactylus a digito dictus, quod a longiori modo inchoans in duos desinit breves. Sic et iste pes iuncturam unam habet longam et duas breves. Vnde et manus oppansa palma dicitur, et pendentes digiti dactili. 9. Amphibrachys, quod in utraque parte brevem habeat, longam in medio interiacentem. Βραχύς enim brevis dicitur. 10. Amphimacrus, quod duae hinc inde longae habent in medio inclusam brevem. Μακρός enim longus

Desse modo, com efeito, pelo poema, os poetas foram acostumados a se fartarem de todas as invectivas e detratações. No entanto, o nome foi dado a partir disso, porque como que, de algum modo, o veneno da maledicência ou da inveja escorre. 5. Tríbraco, que também é chamado coreu, foi chamado tríbraco porque vem de três breves. 6. É dito molosso, a partir da dança dos molossos, a qual seus soldados praticavam. 7. Anapesto. [Chama-se assim, porque esse pé foi mais consagrado nas diversões e nos jogos]. 8. Chama-se dátilo, a partir de *digito* (“dedo”), pois, começando a partir de uma cadência mais longa, acaba em duas breves. Assim também, esse pé tem uma só ligação longa e duas breves. Onde assim como a mão estendida é chamada “palma”, também os dedos pendentes “dátilos”. 9. Anfíbraco, uma vez que tem uma breve em ambas as partes, interpondo no meio delas uma longa. *Brakhýs* (βραχύς), com efeito, é como se diz *brevis*. 10. Anfímacro, pois têm duas longas de cada lado, no meio delas, uma breve incluída. *Makhrós* (μακρός), com efeito, é como se diz *longus* (“longo, comprido”). 11.

dicitur. 11. Bacchius appellatus est eo, quod eo pede Bacchia, id est Liberi sacra celebrabantur. 12. Antibacchius vel Palimbacchius dictus quia iteratus a Bacchio est. 13. Proceleumaticus, quod sit ad celeuma canentium aptus. 14. Dispondeus autem et ditrochaeus et diiambus dicti quod geminis constant iambus, spondeis vel trochaeis. 15. Antispastus, quod sit ex contrariis syllabis, ex brevi et longa, ex longa et brevi. 16. Choriambus vero, quia ex hoc pede compositum carmen choris aptissimum sit. 17. Ionici sane propter numerorum inaequalem sonum dicti. Habent enim binas longas syllabas binasque correptas. 18. Paeones dicti ab inventore. [Constant enim ipsi ex una longa et tribus brevibus, quae longa iuxta nomina eorum variatim est constituta.] 19. Epitriti vocati quod semper tres longas habeant syllabas et unam brevem. 20. Syzygiae autem sunt pentasyllabi et hexasyllabi pedes; et dictae apud Graecos

Chamou-se baquio, pelo fato de que, através desse pé, as baquias, isto é, os sacrifícios de Líber, eram celebrados. 12. É chamado antibaquio ou palimbáquio, porque é invertido a partir do baquio. 13. Proceleusmático, uma vez que é apropriado à celeuma dos cantantes. 14. Disseram-se, porém, dispondeu, ditroqueu e dijambo, já que constam de duplo iambo, espondeu ou troqueu. 15. Antíspasto, uma vez que surge de sílabas contrárias; de breve e longa, de longa e breve. 16. Por outro lado, coriambo, visto que, desse pé, se compôs o mais adequado poema para coros. 17. Disseram-se jônicos, sem dúvida, por causa da cadência desigual de sons. Eles têm, com efeito, duas sílabas longas e duas breves. 18. Disseram-se péones, por causa de seu inventor. [Com efeito, esses constam de uma só longa e três breves, sendo a longa posta variavelmente conforme os nomes dos pés]. 19. Chamaram-se epítritos, uma vez que têm três sílabas longas e uma só breve. 20. Por outro lado, existem pés de *sizígia* (“união”), de cinco e seis sílabas; foram chamados, entre os gregos, de *syzygíai* (συζυγίαί), como se fossem tipos de

συζυγίαι quasi quaedam declinationes. Sed hi non sunt pedes, sed appellantur pentasyllabi et hexasyllabi, quia ultra quinque et sex syllabas non procedunt. Vnde non oportet in carmine has syllabas quodlibet excedere nomen, ut ‘Carthaginiensium,’ ‘Hierosolymitanorum,’ et ‘Constantinopolitanorum.’ 21. Accidunt unicuique pedi arsis et thesis, id est elevatio et positio vocis. Neque enim iter pedes dirigere poterunt, nisi alterna vice leventur et ponantur, ut ‘arma’: ‘ar’ elevatio est, ‘ma’ positio. In his duobus per divisionem pedes legitimi colliguntur. Aequa divisio est quotiens arsis et thesis aequali temporum divisione caeduntur. 22. Dupla, quotiens ex his unum alterum duplo vincit. Sescupla vero est, quotiens unum alterum sescuplo superat. In simpla enim eius parte unus plus invenitur: in dupla unus minus habetur. Sescum enim dimidium

declinações. Mas esses não são pés, não obstante se chamem pentassilábicos e hexassilábicos, porque não se prolongam para além de cinco e seis sílabas. Donde não convém, num poema, que um nome ultrapasse, de jeito nenhum, esse número de sílabas, por exemplo, *Carthaginiensium* (“dos cartaginenses”), *Hierosolymitanorum* (“dos hierosolimitanos”) e *Constantinopolitanorum* (“dos constantinopolitanos”). 21. Para cada pé existe uma ársis e uma tésis, isto é, uma elevação e uma queda da voz. Com efeito, os pés não poderiam seguir um caminho reto, a não ser se erguendo e se abaixando alternadamente, por exemplo, em *arma* (“arma”), *ar* é ascendente *ma* descendente. Entre essas duas, durante a divisão, os pés propriamente ditos ligam-se. A divisão é igual, todas as vezes que uma ársis e uma tésis separam-se por meio de uma divisão igual dos tempos. 22. Dupla, toda vez que, dentre elas, uma das duas vence duplamente. Por outro lado, há uma *sescupla*, sempre que uma das duas se sobressai em *sescuplo* (“uma vez e meia”). Em sua parte simples, tem uma unidade a mais, na dupla, uma a

dicitur. Triplum est, quando maior pars ter continet totum minus, id est tria et unum. Epitritum est, quando minus continetur a maiore, [et] eius tertia pars. Caeduntur vero pedum membra vel per aequalitatem vel per duplum vel per sescuplum vel per triplum vel per epitritum.

23. Partimus ergo in aequa hos:

Spondeum, --
 Pyrrhichium, ~ ~
 Dactylum, - | ~ ~
 Anapaestum, ~ ~ | -
 Dispondeum, -- | --
 Proceleumaticum, ~ ~ | ~ ~
 Diiambum, ~ - | ~ -
 Ditrochaicum, - ~ | - ~
 Antispastum, ~ - | ~ -
 Choriambum, - ~ | ~ -

24. Item dupla partimus hos pedes:

Trochaicum, - | ~
 Iambum, ~ | -

menos. Com efeito, diz-se *sescum* como metade. É triplo, quando a maior parte contiver, três vezes, a menor toda, isto é, três e um. É epítrito, quando a menor estiver contida na maior e for a sua terceira parte. No entanto, marcam-se os membros dos pés, ou por serem iguais, ou duplos, ou *séscuplos*, ou triplos, ou epítritos.

23. Dividimos, então, os que têm quantidades de tempo iguais:

Espondeu --
 Pirríquio ~ ~
 Dátilo - | ~ ~
 Anapesto ~ ~ | -
 Dispondeu -- | --
 Proceleusmático ~ ~ | ~ ~
 Dijambo ~ - | ~ -
 Ditroqueu - ~ | - ~
 Antíspasto ~ - | ~ -
 Coriambo - ~ | ~ -

24. Igualmente, dividimos os pés de dupla quantidade:

Troqueu - | ~
 Iambo ~ | -

Molossus, - | - -

Tibrachym, ~ | ~ ~

Ionicum maiorem, - - | ~ ~

Ionicum minorem, ~ ~ | - -

25. [Vnus vero est tantum qui tripla partitione dividitur, quae est maxima atque ideo minimis metris adest.]

Amphibrachys, ~ | - ~

26. Sescupli autem sunt hi:

Amphimacrus, - | ~ -

Bacchius, ~ - | -

Antibacchius, - | - ~

Paeon primus, - | ~ ~ ~

Paeon secundus, ~ - | ~ ~

Paeon tertius, ~ ~ | - ~

Paeon quartus, ~ ~ ~ | -

27. Restant, quos epitrita partitione dividimus:

Epitritus primus, ~ - | - -

Epitritus secundus, - ~ | - -

Epitritus tertius, - - | ~ -

Epitritus quartus, - - | - ~

Molosso - | - -

Tibraquio ~ | ~ ~

Jônico maior - - | ~ ~

Jônico menor ~ ~ | - -

25. [Por outro lado, só há um (pé) que se divide em três partes, sendo essa divisão a maior possível e, por isso, aparece em alguns poucos metros.]

Antibraquio ~ | - ~

26. São, porém, estes os *séscuplos*:

Anfímacro - | ~ -

Baquio ~ - | -

Antibaquio - | - ~

Péone primeiro - | ~ ~ ~

Péone segundo ~ - | ~ ~

Péone terceiro ~ ~ | - ~

Péone quarto ~ ~ ~ | -

27. Restam aqueles que dividimos pela partição de epítritos:

Epítrito primeiro ~ - | - -

Epítrito segundo - ~ | - -

Epítrito terceiro - - | ~ -

Epítrito quarto - - | - ~

Sunt igitur aequi [quidem] decem, dupli vero sex, triplus unus, sescupli septem, epitriti quattuor. Unus vero tantum est qui tripla partitione dividitur, quae est maxima atque ideo minimis metris adest.

28. Numerus autem syllabarum in pedibus a duabus usque ad sex protenditur; ulterius enim non procedit, quia usque ad sex syllabas tenduntur pedes. Tempora in pedibus sunt, ut quanta unusquisque pes habeat. Resolutio est pedum, quando pro una longa duae breves ponuntur, aut pro duabus longis quattuor breves, ut (Virg. *Aen.* 2,17):

Sectaue intexunt abiete costas.

‘Abiete’ nunc resolutio est spondei in proceleumatico, in qua resolutione semper synaloepham sequitur Vergilius. 29. Ex una autem longa duae breves fiunt: ex duabus autem brevibus longa numquam fit. Findi enim solida possunt, solidari scissa non possunt. Figura est,

São, portanto, dez os pés iguais, seis os duplos, três os de um, sete os *séscuplos* e quatro os epítritos. Por outro lado, só há um (pé) que se divide em três partes, sendo essa divisão a maior possível e, por isso, aparece em alguns poucos metros. 28. O número, porém de sílabas, num pé, se estende desde duas até seis; com efeito, além disso não se procede, porque os pés se estendem até seis sílabas. Tantos são os intervalos de tempo nos pés, quantos cada pé os tiverem. Há um abrandamento dos pés, quando se põe, no lugar de uma longa, duas breves, ou, no lugar de duas longas, quatro breves, por exemplo, (Vir. *Aen.* 2,17):

*de bojo com tábuas de abeto.*¹⁶⁹

Abiete (“abeto”), agora, é o abrandamento de um espondeu em proceleusmático, nesse tipo de abrandamento Virgílio sempre busca a sinalefa. 29. Não obstante se faça, de uma longa, duas breves, o contrário nunca acontece. Com efeito, o que está sólido pode-se cindir, o que está cindido

¹⁶⁹ Para citações da *Eneida*, conforme alertado na nota 30, a tradução de base é a de Carlos Alberto Nunes (VERGÍLIO, 1983). Indicaremos na seqüência, porém, os momentos em que não a empregaremos.

cuius nota syllabae agnoscuntur. Vbi enim circuli partem inferiorem bis positam aspicias, pyrrhichius est, v v; ubi I geminam iacentem, spondeus, - -. Nam nota brevis inferior semicirculus est; nota longa I iacens est. 30. Metra in pedibus accidunt, ut a trochaeo trochaicum, a dactylo dactylicum, a iambo iambicum, de quibus paulo post dicendum est.

18. De accentibus

1. Accentus, qui Graece prosodia dicitur [ex Graeco nomen accepit]. Nam Graece πρῶς, Latine ‘ad,’ ᾠδή Graece, Latine ‘cantus’ est. Hoc enim nomen de verbo ad verbum expressum est. Latini autem habent et alia nomina. Nam accentus et tonos et tenores dicunt, quia ibi sonus crescit et desinit. 2. Accentus autem dictus, quod iuxta cantum sit, sicut adverbium quia iuxta verbum est. Acutus accentus dictus, quod acuat et erigat syllabam, gravis, quod deprimat et

não se pode ser fundido. Há um sinal, por cuja marca as sílabas são reconhecidas. Com efeito, quando vires colocada a parte inferior de um círculo, duas vezes, trata-se dum pirríquio (~ ~), quando vires um duplo I deitado, espondeu (~ ~). Pois a marca de breve é um semicírculo inferior, a de longa um I deitado. 30. Os metros derivam dos pés, como o trocaico, que vem do troqueu; o datílico, que vem de dátilo; o iâmbico, que vem de iambo; desses deve-se falar um pouco mais adiante.

18. Dos acentos

1. Acento é o que se diz *prosódia* em grego [toma seu nome do grego]. Pois *prós* (πρῶς), em grego, é *ad* em latim; *oidé* (ᾠδή), em grego, é *cantus* em latim. Esse termo, com efeito, foi traduzido literalmente. No entanto, os latinos têm também outros nomes. Com efeito chamam “acento” também de “tom” e de “tenor”, porque, neste caso, o som cresce e acaba. 2. Por outro lado, foi dito “acento”, uma vez que está ligado ao canto, assim como o advérbio, porque este se liga ao verbo. É dito acento “agudo”, porque aguça e eleva a sílaba;

deponat. Est enim contrarius acuto. Circumflexus, quia de acuto et gravi constat. Incipiens enim ab acuto in gravem desinit, atque ita dum ascendit et descendit, circumflexus efficitur. 3. Acutus autem et circumflexus similes sunt. Nam uterque levant syllabam. Gravis contrarius videtur ambobus. Nam semper deprimit syllabas, cum illi levent, ut
(Lucan., 1,15):

Vnde venit Titan, et nox ibi sidera condit.

'Vnde' hic gravis est. Minus enim sonat quam acutus et circumflexus. 4. Monosyllaba autem pars orationis si naturaliter brevis est, ut 'vir,' aut positione longa, ut 'ars,' acutum accentum habebit. Si vero naturaliter longa, ut 'res,' circumflexum. Disyllaba pars orationis si priorem naturaliter longam habet et ultimam brevem, circumflectitur, ut 'Musa'; aliter acuitur.

“grave”, porque a rebaixa e a derriba. É, portanto, o contrário do agudo. Circunflexo, porque abrange o agudo e o grave. Iniciando, com efeito, pelo agudo, ele acaba no grave, e, assim, enquanto ascende e descende, o circunflexo faz-se. 3. Porém, o agudo e o circunflexo são similares, pois ambos levantam a sílaba. O grave parece ser contrário a ambos, pois sempre derriba as sílabas, enquanto que aqueles dois as levantam, como, por exemplo, (Lucan. 1,15):

Donde vem o Titã, também lá a noite esconde os astros.

Neste caso, *unde* é grave. Com efeito, soa menos que o agudo e o circunflexo. 4. Porém, se uma parte do discurso monossílaba é naturalmente breve, como, por exemplo, *uir* (“homem, varão”), ou longa “por posição”, como, por exemplo, *ars* (“arte”), terá um acento agudo. Se, por outro lado, for naturalmente longa, como, por exemplo, *res* (“coisa”), terá um circunflexo. Se uma parte do discurso dissílaba tem a primeira sílaba naturalmente longa e a última breve, torna-se circunflexa, como, por exemplo, *Musa* (“Musa”); de outro modo, torna-se

Trisyllaba pars orationis si mediam brevem habet, ut ‘tibia,’ tunc primam acuimus. Si vero naturaliter longam habet secundam et ultimam brevem, ut ‘Metellus,’ tunc mediam circumflectimus. 5. Tetrasyllaba autem [pars orationis] et pentasyllaba ratione trisyllabarum retinentur. Gravis accentus cum uno accentu poni potest in dictione una, cum utrisque numquam; ut [‘Catullus’]. In composita dictione unus accentus est. 6. Accentus autem reperti sunt vel propter distinctionem, ut (Virg. *Aen.* 8,83): ‘Viridique in litore conspicitur sus,’ ne dicas ‘ursus’; vel propter pronuntiationem, ne dicas ‘meta’ breviter et non producta <A> ‘meta’; vel discernendae ambiguitatis causa, ut ‘ergo.’ Nam cum producitur ‘go,’ causam significat; cum corripitur, coniunctionem.

aguda. Se uma parte do discurso trissílaba tem a do meio breve, como, por exemplo, *tibia* (“flauta, tibia”), então, tornamos aguda a primeira. Se, por outro lado, tem, naturalmente, a segunda longa e a última breve, como, por exemplo, *Metellus* (“Metelo”), então acentuamos com circunflexo a média. 5. Porém, [uma parte do discurso] tetrassílaba e pentassílaba conserva a regra das trissílabas. Um acento grave pode ser posto com só mais um outro acento numa única palavra, jamais com um dois, como, por exemplo, [*Catullus* (“Catulo”)]¹⁷⁰. Numa palavra composta, há um só acento. 6. No entanto, os acentos foram inventados ou por motivo de distinção, como, por exemplo, (Virg. *Aen.* 8,83): *Viridique in litore conspicitur sus* (“descobre, na selva perto da margem do rio, [...] uma porca”), para que não digas *ursus* (“urso”); ou por motivo de pronúncia, para que não digas *meta* (“meta”) com breve e com “a” longo; ou para discernir ambigüidades, como, por exemplo, *ergo*. Pois quando *go* é alongado, indica uma causa; quando é abreviado, uma conjunção.

¹⁷⁰ Provavelmente, trata-se de Caio Valério Catulo [*Gaius Valerius Catullus*] (c. 84-54 a.C.), poeta a quem se atribui um *corpus* de 116 poemas, conhecidos, posteriormente, como *Liber Catulli*.

19. De figuris accentuum

1. Figurae accentuum decem sunt, quae a grammaticis pro verborum distinctionibus adponuntur. Ὄξεϊα, id est acutus accentus, linea a sinistra parte in dexteram partem sursum ducta, fit ita: ´

2. Βαρεϊα, id est gravis, linea a summo sinistrae in dexteram deposita, fit ita: `

3. Περισπωμένη, id est circumflexus, linea de acuto et gravi facta, exprimitur ita: ^

4. Μακρός, id est longa, virgula, iacens est ita: –

5. Βραχύς, id est brevis, pars est circuli inferior, iacens ita: ~

6. Ὑφέν, id est coniunctio, quia duo verba conectit, subiecta virgula versui circumflexa, fit ita: ✓

7. Diastole, id est distinctio, quae e contrario separat, dextra pars circuli supposita versui, fit ita: ?

8. Apostrophus pars item circuli dextra et ad summam litteram adposita, fit ita: ʹ, qua nota deesse ostenditur in

19. Dos formatos dos acentos

1. São dez os formatos dos acentos, os quais foram acrescentados pelos gramáticos, segundo as distinções das palavras. *Oxeïa* (ὄξεϊα), isto é, acento agudo, uma linha traçada da parte esquerda até a parte direita superior, se faz assim: ´. 2. *Bareïa* (βαρεϊα), isto é, grave, uma linha inclinada a partir do canto superior esquerdo até a direita, se faz assim: `.

3. *Perispōménē* (περισπωμένη), isto é, circumflexo, uma linha feita a partir tanto do agudo quanto do grave, se expressa assim: ^.

4. *Makrós* (μακρός), isto é, longa, é um tracinho deitado assim: –.

5. *Brakhýs* (βραχύς), isto é, breve, é a parte inferior de um círculo deitado assim: ~.

6. *Hyphén* (ὕφέν), isto é, conjunção, já que conecta duas palavras, um tracinho circumflexo posto sob a linha, se faz assim: ✓.

7. *Diástole*, isto é, distinção, que separa do seu contrário, a parte direita de um círculo posta sob a linha, se faz assim: ?.

8. *Apóstrofo*, igualmente, a parte direita de um círculo, mas colocada junto à parte superior da letra, se faz assim: ʹ; por

sermone ultima vocalis, ut ‘tribunal’ pro ‘tribunale.’ 9. Δασεῖα, quod interpretatur aspiratio, id est ubi H littera poni debet, tali figura notatur: **Ɑ**. 10. Ψιλή, quod interpretatur siccitas, sive purum, id est, ubi H littera esse non debet, tali nota ostenditur: **Ɱ**. 11. Quorum duorum accentuum figuram Latini ex ipsa littera aspirationis fecerunt. Vnde si coniungas has, fecisti eandem aspirationis notam. Rursus si medium eius apicem scindis, δασεῖαν et ψιλήν facis.

20. De posituris

1. Positura est figura ad distinguendos sensus per cola et commata et periodos, quae dum ordine suo adponitur, sensum nobis lectionis ostendit. Dictae autem positurae vel quia punctis positus adnotantur, vel quia ibi vox pro intervallo

esse sinal se expressa a ausência da última vogal numa expressão, como, por exemplo, *tribunal*’ no lugar de *tribunale* (“tribunal”). 9. *Daseîa* (δασεῖα), o qual traduz *aspiratio* (“aspiração”), isto é, onde a letra H deve ser posta, é assinalado com tal formato: **Ɑ**. 10. *Psilê* (ψιλή), que traduz *siccitas* (“sequidão”) ou *purum* (“céu sem nuvens”), isto é, onde a letra *h* não deve estar, é expresso com tal sinal: **Ɱ**. 11. Os latinos criaram o formato desses dois acentos a partir da própria letra da aspiração (isto é, o H). Donde se as puseres juntas, terás criado o mesmo sinal de aspiração¹⁷¹. Inversamente, se lhes cindes o ápice do meio, crias o *daseîa* e o *psilê*.

20. Das pontuações

1. A pontuação é um formato usado para distinguir o sentido por meio de *cola* (“estrofes”), *commata* (“cesuras”) e períodos, a qual, desde que seja adicionada segundo sua ordem, expressa a nós, o sentido do que se lê. No entanto, foram chamadas *positurae* (“pontuações”), ou porque são

¹⁷¹ Isto é, **Ɑ** + **Ɱ** = H.

distinctionis deponitur. Has Graeci θέσεις vocant, Latini posituras. 2. Prima positura subdistinctio dicitur; eadem et comma. Media distinctio sequens est; ipsa et cola. Ultima distinctio, quae totam sententiam cludit, ipsa est periodus; cuius, ut diximus, partes sunt cola et comma; quarum diversitas punctis diverso loco positus demonstratur. 3. Vbi enim initio pronuntiationis necdum plena pars sensui est, et tamen respirare oportet, fit comma, id est particula sensus, punctusque ad imam litteram ponitur; et vocatur subdistinctio, ab eo quod punctum subtus, id est ad imam litteram, accipit. 4. Vbi autem in sequentibus iam sententia sensum praestat, sed adhuc aliquid superest de sententiae plenitudine, fit cola, mediamque litteram puncto notamus; et mediam distinctionem vocamus, quia punctum ad mediam litteram ponimus. 5.

assinaladas com pontos postados, ou porque, neste lugar, a voz repousa conforme o intervalo de sua pausa. Os gregos chamam-na *thésis* (θέσις), os latinos *positura* (“pontuação”). 2. A primeira pontuação é dita “subdistinção”; a mesma também se diz *comma* (“cesura”). A seguinte é a “distinção do meio”; a própria também se diz *colon* (“estrofe”). A “distinção-mor”, que divide a sentença inteira, é o período, cujas partes, como dissemos, são a cesura e a estrofe. A diferença entre elas se demonstra através de pontos postados em lugar diferente. 3. Com efeito, quando, no início da pronúnciação, uma parte do sentido ainda não está completa – e, todavia, convém respirar – acontece a cesura, isto é, uma partícula do sentido, e um ponto posto sob a letra; e chama-se subdistinção, pelo fato de que recebe um ponto em baixo, isto é, sob a letra. 4. Quando, porém, no interior de uma seqüência, a sentença já apresenta sentido, mas, ainda falta algo acerca da totalidade da sentença, tem-se cesura, e assinalamos com um ponto o meio da letra e chamamo-la “distinção do meio”, pois colocamos um ponto junto ao meio

Vbi vero iam per gradus pronuntiando plenam sententiae clausulam facimus, fit periodus, punctumque ad caput litterae ponimus; et vocatur distinctio, id est disiunctio, quia integram separavit sententiam. 6. Hoc quidem apud oratores. Ceterum apud poetas ubi in versu post duos pedes syllaba remanet, comma est, quia ibi post scansionem praecisio verbi facta est. Vbi vero post duos pedes de parte orationis nihil superest, colon est. Totus autem versus periodus est.

21. De notis sententiarum

1. Praeterea quaedam scripturarum notae apud celeberrimos auctores fuerunt, quasque antiqui ad distinctionem scripturarum carminibus et historiis adposuerunt. Nota est figura propria in litterae modum posita, ad demonstrandam unamquamque verbi sententiarumque ac versuum rationem. Notae autem versibus adponuntur

da letra. 5. Por outro lado, quando, no decorrer da pronúnciação, já realizamos o pleno fechamento da sentença, tem-se o período, e colocamos um ponto junto à cabeça da letra e chama-se distinção, isto é, disjunção, porque separou uma sentença inteira. 6. Isso se encontra certamente entre os oradores. Por outro lado, entre os poetas, há cesura quando, num verso, uma sílaba subsiste após dois pés, já que, nesse ponto, depois da escansão, é feito um corte na palavra. Quando, por outro lado, após dois pés, não resta nenhuma parte do discurso, é uma estrofe. Um verso completo, no entanto, é um período.

21. Dos sinais de sentenças

1. Ademais, houve, entre os mais célebres autores, certos sinais de escrita, os quais os antigos adicionaram nos poemas e nas histórias, a fim de demarcar a escrita. O sinal é uma forma própria posta à maneira de uma letra, para demonstrar uma determinada finalidade de uma palavra, de sentenças e de versos. No entanto, vinte e seis são os sinais que se adicionam aos versos, os quais estão infracitados com seus nomes.

numero viginti et sex, quae sunt nominibus infra scriptis. 2. ✖ Asteriscus adponitur in his quae omitta sunt, ut inlucescant per eam notam, quae deesse videntur. Stella enim ἀστήρ dicitur Graeco sermone, a quo asteriscus est derivatus. 3. – Obolus, id est, virgula iacens, adponitur in verbis vel sententiis superflue iteratis, sive in his locis, ubi lectio aliqua falsitate notata est, ut quasi sagitta iugulet supervacua atque falsa confodiat. Sagitta enim Graece ὀβελός dicitur. 4. ÷ Obolus superne adpunctus ponitur in hisdem, de quibus dubitatur utrum tolli debeant necne adponi. [Falsitate notatum est.] 5. ÷ Lemniscus, id est, virgula inter geminos punctos iacens, opponitur in his locis, quae sacrae Scripturae interpretes eodem sensu, sed diversis sermonibus transtulerunt. 6. ▼ Antigraphus cum puncto adponitur, ubi in translationibus diversus sensus habetur. 7. ✖– Asteriscus cum obolo.

2. ✖ O asterisco é adicionado naquilo que se omitiu, para que se ilumine, por meio desse sinal, o que parece faltar. Com efeito, diz-se, para *stella* (“estrela”), na língua grega, *astér* (ἀστήρ), da qual *asterisco* foi derivado. 3. – Óbelo, isto é, um tracinho deitado, é adicionado às palavras ou sentenças desnecessariamente repetidas, ou nos locais onde a leitura é desacreditada em virtude de alguma falsidade, como se uma flecha degolasse o supérfluo e dilacerasse o falso. Com efeito, *sagitta* (“flecha”) é dita *obelós* (ὀβελός) em grego. 4. ÷ O óbelo sobrepontuado põe-se naqueles lugares acerca dos quais se duvida se devem ser suprimidos ou adicionados. [Assinala-se como falso]. 5. ÷ Lemnisco, isto é, um tracinho deitado entre dois pontos, é posto diante daquelas passagens, em que os intérpretes da Sagrada Escritura traduziram com o mesmo sentido mas com expressões diferentes. 6. ▼ O antígrafo com ponto adiciona-se, onde há um sentido diferente nas traduções. 7. ✖– Asterisco com óbelo. Este, em particular, Aristarco¹⁷²

¹⁷² Aristarco da Samotrácia [*Aristarkhos* (Ἀρίσταρχος)] (c. 220-143 a.C.), “[...] o mais celebrado gramático e crítico em toda a Antigüidade [...]. Foi educado, em Alexandria, na escola de Aristófanes de Bizâncio e, logo

Hanc proprie Aristarchus utebatur in his versibus, qui non suo loco positi erant. 8. ¶ Paragraphus ponitur ad separandas res a rebus, quae in conexu concurrunt, utilizava nos versos que não tinham sido postos em seu (devido) lugar. 8. ¶ O parágrafo é posto para distinguir entre coisas que confluem num agrupamento, de maneira que, num catálogo,

após, ele mesmo fundou uma escola gramatical e crítica que floresceu, por um longo tempo, em Alexandria e, subsequente, em Roma. Ptolomeu Filopator confiou a Aristarco a educação de seu filho, Ptolomeu Epifanes, e Ptolomeu Fiscão também foi um dos seus discípulos. [...] Os numerosos seguidores e discípulos de Aristarco eram distinguidos pelo nome de οἱ Ἀριστάρχειοι ou οἱ ἀπ' Ἀριστάρχου. Aristarco, seu mestre Aristófanes e seu oponente Crates de Malos, o líder da escola gramatical de Pérgamo, foram os mais eminentes gramáticos desse período. Seus estudos gramaticais abarcavam tudo aquilo que o sentido lato do termo englobava e ele, junto com seus grandes contemporâneos, foi visto como o primeiro que estabeleceu princípios fixos da gramática, embora o próprio Aristarco seja chamado o príncipe dos gramáticos ὁ κορυφαῖος τῶν γραμματικῶν ou ὁ γραμματικώτατος. Suidas atribui-lhe mais de 800 comentários (ὑπομνήματα) [...]. Ao lado desses ὑπομνήματα, encontramos menção a um trabalho muito importante, περὶ ἀναλογίας, do qual restam apenas alguns fragmentos. Foi atacado por Crates numa obra περὶ ἀνωμαλίας. [...] Até certo ponto em que concernem os poemas homéricos, ele, acima de tudo, empenhou-se para restaurar o texto genuíno e cuidadosamente limpá-lo de todas as interpolações e corrupções posteriores. Marcava aqueles versos que acreditava serem espúrios com um óbelo e aqueles que considerava particularmente belos com um asterisco. Agora não resta dúvidas de que, genericamente falando, o texto dos poemas homéricos, tal qual nos chegou, e a divisão de cada poema em vinte e quatro rapsódias são trabalhos de Aristarco; isso quer dizer que a edição que Aristarco preparou dos poemas homéricos tornou-se base de todas as que vieram depois” ([...] *the most celebrated grammarian and critic in all antiquity, [...] He was educated at Alexandria, in the school of Aristophanes of Byzantium, and afterwards founded himself a grammatical and critical school, which flourished for a long time at Alexandria, and subsequently at Rome also. Ptolemy Philopator entrusted to Aristarchus the education of his son, Ptolemy Epiphanes, and Ptolemy Physcon too was one of his pupils. [...] The numerous followers and disciples of Aristarchus were designated by the names of οἱ Ἀριστάρχειοι or οἱ ἀπ' Ἀριστάρχου. Aristarchus, his master Aristophanes, and his opponent Crates of Mallus, the head of the grammatical school at Pergamus, were the most eminent grammarians of that period; but Aristarchus surpassed them all in knowledge and critical skill. His whole life was devoted to grammatical and critical pursuits, with the view to explain and constitute correct texts of the ancient poets of Greece, such as Homer, Pindar, Archilochus, Aeschylus, Sophocles, Aristophanes, Ion, and others. His grammatical studies embraced everything, which the term in its widest sense then comprised, and he together with his great contemporaries are regarded as the first who established fixed principles of grammar, though Aristarchus himself is often called the prince of grammarians ὁ κορυφαῖος τῶν γραμματικῶν or ὁ γραμματικώτατος. Suidas ascribes to him more than 800 commentaries (ὑπομνήματα) [...] Besides these ὑπομνήματα, we find mention of a very important work, περὶ ἀναλογίας, of which unfortunately a very few fragments only are extant. It was attacked by Crates in a work περὶ ἀνωμαλίας. [...] As far as the Homeric poems are concerned, he above all things endeavoured to restore their genuine text, and carefully to clear it of all later interpolations and corruptions. He marked those verses which he thought spurious with an obelos, and those which he considered as particularly beautiful with an asterisk. It is now no longer a matter of doubt that, generally speaking, the text of the Homeric poems, such as it has come down to us, and the division of each poem into twenty-four rhapsodies, are the work of Aristarchus ; that is to say, the edition which Aristarchus prepared of the Homeric poems became the basis of all subsequent editions;* SMITH, 1867, v. 1, p. 290-1).

quemadmodum in Catalogo loca a locis et [regiones a] regionibus, in Agone praemia a praemiis, certamina a diversis certaminibus separantur. 9. ▯ Positura est figura paragrapho contraria et ideo sic formata, quia sicut ille principia notat, ita ista fines a principiis separat. 10. ♡ Cryphia, circuli pars inferior cum puncto, ponitur in his locis, ubi quaestio dura et obscura aperiri vel solvi non potuit. 11. ♣ Antissima ponitur ad eos versus quorum ordo permutandus est. Sic et in antiquis auctoribus positum invenitur. 12. ♣ Antissima cum puncto ponitur in his locis ubi in eodem sensu duplices versus sunt, et dubitatur qui potius eligendus sit. 13. ♣ Diple. Hanc scriptores nostri adponunt in libris ecclesiasticorum virorum ad separanda vel [ad] demonstranda testimonia sanctarum Scripturarum. 14. ♣ Diple περί στίχον. Hanc pri[m]us Leogoras Syracusanus

distinguiem-se lugares de outros e regiões de outras, num agone, certos prêmios de outros, alguns certames de outros diferentes. 9. ▯ A *positura* (“arranjo, pontuação”) é de formato contrário ao do parágrafo e, portanto, formada desse jeito, já que, do mesmo modo que aquele assinala os inícios, esta separa os finais dos inícios. 10. ♡ Crifia, parte inferior dum círculo com um ponto, põe-se nas passagens onde uma questão difícil e obscura não pôde ser esclarecida e resolvida. 11. ♣ *Antissima* põe-se junto aos versos, cuja ordem tem de ser trocada. Também desse modo se encontra posto entre os autores antigos. 12. ♣ *Antissima* com ponto põe-se nos locais onde existem versos duplos com um mesmo sentido, e duvida-se qual deve ser, de preferência, escolhido. 13. ♣ Diple. Esse sinal nossos escribas adicionam nos livros dos eclesiásticos para separar ou indicar testemunhos das Sagradas Escrituras. 14. ♣ Diple *perí stíkhon* (περί στίχον, “com ponto”). Leógoras Siracusano¹⁷³ foi o primeiro a

¹⁷³ O único Leógoras de que se tem notícia atualmente é daquele que ficou conhecido como o pai de Andócides, um dos dez oradores. De *Leōgōras* (Λεωγόρας) “[...] se diz ter participado na conclusão da paz entre atenienses e lacedemônios, provavelmente da paz de 445 a.C. Ele foi um dos presos suspeitos de estarem envolvidos na mutilação das hermas em Atenas em 415 a.C. Plutarco conta que Leógoras foi acusado

posuit Homericis versibus ad separationem Olympi a caelo. 15. ➤ Diple περιεστιγμένη, id est cum geminis punctis. Hanc antiqui in his opponebant quae Zenodotus Ephesius non recte adiecerat, aut detraxerat, aut permutaverat. In his et nostri ea usi sunt. 16. ➤ Diple ὀβολισμένη interponitur ad separandos in comoediis vel tragoediis periodos. 17. ↯ Aversa ὀβολισμένη, quotiens strophe et antistrophus infertur. 18. ⚡ Adversa cum obolo ad ea ponitur quae ad aliquid respiciunt, ut (Virg. *Aen.* 10,88):

Nosne tibi ... Phrygiae res vertere fundo conamur? nos? an miseros qui Troas Achivis obiecit

19. ➤ Diple superne obolata ponitur ad









colocá-lo nos versos homéricos para separar “Olimpo” de “céu”¹⁷⁴. 15. ➤ Diple *periestigménē* (περιεστιγμένη), isto é, com dois pontos. Este, os antigos punham diante dos locais que Zenódoto de Éfeso não adicionara ou subtraía ou permutara corretamente. Nesses casos, também os nossos (escribas) as usam. 16. ➤ Diple *obolisménē* (ὀβολισμένη) é entreposto para separar períodos em comédias e tragédias. 17. ↯ (Diple) ao avesso *obolisménē*, todas as vezes que se introduz uma estrofe e antístrofe. 18. ⚡ (Diple) invertida com óbelo põe-se junto às passagens que recorrem a algo, por exemplo, (Virg. *Aen.* 10,88):









Nós é que força fazemos, a fim de abater as relíquias / da extinta Pérgamo? Nós? Entregamos os míseros teucros [...]

19. ➤ Diple supra-obelada põe-se junto a

pelo seu próprio filho, Andócides, como um dos culpados, mas que ele salvou seu pai afirmando que Leógoras poderia dar importantes informações ao estado; e, mais tarde, ele afirma que Leógoras, ao receber a oportunidade, imediatamente acusou várias pessoas de vários crimes e, conseqüentemente, foi libertado. Andócides, no entanto, decisivamente nega a verdade dessa história” ([...], *is said to have taken part in the conclusion of a peace between the Athenians and Lacedaemonians, probably the peace of b. c. 445. He was one of the parties apprehended on suspicion of being concerned in the mutilation of the Hermae at Athens, in b. c. 415. Plutarch says that Leogoras was accused by his own son, Andocides, as one of the guilty parties, but that the latter saved his father by stating that Leogoras was able to give important information to the state; and he further states that Leogoras, taking the hint, forthwith accused numerous persons of various crimes, and was, in consequence, set free. Andocides, however, stoutly denies the truth of this story*; SMITH, 1867, v. 3, p. 750). A figura a quem Isidoro se refere parece ser, no entanto, outra. Cf. LEOGORAS. In: Finkel *et al.*

¹⁷⁴ Ou seja, para separar o “monte Olimpo” do “Olimpo”, que era a morada dos deuses, por isso, designador do céu.

conditiones locorum ac temporum personarumque mutatas. 20.  Diple recta et adversa superne obolata ponitur finita loco suo monade, significatque similem sequentem quoque esse. 21.  Ceraunium ponitur quotiens multi versus inprobantur, nec per singulos obolatur; *κεραύνιον* enim fulmen dicitur. 22.  C<h>risimon. Haec sola ex voluntate uniuscuiusque ad aliquid notandum ponitur. 23.  Phi et Rho, id est *φροντίς*. Haec, ubi aliquid obscuritatis est, ob sollicitudinem ponitur. 24.  Anchora superior ponitur ubi aliqua res magna omnino est. 25.  Anchora inferior, ubi aliquid vilissime vel inconvenientius denuntiatum est. 26.  Coronis nota tantum in fine libri adponitur. 27.  Alogus nota [quae] ad mendas adhibetur. 28. Fiunt et aliae notulae librorum pro agnoscendis his quae per extremitates paginarum exponuntur, ut, ubi lector in liminare huiusmodi signum invenerit, ad textum recurrans eiusdem sermonis vel versiculi

condições diferentes de locais, tempos e pessoas. 20.  Diple direita e invertido supra-obeladas põe-se quando se encerrou uma unidade no lugar em que está, e significa que o que segue também é semelhante. 21.  Ceráunio põe-se todas as vezes que vários versos eram rejeitados e não se “obela” um por um; com efeito, *keráunion* (*κεράυνιον*) diz-se *fulmen* (“raio”). 22.  Crísimo. Esta é a única que se põe para assinalar algo segundo a vontade de cada um. 23.  *Fi e rô*, isto é *phrontís* (*φροντίς*, “atenção”). Põe-se esse sinal, por precaução, onde há algo de obscuro, 24.  Âncora superior põe-se onde há, de alguma maneira, um assunto extremamente elevado. 25.  Âncora inferior, onde se denuncia algo muito vil ou mais inconveniente. 26.  O sinal de coroa só se põe em fim de livro. 27.  *Álogo* é o sinal que se emprega junto às falhas de cópia. 28. Existem também outros pequenos sinais nos livros, os quais, para chamar atenção, expõem-se por entre as extremidades das páginas, para que, quando o leitor tiver encontrado no limiar de uma página um sinal desse tipo, saiba que, ao recorrer ao texto, há uma

sciat esse expositionem, cuius similem superiacentem notam invenerit.

22. De notis vulgaribus

1. Vulgares notas Ennius primus mille et centum invenit. Notarum usus erat ut, quidquid pro con[ten]tione aut [in] iudiciis diceretur, librarii scriberent conplures simul astantes, divisus inter se partibus, quot quisque verba et quo ordine exciperet. Romae primus Tullius Tiro Ciceronis libertus commentus est notas, sed tantum praepositionum. 2. Post

explicação dessa mesma expressão ou versículo, cujo sinal similar ao supracitado ele encontrará.

22. Dos sinais vulgares

1. Os sinais vulgares foi Ênio¹⁷⁵ quem os inventou primeiro em número de mil e cem. Fizera-se uso de sinais para que muitos copistas, presentes ao mesmo tempo, tentassem escrever tudo o que fosse dito diante de uma assembléa pública ou num julgamento; após terem se dividido entre si em grupos, reuniam o quanto de palavras e em qual ordem estavam. Em Roma, o primeiro quem comentou esses sinais foi Túlio Tirão¹⁷⁶,

¹⁷⁵ Trata-se, talvez, de Quinto Ênio [*Quintus Ennius*] (c. 239-169 a.C.), poeta romano, a quem se atribui, entre outras obras, os *Annales*, poema épico que narra a história romana desde a queda de Tróia até a época do censor Catão, o Velho. A ele se atribui também, como mostra o próprio Isidoro, mais tarde, a “invenção” do hexâmetro datílico. Conforme Smith (1867, v. 2, p. 17), figura a quem “[...] os romanos sempre viram, com uma espécie de reverência de filiação, como o pai de sua literatura – *noster Ennius*, nosso próprio Ênio, como ele foi qualificado com profunda familiaridade [...]” (*[...] whom the Romans ever regarded with a sort of filial reverence as the parent of their literature – noster Ennius, our own Ennius, as he is styled with fond familiarity [...]*). Todavia, os autores da edição espanhola afirmam ser outro esse Ênio (cf. *SIS*, 2004, p. 302, n. 59), o mesmo a quem Suetônio faz menção no primeiro parágrafo de *De grammaticis* (“Dos gramáticos”). Com a mesma hipótese trabalha Brehaut (1912, p. 98).

¹⁷⁶ Marco Túlio Tirão [*Marcus Tullius Tiro*] (morto c. 4 a.C.), “[...] liberto e pupilo de Cícero, para quem ele foi objeto de mui devota amizade e afeto carinhoso, parece ter sido um homem de uma amável disposição e intelecto altamente cultivado. Ele não foi apenas o amanuense do orador, mas o próprio foi um autor de não pouca reputação, e notícias de várias obras de sua pena têm sido preservadas pelos autores antigos” (*[...] the freedman and pupil of Cicero, to whom he was an object of the most devoted friendship and tender affection, appears to have been a man of very amiable disposition, and highly cultivated intellect. He was not only the amanuensis of the orator, and his assistant in literary labour, but was himself an author of no mean reputation, and notices of several works from his pen have been preserved by ancient writers*; SMITH, 1867, v. 3, p. 1152).

eum Vipsanius, Philargius, et Aquila libertus Maecenatis alius alias addiderunt. Deinde Seneca, contractu omnium digestoque et aucto numero, opus efficit in quinque milia. Notae autem dictae eo, quod verba vel syllabas praefixis characteribus notent et ad notitiam legentium revocent; quas qui didicerunt proprie iam notarii appellantur.

23. De notis iuridicis

1. Quaedam autem litterae in libris iuris verborum suorum notae sunt, quo scriptio celeris breviorque fiat. Scribebatur enim verbi gratia per B et F

liberto de Cícero, mas só as preposições. 2. Depois dele, Vipsânio, Filárgio¹⁷⁷ e Áquila¹⁷⁸, liberto de Mecenas, cada qual adicionou outros. Por fim, Sêneca, tendo reunido, organizado e aumento a quantidade deles, produziu um trabalho com cinco mil. No entanto, foram chamadas *notae* (“sinais”), pelo fato de que anotam palavras ou sílabas por meio de caracteres prefixados e restabelecem a *notitia* (“conhecimento”) dos que lêem, aqueles que já as aprenderam, são, com propriedade, chamados notários.

23. Dos sinais jurídicos

1. No entanto, certas letras nos livros jurídicos servem de sinais para palavras (desse jargão), a fim de a escritura se torne mais rápida e breve. Com efeito, escrevia-se v.g., com um B e um F, *bonum factum* (“bom feito”)¹⁷⁹; com um

¹⁷⁷ Parece dizer respeito a *Philargyrius Iunius* (ou *Philargyrius* ou *Iunilius Flagrius*), comentador antigo das *Bucólicas* e das *Geórgicas*, de cuja obra restam apenas fragmentos. (Cf. SMITH, op. cit., p. 263).

¹⁷⁸ Ao comentar o estilo de escrever de Mecenas, no respectivo verbete, no *Dicionário de mitologia e biografia gregas e romanas* afirma-se: “[...] De acordo com Dião Cássio, Mecenas foi o primeiro a introduzir a estenografia, e ensinou a muitos nessa arte através de seu liberto, Aquila. Para outros autores, no entanto, a invenção tem sido atribuída a várias pessoas de data anterior, como a Tirão, liberto de Cícero, ao próprio Cícero e até mesmo a Ênio”. (*According to Dion Cassius, Maecenas first introduced short-hand, and instructed many in the art through his freedman, Aquila. By other authors, however, the invention has been attributed to various persons of an earlier date; as to Tiro, Cicero's freedman, to Cicero himself, and even to Ennius; ibid.*, v. 2, p. 894). Esse verbete do dicionário parece simplesmente reproduzir, de alguma maneira, a notícia já encontrada em Isidoro.

¹⁷⁹ “[...] uma forma de bom presságio prefixada a editos etc.” (*as a formula of good omen prefixed to edicts, etc; OLD*, 1968, p. 670).

‘bonum factum,’ per S et C ‘senatus consultum,’ per R et P ‘respublica,’ per P et R ‘populus Romanus,’ per D et T ‘dumtaxat,’ per supinam W litteram ‘mulier,’ per P secundum naturam ‘pupillus,’ per q verso capite ‘pupilla,’ per unum K ‘caput,’ per duo KK iuncta ‘calumniae causa,’ per I et E ‘iudex esto,’ per D et M ‘dolum malum.’ 2. Cuius generis plurimas consimiles notas in libris antiquis invenimus. Has iuris notas novicii imperatores a codicibus legum abolendas sanxerunt, quia multos per haec callidi ingenio ignorantes decipiebant, atque ita iusserunt scribendas in legibus litteras, ut nullos errores, nullas ambages afferant, sed

S e um C, *senatus consultum* (“decisão do senado”)¹⁸⁰; com um R e um P, *respublica* (“república”); com um P e um R, *populus romanus* (“povo romano”); com um D e um T, *dumtaxat* (“pelo menos”); com uma letra M de ponta-cabeça (W), *mulier* (“muher”); com um P, conforme sua natureza, *pupillus* (“órfão”); com um P com a cabeça invertida (Q), *pupilla* (“órfã”); com um só K, *caput* (“o cabeça”); com dois KK juntos, *calumniae causa* (“acusação de calúnia”); com um I e um E, *iudex esto* (“que ele seja juiz”); com um D e um M, *dolum malum* (“má-fé, dolo”). 2. Encontramos, nos livros antigos, vários sinais muito semelhantes a esses gêneros. Imperadores mais recentes estabeleceram que esses sinais jurídicos deveriam ser abolidos dos códigos de leis, já que os de gênio astuto enganavam muitos ignorantes por esse meio e, assim, ordenaram, nas leis, que se a escrevesse letra por letra, para que não ocorresse nenhum erro, nenhum rodeio, mas que se

¹⁸⁰ Também grafados, às vezes, sem separação como *senatusconsultum*. “Uma recomendação do senado a um magistrado (no período republicano, obrigatório, sujeito a veto, e durante o império, executado por uma cláusula no edito do pretor; depois de Adriano, em alguns casos, tinha imediatamente força de lei)” (*A recommendation of the senate to a magistrate (in republican times binding, subject to veto, and during the empire implemented by a clause in the praetor's edict; after Hadrian in some cases it had immediate force of law)*; *ibid.*, p. 1733).

sequenda et vitanda aperte demonstrarent. demonstrasse claramente o que deve ser seguido e o que deve ser evitado.

24. De notis militaribus

1. In breviculis quoque, quibus militum nomina continebantur, propria nota erat apud veteres, qua inspiceretur quanti ex militibus superessent quantique in bello cecidissent. T Tau nota in capite versiculi posita superstitem designabat; Θ Theta vero ad uniuscuiusque defuncti nomen apponebatur. Vnde et habet per medium telum, id est mortis signum. De qua Persius ait (4,13):

Et potis est nigrum vitio praefigere theta.

2. Cum autem inperitiam significare vellent, Lambda littera usi sunt, sicut mortem significabant, cum ponebant

24. Dos sinais militares

1. Também nas listinhas, em que estavam contidos os nomes dos soldados, havia um sinal próprio entre os antigos, pelo qual se examinava quanto dos soldados tinham restado e quanto deles tinham morrido na guerra. O sinal T (tau), posto no início de um versículo, designava o sobrevivente; por outro lado, Θ (teta) era acrescentado ao nome de quem quer que tenha falecido¹⁸¹. Onde também o fato de ela ter no meio uma lança, ou seja, o sinal da morte. Disso Pérsio fala (4,13):

E também é possível fixar um *teta* negro por causa do vício.

2. Porém, quando se quis indicar inexperiência, fez-se uso da letra *lambda* assim como quando se indicava morte,

¹⁸¹ “[...] *theta nigrum*: podemos estar certos de que seja qual for sua origem – se fora usada nos exércitos helenísticos, o que, sem maiores evidências, seria improvável, ou, como Marichal sugere, surgida de um erro de percepção de um O cortado, um erro que pôde muito facilmente ter sido formado pelos soldados helenófonos das regiões ocidentais –, essa letra era de uso comum no Egito e na Moésia na época de Trajano, e ainda estava em uso até o fim do século II d.C. Quanto tempo esse sistema de anotação continuou em uso pode, neste momento, ser apenas uma questão de conjectura” (*theta nigrum*: *we may be certain that whatever its origin – whether it was first used in the Hellenistic armies, which without further evidence would seem improbable, or, as Marichal suggests, arose from a misconception of barred O, a misconception which might very easily be formed by the Greek-speaking soldiers of the eastern legions – it was in common use in Egypt and Moesia by the time of Trajan, and was still in use towards the end of the second century. How long this system of annotation remained in use can at the moment be only a matter of surmise*; WATSON, 1952, p. 61).

Theta ad caput. In stipendiorum quoque largitione propriae erant notae.

25. De notis litterarum

1. Notas etiam litterarum inter se veteres faciebant, ut quidquid occulte invicem per scripturas significare vellent, mutue scriberent. Testis est Brutus, qui in his litteris ea quae acturus erat notabat, ignorantibus aliis quid sibi vellent haec litterae. 2. Caesar quoque Augustus ad filium, ‘quoniam’ inquit, ‘innumerabilia accidunt assidue quae scribi alterutro oporteat et esse secreta, habeamus inter nos notas si vis tales ut, cum aliquid notis scribendum erit, pro unaquaque littera scribamus sequentem hoc modo, pro a b pro b c et deinceps eadem ratione ceteras; pro z autem littera redeundum erit ad suplex a a.’ Quidam etiam versis verbis scribunt.

26. De notis digitorum

quando se punha um *teta* na cabeça. Na distribuição dos soldos também havia sinais específicos.

25. Dos sinais das cartas

1. Também os antigos, entre si, faziam sinais nas cartas, de modo que, para querer indicar, um para o outro, pela escritura, qualquer coisa que fosse oculta, escreviam silenciosamente. Testemunha (disso) é Brutus, que, em cartas, anotava aquilo que iria fazer, mas os outros ignoravam o que as letras queriam lhes dizer. 2. Também César Augusto diz ao seu filho: “mesmo que amiúde aconteçam coisas inumeráveis que convém serem escritas de um para outro e serem secretas, tenhamos, entre nós, se quiserdes, sinais tais que, quando houver algo para ser escrito em sinais, escrevamos no lugar de cada letra a subsequente, deste modo: em vez de *a*, *b*; em vez de *b*, *c* e assim sucessivamente, pelo mesmo critério, as demais. Porém, em lugar da letra *z*, dever-se-á voltar a um *a* duplicado (*aa*)”. Outros tantos também escreveram com palavras alteradas.

26. Dos sinais feitos com os dedos

1. Sunt quaedam et digitorum notae, sunt et oculorum, quibus secum taciti proculque distantes conloquuntur. Sicut mos est militaris, ut quotiens consentit exercitus, quia voce non potest, manu promittat. Alii, quia voce non possunt, gladiatorum motu salutant. 2. Ennius de quadam inpudica (Naev. *Com.* 75):

– *Quasi in choro pila*
ludens da[ta]tim dat sese et communem facit.
Alium tenet, alii adnutat, alibi manus
est occupata, alii pervellit pedem,
alii dat anulum [ex]spectandum, a labris
alium invocat, cum alio cantat; adtamen
aliis dat digito litteras.

Et Salomon (*Prov.* 6,13): ‘Annuit oculo, terit pede, digito loquitur.’

27. De orthographia

1. Orthographia Graece, Latine recta scriptura interpretatur. [Orto enim recte, graphia scriptura dicitur.] Haec disciplina docet quemadmodum scribere debeamus. Nam sicut ars tractat de partium declinatione, ita orthographia de

1. Existem também certos sinais feitos com os dedos, bem como com os olhos, pelos quais os silenciosos e distantes conversam entre si de longe. Igualmente, é um costume de soldado, de modo que, todas as vezes que o exército entra em acordo, já que não é possível (usar) a voz, acena-se com a mão. Outros, porque não podem fazê-lo com a voz, saldavam com um movimento dos gládios. 2. Ênio fala a respeito de uma certa (mulher) impudica (Naev. *Com.* 75):

Como uma péla numa roda de
peçoas, ela dá a si mesma em troca e faz-se
comum. Ocupa-se com um, fica fazendo sinal com a
cabeça para outro, a mão está ocupada em outro
lugar, puxa o pé de um, para outro dá um anel para
ser admirado, através dos lábios invoca um, fica
cantando com o outro; no entanto, para os outros,
desenha letras com os dedos

Também Salomão (cf. *Prov.* 6,13): “Consente com o olho, bate o pé, fala com o dedo”.

27. Da ortografia

1. *Ortografia*, do grego, é interpretado, em latim, (como) escritura correta. [Com efeito, diz-se, (para) *orto*, *recte* (“corretamente”) (e para) *graphia*, *scriptura*. (“escrita”)] Esta disciplina ensina de que modo devemos escrever. Pois, assim como a arte (gramatical) trata da flexão das partes (do discurso), de

scribendi peritia, utputa ‘ad’ cum est praepositio, D litteram; cum est coniunctio, T litteram accipit. 2. ‘Haud’ quando adverbium est negandi, D littera terminatur et aspiratur in capite; quando autem coniunctio [disiunctiva] est, per T litteram sine aspiratione scribitur. 3. ‘Apud’ praepositio per D scribitur, sicut ‘ad patrem’ quoniam veteres saepe ‘apud’ pro ‘ad’ usi sunt [duabus ex eis mediis litteris subtractis]. 4. Interdum autem aliae litterae in locum aliarum litterarum rite ponuntur. B et P litteris quaedam cognatio est. Nam pro ‘Burro’ dicimus ‘Pyrrhum.’ C et G [litterae] quandam cognationem habent. Nam dum dicimus ‘centum’ [et] ‘trecentos’ postea dicimus ‘quadringentos.’ G ponentes pro C. C et Q similiter cognatio est. Nam ‘huiusce’ per C, ‘cuiusque’ per Q scribimus. ‘Cum’ autem praepositio per C scribenda est; si autem adverbium

mesmo modo a ortografia da empiria em escrever, a saber: *ad*, quando é preposição, toma a letra D; quando é conjunção, toma a letra T. 2. *Haud*, quando é advérbio de negação, é terminado pela letra D e é aspirada no início; quando, porém, é conjunção [disjuntiva] é escrita com a letra T (e) sem aspiração. 3. A preposição *apud* é escrita com D, assim como em *ad patrem*; embora os antigos amiúde faziam uso de *apud* no lugar de *ad* [subtraídas as duas letras de seu meio]. 4. Algumas vezes, porém, outras letras são postas, segundo o uso, no lugar de outras. As letras B e P têm um certo parentesco. Pois, em lugar de *Burrus* dizemos *Pyrrhus* (“Pirro”). [As letras] C e G têm um certo parentesco, pois, enquanto dizemos *centum* (“cem”) [e] *trecentos* (“trezentos”), na seqüência dizemos *quadringentos* (“quatrocentos”), pondo G no lugar de C. C e Q têm igualmente parentesco. Pois escrevemos *huiusce* com C e *cuiusque* com Q. Porém, deve-se escrever a preposição *cum* (“com”) com C, mas, se tiver sido o advérbio, com Q. Dizemos, portanto, *quum lego* (“quando leio”). *Deus* (“Deus”) tem de ser marcado com um só E; *daemon* (“demônio”) com o ditongo AE. 5. *Equus*

fuerit, per Q. Dicimus enim ‘quum lego.’ ‘Deus’ per E solam: ‘daemon’ per AE diphthonga est notandus. 5. ‘Equus,’ quod est animal, per E solam scribendum. ‘Aequus,’ quod est iustus, per AE diphthonga scribendum. ‘Exsul’ addito S debet scribi, quia exsul dicitur qui extra solum est. ‘Exultat’ melius sine S littera scribitur. Nam cum ipsa X ex C et S constat, quomodo, cum in ea sit, rursus ei additur alia? 6. ‘Aequor’ per diphthonga scribendum, quia ab aqua est nomen factum. 7. ‘Forsitan’ per N scribendum in fine, quia integrum eius est ‘si forte tandem.’ 8. ‘Fedus,’ quod est deformis, per E solam scribendum [est]: ‘foedus’ quod est pactum, cum O et E diphthonga scribendum. 9. ‘Formosus’ sine N scribitur, quia a forma vocatur. [Sive etiam a formo, id est calido; calor enim sanguinis efficit pulcritudinem.] ‘Gnatus,’ quod est filius, per G

(“cavalo”), que é um animal, tem de ser escrito com um só E. *Aequus*, que é “justo”, com o ditongo AE. *Exsul* (“exilado”) deve ser escrito com o acréscimo de um S, pois se diz que o *exsul* é aquele que está *extra solum* (“fora do território”). *Exultat* (“ele/ela pula”) é melhor escrito sem a letra S. Com efeito, uma vez que a própria (letra) X consta de um C e um S, como, havendo já essas nela, outra é-lhe adicionada novamente? 6. *Aequor* tem de ser escrito com ditongo, já que o nome foi cunhado, a partir de *aqua* (“água”). 7. *Forsitan* (“talvez”) tem de ser escrito com N no fim, já que sua forma completa é *si forte tandem* (“se acaso no fim”). 8. *Fedus* (lat. clas. *hoedus*), que é “deforme”, tem de ser escrito com uma só (letra) E; *foedus*, que é “pacto”, tem de ser escrito com o ditongo OE. 9. *Formosus* (“formoso, belo”) é escrito sem N, já que é dito a partir da (palavra) *forma*. [Ou também de *formus* (“quente”), isto é, de *calidus* (“quente”), com efeito, o calor produz a beleza do sangue]. *Gnatus* (“nato”), que é “filho”, tem de ser escrito com G, já que se faz gerado. 10. H, que é a letra da aspiração, na (língua) latina, somente é acrescentado às vogais: por exemplo, *honor* (“honra”), *homo* (“ser

scribendum, quia facit generatus. 10. H, quae aspirationis littera est, in Latino tantum vocalibus iungitur: ut ‘honor’ ‘homo’ ‘humus’ [humilitas]. Aspiratur autem et consonantibus, sed in Graecis et Hebraeis nominibus. ‘Heus’ autem et ‘heu’ interiectiones per H scribendae. 11. I littera inter duas vocales constituta, bis scribi quidam existimabant, ut in ‘Troia’ et ‘Maia.’ Hoc ratio non permittit. Numquam enim tres vocales in una syllaba scribuntur. Sed I littera inter duas vocales constituta pro duplici habetur. 12. ‘Id’ pronomen neutri generis per D scribitur, ab eo quod est ‘is, ea, id,’ quia

humano”), *humus* (“terra”) [*humilitas* (“humildade”)]. Porém, é aspirada também com consoantes, mas em nomes gregos e hebraicos. No entanto, as interjeições *heus* (“olá”) e *heu* (“ai”) têm de serem escritas com H. 11. A letra I, colocada entre duas vogais, julgavam alguns que era escrita duas vezes, por exemplo, em *Troia* (“Tróia”) e *Maia* (“Maia”)¹⁸². Isso a regra não permite. Com efeito, jamais se escreve três vogais numa única sílaba. Mas a letra I, colocada entre duas vogais, é tida por dupla. 12. O pronome do gênero neutro *id* (“isso”) é escrito com D, pelo fato de que é *is, ea, id* (“esse, essa, isso”), já que produz *idem* (“o mesmo”). Pois se for a terceira pessoa do verbo, será anotado com T, pelo fato de que é *eo, is, it* (“vou, vais, vá”), [já que produz] *itur* (“vai-se”). 13. A letra K, os antigos colavam-na diante de um A todas as vezes que esse a

¹⁸² Maia [*Maia* ou *Maiás* (Μαῖα ou Μαΐάς)], “[...] filha de Atlas e Pleione (donde ela é chamada Atlantis e Pleias), era a mais velha das Plêiades e, numa gruta do monte Cilene, na Arcádia, tornou-se, através de Zeus, a mãe de Hermes. Arcas, o filho de Zeus com Calisto, foi-lhe dado para ser criado. [...] Maia é também o nome de uma divindade cultuada em Roma, que também se chamava Majesta. Ele é mencionada em relação a Vulcano, e foi vista por alguns como sendo a esposa desse deus, apesar de não parecer haver outra razão senão o fato de um sacerdote de Vulcano oferecer sacrifício a ela em primeiro de Maio, para que na superstição popular de tempos depois ela foi identificada com Maia, a filha de Atlas” ([...] a daughter of Atlas and Pleione (whence she is called Atlantis and Pleias), was the eldest of the Pleiades, and in a grotto of mount Cyllene in Arcadia she became by Zeus the mother of Hermes. Arcas, the son of Zeus by Callisto, was given to her to be reared [...] Maia is also the name of a divinity worshipped at Rome, who was also called Majesta, She is mentioned in connection with Vulcan, and was regarded by some as the wife of that god, though it seems for no other reason but because a priest of Vulcan offered a sacrifice to her on the first of May, while in the popular superstition of later times she was identified with Maia, the daughter of Atlas; SMITH, 1867, v. 2, o. 905).

facit ‘idem.’ Quod si verbum est tertiae personae, per T notabitur, ab eo quod est ‘eo, is, it,’ [quia facit] ‘itur.’ 13. K litteram antiqui praeponabant quotiens A sequebatur, ut ‘kaput,’ ‘kanna,’ ‘kalamus.’ Nunc autem ‘Karthago’ et ‘kalendae’ per eandem tantum scribuntur. Omnia autem Graeca nomina qualicumque sequente vocali per K sunt scribenda. 14. ‘Laetus’ per dipthonga scribitur, quia laetitia a latitudine vocata est, cuius e contrario est tristitia, quae angustiam facit. L autem litteram interdum pro D littera utimur, ut ‘latum’ pro ‘datum’ et ‘calamitatem’ pro ‘cadamitatem’; a cadendo enim nomen sumpsit calamitas. 15. ‘Maxumus’ an ‘maximus,’ et si qua similia sunt qualiter scribi debeant quaesitum est. Varro tradit Caesarem per I eiusmodi verba enuntiare solitum esse et scribere. Inde propter auctoritatem tanti viri consuetudinem

seguia, por exemplo, *kaput* (“cabeça”), *kanna* (“cana”), *kalamus* (“relativo à cana”). Agora, porém, só se escrevem *Karthago* e *kalendae* (“calendas”) com essa mesma (letra). No entanto, todas as palavras gregas têm de ser escritas com K, qualquer que seja a vogal subsequente. 14. *Laetus* (“bem nutrido, nédio”) é escrito com ditongo, já que *laetitia* (“alegria”) foi dita a partir de *latitudo* (“largura”), cujo contrário é *tristitia* (“tristeza”), a qual produz a *angustia* (“estriteza”). Porém, às vezes, fazemos uso da letra L em vez da letra D, por exemplo, *latus* (“levado”) em vez de *datus* (“dado”) e *calamitas* (“calamidade”) em vez de *cadamitas*; com efeito, *calamitas* tomou seu nome de *cadēre* (“cair”). 15. *Maxumus* ou *maximus* (“o maior, máximo”) e, se existem casos semelhantes, perguntou-se de que modo devem ser escritos. Varrão conta que César revelou que estava acostumado a pronunciar palavras desse tipo com I. Daí que, por causa da autoridade de um homem tão importante em relação a um costume feito, se escrevia, por exemplo, *maximus*, *optimus* (“o melhor, ótimo”), *pessimus* (“o pior, péssimo”). 16. *Malo* (“prefiro”) tem de ser escrito com um só L, já que é *magis*

factam, ut ‘maximus,’ ‘optimus,’ ‘pessimus’ scribatur. 16. ‘Malo’ per unum L scribendum, quia est ‘magis volo.’ ‘Malle’ per duo LL, quia est ‘magis velle.’ ‘Nolo’ quoque per unum L; [et] ‘nolle’ per duo. ‘Nolo’ enim ‘nevolo’ est; ‘nolle’ ‘nevelle.’ 17. ‘Os’ si vultum aut ossum significat per O solam scribendum est; si personam, H praeponenda est. 18. ‘Ora’ finium per O; ‘hora’ dierum per H scribendum. ‘Onus,’ si de onere venit, O sola scribendum; si de honore, cum H aspiratione. 19. ‘Praepositio’ et ‘praeterea’ per dipthonga scribendum. ‘Pene’ vero, quod est coniunctio, per E; ‘poena,’ quod est supplicium, per OE. 20. Q littera tunc recte ponitur, cum illi statim U littera sequitur, et alia quaelibet una pluresve vocales iunguntur, ita ut una syllaba fiat. Cetera per C scribuntur. 21. ‘Quae’

uolo (“quero mais, antes, de preferência”). *Malle* (“preferir”) com dois LL, já que é *magis velle* (“querer mais, antes, de preferência”). *Nolo* (“não quero”) também com um só L; [e] *nolle* (“não querer”) com dois. Com efeito, *nolo* é *neuolo*; *nolle*, *neuelle*. 17. *Os* (“boca, face”), se significa *uultus* (“rosto”) ou *ossum* (“osso”), tem de ser escrito com uma só (letra) O; se (significa) uma pessoa, uma (letra) H tem de ser preposta¹⁸³. 18. *Ora* (“limite”) de fronteiras tem de ser escrito com O; *hora* (“período de tempo”) de dias com H. *Onus*, se vem de *onus* (“carga, fardo, ônus”), tem de ser escrito com O; si de *honor* (“honra”), com a aspiração H. 19. *Praepositio* (“preposição”) e *praeterea* (“ademais, depois disso”) têm de ser escrito com ditongo. Por outro lado, *pene* (“quase”; lat. clás. *paene*), que é uma conjunção, com E; *poena* (“pena”), que é suplício, com OE. 20. Então, põe-se a letra Q corretamente quando lhe segue imediatamente a letra V, acrescida de uma outra qualquer, ou mais, de modo a formar, assim, uma só sílaba. As demais (palavras) são escritas com C. 21. O pronome *quae* (“a qual”) tem de ser

¹⁸³ Ou seja, Isidoro afirma que havia homofonia entre *os* (“rosto”) e *hos*, forma acusativa plural do pronome demonstrativo no gênero masculino (*hic*, “este”).

pronomen cum A scribendum; ‘que’ coniunctio sine A. ‘Quid’ per D litteram scribitur, cum pronomen est; per T, cum verbum: cuius positio est prima ‘queo, quis, quit,’ et in compositione ‘nequeo, nequis, nequit.’ 22. ‘Quod,’ quando pronomen est, per D [est] scribendum; quando numerus, per T, quia ‘totidem’ per T scribitur. ‘Quotidie’ per Q scribendum, non per C, ut sit ‘quot diebus.’ 23. R littera communionem habet cum S littera. Itaque apud anticos ‘honos’ ‘labos’ ‘arbos’ dicebatur, nunc ‘honor’ ‘labor’ ‘arbor.’ 24. ‘Sat’ per T scribi oportet, quia integrum eius facit ‘satis.’ ‘Sed’ per D oportet scribi. Apud anticos enim sed ‘sedum’ dicebatur; nos finales duas litteras abscidimus. 25. ‘Tamtus’ sicut et ‘quamtus’ in medio M habebant. ‘Quam’ enim et ‘tam’ unde et ‘quamtitas’ ‘quamtus’ ‘tamtus.’ 26. ‘Vae’ interiectio cum A scribendum; ‘ve’

escrito com A; a conjunção *que* (“e”) sem A. *Quid* (“o que”) é escrito com a letra D, quando é pronome; com T, quando é verbo, cujas primeiras pessoas são *queo, quis, quit* (“sou, és, é capaz de”), e em composição *nequeo, nequis, nequit* (“não estou, estás, está em comdição de”). 22. *Quod*, quando é pronome, tem de ser escrito com D; quando indicação de quantidade, com T, já que *totidem* é escrito com T. *Quotidie* (“todo dia, diariamente”) tem de ser escrito com Q, não com C, para que seja *quot diebus* (“quanto de dias”). 23. A letra R tem uma proximidade com a letra S. Daí que, entre os antigos, dizia-se *honos, labos, arbos*, e, agora, *honor* (“honra”), *labor* (“sofrimento, esforço, trabalho”), *arbor* (“árvore”). 24. *Sat* (“bastante, suficiente”) convém ser escrito com T, já que sua forma íntegra é *satis*. *Sed* (“mas”) convém ser escrito com D. Com efeito, entre os antigos, *sed* era dito *sedum*; nós cortamos as duas letras finais. 25. *Tamtus* (“tão grande, tanto”), assim como *quamtus* (“quão grande, quanto”), tinham um M no meio. Com efeito, é *quam* (“quanto, como, do que”) e *tam* (“tanto”), donde também *quamtitas* (“quantidade”), *quamtus, tamtus*. 26. A interjeição *vae* (“ai”) tem

coniunctio sine A. 27. Xps, quia Graecum est, per X scribendum. Ita et ‘Xrisma.’ 28. Y et Z litteris sola Graeca nomina scribuntur. Nam cum ‘iustitia’ sonum Z littera exprimat, tamen, quia Latinum est, per T scribendum est. Sic ‘militia’ ‘malitia’ ‘nequitia’ et cetera similia. 29. In dubiis quoque verbis consuetudo veterum erat ut, cum eadem littera alium intellectum correpta, alium producta haberet, longae syllabae apicem adponebant; utputa ‘populus’ arborem significaret, an hominum multitudinem, apice distinguebatur. Sic et ubi litterae consonantes geminabantur, sicilicum superponebant, ut ‘cella’ ‘serra’ ‘asserres.’ Veteres enim non duplicabant litteras, sed supra sicilicos adponebant; qua nota admonebatur lector geminandam esse litteram.

28. De analogia

1. Analogia Graece, Latine similitum

de ser escrita com A; a conjunção *ue* (“ou, e”) sem A. 27. *Xps*, que é grego, tem de ser escrito com X. Assim também *Xrisma* (“unção, crisma”). 28. Com Y e Z, escrevem-se somente palavras gregas. Pois ainda que *iustitia* (“justiça”) se exprima com som da letra Z, entretanto, já que é uma (palavra) latina, tem de ser escrita com T. Assim *militia* (“serviço militar”), *malitia* (“malícia”), *nequitia* (“maldade, nequícia”) e as demais semelhantes. 29. Nas palavras duvidosas, também era costume dos antigos adicionar um ápice à sílaba longa, quando esta mesma letra, breve, tivesse um sentido (e), longa, outro; a saber: *populus*, que poderia significar *árvore* ou *multidão de homens*, distinguia-se pela (presença do) ápice. Assim também quando letras consoantes se geminavam, sobrepunham-lhes um *sicílico*, por exemplo, *cella* (“esconderijo”), *serra* (“serra, serrote”), *asser* (“pequena peça de madeira”). Com efeito, os antigos não duplicavam as letras, mas sobrepunham-lhes sicílicos; por meio desse sinal, advertia-se o leitor de que a letra tinha de ser geminada.

28. Da analogia

1. A (palavra) grega *analogia* se diz, em

comparatio sive proportio nominatur. Cuius haec vis est ut, quod dubium est, ad aliquid simile, quod non est dubium, referatur, et incerta certis probentur. Octo autem modis comparatio analogiae colligitur: id est qualitate, conparatione, genere, numero, figura, casu, extremitatibus similium syllabarum, et similitudine temporum. 2. Si quid de iis unum defuerit, iam non est analogia, id est similitudo, sed est anomalia, id est extra regulam, ut ‘lepus’ et ‘lupus.’ Totum convenit, sed dissentiunt casu; facit enim ‘lupi’ ‘leporis.’ Nam regulariter est, dum quaeris utrum ‘trames’ masculinum sit an femininum, similis est illi in omni declinatione ‘limes’ et erit masculinum. 3. Item ‘funis’ si incerti generis esse credis, similis est illi ‘panis’ in declinatione, et erit masculinum. Item ex conparatione positivorum, ut si dicas ‘doctus’

latim, *comparação* ou *proporção* dos símiles. A força dela é tal que, o que é duvidoso é referido a algo similar, que não é duvidoso, e examina-se o que é desconhecido pelo o que é conhecido. Contudo, a comparação (própria) da analogia abrange oito modos, ou seja: qualidade, comparação, gênero, número, formato, caso, terminações de sílabas semelhantes e semelhança dos tempos. 2. Se um só desses itens faltar, já não é analogia, isto é, similitude, mas é *anomalia*, isto é, “fora de regra”, como, por exemplo, *lepus* (“lebre”) e *lupus* (“lobo”). Tudo concorda, mas (essas palavras) diferem pelo caso; pois se faz, (no genitivo), *lupi*, *leporis*. Pois, a regra é: no momento em que perguntas se *trames* (“vereda”) é masculino ou feminino, sendo *limes* (“limite, fronteira”) igual a ele em toda a declinação, (aquele) também será masculino. 3. Igualmente, se achas que *funis* (“corda”) é dum gênero incerto, sendo lhe *panis* (“pão”) igual na declinação, (aquele) também será masculino. É assim também, desde a comparação dos (graus) positivos, como, por exemplo, se dizeres *doctus*, (então) é *magnus*; (pois) são positivos e

‘magnus’: positivi sunt et sui similes. Fit et per diminutionem, utputa ‘funem’ masculinum esse funiculus ostendit, sicut ‘marmor’ neutri esse generis marmusculum indicat. 4. Nam quod genus in principalitate est, id esse solet in diminutione. Sed hoc non semper, ut ‘pistrinum’ ‘pistrilla.’ Sed quia scire debemus ex positione [id est primitivo] declinationem, ex diminutione genus colligere.

29. De etymologia

1. Etymologia est origo vocabulorum, cum vis verbi vel nominis per interpretationem colligitur. Hanc Aristoteles σύμβολον, Cicero adnotationem nominavit, quia nomina et verba rerum nota facit exemplo posito; utputa ‘flumen’ quia fluendo crevit, a

semelhantes¹⁸⁴. Faz-se (analogia) também através dos diminutivos, a saber: *funiculus* (“cordinha”) deixa claro que *funis* (“corda”) é masculino, assim como *marmusculum* (“marmorezinho”) indica que *marmor* (“mármore”) é do gênero neutro. 4. Com efeito, o gênero que está na forma positiva, costuma ser o mesmo na do diminutivo. Mas nem sempre é assim, por exemplo, *pistrinum* (“padaria”), *pistrilla* (“padariazinha”). Contudo, já que devemos conhecer a declinação desde a forma positiva, [isto é, desde a forma primitiva], devemos formar o gênero desde o diminutivo.

29. Da etimologia

1. A etimologia é a origem das palavras, uma vez que o valor da palavra ou do nome ganha nexos através da interpretação¹⁸⁵. Aquela, Aristóteles nomeou *sýmbolon* (σύμβολον), Cícero anotação, já que os nomes e as palavras que designam as coisas se tornam conhecidas através de uma dada referência, a saber: *flumen* (“rio”), porque se dividiu fluindo, foi nomeado a

¹⁸⁴ Cf. nota 106.

¹⁸⁵ Para uma discussão bastante detalhada sobre as possibilidades de tradução e de compreensão deste capítulo das *Etimologias*, cf. SCHWEICKARD (1985). Deparamo-nos com esse artigo quando a dissertação já estava para ser concluída.

fluendo dictum. 2. Cuius cognitio saepe usum necessarium habet in interpretatione sua. Nam dum videris unde ortum est nomen, citius vim eius intellegis. Omnis enim rei inspectio etymologia cognita planior est. Non autem omnia nomina a veteribus secundum naturam inposita sunt, sed quaedam et secundum placitum, sicut et nos servis et possessionibus interdum secundum quod placet nostrae voluntati nomina damus. 3. Hinc est quod omnium nominum etymologiae non reperiuntur, quia quaedam non secundum qualitatem, qua genita sunt, sed iuxta arbitrium humanae voluntatis vocabula acceperunt. Sunt autem etymologiae nominum aut ex causa datae, ut ‘reges’ a [regendo et] recte agendo, aut ex origine, ut ‘homo’ quia sit ex humo, aut ex contrariis ut a

partir de “fluir”. 2. O conhecimento disso tem, amiúde, um uso indispensável na interpretação. Pois, assim que tiveres visto donde o nome é oriundo, saberás mais rápido seu valor. Com efeito, a inspeção de todas as coisas é mais fácil, sendo a etimologia conhecida. Todavia, nem todos os nomes foram impostos pelos antigos segundo a natureza, mas alguns o foram segundo o agrado, assim como também nós damos, às vezes, nomes aos nossos servos e posses, segundo o que agrada a nossa vontade. 3. Daqui é que não se encontram as etimologias de todos os nomes, já que alguns deles não são dados segundo a sua qualidade, a partir da qual foram gerados, mas receberam seus vocábulos conforme o arbítrio da vontade humana. No entanto, existem etimologias de nomes que foram dadas, ou a partir da causa, por exemplo, *reges* (“reis”) de [*regere* (“reger”) e] de *recte agere* (“agir retamente”); ou partir da origem, por exemplo, *homo* (“homem”), pois vem de *humus* (“terra”); a partir dos contrários, por exemplo, de *lauare* (“lavar-se”) vem *lutum* (“lama”), mesmo que *lutum* não

lavando ‘lutum’ dum lutum non sit mundum, et ‘lucus’ quia umbra opacus parum luceat. 4. Quaedam etiam facta sunt ex nominum derivatione, ut a prudentia ‘prudens’; quaedam etiam ex vocibus, ut a garrulitate ‘garrulus’; quaedam ex Graeca etymologia orta et declinata sunt in Latinum, ut ‘silva’ ‘domus.’ 5. Alia quoque ex nominibus locorum, urbium, [vel] fluminum traxerunt vocabula. Multa etiam ex diversarum gentium sermone vocantur. Vnde et origo eorum vix cernitur. Sunt enim pleraque barbara nomina et incognita Latinis et Graecis.

30. De glossis

1. Glossa Graeca interpretatione linguae sortitur nomen. Hanc philosophi adverb[i]um dicunt, quia vocem illam, de cuius requiritur, uno et singulari verbo designat. Quid enim illud sit in uno verbo

seja limpo, e *lucus* (“bosque”), porque, lá, a sombra luze opaca¹⁸⁶. 4. Alguns nomes também foram cunhados a partir da derivação nominal, por exemplo, *prudens* (“prudente”) de *prudentia* (“prudência”); alguns também desde os sons, por exemplo, *garrulus* (“tagarela”) de *garrulitas* (“tagarelice”); alguns são oriundos de etimologia grega e foram incorporadas à declinação latina, por exemplo, *silva* (“floresta”), *domus* (“casa”). 5. Outros também tiram seus vocábulos de nomes de lugares, de cidades [ou de] rios. Muitos também são chamados conforme a língua dos diversos povos. Onde também a origem de seus nomes discerne-se com dificuldade. Com efeito, há muitos nomes bárbaros incógnitos tanto aos latinos quanto aos gregos.

30. Das glosas

1. Glosa herda seu nome da tradução grega para “língua”. Esta, os filósofos chamam *adverbium* (“junto à palavra”), já que designa, através de uma só palavra específica, aquele termo, a respeito do qual se indaga. Com efeito, a glosa esclarece, por meio de uma só palavra,

¹⁸⁶ Ver seção 2.1.4 da Dissertação.

positum declarat, ut: ‘conticescere est tacere.’ 2. Item (Virg. Aen. 10,314):

Latus haurit apertum.

‘haurit, percutit.’ Item cum ‘terminum’ dicimus ‘finem’ aut ‘populatas’ interpretamur esse ‘vastatas’ et omnino cum unius verbi rem uno verbo manifestamus.

31. De differentiis

1. Differentia est species definitionis, quam scriptores artium de eodem et de altero nominant. Haec enim duo quadam inter se communione confusa, coniecta differentia secernuntur, per quam quid sit utrumque cognoscitur; ut cum quaeritur quid inter regem sit et tyrannum, adiecta differentia, quid uterque sit definitur, ut ‘rex modestus et temperatus, tyrannus

um dado vocábulo, por exemplo, *conticescere est tacere* (“emudecer é calar-se”). 2. Igualmente (Virg. *Aen.* 10,314), em

[...] *no flanco sem guarda penetra.*

Haurit (“ele/ela penetra”), *percutit* (“atinge”). Assim também, quando dizemos *terminus* (“termo”) por *finis* (“fim”), ou quando interpretamos *populatae* (“assoladas”) por *vastatae* (“devastadas”), e, em geral, quando manifestamos o sentido de uma palavra por meio de apenas uma outra.

31. Das diferenças

1. A diferença é uma espécie de definição, que os escritores de gramáticas denominam acerca do que é o mesmo e do que é o outro. Com efeito, essas duas, tendo sido confundidas entre si por meio de um certo parentesco, são discernidas após ter sido acrescentada uma diferença, através da qual se toma conhecimento do que cada uma das duas é; por exemplo, quando se indaga o que há entre “rei” e “tirano”, tendo sido adicionada a diferença, define-se o que ambos são, por exemplo: “rei é modesto e temperado; tirano, por outro lado, é cruel”. Com

vero crudelis.’ Inter haec enim duo differentia cum posita fuerit, quid sit utrumque cognoscitur. Sic et cetera

32. De barbarismo

1. Barbarismus est verbum corrupta littera vel sono enuntiatum. Littera, ut ‘floriet’ dum ‘florebit’ dicere oporteat; sono, si pro media syllaba prima producat, ut ‘latebrae’ ‘tenebrae.’ Appellatus autem barbarismus a barbaris gentibus, dum Latinae orationis integritatem nescirent. Vnaquaque enim gens facta Romanorum cum opibus suis vitia quoque et verborum et morum Romam transmisit. 2. Inter barbarismum autem et barbarolexim hoc interest, quod barbarismus in verbo latino fit, dum corrumpitur; quando autem barbara verba latinis eloquiis inferuntur, barbarolexis dicitur. Item quando in prosa vitium fit sermonis, barbarismus vocatur; quando

efeito, entre essas duas definições, tendo a diferença sido posta, toma-se conhecimento do que ambos são. E assim por diante.

32. Do barbarismo

1. Barbarismo é uma palavra enunciada com uma letra ou um som corrompido. Com uma letra, por exemplo: *floriet*, enquanto conviria dizer *florebit* (“florirá”); com um som se, no lugar da sílaba do meio, a primeira é alongada, por exemplo, *lātebrae* (por *latēbrae*, “esconderijo”), *tēnebrae* (por *tenēbrae*, “trevas”). Porém, chamou-se barbarismo a partir de “povos bárbaros”, uma vez que desconheciam a pureza do discurso da língua latina. Com efeito, cada um desses povos, romanizados, junto com suas riquezas, transmitiu a Roma também seus vícios, tanto de palavras quanto de costumes. 2. Porém, entre barbarismo e *barbarolexis* há a diferença que o barbarismo se dá numa palavra latina, na medida em que é corrompida; quando, no entanto, palavras bárbaras são introduzidas na expressão latina, diz-se *barbarolexis*. Igualmente, quando um vício de expressão acontece na prosa,

in metro, metaplasmus dicitur. 3. Barbarismus autem fit scripto et pronuntiatione. Scripto quattuor modis: si quis in verbo litteram vel syllabam adiciat, mutet, transmutet, vel minuat. Pronuntiatione autem fit in temporibus, tonis, aspirationibus et reliquis quae sequuntur. 4. Per tempora quippe fit barbarismus, si pro longa syllaba brevis ponatur, aut pro brevi longa. Per tonos, si accentus in alia syllaba commutetur. Per aspirationem, si adiciatur H littera ubi non debet, aut detrahatur ubi esse oportet. 5. Per hiatus, quotiens in pronuntiatione scinditur versus antequam compleatur, sive quotiens vocalis vocalem sequitur, ut ‘Musae Aonides.’ Fit barbarismus et per motacismos, [iotacismos] et labdacismos. 6. Motacismus est, quotiens M litteram vocalis sequitur, ut ‘bonum aurum’ ‘iustum amicum’; sed hoc vitium aut

chama-se barbarismo; quando num metro poético, diz-se metaplasmo. 3. O barbarismo, acontece, todavia, na escrita e na pronúncia. Na escrita de quatro modos: se alguém adiciona, muda, transforma ou diminui uma letra ou uma sílaba em um palavra. Na pronúncia, porém, acontece nas durações, nas intonações, nas aspirações e nas demais coisas que se seguem. 4. Nas durações, pois, acontece barbarismo, se uma sílaba breve é posta no lugar de uma longa, ou o inverso. Nas intonações, se o acento é deslocado para outra sílaba. Na aspiração, se se adiciona uma letra *h* onde não se deve, ou se ela é subtraída quando convém que haja uma. 5. No hiato, todas as vezes em que, na pronúncia, um verso é cindido antes que se complete, ou todas as vezes em que uma vogal segue uma vogal, por exemplo, *Musae Aonides*. Acontece barbarismo também por *motacismo*, [iotacismos] e *la(m)bdacismo*. 6. Há *motacismo* sempre que se segue uma letra *m* a uma vogal, por exemplo, *bonum aurum* (“ouro bom”), *iustum amicum* (“amigo justo”), mas evitamos esse vício ou com a supressão da letra *m* ou com

suspensione M litterae, aut detractio-
 vitamus. 7. Iotacismus est, quotiens in
 iota littera duplicatur sonus, ut ‘Troia’
 ‘Maia’; ubi earum litterarum adeo exilis
 erit pronuntiatio, ut unum iota, non duo
 sonare videantur. 8. Labdacismus est, si
 pro una L duo pronuntientur, ut Afri
 faciunt, sicut ‘colloquium’ pro
 ‘conloquium’; vel quotiens unam L
 exilius, duo largius proferimus. Quod
 contra est; nam unum largius, duo exilius
 proferre debemus. 9. Conlisisio est,
 quotiens novissimae syllabae finis in
 alterius principio est, ut ‘matertera’

33. De soloecismis

1. Soloecismus est plurimorum verborum
 inter se inconueniens conpositio, sicut
 barbarismus unius verbi corruptio. Verba
 enim non recta lege coniuncta
 soloecismus est, ut si quis dicat ‘inter
 nobis’ pro ‘inter nos’ aut ‘date veniam

sua eclipse. 7. Há *iotacismo* sempre que o
 som se duplica numa letra *iota*, por
 exemplo, *Troia*, *Maia*. Nesse lugar,
 porém, a pronúncia dessas letras deverá
 ser de tal modo atenuada, que pareça soar
 um só *iota*, não dois. 8. Há
la(m)bdacismo se, no lugar de uma
 (letra) L, duas são pronunciadas, assim
 como fazem os afros, por exemplo,
colloquium (“colóquio”) no lugar de
conloquium; ou sempre que proferimos
 uma só (letra) L de forma mais atenuada
 e duas de forma mais enfática. Trata-se
 do contrário, pois devemos proferir uma
 só (letra) com mais ênfase e duas com
 mais tenuidade. 9. Há uma *colisio*
 sempre que o final da última sílaba (de
 uma palavra) está no princípio de outra,
 por exemplo, *materterra* (“terra mãe”).

33. Dos solecismos

1. Solecismo é um arranjo discordante de
 muitas palavras entre si, assim como o
 barbarismo é a corrupção de uma só
 palavra. Com efeito, é solecismo se
 palavras são reunidas não conforme a lei
 correta, como quando alguém diz *inter*
nobis no lugar de *inter nos* (“entre nós”),
 ou *date ueniam sceleratorum* por
sceleratis (“daí indulgência aos

sceleratorum’ pro ‘sceleratis.’ 2 Dicitur autem soloecismus a Cilicibus, qui ex urbe Solo<e>, quae nunc Pompeiopolis appellatur, profecti, cum apud alios commorantes suam et illorum linguam vitiose inconsequenterque confunderent, soloecismo nomen dederunt. Vnde et similiter loquentes soloecismos facere dicuntur. 3 Soloecismus autem apud poetas schema dicitur, quotiens in versu necessitate metri factus invenitur. Cum autem non invenitur necessitas, permanet soloecismi culpa. 4 Soloecismus fit duobus modis: aut per partes orationis, aut per accidentia. Per partes orationis, si alteram partem pro altera ponamus, utputa si praepositiones adverbis adplicemus. Per accidentia fit, id est per ea quae acciduntur partibus, utputa per qualitates, per genera et numeros, figuras et casus. Per ista igitur omnia fiunt soloecismi, sicut Donatus exposuit. 5

criminosos”). 2. Chama-se, porém, solecismo a partir dos cilicianos, os quais, provenientes da cidade de Solos, agora chamada Pompeiopolis, quando passavam um tempo entre outros (povos), confundiam sua própria língua com a daqueles de forma viciosa e desordenada, a que se deu esse nome de solecismo. Onde também se diz que aqueles, cuja fala é semelhante à dos cilicianos, cometem solecismos. 3. No entanto, entre os poetas, chama-se o solecismo de *schema* (“figura”) sempre que esse vem a acontecer num verso por necessidade métrica. Porém, quando não há necessidade, o erro de solecismo persiste. 4. O solecismo dá-se de duas maneiras: ou através das partes do discurso ou através de seus acidentes. Nas partes do discurso, se pusermos uma parte no lugar de outra, por exemplo, se reunirmos preposições a advérbios. Em seus acidentes, isto é, naquilo que é próprio das partes (do discurso): pela qualidade, pelo gênero e número, pela forma e caso. Nisso tudo, portanto, os solecismos acontecem assim como expôs Donato. 5. Ademais, (os solecismos) dão-se de várias maneiras. Com efeito,

Fiunt praeterea ex plurimis modis. Nam Lucilius centum genera soloecismorum dixit, quos omnes vitare potius quam sequi debet qui regulam recte loquendi tenere studet.

34. De vitiis

1. Vitia apud Grammaticos illa dicuntur, quae in eloquio cavere debemus. Sunt autem haec: barbarismus, soloecismus, acyrologia, cacenphaton, et reliqua. 2. Barbarismus est corruptio verbi unius. [Vt si tertiam syllabam quis producat in ‘ignoscere’] 3. Soloecismus conpositio

Lucílio¹⁸⁷ nomeou cem gêneros de solecismos, todos os quais devem ser evitados mais do que seguidos por quem se esforça por preservar a regra do falar corretamente.

34. Dos vícios

1. Entre os gramáticos, chamam-se vícios àquilo de que devemos nos precaver ao conversar. No entanto, ei-los: barbarismo, solecismo, acirológia, cacofonia etc. 2. Barbarismo é a corrupção de uma só palavra. [Por exemplo, se alguém alongar a terceira sílaba em *ignoscere* (“perdoar, desculpar”)] 3. Solecismo é o arranjo vicioso das palavras. [Por exemplo, se se

¹⁸⁷ Possível referência a Gaio Lucílio [*Gaius Lucilius*] (c. 180-103 a.C.), poeta satírico, sobre o qual “[...] os críticos antigos concordam que, se não indubitavelmente o inventor da sátira romana, foi o primeiro a modulá-la nas formas que, mais tarde, ganharam consistência e foram completamente desenvolvidas nas mãos de Horácio, Pérsio e Juvenal. [...] Um dos interlocutores no *De Oratore* exalta calorosamente seu conhecimento e sagacidade (*homo doctus et perurbanus*), embora, em outra peça, Cícero, discursando em primeira pessoa, em certo grau, amenizasse esse elogio, e, demonstrando alta estima por sua *urbanitas*, declara ser sua *doctrina* apenas *mediocris*. Quintiliano, no entanto, considerou sua erudição maravilhosa e recusou-se a admitir a propriedade de outras censuras que foram feitas sobre seu estilo, declarando que muitas pessoas, embora ele próprio esteja longe de concordar com eles assim como com Horácio, consideram-no superior não apenas em relação a outros escritos de sua classe, mas também em relação a todos os poetas” ([...] *Ancient critics agree that, if not absolutely the inventor of Roman satire, he was the first to mould it into that form which afterwards assumed consistency, and received full developement [sic] in the hands of Horace, Persius, and Juvenal. [...] One of the speakers in the De Oratore praises warmly his learning and wit (homo doctus et perurbanus), although in another piece Cicero, when discoursing in his own person, in some degree qualifies this eulogium ; and pay-ing a high tribute to his urbanitas, pronounces his doctrina to be mediocris only. Quintilian, however, considered his erudition wonderful, and refused to admit the justice of the other strictures which had been passed upon his style, declaring that many persons, although he is himself as far from agreeing with them as with Horace, considered him superior, not only to all writers of his own class, but to all poets whatsoever*; SMITH, 1867, v. 2, p. 823).

vitiosa verborum. [Vt si aliquis dicat ‘inter hominibus’ pro ‘inter homines’] 4. Acyrologia non propria dictio, ut (Lucan 2,15):

Liceat sperare timenti.

*Que seja permitido ao temente ter esperança*¹⁸⁸

Proprium est autem timenti formidare, non sperare; et (Virg. Aen. 5,287):

Esperar-se-ia, no entanto, (que fosse permitido) ao temente *temer*, não *ter esperança*; e (Virg. Aen. 5, 287):

Gramineo in campo.

*Em campo gramíneo.*¹⁸⁹

Proprium est ‘graminosum’ dicere campum, non ‘gramineum.’ Cacemphaton dictio obscena vel inconposite sonans. 5. Obscena, ut (Virg. Aen. 1,579):

É esperado que se diga *graminoso* e não *gramíneo*. 5. Cacofonia é a expressão obscena ou que soa dissonante. Obscena, por exemplo, (Virg. Aen. 1,579):

His animum arrecti dictis.

*Com tal discurso animados.*¹⁹⁰

Inconposita, ut (Virg. Aen. 2,27):

Dissonante, por exemplo, (Virg. Aen. 2,27):

Iuvat ire et Dorica castra.

*Alegram-se de ir aos acampamentos dóricos.*¹⁹¹

¹⁸⁸ Excepcionalmente, a tradução de Lucano é nossa.

¹⁸⁹ Excepcionalmente, a tradução dessa citação de Virgílio é nossa.

¹⁹⁰ A “obscenidade” a que se refere o texto emergiria de um emprego sexual do verbo *arrigo*, *-ere*, *arrectum*. Segundo o *OLD* (1968, p. 174), esse verbo tem as seguintes acepções: “1. Fazer ficar em riste, permanecer ereto, empinar, levantar; *in digitos (plantis) ~ectus*, na ponta dos pés; *b. aures ~igere*, ficar de orelha em pé; (logo) prestar atenção; (também com dativo) fazer (alguém) prestar atenção; *c. lumina ~igere*, abrir os olhos; *d. (com penem)* ficar com o pênis ereto; *~ectus* (de pessoas), sexualmente excitado. 2. (absol.) ficar sexualmente excitado, ter ereção. 3. Excitar, estimular, agitar” (*1. To make to stand upright, stand on end, tilt upwards, raise; in digitos (plantis) ~ectus, on tiptoe; b. aures ~igere, to prick up one's ears; (hence) to pay attention; (also, w. dat.) to cause (a person) to pay attention; c. lumina ~igere, to lift one's eyes; d. (w. penem) to erect; ~ectus (of persons), sexually excited. 2. (absol.) To become sexually excited, have an erection. 3. To excite, arouse, stir.*)

Mala enim fuit conpositio ab ea syllaba incipere, qua superior finierat. 6. Pleonasmos adiectio unius verbi supervacua, ut (Virg. Georg. 2,1):

Hactenus arborum cultus et sidera caeli.

Neque enim alibi nisi in caelo sunt sidera. 7. Perissologia adiectio plurimorum verborum supervacua, ut (Deuteron. 33,6): ‘vivat Ruben et non moriatur’: dum non sit aliud vivere quam non mori. 8. Macrologia longiloquium, res non necessarias comprehendens, ut (Liv. frag. 64 M.): ‘Legati non inpetrata pace retro unde venerant domum reversi sunt.’ 9. Tautologia, idemloquium ut (Virg. Aen. 1,546):

Si fata virum servant, si vescitur aura aetherea, neque adhuc crudelibus occubat umbris.

Com efeito, foi um mau arranjo começar pela mesma sílaba que encerrara a (palavra) anterior¹⁹². 6. Pleonasmos é a adição supérflua de uma só palavra, por exemplo, (Virg. Georg. 2,1)

Bastante o cultivo das searas e os astros do céu.

De fato, não existem astros em outro lugar que não no céu. 7. Perissologia é a adição supérflua de várias palavras, por exemplo, (Dt. 33.,6): ‘que Rubem viva e não morra’; uma vez que não existe outro viver que não seja o não estar morto. 8. Macrologia é um longilóquio, englobando partes desnecessárias, por exemplo, (Liv. Frag. 64 M.): ‘Os embaixadores, a paz não atingida, de lá foram em sentido contrário, voltaram para casa’¹⁹³. 9. Tautologia (é a adição desnecessária) de frases semelhantes, por exemplo, (Virg. Aen. 1,546):

Se os Fados ainda o conservam e as auras vitais ele aspira, / sem para as trevas terríveis haver até agora baixado.

¹⁹¹ Tradução nossa.

¹⁹² A dissonância produz-se, provavelmente, pelo encontro entre a última sílaba da palavra *Dorica* com a primeira da subsequente *castra*, dando assim: *caca*, forma que poderia lembrar o verbo *caco,-are*: “cagar, defecar”.

¹⁹³ Cf. Quint. *Inst. Or.* VIII, 3, 53: *Vitanda macrologia, id est longior quam oportet sermo, ut apud T. Livium: legati non impetrata pace retro domum, unde venerant, abierunt.* E também Don. *Ars gramm., De ceteris vitiis*, 7; de onde parece sair o trecho de Isidoro: *Macrologia est longa sententia res non necessarias comprehendens, ut legati non impetrata pace retro, unde venerant, domum reversi sunt.*

Totum enim quod repetitur una res est, sed crebro sermone adnuntiata. 10. Eclipsis est defectus dictionis, in quo necessaria verba desunt, ut (Virg. Aen. 4,138):

Cui pharetra ex auro:

deest enim ‘erat.’ 11. Tapinosis est humilitas, statum rei magnae dictis infirmans, ut (Virg. Aen. 1,118):

Apparent rari nantes in gurgite vasto.

‘Gurgitem’ posuit pro ‘mare’. 12. Cacosyntheton, vitiosa conpositio verborum, ut (Virg. Aen. 9,609):

– Versaque iuvencum
terga fatigamus hasta.

13. Amphibolia, ambigua dictio, quae fit aut per casum accusativum, ut illud responsum Apollinis ad Pyrrhum (Enn. Ann. 179):

Com efeito, tudo que se repetiu é uma só coisa, mas (esta) foi declarada repetidamente no discurso. 10. Elipse é uma falha de expressão, na qual faltam palavras necessárias, por exemplo, (Virg. Aen. 4,138):

*Uma aljava de ouro lhe [havia].*¹⁹⁴

Com efeito, falta *erat* (“havia”). 11. Tapinose é uma diminuição, que reduz, com dizeres, o estado de algo grande, por exemplo, (Virg. Aen. 1,118)

Vários ainda a nadar aparecem no pélagos imenso.

Foi posto *gurgis* (“pélagos, lago”) ao invés de *mar*. 12. Cacossínteto é o arranjo vicioso de palavras, por exemplo, (Virg. Aen. 9,609):

– *Novilhos aguilhoamos com a lança.*¹⁹⁵

13. Anfíbolia (é) a expressão ambígua, que acontece ou através do caso acusativo, como naquela resposta de Apolo a Pirro¹⁹⁶ (Enn. Ann. 179):

¹⁹⁴ Tradução nossa.

¹⁹⁵ Segundo a edição inglesa de Barney, o cacossínteto dá-se pelo “intervalo” grande entre o adjetivo *uersa* e o substantivo *hasta*, os quais deveriam estar mais próximos (cf. Isidore of Seville, 2006, p. 57).

¹⁹⁶ Pirro [*Pyrrhos* (Πύρρος)] ou Neoptólemo [*Neoptólemos* (Νεοπτόλεμος)], isto é, “[...] um jovem guerreiro, filho de Aquiles e Deidamia, a filha de Licomedes, era também chamado Pirro. Segundo alguns, no entanto, era filho de Aquiles e Ifigênia, e, depois do sacrifício de sua mãe, foi elevado por seu pai à ilha de Esciro.

Aio te, Aeacida, Romanos vincere posse.

*Digo-te, Eácida, que Romanos podem vencer*¹⁹⁷.

In quo non est certum, quem in ipso versu monstraverit esse victorem. 14. Fit et per incertam distinctionem, ut (Virg. Aen. 1,263):

Não está claro, neste verso, quem se mostrou ser o vencedor. 14. Ou pode acontecer por uma atribuição incerta, por exemplo, (Virg. *Aen.* 1,263):

Bellum ingens geret Italia.

Guerra grande Itália fará.

Incerta distinctio, utrum ‘bellum ingens’ an ‘ingens Italia.’ 15. Fit et per commune

Atribuição incerta, (podendo ser) ou *bellum ingens* (“grande guerra”) ou *ingens Italia* (“grande Itália”)¹⁹⁸. 15. Dá-

Diz-se que o nome Pirro lhe foi dado por Licomedes, por causa de seu cabelo claro (*πυρρός*) ou porque Aquiles, enquanto disfarçava-o de menina, deu-lhe o nome de Pirra. [...] Neoptólemo foi educado em Esciro, na casa de Licomedes, donde ele foi convocado por Ulisses a juntar-se aos gregos na guerra contra Tróia [...]. Em Tróia, Neoptólemo mostrou-se, em todos os aspectos, digno de seu grande pai e, por fim, era um dos que foram encerrados no cavalo de madeira. Na tomada da cidade, matou Príamo defronte a pira sagrada de Zeus Herceio [...]” ([...] *a young warrior, a son of Achilles and Deidameia, the daughter of Lycomedes, was also called Pyrrhus. According to some, however, he was a son of Achilles and Iphigeneia, and after the sacrifice of his mother he was carried by his father to the island of Scyros. The name of Pyrrhus is said to have been given to him by Lycomedes, because he had fair (πυρρός) hair, or because Achilles, while disguised as a girl, had borne the name of Pyrrha [...]. Neoptolemus was brought up in Seyros in the house of Lycomedes, whence he was fetched by Odysseus to join the Greeks in the war against Troy, because it had been prophesied by Helenus that Neoptolemus and Philoctetes, with the arrows of Heracles, were necessary for the taking of Troy. [...] At Troy Neoptolemus showed himself in every respect worthy of his great father, and at last was one of the heroes that were concealed in the wooden horse. At the taking of the city he killed Priam at the sacred hearth of Zeus Herceius [...]*; SMITH, 1867, v. 2, p. 1154).

¹⁹⁷ Tradução nossa. Esse verso, na edição que consultamos (ENNIO, 1999, p. 72), é o de número 104 e consta no livro VI dos *Anais*. A ambigüidade é causada pela presença de dois complementos no acusativo, *te* e *Romanos*, um como complemento direto do verbo *aio* e outro como “sujeito da oração infinitiva” (segundo a terminologia das gramáticas latinas), *vincere posse*. Assim, as leituras poderiam ser: “Digo, Eácida, que tu podes vencer os romanos” ou “Digo, Eácida, que os romanos podem vencer-te”. Quintiliano (*Inst. Or.* VII, 9, 6), ao falar das formas de produzir ambigüidades, afirma: *Fit autem per casus, ut aio te, Aeacida, Romanos vincere posse*. Também Cícero (*de Diu.* II, 56, 116), com outros propósitos, comenta a passagem: *Quis enim est, qui credat Apollinis ex oraculo Pyrrho esse responsum: "aio te, Aeacida, Romanos vincere posse"? Primum latine Apollo numquam locutus est; deinde ista sors inaudita Graecis est; praeterea Pyrrhi temporibus iam Apollo versus facere desierat; postremo, quamquam semper fuit, ut apud Ennium est, "stolidum genus Aeacidarum - bellipotentis sunt magis quam sapientipotentis -", tamen hanc amphiboliam versus intellegere potuisset, "vincere te Romanos" nihilo magis in se quam in Romanos valere; nam illa amphibolia, quae Croesum decepit, vel Chrysippum potuisset fallere, haec vero ne Epicurum quidem*. Sobre outras discussões entre os antigos acerca dessa passagem, cf. Roberts (1912, p. 177) e também Atherton (1995, p. 444), que afirma ser esse exemplo usado entre os gramáticos “*ad nauseam*”.

¹⁹⁸ *Ingens*, “grande”, é, segundo as gramáticas latinas, um adjetivo de segunda classe – cujo paradigma de flexão é semelhante aos substantivos da terceira declinação – triforme, uma vez que possui apenas uma forma

verbum, ut: ‘Deprecatur Cato, calumniatur Cicero, praestolatur Brutus, dedignatur Antonius’; nec ostenditur in hac ambiguitate utrum ipsi alios, an alii ipsos deprecati sunt aut calumniati. 16. Fit et per homonyma, quo uno nomine multa significantur, ut ‘acies’ et non addas aut ferri, aut oculorum, aut militum.

35. De metaplasms

1. Metaplasms Graeca lingua, Latine transformatio dicitur. Qui fit in uno verbo propter metri necessitatem et licentiam poetarum; cuius species istae sunt. 2. Prothesis adpositio in principio verbi, ut [‘gnato’ pro ‘nato’ et ‘tetulit’ pro ‘tulit’]. Epenthesis adpositio in medium, ut

se também com um verbo comum, por exemplo, ‘*Deprecatur Cato, calumniatur Cicero, praestolatur Brutus, dedignatur Antonius*’; não se mostra nesta ambigüidade se os próprios (citados) execraram ou caluniaram outros ou o contrário¹⁹⁹. 16. Também acontece ambigüidade com a homonímia, (quando) através de único nome, se têm muitos significados, por exemplo, *acies* (“frente”), (se) também não acrescentares ou *ferri* (“de ferro”) ou *oculorum* (“dos olhos”) ou *militum* (“dos soldados”).

35. Dos metaplasmos

1. Diz-se *metaplasmo* em grego, em latim, *transformatio*. Dá-se em apenas uma palavra, por necessidade métrica e por causa da licença dos poetas. Eis seus tipos. 2. Prótese é um acréscimo no início de uma palavra, por exemplo, [*gnatus* (“nato”) em lugar de *natus*] [*tetulit* no lugar de *tulit*²⁰⁰]. Epêntese é um acréscimo no meio da palavra, por exemplo, (Virg. *Aen.* 3,409):

para os três gêneros (masculino, feminino e neutro). Desse modo, *ingens* pode ser atribuído a um substantivo masculino, por exemplo, *ingens rex*, “grande rei”; a um feminino, *ingens Italia*; ou a um neutro *ingens bellum*.

¹⁹⁹ Todos os verbos citados (*deprecor, -ari; calumnior, -ari; praestolor, -ari; dedignor, -ari*) estão elencados nos dicionários de latim como “depoentes”, ou seja, “[...] aqueles que têm forma passiva e significado ativo” (FARIA, [1995], p. 171). O problema é que a passagem do texto sugere ser esses verbos ambíguos, como se se tratassem de verbos, ora passivos, ora depoentes. Assim: “Catão execra” ou “é execrado”; “Cícero calunia” ou “é caluniado”; “Brutus espera” ou “é esperado”; “Antônio menospreza” ou “é menosprezado”.

²⁰⁰ Sobre a diferença entre as formas, cf. Ernout e Meillet (2001, p. 227).

(Virg. Aen. 3,409):

[Maneant in relligione nepotes,

[Permaneçam na religião os descendentes,²⁰¹

pro ‘religione’] [‘reliquias’ pro
‘reliquias’ ‘induperator’ pro ‘inperator’].

em lugar de *religio* (“religião”)]
[*reliquias* em lugar de *reliquias* (“os
restos, o resto, os restos mortais”),

3. Paragoge adpositio in finem, ut
[‘admittier’ pro ‘admitti’] [‘magis’ pro
‘mage’ et ‘potestur’ pro ‘potest’].

induperator por *inperator*
 (“imperador”)²⁰². 3. Paragoge é um

Aphaeresis abscisio de principio, ut
‘temno’ pro ‘contemno.’ Syncope

acrécimo no fim (de uma palavra), por
exemplo, [admittier por admitti] [magis
 (“mais”) em vez de mage e potestur no
lugar de potest]. Aférese é uma extração

²⁰¹ Tradução nossa. *Rēligiō*, –onis, tem, segundo o *OLD* (1968, p. 1605), “[...] a primeira sílaba comumente escandida como longa no verso do período de Augusto e mesmo depois, com a grafia correspondente *rell-*” ([...] *1st syllable usu. scanned long in Augustan verse and after, with corresponding spelling rell-*). Escandido, o verso em questão fica assim: *hāc cās|tī mănē|ānt īn| rēllīgī|ōnē nē|pōtēs*.

²⁰² Esse termo retoma, provavelmente, Ênio, e parece ser um tipo de arcaísmo deliberado: “O ritmo do hexâmetro eniano era uma grande novidade no latim, pois, embora linhas anapésticas fossem usadas no drama, sua técnica era muito diferente. Em particular, Ênio não se permitia escandir palavras de padrão final crético (– – –) como se terminassem em datílico (– – –), como fazia Plauto. Isso restringia severamente o vocabulário disponível: palavras como *cūiūtās* ou *fācīnōrā* eram automaticamente descartadas. O verso jâmbotrocaico acomodava-se melhor. Isso impunha e encorajava artifícios, particularmente ao se explorar formas arcaicas tomadas de fórmulas rituais e legais (e.g. *īndūpērātōr* no lugar de *īmpērātōr*) e ao se cunhar expressões mais ou menos bizarras calcadas a partir de Homero. O estilo épico subsumia todos os recursos do trágico, mas diferiam em dois aspectos: como aquele era ainda mais ‘grandioso’, poderia acomodar arcaísmos evitados pelos dramaturgos trágicos; e como se baseava em Homero, cujo dialeto é misto, anomalias e formas alternativas eram admissíveis de uma maneira não permitida em linguagens cênicas mais homogêneas e econômicas. Um –s final depois de uma vogal breve pode ser suprimido ou mantido diante de uma consoante inicial não (como no drama) conforme as regras lingüísticas, mas as puramente métricas” (*The rhythm of the Ennian hexameter was quite new in Latin, for although anapaestic lines were used in drama, their technique was quite different. In particular, Ennius did not permit himself to scan words ending with a cretic pattern (– – –) as if they ended with dactyls (– – –), as did Plautus. This severely restricted the available vocabulary: words like cūiūtās or fācīnōrā were automatically ruled out. Iambo-trochaic verse was more accommodating. This imposed and encouraged artifice, particularly in the exploitation of archaic forms drawn from the formulae of ritual and law (e.g. īndūpērātōr for īmpērātōr) and in the coining of more or less bizarre expressions calqued from Homer. The epic style subsumed all the resources of the tragic, but differed in two ways: as it was still ‘grander’, it could accommodate archaisms avoided by tragic dramatists; and as it was based on Homer, whose dialect is mixed, anomalies and alternative forms were admissible in a manner not permitted in the more homogeneous and economical language of the stage. Final -s after a short vowel might be dropped or kept before an initial consonant not (as in drama) according to linguistic but purely metrical rules*; KENNEDY, 1996, p. 68-69).

abscisio de medio, ut ‘forsan’ pro ‘forsitan.’ Apocope abscisio de fine, ut ‘sat’ pro ‘satis.’ 4. Ectasis, productio contra naturam, ut [(Virg. Aen. 1,499): ‘exercet Diana choros’]. [(Virg. Aen. 1,2): ‘Italiam fato’, quum ‘Italiam’ correpte dici debeat]. Systole correptio contra naturam, ut [(Virg. Aen. 6,773): ‘urbemque Fidenam’, cum prima syllaba produci debet]. [Vt quum dicimus

do início (da palavra), por exemplo, *temno* por *contemno*. Síncope é uma extração do meio (da palavra), por exemplo, *forsan* por *forsitan*. Apócope é uma extração do fim, por exemplo, *sat* em vez de *satis*. 4. Éctase é um alongamento contrário à natureza, por exemplo, [(Virg. Aen. 1,499): *exercet Diana choros*]. [(Virg. Aen. 1,2): *Italiam fato*, uma vez que se deve dizer corrompidamente *Italiam*]²⁰³. Sístole é um abreviamento contrário à natureza, por exemplo, [(Virg. Aen. 6,773):

²⁰³ O texto apresenta a questão daquilo que as gramáticas de latim comumente chamam “alongamento por posição”, que seria a mudança na duração de uma sílaba breve para uma longa, num contexto métrico determinado. Assim, conforme os exemplos, a representação das durações silábicas para as palavras *Diana* e *Italia*, em outros contextos, deveriam ser as seguintes: *Dīānā*; mas no verso citado, a primeira sílaba transforma-se em *dī*: *ēxēr|cēt Dī|ānā chō|rōs quām| millē sē|cūtāe* (“os coros Diana dirige [...]”; VERGÍLIO, 1983, p. 21); *Ītālīā(m)* ou *Ītālīā*; mas, no metro poético apresentado, a última sílaba alonga-se, transformando-se em *ām*. Eis a passagem: *Ārmā uī|rūmqūē cā|nō Trō|īāē quī| prīmūs āb| ōrīs / Ītālī|ām fā|tō prōfū|gūs Lā|uīnāquē| uēnīt / [...]*. (“As armas canto e o varão que, fugindo das plagas de Tróia / por injunções do Destino, instalou-se na Itália primeiro / e de Lavínio nas praias”; *ibid.*, p. 9). A literatura lingüística, no entanto, “condena” essa classificação das gramáticas latinas tradicionais, substituindo tanto a terminologia quanto a descrição: “[...] a duração, propriedade que têm os segmentos de uma língua de variar quanto à sua extensão no tempo, é igualmente denominada *quantidade*, termo este mais encontrável em tratados gramaticais tradicionais e neles também empregado na caracterização da sílaba, sendo uma sílaba que contém vogal breve classificada como breve, enquanto aquela que contém uma vogal longa é igualmente classificada como longa. Ocorre, porém, que determinadas sílabas classificadas como longas costumam apresentar em seu núcleo uma vogal breve seguida de consoante, classificada então – absurdamente, como observa Allen (1973) – como ‘longa por posição’! Naturalmente, o que ocorre em tais casos não é uma mudança na duração da vogal, que continua breve, mas que a consoante, fechando a sílaba, toma esta ‘longa’ (para utilizar a classificação tradicional). Fica claro, assim, que é preciso fazer uma distinção entre o que ocorre com a sílaba e o que se passa com a vogal dessa sílaba. Assim é que Allen (1989, p. 91; 1973, pp. 53ss.), apontando aquela confusão e mostrando sua origem nos trabalhos de gramáticos gregos, reserva o termo *duração* (*length*) para a caracterização das vogais, e *quantidade* (*quantity*) para caracterizar as sílabas. Para o autor, as vogais podem ser longas ou breves; as sílabas, entretanto, serão *leves* (*light*) ou *pesadas* (*heavy*), de acordo com sua estrutura interna: serão leves se forem abertas e tiverem por núcleo uma vogal breve; serão, por outro lado, pesadas se tiverem por núcleo uma vogal longa e forem igualmente abertas ou, travadas por consoante(s), tiverem por núcleo, porém, uma vogal breve.” Pereira (2003, p. 433-434)

‘Orion’ correpte, dum producte dici oportet.] Diaeresis discissio syllabae in duas, ut [(Virg. Aen. 9,26): ‘dives pictai vestis’, pro ‘pictae’] [(Enn. Ann. 33): ‘Albai longai’, pro ‘Albae longae’]. 5. Episyndialoephe conglutinatio duarum [syllabarum] in unam, ut [‘Phaethon’ pro ‘Phaëthon’] [‘Neri’ pro ‘Nerei’, ‘aeripedem’ pro ‘aëripedem’]. Synaloephe conlisis vocalium adiuncta vocalibus, ut [(Virg. Aen. 9,1):

Atque ea diversa penitus dum parte geruntur].

urbemque Fidenam, uma vez que a primeira sílaba deve ser longa²⁰⁴. [Como quando dizemos corrompidamente *Orion*²⁰⁵, que se deve pronunciar com (uma sílaba) longa.] Diérese é uma cisão de uma sílaba em duas, por exemplo, [(Virg. Aen. 9,26): *dives pictai vestis*, ao invés de *pictae*]²⁰⁶ [(Enn. Ann. 33): *Albai longai* por *Albae longae*]²⁰⁷. 5. Epissinalefa é uma aglutinação de duas (sílabas) numa só, por exemplo, [*Phaethon* por *Phaëthon*] [*Neri* por *Nerei*, *aeripedem* por *aëripedem*]²⁰⁸. Sinalefa é uma colisão de vogais com (outras) vogais subseqüentes, por exemplo, [(Virg. Aen. 9,1):

Ao mesmo tempo que tais ocorrências passavam na terra].²⁰⁹

²⁰⁴ A palavra *ŭrbs*, com a primeira sílaba “naturalmente” breve, no metro é alongada: *hī tībī| Nōmēn|t(um)ē|t Gābī|ōs ŭr|bēmquē Fī|dēnām* (“Esses ali, [...] te fundarão as cidades dos gábios, Nomento e Fidenas”; VERGÍLIO, 1983, p. 132).

²⁰⁵ *Ōrīōn*, *-ōnis* (*-ōnos*): “gigante caçador assassinado por Diana e transformado numa constelação; a constelação de Órion, cujas subidas e movimentos foram associados ao clima tempestuoso” (*A giant huntsman killed by Diana and turned into a constellation; (astron.) the constellation Orion, whose risings and settings were associated with stormy weather*; OLD, 1968, p. 1269).

²⁰⁶ Ao invés de *pictae*, genitivo singular feminino do adjetivo *pictus*, *a*, *um* (“pintado, ornado etc.”), cujo ditongo *-ae* formaria uma única sílaba longa *-āē*, aparece a forma arcaica do genitivo feminino singular em *-ai*, originando o hiato *-ā-ī*. Cf.: *dīuēs ē|quūm dī|uēs pīc|tāt| uēstīs ē|t| āurī* (“rico de belos cavalos e vestes de enfeites dourados”; VERGÍLIO, *op. cit.*, p. 180).

²⁰⁷ Na edição consultada (ENNIO, 1999, p. 49) por nós, esse verso aparece com o número 23, fazendo parte do livro I dos *Anais*.

²⁰⁸ Cf. OLD (*op. cit.*, p. 70; 1371; 1172).

²⁰⁹ Os fenômenos para os quais os conceitos moderno e antigo aplicam o termo “sinalefa” são de natureza diferente. A sinalefa antiga é aquilo que se chama, hoje, “elisão”: “Elisão (= sinalefa): supressão da vogal final ou do ditongo final de uma palavra quando a palavra seguinte começa por vogal ou *h* [...]” (ALMEIDA,

6. Ec<th>lipsis conlisis consonantium cum vocalibus, ut [(Virg. Aen. 1,3):

Multum ille et terris iactatus et alto].

Antithesis contrapositio litterae pro alia littera, ut [‘inpete’ pro ‘impetu’] [‘olli’ pro ‘illi’]. Metathesis transpositio litterae, ut [‘Thymbre’ pro ‘Thymber’] [‘Evandre’ pro ‘Evander’]. 7. Inter barbarismum et figuras, hoc est Latinam et perfectam elocutionem, metaplasmmum

6. Eclipse é uma elisão de consoantes com vogais, por exemplo, [(Virg. *Aen.* 1,3):

A impulso dos deuses por muito tempo nos mares e em terras]²¹⁰.

Antítese é a troca duma letra por outra, por exemplo, [*inpete* ao invés de *impetu*] [*olli* por *illi*]²¹¹. Metátese é a transposição de uma letra, por exemplo, [*Thymbre* por *Thymber* (“Timbra, cidade da Tróada”)], [*Evandre* por *Evander* (“Evandro”)]. 7. Entre o barbarismo e as formas (aceitáveis), isto é, uma sentença latina e perfeita, está o metaplasmo, o qual, numa

2004, p. 443). No verso em questão: *ātqu(e) ēa| dīuēr|sā pēnī|tūs dīm| pārtē gē|rūntūr*. Na gramática tradicional de hoje, no entanto, sinalefa é: “[...] a perda de autonomia de uma vogal para tornar-se semivogal e, assim, constituir um ditongo com a vogal seguinte: E triste e triste e fatigado eu_vinha (lido como tritongo: /wew/)” (BECHARA, 2001, p. 631).

²¹⁰ Assim como o metaplasmo anterior, há diferenças nas nomenclaturas desses fenômenos, tanto nas gramáticas de latim, quanto nas de português. Em geral, a eclipse é colocada, nas gramáticas de latim, também sob a rubrica de “elisão”: “Uma vogal seguida ou não por **m** em fim de palavra (‘vogal aberta’) é regularmente elidida diante de uma vogal no início de próxima palavra na mesma linha. (*A vowel or a vowel followed by m at the end of a word (‘open vowel’) is regularly elided before a vowel at the beginning of the next word in the same line*; KIDD, 1987, p. xxv); “Toda sílaba final terminada por uma vogal, um ditongo ou *m* é elidida (isto é, não é contada no verso) antes de uma palavra que começa por uma vogal, um ditongo ou um *h* [...]” (GRIMAL, 1986, p. 158). No entanto, há quem diferencie a eclipse como uma forma especial de elisão: “[...] supressão do **m** final da palavra e da vogal que o antecede, quando a palavra seguinte começa por vogal; [...]: (ALMEIDA, 2004, p. 443). Assim ficaria, então, escandida a passagem: *lītōrā|mūlt(um) ūl|l(e)ēt tēr|rīs iāc|tātūs ēt| ālītō*. Na gramática de Bechara (2001, p. 632), elisão e eclipse são respectivamente: “[...] o desaparecimento de uma vogal quando pronunciada junto da outra vogal diferente: e fatigad(o)_eu vinha (lido: /ew/). [...]”; “[...] a supressão da ressonância nasal de uma vogal final de vocábulo para facilitar a sinérese ou a crase com a vogal contígua. Ocorre com mais freqüência a eclipse no final *-em* e na preposição *com*. Neste último caso é comum ser indicada por apóstrofo, porque, a rigor, a eclipse não passa de uma elisão considerada a palavra no seu sentido mais geral [...]: ‘Co’as tranças presas na fita./ Co’as flores no samburá’.

²¹¹ Cf. Ernout e Meillet (2001, p. 461).

esse, qui in uno sermone fit oratione vitiosus. Item inter soloecismum et schema, id est perfectam sermonum connexionem, figura est, quae fit contextu sermonum oratione vitiosa. Ergo metaplasmata [et] schemata media sunt et discernuntur peritia et inperitia. Fiunt autem ad ornatum.

36. De schematibus

1. Schemata ex Graeco in Latinum eloquium figurae interpretantur, quae fiunt in verbis vel sententiis per varias dictionum formas propter eloquii ornamentum. Haec dum multae sint apud Grammaticos, istae inveniuntur. 2. Prolepsis est praesumptio, ubi ea, quae sequi debent, anteponuntur, ut (Virg.

só palavra, é aceitável, no discurso é vicioso²¹². Igualmente, entre o solecismo e a forma (aceitável), i.e., o arranjo perfeito das palavras, está o *schema* (“figura de construção”), a qual, num encadeamento de palavra é aceitável, no discurso é vicioso²¹³. Logo, metaplasmos e figuras de construção estão no meio do caminho e são distinguidos pela perícia e pela imperícia. Porém, existem para adornar.

36. Das figuras de construção

1. (A palavra) grega *schema* se traduz, na língua latina, por “figura”, a qual se dá em palavras ou sentenças em várias formas de dizer, graças ao adorno da expressão. Enquanto elas são muitas entre os gramáticos, encontram-se estas: 2. Prolepse é uma antecipação, quando (palavras) são antepostas àquelas que devem estar na seqüência, por exemplo,

²¹² O acréscimo, neste caso, de “aceitáveis” diz respeito a uma tentativa nossa de resolver uma aparente incoerência do texto.

²¹³ Aqui também se trata de uma opção mais “incisiva” de tradução, uma vez que o texto se mostra aparentemente contraditório, devido, a nosso ver, ao emprego dúbio do termo *figura*, que pode ser tanto forma, quanto figura (de linguagem). Cf. a tradução espanhola e inglesa, respectivamente: *Entre el barbarismo y las estructuras – es decir, la perfecta elocución latina – se encuentra el metaplasmo, que es la alteración de una palabra. Del mismo modo, entre el solecismo y la perfecta conexión de las palabras se encuentran las figuras estilísticas, que se producen por el cambio de la relación sintáctica de las palabras* (SAN ISIDORO DE SEVILLA, 2004, p. 321); *Between the barbarism and the figure, that is, a polished Latin utterance, is the metaplasmo, which may occur as a fault in speech in a single word. Likewise, between the solecism and the schema, that is, a polished construction of words, is the figure, which may become a fault in speech in a group of words* (ISIDORE OF SEVILLE, 2006, p. 58).

Aen. 12,161):

Interea reges ingenti mole Latinus.

Debuit enim sic dicere: ‘Interea reges ingenti mole’ et statim adicere, quod sequitur: ‘procedunt castris’ deinde dicere: ‘Latinus’ etc.; sed facta est pro ornamento praesumptio rei, et qui sequi debuerunt reges interpositi sunt in septem versibus, et postea additum est: ‘Procedunt castris.’ Inde et praesumptio, quia anteposita sunt quae sequi debuerunt. 3. Zeugma est clausula, quum plures sensus uno verbo clauduntur, quae fit tribus modis. Nam aut in primo, aut in

(Virg. *Aen.* 12,161):

*Entrementes, os reis, com grande máquina, Latino*²¹⁴

Com efeito, dever-se-ia dizer assim: *Interea reges ingenti mole* (“Entrementes, os reis, com grande máquina, Latino”) e imediatamente adicionar o seguinte: *procedunt castris* (“saíram do acampamento”), e por fim, dizer: *Latinus* etc. Mas se fez uma antecipação de um assunto por razão de ornamento e, aquilo que teve de seguir a “reis”, interpôs-se por sete versos e, depois disso, adicionou-se: *procedunt castris*²¹⁵. Daí também antecipação, já que se antepôs aquilo que tinha de seguir. 3. Zeugma é uma *clausula* (“amarra”), quando muitos períodos estão amarrados por uma única palavra²¹⁶. Esta “amarra”

²¹⁴ Tradução nossa.

²¹⁵ O período “completo” a que Isidoro se refere é o seguinte: *Interea reges ingenti mole Latinus / quadriiugo uehitur curru (cui tempora circum / aurati bis sex radii fulgentia cingunt, / Solis aui specimen), bigis it Turnus in albis, / bina manu lato crispans hastilia ferro / hinc pater Aeneas, Romanae stirpis origo, / sidereo flagrans clipeo et caelestibus armis / et iuxta Ascanius, magnae spes altera Romae, / procedunt castris [...]*. “Nesse entrementes os reis se aproximam. Em bela quadriga / vem conduzido Latino, a cabeça adornada com doze / raios do Sol, refulgentes, imagem do avô seu paterno, / de incontrastável prestígio. Num carro com alva parelha / Turno avançou, a girar dois virotes de ferro, pontudos. / O pai Enéias, então, fonte e origem da estirpe latina, / resplandecente com o brilho do escudo e das armas divinas, / a pari-passo de Ascânio, outra grande esperança de Roma, do acampamento saíram” (VERGÍLIO, 1983, p. 253). Nesse caso, a definição antiga e a das gramáticas atuais coincidem, por exemplo: “PROLEPSE (do grego *prólepsis* ‘ação de tomar antes’), figura também conhecida como ANTECIPAÇÃO, consiste na deslocação de um termo uma oração para outra que a preceda, com o que adquire excepcional realce: **Os pastores** parece que vivem no fim do mundo” (CINTRA, CUNHA, 1985, p. 610).

²¹⁶ Cf. o conceito moderno: “A ZEUGMA é uma das formas da elipse. Consiste em fazer participar de dois ou mais enunciados um termo expresso apenas em um deles: Na vida, dela houve só mudança de personagens; na

postremo, aut in medio id verbum ponitur, quod sententias iungit. In primo, ut (Lucil. 139):	dá-se de três maneiras. Com efeito, essa palavra, que junta as sentenças, é posta, ou no início, ou no fim, ou no meio. No início, por exemplo, (Lucil. 139):
Vertitur oenophoris fundus, sententia nobis.	<i>Vertitur oenophoris fundus, sententia nobis</i> . ²¹⁷
In medio [ut] (Enn. Ann. 329):	No meio, [por exemplo], (Enn. <i>Ann.</i> 329):
Graecia Sulpicio sorti data, Gallia Cottae.	<i>Graecia Sulpicio sorti data, Gallia Cottae</i> ²¹⁸ .
In postremo, [ut] (Ter. Andr. 68):	No fim, [por exemplo], (Ter. <i>Andr.</i> 68):
Namque hoc tempore obsequium amicos, veritas odium parit.	<i>Namque hoc tempore obsequium amicos, veritas odium parit</i> . ²¹⁹
4. Hypozeuxis est figura superiori contraria, ubi in singulis sensibus propria unicuique clausula est, ut (Virg. Aen. 10,149):	4. Hipozêuxis é a figura contrária à anterior, onde, em períodos particulares, há uma “amarra” própria para cada um, por exemplo, (Virg. <i>Aen.</i> 10,149):
Regem adit et regi memorat nomenque genusque.	<i>Vai junto do rei e lembra o nome e a ascendência do rei</i> ²²⁰ .
5. Syllepsis est in dissimilibus clausulis	5. Silepse é, em amarras diferentes, ou

dele mudança de personagens e de cenários. Isto é: na dele **houve** mudança de personagens e de cenários. Podemos denominar SIMPLES a zeugma em que o termo omitido é exatamente o mesmo empregado na oração anterior, como no exemplo [...]. Com mais frequência, a designação aplica-se à chamada zeugma COMPLEXA, que abarca principalmente os casos em que se subentende um verbo já expresso, mas sob outra flexão. Assim: A igreja era grande e pobre. Os altares, humildes. Entenda-se: Os altares **eram** humildes” (CINTRA, CUNHA, *op. cit.*, p. 607).

²¹⁷ “É **invertida** a base do vaso pelos enóforos, a sentença, por nós”.

²¹⁸ “A Sulpício, por sorteio, a Grécia **foi dada**, a Cota, a Gália”. Na edição consultada (ENNIO, 1999, p. 94) por nós, esse verso aparece com o número 185, fazendo parte do livro X dos *Anais*.

²¹⁹ “Pois nesta época a deferência **produz** amigos, a verdade ódio”. Sintaxe difícil de se reproduzir em português, mas, em latim, tratava-se da ordem não-marcada.

²²⁰ Tradução nossa.

aut pluralis dictio singulari verbo finita,
ut (Virg. Aen. 1,553):

Sociis et rege recepto,

aut singularis dictio plurali verbo expleta,
ut (Virg. Ecl. 1,81):

Sunt nobis mitia poma,
et pressi copia lactis.

Supra enim ‘sunt’ dixit. Hic debuit dicere: ‘est et pressi copia lactis.’ 6. Fit autem Syllepsis non solum per partes orationis, sed et per accidentia partibus. Nam ubi et pro multis unus et pro uno multi ponuntur, Syllepsis est. Pro multis unus, ut est illud (Virg. Aen. 2,20):

Vterumque armato milite conplent,

uma palavra no plural encerrada num verbo no singular, por exemplo, (Virg. Aen. 1,553):

Com os sócios e o rei prestigioso,

ou uma palavra no singular completada por um verbo no plural²²¹, por exemplo, (Virg. Ecl. 1,81):

*Temos pomos doces e abundância de queijos*²²².

Com efeito, disse-se acima *sunt*. Aí se deveria dizer *est et pressi copia lactis*²²³. 6. Porém, acontece silepse não só pelas partes do discurso, mas também pelos seus acidentes. Com efeito, quando se coloca tanto um singular no lugar de um plural como o contrário, é uma silepse. Eis um exemplo de singular no lugar de plural, (Virg. Aen. 2,20):

Enchendo [...] com armas e gente [...] de guerra,

²²¹ Cf. “SILEPSE (do grego *syllipsis*, ‘ação de teunir [*sic*], de tomar em conjunto’) é a concordância que se faz não com a forma gramatical das palavras, mas com o seu sentido, com a idéia que elas expressam. Segundo a acepção originária, o termo SILEPSE deveria referir-se apenas à concordância de número. Cedo, porém, ele passou a ser aplicado a certas anomalias formais na concordância de gênero e pessoa e, hoje, abarca praticamente todo o campo da CONCORDÂNCIA IDEOLÓGICA” (CINTRA, CUNHA, 1985, p. 614).

²²² A edição moderna (VERGILI, 1969, p. 3) por nós consultada dispõe os respectivos versos da seguinte maneira: [...] *sunt nobis mitia poma, / castaneae molles et pressi copia lactis*.

²²³ A óptica que esposa Isidoro é a de que, nas frases latinas construídas com o verbo *esse* (“ser”) mais o dativo dito de “posse”, se deveria concordar o objeto possuído com o verbo. Assim, a frase acima ficaria: *sunt nobis mitia poma et est pressi copia lactis*.

cum non uno, sed multis militibus. Item pro uno multi, ut in Evangelio (Matth. 27,44): ‘Latrones qui crucifixi erant cum eo improperebant’ ubi pro uno uterque inducitur blasphemasse. 7. Anadiplosis est, quando ab eodem verbo quo prior versus finivit, sequens versus incipit, ut est illud (Virg. Ecl. 8,55):

Certent et cygnis ululae, sit Tityrus Orpheus,
Orpheus in silvis, inter delphinas Arion.

8. Anaphora est repetitio eiusdem verbi per principia versuum plurimorum, ut (Virg. Aen. 3,157):

Nos te Dardania incensa tuaque arma secuti,
nos tumidum sub te permensi classibus aequor.

9. Epanaphora est in uno versu per principia sensuum eiusdem verbi

não com um só, mas com muitos soldados²²⁴. Do mesmo modo, plural no lugar de singular, eis um exemplo, no Evangelho (Mt. 27,44): *os ladrões, que tinham sido crucificados com ele, lançavam-lhe impropérios*, onde se induz que ambos blasfemaram ao invés de um só²²⁵. 7. Anadiplose há, quando por meio da mesma palavra pela qual o verso anterior se encerrou, o verso subsequente se inicia, como é, eis um exemplo, neste caso (Virg. Ecl. 8,55):

*E pelejem corujas com cisnes, seja Títilo Orfeu,
Orfeu nas selvas, Arion entre os golfinhos.*

8. Anáfora é a repetição de uma mesma palavra no início de vários versos, por exemplo, (Virg. Aen. 3,157):

*Nos te Dardania incensa tuaque arma secuti,
nos tumidum sub te permensi classibus aequor*²²⁶.

9. Epanáfora é a repetição de uma mesma palavra no início dos períodos dentro de um só verso, por exemplo, (Virg. Aen.

²²⁴ O texto sugere que, em lugar de *armato milite* (“com soldado armado”), deveria aparecer *armatis militibus* (“com soldados armados”).

²²⁵ Aqui, dois aspectos há para se ressaltar: em primeiro lugar, essa silepse explica-se quando a passagem é confrontada com *Lc.* 23, 39-43, onde se encontra a história do “bom ladrão”. Isidoro enfatiza, portanto, seguindo *O evangelho de Lucas*, o fato de que apenas um dos ladrões blasfemava contra Jesus e não ambos. O segundo aspecto diz respeito à versão da *Bíblia* que é empregada, pois não se trata do mesmo enunciado presente na *Vulgata*, tal qual essa nos foi legada; cf. *latrones qui fixi erant cum eo inproperabant ei* (“E até os ladrões, que foram crucificados junto com ele, o insultavam”, *BJ*, 2002, p. 1756).

²²⁶ “Nós, a Dardânia incendiada, os trabalhos das armas contigo / participamos e o risco enfrentamos das ondas revoltas” (VERGÍLIO, 1983, p. 55).

repetitio, ut (Virg. Aen. 7,759):	7,759)
Te nemus Anguitiae, vitrea te Focinus unda, te liquidi flevere lacus.	<i>Te nemus Anguitiae, vitrea te Focinus unda, te liquidi flevere lacus</i> ²²⁷ .
10. Epizeuxis in uno sensu congeminiatio verbi, ut (Virg. Aen. 4,660):	10. Epizêuxis é a congeminação duma palavra no interior de um só período, por exemplo, (Virg. Aen. 4,660)
Sic sic iuvat ire per umbras.	<i>Sic sic iuvat ire per umbras</i> ²²⁸ .
11. Epanalempsis est sermonis in principio versus positi eiusdem in fine replicatio, ut est illud (Juven. 14,139):	11. Epanalepse é a replicação dum termo posto no início e no fim dum mesmo verso, por exemplo, neste caso (Juven. 14,139):
Crescit amor nummi quantum ipsa pecunia crescit.	<i>Cresce tanto o amor pelo numo quanto a própria pecúnia cresce</i> ²²⁹ .
12. Paronomasia est in significatione diversa dictio pene ipsa, ut illud: ‘Abire an obire te convenit?’ id est exulem fieri, an mori. 13. Schesis onomaton multitudo nominum coniunctorum quodam ambitu copulata, ut:	12. Paronomásia é (usar) uma fala quase idêntica, mas com significado diferente, por exemplo, neste caso: <i>Abire an obire te convenit?</i> (“Convém-te ir embora ou enfrentar?”), isto é, tornar-se um exilado ou morrer ²³⁰ . 13. <i>Schésis onomatôn</i> (σχέσις ὀνοματῶν, “relação de nomes”) é um grande número de substantivos postos lado a lado num certo período, por exemplo,

²²⁷ “Choram-te ainda as florestas escuras da Argúrcia distante, / águas do lago Fucino” (*ibid.*, p. 156).

²²⁸ “[...] assim baixarei para as sombras” (VERGÍLIO, 1983, p. 87).

²²⁹ Na edição que consultamos (PERSI ET IVVENALIS, 1992, p. 160), preferiu-se a lição *creuit* para a última palavra em lugar de *crescit*, alternativa abonada em nota.

²³⁰ Cf. PARONOMÁSIA In: HOUAISS (2001): “figura de linguagem que extrai expressividade da combinação de palavras que apresentam semelhança fônica (e/ou mórfica), mas possuem sentidos diferentes (p.ex.: *anda possuído não só por um sonho, mas pela sanha de viajar*)”.

Nubila, nix, grando, procellae, fulmina, venti.	<i>Nuvem, neve, granizo, procelas, fúlmens, ventos.</i>
14. Paromoeon est multitudo verborum ex una littera inchoantium, quale est apud Ennium (Ann. 109):	14. <i>Parómoion</i> (παρόμοιον, “aliteração”) é uma grande quantidade de palavras que começam por uma mesma letra, como é o (caso) em Ênio (<i>Ann.</i> 109):
O Tite tute Tati tibi tanta tyranne tulisti.	<i>Ó Tito tácio, tu, tirano, trouxeste-te tanto</i> ²³¹ .
Sed bene hoc temperat Virgilius, dum non toto versu utitur hanc figuram, ut Ennius, sed nunc in principio versus tantum, ut est illud (Aen. 1,295):	Mas, Virgílio modera bem isso, uma vez que usa essa figura não no verso inteiro, como Ênio, mas, ora só no início do verso, por exemplo, neste caso (<i>Aen.</i> 1,295):
Saeva sedens super arma;	<i>Saeva sedens super arma</i> ²³² ;
nunc autem in fine, ut (Aen. 3,183):	ora, porém, no fim, por exemplo, (<i>Aen.</i> 3,183)
Sola mihi tales casus Cassandra canebat.	<i>Sola mihi tales casus Cassandra canebat</i> ²³³ .
15. Homeoptoton est, quum plurima nomina per unum casum denuntiantur, ut illud (Virg. Aen. 12,903):	15. Homeoptoto há quando muitos nomes (substantivos ou adjetivos) são ordenados por terem o mesmo caso, por exemplo, aqui (Virg. <i>Aen.</i> 12,903):
Sed neque currentem, sed nec cognoscit euntem, tollentemque manu saxumque inmane moventem.	<i>Sed neque currentem, sed nec cognoscit euntem, tollentemque manu saxumque inmane</i>

²³¹ Na edição consultada (ENNIO, 1999, p. 54) por nós, esse verso aparece com o número 54, fazendo parte do livro I dos *Anais*.

²³² “[...] assentado sobre armas fatais [...]” (VERGÍLIO, 1983, p. 16). Eis o verso inteiro: *saeva sedens super arma, et centum vinctus aenis*.

²³³ “[...] Somente Cassandra tais coisas me disse”. (*ibid.*, p. 55).

*moventem*²³⁴.

16. Homoeon teleuton est, quum uno modo verba plurima finiuntur, ut (Cic. Catil. 2,1): ‘abiit, abcessit, evasit, erupit.’

17. Polyptoton est, cum diversis casibus sententia variatur, ut (Pers. 3,84):

Ex nihilo nihilum, ad nihilum nil posse reverti.

et (Pers. 5,79):

Marci Dama. Papae! Marco spondente, recusas? Marcus dixit. Ita est. Adsigna, Marce, tabellas.

18. Hirmos est sententia continuatae orationis tenorem suum usque ad ultimum servans, ut (Virg. Aen. 1,159):

16. Há homeoteleuto quando várias palavras terminam de um mesmo modo, por exemplo, (Cic. *Catil.* 2,1): *abiit, abcessit, evasit, erupit* (“afastou-se, apartou-se, arredou-se, retirou-se”)²³⁵.

17. Há poliptoto, quando se varia uma sentença com casos diferentes, por exemplo, (Pers. 3,84)

*Ex nihilo nihilum, ad nihilum nil posse reverti*²³⁶.

e também (Pers. 5,79):

*Marci Dama. Papae! Marco spondente, recusas? Marcus dixit. Ita est. Adsigna, Marce, tabellas*²³⁷.

18. Hirmos é uma sentença de um discurso encadeado que conserva o seu tom até a última (palavra), por exemplo, (Virg. *Aen.* 1,159):

²³⁴ “Mas, perturbado a tal ponto se achava, que nem saberia / como fazer para a pedra veloz atirar no inimigo” (*ibid.*, p. 272). O caso em questão é o acusativo, marcado pelas terminações *-m*.

²³⁵ Na edição que consultamos (CICERO, 1996, p. 68), encontra-se *excessit* (“sair de; afastar-se”) em lugar de *abcessit*.

²³⁶ “Do nada ao nada, em nada o nada podia tornar-se”. Tem-se, portanto, os casos ablativo, acusativo, acusativo e nominativo respectivamente. Há pequenas diferenças com a edição das *Sátiras* (PERSI ET IVVENALIS, 1992, p. 14) aqui consultada, mantém-se, no entanto, o hexâmetro datílico Cf. o presente verso *ēx nīhī|lō nīhī|lum, ad nīhī|lūm nīl| pōssē rē|uērtī* com este[...] *dē nīhī|lō nīhī|lum, in nīhī|lūm nīl| pōssē rē|uērtī*.

²³⁷ Como é afirmado na tradução inglesa das *Etimologias* (ISIDORE OF SEVILLE, 2006, p. 60), a passagem citada neste capítulo é diferente da do texto de Pérsio das edições atuais (cf., por exemplo, PERSI ET IVVENALIS, *op. cit.*, p. 20-21), com o agravante de que, não obstante o respeito à métrica (*Marcī* substitui *Marcūs*), há comprometimento quanto ao sentido, graças à presença do genitivo *Marci*. Citemos, pois, a passagem completa: *uerterit hunc dominus, momento turbinis exit / Marcus Dama. papae! Marco spondente recusas / credere tu nummos? Marco sub iudice palles? / Marcus dixit, ita est. adsigna, Marce, tabellas*. “O senhor transformara-o, num momento de turbilhão sai / Marcos Dama. Caramba! Mesmo Marcos prometendo, recusas-te / a lhe confiar as moedas? Empalideces perante a opinião de Marcos? / Marcus disse, assim é. Sela, Marcos, as tabuinhas”.

Est in secessu longo locus, insula portum,

Est in secessu longo locus, insula portum,

et reliqua. Hinc enim in longum vadit
sensus usque ad illud (Virg. Aen. 1,165):

etc. Daqui, pois, se passa a um longo
período até chegar nisto: (Virg. *Aen.*
1,165)

Horrentique atrum nemus imminet umbris.

*Horrentique atrum nemus imminet umbris*²³⁸.

19. Polysyntheton est dictio multis
concatenata coniunctionibus, ut (Virg.
Georg. 3,344):

19. Polissíndeto é uma fala concatenada
por meio de muitas conjunções²³⁹, por
exemplo, (Virg. *Georg.* 3,344)

*Tectumque, laremque,
armaque, Amicleumque canem.*

*E o teto, e o Lar,
e as armas, e o cão amicleu.*²⁴⁰

20. Dialyton vel asyntheton est figura,
quae e contrario sine coniunctionibus
solute ac simpliciter effertur, ut:
'Venimus, vidimus, placuit.' 21.
Antitheton, ubi contraria contrariis
opponuntur et sententiae pulchritudinem
reddunt, ut illud (Ovid, Met. 1,19):

20. Diálito ou assínteto é a figura que,
inversamente (à anterior), é produzida
sem conjunções, com fluência e mais
simplicidade, por exemplo, *Vimos,
vimos, gostamos.* 21. Antíteto há, quando
contrários se antepõem e dão beleza à
sentença, por exemplo, neste caso (Ovid.
Met. 1,19):

²³⁸ Eis o período completo e a respectiva tradução: *Est in secessu longo locus: insula portum / efficit obiectu laterum, quibus omnis ab alto / frangitur inque sinus scindit sese unda reductos / Hinc atque hinc vastae rupes geminique minantur / in caelum scopuli, quorum sub vertice late / aequora tuta silent; tum silvis scaena coruscis / desuper horrentique atrum nemus imminet umbra.* “Num golfo ali secreto, com seus braços / Faz porto ilha fronteira, onde a mareta / Quebra e se escoa em sinuosas rugas: / Penedia em redondo, e o céu minazes / Há dois picos irmãos, a cujo abrigo / Dorme difuso o mar; de coruscantes / Selvas prolonga-se eminente cena, / Descai de atra espessura hórrida sombra;” (VIRGÍLIO, 2005, p. 40-41).

²³⁹ “O POLISSÍNDETO (do grego *polysyndeton* ‘que contém muitas conjunções’) é o contrário do assíndeto, ou seja, é o emprego reiterado de conjunções coordenativas, especialmente das aditivas: Como uma horda de seres vivos, cobríamos gradualmente a terra. Ocupados como quem lavra a existência, e planta, e colhe, e mata, e vive, e morre, e come. [...]. Com o POLISSÍNDETO interpenetram-se os elementos coordenados; a expressão adquire assim uma continuidade, uma fluidez, que a tornam, particularmente apta para sugerir movimentos ininterruptos ou vertiginosos, [...]” (CINTRA, CUNHA, 1985, p. 612).

²⁴⁰ Em relação à edição que consultamos (VERGILI, 1969, p. 74), há apenas uma diferença de grafia entre *Amicleumque* e *Amyclaeumque*.

Frigida pugnant calidis, humentia siccis:
mollia cum duris: sine pondere habentia pondus.

*o frio pelejava com o quente, o húmido com o seco, o mole com o duro, o que não tem peso com o que o tem*²⁴¹

22. Hypallage, quotienscumque per contrarium verba intelleguntur, ut (Virg. Aen. 3,61) :

Dare classibus Austros,

cum ventis naves demus, non navibus ventos.

22. Hipálage, toda vez que se compreendem as palavras através de uma inversão, por exemplo, (Virg. Aen. 3,61)

*À frota os outros dando*²⁴²

uma vez que damos os navios aos ventos, não os ventos aos navios.

37. De tropis

1. Tropos Graeco nomine Grammatici vocant, qui Latine modi locutionum interpretantur. Fiunt autem a propria significatione ad non propriam similitudinem. Quorum omnium nomina difficillimum est adnotare, sed ex omnibus Donatus tredecim usui tradenda conscripsit. 2. Metaphora est verbi alicuius usurpata translatio, sicut cum dicimus ‘fluctuare segetes’ ‘gemmae vites’ dum in his rebus fluctus et gemmas non invenimus, in quibus haec verba aliunde transferuntur. Sed hac atque aliae

37. Dos tropos

1. Com o substantivo grego *tropos* (“figuras de pensamentos”), os gramáticos chamam aquilo que, em Latim, se traduz como *modos de expressão*. Porém, acontecem partindo de um sentido próprio até uma semelhança não própria. É difícilimo assinalar os nomes de todos os casos, mas Donato listou os treze mais recomendáveis de se usar. 2. Metáfora é a translação empregada de algumas palavras, assim como quando dizemos *fluctuare segetes* (“ondear as aradas”), *gemmae vites* (“lustrar videiras”), uma vez que não encontramos nessas coisas *fluctus* (“onda”) e *gemma* (“jóia”), às quais, doutro lugar, as palavras são transferidas.

²⁴¹ A edição que consultamos (OVID, 1944, p. 2) traz a lição *umentia* em lugar de *humentia*.

²⁴² VIRGÍLIO, 2005, p. 82.

tropicae locutiones ad ea, quae intellegenda sunt, propterea figuratis amictibus obteguntur, ut sensus legentis exerceant, et ne nuda atque in promptu vilescant. 3. Fiunt autem metaphorae modis quattuor: ab animali ad animale, ut:

Aligeros conscendit equos.

Metaphorice loquens miscuit quadrupedi alas avis, et (Virg. *Ecl.* 6,80):

Quo cursu deserta petiverit;

miscuit volatili cursum quadrupedis. Ab inanimato ad inanimale, ut

Pontum pinus arat, sulcum premit alta carina.

Miscuit usum terrae aquis, dum arare et sulcum premere ad terram pertineat, non ad mare. 4. Ab inanimato ad animale, ut

Mas essas e outras locuções trópicas estão encobertas em relação àquilo que deve ser compreendido e, por conseqüência, estão em vestes figuradas, para que perturbem os sentidos do leitor e não se tornem vis, desnudadas e em evidência. 3. No entanto, as metáforas acontecem de quatro modos: de animado para animado, por exemplo:

Montou em cavalos alados.

Falando metaforicamente, misturaram-se asas (próprias) de ave a um quadrúpede, e também (Virg. *Ecl.* 6,80):

*com sua carreira terá atingido os desertos*²⁴³;

(aqui) se misturou a carreira dum quadrúpede a um pássaro. (Outro tipo de metáfora é) de inanimado para inanimado, por exemplo,

O pinheiro ara o mar, a quilha profunda preme-lhe regos.

Misturou-se a utilização que é própria da terra à das águas, já que “arar” e “premir regos” diz respeito à terra, não ao mar. 4. De inanimado a animado, por exemplo,

²⁴³ Faz-se referência, aqui, a personagem mitológica Filomela, filha do lendário rei de Atenas Pandião, transformada em andorinha, segunda a tradição grega, ou em rouxinol, segundo os autores latinos (cf. HOWATSON, 1995, p. 433).

‘florida iuventus’: miscuit flores
inanimales iuventuti, quae animam habet.

Ab animali ad inanimale, ut:

*Tu, Neptune pater, cui tempora cana crepanti
cincta salo resonant, magnus cui perpete mento
profluit Oceanus, et flumina crinibus errant.*

Mentum enim, tempora et crines non ad
Oceanum pertinent, sed ad homines. 5.
Sic et alia rerum nomina de alio genere
in aliud genus decentissime decoris gratia
transferuntur, ut oratio perornetur.
Metaphora autem aut partis unius est, ut
‘fluctuare segetes’ (non potes dicere
‘segetare fluctus’), aut antistropha est, id
est reciproca, ut ‘remigium alarum.’ Nam
et alae navium et alarum remigia
dicuntur. 6. Catachresis est alienae rei
nomen adpositum. Haec et a metaphora
differt, quod illa vocabulum habenti
largitur, haec, quia non habet proprium,

florida iuventus (“juventude florida”):
misturaram-se inanimadas flores à
juventude, que tem alma. De animado
para inanimado, por exemplo,

*Tu, Netuno pai, cujas tēmporas de cabelos
brancos, envoltas pelo estrépito do mar, ressoam,
a ti, por tua barba contínua, flui o grande
Oceano, e vagam, por teus cabelos, os flumens*

Com efeito, “barba”, “tēmpora” e
“cabelos” não dizem respeito ao Oceano,
mas às pessoas. 5. Assim, graças ao mais
decente decoro, também outros nomes de
coisas de outro gênero são deslocados
para outro, a fim de que a expressão se
encha de ornamento. Porém, ou a
metáfora é de uma só parte, por exemplo,
fluctuare segetes (“ondear as aradas”;
não podes dizer *segetare fluctus* “arar as
ondas”); ou é antístrofe, isto é,
recíproca, por exemplo, *remigia alarum*
 (“remos das asas”)²⁴⁴. Com efeito, diz-se
tanto “asas dos remos” quanto “remos
das asas”. 6. Catacrese é um nome
colocado a uma coisa alheia. Difere da
metáfora, uma vez que aquela amplifica
o vocábulo de algo que já tem nome,
esta, porque não a coisa não tem um

²⁴⁴ “figura baseada nas diferenças de sentido que resultam da associação das mesmas palavras em um mesmo tipo de construção sintática, invertendo-se-lhes a ordem (como em *A filosofia da miséria* e *A miséria da filosofia*)” (ANTÍSTROFE In: HOUAISS, 2001).

alieno utitur, ut (Virg. Georg. 2,131):

nome próprio, faz uso de um outro, por exemplo, (Virg. *Georg.* 2,131)

Faciemque simillima lauro;

E, quanto à face, [uma árvore] parecidíssima ao louro;

et (Virg. Aen. 5,157):

e também (Virg. *Aen.* 5,157):

Centaurus; nunc una ambae iunctisque feruntur frontibus, et longa sulcant vada salsa carina;

*Centauro, ora ambas ao mesmo tempo se movem com as frentes coladas e sulcam, com a longa quilha, as ondas amargas.*²⁴⁵

dum facies et frons tantundem animalium et hominum sit. Quod nomen si poeta navi non adposuisset, quod proprium eidem parti diceret, non haberet. 7. Metalempsis est tropus a praecedente quod sequitur, ut (Pers. 3,11):

apesar de que “faces” e “frentes” são próprias de pessoas e de animais. Se o poeta não tivesse associado tal palavra ao navio, a qual seria própria para denominar aquela mesma parte, não haveria (outra)²⁴⁶. 7. Metalepse é o tropo em que o seguinte parte de (seu) precedente²⁴⁷, por exemplo, (Pers. 3,11)

²⁴⁵ Tradução nossa. O período completo noutra tradução, cf.: Voa na frente dos outros, rompendo o clamor dos presentes / Gias por cima das ondas, seguido de perto por Cloanto / com remadores de fama. Porém, dado o peso da nave, / custa a avançar. Depois destes e sempre na mesma distância / vêm a Baleia e o Centauro, no afã de tomar a dianteira. / Ora a Baleia se adianta, ora a vence o Centauro possante; / mas logo logo de novo emparelham, bem juntas as proas, / e mui galhardas apartam com as quilhas as salsas campinas. (*Effugit ante alios primisque elabitur undis / turbam inter fremitumque Gyas; quem deinde Cloanthus / consequitur, melior remis, sed pondere pinus / tarda tenet. post hos aequo discrimine Pristis / Centaurusque locum tendunt superare priorem / et nunc Pristis habet, nunc uictam praeterit ingens / Centaurus, nunc una ambae iunctisque feruntur / frontibus et longa sulcant vada salsa carina*).

²⁴⁶ Atualmente, há quem divirja a respeito do que seja uma catacrese. Cf. CATACRESE In: HOUAISS: “[...] metáfora já absorvida no uso comum da língua, de emprego tão corrente que não é mais tomada como tal, e que serve para suprir a falta de uma palavra específica que designe determinada coisa; abuso (p.ex.: *braços* de poltrona; *cair* num logro; *dentes* do serrote; *nariz* do avião; *pescoço* de garrafa; virar um vaso de *cabeça* para baixo etc.)” e Bechara (2001, p. 399): “[...] translação do significado por esquecimento do significado original: *panacéia universal* (*panacéia* ‘remédio para todos os males’ já tem no elemento *pan-* a idéia de universalidade, generalidade), *etimologia verdadeira*, *abismo sem fundo*, *anedota inédita*, *correta ortografia*, *bela caligrafia*, *caldo quente*, *homicida do vizinho*, *hecatombe de almas*, *embarcar no trem*, *calçar as luvas*. Produtos correntes da translação de significado, as catacreses são fatos normais que só devem ser evitados quando a noção primitiva ainda estiver patente para o falante”.

²⁴⁷ Cf. a definição moderna de metalepse: “1. tropo da ordem das metonímias em que se faz perceber uma causa, exprimindo a sua conseqüência e vice-versa, ou se faz entender a coisa significada por um sinal (*o suor do teu rosto* por ‘teu esforço’; *respeito os teus cabelos brancos* por ‘a tua maturidade ou velhice’); por vezes, traslada-se o sentido de toda uma oração (*lembra-te de que a mensalidade vence hoje* por ‘paga-a’) 2. tropo da

Quaeve manus cartae nodosaque venit arundo.

e às folhas vêm a mão e a caneta nodosa.

Nam per manum verba, per arundinem litterae significatae sunt. 8. Metonymia, transnominatio ab alia significatione ad aliam proximitatem translata. Fit autem multis modis. Aut enim per id, quod continet, id, quod continetur, ostendit, ut ‘theatra plaudunt’ ‘prata mugiunt’ dum illic homines plaudunt, hic boves mugiant; aut contra per id, quod continetur, id, quod continet, ut (Virg. Aen. 2,311):

Com efeito, com “mão”, significaram-se as “palavras”, com *arundo* (“caneta”), as “letras”. 8. Metonímia, a transnominatio transferida de um sentido a outro próximo. Porém, acontece de muitas maneiras. Com efeito, ou através de uma coisa, que contém outra, mostra-se uma coisa que é contida noutra, por exemplo, *theatra plaudunt* (“os teatros aplaudem”), *prata mugiunt* (“os prados mugem”); apesar de que, naquele, são pessoas que aplaudem; neste, são bois que mugem. Ou, inversamente, através de uma coisa, que está contida noutra, mostra-se uma coisa, que contém outra, por exemplo, (Virg. *Aen.* 2,311):

Vcalegon; *Iam proximus ardet*

Ucalegonte; *Bem próximo ardia*

dum non ille, sed domus eius arderet. 9. Item per inventorem id, quod inventum est, ut (Ter. *Eun.* 732):

apesar de que não era ele, mas sua casa que arderia. 9. Igualmente, pelo inventor, mostra-se algo que foi inventado, por exemplo, (Ter. *Eun.* 732):

Sine Cerere et Libero friget Venus;

Sem Ceres e Liber, Vênus afroixa;

et (Virg. *Aen.* 9,76):

e também (Virg. *Aen.* 9,76):

ordem das metonímias que consiste na substituição de um termo por outro, utilizando uma ou mais metonímias e/ou metáforas intermediárias (*depois de tantas espigas* [Vergílio], onde *espiga* vale por ‘colheita’ e esta por ‘verão’). (METALEPSE In: HOUAISS, 2001).

Connixtam Vulcanus mittit ad astra favillam.

*Vulcano envia a favilha misturada aos astros*²⁴⁸.

Vult enim per Cererem frumenti Com efeito, por Ceres²⁴⁹, inventora do
inventricem intellegere panem, per cereal, quer que se entenda o pão; por

²⁴⁸ Tradução nossa. Há pequena diferença entre esse verso citado e aquele que apresentam as edições modernas da Eneida: *taeda et connixtam Vulcanus ad astra favillam*.

²⁴⁹ Ceres [*Cerēs, -eris*] “[...] é a deusa dos grãos e dos frutos e mãe de Prosérpina, identificada com Deméter” (*The goddess of grain and fruits and mother of Proserpina, identified with Demeter; OLD, 1968, p. 301*). Deméter [*Dēmētēr (Δημήτηρ)*] “[...] uma das grandes divindades dos gregos. Muitos supõem que o nome Deméter é o mesmo que γῆ μήτηρ, isto é, mãe-terra, enquanto outros consideram Deo, sinônimo de Deméter, estar relacionado a δαίς e δαίνυμι e como derivada da palavra cretense δηράί, cevada, de modo que Deméter seria a mãe ou provedora da cevada ou do alimento em geral. Essas duas etimologias, no entanto, não sugerem nenhuma diferença no caráter da deusa, mas o representam. Deméter era a filha de Cronos e Réia, irmã de Héstita, Hera, Hades, Posêidon e Zeus. Como os outros filhos de Cronos, ela foi devorada por seu pai, mas ele a pôs para fora de novo, depois de tomar o emético que Métis lhe dera. Através de seu irmão Zeus, Deméter tornou-se mãe de Perséfone (Prosérpina) e Dioniso e, através de Posêidon, mãe de Despina e do cavalo Arion. A parte mais proeminente do mito de Deméter é o rapto de sua filha Perséfone por Plutão, e essa história não apenas sugere a idéia central incorporada em Deméter, mas também direciona nossa atenção para bases principais de seu culto. Zeus, sem o conhecimento de Deméter, prometeu Perséfone a Plutão e, enquanto a inocente garota recolhia flores, as quais Zeus fez crescer a fim de tentá-la e favorecer o esquema de Plutão, a terra subitamente se abriu e ela foi conquistada por Hades (Plutão). Seus gritos de aflição só foram ouvidos por Hécate e Hélios. Sua mãe, que apenas ouviu um eco de sua voz, imediatamente se pôs a buscá-la. O lugar específico a partir do qual se acredita que Perséfone foi levada para o submundo é diferente em tradições diferentes [...]. Os romanos receberam o culto de Deméter, a quem aplicaram o nome de Ceres, a partir da Sicília. O primeiro templo de Ceres em Roma foi prometido pelo ditador A. Postúmio Albino, em 496 a.C., com o propósito de evitar uma escassez de alimentos que ameaçava os romanos durante a guerra com os latinos. [...] É quase impossível explicar o nome Ceres a partir da língua latina. Sérvio informa-nos que Ceres, Pales e Fortuna eram penates dos etruscos, e pode ser que os romanos tenham aplicado a Deméter o nome de uma divindade de natureza similar, cujo culto se extinguiu na seqüência e não deixou nenhum traço, exceto o nome Ceres” ([...] *one of the great divinities of the Greeks. The name Demeter is supposed by some to be the same as γῆ μήτηρ, that is, mother earth, while others consider Deo, which is synonymous with Demeter, as connected with δαίς and δαίνυμι, and as derived from the Cretan word δηράί, barley, so that Demeter would be the mother or giver of barley or of food generally. These two etymologies, however, do not suggest any difference in the character of the goddess, but leave it essentially the same. Demeter was the daughter of Cronus and Rhea, and sister of Hestia, Hera, Aides, Poseidon, and Zeus. Like the other children of Cronus she was devoured by her father, but he gave her forth again after taking the emetic which Metis had given him. By her brother Zeus, Demeter became the mother of Persephone (Proserpina) and Dionysus, and by Poseidon of Despoena and the horse Arion. The most prominent part in the mythus of Demeter is the rape of her daughter Persephone by Pluto, and this story not only suggests the main idea embodied in Demeter, but also directs our attention to the principal seats of her worship. Zeus, without the knowledge of Demeter, had promised Persephone to Pluto, and while the unsuspecting mai-den was gathering flowers which Zeus had caused to grow in order to tempt her and to favour Pluto's scheme, the earth suddenly opened and she was carried off by Aidoneus (Pluto). Her cries of anguish were heard only by Hecate and Helios. Her mother, who heard only the echo of her voice, immediately set out in search of her daughter. The spot where Persephone was believed to have been carried into the lower world is different in the different traditions; [...] The Romans received the worship of Demeter, to whom they applied the name of Ceres, from Sicily. The first temple of Ceres at Rome was vowed by the dictator A. Postumius Albinus, in b. c. 496, for the purpose of averting a famine with which Rome was threatened during a war with the Latins. [...]*

Liberum inventorem vitis vinum, per Venerem libidinem, per Vulcanum ignem. At contra per inventum inventorem demonstrat, ut (Plaut. frag. 159):

Vinum precamur,

pro Libero, qui vinum apud Graecos invenit. 10. Item per efficientem, id quod efficitur, sicut ‘pigrum frigus’ quod pigros homines faciat, et ‘timor pallidus’ eo quod pallidos homines reddat. At contra per id quod efficitur, efficiens, ut (Virg. Aen. 5,817):

Iungit equos auri genitor spumantiaque addit frena feris.

Líber²⁵⁰, inventor da videira, o vinho; por Vênus, a libido; por Vulcano, o fogo. Ou, inversamente, pelo invento, se demonstra o inventor, por exemplo, (Plaut. frag. 159):

Invocamos o vinho.

em lugar de Líber, que inventou o vinho entre os gregos. 10. De mesmo modo, pelo produtor, mostra-se o que é produzido, assim como *pigrum frigus* (“frio preguiçoso”), uma vez que torna as pessoas preguiçosas; e *timor pallidus* (“temor pálido”), pelo fato de que deixa as pessoas pálidas. Ou, inversamente, através daquilo que é produzido, mostra-se o produtor, por exemplo, (Virg. Aen. 5,817)

Ao carro atrela os fogosos cavalos, os freios espúmeos, lhe põe na boca.

The name Ceres can scarcely be explained from the Latin language. Servius informs us, that Ceres, Pales, and Fortuna were the penates of the Etruscans, and it may be that the Romans applied to Demeter the name of a divinity of a similar nature, whose worship subsequently became extinct, and left no trace except the name Ceres; SMITH, 1867, v. 1, p. 959-961).

²⁵⁰ “LÍBER. Esse nome, ou *Liber pater*, é freqüentemente aplicado pelos poetas romanos ao grego Baco ou Dioniso, os quais eram, por isso, vistos como idênticos ao italiano Líber. Cícero (*de Nat. Deor.* II.24), no entanto, muito corretamente distingue entre Dioniso (o grego Líber) e o Líber que era cultuado, juntamente com Ceres e Líbera, pelos primeiros italianos. Líber e a feminina Líbera eram antigas divindades italianas que cuidavam do cultivo do vinho e da fertilidade dos campos; e disso aparece a combinação de seu culto com o de Ceres” (*LIBER. This name, or Liber pater., is frequently applied by the Roman poets to the Greek Bacchus or Dionysus, who was accordingly regarded as identical with the Italian Liber. Cicero (de Nat. Deor. ii. 24), however, very justly distinguishes between Dionysus (the Greek Liber) and the Liber who was worshipped by the early Italians in conjunction with Ceres and Libera. Liber and the feminine Libera were ancient Italian divinities, presiding over the cultivation of the vine and fertility of the fields; and this seems to have given rise to the combination of their worship with that of Ceres; ibid., v. 2, p. 776-7).*

<p>‘Spumantia frena’ dixit, cum utique non ipsa faciant spumas, sed equus, qui ea gerit, spumis conspargat infusus. 11. Antonomasia est pro nomine, id est vice nominis posita, ut ‘Maia genitus’ pro Mercurio. Qui tropus fit modis tribus: ab animo, ut (Virg. Aen. 5,407):</p>	<p>Disse <i>spumantia frena</i> (“freios espúmeos”), porque, sobretudo, as próprias não fazem espumas, mas o cavalo que as faz, porque, tendo elas sido derramadas, ele as espalha. 11. Antonomásia acontece no lugar de um nome, isto é, posta em troca do nome, por exemplo, <i>Maia genitus</i> (“gerado por Maia”) no lugar de Mercúrio²⁵¹. Esse tropo dá-se de três modos: a partir do espírito, por exemplo, (Virg. Aen. 5,407):</p>
<p>Magnanimusque Anchisiades;</p>	<p><i>E o magnânimo de Anquises</i>²⁵²</p>
<p>a corpore, ut (Virg. Aen. 3,619):</p>	<p>a partir do corpo, por exemplo, (Virg. Aen. 3,619)</p>
<p>Ipsae arduus;</p>	<p><i>O muito alto</i>²⁵³;</p>
<p>extrinsecus, ut (Virg. Aen. 1,475):</p>	<p>de algo externo, por exemplo, (Virg. Aen. 1,475)</p>
<p>Infelix puer atque inpar congressus Achilli.</p>	<p><i>Infeliz combate e garoto incomparável a Aquiles</i>²⁵⁴</p>

²⁵¹ Mercúrio [*Mercurius*], “[...] uma divindade romana do comércio e do ganho, possivelmente um dos *dii lucrii*. [...] Um templo foi-lhe construído nos primórdios de 495 a.C., próximo ao Circo Máximo, e um altar para o deus existiu próximo a Porta Capena, de lado de uma fonte [...]. Os romanos de tempos depois identificaram Mercúrio, o patrono dos mercadores e dos negociantes, com o grego Hermes, e transferiram todos os atributos e mitos desse último ao primeiro, embora os feciais jamais tenham reconhecido a identidade e, em lugar dos caduceus, usavam um ramo sagrado como emblema da paz” ([...] *a Roman divinity of commerce and gain, probably one of the dii lucrii*. [...] *A temple was built to him as early as b. c. 495, near the Circus Maximus; and an altar of the god existed near the Porta Capena, by the side of a well; [...] The Romans of later times identified Mercurius, the patron of merchants and tradespeople, with the Greek Hermes, and transferred all the attributes and myths of the latter to the former, although the Fetiales never recognised the identity; and instead of the caduceus used a sacred branch as the emblem of peace*; SMITH, 1867, v. 2, p. 1046). A despeito disso, a identificação já se tornava lugar-comum, como se comprova pela associação que Isidoro faz entre “filho de Maia”, ou seja, Hermes, e Mercúrio.

²⁵² Tradução nossa. Referência a Enéas.

²⁵³ Tradução nossa. Referência a Ciclope.

²⁵⁴ Tradução nossa. Referência a Heitor.

12. Epitheton, supra nomen. Praeponitur enim proprio nomini, ut ‘alma Ceres’ (Virg. Georg. 1,470):

Obsceniue canes, inportunaeque volucres.

Inter antonomasiam autem et epitheton hoc differt, quod antonomasia pro vice nominis ponitur, epitheton autem numquam est sine nomine. Quibus duobus tropis vel vituperamus aliquem, vel ostendimus, vel laudamus. 13. Synecdoche est conceptio, cum a parte totum, vel a toto pars intellegitur. Eo enim et per speciem genus, et per genus species demonstratur [sed species pars est, genus autem totum]. A toto enim pars intellegitur, ut (Virg. Aen. 6,311):

Quam multae glomerantur aves, ubi frigidus annus pontum fugat.

12. Epíteto, um acréscimo ao nome. Com efeito, é preposto a um nome próprio, por exemplo, *alma Ceres* (“nutriz Ceres”), (Virg. *Georg.* 1,470)

*cães **sinistros** e aves **perigoras***²⁵⁵.

Há, porém, uma diferença entre a antonomásia e o epíteto, pois a antonomásia é posta no lugar de um nome, já o epíteto nunca aparece sem um nome. Por meio desses dois tropos, ou vituperamos, ou anunciamos, ou elogiamos alguém. 13. Sinédoque é uma ação de conter, quando se depreende o todo da parte e vice-versa²⁵⁶. Com efeito, por meio desse tropo, se demonstra tanto o gênero pela espécie quanto a espécie pelo gênero [mas a espécie é uma parte, o gênero, todavia, o todo]. Com efeito, depreende-se a parte pelo todo, por exemplo, (Virg. *Aen.* 6, 311):

*Quantas as aves que se aglomeram, quando o frígido ano foge para o mar*²⁵⁷.

²⁵⁵ A edição moderna (VERGILI, 1969, p. 44) consultada por nós traz a lição *obscenaeque canes* (“cadela perigosas”).

²⁵⁶ Cf. SINÉDOQUE In: HOUAISS (2001): “tipo especial de metonímia baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra us. e o conteúdo ou referente mentado; os casos mais comuns são: parte pelo todo: *braços para a lavoura* por ‘homens, trabalhadores’; gênero pela espécie ou vice-versa: *a sociedade* por ‘a alta sociedade’, *a maldade do homem* por ‘da espécie humana’; singular pelo plural ou vice-versa: *é preciso pensar na criança* por ‘nas crianças’”.

²⁵⁷ Tradução nossa.

Non enim totus annus frigidus est, sed pars anni, id est hiems. At contra a parte totum, ut (Virg. Aen. 2,256):

Flammas cum regia puppis
extulerat.

Vbi non solum puppis, sed navis, et non navis, sed qui in ea, et non omnes, sed unus flammas extulit. 14. Onomatopoeia est nomen adfectum ad imitandum sonum vocis confusae, ut ‘stridor valvarum’ ‘hinnitus equorum’ ‘mugitus boum’ ‘balatus ovium.’ 15. Periphrasis est circumloquium, dum res una plurimis verbis significatur, ut (Virg. Aen. 1,387):

Auras vitales carpit.

Significavit enim per copulationem verborum unam rem, hoc est vivit. Hic autem tropus geminus est. Nam aut

Com efeito, não é o ano todo que é frio, mas uma parte do ano, isto é, o inverno. Mas, por outro lado, (depreende-se) o todo pela parte, por exemplo, (Virg. Aen. 2,256):

sinal flâmeo içã à ré²⁵⁸ e a capitânia régia

onde não somente a ré, mas o navio, e não o navio, mas aqueles que estavam nele, e não todos, mas um só içou o sinal flâmeo. 14. Onomatopéia é uma palavra inventada para imitar o som de barulhos confusos, por exemplo, *stridor valvarum* (“o estridor das portas”), *hinnitus equorum* (“o relincho dos cavalos”); *mugitus boum* (“o mugido dos bois”); *balatus ovium* (“o balido das ovelhas”). 15. Perífrase é um circunlóquio, na medida em que uma única coisa é referida por muitas palavras, por exemplo, (Virg. Aen. 1,387):

Ceifa as auras vitais²⁵⁹.

Com efeito, referiu-se a uma só coisa por meio da reunião de palavras, ou seja, *uiuít* (“viveu”). Porém, esse é um duplo tropo, pois, por um lado, produz uma

²⁵⁸ Tradução de Odorico Mendes (VIRGÍLIO, 2005, p. 63).

²⁵⁹ Tradução nossa.

veritatem splendide producit, aut foeditatem circuitu evitat. Veritatem splendide producit, sicut (Virg. Aen. 4,584 = 9,459):

*Et iam prima novo spargebat lumine terras
Tithoni croceum linquens Aurora cubile.*

Vult enim dicere: ‘iam luciscebat’ aut: ‘dies ortus erat.’ Foeditatem circuitu devitat, sicut (Virg. Aen. 8,405):

*Placitumque petivit
coniugis infusus gremio.*

Hoc enim circuitu evitat obscenitatem et decenter ostendit concubitum. 16. Hyperbaton transcensio, cum verbum aut sententia ordine commutatur. Huius species quinque: anastrophe, hysteron proteron, parenthesis, tmesis, synthesis.

verdade com elegância; por outro, evita uma fealdade com um rodeio. Produz uma verdade com elegância deste modo (Virg. Aen. 4,584 = 9,459):

*Já a nova Aurora saltara do leito do cróceo Titono
para a luz bela espargir pelo mundo e de cores orná-lo²⁶⁰.*

De fato, quer dizer: *iam luciscebat* (“já começava a luzir, amanhecia”), ou *dies ortus erat* (“nascia o dia”). A fealdade evita-se com um rodeio deste modo (Virg. Aen. 8,405):

*E pediu um agrado
à consorte agarrado ao grêmio²⁶¹*

De fato, com esse rodeio, evita-se a obscenidade e mostra-se, com decência, o coito. 16. Hipérbato é uma transposição, quando uma palavra ou sentença são mudadas quanto à ordem²⁶². Dessa, há cinco tipos: anástrofe, *hísteron-próteron*, parêntese, tmese,

²⁶⁰ VERGÍLIO, 1983, p. 85.

²⁶¹ Tradução nossa.

²⁶² Cf. a definição de Cintra e Cunha (1985, p. 610): “HIPÉRBATO (do grego *hypérbaton* ‘inversão’, ‘transposição’) é a separação de palavras, que pertencem ao mesmo sintagma, pela intercalação de um membro frásico, como nestes passos: **Essas** que ao vento vêm / **Belas chuvas de junho!** [...]. Em sentido corrente, porém, hipérbato é termo genérico para designar toda inversão da ordem normal das palavras na oração, ou da ordem das orações no período, com finalidade expressiva”.

Anastrophe est verborum ordo praeosterus, ut: ‘litora circum’ pro ‘circum litora.’ 17. Hysteron proteron sententia ordine mutata ut (Virg. *Aen.* 3,662):

Postquam altos tetigit fluctus, et ad aequora venit.

Antea enim ad aequora venit, et sic tetigit fluctus. 18. Parenthesis, ubi interponimus sententiam nostram, qua ex medio remota integer sermo perdurat, ut (Virg. *Aen.* 1,643):

Aeneas (neque enim patrius consistere mentem passus amor) rapidum ad naves praemittit Achaten.

síntese. Anástrofe é uma ordem das palavras invertida²⁶³, por exemplo, *litora circum* (“nas redondezas do litoral”), ao invés de *circum litora*. 17. *Hísteron-próteron* é uma sentença mudada quanto à ordem²⁶⁴, por exemplo, (Virg. *Aen.* 3,662):

*Depois que tocou as ondas profundas, chegou ao mar*²⁶⁵.

Com efeito, antes disso, (ele) atingiu o mar e, então, tocou as ondas. 18. Parêntese, quando interpomos uma sentença nossa, a despeito da qual, uma vez removida do intermédio, o discurso permanece intacto, por exemplo, (Virg. *Aen.* 1,643):

*Enéas (pois, o amor paterno, inquieto, não acalma seu espírito) rápido, envia na frente Acaten às naus*²⁶⁶.

²⁶³ Sobre a anástrofe, cf. Cintra e Cunha (*op.cit.*, p. 610): “ANÁSTROFE (do grego *anastrophé* ‘mudança de posição’, ‘inversão’, ‘transposição’) é o tipo de inversão que consiste na anteposição do determinante (PREPOSIÇÃO + SUBSTANTIVO) ao determinado, como nestes passos: Vingai a pátria ou valentes / **Da pátria** tombai **no chão!** [...]”. À diferença da definição isidoriana, na qual a anástrofe é uma subcategoria do hipérbato, as dos gramáticos modernos não mantêm ambos – embora relacionados, e não obstante o uso genérico do termo hipérbato a toda forma de inversão da ordem direta –, sob uma relação hierárquica. Por exemplo, Bechara (2001, p. 582): “A ordem que saia do esquema SVC (sujeito - verbo – complemento) se diz *inversa* ou *ocasional*. Chama-se *anástrofe* a ordem inversa que colide com a norma geral da colocação: *De teus olhos a cor vejo eu agora*. Quando a colocação chega a prejudicar a clareza da mensagem, pela disposição violenta dos termos, diz-se que há um *hipérbato*: *a grita se levanta ao céu da gente* por *a grita da gente se levanta ao céu*. Diziam os retóricos [*sic*] que o hipérbato era a forma de expressões da paixão”.

²⁶⁴ Do adjetivo grego no gênero neutro, *hýsteron* (ὕστερον, “que vem ou está atrás”), posto ao lado de outro, também no gênero neutro, *próteron* (πρότερον, “que vem antes, em primeiro lugar”). Também conhecida como *hísterologia* (ὕστερολογία, “hísterologia”).

²⁶⁵ Tradução nossa.

[Est enim ordo: Aeneas rapidum praemittit Achaten.] Nam illud in medio parenthesis est. 19. Tmesis est sectio unius nominis per interpositionem verborum, ut (Virg. Aen. 1,412):

Multum nebulae circum dea fudit amictum,

pro ‘circumfudit.’ 20. Synthesis [est], ubi ex omni parte confusa sunt verba, ut illud (Virg. Aen. 2,348):

*Iuvenes, fortissima frustra
pectora, si vobis audendi extrema cupido
est certa sequi, quae sit rebus fortuna videtis.
Excessere omnes aditis arisque relictis
dii, quibus inperium hoc steterat; succurritis urbi
incensae; moriamur et in media arma ruamus.*

[De fato, a ordem é: *Aeneas rapidum praemittit Achaten*. (“Enéias, rápido, envia na frente Acates”)] Com efeito, aquilo que está no meio é um parêntese²⁶⁷. 19. Tmesis é a divisão de um só nome por meio de uma intercalação de palavras, por exemplo, (Virg. Aen. 1,412):

*Multum nebulae circum dea fudit amictum*²⁶⁸,

no lugar de *circumfudit* (do verbo *circumfundere*, “circunfundir”). 20. Síntese há, quando as palavras de todo um excerto estão misturadas, como neste (caso) (Virg. Aen. 2,348):

*juvens, peitos mui arrojados em vão,
se vos há o desejo de seguir a mim, temerário, ao
fim certo, vedes qual fortuna há nas coisas:
foram-se dos áditos e dos altares restantes todos
os deuses, nos quais este império se apoiara;
socorreis à urbe ardente; morramos e arrojamo-
nos por entre as armas*²⁶⁹.

²⁶⁶ Tradução nossa.

²⁶⁷ Conforme a definição presente em Bechara (2001, p. 612), os parênteses “[...] assinalam um isolamento sintático e semântico mais completo dentro do enunciado, além de estabelecer maior intimidade entre o autor e o seu leitor. Em geral, a inserção do parêntese é assinalada por uma entonação especial”.

²⁶⁸ Há diferenças, neste verso, em relação às edições modernas de Virgílio: *at Venus obscuro gradientes aere saepsit, / et multo nebulae circum dea fudit amictu* (“Vênus, porém, envolveu os viandantes de espessa neblina, / à volta deles mais névoa **adensando** [...]”; grifos nossos; VERGÍLIO, 1983, p. 19).

²⁶⁹ Tradução nossa. Algumas diferenças há, no segundo verso, entre a passagem aqui citada por Isidoro e as edições modernas do texto virgiliano. As duas versões, no entanto, divergem apenas em seu conteúdo semântico, pois do ponto de vista métricos, ambas formam um hexâmetro datílico. Compare, por exemplo, o verso que aparece aqui: *pēctōrā|, sī uō|bīs āu|dēndīex|trēmā cŭ|pīdōest*; com o das edições modernas da Eneida: *pēctōrā|, sī uō|bīs āu|dēntem̄ex|trēmā cŭ|pīdō*. A primeira versão baseia-se na seguinte sintaxe: *sī uobis audendi cupido est sequi*, cuja tradução poderia ser “se vos há o desejo de ousar (*audendi*) seguir-me”; enquanto a outra apresenta: *si uobis audentem cupido sequi*, traduzível por “se vos há o desejo de seguir a mim, temerário (*audentem*)”. Na seqüência das *Etimologias*, no entanto, quando esse verso é transformado em prosa, a lição com *audentem* prevalece. Por fim, chama atenção o fato de ter sido expresso, tanto na forma

Ordo talis est: ‘Iuvenes fortissima pectora, frustra succurritis urbi incensae, quia excesserunt dii. Vnde si vobis cupido certa est me sequi audentem extrema, ruamus in media arma et moriamur.’ 21. Hyperbole est excelsitas fidem excedens ultra quam credendum est, ut (Virg. Aen. 3,423):

Sidera verberat unda;

et (Virg. Aen. 1,107):

Terram inter fluctus aperit.

Hoc enim modo ultra fidem aliquid augetur, nec tamen a tramite significandae veritatis erratur, quamvis verba quae indicantur excedant, ut voluntas loquentis, non fallentis appareat. Quo tropo non solum augetur aliquid, sed et minuitur: augetur, ut ‘velocior Euro’: minuitur, ut ‘mollior pluma’ ‘durior

Tal é a ordem: “Jovens, peitos mui arrojados, em vão socorreis à urbe ardente, porque se foram os deuses. Donde se vos há o desejo certo de seguir a mim, temerário, até o fim, arrojamos por entre as armas e morramos” 21. Hipérbole é um exagero que excede a fé para além do que é crível, por exemplo, (Virg. Aen. 3,423):

*A onda açoita os astros*²⁷⁰;

e também (Virg. Aen. 1,107):

*[a onda, entreabrindo-se,] descobre a terra entre o mar*²⁷¹.

Com efeito, aumenta-se algo de tal modo que ultrapassa a fé mas, todavia, não se afasta da senda de uma verdade demonstrável, a ponto de parecer ser a vontade de enganar, e não de falar, embora as palavras ultrapassassem aquilo que é indicado. Por esse tropo, não só se aumenta algo, mas também se diminui, por exemplo, em *uelocior Euro* (“mais veloz que o Euro”)²⁷² se aumenta; diminui-se, por exemplo, *mollior pluma*

versificada quanto na prosaica, presentes aqui, o verbo *esse* (“ser”), ausente nas edições modernas da Eneida. Tratar-se-ia de alguma dificuldade de compreensão, nesse contexto, no caso de *esse* sofrer elipse?

²⁷⁰ Tradução nossa.

²⁷¹ Tradução nossa.

²⁷² *Eurus*, -ī: “o vento leste (ou sudeste)” (*The east (or south-east) wind*; OLD, 1968, p. 628). Proveniente do grego *eúros* (εὐρός).

saxo.’ Allegoria est alieniloquium. 22. Aliud enim sonat, et aliud intellegitur, ut (Virg. Aen. 1,184):

*Tres litore cervos
conspicit errantes.*

Vbi tres duces belli Punici, vel tria bella Punica significantur. Et in Bucolicis (3,71):

Aurea mala decem misi,

id est ad Augustum decem eglogas pastorum. Huius tropi plures sunt species, ex quibus eminent septem: ironia, antiphrasis, aenigma, charientismos, paroemia, sarcasmos, astysmos. 23. Ironia est sententia per pronuntiationem contrarium habens intellectum. Hoc enim tropo callide aut per accusationem, aut per insultationem aliquid dicitur, ut est illud (Virg. Aen. 1,140):

*Vestras, Eure, domos; illa se iactet in aula
Aeolus, et clauso ventorum carcere regnet.*

(“mais mole que a pluma”), *durior saxo* (“mais duro que a rocha”). 22. Alegoria é um *alienilóquio*. Com efeito, soa uma coisa, mas se compreende outra, por exemplo, (Virg. Aen. 1,184):

*três cervos errantes
na praia somente enxerga*²⁷³.

onde se faz referência a três líderes da Guerra Púnica ou às três Guerras Púnicas. Também nas *Bucólicas* (Ecl. 3,71):

Enviei dez maçãs áureas,

isto é, dez éclogas de pastores para Augusto. Muitos são os tipos desse tropo, dos quais sete se sobressaem: ironia, antífrase, enigma, carientismo, parêmia, sarcasmo e astismo. 23. Ironia é uma sentença que tem, por causa de seu tom de voz, um entendimento contrário. Com efeito, por meio desse tropo astuto, algo se diz ou com intuito de acusar ou de insultar, como é este (caso) (Virg. Aen. 1,140):

*Euro, vossas casas. Que Eolo se jacte naquele
palácio e também reine no cerrado cárcere dos
ventos*²⁷⁴.

²⁷³ Novamente há diferença de versões: aqui, aparece *cōnspīcīt* (de *conspicēre*, “olhar, avistar”), por outro lado, nas edições modernas da Eneida, *prōspīcīt* (de *prospicēre*, “olhar para adiante”). Como nos outros casos, porém, o hexâmetro mantém-se a despeito das lições diferentes.

²⁷⁴ Tradução nossa.

Et quomodo aula, si carcer est? Solvitur enim pronuntiatione. Nam carcer pronuntiatio est: iactet et aula ironia est; et totum per contrariam pronuntiationem adnuntiatur per ironiae speciem. quae laudando deridet. 24. Antiphrasis est sermo e contrario intellegendus, ut ‘lucus’ quia caret lucem per nimiam nemorum umbram; et ‘manes’ id est mites (quum sint inmites) et modesti, cum sint terribiles et inmanes; et ‘Parcas’ et ‘Eumenides’, Furiae quod nulli parcant

Mas como poderia ser um palácio, se é um cárcere? Com efeito, resolve-se pelo tom de voz. Com efeito, “cárcere” é o tom de voz (normal): a ironia está em “jacta-se” e “palácio”; e tudo, através de um tom de voz contrário, anuncia-se com um aspecto de ironia, a que faz troça elogiando. 24. Antífrase é o enunciado que tem de ser entendido por seu contrário, por exemplo, *lucus* (“lucos”), já que carece de luz por causa da sombra demasiada dos bosques; também *manes* (“manes”), isto é, *mites* (“tranqüilos”) (uma vez que são *inmites* “intranqüilos”) e *modesti* (“moderado, modesto”), já que são terríveis e desumanos; também *Parcas*²⁷⁵ e *Eumênides*²⁷⁶, Fúrias que não

²⁷⁵ *Parca*, -ae: “uma deusa romana do nascimento, identificada (aparentemente por falsa etimologia) com as Moiras gregas e, por isso, transformada em plural para concordar com elas” ([...] *A Roman goddess of birth, identified (app. by false etymology) with the Greek Moirai and then pluralized to correspond with them*; OLD, 1968, p. 1294). Moira [*Moira* (Μοῖρα)], “[...] significa propriamente ‘uma parte’ e, como uma personificação ‘a divindade que atribuía a cada pessoa seu destino ou sua parte’, ou os Fados.” ([...] *properly signifies “a share,” and as a personification “the deity who assigns to every man his fate or his share,” or the Fates*; SMITH, 1867, v. 2, p. 1109).

²⁷⁶ *Eumênides* [*Eumenides* (Εὐμενίδες)], “[...] também chamadas ERÍNNIAS e, pelos romanos, FÚRIAS ou DIRAS, eram, originalmente, apenas uma personificação das maldições que recaíam sobre um criminoso. [...] as Erínias eram tanto as deusas da fúria, quanto as deusas que iam à cata do criminoso. O nome Eumênides, que significa “benevolentes” ou “deusas pacíficas”, é um mero eufemismo, porque o povo temia chamar essa terrível deusa pelo seu nome verdadeiro, e foi dito que a primeira vez que lhe deram esse nome foi depois da absolvição de Orestes pelo tribunal do Areópago, quando a fúria das Erínias acalmou-se. Foi por meio de um eufemismo semelhante que, em Atenas, as Erínias foram chamadas σεμναὶ θεαί, ou seja, “deusas veneráveis”. [...] Como as Eumênides não puniam os crimes apenas depois da morte, mas também durante a vida na terra, elas foram concebidas como deusas do destino, as quais, juntamente a Zeus, às Moiras ou Parcas, levaram tais homens a sofrerem como condenados na miséria e na desfortuna” ([...] *also called ERINNYES, and by the Romans FURIAE or DIRAE, were originally nothing but a personification of curses pronounced upon a guilty criminal. [...] the Erinnyes were either the angry goddesses, or the goddesses who hunt up or search after the criminal. The name Eumenides, which signifies “the wellmeaning,” or “soothed goddesses,” is a mere euphemism, because people dreaded to call these fearful goddesses by their real name,*

vel benefaciant. Hoc tropo et nani Athlantes et caeci videntes et vulgo Aethiopes argentei appellantur. 25. Inter ironiam autem et antiphrasim hoc distat, quod ironia pronuntiatione sola indicat quod intellegi vult, sicut cum dicimus omnia agenti male: ‘Bonum est, quod facis’; antiphrasis vero non voce pronuntiantis significat contrarium, sed suis tantum verbis, quorum origo contraria est. 26. Aenigma est quaestio obscura quae difficile intellegitur, nisi aperiatur, ut est illud (Iudic. 14,14): ‘De comedente exivit cibus, et de forte egressa es dulcedo’ significans ex ore leonis favum extractum. Inter allegoriam autem et aenigma hoc interest, quod

poupam nem beneficiam ninguém. Por este tropo, popularmente se nomeiam tanto “anões atlantes” quanto “cegos-videntes” e “etíopes argênteos”. 25. Há, porém, uma diferença entre a ironia e a antífrase, pois a ironia, somente através do tom da voz, indica o que se deseja entender, assim como quando dizemos àquele que faz tudo com maldade: *Bonum est, quod facis* (“É bom o que estás fazendo”); a antífrase, por outro lado, não demonstra o contrário pela voz do falante, mas somente com suas próprias palavras, cuja origem é contrária. 26. Enigma é uma questão obscura que é compreendida com dificuldade, se não é revelada, como é este caso (Juz. 14,14): “Do comedor saiu o cibo, e do forte a doçura”, significando que da boca do leão foi extraído o favo. Todavia, entre a alegoria e o enigma há uma diferença, uma vez que a força da

*and it was said to have been first given them after the acquittal of Orestes by the court of the Areiopagus, when the anger of the Erinnyes had become soothed. It was by a similar euphemism that at Athens the Erinnyes were called σεμναὶ θεαί, or the venerable goddesses. [...] As the Eumenides not only punished crimes after death, but during life on earth, they were conceived also as goddesses of fate, who, together with Zeus and the Moerae or Parcae, led such men as were doomed to suffer into misery and misfortunes; ibid., p. 91). Parece não haver dúvidas de que, como afirma Bailly (2000, p. 843), o nome foi “[...] dado por antífrase às Furias” (nom donné par antiphrase aux Furies). Eumênides é também o título de uma das tragédias de Ésquilo (c. 525-456 a.C.), a última da trilogia *Oréstia*, sobre o qual Torrano, tradutor e estudioso da edição aqui empregada por nós, afirma que “[...] designa por um eufemismo as Erinies, Deusas por demais terríveis para que se pudessem nomear sem riscos de sobressaltos” (ÉSQUILO, 2004, p. 15). Acerca da nomeação por antífrase, confira-se também, neste estudo, p. 41-43.*

allegoriae vis gemini est et sub res alias aliud figuraliter indicat; aenigma vero sensus tantum obscurus est, et per quasdam imagines adumbratus. 27. Charientismos est tropus, quo dura dictu gratius proferuntur, uti cum ,interrogantibus, ‘numquid nos quaesierit aliquis?’ respondetur: ‘Bona Fortuna.’ Vnde intellegitur neminem nos quaesisse. 28. Paroemia est rebus et temporibus adcommodatum proverbium. Rebus, ut: ‘Contra stimulum calces’ dum significatur adversis resistendum. Temporibus, ut: ‘Lupus in fabula.’ Aiunt enim rustici vocem hominem perdere, si eum lupus prior viderit. Vnde et subito tacenti dicitur istud proverbium: ‘Lupus in fabula.’ 29. Sarcasmos est hostilis inrisio cum amaritudine, ut (Virg. Aen. 2,547):

Referes ergo haec, et nuntius ibis

alegoria é dupla e indica uma coisa figuradamente sob o aspecto de outras; ao passo que o enigma somente teve seu sentido obscurecido e, por certas imagens, adumbrado. 27. Carientismo é o tropo, no qual (palavras) duras são proferidas com uma fala mais agradável, assim como quando, aos que perguntam, ‘acaso alguém nos procurou?’, responde-se, ‘a Boa Fortuna’. Donde se entende que ninguém nos procurou. 28. Parêmia é um provérbio adaptado conforme as matérias e os tempos. Conforme as matérias, por exemplo, *Contra stimulum calces* (“Os calcanhares são contra o estímulo”), uma vez que significa a resistência às adversidades. Conforme os tempos, por exemplo, “o lobo na fábula”²⁷⁷. Com efeito, os rústicos dizem que uma pessoa perde a voz, se um lobo a vê de frente. Donde também se diz, ao que se cala subitamente, esse provérbio: “O lobo na fábula”. 29. Sarcasmo é um escárnio hostil (dito) com amargura, por exemplo, (Virg. *Aen.* 2,547):

Pois então vai tu mesmo contar ao Pelida,

²⁷⁷ Conforme o *OLD* (1968, p. 665), essa expressão equivale ao inglês “talk of the devil”, que se traduz em português por: “é só falar no diabo, que aparece o rabo”.

Pelidae genitoris; illi mea tristia facta
degeneremque Neoptoleum narrare memento.

/ meu nobre pai, as proezas sem glória do filho
pequeno, /degenerado, Neoptólemo.

30. Huic contrarius est Astysmos,
urbanitas sine iracundia, ut illud (Virg.
Ecl. 3,90):

30. Contrário a esse (último) é o astismo,
a urbanidade sem iracúndia, como neste
caso (Virg. Ecl. 3,90):

Qui Bavium non odit, amet tua carmina, Maevi,
atque idem iungat vulpes et mulgeat hircos.

Quem não odeia Bávio, ama teus poemas, Mévio,
E, logo, jungirá raposas e ordenhará bodes.

Id est: qui Bavium non odit, pro poena ei
contingat ut diligat Maevium. Fuerunt
autem Maevius et Bavius poetae pessimi,
et inimici Vergilii. Qui hos ergo diligit,
faciat quae contra naturam sunt, id est,
iungat vulpes et mulgeat hircos. 31.
Homoeosis est, quae Latine interpretatur
similitudo, per quam minus notae rei per
similitudinem eius, quae magis nota est,
panditur demonstratio. Huius species

Isto é: quem não odeia Bávio, no lugar de
pena, aconteça-lhe de apreciar Mévio. No
entanto, Mévio e Bávio foram péssimos
poetas e inimigos de Virgílio²⁷⁸. Logo,
quem os aprecia, fará aquilo que é contra
a natureza, isto é, jungirá raposas e
ordenhará bodes. 31. Homose é o que,
em latim, se interpreta como *similitudo*
("símile"), por meio da qual se explicita
uma "demonstração" de algo por conta
da sua semelhança com outro algo menos

²⁷⁸ Bávio e Mévio, "[...] dois poetas latinos sarcasticamente aludidos por Virgílio em sua terceira *écloga*, que, afora isso, são desconhecidos. Talvez seja o mesmo Mévio que Horácio ataca no décimo *epodo*. Os comentaristas antigos achavam que eram maus poetas invejosamente críticos de seus talentosos contemporâneos e, desde então, eles se tornaram proverbiais nesse papel" ([...] *two Latin poets sarcastically alluded to by Virgil in his third Eclogue, otherwise unknown: it is perhaps the same Mevius who is attacked in Horace's tenth Epode. Ancient commentators thought they were bad poets jealously critical of their talented contemporaries, and they have since become proverbial in that role*; HOWATSON, 1989, p. 86). Essa imagem também está presente no texto do verbete do *Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*, por exemplo: Bávio e Mévio "[...] cujos nomes tornaram-se uma alcunha desdenhosa para todos os poetastros invejosos e maledicentes, devem sua invejável imortalidade meramente à animosidade que eles mostravam diante do gênio superior do mais distinto de seus contemporâneos, e, provavelmente, jamais se teria ouvido falar deles se não fosse pela mui conhecida linha de Virgílio [conforme a citação de Isidoro] [...]" ([...] *whose names have become a by word of scorn for all jealous and malevolent poetasters, owe their unenviable immortality solely to the enmity which they displayed towards the rising genius of the most distinguished of their contemporaries, and would probably never have been heard of but for the well-known line of Virgil [...]*; SMITH, 1867, v. 1, p. 478).

sunt tres: icon, parabolae, paradigma, id est imago, comparatio, exemplum. 32. Icon est imago, cum figuram rei ex simili genere conamur exprimere, ut (Virg. Aen. 4,558):

Omnia Mercurio similis, vocemque coloremque et crines flavos et membra decora iuventa.

Congrua enim est similitudo de specie, cuius persona inducitur. 33. Parabola comparatio ex dissimilibus rebus, ut (Lucan. 1,205):

Qualis in arvis aestiferae Libyae visus leo cominus hostem consedit;

ubi leoni Caesarem comparavit, non ex suo, sed ex alio genere similitudinem faciens. 34. Paradigma vero est exemplum dicti vel facti alicuius aut ex simili aut ex dissimili genere conveniens

conhecido, que se torna mais conhecido. São de três tipos: ícone, parábola e paradigma, isto é, imagem, comparação e exemplo. 32. Ícone é uma imagem, quando tentamos exprimir o formato de uma coisa de gênero semelhante, por exemplo, (Virg. Aen. 4,558):

mui semelhante a Mercúrio na voz, na esbelteza do porte, / na cabeleira alourada e no gesto confiante dos moços.

Com efeito, a similitude é congruente quanto à aparência a partir da qual a pessoa é introduzida. 33. Parábola é a comparação a partir de coisas díspares, por exemplo, (Lucan. 1,205):

*Qualis in arvis aestiferae Libyae visus leo cominus hostem consedit*²⁷⁹;

Quando (ele) comparou César a um leão, traçou a semelhança não a partir do seu, mas de outro gênero. 34. Paradigma, por outro lado, é o exemplo de um dito ou de um feito de alguém, ou de um gênero semelhante ou dessemelhante que

²⁷⁹ A referência, como afirma Isidoro, é feita a César. A versão cotejada por nós traz diferenças significativas em relação ao que aparece aqui: *sicut squalentibus arvis / aestiferae Libyae visus leo cominus hoste / subsedit dubius* (“[...] como no duro chão da ardente Líbia / o leão, tendo visto em seu nicho o inimigo, / detém-se [...]”; VIEIRA, 2007, p. 171).

eius, quam proponimus, rei, ita: ‘Tam convém à coisa que expomos, deste fortiter periit apud Hipponem Scipio modo: “Cipião²⁸⁰ morreu bravamente em Hipona, assim

²⁸⁰ Refere-se a outro Cipião, chamado Quinto Cecílio/Fábio Metelo Pio Cipião, “[...] o filho adotivo de Metelo Pio [Metellus Pius]. Era filho de Públio Cornélio Cipião Násica [Publius Cornelius Scipio Nasica], pretor em 94 a.C., e Licina, irmã do orador Lúcio Crasso [Lucius Crassus], e era neto de Públio Cornélio Cipião Násica [Publius Cornelius Scipio Nasica], cônsul em 111 a.C., e de Cecília, irmã de Metelo Macedônio [Metellus Macedonicus]. Da parte de sua avó, era descendente da família dos Metelos, pela qual, em seguida, foi adotado. Antes de sua adoção, carregava o nome Públio Cornélio Cipião Násica e, por isso, seu nome aparece em várias formas. Às vezes, é chamado Públio Cipião Násica; outras vezes, é chamado Quinto Metelo Cipião e, por vezes, apenas Cipião ou Metelo. Seu nome legal completo, como aparece num *senatus consultum* (Cic. *ad Fam.* VIII, 8), é aquele que aparece no início deste verbete. Apiano erroneamente lhe deu o prenome Lúcio. [...] Em 53 a.C., Cipião candidatou-se ao consulado [...]. Em primeiro de agosto [de 52 a.C.], Pompeu fez Cipião seu colega no consulado e Cipião mostrou sua gratidão ao fazer todos os esforços para destruir o poder de César e aumentar o de Pompeu. [...] Depois da derrota na batalha de Farsália, Metelo escapou, primeiro para Cócira e, depois, para a África, onde se esperava que o exército de Ácio Varo [Attius Varus] e a ajuda de Juba, rei da Numídia, pudessem restaurar as fortunas arruinadas do partido de Pompeu. Através da influência de Catão, Cipião recebeu o comando supremo por ter a posição de cônsul, para desgosto de Varo, que reclamava por isso. Tão logo Cipião recebeu o comando, ele tentou destruir a importante cidade de Útica, a fim de gratificar Juba, e foi com dificuldade que Catão impediu-o de fazê-lo. Sua conduta parece ter sido tão opressora quando havia sido na Síria [...]. Finalmente, César aportou na África em fins de dezembro de 47 a.C., e, no mês de abril do ano seguinte, 46 a.C., derrotou Cipião e Juba na decisiva batalha de Tapso. Cipião imediatamente escapou para o mar, e, com um pequeno esquadrão de barcos, navegou, primeiro, em direção a Útica, mas, informado por Catão de que não encontraria segurança lá, retornou para o mar, tencionando chegar à Espanha. Ventos contrários, no entanto, obrigaram-no a voltar para Hipona [Hippo Regius], onde sucumbiu à frota de Públio Sítio [Publius Sittius], que lutava do lado de César. O pequeno esquadrão de Cipião foi arrasado, e, como ele viu que escapar seria impossível, apunhalou a si mesmo e lançou-se ao mar” ([...] *the adopted son of Metellus Pius. He was the son of P. Cornelius Scipio Nasica, praetor B. c. 94, and Licinia, a daughter of the orator L. Crassus, and was a grandson of P. Cornelius Scipio Nasica, consul b. c. III, and Caecilia, a daughter of Metellus Macedonicus. Through his grandmother he was therefore descended from the family of the Metelli, into which he was subsequently adopted. Before his adoption he bore the names of P. Cornelius Scipio Nasica, and hence his name is given in various forms. Sometimes he is called P. Scipio Nasica, sometimes Q. Metellus Scipio, and sometimes simply Scipio or Metellus. His full legal name, as it appears in a senatus consultum (Cic. ad Fam. viii. 8), is the one given at the commencement of this notice Apian erroneously gives him the praenomen Lucius [...]. In b. c. 53 Scipio was a candidate for the consulship [...]. On the 1st of August Pompey made Scipio his colleague in the consulship; and Scipio showed his gratitude by using every effort to destroy the power of Caesar and strengthen that of Pompey. [...] After the loss of the battle of Pharsalia, Metellus fled, first to Corcyra and then to Africa, where it was hoped that the army of Attius Varus and the assistance of Juba, king of Numidia, might restore the fallen fortunes of the Pompeian party. Through the influence of Cato, Scipio obtained the supreme command, as being of consular rank, much to the chagrin of Varus, who laid claim to it. As soon as Scipio had received the command, he attempted to destroy the important town of Utica, in order to gratify Juba, and it was with difficulty that Cato prevented him from doing it. His conduct in Africa seems to have been as oppressive as it had been in Syria; [...] At length Caesar landed in Africa, at the end of December, b. c. 47, and in the month of April in the following year, b. c. 46, he defeated Scipio and Juba at the decisive battle of Thapsus. Scipio immediately fled to the sea, and with a small squadron of ships steered first for Utica; but, learning from Cato that there would be no security for him there, he put out to sea, intending to sail over to Spain. Contrary winds, however, obliged him to put back to Hippo Regius, where he fell in with the fleet of P. Sittius, who fought on Caesar's side. His small squadron was overpowered; and, as he saw that escape was impossible, he stabbed himself and leaped into the sea; SMITH, 1867, v. 2, p. 1062-3).*

quam Vticae Cato.’ 35. Similitudo autem
tribus modis fit: a pari, a maiore, a
minore. A pari (Virg. Aen. 1,148):

Ac veluti magno in populo cum saepe coorta est
seditio;

a maiore ad minus (Lucan. 1,151):

Qualiter expressum ventis per nubila fulmen;

como Catão²⁸¹ em Útica”. 35. A
similitude faz-se, porém, por três modos:
pelo igual, pelo maior, pelo menor. Pelo
igual (Virg. Aen. 1,148):

Como, enraivado em popular tumulto,
dispara ignóbil vulgo²⁸²;

do maior ao menor (Lucan. 1,151):

qual trovão que, entre nuvens, por ventos
gerado²⁸³;

²⁸¹ Trata-se de Catão de Útica [*Cato Uticensis*] (95-46 a.C.), “[...] bisneto de Catão [Marco Pórcio Catão, 234-149 a.C.; conhecido como o “Censor” ou “Velho”], um homem de inflexíveis princípios estoicos e absoluta integridade, que foi levado por sua devoção à tradição romana e seu desejo de emular a virtude de seu bisavô a defender o governo senatorial e a causa republicana. Foi influente ao persuadir o senado a executar os membros da conspiração de Catilina em 63 a.C. [...], acusando Júlio César de ser cúmplice, e foi principal antagonista assim chamado ‘primeiro triunvirato’ de César, Pompeu e Crasso. Tornou-se um incômodo tamanho que eles se organizaram a fim de que Clódio propusesse uma lei que o despachasse para anexar o Chipre. Depois de seu retorno, Catão continuou a se opor aos triúnviro e quando Pompeu se tornou o único cônsul em 52 a.C., Catão sentiu que Pompeu abandonara seu princípios republicanos. Retirou-se da vida pública e, na guerra civil iniciada em 49 a.C., desapareceu de Roma. [...] Avançou até a África, onde sua marcha, ao redor do grande Sirte (golfo de Sirte), se tornou famosa como uma façanha de resistência. Lá, ficou sabendo da morte de Pompeu e, na seqüência, da vitória de César sobre o partido senatorial em Tapso. Toda a África, exceto Útica, sucumbiu a César, e Catão, depois de ter atentado para a segurança de seus amigos, cometeu suicídio, tendo passado a noite anterior a ler o *Fédon* de Platão. [...] Sua morte conferiu-lhe notoriedade no derrotado lado republicano, inspirando os romanos de idéias republicanas, muito tempo depois da morte do republicanismo [...]” (*[...] great-grandson of Cato, a man of unbending Stoic principles and absolute integrity, who was impelled by his devotion to the Roman tradition and his desire to emulate the virtue of his great-grandfather to support senatorial government and the republican cause. He was influential in persuading the senate to execute Catiline’s fellow-conspirators in 63 BC [...] accusing Julius Caesar of being an accomplice, and was the chief antagonist of the so-called ‘first triumvirate’ of Caesar, Pompey, and Crassus. He was so much of an annoyance to them that they arranged for Clodius to propose a law which sent him away to annex Cyprus. After his return Cato continued to oppose the triumvirs, and when Pompey became sole consul in 52 Cato felt that Pompey had abandoned republican principles. He withdrew from public life and, after the civil war began in 49, despaired of Rome. [...] He proceeded to Africa, where his march around the Great Syrtis (gulf of Sirte) became famous as a feat of endurance. There he heard of Pompey’s death and, subsequently, of Caesar’s victory over the senatorial party at Thapsus. All Africa, except Utica, surrendered to Caesar, and Cato, after seeing to the safety of his friends, committed suicide, having spent the previous night reading Plato’s Phaedo. [...] His death conferred its own nobility on the losing republican side, to inspire Romans with a republican ideal long after republicanism was dead [...]*; HOWATSON, 1989, p. 120).

²⁸² Talvez, o símile fique mais claro num contexto maior, por exemplo: “As naus Tritão do escolho desengasga; / Mesmo o padre as aliva com seu cetro, / Amplas sirtes afunda, aplaca os mares, / Por cima em rodas se desliza leves. / Como, enraivado em popular tumulto, / dispara ignóbil vulgo [...]” (VIRGÍLIO, 2005, p. 40).

a minore ad maius (Virg. Aen. 6,119):

Si potuit manes arcessere coniugis Orpheus,
Threicia fretus cithara fidibusque canoris;

quasi dicat, re parva et brevi, id est, si ille
cithara fretus, ego pietate.

38. De prosa

1. Prosa est producta oratio et a lege metri soluta. Prosum enim antiqui productum dicebant et rectum. Vnde ait Varro apud Plautum ‘prosis lectis’ significari rectis; unde etiam quae non est perflexa numero, sed recta, prosa oratio dicitur, in rectum producendo. Alii prosam aiunt dictam ab eo, quod sit profusa, vel ab eo, quod spatiosius prouat et excurrat, nullo sibi termino praefinito. 2. Praeterea tam apud Graecos

do menor ao maior (Virg. Aen. 6,119):

Se Orfeu pôde avocar da esposa os manes, / Em Trácia acorde cítara fiado²⁸⁴

Como se dissesse que está apoiado em algo pequeno e breve, isto é, se ele está apoiado na cítara, eu na piedade.

38. Da prosa

1. Prosa é um discurso continuado e livre da lei métrica. Com efeito, os antigos diziam *prosus* (“em linha direta”) para *productus* (“levado para frente”) e *rectus* (“direto”). Donde diz Varrão que, em Plauto, *prosis lectis* (“lidos prosaicamente”) significava *rectis* (“retamente”); donde também se diz que aquele que não é totalmente flexionado pelo ritmo, mas direto, é um discurso em prosa, continuando direto para frente. Outros dizem que é chamada *prosa* pelo fato de que é profusa ou porque se precipita e se estende mais expansivamente, sem nenhum fim predefinido. 2. Além disso, tanto entre os

²⁸³ Tradução Viera (2007, p. 168).

²⁸⁴ Eis o período completo: “[...] ‘Nenhum trabalho, / Por novo e inopinado, estranho, ó virgem: / Um por um antevi, ponderei todos. / Pois que é do inferno a entrada e aqui, me afirmam, / Do reverso Aqueronte o lago obscuro, / Ir, só te imploro, ao caro pai me caiba: / Mostra-me e patenteia as sacras portas. / Eu, nestes ombros, dentre a chama e infindas / Chuças hostis o arrebatei, salvei-o; / Ele enfermo comigo afrontou mares, / O pélagos aturava e o céu minazes, / Com mais vigor do que à velhice é dado. / Requerendo ordenou-mo, e humilde que hajas / Dó do filho e do pai deprecar venho: / Tudo se te faculta; Hécate embalde / Não te propôs, ó casta, ao luco Averno. / Se Orfeu pôde avocar da esposa os manes, / Em Trácia acorde cítara fiado; / Se, com alterna morte o irmão remindo, / Pólux tanto essa via anda e desanda, / (Por que a Teseu citar e o grande Aleides?) / Eu provenho também do rei supremo.’” (VIRGÍLIO, 2005, p. 147).

quam apud Latinos longe antiquiorem curam fuisse carminum quam prosae. Omnia enim prius versibus condebantur; prosae autem studium sero viguit. Primus apud Graecos Pherecydes Syrus soluta oratione scripsit; apud Romanos autem Appius Caecus adversus Pyrrhum solutam orationem primus exercuit. Iam exhinc et ceteri prosae eloquentia contenderunt.

39. De metris

1. Metra vocata, quia certis pedum mensuris atque spatiis terminantur, neque ultra dimensionem temporum constitutam procedunt. Mensura enim Graece μέτρον dicitur. 2. Versus dicti ab eo, quod pedibus in ordine suo dispositi certo fine moderantur per articulos, quae caesa et membra nominantur. Qui ne longius provolverentur quam iudicium posset sustinere, modum statuit ratio unde

gregos quanto entre os latinos, de longe, a preocupação mais célebre era com os poemas do que com a prosa. Com efeito, outrora, tudo era composto em versos; o emprego da prosa, por outro lado, prosperou mais tarde. O primeiro a escrever em discurso livre entre os gregos foi Ferécides Sírio; no entanto, entre os romanos, Ápio Cego, contra Pirro, foi o primeiro a exercitar o discurso livre. Já a partir desse momento também outros competiram através da eloquência de sua prosa.

39. Dos metros

1. Chamaram-se metros, já que são delimitados por determinadas medidas e extensões de tempo dos pés, e não avançam para além da dimensão fixada dos tempos. Com efeito, *mensura* (“medida”) é dita, em grego, *métron* (μέτρον; “metro”). Chamaram-se versos pelo fato de que, dispostos, em pés numa ordem própria com um determinado fim, limitam-se por divisões, as quais recebem o nome de cesura e membro. Para que (esses versos) não se prolongassem mais do que possa o juízo conservar; a razão estabeleceu a medida

reverteretur; et ab eo ipsum versum vocatum, quod revertitur. 3. Huic adhaeret rythmus, qui non est certo fine moderatus, sed tamen rationabiliter ordinatis pedibus currit; qui Latine nihil aliud quam numerus dicitur, de quo est illud (Virg. Ecl. 9,45):

Numeros memini, si verba tenerem.

4. Carmen vocatur quicquid pedibus continetur: cui datum nomen existimant seu quod carptim pronuntietur, unde hodie lanam, quam purgantes discerpunt, ‘carminare’ dicimus: seu quod qui illa canerent carere mentem existimabantur. 5. Metra vel a pedibus nuncupata, vel a rebus quae scribuntur, vel ab inventoribus, vel a frequentatoribus, vel a numero syllabarum. 6. A pedibus metra vocata, ut dactylica, iambica, trochaica. A trochaeo enim trochaicum metrum nascitur, a dactylo dactylicum; sic et alia a suis pedibus. A numero, ut

de onde se deveria voltar; e foi também por isso que o próprio verso foi denominado, uma vez que ele volta. 3. Liga-se a ele o ritmo, que não é limitado por um fim preciso, mas, entretanto, razoavelmente percorre os pés ordenados; Em latim, ele não tem outro nome senão “número”, sobre o que é isto (Virg. Ecl. 9,45):

Lembrarei dos ritmos, se eu fixar as palavras..

4. É chamado poema tudo aquilo que está contido em pés, cujo nome se julga ter sido dado ou porque é proferido em partes (*carptim*), donde hoje dizemos *carminare* (“cardar”) a lã, quando os desembaraçadores cortam-na em pedaços; ou porque aqueles que os costumava cantar, eram julgados como “perde-cabeça”. 5. Os metros tomaram seus nomes ou dos pés, ou dos assuntos de que se escreve, ou dos inventores, ou dos (“usuários”) mais freqüentes, ou do número de suas sílabas. 6. A partir dos pés, os metros tiveram nomes como datílico, iâmbico e trocaico. Com efeito, de troqueu nasce o metro trocaico, de dátilo o datílico; assim também os outros (nascem) de seus próprios pés. A partir

hexametrum, pentametrum, trimetrum. Nam senarios versus nos ex numero pedum vocamus. Hos Graeci, quia geminos feriunt, trimetros dicunt. Hexametros autem Latinos primum fecisse Ennius traditur; eosque ‘longos’ vocant. 7. Ab inventoribus metra appellata dicuntur, ut Anacreonticum, Sapphicum, Archilochium. Nam Anacreontica metra Anacreon composuit; Sapphica Sappho mulier edidit; Archilochios Archilochus quidam scripsit; Colophonios Colophonius quidam exercuit. Sotadeorum quoque repertor est Sotades genere Cretensis. Simonidia quoque metra Simonides poeta lyricus composuit. 8. A frequentatoribus, ut Asclepiadia. Non enim ea Asclepius invenit, sed proinde ita vocata quod ea idem elegantissime [et frequentissime] usus sit. 9. A rebus quae scribuntur, ut heroicum, elegiacum, bucolicum. Heroicum enim carmen dictum, quod eo virorum fortium res et

do número, por exemplo, hexâmetro, pentâmetro, trímetro. Com efeito, nós chamamos versos senários a partir do número de pés. Os gregos chamam-nos trímetros, porque contam por dois. No entanto, conta-se que o primeiro a ter feito hexâmetros latinos foi Ênio, e são chamados longos. 7. Eis os metros que se diz ter sido nomeados conforme o inventor: anacreônico, sáfico, arquiloquio. Com efeito, os metros anacreônicos foram compostos por Anacreonte, os sáficos foram produzidos por Safo, a mulher; os arquiloquios foram escritos por um certo Arquíloco, os colofônios são praticados por um certo Colofão. Dos sotádicos também é o produtor Sótades, original de Creta. Os metros simonídeos também foram compostos pelo poeta lírico Simônides. 8. Conforme os (“usuários”) mais freqüentes, por exemplo, os asclepiadeus. Com efeito, não os inventou Asclépio, mas, por consequência, foram assim chamados, porque ele mesmo fez um uso elegantíssimo [e freqüentíssimo] desses metros. 9. Conforme o assunto de que se escreve, por exemplo, heróico, elegíaco, bucólico. De fato, é dito poema heróico,

facta narrantur. Nam heroes appellantur viri quasi aërii et caelo digni propter sapientiam et fortitudinem. Quod metrum auctoritate cetera metra praecedit; unus ex omnibus tam maximis operibus aptus quam parvis, suavitatis et dulcedinis aequè capax. 10. Quibus virtutibus nomen solus obtinuit, ut heroicum vocaretur ad memorandas scilicet eorum res. Nam et prae ceteros simplicissimus habetur constatque duobus [pedibus], dactylo et spondeo, ac saepe pene vel ex hoc vel ex illo; nisi quod temperantissimus fit utriusque mixtura quam si instruatur a singulis. 11. Omnibus quoque metris prior est. Hunc primum Moyses in cantico Deuteronomii longe ante Pherecyden et Homerum cecinisse probatur. Vnde apparet antiquiorem fuisse apud Hebraeos studium carminum quam apud gentiles, siquidem et Iob Moysi temporibus adaequatus hexametro versu, dactylo spondeoque, decurrit. 12. Hunc apud

uma vez que, nele, narram-se as ações e os feitos dos mais corajosos homens. Com efeito, chamam-se heróis os homens que são como que aéreos e dignos do céu em razão de sua sabedoria e coragem. Esse metro precede, em autoridade, aos demais; é o único de todos adequado tanto às maiores ações quanto igualmente capaz de (ações) menores, de encanto e doçura. 10. Em razão dessas virtudes, é o único que obteve esse nome, para que fosse chamado de heróico a fim de que se lembrasse indubitavelmente de suas ações. Com efeito, também diante dos demais, é considerado o mais simples e é composto de dois [pés], dátilo e espondeu, e, com frequência, com metade deste ou daquele; a não ser que aconteça de ser bem mais temperado pela mistura de ambos que se for construído por um só deles. 11. Também é o mais antigo em relação a todos os metros. Está provado que o primeiro a ter cantado nesse metro foi Moisés no cântico do *Deuterônômio*, muito antes de Ferécides e Homero. Donde é evidente que mais antigo foi, entre os hebreus, o emprego dos poemas do que entre os gentios, pois

Graecos Achatesius Milesius fertur primus composuisse, vel, ut alii putant, Pherecydes Syrus. Quod metrum ante Homerum Pythium dictum est, post Homerum heroicum nominatum. 13. Pythium autem vocatum volunt eo, quod hoc genere metri oracula Apollinis sint edita. Nam cum in Parnaso Pythonem serpentem in vindictam matris sagittis insequeretur, accolae Delphici hoc illum metro hortati sunt, dicentes, ut ait Terentianus (1591 K.), [ὶὴ παιάν, ἰὴ παιάν, ἰὴ παιάν]. 14. Elegiacus autem dictus eo, quod modulatio eiusdem carminis conveniat miseris. Terentianus hos elegos dicere solet, quod clausula talis tristibus, ut tradunt, aptior esset modis. 15. Hic autem vix omnino constat a quo sit inventus, nisi quia apud nos Ennius eum prior usus est. Nam apud Graecos sic adhuc lis Grammaticorum pendet, ut sub iudice res relegata sit. Nam quidam eorum Colophonium

que também Jó, nos tempos de Moisés, narrou igualmente em verso hexâmetro, em dátilo e em espondeu. 12. Sustenta-se que esse (metro), entre os gregos, foi primeiro composto por Acatésio de Mileto, ou, como acham outros, Ferécides Sírio. Tal metro foi chamado, antes de Homero, pítio; após Homero, recebeu o nome de heróico. 13. Porém, querem que seja chamado pítio, pelo fato de que os oráculos de Apolo foram declamados nesse tipo de metro. Pois, quando, em Parnaso, (ele) atacava com flechas a serpente Píton para vingar sua mãe, os que habitavam junto a Delfos exortaram-no por esse metro, dizendo, como diz Terenciano (nas calendas de 1591): [ἰὲ παιάν, ἰὲ παιάν, ἰὲ παιάν (ὶὴ παιάν, ἰὴ παιάν, ἰὴ παιάν “viva!”)]. 14. Chamou-se, porém, elegíaco, pelo fato de que a melodia desse mesmo poema convém aos infelizes. Terenciano costuma chamá-los *elegos* (“poemas elegíacos”), porque a cláusula, como dizem, é de um modo mais adequado para tais tristezas. 15. Há, todavia, somente com muito custo acordo sobre quem o inventou, a não ser que, entre nós, Ênio tenha sido o primeiro a usá-lo.

quendam, quidam Archilochum auctorem
atque inventorem volunt. 16. Bucolicum,
id est pastorale carmen, plerique
Syraculis primum compositum a
pastoribus opinantur, nonnulli
Lacedaemone. Namque transeunte in
Thraciam Xerxe rege Persarum, cum
Spartanae virgines sub hostili metu neque
egredi urbem neque pompam chorumque
agrestem Dianae de more exercerent,
turba pastorum, ne religio praeteriret,
eundem inconditis cantibus celebrarunt.
Appellatur autem Bucolicum de maiori
parte, quamvis opilionum
caprariorumque sermones in eis et
cantica inserantur. 17. Hymnos primum
David prophetam in laudem Dei
composuisse ac cecinisse manifestum est.
Deinde apud gentiles prima Memmia
Timothoe fecit in Apollinem et Musas,
quae fuit temporibus Ennii longe post
David. Hymni autem ex Graeco in
Latinum laudes interpretantur. 18.
Epithalamia sunt carmina nubentium,

Com efeito, entre os gregos, até agora,
está em aberto o debate entre os
gramáticos, de modo que, o assunto foi
deixado em juízo. Com efeito, alguns
querem que um dos de Colofão, outros
que Arquíloco seja o seu autor e
inventor. 16. O poema bucólico, isto é,
pastoral, a maioria acha que foi primeiro
composto pelos pastores siracusanos,
alguns na Lacedemônia. Com efeito,
quando Xérxes, rei dos persas,
atravessava a Trácia, uma vez que as
virgens de Esparta, sob medo hostil, não
saíam da cidade e não praticavam nem a
procissão nem o coro agreste de costume
a Diana, a multidão dos pastores, para
que a religião não passasse em silêncio,
celebravam esse mesmo (metro) por
meio de incônditos cânticos. É chamado
bucólico, porém, a respeito da maior
parte, embora as falas de ovelheiros e de
cabreiros e os cânticos estejam inseridos
neles. 17. É manifesto que o profeta Davi
foi o primeiro a ter composto e cantados
os hinos em louvor a Deus. Em seguida,
entre os gentios, a primeira foi Mêmia
Timóteo que os fez para Apolo e as
Musas, a qual viveu na época de Ênio,
muito tempo depois de Davi. Hinos,

quae decantantur ab scholasticis in honorem sponsi et sponsae. Haec primum Salomon edidit in laudem Ecclesiae et Christi. Ex quo gentiles sibi epithalamium vindicarunt, et istius generis carmen adsumptum est. Quod genus primum a gentilibus in scenis celebrabatur, postea tantum in nuptiis haesit. Vocatum autem epithalamium eo, quod in thalamis decantetur. 19. Threnos, quod Latine lamentum vocamus, primus versu Ieremias composuit super urbem Hierusalem [quando subversa est] et populum [Israel] quando [subversus est et] captivus ductus est. Post hunc apud Graecos Simonides poeta lyricus. Adhibebantur autem funeribus atque lamentis: similiter et nunc. 20. Epitaphium Graece, Latine *supra tumulum*. Est enim titulus mortuorum, qui in dormitione eorum fit, qui iam defuncti sunt. Scribitur enim ibi vita, mores et aetas eorum. 21. Poesis dicitur Graeco nomine opus multorum librorum,

porém, a partir do grego, traduzem-se, em latim, por *laudis* (“laude”). 18. Epitalâmios são os poemas dos nupciantes, que são declamados por escolares em honra do esposo e da esposa. O primeiro a produzi-los foi Salomão em louvor à Igreja e a Cristo. É partir dele que os gentios reivindicaram para si o epitalâmio, e desse gênero é que o poema foi adotado. Tal gênero era primeiro celebrado pelos gentios nos espetáculos públicos; depois disso, só se empregou nas núpcias. Chamou-se epitalâmio pelo fato de que se declama nos tálamos. 19. Trenos, que chamamos, em latim, *lamento*, foi Jeremias que primeiro os compôs em verso sobre a urbe de Jerusalém, [quando essa foi derrubada] e sobre o povo [de Israel] quando [foi derrubado e] foi levado cativo. Depois, entre os gregos, o poeta lírico Simônides fez uso dele. Porém, eram oferecidos nos funerais e nos lamentos de modo semelhante, até agora. 20. Epitáfio, em grego, é *supra-túmulo* em latim. É, com efeito, uma inscrição relacionada aos mortos, que se encontra no dormitório daqueles que já faleceram. Com efeito, escreve-se lá (sobre) sua

poema unius, idyllion paucorum versuum, distichon duorum, monostichon unius. 22. Epigramma est titulus, quod in Latinum superscriptio interpretatur; ἐπὶ enim super, γράμμα littera vel scriptio dicitur. 23. Epodon in poemate clausula brevis est. Dictum autem epodon, quod adcinatur ad speciem elegiaci, ubi praemisso uno longiore, alter brevior conponitur, atque in singulis quibusque maioribus sequentes minores quasi clausulae recinunt. 24. Clausulas autem lyrici appellant quasi praecisos versus integris subiectos, ut est apud Horatium (Epod. 2,1):

Beatus ille, qui procul negotiis,

deinde sequitur praecisus:

Vt prisca gens mortalium;

sic et deinceps alterni, quibus aliqua pars deest, et ipsi praecedentibus similes, sed minores. 25. Centones apud

vida, seus costumes e sua época. 21. Com o nome grego *poésis* se refere à obra de muitos livros, poema à de um só, idílio à de poucos versos, dísticos à de dois, monóstico à de um só. 22. Epigrama é uma inscrição, que se traduz, em latim, por “sobrescrito”; com efeito, em grego, *epi* (ἐπὶ), é “sobre” e *grámma* (γράμμα) é dito “letra” ou “escrito”. 23. Epodo é uma breve clausula num poema. É dito epodo, porém, porque é cantado à moda de um elegíaco, onde, a um único (verso) mais longo, reúne-se outro mais breve, e, a cada um dos maiores, repetem-se os menores que os seguem como se fossem cláusulas. 24. No entanto, os líricos nomeiam as cláusulas como se fossem versos cortados, encaixados em versos inteiros, como se acha em Horácio (*Epod. 2,1*):

Bem-aventurado aquele que, longe dos negócios,

Depois, segue-se o (verso) cortado:

como a prisca stirpe dos mortais;

E assim (se seguem) um depois do outro sucessivamente, para os quais uma outra parte está ausente, e eles próprios são semelhantes aos precedentes, porém,

Grammaticos vocari solent, qui de carminibus Homeri seu Vergilii ad propria opera more centonario ex multis hinc inde conpositis in unum sarciant corpus, ad facultatem cuiusque materiae.

26. Denique Proba, uxor Adelphi, centonem ex Vergilio de Fabrica mundi et Evangeliiis plenissime expressit, materia conposita secundum versus, et versibus secundum materiam concinnatis. Sic quoque et quidam Pomponius ex eodem poeta inter cetera stili sui otia Tityrum in Christi honorem conposuit: similiter et de Aeneidos.

40. De fabula

1. Fabulas poetae a fando nominaverunt, quia non sunt res factae, sed tantum loquendo fictae. Quae ideo sunt inductae, ut fictorum mutorum animalium inter se conloquio imago quaedam vitae hominum nosceretur. Has primus invenisse traditur Alcmeon Crotoniensis,

menores. 25. Centões costumam ser chamados, entre os gramáticos, aqueles que, a partir de poemas de Homero ou Virgílio, à moda de um Centonário, a partir de muitas composições daqui e dali tendo em vista uma obra específica, retalham-nas e (ajuntam) num só corpo, conforme a abundância de cada assunto. 26. Depois Proba, mulher de Adelfo, produziu um centão nitidamente a partir do *De fabrica mundi* (“Da fabricação do mundo”) de Virgílio e dos Evangelhos, com o assunto composto conforme os versos, e, com versos harmônicos, conforme o assunto. Assim também um certo Pompônio, do mesmo poeta, reuniu, entre os demais divertimentos de sua pena, um *Títiro* a homenagear Cristo; igualmente o faz a respeito de Enéas.

40. Da fábula

Os poetas deram o nome para fábulas a partir de *fari* (“falar”), já que elas não são fatos concretos, mas apenas forjadas no falar. Por esse motivo, elas foram empregadas para que, através da conversa entre animais fictícios e mudos, uma certa imagem da vida dos homens fosse reconhecida. Conta-se que

appellanturque Aesopiae, quia is apud Phrygas in hac re polluit. 2. Sunt autem fabulae aut Aesopicae, aut Libysticae. Aesopicae sunt, cum animalia muta inter se sermocinasse finguntur, vel quae animam non habent, ut urbes, arbores, montes, petrae, flumina. Libysticae autem, dum hominum cum bestiis, aut bestiarum cum hominibus fingitur vocis esse commercium. 3. Fabulas poetae quasdam delectandi causa finxerunt, quasdam ad naturam rerum, nonnullas ad mores hominum interpretati sunt. Delectandi causa fictas, ut eas, quas vulgo dicunt, vel quales Plautus et Terentius composuerunt. 4. Ad naturam rerum fabulas fingunt, ut ‘Vulcanus claudus’ quia per naturam numquam rectus est ignis, ut illa triformis bestia (Lucret. 5,903):

Prima leo, postrema draco, media ipsa Chimaera:

id est caprea, aetates hominum per eam

Alcméon de Crotona foi o primeiro que as teria inventado, e são chamadas esópicas, uma vez que ele (Esopo) sobressaiu-se nisto entre os Frígios. 2. No entanto, as fábulas são ou esópicas ou líbias. São esópicas quando se representam, conversando entre si, animais mudos ou aquilo que não tem alma, por exemplo, cidades, árvores, montes, pedras, rios. Líbios, porém, quando se representa uma pessoa trocando palavras com feras ou as feras com pessoas. 3. Certas fábulas, os poetas inventaram para se deleitarem, outras conforme a natureza das coisas, algumas interpretam os costumes das pessoas. Inventadas para se deleitar, como aquelas que o vulgo conta ou as do tipo que Plauto e Terêncio compuseram. 4. Inventaram-se as fábulas conforme a natureza das coisas, por exemplo, *Vulcanus claudus* (“Vulcano coxo”), já que, pela natureza, jamais o fogo é reto, por exemplo, aquela fera triforme (Lucret. 5,903):

Cabeça de leão, rabo de serpente, e corpo da própria Quimera.

Isto é, a cabra montês, querendo distinguir, através dela, as fases da vida

volentes distinguere; quarum ferox et horrens prima adolescentia, ut leo; dimidium vitae tempus lucidissimum, ut caprea, eo quod acutissime videat; tunc fit senectus casibus inflexis, draco. 5. Sic et Hippocentauri fabulam esse confictam, id est hominem equo mixtum, ad exprimendam humanae vitae velocitatem, quia equum constat esse velocissimum. 6. Ad mores, ut apud Horatium mus loquitur muri et mustela vulpeculae, ut per narrationem fictam ad id quod agitur verax significatio referatur. Vnde et Aesopi tales sunt fabulae ad morum finem relatae, vel sicut in libro Iudicum (9,8) ligna sibi regem requirunt et loquuntur ad oleam et ad ficum et ad vitem et ad rubum; quod totum utique ad mores fingitur ut ad rem, quae intenditur, ficta quidem narratione, sed veraci significatione veniatur. 7. Sic et Demosthenes orator fabulam usus est

das pessoas; cuja primeira, feroz e temível, é a adolescência, como o leão; a meia-idade (é) um tempo muito brilhante, como a cabra pelo fato de que pode ver muito sutilmente; então o ser humano torna-se velho com suas desgraças inescapáveis, (como) o dragão. 5. (Diz-se que) também assim foi criada a fábula do Hipocentauro, isto é, um homem misturado a um cavalo, para representar a velocidade da vida humana, já que o cavalo é velocíssimo. 6. Conforme os costumes, por exemplo, em Horácio, um rato fala com outro e uma doninha com uma pequena raposa, tendo em vista representar, por meio de uma narração fictícia, aquilo que se faz como representação verdadeira. Onde também tais fábulas esópicas foram narradas com um fim moral, ou, do mesmo modo que no livro dos Juízes (9,8), as árvores vão à cata de um rei e falam à oliveira, à fogueira, à videira e à amoreira. Isso tudo é tudo inventado tanto em relação aos costumes quanto às coisas a que se pretende através de uma narração, mas a que se chega por meio da análise de sua verdadeira significação. 7. Assim também o orador Demóstenes fez uso de

adversus Philippum, qui cum ab Atheniensibus postularet ut sibi decem oratores darentur, et discederet, finxit ille [hanc] fabulam qua dissuaderet, dicens lupos aliquando pastoribus, quorum diligentiam decipere voluissent, suasisse ut in amicitiam convenirent, ea tamen condicione, ut si canes, in quibus erat causa iurgiorum, iure illis traderentur: adnuisse pastores et in spem securitatis dedisse canes, quos ovium suarum vigilantissimos custodes habebant. Tunc lupi, adempta omni formidine, omne quod in gregibus illis erat, non pro satietate tantum, verum etiam pro libidine laceraverunt. Philippum quoque principes populi postulare, quo facilius possit opprimere spoliata custodibus urbem.

41. De historia

1. Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt,

uma fábula diante de Filipe, o qual, quando postulava aos atenienses que lhe fossem dados dez oradores, e para se dar bem, fixou ele (Demóstenes) [esta] fábula pela qual pretendia dissuadi-lo, dizendo que os lobos, outrora, persuadiram os pastores, cujo zêlo haviam desejado enganar, a conviverem em amizade; todavia, com uma condição: se os cães, contra os quais (os lobos) tinham uma razão para contendas, fossem-lhes trazidos de direito: os pastores concordaram e deram-lhes os cães na esperança de (obterem) segurança, os quais consideravam como os protetores mais zelosos das suas ovelhas. Então os lobos, subtraídos todos os empecilhos, tudo aquilo que havia nos rebanhos, não só por saciedade, mas também por libido, dilaceraram. Também Filipe postulava os nobres do povo, para que pudesse mais facilmente surripiar a cidade espoliada de seus protetores.

41. Da história

1. História é a narrativa dos acontecimentos concretos, pela qual esses, que ocorreram no passado, são

dinoscuntur. Dicta autem Graece historia ἀπὸ τοῦ ἱστορεῖν, id est a videre vel cognoscere. Apud veteres enim nemo conscribat historiam, nisi is qui interfuisset, et ea quae conscribenda essent vidisset. Melius enim oculis quae fiunt deprehendimus, quam quae auditione colligimus. 2. Quae enim videntur, sine mendacio proferuntur. Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur. Historiae autem ideo monumenta dicuntur, eo quod memoriam tribuant rerum gestarum. Series autem dicta per translationem a sertis florum invicem comprehensarum.

42. De primis auctoribus historiarum

1. Historiam autem apud nos primus Moyses de initio mundi conscripsit. Apud gentiles vero primus Dares Phrygius de Graecis et Troianis historiam edidit, quam in foliis palmarum ab eo conscriptam esse ferunt. 2. Post Daretem autem in Graecia Herodotus historiam

destacados. Em grego, porém, história deriva de *historeîn* (ἱστορεῖν), isto é, “ver” ou “conhecer”. Com efeito, entre os antigos, ninguém redigia uma história, se a pessoa envolvida não estivesse presente e se essas coisas que são narradas não tivessem sido vistas. De fato, é melhor depreendermos as coisas que acontecem pelos nossos próprios olhos do que reuni-las de ouvir falar. 2. Com efeito, aquilo que se vê, é narrado sem mentira. Esta disciplina está ligada à Gramática, pois tudo aquilo que é digno de memória é confiado às letras. Por isso, porém, *histórias* são ditas *monumentos*, pelo fato de que consagram a memória dos feitos. *Série*, porém, é dita por meio da tradução de “grinalda de flores alternativamente entrelaçadas”.

42. Dos primeiros autores de histórias

1. Quem primeiro, porém, entre nós, escreveu a história desde o início do mundo foi Moisés. Entre os gentios, por outro lado, o primeiro a produzir uma história acerca dos gregos e dos troianos foi Darete Frígio, a qual se conta que foi escrita por ele em folha de palmeiras. 2. Após Darete, porém, na Grécia, foi

primus habitus est. Post quem Pherecydes claruit his temporibus quibus Esdras legem scripsit.

43. De utilitate historiae

Historiae gentium non impediunt legentibus in his quae utilia dixerunt. Multi enim sapientes praeterita hominum gesta ad institutionem praesentium historiis indiderunt, siquidem et per historiam summa retro temporum annorumque supputatio comprehenditur, et per consulum regumque successum multa necessaria perscrutantur.

44. De generibus historiae

1. Genus historiae triplex est. Ephemericis namque appellatur unius diei gestio. Hoc apud nos diarium vocatur. Nam quod Latini diurnum, Graeci ephemerida dicunt. 2. Kalendaria appellantur, quae in menses singulos digeruntur. Annales sunt res singulorum annorum. 3. Quaeque enim digna memoriae domi militiaeque, mari ac terrae per annos in commentariis

Heródoto o primeiro que compôs uma história; depois do qual abrilhantou-se Ferécides nos tempos em que Esdras escreveu sua lei.

43. Da utilidade da história

As histórias dos gentios não desviam os leitores do fato de que disseram coisas úteis. Com efeito, muitos sábios introduziram feitos passados de pessoas para a educação dos coevos com suas histórias; certamente também, tanto pela história, se calcula a conta dos tempos e dos anos recuando na soma, quanto, entre os muitos (feitos) dos cônsules e dos reis, perscrutam-se os que são necessários.

44. Dos gêneros da história

1. Três são os gêneros da história. Efeméride, com efeito, chama-se o registro de um só dia. Entre nós, é chamado “diário”. De fato, o que os latinos dizem *diurno*, os gregos *ephēmeris*. 2. Calendários chamam-se àqueles que se engendram em cada mês. 3. Anais são os feitos de cada ano. Com efeito, a todos os atos que, no decorrer dos anos, são dignos de memória, na guerra e na paz, no mar e na terra, e (que

acta sunt, ab anniversariis gestis annales nominaverunt. 4. Historia autem multorum annorum vel temporum est, cuius diligentia annui commentarii in libris delati sunt. Inter historiam autem et annales hoc interest, quod historia est eorum temporum quae vidimus, annales vero sunt eorum annorum quos aetas nostra non novit. Vnde Sallustius ex historia, Livius, Eusebius et Hieronymus ex annalibus et historia constant. 5. Item inter historiam et argumentum et fabulam interesse. Nam historiae sunt res verae quae factae sunt; argumenta sunt quae etsi facta non sunt, fieri tamen possunt; fabulae vero sunt quae nec factae sunt nec fieri possunt, quia contra naturam sunt.

estão) nos comentários, receberam o nome de *anais*, que provém de *anniuersaria gesta* (“gestas anuais”). 4. A história, porém, é (o feito) de muitos anos ou tempos, cujos comentários anuais foram depositados nos livros com diligência. Há, no entanto, uma diferença entre a história e os *anais*, pois a história é dos tempos que vimos, os *anais*, por outro lado, são dos anos que nossa geração não conheceu. Donde Salústio ter feito a composição de história, Lívio, Eusébio e Jerônimo de *anais* e de história. 5. Igualmente, (dizem) haver diferença entre história, argumento e fábula. Com efeito, as histórias são coisas verdadeiras que aconteceram; os argumentos aquilo que, ainda que não tenha acontecido, podem, todavia, vir a sê-lo; as fábulas, por outro lado, aquilo que nem aconteceu nem pode vir a sê-lo, já que são contra a natureza.

REFERÊNCIAS

FONTES

- A. PERSI FLACCI et D. IVNI IVVENALIS. *Saturae*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- AELIUS DONATUS. *Ars grammaticae*. Disponível em: <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost04/Donatus/don_ag17.html>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- Bíblia de Jerusalém (BJ)*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006, 2205 p.
- CAMPOS, Haroldo de. *Iliada de Homero*. São Paulo: Arx, 2003, v. 1, 481 p.
- CICERO. *Orations: In Catilinam*. Trad. C. MacDonald. Cambridge; Londres: Harvard University, 1996. (The Loeb Classical Library).
- DIONÍSIO DA TRÁCIA. *Tékhne grammatiké*. Disponível em: <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/graeca/Chronologia/S_ante02/DionysiosThrax/dio_tech.html>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- ENNIO. *Fragmentos*. Trad. Manuel S. Moreno. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.
- ÉSQUILO. *Eumênides*. Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2004, 152 p.
- FISCHER, B. et al. (ed.). *Biblia Sacra iuxta Vulgatam Versionem*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1983.
- HORACE. *Odes and epodes*. Cambridge: Harvard University, 2004. (The Loeb Classical Library).
- ISIDORE OF SEVILLE. *Etymologies*. Edição e tradução Stephen A. Barney et al. Cambridge: Cambridge, 2006, 488 p.
- ISIDORUS HISPALENSIS. *De differentiis – liber I*. Introdução, edição crítica, tradução espanhola e notas Carmen Codoñer. Paris: Belles Lettres, 1992, 536 p.

- JACOPO DE VARAZZE. *Legenda áurea: vidas de santos*. Tradução, apresentação, notas e seleção iconográfica Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [séc. XIII], 1056 p.
- KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici latini (GL)*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961 [1855-1880].
- LUCAN. *Civil War*. Trad. Susan H. Braund. Oxford: Oxford, 1999, 335 p.
- LUCRÈCE. *De la nature*. Trad. e ed. Alfred Ernout. Paris: Belles Lettres, 1955.
- MIGNE, Jacques. *Patrologia; cursus completus: series graeca. (Patrologia Graeca, PG)*. Paris: Migne, [1844-1855].
- MIGNE, Jacques. *Patrologia; cursus completus: series latina. (Patrologia Latina, PL)*. Paris: Migne, 1844-1855.
- OVID. *Metamorphoses*. Trad. Frank J. Miller. Cambridge: Harvard University; Londres: William Heinemann, 1944, 2 v. (The Loeb Classical Library).
- P. VERGILI MARONIS. *Opera*. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- PÚBLIO VERGÍLIO MARÃO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Brasília: UnB, 1983 [séc. I], 279 p.
- RAHLFS, Alfred (ed.). *LXX: Septuaginta*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1935.
- SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías*. Texto latino, tradução e notas José O. Reta e Manuel-A. M. Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2004 [ca. 612], 1465 p.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [ca. 398], 416 p.
- SANTO AGOSTINHO. *Comentário ao Gênesis*. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005 [ca.386-396?], 659 p.
- TERENCE. *The lady of Andros; The Eunuch*. Trad. John Sargeant. Cambridge: Harvard University; Londres: William Heinemann, 1912, v. 1. (The Loeb Classical Library).

VIEIRA, Brunno V. G. *Farsália, de Lucano*, cantos I a IV - prefácio, tradução e notas. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2007, (Tese de Doutorado).

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. e notas Odorico Mendes. Cotia: Ateliê; Campinas: Unicamp, 2005.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

AMSLER, Mark. *Etymology and grammatical discourse in late antiquity and the early middle ages*. Amsterdam: John Benjamins, 1989, 281 p.

ARTHETON, Catherine. Apollonius Dyscolus and the ambiguity of ambiguity. *The Classical Quarterly*, nova série, v. 45, n. 2, 1995, p. 441-473.

AUROUX, Sylvain (ed.). *Histoire des idées linguistiques*, t. 1: la naissance des métalangage en orient et en occident. Liège: Pierre Mardaga, 1989.

AUROUX, Sylvain (ed.). *Histoire des idées linguistiques*, t. 2: le développement de la grammaire occidentale. Liège: Mardaga, 1992a.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992b.

AUROUX, Sylvain. *et al. La linguistique fantastique*. Paris: Denoël, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas – as não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. C. Pfeiffer *et al.* Campinas: Unicamp, 1998, 200 p.

BANNIARD, Michel. Causes et rythmes du changement langagier en occident latin (III^e - VIII^e s.). *Travaux neuchâtelois de linguistique*, 34/35, 2001, p. 85-99.

BANNIARD, Michel. Latinophones, romanophones, germanophones: interactions identitaires et construction langagière (VIII^e-X^e siècle). *Médiévales*, 45, 2003. Disponível em: <<http://medievales.revues.org/document753.html>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

- BANNIARD, Michel. Le lecteur en Espagne wisigothique d'après Isidore de Séville: de ses fonctions à l'état de la langue. *Revue des Études Augustiniennes*, n. 21, 1975, p. 112-144.
- BARATIN, Marc. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: Auroux, 1989, p. 186-206.
- BARATIN, Marc. La maturation des analyses grammaticales et dialectiques. In: Auroux, 1989, p. 207-227.
- BARATIN, Marc. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: Auroux, 1989, p. 228-241.
- BARTLETT, J.R., The use of the Word *שָׂרָא* as a title in the Old Testament. *Vetus Testamentum*, v. 19, fasc. 1, jan. 1969, p. 1-10.
- BASSETTO, Bruno F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: USP, 2005 [2001].
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966, v. 1.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992 [1905].
- BREHAUT, Ernest. *An encyclopedist of the dark ages: Isidore of Seville*. Nova Iorque: Columbia, 1912.
- BRONKHORST, Johannes. Etymology and Magic: Yāska's *Nirukta*, Plato's *Cratylus*, and the Riddle of Semantic Etymologies. *Numen*, v. 48, n. 2., 2001, p. 147-203.
- CAMPBELL, David. "Nietzsche, Heidegger, and Meaning". *Journal of Nietzsche Studies*, 26, 2003, p. 25-54.
- CANALE, Angelo V. Isidoro di Siviglia: la *vis verbi* come riflesso dell'onnipotenza divina. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, n. 10, Madri: UCM, 1996, p. 147-176.
- CARSON, Anne. How not to read a poem: unmixing Simonides from 'Protagoras. *Classical Philology*, v. 87, n. 2, 1992, p. 110-130.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975].
- COLOMBAT, Bernard. Corpus représentatif des gramariens et des traditions linguistiques – tome I. *Histoire, Epistemologie, Langage*, fora-de-série n.2, 1998.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique* (le discours communiste adressé aux chrétiens). *Langages*. Paris: Larousse, n. 62, junho 1982, 128 p.
- CURTIUS, Ernest R. *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*. Berna: Francke, 1978.
- DAHMEN, Wolfgang *et al.* *Die romanischen Sprachen und die Kirchen*. Tübingen: Narr, 1990.
- DE LA VILLA POLO, J. El orden de palabras de algunos determinantes en la Vulgata y en la obra de Jerónimo. In: GARCÍA-HERNÁNDEZ, B. (ed.), 2000, p. 221-237.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, 342 p.
- DESBORDES, Françoise. Le rhétorique. In: AUROUX, 1989, p. 161-185.
- DESBORDES, Françoise. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: Auroux, 1989, p. 149-161.
- DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira M. Machado. São Paulo: Ática, 1995, 261 p.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel C. Introducción general. In: SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2004, p. 1-262.
- DIELS-KRANZ. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Berlin: Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, 1956.
- ETIMOLOGIA: As origens do Cotidiano. *Língua Portuguesa Especial*, São Paulo: Segmento, n. 1, jan. 2006.
- ETIMOLOGIA: A origem das palavras. *Língua Portuguesa Especial*, São Paulo: Segmento, n. 2, março 2007.

- FONTAINE, Jacques. Fins et moyens de l'enseignement ecclésiastique dans l'Espagne wisigothique. *Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'alto medioevo*, n.19, Spoleto, 1972, p. 145-202; p. 213-229.
- FONTAINE, Jacques. Isidoro di Siviglia e la cultura del suo tempo. *Annali della Facoltà di Economia e Commercio, Università di Padova*, série 1, v.8, 1979, p. 3-52.
- FONTAINE, Jacques. Isidore de Seville (560 env.-636). In: _____. *Dictionnaire du Moyen Âge: littérature et philosophie*. Paris: Albin Michel, [ca. 1999], p. 479-82 (Encyclopaedia Universalis).
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2005, 79 p.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971, 256 p.
- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: MOTTA, Manuel B. (org.). *Michel Foucault Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-98, 426p. (Ditos e Escritos III).
- FUNARI, Pedro P.A.; GARRAFONI, Renata S. Salústio e a historiografia romana. In: JOLY, F.D. *História e Retórica: Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 65-76.
- GAMBARARA Daniele. L'origine des noms et du langage dans la Grèce ancienne. In: AUROUX, 1989, p. 79-97.
- GARCÍA-HERNÁNDEZ, Benjamin (ed.). *Latín vulgar y tardío: homenaje a Veikko Väänänen*. Madri: Ediciones Clásicas, 2000.
- GUIRAUD, Pierre. *L'Étymologie*. Paris: PUF, 1979 [1964].
- HERMAN, Jozsef. *Du latin aux langues romanes: études de linguistique historique*. Tübingen: Niemeyer, 1990.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo : Parábola, 2004 [1955].
- HUBBARD, Thomas K. "New Simonides" or old Semonides? Second thoughts on POxy 3965, FR. 26. *Arethusa*, 29, 1996, p. 255-262.

- HYMAN, Malcolm D. One-word solecisms and the limits of syntax. In: SWIGGERS, Pierre; WOUTERS, Alfons. *Syntax in Antiquity*. Leuven: Peeters, 2003, p. 179-192.
- HYMAN, Malcolm D. Terms for “word” in Roman grammar. In: Fögen, T. (ed.) *Antike Fachtexte*. Berlin: de Gruyter, 2005, p. 155-170.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2006.
- IORDACHE, Roxana. La subordinée conditionnelle dans le bas latin, le registre populaire. *Linguistica*, n. 29, Ljubljana, 2005, p. 213-224.
- IRVINE, Martin. *The making of textual culture: “Grammatica” and literary theory*, 350-1100. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 604 p.
- JIMÉNEZ ZAMUDIO, R. Perífrasis preposicionales latinas en la Vulgata: modelos hebreos y pararelos sumerios y acadios. In: GARCÍA-HERNÁNDEZ, B. (ed.), 2000, p. 125-138.
- KASTER, Robert. Macrobius and Servius: Verecundia and the Grammarian's Function. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 84., 1980, p. 219-262.
- KOULOUGHLI, Djamel-Eddine. La thématique du langage dans la Bible. In: AUROUX, 1989, p. 65-78.
- KRAMER, J. Zu den Hebraismen christlicher Tradition in den romanischen Sprachen. In: DAHMEN *et al.*, 1990.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. 9^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, 260 p.
- LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria – fundamentos de una ciencia de la literatura*. Trad. José Pérez Riesco. Madrid: Gredos, 1999, v.1, 382 p.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5^a ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, 541 p.
- MACFARLANE, Katherine N. *Isidore of Seville on the pagan gods* (Origines VIII. 11). Filadélfia: American Philosophical Society, 1980, 40 p.

- MALTBY, Robert. Hispanisms in the language of Isidore of Seville, [S.I.], 2001, pp. 345-355.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 1996.
- MATEOS, Juan *et al.*. *O evangelho de São João: análise lingüística e comentário exegetico*. Trad. Alberto Costa. São Paulo: Paulus, 1999 [1982].
- MAURER JR. ,Teodoro. *A unidade da România ocidental*. São Paulo: USP, 1951.
- MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón. *Manual de gramática histórica española*. Madri: Espasa-Calpe, 1940.
- NEVES, Maria H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2ª ed. revista. São Paulo: Editora UNESP, 2005, 279 p.
- NICOLAS, Christian. La question du genre et du nombre des autonymes en latin. *Histoire, Épistemologie, Langage*, 27/1, 2005, p. 45-72.
- O'HARA, James J. *True names: Vergil and the Alexandrian tradition of etymological wordplay*. Ann Arbor: Michigan, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1988.
- PERAKI-KYRIAKIDOU, Helen. Aspects of Ancient Etymologizing. *Classical Quarterly*, 52, 2, 2002, p. 478-493.
- PEREIRA, Marcos A. Ainda sobre a duração como traço distintivo no latim. In: ALBANO, Eleonora *et al.* (org.). *Saudades da língua: a lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

- PEREIRA, Marcos A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- ROBERTS, W. Rhys. A point of Greek and Latin word-order. *The Classical Review*, v. 26, n. 6, 1912, p. 177-179.
- ROBINS, Robert H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- ROSENBERG, Daniel. Um novo tipo de lógica e crítica: interpretação etimológica em *The Diversions of Purley*, de Horne Tooke. In: BURKE, P. PORTER, R (org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 395-430.
- SABANEEVA, M. K. Романские протоартикли в недрах латыни: вопросы теории и генезиса. *Вопросы языкознания*, 2003, n. 6, p. 4-14.
- SÁNCHEZ PRIETO, Ana B. Lo múltiple en lo uno: particularismo y universalidad en la producción escrituaria en la Alta Edad Media, de San Agustín a Alcuino. *Documenta & Instrumenta*, 1, 2004, p. 121-137
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SAWYER, John F. A. *Sacred languages and sacred texts*. Londres: Routledge, 1999.
- SCHOLEM, Gerschom. *O nome de deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: Judaica II*. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1970].
- SCHWEICKARD, Wolfgang. “ETYMOLOGIA EST ORIGO VOCABULORUM...”: Zum Verständnis der Etymologiedefinition Isidors von Sevilla. *Historiographia Linguistica*, XII, 1/2, 1985, p. 1-25.
- SCHWEICKARD, Wolfgang. “Il se croit de la côte d’Adam”. Reflexe der biblischen Vorstellungswelt im übertragenen Sprachgebrauch der romanischen Sprachen. In: DAHMEN *et al.*, 1990.
- SWIGGERS, Pierre. Les Pères de l’Eglise. In: Auroux, 1992a, p. 76-82.
- TRIGG, Joseph W. *Origen*. Londres: Routledge, 1998, 292 p.

- VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar*. Madri: Gredos, 1995 [1981].
- VELÁZQUEZ, Izabel. Formação de palavras en las Etimologías de Isidoro de Sevilha: un reflejo de la lengua viva de su época. *Aemilianense*, I, 2004, p. 601-663.
- VIARO, Mário. E. Como confiar numa origem. *Revista Língua*, I, Janeiro, 2006, p. 58-59.
- WATSON, G. R. Theta Nigrum. *The Journal of Roman Studies*, v. 42, parte 1 e 2, 1952, p. 56-62.
- WRIGHT, Roger. El romance: nuevo sistema, o nueva colección de rasgos?. *Aemilianense*, I, 2004a, p. 665-687.
- WRIGHT, Roger. La période de transition du latin, de la lingua romana et du français. *Médiévales*, 45, 2003. Disponível em: <<http://medievales.revues.org/document586.html>>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- WRIGHT, Roger. Latin and English as world languages. *English today*, 80, vol. 20, 4, 2004b, p. 3-13.

Obras de referência:

- ALMEIDA, Napoleão M. de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BAILLY, Anatole. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 2000 [1894].
- BAUMGARTEN, Hans & HOLTERMANN, Horst. *Ianua nova: Neubearbeitung – Lehrgang für Latein als 1. oder 2. Fremdsprache*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BROWN, Francis *et al.* *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English lexicon*. Peabody: Hendrickson, 1996 [1906].
- CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1968.

- CINTRA, Luis F. L e CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad. Alice K. Miyashiro *et al.*. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1972].
- EASTERLING, P. E. (ed.). *The Cambridge history of classical literature: I. Greek literature*. Cambridge: Cambridge, 1996.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 2001.
- FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. Brasília: FAE/Ministério da Educação e do Desporto, [1995].
- FINKEL, Raphael *et al.* (ed.). *The Suda online*. Disponível em: <<http://www.stoa.org/sol>>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- GUINAGH, Kevin. *Dictionary of foreign phrases and abbreviations*. Nova Iorque: H. W. Wilson, 1965, 303 p.
- GLARE, P. G. W. (ed.). *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Clarendon, 1968.
- GOODWIN, William W. *A Greek grammar*. Boston: Ginn & Company, 1900.
- HARRIS, R. L. *et al.* *The theological wordbook of the Old Testament*. Chicago: Moody, 1980.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- HOWATSON, M. C. (ed.). *The Oxford companion to classical literature*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- LIDDELL, Henry G.; SCOTT, Robert. *A Greek-English lexicon*. Oxford: Clarendon, 1996 [1843].
- KENNEY, E. J. (ed.). *The Cambridge history of classical literature: II. Latin literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SEYFFERT, Oskar. *Dictionary of classical antiquities*. Trad., Rev. e Ed. de Henry Nettleship *et al.* Londres: William Glaisner, 1894.

SHIPLEY, John T. *The origins of English words: a discursive dictionary of Indo-European roots*. Baltimore: John Hopkins, 2001.

SMITH, William (ed.). *Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Londres: Walton and Maberly, 1867, 3 vol.

WEEKLEY, Ernest. *An etymological dictionary of modern English*. Nova Iorque: Dover, 1967, v. 2.